FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS



Historia de Santos

Impresso na Empreza Graphica da "Revista dos Tribunaes"
Rua Xavier de Toledo, 72 — S. Paulo

Historia de Santos
1532 - 1936

Francisco Martins dos Santos

Historia de Santos

"Santos, nas affirmações do seu patriotismo e na cooperação para as reformas sociaes e politicas do paiz, jamais foi excedida por qualquer outro nucleo de população brasileira; e, muitas vezes, nas agitações prodromicas dessas reformas, como na questão abolicionista, desde a sua primeira etapa, e na do movimento de protesto contra o terceiro reinado, foi sem contraste, a cidade "leader" da opinião publica, no Brasil.

Ao nobre concurso civico prestado nos grandes acontecimentos nacionaes, junta a terra eleita de Braz Cubas os mais bellos exemplos de fraternidade social e de altruismo, nos momentos de angustia e de luto publicos, e nas calamidades meteóricas como seccas, inundações, etc., que têm por vezes flagellado outros centros de população brasileira ou regiões inteiras do nosso território."

(Dr. Xavier da Silveira Junior — 1902).

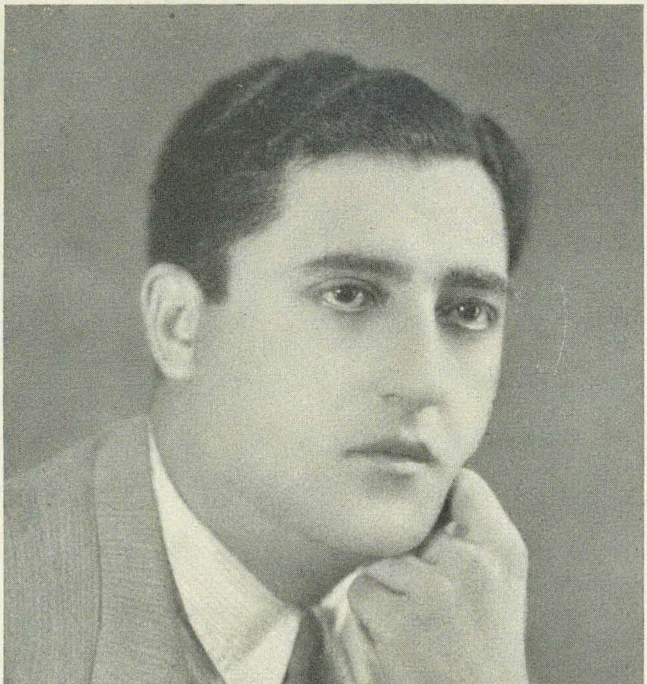
1532 - 1936

VOLUME I

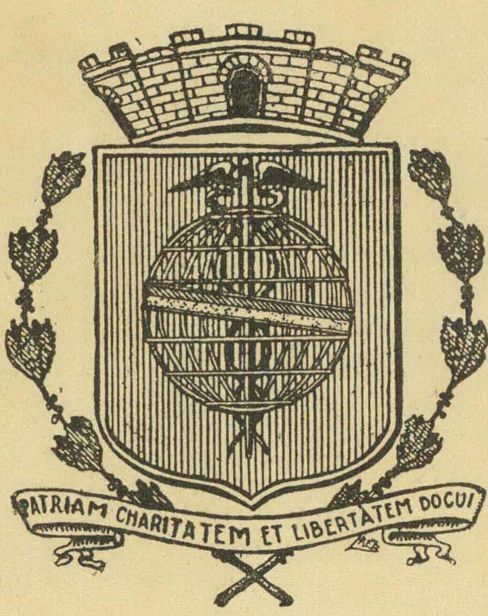
1937

EMPREZA GRAPHICA DA «REVISTA DOS TRIBUNAES»

RUA XAVIER DE TOLEDO, 72 — SÃO PAULO



Francisco Martins dos Santos



BRAZÃO DA CIDADE DE SANTOS

INDICE

CAPS.

I — O TRATADO DE TORDESILHAS E SUAS CONSEQUENCIAS SOB O PONTO DE VISTA BRASILEIRO 1 a 25

Primeiros descobridores da America e do Brasil. Os sigilos da Historia. O pretenso descobrimento de Colombo. A Expedição de Duarte Pacheco Pereira. Pedro Alvares Cabral. O Brasil em 1500. A verdade e a lenda.

II — A EXPEDIÇÃO DE ANDRÉ GONÇALVES E AMERICO VESPUCIO 26 a 35

As primeiras denominações da costa brasileira. O apparecimento do nóme SÃO VICENTE na cartographia americana. A vinda do "bacharel" de Cananéa e S. Vicente, fundador do primeiro povoado regular do Brasil.

III — SÃO VICENTE 36 a 74

São Vicente nas primeiras cartographias. O primitivo "Porto de São Vicente". Primeiras expedições conhecidas. Primeiros povoadores e visitantes. O povoado de São Vicente. O "bacharel" e seu genro Gonçalo da Costa. Diogo Garcia e Alonso de Santa Cruz. Origens das villas de São Vicente e Santos.

CAPS.

IV — A CHEGADA DE MARTIM AFFONSO DE SOUZA 75 a 110

Historia e exame do famoso "Diario da Navegação" de Pero Lopes de Souza, apógrapho viciado, cujos erros roubaram a Santos e á propria S. Vicente, a verdade da sua história inicial. Os enganos dos historiadores que nelle se baseáram para descripção dos primeiros tempos da Capitània. Incomprehensões que não se justificam.

V — A ILHA DE SÃO VICENTE 111 a 118

Um problema que se resólve. Revelação geonomica e ethnographica do primitivo nóme tupy da ilha de S. Vicente. A possivel patria dos Guayanazes. Identificação permittida pelas affirmativas cartographicas de Kunstmann e Reinel, de 1503 e 1516.

VI — INQUÉRITO HISTÓRICO SOBRE A ORIGEM, A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE SANTOS . . . 119 a 187

Abrangendo a localisação do "Porto das Naus" e do "Porto de São Vicente" e a chegada de Martim Affonso de Souza. Os povoadores santistas, fundadores do nucleo agricola tornado villa em 1546.

VII — A FORMAÇÃO DA VILLA DE SANTOS Á LUZ DOS DOCUMENTOS 188 a 207

Commentarios finaes.

VIII — BERTIÓGA 208 a 215

A famósa barra nórte do Rio de São Vicente em 1547. Sua significação na historia paulista. Os irmãos Braga, primeiros santistas nominalmente conhecidos e primeiros martyres da colonisação portugueza.

CAPS.

IX — OS DONATARIOS DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE, SENHORES DE SANTOS . . . 216 a 218

X — OS CAPITÃES MÓRES, LOCO-TENENTES DOS DONATÁRIOS, GOVERNADORES DA CAPITANIA DE S. VICENTE COM TODAS AS SUAS VILLAS E POVOADOS 219 a 223

Seu estabelecimento em Santos.

XI — OS PRIMEIROS FEITORES ARRECADADORES, PROVEDORES OU THESOUREIROS DA FAZENDA, E A PRIMEIRA ALFANDEGA DE SANTOS 224 a 232

Estudo sobre os primeiros trapiches alfandegados da região e histórico da Alfandega santista. A verdade e a lenda.

XII — O PRIMEIRO CONSELHO 233 a 236

Sua provavel organisação e localisação. Seu desdobramento e transformação através dos séculos.

XIII — O HOSPITAL E A IGREJA DA MISERICORDIA DE SANTOS. ÉPOCA E LOCAL DA FUNDAÇÃO. UM PONTO DE CONFIANÇA PARA A COLONISAÇÃO. A VERDADE E A LENDA. AS TRES PHASES. 237 a 250

XIV — A ESTRADA DE SANTOS PARA SÃO PAULO, OU O CAMINHO DO MAR 251 a 255

O immemorial "caminho de Paranampiacaba". Seu aproveitamento pelos colonisadores. O verdadeiro autor do novo caminho para Piratininga, tambem chamado "do padre Anchieta".

XV — CHRONOLOGIA SANTISTA 256 a 329

A segunda metade do século dezeseis. Factos e descripções dos séculos dezeséte, dezoito, dezenóve e vinte.

CAPS.

XVI — FUNDAÇÃO DO COLLEGIO DOS JESUITAS 330 a 335

Esplendor e decadencia da obra jesuitica na Capitania de S. Vicente. Seu papel na colonisação portugueza.

XVII — AS INVASÕES EXTRANGEIRAS 336 a 347

Edward Fenton. Thomas Cawendish. Joris Spilbergen. Francisco Duclerc.

XVIII — AS FORTIFICAÇÕES DE SANTOS . . . 348 a 365

A primeira fortaleza feita no Brasil. Os primeiros Fórtes da colonisação official. São Thiago ou S. João da Bertióga. São Felippe ou São Luiz — O Forte da Villa, da Praça ou do Monte Serrat — O Fórte da Paciencia — A Fortaleza da Barra Grande ou de Santo Amaro — Vera Cruz do Itapema — O Forte da Estacada, Forte Augusto ou Fortaleza do Crasto. — O Fortim da Praia do Góes — O Forte de Itaipú — Inicio da Fortaleza do Manduba.

XIX — ESPIRITO DE JUSTIÇA DE UMA ÉPOCA . 366 a 370
A provedoria de Thimótheo Corrêia de Góes.

XX — SANTOS E A INDEPENDENCIA DO BRASIL 371 a 399
Participação dos santistas na obra separatista de 1822. A "Revolta de Francisco das Chagas" como parte integrante dos factos da separação politica do Brasil. O ponto de confiança da Regencia. A visita do Principe D. Pedro e seus motivos. Acclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil na Villa de Santos e juramento de fidelidade dos santistas.

XXI — ELEVAÇÃO DA VILLA DE SANTOS Á CATEGORIA DE CIDADE 400 a 402
A Lei 122, de 26 de Janeiro de 1839. Festejos e commemorações locaes.

XXII — LEGISLATURAS MUNICIPAES DE SANTOS 403 a 424

Composição das Camaras, desde a 1.ª em 1829 até a de 1936; seus presidentes, seus intendentes e seus Prefeitos.

VALENTINA G. MARTINS DOS SANTOS

† 1914

AMERICO MARTINS DOS SANTOS

† 1931

MARIA DE BRITO MARTINS

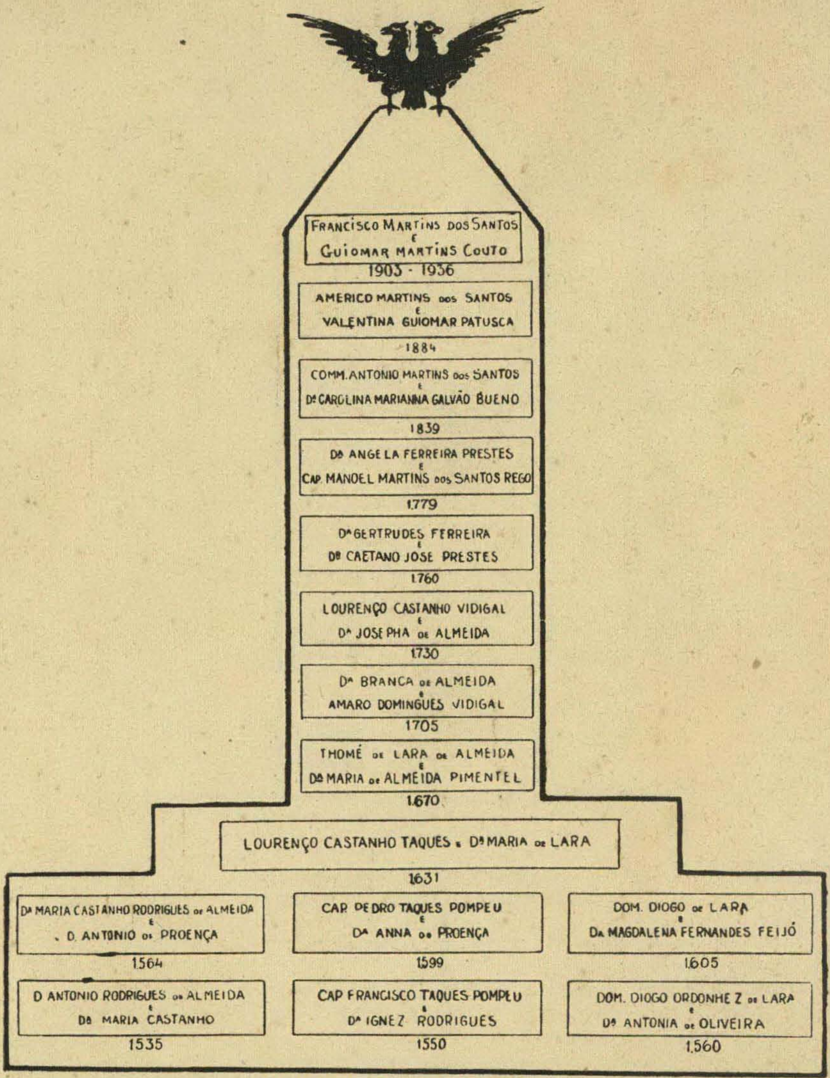
† 1930

A vós, sombras queridas do meu passado, a vós, minha mãe, meu pae, minha primeira esposa, que tanto soffrestes por mim, com toda a minha veneração; e a ti:

GUIOMAR MARTINS DOS SANTOS

minha companheira do presente, inspiradora dos meus passos e animadora do meu espirito, com toda a minha gratidão e amizade, a humilde offerenda do pouco que possa valer este livro.

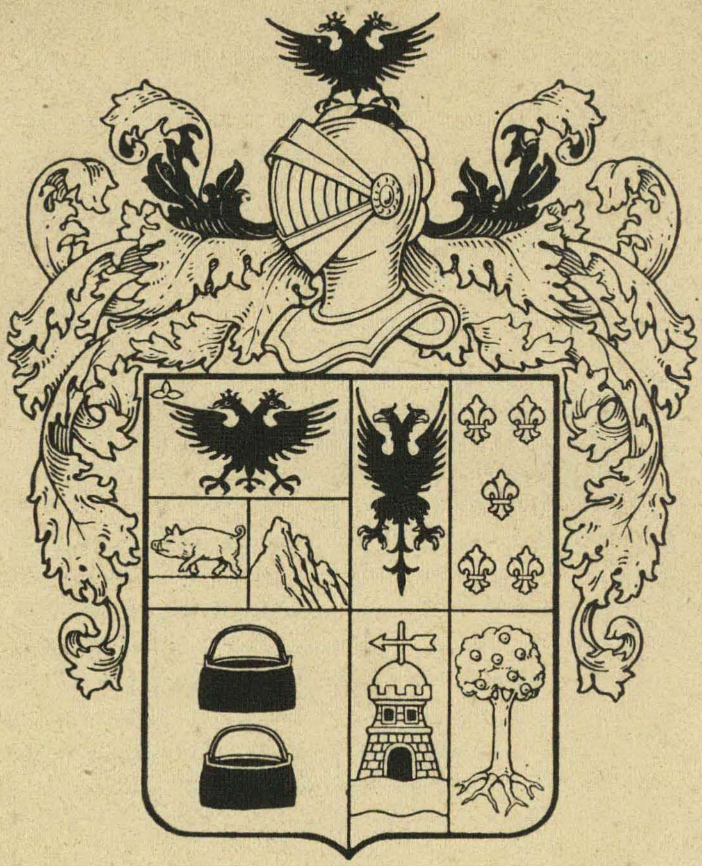
O AUTOR.



"DE PURITATE ET NOBILITATE PROBANDA"

Lembrar a todos vós, meus irmãos, grey numerósa e bôa desta terra, o orgulho da nossa origem commum, concretisando-a e iluminando-a nesta pagina, é a melhór homenagem que eu vos posso prestar, porquê nesta hóra torva da história, de dissoluções, bastardias e egoismos, ella vos concitará sempre ao futuro, que é a união, o trabalho, a idéa de Deus, do caracter, da familia e da patria.

FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS



(BRAZÃO DOS MARTINS)
(RAMO TAQUES — POMPEUS)

"Um escudo esquartelado posto ao ballon, no primeiro quartel as armas dos Taques, que são o escudo partido em faixa, na primeira, em campo de ouro uma aguia imperial de duas cabeças, e sobre ella uma corôa real, a segunda em campo de prata e partido outra vez em palla, na primeira sobre um campo verde um javali azul, e na segunda um penhasco azul; no segundo quartel as armas dos Proenças, que são escudo partido em palla, a primeira de campo verde com uma aguia preta de duas cabeças armada de ouro, a segunda em campo azul cinco flores de liz de ouro em santôr; no terceiro quartel as armas dos Laras, que são em campo de prata duas caldeiras pretas guarnecidas de ouro nas bocas, casas postas em palla; no quarto quartel as armas dos Moraes, que são o escudo partido em palla, no primeiro em campo sanguinho uma torre de prata picada e lavrada de preto, assentada junto ao rio de agua com o telhado de ouro,. e sobre ella uma bandeira de prata, na segunda em campo de prata uma amoreira verde com raizes; elmo de prata aberto e guarnecido de ouro, e paquife dos metaes e cores das armas, timbre e aguia dos Taques, e por differença um trifolio de sua côr".

(Archivo da Camara de S. Paulo)

PROEMIO

Disse o notavel Dr. João Mendes de Almeida, que "o povo que não póde possuir uma historia verdadeira, pela insufficiencia de seus meios ou pela desordem de seus archivos, é um povo sem génesis, e portanto desclassificado no mundo civilisado". Sente-se desde logo, a verdade desta sentença, porquê de facto, a historia é a genealogia e o pergaminho das nações, porquê ella é a formação e é a origem, e constitue por isso, deante dos olhos das gerações a verdadeira e grande licção do passado, exhortando o presente e incitando o futuro das sociedades, sendo por fim, a fonte generósa, onde as populações presentes e porvindouras deverão haurir o corroborante do seu depauperamento moral, o elixir da força collectiva, embebidas na luz da sua propria origem.

"Os brutos não têm tradição, não a sentem, e por isso, não a venéram. Mas o homem, que não só vive, senão tambem se aperfeiçôa, colhendo no passado os elementos da experiencia em que se firma para equilibrar-se no presente e conduzir-se no futuro, esse se equipararia ás féras, se não volvesse olhos attentos e perscrutadores para o passado, e se não reconhecesse o valor dos ensinamentos com que os mortos vêm e cada vez mais, governando os vivos", assim fallou tambem o santista notavel que é o Dr. Reynaldo Porchat, adduzindo novo conceito ao conceito anterior, do jurisconsulto maranhense, completando-o.

Por viver alheia e indifferente á voz que lhe chega dos annos que passaram, vóz que se alteia, vibrante como os gritos das nossas arapongas, nas maravilhas apparentemente mu-

das das nossas tradições e das nossas chronicas, é que a actual sociedade brasileira, tão joven ainda e nem bem padronisada, já resvala na decadencia, explorada pelo exemplo dos conturbadores, explorada pelos maus autores, explorada pelos empreiteiros de refórmas mentirósamente evolucionistas ou inapplicaveis ao meio brasileiro e solapada pelas tendencias modernas de utilitarismos, vulgarismos, egolatrias, epicurismos e futilidades. Assim, a corrupção social, mais do que a apparente evolução em cujo nóme fallam os adeptos das ideologias modernistas e os falsos apóstolos da sua applicação, ameaça fragmentar a nossa patria, desatando os élos moraes, principalmente, que já foram o apanagio das antigas familias brasileiras. Essa corrupção é que vem desfibrando o caracter e enfraquecendo a mentalidade da nossa gente, para que um dia, tarde demais para arrependimentos, tripudiem sobre os escombros do nosso edificio social e politico, onde então morarão os nossos nétos, os germens triumphadores da dissolução, da decadencia e da anarchia, que os tornarão escravos.

Por tudo isso, achamos que só a contemplação do passado e o estudo das grandes lições moraes e philosóphicas encerradas na vida e nos actos de tantos vultos desapparecidos, como nos nossos factos antigos póde nos dar força para reagir contra a degradação prevista, promovida criminósamente, em nóme da evolução e do progresso!

Santos, que tem sido sempre, dentro da communhão brasileira, florão especialissimo de patriotismo, de civismo, de progresso, de intellectualidade, de religião e de virtudes moraes, não possuia a sua história, embóra o seu passado explendido, mas não revelado "in totum", vivesse constantemente na consciencia dos seus filhos e dos seus moradores, e assim, apezar da nossa pequenez, resolvemos realizar a obra que faltava, rebuscando, colligindo, coordenando e explicando todos os acontecimentos notaveis da cidade e tudo quanto existe sobre os seus varões illustres, reunindo esses elementos sob o titulo cértamente pomposo de "Historia de Santos", sem desejo nenhum de alarde, senão apenas por sentirmos que nenhum outro titulo

ficaria melhór a esta chronica geral da nossa terra, que abrange mais de quatrocentos annos.

Sentimos a sensação de quem acaba de cumprir um grande dever moral ao publicar este livro, sentindo tambem, o indescriptivel prazer de satisfazer o formoso ideal affectivo, de quem traz o nóme da terra dentro do seu proprio nóme, como uma suave imposição de amor, e é sob esta impressão, que depômos nas mãos do grande publico, neste momento em que uma nova phase constitucional tanto promette para o municipio, e em que tão graves responsabilidades cabem a cada cidadão, na ronda á estabilidade e ao progresso social como á preservação da Familia, o monumento do passado santista, o titulo de orgulho de quem nasceu nesta terra ou de quem nella apenas se fixou.

PALAVRAS NECESSARIAS

Não somos um escanecido nos assumptos históricos, mas não somos tambem um iniciado, ainda na bisonhice de primeiros ensaios presumpçósos. Há treze annos, já, que publicámos na imprensa local, no antigo «Commercio de Santos", o nosso primeiro trabalho do genero, intitulado "Enguaguassú", que mereceu apreciação favoravel de alguns entendidos, revelando a nossa propensão séria e natural para o mesmo genero, propensão que, cultivada como foi, nos permitte hoje a excelsitude deste vôo.

Era necessario que alguem escrevesse a historia da cidade de Santos, essa historia que dispersava-se pelos escaninhos e pelas paginas cada vez mais esquecidas das obras geraes, aos pedaços, como cousa definitivamente condemnada a esse retalhamento.

Esperámos longos annos, que alguem com mais competencia e com mais nóme literario viesse desfazer essa lacuna, mas esperámos debalde, porquê apenas vimos, de quando a quando, nóvos retalhos dessa historia, surgirem como chromos, agitados aos olhos dos santistas, á luz ephemera da imprensa ou applicados de passagem a paginas não especialisadas de nóvas obras.

Estavamos nessa indecisão, quando soffreu a nossa familia a perda irreparavel, do seu chéfe; irreparavel, frizamos, porquê, a nosso ver, éra uma parte da propria tradição, da propria chronica de Santos que se perdia nelle, e ahi, sobre o desapparecimento do vulto venerando de nosso pae, do santista amantissimo que tanto déra de sua vida á vida da cidade, acabámos por fazer, nós mesmos, o juramento de realizar a Historia que faltava, como uma offerenda ainda do seu espirito bom e abnegado, em favôr da terra que adorára e que ajudára a melhorar em suas ultimas phases evolutivas, para uso e goso das nóvas gerações, não sem saber, é claro, que a óbra a realizar, seria superior á capacidade do artifice jurado, mas cértos de que venceriamos, por fundarmos a nossa pretensão nas forças miraculósas da vontade, nas energias transcendentaes do grande amor á nossa terra e na ajuda espiritual daquelle que desapparêcera e que não deixaria de nos assistir.

Assim, por effeito desses elementos superiores, mas, principalmente dessa extranha influencia sobrenatural, que reconhecemos ter existido sobre nós emquanto duráram os nossos estudos e pesquizas, pudémos realizar quanto aqui vae, resultado difficil de um primeiro tentamen.

E' pois, o producto de um juramento feito há pouco mais de quatro annos, o que apresentamos agóra, sentindo que todo o merecimento que dahi resulte, déve pertencer áquelle, cujo espirito descendo dos páramos de luz onde ainda vagueia, projectou-se sempre sobre os nossos passos, presidindo aos nossos estudos e raciocinios, inspirando-nos, animando-nos, guiando-nos para onde quer que um elemento necessario estivésse á espéra das nossas mãos e dos nossos ólhos, e sob cuja influencia tudo se facilitou á nossa indagação, conhecidos e desconhecidos, individuos e collectividades, amigos e indifferentes, archivos e bibliothécas, todos se dispondo em favor do nosso apello, que fallava em nóme das glorias da cidade. Dahi o nosso agradecimento profundo e sincéro a todos os que nos ajudáram, principalmente á Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia e ao seu dedicado irmão bibliothecario João Luiz Promessa, grandes collaboradores do nosso esforço.

Bem sabemos que a nossa óbra contem deficiencias e lacunas; nem podia ser de outra fórma, porquê, aggravando a nossa humildade intellectual, houve contra nós a conspiração do tempo, roubado como nos foi sempre, pelo commercio, o polvo que tantas intelligencias tem suffocado e tantos talentos tem desviado do ambiente intellectual e literario do Brasil, deficiencias estas, que, todavia, promettemos sanar numa segunda edição que nos permitta Deus extrahir algum dia.

O que a nossa óbra não contem, e isso o dizemos com convicção, são as tão communs incoherencias, dubiedades, contradicções e fraquezas de análise, que tanto comprometteram muitas óbras deste genero, tirando a confiança do leitôr. O que ella não contem, affirmamos ainda, é a repetição de erros clamorósos, repisados e repetidos em geral, porquê foram ditos por autores de responsabilidade, desconhecedores do assumpto que tratáram. Não ignoramos por isso, as opposições e ataques mesmo, que nos hão de fazer os amantes desses erros históricos, quando virem desfeitos nesta obra, esses aleijões por tanto tempo mantidos na historia de Santos e São Vicente, ou seja: na historia inicial de São Paulo. Estamos a vel-os sopesando o cacête com que já um dia, Candido Mendes feriu a fronte gloriósa e veneravel de Frei Gaspar, mas, desde já acceitamos os espinhos da jornada, as criticas de alguma fórma fundadas que elles resolvam fazer ás nossas affirmativas, porquê nos darão a opportunidade de melhorar este nosso trabalho porquê o nosso intuito não foi outro, como não é, sinão dar ao povo paulista em geral, a verdade dos

primeiros dias da sua terra e das suas primeiras cidades, verdade que cada vez mais lhe fugia, pela incuria de uns e pelo descaso ou descoragem de muitos, permittindo que a phantasia assentásse arraiáes no campo da realidade abandonado.

Este livro é um livro de história e não de simples erudicção; póde peccar, por isso, pela fórma, mas não peccará pela essencia, porquê não contem lendas embóra officialisadas, supposições, invenções ou literatices inopportunas, mas apenas exposição de factos e documentos, muitos delles conhecidos mas interpretados de modo differente; elementos nóvos ou até hoje despresados, e por fim colligendas veridicas e concatenadas e raciocinios justos fundados nos elementos documentaes jogados; tudo servindo a uma vontade sincéra de ser util.

Tão ligada se acha a historia inicial de Santos á da visinha cidade de S. Vicente, como filhas de uma jornada commum, que não pudémos deixar de abranger aqui, o tão compromettido passado da antiga capital vicentina, precursora da civilisação brasileira, creação portuguesa muito mais antiga do que a têm feito os historiadores em geral, recompondo a sua chamada pre-existencia official e os seus primeiros factos da colonisação affonsina, incluindo-a para isso em nossos capitulos iniciaes como no Inquérito Histórico sobre a origem e a fundação da cidade de Santos, consequencia como foi esta, indiscutivelmente, da primeira São Vicente e da imprestabilidade tradicional do seu porto. Neste ponto se fixam, principalmente, as nossas correcções, e dahi advirão os descontentamentos, mas, nada pudémos fazer para evitar os descontentes, porquê a verdade se impôz aos nossos ólhos e não pudémos deixar de transmittil-a para beneficio do Estado, do municipio, do paiz e da posteridade.

Demonstrando tambem os erros que infelizmente ainda macúlam a historia geral da América e do Brasil, como cousas arraigadas no espirito popular e impossiveis de remover, historia de que a nossa é uma natural consequencia, como factos encadeados que não dévem ser considerados extranhos, permittimo-nos como exórdio ao assumpto propriamente dito da história santista, a inclusão dos Capitulos I e II, onde aproveitámos e concatenámos grande parte do que existe hoje relativamente ao descobrimento de ambos, permittindo ao leitôr estudioso encontrar aqui, revelações e elementos, contidos em dezenas de óbras rarissimas ou fóra do alcance commum, como se cumprissemos um dever.

A "Historia de Santos" apresenta-se só, desacompanhada de prefacio alheio, cuja opinião amiga e sempre louvaminheira, poderia de alguma fórma preparar e predispôr o espirito publico para alguma desculpa ou mesmo para o elogio immerecido e gracioso; no sincéro

empenho de que, a opinião expontânea, livre e franca desse mesmo publico, seja o seu unico julgamento.

Nella encontrarão os leitôres, depois dos capitulos exórdios apontados, todas as descripções consideradas importantes da vida santista e todos os elementos instructivos a respeito do chão, dos factos, das cousas e dos homens locaes, desde os annos anteriores ao inicio da cidade, desde os factos da fundação, até as minucias da chronologia, acontecimentos principaes, fundações, invasões, instituições, fortalezas, autoridades, communicações e factos sociaes, até o anno de 1936. Concentrámos porem, todo o nosso esforço, alicerçando ahi este nosso trabalho, nos cinco capitulos considerados principaes desta obra: o da origem e fundação da cidade, o da chronologia, o da Independencia, o da Abolição e Republica, e finalmente o dos seus filhos illustres. (cuja vida é quasi toda a historia detalhada da cidade).

Os elementos e capitulos que despretenciósamente juntámos, poderão servir como subsidio á nova Historia do Brasil, que urge fazer-se um dia, escoimada das impurezas que as pobres gerações escolar vão herdando dos compendios officiaes adoptados.

E não se diga que aventuramos demais fallando desta fórma, porquê, baseando a nossa affirmativa, poderiamos citar aqui, mais de vinte ou trinta casos, locaes e geraes, se isso não fosse repetir por antecipação o que já vae tratado e esclarecido no corpo desta óbra, e, por isso, apenas citaremos um, bastante eloquente, em favor dessa convicção, muito nóssa agóra, mas que em bréve será de todos.

Não existem obras mais officiaes no momento, como todos sabem, do que as Corographias do Brasil do Snr. Mario da Veiga Cabral e a Geographia de J. M. Lacerda, adoptadas como são em todos os collégios do Brasil, em todas as escolas militares e superiores e no Gymnasio Pedro II do Rio de Janeiro. Pois bem, nessas óbras, tratando do Estado de S. Paulo, dizem os seus autôres, que a cidade de Santos foi fundada por Braz Cubas a 25 de Setembro de 1536!

Quantos milhares de alumnos, contados pelos milhares de exemplares já vendidos das referidas óbras (mais de 200.000 ou 300.000) aprenderam assim nas escólas apontadas? E no entanto, a 25 de Setembro de 1536, estava Braz Cubas, pacatamente, na cidade de Lisbôa, deante do Tabellião da cidade, do Escrivão, de Da. Anna Pimentel, mulher e procuradora de Martim Affonso, e das testemunhas legaes, recebendo em doação as terras de Jurubatuba e Ilha Pequena (actual Barnabé), fronteiras á futura Santos, de onde só voltaria ao Brasil, para tomar pósse dellas, quatro annos depois, no anno de 1540, como se lê no respectivo Auto de Posse daquelle anno!! Essa data portanto,

determina apenas, o dia em que Braz Cubas se tornou possuidor daquellas terras santistas e mais nada, mas a escriptura então lavrada, importantissima para a historia da cidade, essa sim, indica a quem a lê um dos verdadeiros co-fundadores de Santos — Henriques Montes — pratico da região vindo na Armada de Martim Affonso — primeiro proprietario official das terras passadas a Braz Cubas naquelle anno de 1536 e assassinado dois annos antes na região de São Vicente!

Este caso é symptomatico e sérve para mostrar aos leitores que não fazemos affirmativas sem base. Os dois autôres em questão, não leram a escriptura de 25 de Setembro de 1536, e expenderam por isso, cousa perfeitamente oppósta á mesma escriptura e ao Auto de Posse de 1540. E, é assim que se tem escripto geralmente, sobre a historia inicial da nossa terra.

Manda porem o nosso espirito de justiça, que, ao dizermos estas verdades, reconheçamos tambem, que, embóra errados, o Snr. Mario da Veiga Cabral e o Snr. J. M. Lacerda se approximaram bastante da realidade, mais, infinitamente mais do que a Camara santista de 1902, que não teve duvidas em appôr ao ultimo rochedo do outeiro de Santa Catharina, uma placa commemorativa da fundação de Santos OCCORRIDA NO ANNO DE 1543, producto condemnavel da incomprehensão e má leitura grammatical de uma inscripção tumular, já de si duvidósa!!

Tudo isto porem, desapparecerá, nós o affirmamos, com o apparecimento da nossa "Historia", como se attenuarão tambem os effeitos das lendas que correm sobre os seguintes pontos da historia paulista:

a — A origem atribuida aos guayanazes.

b — A situação attribuida ao primitivo "Porto de São Vicente" e consequente versão da entrada da Armada de Martim Affonso de Souza pelas aguas da villa, actual cidade de S. Vicente.

c — A localisação do "Porto das Náus" que servia aos navios de fóra.

d — O autôr da denominação "São Vicente" e a época da sua applicação.

e — Fundação da primeira São Vicente e seu fundadôr.

f — O apparecimento de Santos e seus iniciadores.

g — A autoria do chamado "Caminho do Padre José" ou "Caminho do Mar",

alem de outros de menór importancia, tratados ao correr dos capitulos, para os quaes pedimos a attenção applicada dos estudiósos.

Permitta Deus que se cumpra o nosso intento. Daremos por bem pagos os nossos esforços, se, verificadas a nossa firmeza, a nossa sinceridade e a pureza dos nossos intuitos, pudér um dia esta nossa "Historia" ser reconhecida como util aos que queiram conhecer o passado da terra santista e os factos iniciaes do actual Estado de S. Paulo, como expressão fiel de sua verdade.

Santos, Dezembro de 1936.

O AUTÔR

CAPITULO I

O Tratado de Tordesilhas e suas consequencias sob o ponto de vista brasileiro

Os primeiros descobridores da América e do Brasil. O descobrimento sigiloso e o descobrimento official da terra brasileira. A Expedição de Duarte Pacheco Pereira. Pedro Alvares Cabral. O Brasil em 1500. A verdade e a lenda.

O ponto de partida para o descobrimento official do Brasil ou pelo menos para a deliberação da sua pósse e subsequente povoamento, foi sem duvida aquelle Tratado realizado a 7 de Junho de 1494, entre Portugal e Hespanha, consequencia viva do pretenso descobrimento da América por Colombo e da disputa de taes glórias e direitos por ambos os paizes.

Está provado porem, que muito antes de 1492 não só as terras da futura America do Nórte como as terras do Brasil já eram do conhecimento de navegantes portuguezes, tendo se conservado inexplicavelmente, um profundo mystério sobre a existencia de ambas.

João de Barros conta em sua primeira Década 1 — 2.ª — pag. 148 —, que, quando em 1525 uma armada hespanhóla se dirigia ás Molucas, sob o commando do commendador Loyaisa, tendo por immediato o famoso Delcano, companheiro futuramente de Fernão de Magalhães, descobridor do Estreito do seu nóme, cruzára com uma náu portugueza carregada de escravos, cuja náu costeando as plagas brasileiras encontrára a dois gráos ao sul do Equador, uma ilha despovoada, com boas aguadas, de que ninguem até então déra noticia, onde desembarcando, ficaram os seus

tripulantes surprezos por encontrarem nos troncos das arvores, escripto o anno em que fôra a mesma descoberta pelos portuguezes, 87 annos antes daquelle em que estavam, isto é, no de 1438; e, em signal de que realmente ella fôra roteada e tivéra estabelecidos em suas terras aquelles primeiros descobridores, havia pelo emaranhado de suas mattas, muitas fructas europeas, especialmente laranjas doces e gallinhas como as de Hespanha, em tanta abundancia que os hespanhóes fizéram provimento dellas, mortas á bésta nos arvoredos onde pousavam. Esta ilha, a que João de Barros chama de São Matheus, paréce ser a de S. João, situada próximo do Maranhão, a éste da Bahia de Tury-Assú e em frente á fóz do rio Turinanga, e, a sua parte mais saliente, está em 1°, 17' de latitude sul. (1)

Óra, quem esteve estabelecido tão próximo da terra firme, e naturalmente como medida de prevenção contra os indios da cósta, não é possivel que a não tivesse visitado e percorrido; e, por conseguinte, bem cabida é a supposição de que se guardasse profundo silencio sobre semelhantes descobrimentos, e, que, muito antes das épocas officialisadas, já as terras da futura América do Sul, tivessem sua existencia conhecida. Aliás, isso mesmo é o que affirma ao Rei D. Manuel, Duarte Pacheco Pereira em sua famósa carta de 1498, de que trataremos adiante. A Década de João de Barros, em que elle conta o facto ácima, váe devidamente transcripta em appendice, junto a outros documentos, no final desta óbra.

Completando cértamente a descripção do famoso João de Barros, vemos em Southey (2), a affirmação de que Hervas (Tomo I — pag. 109) faz menção de um mappa existente na Bibliotheca de São Marcos em Veneza, feito no anno de 1439 (Rocha Pombo cita 1448) por André Blanco. no qual se indica na extremidade do Atlantico uma ilha com o nóme de *Ilha do "brasil"*. (3) Coincidindo aquelle

(1) "Brasil Illustrado" — 1887 — Pags. 65/66.

(2) Roberto Southey — "Historia do Brasil" — Tomo I — Pag.46.

(3) Ver adiante, neste mesmo capitulo, os trechos de Jayme Cortezão sobre a "Ixola otintìcha" de 1448, extrahidos do seu precioso trabalho "Do sigilo nacional sobre os descobrimentos".

Este importantissimo mappa figura á Pag. LXIV da "Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil" — Vol. I — Introducção) — extrahido do Atlas de Kretschmer, constituindo sério depoimento em favor do descobrimento pre-cabralino do Brasil, assim como do descobrimento pre-colombiano da America.

anno, com o anno dos factos relatados por João de Barros (1438) é de suppôr que tenha sido esse mesmo André Blanco ou Branco, um dos que estivéram na referida ilha com os demais portuguezes, ou que seria elle mesmo portuguez com sobrenóme hespanhól, cousa commum naquelle tempo, e um dos chéfes da Expedição descobridora.

Por outro lado, diz o Padre Francisco do Nascimento Silveira, em seu "APPARATO CHOROGRAPHICO", que antes de Colombo descobrir a América, já a haviam descoberto quatro pilotos portuguezes: Pedro Corrêa, Vicente Dias, Affonso Sanches e Martim Vicente. (1) Sobre Affonso Sanches convérgem de forma categórica e convincente os depoimentos dos mais antigos e notaveis autores, de tal maneira, que não seria demais se lhe conferissem definitivamente os lauréis de verdadeiro descobridôr da América.

Assim, lemos — em Frei Antonio de São Romão, na "HISTORIA GERAL DAS INDIAS OCCIDENTAES", escripta em 1557, que Colombo foi á América servindo-se dos papéis de cérto marinheiro famoso que lhe morrera nos braços (Affonso Sanches). Garcilaso de La Vega, autôr da mesma época, nos "Commentarios Reales" affirma que Affonso Sanches foi o primeiro descobridor da América. Pedro de Mariz, nos "DIALOGOS DA VARIA HISTORIA" de 1594, faz a mesma affirmação. O Padre Manoel Fialho, em "EVORA GLORIOSA", de 1728, diz que Affonso Sanches adoeceu na casa de Christovam Colombo, genovez que morava no Funchal, onde tinha casa de pasto, vivendo disso e de illustrar cartas geographicas para o que tinha muita habilidade, onde sentindo-se morrer, como gratidão por quanto lhe proporcionára Colombo, a elle fizéra entréga "in articulo mortis", como presente de grande valôr e que lhe pagaria de tudo, das suas cartas de marear e do roteiro que tinha feito desde a Terra-Nóva até á Ilha da Madeira onde morava. Explica tambem aquelle autôr, que Affonso Sanches vivia de viagens em barco proprio, de Lisbôa para os Açôres, commerciando entre as ilhas e o continente, e que, numa dessas viagens em 1486, apanhado por violentos temporaes se afastára tanto da róta costumeira, que acabára por descobrir uma nóva terra, que cértamente por isso denominára de Terra Nova. Brito

(1) Mello Moraes — "Chronica Geral do Imperio do Brasil" — 1879 — Pag. 17.



O Brasil pelo Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494

(Bem se vê por este mappa, que Portugal não discutia com a Hespanha uma hypothese e sim a posse de um território que os seus navegantes conheciam e que apenas não estava bem determinado em sua extensão e fórma).

Freire, na "HISTORIA DA NOVA LUZITANIA" — 1675 — conta a mesma cousa. Frei Apolonio da Conceição, na "PRIMAZIA SERAFICA NA REGIÃO DA AMÉRICA", de 1733, faz identica descripção histórica. Simão de Vasconcellos, em sua famósa"CHRONICA DA COMPANHIA DE JESUS"; Frei Gaspar da Madre de Deus em suas "NOTICIAS DOS ANNOS EM QUE SE DESCOBRIU O BRASIL", Pizarro, Ayres do Casal, Cunha Mattos, Mello Moraes, Laet e tantos outros grandes escriptores, chronistas e historiadores de mérito reconhecido, estão confórmes com esta verdade, mas, um dos factores que mais concorre para a definitiva consagração do descobridôr Affonso Sanches, é o depoimento insuspeito dos historiadores italianos e hespanhóes em seu favôr, quando é sabido que elles deveriam ter mais interesse na primazia de Colombo, genovez a serviço da Hespanha. E' que taes historiadores, á vaidade de um merecimento pátrio inveridico, preferiram a verdade da História e a ella se cingiram portanto. Táes são: Antonio Remosal "HISTORIA GENERAL DE LAS INDIAS OCCIDENTALES"; J. Baptista Ramuzio "NAVIGAZIONI E VIAGGI"; Capellan "VIAGE DE LA NUEVA FRANCIA"; B. de Las Casas — "OBRAS Y VIAGES"; Bernardo de Vargas — "DESCRIPCION DE LAS INDIAS"; José Acosta — "HISTORIA NATURAL DE LAS INDIAS", e Pedro de Cieca "CHRONICA DEL PERU'" (1)

Esta versão de Affonso Sanches, é authenticada mas ligeiramente alterada pelo proprio Colombo, quando em seu "Diario", achando-se então ancorado em Gomera, nas Canarias, recorda que um homem viéra da Madeira em 1484, pedir ao Rei de Portugal, uma caravella para "descobrir" uma ilha que descobrira e que jurava ver cada anno, sempre na mesma direcção.

Por sua vez, com pequena differença, Fernando Colombo, positivando as declarações de seu pae, o pretenso descobridor, em sua "Historie dell Ammiraglio", no Cap. IX, referindo-se á passagem de Oviedo, rectifica-a, declarando que foi um português de Tavira, Vicente Dias, regressando de Guiné á Terceira, com escala pela Madeira, quem contára a Colombo ter avistado uma ilha no rumo do Poente, para onde o vento lhe impellira, durante dias, o navio.

Como se vê, os dois grandes interessados nas glorias do feito de 1492, Colombo e seu filho e primeiro biógrapho, le-

(1) Com pequenas variantes.

vantaram a ponta do véu da verdade, justificando as versões assignadas pelos melhóres nomes scientificos dos séculos seguintes, todos unanimes em considerar a viagem de Colombo como um simples redescobrimento.

A quem queira observar attentamente, a primeira viagem de Colombo revela a par da certeza de ser encontrada uma tal e qual terra (que indica revelação antecipada), a falta de confiança que elle mesmo depositava em seus conhecimentos cosmographicos para realisação dessa viagem, visto que entregou aos irmãos Pinzon, principalmente, todo o mérito da navegação a effectuar-se, contractando-os para o commando de duas caravellas, sob a promessa solemne de dividir com elles os lucros que lhe adviessem do tal descobrimentto (os presentes das Côrtes, as terras, e outros mais) cousa que não faria se estivesse em condições de viajar sósinho e sob sua unica responsabilidade cosmográphica. Isto verifica-se pela acção movida pelos Pinzon perante a justiça, durante trinta annos, para que se fizesse tal partilha, processo instaurado em 1508 pelo filho de Martim Alonso Pinzon, reclamando o cumprimento da convenção estabelecida em Palos, entre Christovam Colombo e seu pae e tios. ("Christophe Colombo devant l'histoire" — H. Harrisse — Paris — 1892 — Pgs. 60 e 61).

Mas vamos a outra face do mesmo problema histórico. E'grande tambem, e isso consignamos apenas para orientação dos que estudam, o numero dos que attribuem a Toscanelli, com immensas razões, todo o mérito theórico da viagem de Colombo, com a revelação feita a este por aquelle, das terras que deveria encontrar e da posição em que as encontraria numa tal viagem. São desse numero os italianos: G. Uzielli, em "Paolo del Pozzo Toscanelli iniziatore della scoperta d'America", Florença — 1892; Cesare de Lollis, em "Qui a découvert l'Amérique?" — 1898 e "Christoforo Colombo nella Legenda e nella Storia" — Milão — 1892; Carlo Errera, em "L'epoca delle Grandi Scoperte Geografiche" — Milão, 1902; o allemão Sofus Ruge, eminente geógrapho, o famoso Humboldt, e outros.

De facto, Toscanelli localisando as Antilhas em suas cartas, e situando a 2500 milhas destas, a terra de Cypango, imaginando assim um caminho para as Indias, foi um indiscutivel inspirador de Colombo nessa viagem, e tanto assim, que Colombo em suas primeiras viagens não passou dessas Antilhas, e, nos mappas que deixou, feitos por seu

irmão e companheiro Bartholomeu Colombo, authentica essa influencia, descrevendo a India e não as terras das Antilhas, para elle desconhecidas, onde realmente se achava. A próva é como se vê insophismavel e concludente, e para isso reproduzimos um desses mappas, original desenhado á margem de uma das cartas de Colombo, e traçado apóz SUA QUARTA E ULTIMA VIAGEM, documento flagrante de sua desorientação e da inexistencia da sua "descoberta".

Diz o autôr da "Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil" — Vol. I — Pags. LIII e LIV, que: "Para ser exacto, o historiador não póde apellidar Colombo de descobridor da América.

"Flagrante inexactidão seria attribuir-lhe o descobrimento de um continente novo quando o infeliz grande homem assim persistia na crença de haver attingido os confins orientais da Asia..."

Diz ainda aquelle autôr: "Clinicamente, Colombo foi já classificado por Lombroso, como herói patológico, acometido pelo delirio de grandezas, sofrego de titulos, de riquezas e de honras".

Errera, concluindo o seu estudo sobre Colombo, em "L'epoca delle Grandi Scoperte "pag. 289 diz: "Nè è possibile qui dirè di piú sull'uome e sull'eroe: non di quanto egli valesse per genialitá e acutezza di osservazione, nè di quanto pecasse per erramenti singolari della sua dottrina cosmografica, scarsa, mal digeritta, e miseramente distratta de fantasia mistiche e religiose".

Na "Historia da Col. Portug. do Brasil" ainda encontramos estas palavras: "a gloria de Colombo seria bem mesquinha perante a Europa do seculo XV, se o navegador tivesse annunciado, no seu regresso, que voltava das Antilhas" e isto por quê as Antilhas já eram conhecidas havia mais de cincoenta annos, e Colombo em verdade não passara dessas ilhas.

Em Portugal, aliás, essa identificação produziu-se desde logo, como diz o autôr daquella grande obra, e o planisfério feito por encommenda do Embaixador Cantino, destinado ao Duque de Ferrara, em 1502, reduz a façanha de Colombo apenas ao redescobrimento das Antilhas, facto esse identificado devidamente por Vespucio, a quem parécem caber os méritos cosmographicos daquella carta de Cantino, com as seguintes palavras:

"Venimus ad Antigliæ insulam, quam paucis ab annis Christophorus Colombus discooperuit".

Essas Antilhas, partes integrantes da America, e que a Colombo pareciam ser a propria India, por influencia das cartas de Toscanelli, já constavam de um mappa anonymo de 1424 existente na bibliotheca do Duque de Weimar, das cartas de Becário de 1426, de Andréa Blanco ou Branco de 1436, de Pareto de 1455, de Fra Mauro de 1457, da carta de Toscanelli, escripta a Fernão Martins, em 25 de Junho de 1474, revelada pelo proprio filho de Colombo e por elle authenticada, e finalmente, na carta de Benincasa, de 1476, todas, como se vê, muito anteriores á primeira viagem de Christovam Colombo.

A carta de Pietro Pascuáligo, escripta de Lisboa aos 18 de Outubro de 1501 ao Senado Veneziano narrando a chegada de um dos navios que partiram com Gaspar Côrte Real, (M. Sanuto — Diario — Códice Marciano — VII — Pag. 228) mostra como o continente americano éra profundamente conhecido por Corte Real, em contraste com a ignorancia de Colombo demonstrada ainda depois dessa data por seu filho e biógrapho, e liga-se com o encontro do marco de pedra encontrado há pouco tempo pelos americanos na praia de Daytona, accusando a chegada desse Corte Real, ao continente americano, pela primeira vez, em 1490.

Faz crer tambem, essa carta de Pascuáligo, que Vespucio andava ligado a essa viagem de Corte Real, visto que a primeira descripção do continente americano feita ao mundo com detalhes e pormenóres, foi a desse cosmógrapho florentino, assim como o mappa de Cantino foi o primeiro que ligou os dois continentes americanos num mesmo desenho e numa mesma idéa, mappa esse, como já dissémos, attribuido sem discrepancia, ás informações de Vespucio.

Deante desta série de circumstancias históricas, e sabendo-se que em 1492 ou pouco antes, João Fernandes Lavrador e Pero de Barcellos descobriram o ponto do continente americano que até hoje consérva o nome do primeiro (Terra do Lavrador), pouco se póde reservar a Colombo, a não ser a rutilancia da lenda que o envolveu e o proprio mérito da viagem feita, que trasmittiram o seu nóme á posteridade.

A opposição dos scientistas do seu tempo, ou visinhos delle, ao merecimento dos seus feitos, é sem duvida a melhor revelação material, que temos hoje, reforçando a contribuição documental da historia, e, a exaltação de Vespucio

é bem a condemnação da sua figura descobridora, que não escapa ao dilema, de perder-se entre os méritos de Toscanelli e as informações e papeis de Affonso Sanches e Vicente Dias, theoria, sciencia e pratica, que o levaram á viagem da sua suppósta India.

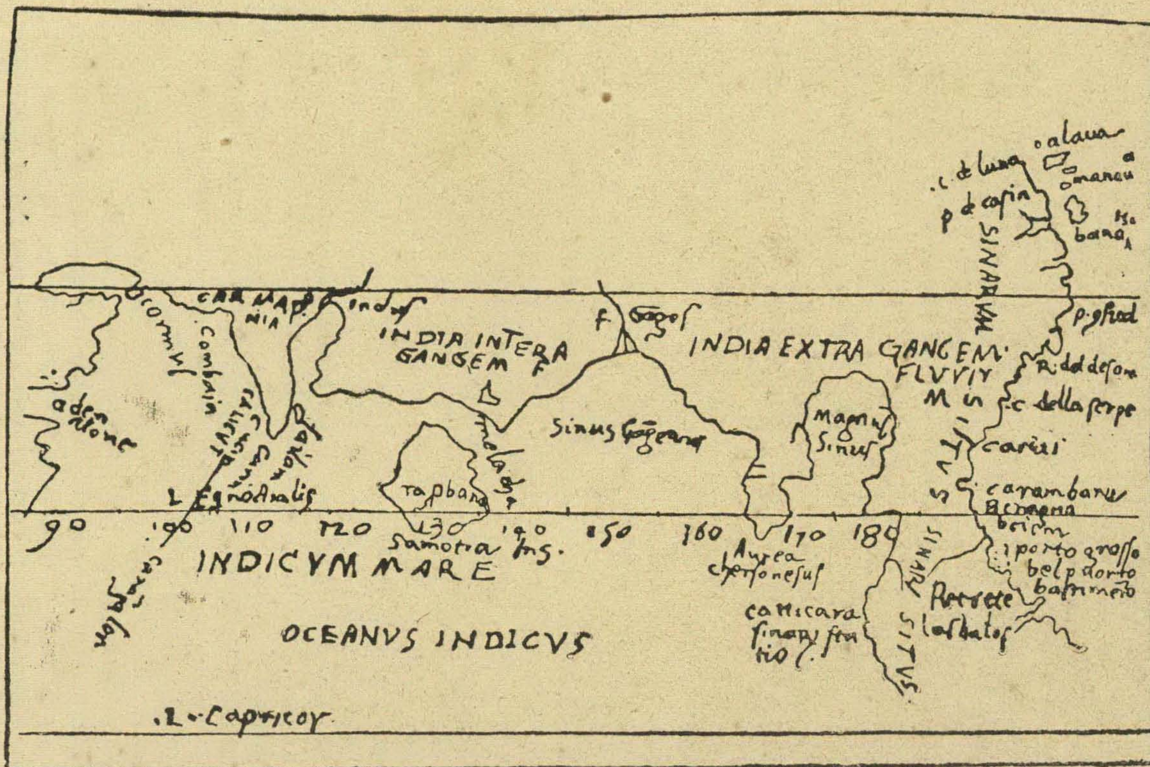
E' muito conhecido o facto historico, já citado, do encontro pelos americanos, recentemente, de uma lage com uma inscripção de 1490, na região do Daytona, accusando a estada alli, do célebre Corte Real, naquelle anno. Essa rocha, o governo americano paréce ter offerecido ao governo portuguez, e em Portugal já se aventou a idéa de ser a mesma collocada ao centro de uma praça publica. Esse, aliás, éra um dos meios communs e reconhecidos como sufficientes naquella época, para alguem estabelecer a posse ou a primazia da pósse de um logar suppóstamente attingido pela primeira vez.

Tambem em fins do decenio de 1480|1490, dois annos talvez apóz o facto históríco de Affonso Sanches, João Coelho, portuguez, habitador da Ilha Terceira, irmão dos famosos Nicolau, Egas e Duarte Coelho, organisou uma expedição para o Sudoeste dos Açores (1), e esteve então numa terra para elle desconhecida onde acabou por naufragar e perecer desastradamente, escapando da tremenda aventura, apenas dois marinheiros, homens rudes, que não soubéram explicar em Portugal, a verdadeira situação da tal terra, e dahi o ter-se perdido o valor do descobrimento de Coelho, pela impossibilidade de se aproveitar o depoimento verdadeiro mas impreciso dos dois homens da expedição. Suppôz-se apenas que se tratasse das terras do Brasil pela posição e tempo levado até serem attingidas, como ainda por serem as unicas terras mais ou menos desconhecidas para dentro dos mares percorridos por elles.

De qualquér fórma porem, ficára mais uma vez determinada a existencia de grandes térras nas regiões do globo officialmente ainda consideradas vasias.

Apezar da verdade destes factos; apezar de ter-se na attitude de Portugal de 1491, negando-se a auxiliar Colombo, a próva flagrante de que elle não éra navegadôr, como aconteceria ainda hoje a qualquér hómem que se dirigisse a um governo solicitando recursos para effectuar um descobrimento, sem que entretanto, apresentasse próvas de competen-

(1) "Brasil Illustrado" — 1887.



Esbôço dos litoraes americanos pretensamente descobertos por Colombo na sua quarta viagem, e que comprova a obstinação do pretenso descobridor da América em suppor-se navegando nos mares asiáticos.

(Die Karte des Bartolomeo Colombo über die vierte Reise des Admirals" de F. Wieser, no Mitteilungen des Instituts für oesterreichische Geschichtsforschung Erganzungsherft, 1893)

Extraido da "Hist. da Col. Portug. do Brasil - Vol. I - Pag. LIV

portuguezes na nóva região. Esta attitude de D. João II e o empenho com que defendeu naquelle momento aquillo que elle achava um direito de Portugal, dá-nos hoje a impressão, e mais do que isso, a certeza, de que a existencia das terras da futura América do Sul e do futuro Brasil já não éra segredo para elle, confirmando ao mesmo tempo, tudo quanto desenvolvemos no inicio deste capitulo.

Portugal aprestou-se para a guerra, ante o espanto do povo que não podia comprehender o porquê de tal movimento.

Sabedores os reis da Hespanha do que se estava passando em Portugal, e sentindo a imminencia de um rompimento perigoso com o irmão da peninsula, para lá enviaram immediatamente, os embaixadores Garcia de Carvagal e Pedro d'Ayala, que conseguiram por fim, de D. João, fazer sustar os seus preparativos béllicos. Foram, consequentemente, nomeados os plenipotenciarios para uma Convenção que evitasse os extremos da guerra, e que ajustasse para isso, os limites definitivos dos futuros dominios "adivinhados" de uma e outra Nação, sob forma consentanea. Pela Hespanha apresentaram-se devidamente credenciados: D. Henrique Henriques, Dom Jorge de Cardines e o Dr. Maldonado; por Portugal: Ruy de Souza, D. João de Souza, filho do primeiro, e o Dr. Ayres d'Almada. (1) Essa Convenção foi de facto coroada de éxito, celebrada e assignada em Tordesilhas a 7 de Junho de 1494, e ractificada depois em Acévalo a 2 de Julho e em Setubal a 5 de Setembro do mesmo anno.

Por aquelle Tratado ,a linha demarcatória passaria não a cem léguas como ficára pela rectificação de Clemente VI, mas a 370 léguas a partir do ponto mais occidental das ilhas de Cabo Verde para o Oéste.

O apparato da força produzira como se viu e como se havia de ver depois, bastante fructo, mas não tanto quanto poderia produzir. Portugal por ambas as Bullas papaes não encontraria sinão agua dentro de sua zona de direitos, emquanto que a Hespanha ficaria com toda a America do Sul actual; o que acaba de nos convencer, de que o rei de Portu-

(1) "Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos feitos até a era de 1550" composto pelo famoso Antonio Galvão — Offerecido ao Snr. Dom Luiz de Menezes — Quinto Conde da Ericeira (IIª. Edição — 1732 — Pag. 37).

gal não discutia uma hypóthese, e sim a pósse de uma região, o mais dilatada possivel, numa terra cujas latitudes e longitudes já lhe éram em parte conhecidas. Com os resultados da Convenção, ainda assim cahira D. João numa desproporção geográphica quanto ás futuras terras do Brasil, desproporção essa desfeita sómente duzentos annos depois, primeiro arbitrariamente — pela conquista e penetração bandeirante, e depois, legalmente — por effeito do Tratado de 1750.

Em consequencia da assignatura do Tratado de Tordesilhas, éra de esperar que uma expedição portugueza official demandasse as regiões discutidas naquelle mesmo anno. Tal não se deu porem, e só quatro annos depois, é que Duarte Pacheco Pereira, officialmente, mas em caracter sigilloso, no anno de 1498 realiza a primeira viagem exploradora. (Não temos noticia de outra expedição).

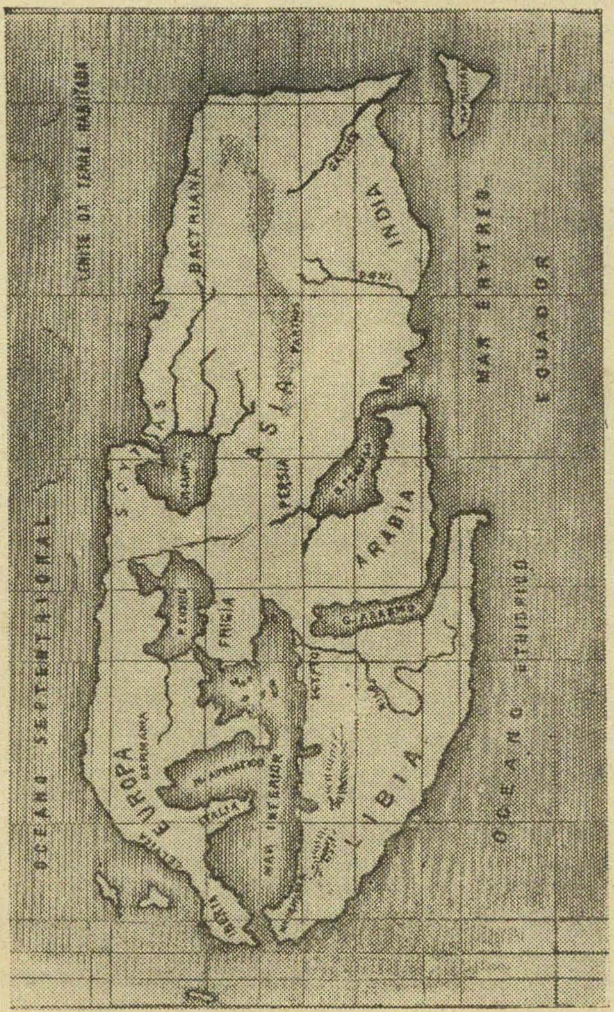
Do que se apurou naquella viagem de reconhecimento, sabemos hoje pelo proprio Duarte Pacheco Pereira, em seu precioso "ESMERALDO DE SITU ORBIS", do qual existem duas cópias na Bibliothéca Publica de E'vora, descripção que ao Rei D. Manoel, fazia o grande navegante portuguez ao fim da sua missão, do que viu e do que fez na nóva terra.

Eil-a, no trecho em que directamente nos interessa: (1)

> "... E alem do que dito é, a experiencia que é a madre das cousas, nos desengana e de toda duvida nos tira; e portanto, bem aventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro anno de vosso reinado do anno de Nosso Senhor de Mil quatrocentos e noventa e oito, d'onde nos vossa Alteza mandou descobrir a parte occidental, passando alem a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tal grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella, que se extende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o Polo Arctico, e posto que seja assaz fóra, e grandemente povoada, e do mesmo circulo equi-

(1) "Historia da Colonização Portugueza do Brasil" — Tomo I Pag. 241 — e T. de Souza Lobo — "O Brasil Confederado" — Parte I — Pag. 23. — "Centenario do Descobrimento da America" — Memorias da Commissão Portuguesa — Lisbôa — 1892.

nocial torna outra vez, e vai alem em vinte e oito graus e meio de ladeza contra o pólo antárctico, (altura de Cananéa actual) e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de uma parte nem de outra

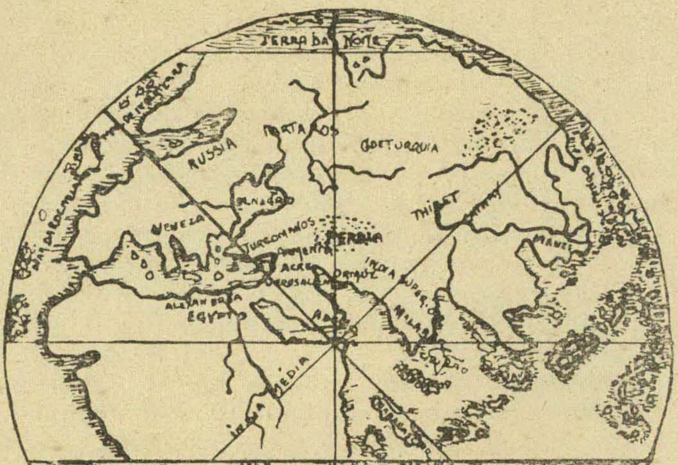


O "mundo antigo" de Strabão

não foi visto nem sabido o fim e cabo dela, pelo qual, segundo a ordem que léva, é certo que vai em circuito por toda a redondeza que temos sabido que — das praias e cóstas do mar destes Reinos de Portugal e do

promontório de Finisterra e de qualquer outro lugar da Europa e d'Africa atravessando alem todo o Oceano direitamente a ocidente ou a loeste segundo ordem de marinharia, por trinta e seis graus de longura, que serão seiscentos e quarenta e oito léguas de caminho, contando as dezoito léguas por grau, e ha lugares algum, tanto mais longe — é achada esta terra, navegada pelos navios de vossa Alteza, e, por vosso mandado e licença os dos vossos vassalos e naturais; *e indo por ésta cósta sobredita, do mesmo circulo equinocial em diante, por vinte e oito graus de ladeza contra o pólo antarctico, é achado nela muito e fino brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes Reinos vem grandemente carregados."*

E' uma revelação importante como se vê, a deste documento e delle como cita Souza Lobo, já tratou Pandiá Calogeras (1) dizendo que "paréce decisivo o trecho, e não



O mundo de Marco Polo

póde ser contestada a sua veracidade". Extranha Calógeras como extranha tambem o grande mestre Capistrano de

(1) "A Politica Exterior do Imperio" — e "Revista do Instit. Historico — I.º Vol. parte IIª. — pag. 44.

Abreu (1) que não tenha sido dado a Duarte Pacheco Pereira, o titulo official de descobridor do Brasil, em falta de outro nóme official anterior.

Cumpre observar tambem a declaração final e importantissima de Pacheco Pereira, pósta em grypho por nós, pela qual se fica sabendo, que, já naquelle anno de 1498, navios do Reino, autorisados, faziam expedições ao futuro Brasil, transportando madeiras e productos da terra.

Tudo isto sérve para nos mostrar quão errada tem andado a nossa Historia, que, neste ponto como em outros, cumpre ser reformada officialmente para ser verdadeira e merecer fé.

Depois dessa expedição de 1498, a viagem mais conhecida ao Brasil, é a do hespanhol Vicente Yanez Pinzon, assim descripta no "TRATADO DOS DESCOBRIMENTOS ANTIGOS E MODERNOS FEITOS ATÉ A ERA DE 1550 — POR ANTONIO GALVÃO — 1732 — Pagina 35, já citada:

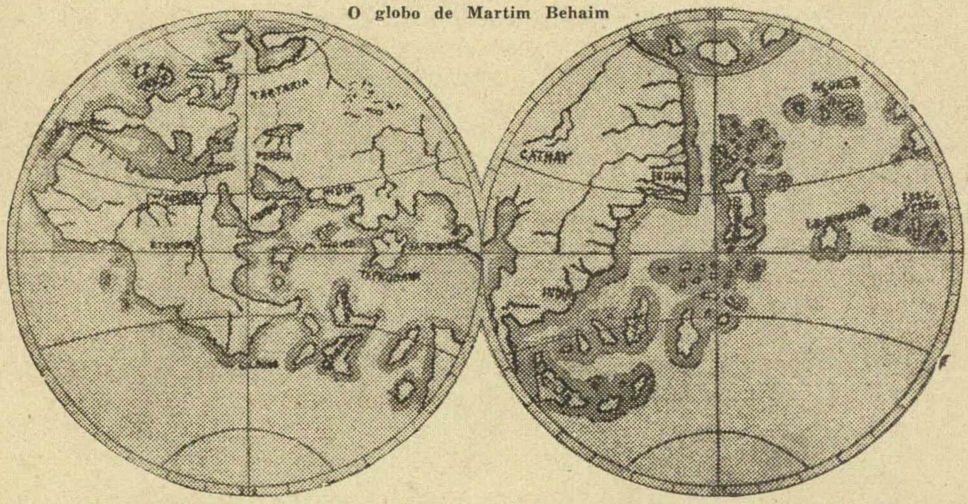
> "No anno de 499, a treze dias do mez de Novembro, partirão de Pallos, Vicente Añez Pizão, e seu Sobrinho Aires Pizão, com quatro navios que armarão a sua custa, pera descobrimento do Novo Mundo, com licença del Rey de Castella, e Regimento que não tocasse no que o Almirante Colon tinha descuberto, pello que forão ás ilhas de Cabo Verde, e passarão a Linha da outra parte do Sul, e descobrirão o Cabo de Santo Agostinho que está daquella banda em oyto graos daltura, e escreverão em troncos de arvores e penedos o nome del Rey e Rainha com alguns delles, e o anno, e dia que alli chegarão, pelejarão com os Brasil, e não guardarão nada.
>
> Tomarão na mão a Costa contra o Ponente, e no Rio Maria, Tambem, captivarão neste tempo trinta e tantos indios, tomarão o Cabo primeiro, Angra de S. Lucas, a terra dos Fumos, o Rio Maranhão, e o das Mazonas, e rio Doce, e outras partes ao longo da Costa, etc....."

Não procéde portanto a affirmativa, já agóra sem geito de terem os hespanhóes citados precedido aos portuguezes no descobrimento da terra brasileira.

(1) Capistrano "O Descobrimento do Brasil".

Na mesma occasião, Alonso de Hojeda e Americo Vespucio apparécem em excursão ás novas terras, em companhia do piloto e roteirista Juan de La Cosa, de cuja viagem resultou o primeiro e mais antigo mappa do Brasil, de autoria deste La Cosa. Desceram elles ao que se sábe até 6 graos de latitude Norte e a 8 gráos de latitude Sul. (1) Lógo em seguida, vem Diego de Lepe, em nóva expedição castelhana, apezar de saberem os hespanhóes, que aquella terra, pelo Tratado de 1494, não lhes pertencia. A unica cousa que justificaria as arribadas castelhanas ao Nórte do Brasil, seria a declaração por parte delles, de estarem verificando onde ficava o ponto exacto de interferencia entre a cósta e o meridiano de Tordesilhas. Parece que, de facto éssa foi a intenção dos primeiros expedicionários hespanhóes, visto que não desceram alem dos referidos oito gráos de latitude sul.

O globo de Martim Behaim



Os mappas de Behaim, Strabão e Marco Polo, com o de Henry Martelli de 1489 (quasi uma copia do Mundo antigo de Strabão e que ainda não considerava a terra redonda) e as cartas geographicas de Pedro d'Ailli e Toscanelli foram os documentos cosmographicos predecessores da éra americana.
O confronto deste globo com o mappa dos littoraes americanos da 4.a viagem de Colombo, atráz reproduzido, acaba de revelar a profunda ignorancia cosmográphica daquelle "descobridor".

Só então é que se verifica a viagem de Pedro Alvares Cabral, considerado como o verdadeiro descobridor, ou pelo menos como o descobridor official do Brasil. E' a história

(1) H. Kraemer — "L'Univers et L'Humanité" — Vol. IV — Pags. 32/33.

de Colombo quasi, a se repetir no caso da nossa terra, não por culpa de Cabral, que nunca se considerou descobridôr delle cértamente e cujo pensamento está expresso na carta de Mestre João a D. Manoél, que adiante transcreveremos, mas por culpa dos historiadores, que lhe attribuiram tal feito.

Corroborando o que affirmamos e o que evidencia a carta de Duarte Pacheco Pereira, ahi temos os documentos importantissimos da Armada de Cabral e do proprio Rei D. Manoel.

Como se sabe, Méstre João, éra o cirurgião e physico da expedição Cabralina, e, em carta de 1.° de Maio de 1500, escreveu elle ao Rei, contando que, na segunda-feira, 27 de Abril, desembarcára com o piloto do Capitão Mór e com o de Sancho de Tovar, na terra que acabavam de descobrir, fazendo nella a próva do descobrimento anterior:

> "...............Quanto, Señor, al sytyo desta tierra, mande Vosa Alteza traer un napamundj que tjne PERO VAAZ BISAGUDO, e por ay podrra ver Vosa Alteza el sytyo desta tierra; en pero, aquel napamundj non certyfica esta tierra ser habytada, ó no. Es napamundy antiguo; e ally fallara Vosa Alteza escripta tanbyen, etc............
>
> Fecha en Vera Cruz, a primeiro de Majo de 500." (1)

Comprehendemos por este trecho da carta de Méstre João, que em mappa-mundi antigo já constava o perfil da terra brasileira, mas sem a declaração de ser ou não habitada, confórme poderia o proprio Rei verificar chamando a Pedro Vaz Bisagudo, o portuguez que a possuia. Quem seria o autôr de tal carta geographica ? De que data e de que expedição proviria ella ? Não seria esse mappa, o mesmo de André Blanco que se encontra na Bibliotheca de São Marcos em Veneza? Esse é um dos segredos da Historia, que nunca se desvendará talvez, mas que próva a qualidade do descobrimento de Cabral.

Por sua vez, em 1501, communicava o Rei D. Manoel a seus sogros, Fernando e Izabel de Hespanha o successo da

(1) "Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo" — Acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas. (1892) Pag. — 122.

segunda viagem á India, por seu almirante Pedro Alvares Cabral, dizendo no que se referia ao Brasil, o seguinte:

"...O dito meu capitão partio com 13 náos, de Lisbôa, a 9 de Março do anno passado, e nas oitavas da Paschoa seguinte chegou a uma térra QUE NÓVAMENTE DESCOBRIO, á qual poz nome de Santa Cruz, na qual encontrou gente nua como na primitiva innocencia, mansa e pacifica; a qual terra paréce que Nosso Senhor quiz que se achasse, porque é muito conveniente e necessaria para a navegação da India, porque alli reparou seus navios e tomou agua; e pela grande extensão do caminho que tinha de percorrer, não se deteve afim de se informar das cousas da dita terra, sómente me enviou de lá um navio para me noticiar como a achou..........." (1) (2)

Este documento de D. Manoel confirma a carta de Mestre João e autoriza a rectificação das commemorações até hoje effectuadas sobre este facto histórico. (3)

Temos a impressão para não dizer a certeza, de que, hoje, quem dissér perante o mundo scientifico de Portugal, interessado directo nas glorias do nosso descobrimento, que o Brasil foi descoberto por Pedro Alvares Cabral, cahirá no ridiculo e será alvo da risóta de todos os que o ouvirem e acreditamos sincéramente, que, se não tivémos ainda a reforma official dos varios pontos errados da nossa Historia, é porquê em geral os nossos governos não cuidam de tal matéria, reputada por elles de nenhuma importancia e indigna de tomar o precioso tempo dos principes da Republica. Aliás, num paiz em que o passado é lembrado apenas por desfastio, em que os pergaminhos são ridicularias, em que as genealogias são francos exotismos, e o proprio homem emfim só vale pelo presente material, não seria de esperar outra cousa.

(1) "Brasil Illustrado" — Rio — 1887 — Anno I — Pag. 67.

(2) "Centenario do Descobrimento da America" — Memorias da Comissão Portugueza — Lisbôa — 1892.

(3) O Capitão Tenente A. A. Baldaque da Silva — na importante obra histórica "O Centenario do Descobrimento da America" — Memorias da Commissão Portuguesa — Publicada em Lisbôa em 1892,

Jayme Cortesão o conhecido poéta-escriptor-historiador portuguez, em seu precioso trabalho "DO SIGILO NACIONAL SOBRE OS DESCOBRIMENTOS" publicado em "LUSITANIA" e transcripto em o N.º 9 da Revista "Terra de Sól" de Setembro e Outubro de 1924, fazendo commentários e considerações em torno das chronicas officiaes sobre os descobrimentos portuguezes, esclarece os motivos do sigillo sobre a existencia da terra brasileira, conhecida desde 1448, dizendo o seguinte em varios trechos do referido trabalho:

D) "A IXOLA OTINTICHA EM 1448. Finalmente as mutilações da Crónica da Guiné vêm dar novo interesse á celebre carta de Andréa Bianco de 1448, em que a sudoeste de Cabo Verde apparéce uma terra com aquella designação na mesma latitude e forma aproximada do nordeste brasileiro. Segundo o nosso Antonio Galvão, ter-se-ia descoberto uma terra a ocidente em data um pouco anterior a 1448. Oldham Yule, e depois dele outros mais, aceitaram o facto como o descobrimento do Brasil antes de 1448, etc." (1)

. .

E) "O SEGREDO DOS DESCOBRIMENTOS E AS CÔRTES DE 1481. Finalmente só ao cabo deste estudo queremos apontar um facto do maiór significado. Nas Côrtes de 1481, com que D. João II abriu o seu reinado, num dos capitulos dos povos, pede-se-lhe não mais consinta que os estran-

demonstra que Cabral veio para os mares austraes em demanda das Indias, cumprindo um roteiro traçado por Vasco da Gama e a elle entregue pelo Rei D. Manoel, motivo porquê, Pedro Vaz Caminha em sua carta ao mesmo Rei, dando conta dos primeiros factos da Armada cabralina, dizia-lhe que haviam vindo SEGUINDO O RUMO POR ELLE DADO.

Nesse mesmo trabalho, intitulado "O Descobrimento do Brasil", um dos que compoem a obra acima referida, á pagina 50, reproduz Baldaque da Silva a inscripção da lousa sepulchral de Pedro Alvares Cabral, que damos a seguir. Óra, um facto da importancia do descobrimento da terra brasileira, não deixaria de ser lembrado sobre a

(1) Este mappa citado por Jayme Cortesão é o mesmo apontado por Southey, de que tratamos no principio deste capitulo, relativo á viagem descripta por João de Barros, e existente na Bibliotheca de São Marcos em Veneza.

geiros se estabeleçam em seus reinos e senhorios, alegando, entre várias razões, pelo que toca a florentinos e genovezes que "EM ESTES REGNOS NUNCA FEZEROM PROVEITO SALVO ROUBALLOS DE MOEDA DOURO E PRATA E DESCOBRIR VOSSOS SEGREDOS DA MINA E ILHAS". (1).

Daqui se vê que não só era do conhecimento publico a existencia de segredos sobre os Descobrimentos, como o povo pedia ao Rei a sua rigorosissima defesa,

. .

CONCLUSÕES

c) "As mutilações e falsificações da Crónica da Guiné, são mais um argumento a favor do sequestro prepositado das crónicas de Cerveira, Fernão Lopes e Azurara e dos FURTOS E EMENDAS de Rui de Pina. Todavia este não fez mais do que repetir, em maior escala, sob as ordens de D. João II, o que Azurara fizera sob as de D. Henrique. Alem disso, D. João II, ainda que procedendo por sua iniciativa, cumpria tambem um mandato da nação.

pedra tumular do mesmo Cabral, se de facto houvesse sido elle o descobridôr e isso lhe reconhecessem os parentes, autoridades e amigos, que, por occasião de sua mórte se incumbiram do epitáphio. Entretanto, nada consta alli, a tal respeito, e isso é um dos bons elementos contra semelhante versão officialisada no Brasil.

SEPULTURA DE CABRAL, EXISTENTE NA CAPELLA DE SÃO JOÃO BAPTISTA NA EGREJA DA GRAÇA DE SANTAREM, CONVENTO QUE PERTENCEU Á ORDEM DOS EREMITAS DE SANTO AGOSTINHO.

"AQVI IAZ PEDR'ALVAREZ CABRAL E DONA IZABEL DE CASTRO SUA MOLHER CVIA HÉ CAPELLA HE DE TODOS SEOS ERDEIROS A QVALL DEPOIS DA MORTE DE SEV MARIDO FOY CAMAREIRA MOR DA INFANTA DONA MARYA FYLHA DELREY DÕ JOÃO NOSO SEÑOR HO TERCEIRO DESTE NOME."

(1) "Alguns Documentos da Torre do Tombo" — Pags. 14 e 41 — "Archivo dos Açores" Vol. 1 — Pags. 21 a 28 e 250 — e Livro I da Chancellaria de D. Affonso V — Fl. 78.

d) "Conjugando a afirmação de Barros sobre os descobrimentos de outras ilhas e resgates, no tempo de D. Afonso V, os quais já vimos NÃO PODEREM SER OS DA COSTA AFRICANA, com o pedido das côrtes em 81 e o facto das crónicas não dizerem uma só palavra sobre as viagens para Ocidente, antes de Pedro Alvares Cabral, concluimos que era este o principal objecto do sigilo da nação. (1)

e) "Melhor se pode compreender agora que, referindo-se o ESMERALDO a uma viagem e ao descobrimento clandestino da América, ordenado por D. Manoel, João de Barros, nas Décadas, o não citasse.

f) Como Damião de Góis foi o cronista-mór dos netos de D. João II e dos Reis Católicos, entre os quais se déra o formidável pleito para a posse das novas terras descobertas, era-lhe impossivel dizer toda a verdade sobre o grande debate, sem grave melindre ou menoscabo para qualquer das partes. Sabe-se hoje que a sua "Crónica de D. Manuel" foi odiósamente mutilada por ordem real em tudó, — e foram longas passagens, — que podia ferir as pessoas reais vivas ou a memória dos Reis católicos (2). No mesmo anno de 1566, em que saiu a 1.ª edição, se publicou uma 2.ª e se fizeram desaparecer quási todos os exemplares daquella. Este facto, que igualmente confirma as mutilações das outras crónicas, explica que Damião de Góis, ao publicar a Crónica do Principe D. João, não desse a razão oculta dos desaparecimentos e furtos que apontava. Era-lhe vedado, a experiencia o ensinava, o publicá-la.

g) As bases, de caracter oficial, sobre que até aqui SE TEM ESCRITO A HISTORIA DOS DESCOBRIMENTOS SÓ COM AS MAIORES RESERVAS SE PODEM ACEITAR, PORQUE ESCONDERAM

(1) As cartas já reproduzidas neste capitulo, de Mestre João, Physico da Armada de Cabral, ao Rei D. Manoel, e a deste Rei aos reis da Hespanha, são as melhóres próvas em favor desta affirmativa de Cortesão.

(2) Vêr "Arqueologia Artistica" N.º 10 — "Goesiana" — As variantes das Crónicas por Joaquim de Vasconcellos.

DELIBERADAMENTE UMA GRANDE PARTE DO ESFORÇO NACIONAL. Impõe-se a publicação de edições criticas das nossas crónicas, a começar pela de Guiné, assim como dos inúmeros documentos inéditos dos arquivos nacionais e estrangeiros, que auxiliam a decifrar, uma nova historia portuguesa. Para alem da epopeia cantada por Camões, há outros Lusiadas ocultos".

Estas palavras são o ACCUSO do escriptor portuguez, ás mutilações e ás censuras soffridas por todos os trabalhos officiaes dos chronistas do Reino sobre os Descobrimentos, verdadeiros córtes ao corpo da verdade, inimiga dos sigillos das antigas côrtes e das suas conveniencias de ordem internacional.

E' o caso da América, é o caso do Brasil e é o caso de São Vicente como havemos de vêr. Nem o proprio "Diario da Navegação" de Pero Lopes de Souza deveria escapar ao fatalismo, entregando-nos o passado, em logar do precioso original perolopino que tão solidamente construiria o nosso periodo inicial, um miseravel apógrapho, cheio de duvidas, de erros, de correcções, de desencontros chronológicos e de lacunas insanáveis, que as nossas gerações absolutamente não mereciam. O caso de São Vicente é um caso de flagrante sigillo e conveniencias quanto á sua primeira colonisação, e por isso é que sempre tivémos a impressão de que a sua vida official teve inicio apenas em 1532. Os Capitulos IV e V desta óbra hão de demonstrar o que dizemos. Mas, voltemos ao caso brasileiro.

Em conclusão. O Brasil teria naquelle anno de 1500 e por força do Tratado de Tordesilhas, uma área approximada de 2.874.621 kilómetros quadrados, a terça parte da que hoje tem, e cuja maiór porção ficava ao Nórte, de onde escorria para o Sul numa faixa estreita a fechar cada vez mais sobre a cósta.

Dois séculos e meio depois, o famoso Tratado de 1750, veio desfazer as deficiencias do de Tordesilhas. A acção diplomática do grande santista Alexandre de Gusmão e a capacidade politica de Pombal levaram-no á conclusão entre Portugal e Hespanha, consagrando e mantendo as conquistas realizadas pelos paulistas sobre território hespanhól por todos aquelles annos anteriores e desde a época de 1600.

Os artigos 13 e 14 do novo Tratado de 1750 estabeleceram as concessões mutuas feitas entre ambos os paizes e fixaram os nóvos limites entre os seus territórios, ficando para sempre desfeito o mal concebido Tratado de 1494, cujos erros de apreciação geographica, muito naturáes, em que se baseára, reduziam o Brasil, ou seja a parte portugueza naquella época, á pequena proporção indicada. Éra o Tratado de Madrid, celebrado a 13 de Janeiro de 1750 entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Hespanha, e ractificado por ambas as côrtes em 26 do mesmo mez e em 7 de Fevereiro seguinte.

O ponto de interferencia entre o meridiano de Tordesilhas e a cósta brasileira, nunca foi bem determinado no Sul, surgindo dessa incerteza as constantes questões verificadas, com penetrações portuguezas sobre território hespanhol e hespanhólas sobre território portuguez. Para muitos o ponto de interferencia em apreço, ficava sendo a bahia da actual Laguna; porem, em 1530, em seu "YSLARIO", Alonso de Santa Cruz, dirigindo-se ao Rei da Hespanha, dizia que o mesmo ponto ficava situado, confórme verificações feitas antes por geógraphos e cartógraphos castelhanos, nas "Sierras de San Sebastian", pouco aquem da actual ilha do mesmo nóme. Que elle, entretanto, nunca foi bem determinado e reconhecido, quér por uma quer por outra das partes, ahi estão para o provar essa declaração do official de Caboto, e a ordem de D. João III, do mesmo anno de 1530, a Martim Affonso de Souza, para que partisse a explorar as regiões austraes do Brasil "e o Rio da Prata !!"

Por tudo isto, se vê o enórme beneficio proporcionado pelo Tratado de 1750 ao Brasil, aos brasileiros e a Portugal, producto do trabalho diplomatico de Alexandre de Gusmão, óbra politica de Pombal e óbra de conquista dos bandeirantes de São Paulo. (1)

Finalisando este capitulo, explicaremos aos leitores desta óbra, que o nóme Brasil dado ao paiz pouco depois de 1500, segundo Muratori, na observação feita pelo Conego Fernandes Pinheiro á Historia do Brasil de Southey, foi empregado pela primeira vez no anno de 1128, num tratado entre os povos de Bolonha e Ferrara, no qual figura numa resenha de mercadorias a "grana de brasile", parecendo

(1) J. Resende Silva "A Fronteira do Sul" — Pags. 333 em diante.

segundo elle, que esta madeira vinha então das ilhas Malaias e que éra um dos artigos de commercio do Mar Vermelho.

De outras regiões sabemos, que, pelo tempo adiante produziram "brasil" de que houve largo commercio por alguns séculos, até que se esgotaram delle, como aconteceu depois com a nossa propria patria. Os aborigenes brasileiros chamavam a essa madeira, como até hoje — IBIRAPITANGA, e, em algumas regiões, segundo affirmativa de varios autores, principalmente no Nórte — ARABOUTAN. Quanto a esta ultima denominação, todavia, fazemos alguma resérva, por nos parecer que se trata apenas de uma incomprehensão por parte de quem a ouviu do incola e a reproduziu a seu talante, confundindo os sons, como é facil em se tratando da lingua brasilica e como aconteceu com tantos outros nómes da mesma origem.

CAPITULO II

A Expedição de André Gonçalves e Americo Vespucio

As primeiras denominações da costa brasileira. O apparecimento de São Vicente. A vinda do "Bacharel"

Apóz a arribada de Pedro Alvares Cabral, considerada até pouco tempo como casual e como o verdadeiro descobrimento do Brasil, mas já agóra livre de semelhantes interpretações, a primeira expedição que rumou para o Brasil em caracter directo e official, armada pelo proprio rei de Portugal, foi a de André Gonçalves (alguns pretenderam que fosse D. Nuno Manoel) e Américo Vespucio. (1)

Capistrano de Abreu, o grande mestre de Historia, diz (2) que a primeira expedição verdadeiramente exploradora ao Sul, foi essa de 1501, sob o commando de André Gonçalves, trazendo como piloto ou cosmógrapho o célebre florentino Vespucio, e assim Varnhagem, Rocha Pombo, e dezenas de grandes historiadores, cuja opinião está consagrada pelo Instituto Historico e Geographico do Brasil, em seu diccionario.

Por sua vez, D. Antonio de Souza na "HISTORIA DA CASA REAL PORTUGUESA" que tanto se extende na vida de D. Nuno, nada diz sobre qualquér viagem que o mesmo D. Nuno tenha feito ao Brasil. O autor das "Razões" para o Tratado de 1681 entre Hespanha e Portugal, historiando as primeiras explorações ao Brasil, apenas se refére ás viagens de Vespucio.

(1) O "Diccionario Histor. Geograph. e Ethnograph. do Brasil" — Publicação do Instituto Historico — Vol. I — Pag. 767 — accusa André Gonçalves e Américo Vespucio.

(2) "O Descobrimento do Brasil" — Pag. 71.

D. Nuno Manoel éra irmão do Camareiro-mór de D. Manoel, o fidalgo D. João Manoel, e mais tarde foi Guarda-Mór e Almotacé-Mór da Casa Real, pouco ou quasi nada entendendo de navegação, de accordo com os depoimentos mais antigos, ao passo que André Gonçalves éra o famoso navegante portuguez, mestre da náu que levára Vasco da Gama á India; que em 1499 já estivéra na região nórte do Brasil em curta viagem, percorrendo a região brasileira desde o Rio Grande do Norte até o Oyapock, e que, finalmente, fôra em 1500 o commandante da náu dos mantimentos de Pedro Alvares Cabral. (1)

Acreditamos que o commandante dessa expedição tenha sido mesmo André Gonçalves, porquanto D. Nuno tinha por occasião da partida da Armada, acabado de perder o irmão, grande válido do Rei D. Manoel, que por isso mesmo havia de lhe respeitar a dôr, e mais, porquê em Outubro de 1502, poucos dias portanto, apóz o retorno da mesma expedição, seguia D. Nuno Manoel no séquito do rei de Portugal acompanhando-o a São Thiago de Compostella, na Galliza, como seu Almotacé-Mór, o que não seria natural se elle ainda estivésse sob as canseiras de semelhante viagem ao Brasil.

Fique cérto, todavia, que, se D. Nuno não veio desta vez ao Brasil, veio pelo menos em 1514 com Christovam do Haro, trazendo como piloto a João de Lisbôa; e, Capistrano de Abreu diz ainda ser provavel que tenha sido elle o capitão-mór da fróta de 1506 (2), e, nesse caso, trazendo como pilotos a Vasco Gallego de Carvalho e João de Lisbôa. (3) e (4).



Américo Vespucio

(1) Capistrano de Abreu — obra citada — pag. 60.
(2) Ibidem.
(3) Alexandre de Gusmão — "Resumo Historico, Chronologico e Politico do Descobrimento da America" — 1751.
(4) Mello Moraes — "Chronographia Historica" — pag. 104.

Não errou, como se viu, aquelle grande rei português, porquê, posteriormente e firmando os grandes méritos do florentino, autor por sua vez dos méritos cartographicos de Cantino, Canerio e tantos outros; Martim Waldseemuller (Hylacomylus) em sua Cosmographia, (1) propoz que se chamasse América o continente austral percorrido por Vespucio. Da mesma forma procederam Johan Schoner em 1515, Joaquim de Uatt (Vadianus) em 1518, Pedro Bienewitz (Appianus) em 1520, Dr. Pedro Margallo no mesmo anno de 1520, (2) e outros grandes chronistas, cosmógraphos, geógraphos e navegantes daquelle século, quasi todos completamente extranhos tanto á Italia como á Hespanha, interessadas directas nas glorias do italiano illustre, e a elles se déve, o ter ficado como denominação primeiro da América do Sul e depois de todo o Novo-Mundo, esse nóme que etérnamente o lembrará.

Chegou a Armada de Vespucio á costa brasileira, no dia 7 de Agosto de 1501, ancorando os navios a 5.°, 3' e 41" de latitude sul, defronte do logar hoje chamado Arraial do Marco, situado na parte superior da costa do actual Estado do Rio Grande do Nórte, distante do Cabo de S. Roque, cerca de 45 milhas, e, dahi em diante, toda a cósta da nóva terra portugueza, que devia constituir mais tarde a grande patria brasileira, recebeu as primeiras denominações christãs; porquê elle "dahi foi rumando para o sul, plantando padrões, fazendo sondagens, traçando cartas e roteiros". (3) (4)

(1) Mathias Ringmann, grande admirador de Vespucio, professor de latim em Saint-Die, teve grande influencia na publicação da "Cosmographiæ Introductio et Globus Mundi" de Martim Waldseemuller (ou Waltzmuller) (1507/1509), depois traduzida do latim para o allemão, onde se diz: ("O Centenario do Descobrimento da America") 1892.

> "Et alia quarta pars per Americum Vesputium ut in sequentibus audietur inventa est quan non video cur quis iuve vedet ab Americo inventore sagacis ingenii viro Amerigen quasi Americi terram, sine Americam dicendam; cum et Europa et Asia a mulieribus sua sortita sint nomina".

(2) O Dr. Pedro Margalho (ou Margallo) éra natural de Elvas, doutor em Theologia pela Universidade de Paris e em Direito Canonico pela de Salamanca. Escreveu em 1520 o seu "Physice Compendium", sendo chamado depois para occupar logares importantes em Portugal.

(3) "Diccionario Hist. Geograph. e Ethnograph. do Brasil" — Publicação do Instituto Historico — Vol. I — Pag. 767.

(4) Austricliano de Carvalho — "Brasil Colonia e Brasil Império" — Tomo I — pag. 40.

Surgiram assim: O cabo São Roque, baptisado a 16-8-1501, o cabo de Santo Agostinho a 28 do mesmo mez, o Rio de São Francisco a 4 de Outubro, a Bahia de Todos os Santos a 1.° de Novembro (?), o Cabo de São Thomé a 21 de Dezembro, e o Rio de Janeiro a 1.° de Janeiro de 1502; a Angra dos Reis a 6 de Janeiro desse anno, São Sebastião a 20 do mesmo, São Vicente a 22 (actual estuário de Santos) e por fim Cananôr, que é a mesma Cananéa, ultimo ponto da cósta bem estabelecido e descripto por Vespucio, (1) e (2), apezar de saber-se pela primeira carta do florentino, que a Armada desceu até á altura de 32 gráus, visinhanças do Rio da Prata, correndo como se vê, territórios collocados fóra dos direitos de Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. O eminente Dr. Sophus Ruge, Cathedratico do Instituto Polytechnico Real de Dresde, em sua preciósa "HISTORIA DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS", prefaciada e annotada pelo Lente de Historia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisbôa, Manoel d'Oliveira Ramos — á pagina 298, apresenta a mesma relação de baptismos vespucianos, citando tambem o Rio de São Miguel, o de Santa Lucia (hoje Rio Doce) confórme o mappa de Vaz Dourado, de 1571.

De todas as denominações apontadas, porem, paréce que só a da Bahia de Todos os Santos foi dada em sua segunda viagem de 1503, quando desgarrado ou abandonado pelo resto da Armada de Gonçalo Coelho, Vespucio esteve em seu porto por dilatado tempo, de accordo com a narrativa da sua segunda carta. (3)

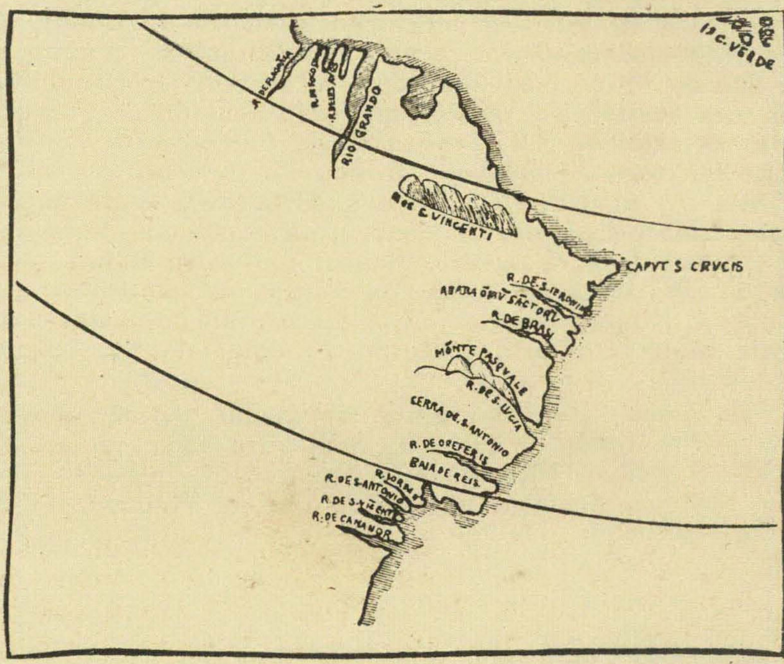
A Academia Real das Sciencias de Lisbôa, na "Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas", obra publicada debaixo de seu privilégio, officialisou o facto do baptismo vespuciano das terras do Brasil, publicando no Tomo 2 - N.° 4, da mesma, as duas cartas referidas, especificando, na introducção ao referido N.° 4 — "que Vespucio, logo que se recolheo á Lisbôa, entregou todos os seus livros e papéis a El-Rei D. Manoel, que os quiz ver e examinar", como tambem observou o Visconde de São Leopoldo em sua preciósa óbra, os "Annaes da Provincia

(1) Ibidem. Pag. citada.

(2) Damasceno Vieira — "Memorias Historicas Brasileiras" — Pag. 131.

(3) Mello Moraes — "Chronographia Historica" — Pag. 112.

de São Pedro" — 2.ª edição — 1839 — Pags. 2 e 3. Nem póde haver mais duvida quanto a isso, porquê, naquelle mesmo anno de 1502, e em consequencia da viagem do cosmógrapho florentino, appareceram na Europa, a carta geographica de Canerio, a de Cantino, cópia da daquelle, contendo todas as denominações da outra, menos São Vicente a 24° que a de Canerio incluira; e as de Kunstmann, N°s. II e III, no anno seguinte, de 1503.



A costa do Brasil em 1503
(Extrahido da "Geographia de Ptolomeu)

(Neste mappa de 1503 vê-se a denominação de "Rio de São Vicente" applicada ao actual estuário de Santos)

Tambem a geographia de Ptolomeu, obra impressa em 1508 em Roma, mas composta como é facil prever, nos quatro annos que se seguiram á volta da viagem vespuciana de 1503, foi produzida com relação ao Novo Mundo, com as revelações do famoso cosmógrapho, tendo por base Cantino, Canerio e os manuscriptos do florentino, contendo um mappa-mundi de João Ruysch o célebre geographo allemão, em

que figuram todos os ultimos descobrimentos portuguezes acabados de revelar por Vespucio. Aqui damos a reproducção da famósa carta do Brasil extrahida da Geographia de Ptolomeu.

No fim da referida óbra, e em forma de appendice, ajuntou-lhe o autôr um opusculo com o titulo NOVA ORBIS DESCRIPTIO AC NOVA OCEANI NAVIGATIO, QUE LISBONA AD INDICUM PERVENITUR PELAGUS. MARCO BENEVENTANO MONACHO CÆLESTINO AEDITA, descripção cujo mérito só póde pertencer origináriamente a Vespucio, como reconhecem os melhóres autores antigos na parte que diz respeito á nossa costa, visto ter sido elle o unico cosmógrapho que por aquella época viajára até alli e em toda a sua extensão.

Observando a reproducção aqui feita da carta geographica de João Ruysch, copiada da geographia de Ptolomeu, (e que não é a mais perfeita, visto que omitte algumas denominações já dadas á costa do Brasil) poderão os leitores notar, que dos 19 nómes na mesma contidos, doze ou treze têm fórma flagrantemente italiana, principalmente: Monte Pasquale — Rio de Fragrãza — Mos. S. Vincenti — R. de Foco Secho — e R. de S. Lucia; dois têm nómes alatinados (convem lembrar que as memórias de Vespucio foram escriptas por elle em latim) e as restantes cinco ou seis — sob forma possivelmente portugueza, como R. de Cananor — R. de S. Vicente — R. de S. Antonio — Baia de Reis — e Serra de S. Antonio, sem fallar em Is. de C. Verde, que não podiam deixar de ser escriptas sob a forma com que sempre constaram anteriormente dos glóbos ou mappas existentes.

Não podemos todavia, deixar de extranhar a denominação de CAPUT S. CRUCIS, dada ao Cabo de Santo Agostinho, quando Vespucio declara que foi este o nóme que lhe déra e não aquelle.

Para tudo, entretanto, há uma explicação. Acreditando por todos os motivos que tenham pertencido originariamente a Vespucio as primeiras denominações, admittimos, como é natural, que do commandante da mesma fróta de 1501, André Gonçalves, tenham partido tambem algumas dellas ,e dahi a forma portuguesa de várias. Nóte-se a differente graphia de *Mos. S. Vincenti* ao Nórte e *R. de S. Vi-*

cente ao Sul, se bem que no mappa de Canerio, de 1502. como nos de Kunstmann de 1503, a forma usada tenha sido a italiana, como acontéce ainda no de Martim Waldseemuller já posterior dois annos.

Quanto á denominação de Cabo de Santa Cruz, é possivel que Ruysch tenha dado preferencia ao baptismo de algum outro navegante da época, seja Gonçalo Coelho, Duarte Pacheco Pereira ou o proprio André Gonçalves.

O que não comprehendemos francamente, é a forma dada ao nóme Rio de Janeiro, transformado em R. OREFERIS, a não ser que tenha havido ahi alguma incomprehensão calligráphica da parte do editor, do impressôr, ou do mesmo Ruysch. Tudo é possivel, e isto, é o que temos a observar, para orientação do leitôr.

Finalisando a carta em que descréve toda a viagem da expedição de 1501, diz Vespucio: (1)

> "...Depois partimos para Lisbôa, d'onde ainda distanciavanos trezentas leguas da banda de loeste, e entramos a salvamento, Deus louvado, n'este porto, aos 7 de Setembro de 1502, com duas náus sómente, porque a outra foi queimada na Serra Leôa, por não poder navegar mais..."

Pouco tempo depois, em 1504, em carta de Lisbôa para Paris, dirigida a Lorenzo di Pier Francisco dei Medici, Vespucio fez a apreciação da natureza do paiz que visitára, mostrando-se encantado com tudo que vira em suas regiões austraes.

E' finalmente, em sua primeira carta cujos trechos principaes transcrevemos, e que constitue o seu verdadeiro "diario de viagem", que declara Vespucio haverem trazido em uma das náus da expedição, um "bacharel" degredado por D. Manoel a cumprir pena na nóva terra, e que esse "bacharel" foi deixado por elles em Cananôr, ou Cananéa actual.

Fica assim, e ao mesmo tempo, esclarecido o "mysterio" que parecia encobrir a vinda do famoso "bacharel" identificado pelos hespanhóes como Duarte Peres e por nós como Mestre Cosme Fernandes, que tão importante papel

(1) Damasceno Vieira — Óbra citada. — e Mello Moraes — Ibidem.

iria desempenhar na historia inicial de São Vicente, para cuja região elle passára logo apoz a chegada, em presumivel contravenção ás ordens e determinações do chefe da Armada que o trouxéra. E' que elle, de passagem pelo Porto de São Vicente (estuário de Santos) percebera as vantagens topographicas da região para uma futura feitoria, e dahi sua vinda lá de Cananéa.

O famoso "bacharel", como se verá no capitulo seguinte, foi o fundador do povoado chamado de São Vicente, levantado pelos annos de 1510/1516 no mesmo logar onde hoje fica a cidade e do primeiro PORTO DE SÃO VICENTE (junto á Ponta da Praia, no estuário santista) origens um e outro das duas cidades actuaes, São Vicente e Santos.

Por motivos faceis de explicar e que explicamos da melhór fórma no trabalho seguinte, deixou Martim Affonso de Souza de se referir em seus papéis, documentos ou noticias deixados á posteridade, ao povoado já encontrado por elle, para referir-se sómente ao Porto de S. Vicente e muito vagamente ainda assim, a ponto de toda gente pensar que a vida civilisada nesta ilha, começou em 1532 com a sua chegada, e que antes delle só havia aqui, florestas e bugres bravos.

A verdade triumphou porem, atravez do depoimento de navegantes hespanhóes e portuguezes mesmo, a serviço da Hespanha, em beneficio da posteridade enganada. Dahi o relato que fazemos no capitulo que ségue.

CAPITULO III

São Vicente

São Vicente nas primeiras cartographias — O porto de São Vicente. As primeiras expedições — Primeiros povoadores e visitantes. O "Bacharel" e seu genro Gonçalo da Costa. Diogo Garcia e Alonso de Santa Cruz. Origens das Villas de São Vicente e Santos

São Vicente (rio, porto, ilha e depois região e povoados) é nome que já apparéce, como dissémos em capitulo anterior, nos mappas de Canerio (1502), de Kunstmann N.ºs I e II (1503), de João Ruysch (1506/1508) incluido na geographia de Ptolomeu (1508), e no de Martim Waldseemuller (Hylacomylus) de 1507, incluido em sua Cosmographia; sob varias formas: "San Uincentio", "Sambicente", "San Vincenzo" e "San Vincento". (1)

Foi por ignorarem essa circumstancia, como por ignorarem a primitiva existencia do Porto e do povoado de São Vicente, que muitos historiógraphos confundiram toda a nossa vida inicial, dando-lhe começo apenas em 1532, com a creação das semi-lendas de Martim Affonso.

Tudo isto, entretanto, já se torna obsoleto desde que vimos, preliminarmente, que, a começar do nóme São Vi-

(1) Paulo Prado em "Paulistica" só não cita os de Kunstmann, mas Rocha Pombo, na "Historia do Brasil" — Vol. II, trata tambem destes, pormenorisadamente, assim como a "Historia da colonisação portuguesa do Brasil" na parte competente.

cente, nada déve ser attribuido áquelle fidalgo, a não ser a propria colonisação regular que substituiu á primeira irregular em 1532, e a categoria de "Villa" dada ao antigo povoado existente desde as proximidades de 1510, em sua nova phase e expansão, o que equivale dizer a renovação ou refundação official de S. Vicente.

A contar da época daquelles primeiros mappas, e em continuação ás aventuras anteriores, portuguezes e hespanhóes em deliberada e benemerita porfia, desceram constantemente para esta parte do hemisphério, em busca do precioso "brasil" explorado regularmente por uns e contrabandeado por outros; depois em busca das falladas maravilhas mineraes do "rio da prata", mais tarde reconhecido como simples caminho do Perú, o reino encantado de Manco e de Huana-Capac; ou ainda em demanda simplesmente do novo campo vasto e livre, onde a mercancia humana explorando uma raça desconhecida, poderia ser o inicio da fortuna. De qualquér forma, porem, estamos cértos de que a todos presidiu sempre, a curiosidade do ignóto e um declarado espirito de aventura, portuguezes e hespanhóes servindo indifferentemente ás duas patrias.

As expedições officiaes e não officiaes se revesáram. João da Nóva sáe em 1501, vem até á altura de S. Vicente e dahi ruma para a Africa; é o primeiro viajante depois de Cabral; lógo em seguida, sáe André Gonçalves trazendo Vespucio para o baptismo da cósta brasileira; Gonçalo Coelho sáe de Lisbôa a 10 de Maio de 1503, vindo ainda Vespucio como commandante de uma das seis náus de que se compunha a esquadra; D. Nuno Manoel, Vasco Gallego de Carvalho e João de Lisbôa saem do Téjo em 1506 e descem á exploração de toda a cósta do Brasil; Christovam Pires deixa Portugal a 22 de Março de 1511, trazendo como piloto a João Lopes de Carvalho e como escrivão da Armada a Duarte Fernandes; é a famosa NAU BRETÔA de que tanta noticia importante se tem na Historia e que desceu até ás proximidades da Terra do Fogo; D. Nuno Manoel nóvamente, trazendo Christovam do Haro e o mesmo João de Lisbôa como pilotos, désce de Lisbôa para o Brasil em 1514; Christovam Jacques embarca em Portugal em 1516, trazendo Pero Capico como Capitão da Cósta em S. Vicente; o mesmo Christovam Jacques, tórna a sahir de Lisbôa a 21 de Junho de 1526, passa por São Vicente e ségue até o "rio da prata"; nesta viagem vêm com elle e como pilotos: Diogo Leite, mais tarde commandante da nau "Princeza" da Armada de

Martim Affonso, seu irmão Gonçalo Leite e Gaspar Corrêa; Christovam Jacques viéra então, investido das funcções de Guarda da Cósta, Capitão-Mór, como o cita D. Rodrigo de Acuña em sua carta ao Rei de Portugal, ou Governador das Terras do Brasil, como o declara o proprio Rei em documento de 1526, com estabelecimento na feitoria de Itamaracá, em Pernambuco.

Ésta viagem de Jacques tem muita significação para S. Vicente, porque, é á sua volta para a Europa, que elle léva de retorno e por ordem do Rei, a Pero Capico, Capitão de São Vicente, onde este enriquecera (1), deixando em seu logar, ou em logar de ambos, como Capitão, a Antonio Ribeiro, que tomou posse a 26 de Outubro de 1528 e cuja presença no povoado tão profunda modificação havia de trazer á vida colonial.

Finalmente, a 3 de Dezembro de 1530, sáe de Lisbôa a Armada Colonisadora de Martim Affonso, trazendo para São Vicente, vinte e séte nobres, colonos, artifices e forças de occupação.

Convem lembrar, todavia, que apenas citamos as expedições portuguezas conhecidas, mas, que, alem destas, outras muitas expedições concomittantemente percorreram as regiões do Brasil em caracter clandestino, tanto hespanhólas como francezas, e éstas no intento nunca desesperado de fundar a França Antarctica sobre os dominios portuguezes da América: João Dias de Sólis o malaventurado portuguez a serviço da Hespanha, o descobridor do "rio da prata"; Sebastião Caboto, irmão do famoso João Caboto dos descobrimentos americanos; Loaysa, o famoso commendador hespanhól da Ordem de S. João; Diogo Garcia, o autôr de tantas noticias importantes sobre S. Vicente; Alonso de Santa Cruz, official de Caboto, autôr do importantissimo "YSLARIO", que nos permitte hoje reconstituir a primeira São Vicente; João Ango (pae e filho); Jean Duperret, Jean Parmentier e outros.

Dahi, desse agitado palmilhar das aguas austraes do Brasil, o estabelecimento de muitos europeus na Ilha de São Vicente e proximidades, logar grandemente propicio á fundação de feitorias, povoado de indigenas amigos e alguma cousa próximo da famósa região da prata, objecto da geral cobiça.

(1) "Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil" — Vol. III — Pag. 77

Entre estes extrangeiros estabelecidos em São Vicente, de cinco a trinta annos antes da vinda de Martim Affonso de Souza, contam-se como principaes: o "bacharel" — Gonçalo da Cósta, Duarte Péres (?), Mestre Cósme Fernandes (que nós suppomos sem muita razão ser o mesmo "bacharel" dado pelos autores hespanhóes como sendo Duarte Péres), Pero Capico, Melchor Ramirez, Henrique Montes, Francisco de Chaves, Aleixo Garcia, Antonio Rodrigues e João Ramalho.

Alem destes, que mais relação tiveram com o Porto e o primitivo povoado de São Vicente, fundados ambos pelo "bacharel" pelos annos de 1510, devemos citar D. Rodrigo de Acuña, remanescente da Armada de Garcia Jofre de Loaysa em caracter itinerante; Ruy Mosquera o aventureiro hespanhól expulso da região da Prata por Martim de Sá, e que, em 1534 devia ser um dos chéfes das forças de Iguape que invadiram São Vicente, e, finalmente, quinze hespanhóes, sobreviventes uns da Armada de Sólis e remanescentes outros dos navios de Caboto, que foram trazidos por Martim Affonso da região de Iguape, e que, como diz Rocha Pombo, não se sabe se foram depois para Piratininga ou se tomaram o rumo do Paraguay. (1)

Fallámos em geral sobre os primeiros povoadores europeus de São Vicente, fallemos agóra em particular, historiando o que se sabe a respeito de cada um. Começaremos pelo genro do "bacharel", Gonçalo da Cósta, para melhór explicar certos factos que vão esclarecer os actos de Martim Affonso, praticados em 1532, dando inicio á colonisação regular de São Vicente.

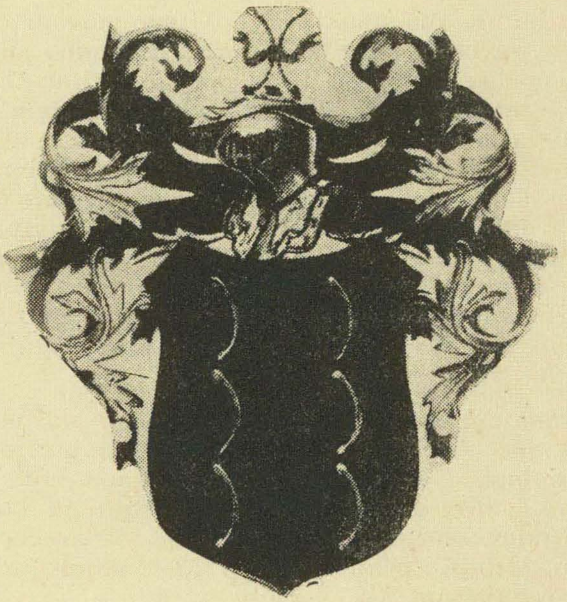
Gonçalo da Cósta veio para São Vicente em 1510, segundo affirmam alguns autores, onde, pelas alturas de 1520 se uniu a uma das filhas do "bacharel", personagem que já encontrou em terra por occasião da sua chegada, tornando-se desde então o seu braço direito nas lidas a que ambos se applicaram. Esse Gonçalo da Costa, depois de passar uns vinte annos em São Vicente, durante os quaes percorreu toda a cósta sul do Brasil tornando-se um dos maióres conhecedores do "rio da prata" (2), resolveu tornar a Por-

(1) Rocha Pombo — "Historia do Brasil" — Vol. III — Pag. 53.

(2) "Revista do Instituto Historico e Geogr. de S. Paulo" — Vol. XXIX — Pag. 154.

tugal, obtendo para isso, passagem a bordo da "Nossa Senhora do Rosario", nau capitanea da Armada de Diogo Garcia, no anno de 1530. (1)

A viagem de Gonçalo da Cósta, prendia-se a uma intimação que recebera seu sogro "o bacharel" para abandonar a região de São Vicente, retirando-se para Cananéa, logar primitivamente designado para o cumprimento da sua pena de degredo. Não se sabe hoje, de quem teria partido



BRAZÃO DE GONÇALO DA COSTA

(Todo em campo rubro)

(Estampado em "La Prensa" de Buenos Ayres de 2 de Fevereiro de 1936, nas commemorações da fundação da cidade, com a seguinte legenda: "Gonzalo de Acosta. Nasció en Portugal. Vino al Rio de la Plata en calidad de intérprete y marino de la expedición de dom Pedro de Mendoza. Tuvo una larga actuación durante la conquista".)

o manejo que visava flagrantemente espoliar o "bacharel" do fructo de todos os seus trabalhos e canseiras, mas, a lógica dos factos inclina-nos a crer que partisse de Antonio Ribeiro, o novo Capitão de São Vicente, desde 1528, visto que

(1) Diogo Garcia viéra, segundo Southey, com um galeão, uma pinaça e um bergantim, trazendo como piloto a Rodrigo de Arêa.

até então a vida do famoso degredado de D. Manoel decorrera normalmente e em paz, ali no povoado que elle fundára e onde Pero Capico, capitão durante déz annos, enriquecera em bôa harmonia com os seus dominadores.

A respeito desta viagem de Gonçalo da Cósta, diz Herrera: (1)

"... fué informada la Reyna, que el Rey de Portugal, avia escrito á Sevilla, a un Português llamado Gonçalo de Acosta, que avia estado muchos años en la provincia del Brasil, entre los indios, y se vino..... a Castilla, ofreciendole seguro, y mercedes, porque fuesse á Lisboa, etc............ le rogaron que fuesse en una armada que se despachava para aquellas partes, haziendole crecidos partidos, y que por no dexarle bolver a Sevilla, para llevar su muger e hijos, para dexarlos em Portugal, se ausentó sin que nadie lo entendiesse....."

Embóra atravéz de outra interpretação, vê-se ahi, que o Rei de Portugal mandára chamar da Hespanha a Gonçalo da Cósta, não porquê elle fosse um conhecedor do Brasil sómente, mas, principalmente para decidir com elle, em definitivo, se devia usar de outros meios para obrigar o "bacharel" a cumprir a ordem do representante do rei em São Vicente, como tambem se poderia usar do seu prestigio entre os aborigenes brasileiros para realisar a colonisação regular daquella parte do Brasil e explorar o "rio da prata", investindo-o talvez de alguma alta qualidade e sob a promessa de bôa retribuição.

Não contava o rei com a amizade e a fidelidade de Gonçalo da Cósta ao "bacharel" seu sogro, suppondo-o apenas ligado áquelle portuguez por uma indiasinha com meio sangue europeu. Houve então a recusa de Gonçalo da Cósta e sua retirada de Portugal, como se deprehende do proprio Herrera: "se ausentó sin que nadie lo entendiesse", revoltado cértamente como teria ficado, com a condição impósta, preliminarmente, pelo Rei.

Na mesma occasião em que seguira Gonçalo da Cósta, seguira tambem, na mesma viagem, o Capitão Rojas, seu protegido contra a raiva de Caboto. Henrique Montes, o

(1) "Historia General de Las Indias Occidentales" — Edição de Anvers — 1721 — Capitulo VI — Década IV — Livro 10.° — Pags. 431/432.

sobrevivente da Expedição Sólis, amigo de Gonçalo, alimentando criminósas idéas, embarcára pouco antes delles para o mesmo destino, num dos navios do genovez.

Este paréce ter sido o inicio de um romance violento. O ambicioso Henrique Montes planejára talvez a quéda do "bacharel", devendo ter sido elle o autôr das intrigas contra o antigo degredado, junto a Antonio Ribeiro, e dahi a sua partida para a Európa, que trouxe como consequencia, logo em seguida, a partida de Gonçalo da Cósta para o mesmo dêstino. E tanto isso é verdade, que vemos no mesmo anno de 1530, a sua volta na Armada de Martim Affonso, como "pratico da região", em logar de Gonçalo da Cósta. Por fim, o assassinio de Henrique Montes pela gente do "bacharel" na occasião da invasão de São Vicente em 1534/535, paréce acabar de provar a possibilidade desta deducção.

Chegado a San Lúcar de Barrameda em fins de Agosto de 1530, dirigiu-se Gonçalo da Cósta para Sevilha, onde o chamado do Rei, citado por Herrera, o foi encontrar; e ahi, attendendo ao appello que éra quasi uma ordem de D. João, dirigiu-se elle a Portugal, onde deu largas noticias não só do "bacharel" seu sogro, dos portuguezes daquella região americana e do povoado de São Vicente, como das expedições que lá aportavam clandestinamente, quasi sempre em caminho do rio da "prata".

Nesta altura verificou-se o desentendimento com o Rei. Pretendeu D. João que elle fosse um dos commandantes da Expedição official que devia dar inicio á colonisação regular de São Vicente, mas, exigiu que seu sogro abandonasse a região do povoado por elle fundado, diante da sua qualidade de "degredado" que impedia sua participação em actos officiaes, e, em resposta, Gonçalo da Cósta abandonou inesperadamente a terra portugueza, indo se pôr a serviço da Hespanha, "a cujas armadas serviria com invulgar destemor" por occasião da fundação de Buenos Aires, a partir de 1534.

O Commandante Eugenio de Castro, em seu trabalho "A Expedição de Martim Affonso de Souza", diz á pagina 51, em nóta ao texto, que Gonçalo da Cósta, de 1535 a 1537 volveu ao Rio da Prata e visitou de passagem a cósta brasileira na Armada de Pedro de Mendoza, destinada á fundação de Buenos Aires; "em 1540 tocou na mesma cósta, ás ordens de Cabeza de Vaca. Na de Senabria paréce ter vindo, mas certamente andou embarcado na flotilha composta de

uma nau e dois bergantins destinada ao rio da Prata em 1555. Acabou seus serviços á Espanha com o termo de sua vida, na frota de 1559 mandada por Rusquin e dispersa por temporal na altura da Ilha de São Domingos, e assim, longe da costa sul-americana de que fôra tão prestimoso informante para a Côrte espanhola e a Casa de la Contratacion".

Gonçalo da Cósta era nobre, e seu brazão é o que reproduzimos atraz.

Diz ainda o Commandante Eugenio de Castro, á pagina 17 da mesma óbra: "Enrique Montes, ao contrario — que até então servira á Espanha nas armadas de Solis e de Caboto e tivéra prolongada residencia no Porto dos Patos —, mal chegado ao Guadalquivir na Armada cabotiana, deserta terras espanholas e busca Portugal, sua patria, onde é confiantemente acolhido. E, mais bréve que Gonçalo da Costa torna á terra brasileira na Armada de Martim Affonso de Souza, partida de Lisboa a 3 de Dezembro de 1530". Sobre este ponto ainda havemos de nos extender mais, quando tratarmos deste personagem.

Voltando ao fracasso da viagem de Gonçalo da Cósta a Portugal, não houve, como se viu, por parte de D. João III respeito algum pelos soffrimentos passados pelo "bacharel" e referidos por elle mais tarde a Ruy Moschera, em desabafo, quando buscou o refugio de Iguape em 1531; pelo comportamento e perfeito patriotismo revelados por elle durante tantos annos de desterro, e pela posse por elle mantida sempre em nóme de Portugal, de um território que os hespanhóes declaravam pertencer á Hespanha, como se vê do proprio depoimento de Alonso de Santa Cruz, de 1530, quando declarou em seu "Yslario": (1)

> "Estas ilhas (São Vicente e Santo Amaro actuaes) os portuguezes crêem ficar no continente que lhes pertence, dentro na sua linha de partilha, elles porem se enganam, segundo está averiguado por criados de Vossa Magestade com muita diligencia... de maneira que a linha não termina no "puerto de San Vicente" e sim mais para o oriente, num ponto chamado "sierras de San Sebastian..."

(1) «Yslario" — 1532 — Edição allemã de 1540. Exemplar existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

O despeito em que ficou o Rei D. João com a recusa violenta de Gonçalo e sua retirada para a Hespanha, verifica-se pela préssa com que ordenou a partida de Martim Affonso, escrevendo-lhe da Villa de Castro Verde onde se achava, a carta de 20 do mez de Setembro, o mesmo em que se haviam operado as suas confabulações com o genro do "bacharel", ordenando-lhe por ella, que sahisse com uma Armada a investigar as regiões austraes do Brasil; a reconhecer o rio da Prata; a fundar uma colonia "no logar mais accomodado que lhe parecesse" (recommendação esta que escondia a sua predeliberação de occupar o povoado de São Vicente, ainda que a força, expulsando os seus dominadores e tornando-a villa ou cabeça de todo o sul da colonia) e a repartir terras entre todos os que quizessem ficar habitando naquelle paiz.

E' de notar tambem a deliberação em que ficou o Rei, de destruir a quem quér que ousasse fazer opposição á sua vontade, ou ás ordens que levava Martim Affonso, visto que tão fórtemente mandou armar essa expedição, em que "ivan quatrocientos hombres, sin otros muchos que voluntariamente se embarcaron, para poblar........ y edificar algunas fortalezas en los puertos, para o qual llevavan mucha artilleria; y que desde el puerto de S. Vicente, que era de su districto, pensavan entrar por tierra, al Rio de la Plata.... y que iva en ella Enrique Montes, que avia muchos años que estava en aquellas partes..." (1) (2)

Desta forma encerrou-se o cyclo de actividades de Gonçalo da Costa em S. Vicente, o homem que negociava escravos em tão larga escala no primitivo povoado, que cons-

(1) Antonio Herrera — Cap. 6.º — Década IV — Liv. 10.º — "Historia General de Las Indias Occidentales" — Edição de Anvers — 1725 — Pags. 431/432.

(2) Um facto que revéla o trabalho de Henrique Montes contra Gonçalo da Costa e seu sogro o "bacharel" é a pressa com que o Rei D. João nomeou-o "Provedor dos Mantimentos" da Armada de Dezembro de 1530, visto que essa nomeação foi feita em carta de 16 de Novembro daquelle anno, assignada em Lisbôa, antes mesmo de Martim Affonso ser nomeado chéfe daquella Armada, o que só se deu pelas cartas de D. João III datadas de 20 de Novembro de 1530, da Villa de Castro Verde, e portanto quatro dias depois. Mostra isso, a ansia com que o Rei acceitou o offerecimento de um homem que conhecia profundamente S. Vicente e se propunha a desfazer o "cravo" que éram o "bacharel" e sua gente. (Chanc. de D. João III — Livr. 43. Fl. 130V — e "Hist. da Col. Port. do Brasil" — Vol. III — Pag. 125).

truia embarcações nos estaleiros alli creados, e que fôra um dos secundadores do "bacharel" na fundação do primeiro núcleo civilisado do Brasil. A traição de Henrique Montes puzéra termo á sua vida de cidadão portuguêz, levando-o ao extremo de ser um dia, um dos fundadores da cidade de Buenos Aires, cousa que cértamente nunca lhe passára pela imaginação.

Não sabemos se Gonçalo da Cósta enviou a seu sogro communicação do mallogro da sua missão em Portugal, mas é de suppôr que sim, visto em 1531, o "bacharel" e toda a sua gente, parentes e aggregados, indios e portuguezes, já se haverem retirado para Iguape, onde pouco depois o foi encontrar Martim Affonso, em sua parada de Cananéa, vivendo em companhia do infortunado Francisco de Chaves e de outros europeus.

Os factos que posteriormente se verificaram em relação a São Vicente, ou seja a sua invasão pela gente de Iguape, paréce agóra ter sido uma cousa antecipadamente acertada entre genro e sogro em represália ás injustiças contra elle praticadas, visto que coincidiram com a descida da Armada de Mendoza, na qual vinha Gonçalo da Cósta para fundar Buenos Aires.

Passemos ao segundo personagem, o famoso "bacharel", fundadôr do primeiro povoado do Brasil e da primeira colonisação vicentina.

Quem teria sido o "bacharel"? Até hoje, sómente os autores hespanhóes que escreveram sobre a primitiva Argentina, e Charlevoix, tiveram a firmeza de declarar que elle foi Duarte Peres. Os outros limitaram-se a dar palpites, chegando alguns a affirmar que elle devia ser identificado com Antonio Rodrigues ou Ramalho, dois absurdos, porquê estes personagens continuaram a viver em S. Vicente e nunca se disse pelo tempo adiante que elles fossem bacharéis, sendo que Ramalho mal sabia escrever. (1)

Baseados porem na seguinte escriptura de Antonio de Oliveira, segundo Capitão-Mór de S. Vicente, lavrada na mesma villa, a 25 de Maio de 1542, somos de opinião que a unica verdade em tudo isto, é que, o famoso "bacharel" de São Vicente, de Iguape ou de Cananéa, vindo para o Brasil na Armada de Vespucio, em 1501, era MESTRE COSME FERNANDES; sinão vejamos:

(1) Varnhagem — "Historia Geral do Brasil" — Nota á pag. 605 — Tomo I.

"Antonio de Oliveira, capitão e ouvidor com alçada pelo Snr. Martim Affonso de Souza, governador d'esta Capitania de S. Vicente, na cósta do Brasil, etc.... Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, como por Pedro Corrêa, morador n'esta villa de S. Vicente, me foi feita uma petição em que diz que por Gonçalo Monteiro, que aqui foi capitão, lhe foram dadas umas terras da outra banda desta ilha, que é o porto das náos, TERRA QUE ERA DADA A UM MESTRE COSME, BACHAREL, e outra d'onde chamam Perohybe..............................

...

as demarcações dellas, as quaes eu escrivão dou fé e digo ser verdade, que no dito livro do tombo são duas cartas registradas da terra que Gonçalo Monteiro, sendo capitão deu ao dito Pedro Corrêa, e partem em esta maneira: a 1.ª que foi dada, que é defronte desta ilha e villa de S. Vicente, QUE ERA ANTES DADO PELO GOVERNADOR A UM MESTRE COSME BACHAREL, que ó dito Pedro Corrêa houve por devolutas n'esta villa de S. Vicente, aos 25 de Maio de 1542 — ANTONIO DE OLIVEIRA." (1)

Sabendo-se por este documento, que em 1533 Pedro Corrêa recebeu de Gonçalo Monteiro as terras fronteiras á villa de S. Vicente, outróra pertencentes a UM MESTRE COSME, BACHAREL, e havidas então como devolutas, forçoso é reconhecer que esse Mestre Cosme "Bacharel" é o mesmo "bacharel" que um anno antes de 1532 ainda existia alli, e o mesmo que, associado a Gonçalo da Cósta, possuia os estaleiros e traficava escravos. Nem há caso de outro "bacharel" na história inicial de S. Vicente, anterior ou posterior a Martim Affonso.

O GOVERNADOR, a que se refére a escriptura de 1542, que déra as terras em apreço ao "bacharél", não era outro sinão Christovam Jacques, enviado como Governador das terras do Brasil como já vimos, em 1526. Com a retirada do "bacharel" em 1531 para a região de Iguape, fica-

(1) J. J. Ribeiro — "Chronologia Paulista" — Vol. I — Transcripção á pag. 342 — Como se trata de um documento importantissimo para a historia da antiga Capitania, reproduzimol-o por inteiro, ao fim desta óbra.

ram as mesmas terras no abandono, motivo porquê foram consideradas lógo depois, por Gonçalo Monteiro que as deu nóvamente e por Pedro Corrêa que as pediu, devolutas.

Depois disto, cremos que ninguem terá o direito de formular hypótheses a tal respeito, apesar do depoimento de Charlevoix que opportunamente transcreveremos, cérto em toda a sua extensão e errado sómente quanto ao nóme do personagem central. Somos de opinião, que, antes da invasão de São Vicente pelas forças do "bacharel" e do hespanhól Mosquera em fins de 1534 ou principios de 1535, Mestre Cosme Fernandes, para occultar seu verdadeiro nóme á fama de um crime que ia ser commettido contra os seus proprios patricios e poder começar uma vida nóva no meio hespanhól futuramente e com seu verdadeiro nome, teria declarado lá, chamar-se Duarte Peres, mais chegado a uma origem castelhana; dahi o engano havido por parte de Charlevoix, Ruy Diaz de Gusman e outros em suas verdadeiras chronicas sobre o degredado de D. Manoel, relativamente aos factos da guerra a S. Vicente, tomados como lendas por Frei Gaspar.

Mestre Cosme Fernandes, o "bacharel", degredado em 1501, éra homem de illustração e fidalguia. (1) (2) Attingido pela punição de D. Manoel, que lhe vira algum crime politico ou inconveniencia de outra ordem, mas principalmente o fallar demais cousas que não convinham ao Estado e não serviam á politica do reino, como ainda hoje acontéce ás nossas republicas, e nunca a infamia de algum crime commum, veio o "bacharel" como já vimos, na Armada de André Gonçalves e Vespucio, sendo deixado em Cananéa, considerado então como ultimo ponto da cósta dentro dos direitos portuguezes, dalli tomando rumo para São Vicente algum tempo depois, cértamente por haver reconhecido sua superioridade e melhór localisação, quando por lá passára na Armada que o trouxéra.

Alli, na face occidental da ilha de São Vicente, em logar abrigado de surprezas por ficar cercado de brejáes e junto a um braço de mar que só dava accesso ás embarcações menóres, fundou Méstre Cosme Fernandes o primeiro povoado do Brasil, pela altura de 1510, ou entre este anno e 1516,

(1) Ruy Diaz de Gusman "Argentina".
(2) Rocha Pombo — "Historia do Brasil" — Vol. III — Pags. 152/153.

indo fundar o Porto do Povoado, do outro lado da ilha, no ponto sempre procurado pelos navios, no rio largo que Vespucio denominára Rio de São Vicente, de accesso facil e permanente a embarcações de todos os calados.

O povoado fundado pelo "bacharel" Mestre Cósme cresceu de importancia, á medida que seu fundador crescia na confiança e na alliança dos indigenas da região, com suas provaveis uniões a filhas dos principaes chéfes autochtónes, inclusive Piqueroby, e á medida que augmentavam as suas actividades industriaes e commerciaes. Tudo alli prosperou e floriu, a ponto de enriquecer a varios dos seus povoadores, até que o Rei de Portugal resolveu tornar São Vicente uma capitania, nomeando Pero Capico para seu primeiro capitão, em 1516, cargo que elle serviu até 1526, e Antonio Ribeiro para segundo, a contar de Outubro de 1528, fazendo de Christovam Jacques, em 1526, Governador das terras do Brasil, com superintendencia geral das feitorias então existentes.

As melhóres informações que possuimos hoje sobre o antigo povoado de São Vicente, devemol-as a Diogo Garcia (de 1527) e a Alonso de Santa Cruz, capitão da Armada de Caboto (de 1526 a 1530), sendo que este ultimo, em seu famoso "YSLARIO", o descreveu da seguinte fórma:

> "...nesta ilha (S. Vicente) têm os portuguezes um povoado chamado SÃO VICENTE, de déz ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados, e uma torre para defesa contra os indios em tempo de necessidade."

A vergonha que tinha Mestre Cosme, homem de qualidade, de estar em São Vicente como "degredado" está bastante revelada no occultamento que geralmente fazia, aos navegantes que por alli passavam, do seu verdadeiro nóme. Dahi o tratarem-no sempre por seu titulo de graduação social, e o ter ficado nas paginas da História, com excepção da escriptura anteriormente apontada, apenas a indicação vaga de "o bacharel".

Naquella época éra de facto uma vergonha o degredo, medida aliás commum para os reis daquelle tempo; hoje, porem, o desterro politico é, com bastante razão, um titulo de orgulho em geral.

Os dois principaes predecessores de Martim Affonso em São Vicente, éram, pois, de origem fidalga, e por isso é que

o Rei escrevera a Gonçalo da Cósta convidando-o a ir a Portugal para um entendimento.

Com o correr dos annos, as filhas do bacharel Mestre Cósme foram se unindo a outros portuguezes ou mesmo hespanhóes e dahi o grande augmento da sua gente que toda abandonou São Vicente por occasião de sua retirada em 1531.

Sobre as suas actividades e o seu patriarchado em São Vicente, nenhum documento melhór nos chegou, que o famoso relato de Diogo Garcia, a carta ao Rei da Hespanha, datada de 1527. Por esse documento, póde-se avaliar o grande movimento de escravos que então se fazia no povoado de São Vicente, e por elle percébe-se tambem, que Mestre Cósme e seu genro Gonçalo da Cósta, deviam ser muito ricos e éram os senhores absolutos da região, e que, João Ramalho e Antonio Rodrigues desempenhavam o papel de simples collaboradores seus, sem importancia pessoal ou evidencia alguma antes da sua retirada. Vejamos:

"MEMORIA DE LA NAVEGACION QUE HICE ESTE VIAGE EN LA PARTE DEL MAR OCEANO DENDE QUE SALI DE CIUDAD DE LA CORUÑA, QUE ALLI ME FUE ENTREGADA LA ARMADA POR LOS OFFICIALES DE S. M. QUE FUE EN EL AÑO DE 1526." (1)

"...

1527 — E de aqui fuemos a tomar refresco em S. Vicente questa em 24 grados, e ali vive un Bachiller e unos yernos suyos mucho tiempo ha que ha bien 30 años, (2) e ali estuvimos hasta 15 de Enero del año seguinte de 27 e aqui tomamos mucho refresco de carne e pescado e de las vituallas de la tierra para provision de nuestra nave, e agua e lena e todo lo que ovimos menester, e compré de un yerno deste Bachiller un vargantin que mucho servicio nos hizo, e mais el proprio se acordó con nosotros de ir por lengua al rio y

(1) Mello Moraes — "Chronographia Historica" — 1866 — Pag. 150.

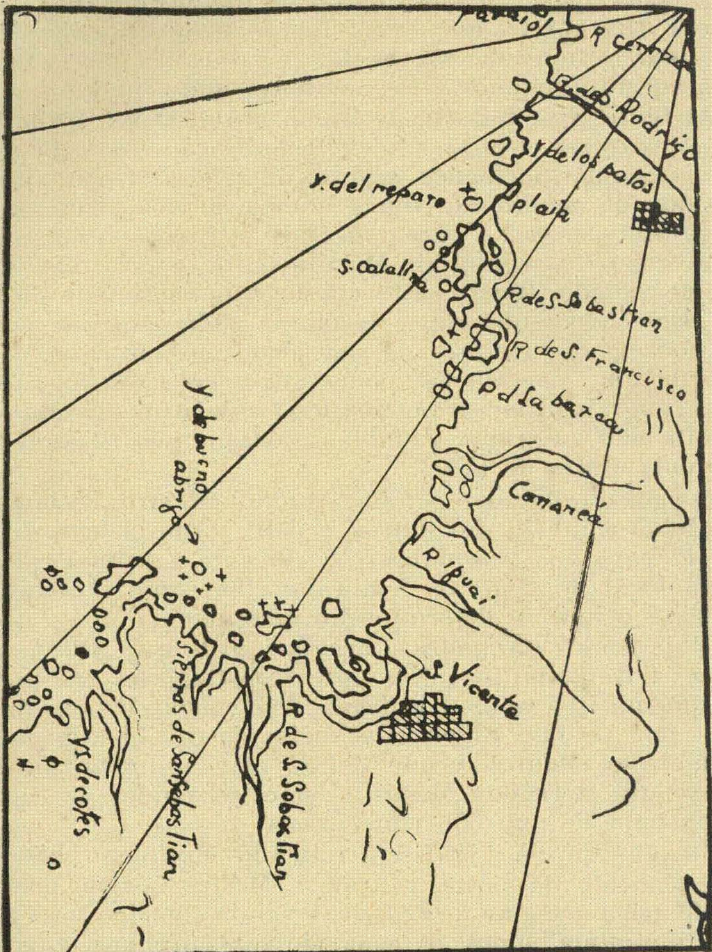
(2) Diogo Garcia ao citar trinta annos de estadia, naturalmente referia-se mais ao tempo do "Bacharel" no Brasil do que em São Vicente, porquê, vindo em 1501/1502 para Cananéa e dalli passando para S. Vicente, contava o "Bacharel" 25 a 26 annos de estadia na região, não havendo portanto exagero na affirmativa de Diogo Garcia.

este Bachiller con sus yernos, y hicieron comigo una carta de fletamento para que las truxese en España con la náo grande ochocientos esclavos, e yo la hice con acuerdo de todos mis oficiales e contadores e tesoreros que allegando en el rio mandasemos la náo porque la náo no podia entrar en el rio que era mui grande, y ellos no quisieron sino hacermela llebar cargada con esclavos e asi lo hice que asi la mande cargada con esclavos, porque ellos no hicieron nem me dieron la armada que S. M. mando que me diesen, e lo que con ellos yo tenia capitulado concertado e asentado y firmado de S. M. mas antes hicieron lo contrario que me dieron la náo grande e no conforme a lo que S. M. mandava, e no me la dieron en tiempo que les fué mandado por S. M. que me la diesen en entrando Setiembro, y ellos me la dieron mediado Enero que no me podia yo aprovechar della porque aqui V. M. lo verá por esta navegacion, y está una gente ali con el Bachiller que comen carne umana y es mui buena gente amigos mucho de los cristianos que se llaman Topies.........."

As actividades do "bacharel", de seus genros e da sua gente emfim, acreditamos ficarem bem retratadas nestes documentos, e assim, unida esta descripção ao depoimento de Alonso de Santa Cruz, que vamos reproduzir mais compléto, temos a idéa compléta do que foi o povoado de São Vicente em seu inicio e do que se fazia nelle, muito antes da vinda de Martim Affonso:

"Dentro do Porto de São Vicente há duas ilhas grandes habitadas de indios, e na mais oriental, na parte occidental della, estivémos mais de um mez surtos. *Na ilha occidental* TÊM OS PORTUGUEZES UM POVOADO CHAMADO SÃO VICENTE, DE DEZ OU DOZE CASAS, UMA FEITA DE PEDRA COM SEUS TELHADOS, E UMA TORRE PARA DEFESA CONTRA OS INDIOS EM TEMPO DE NECESSIDADE. Estão providos de coisas da terra, de gallinhas e porcos de Hespanha em muita abundancia, e hortaliça." (1)

(1) Alonso de Santa Cruz — "Yslario" — Transcripção do Commandante Eugenio de Castro, na "Revista do Instituto Hist. e Geogr. de S. Paulo" — Vol. XXIX — Pag. 150.



O famoso Mappa XIV do "YSLARIO" de Alonso de Santa Cruz official de Sebastião Caboto, que esteve em S. Vicente em 1526 e em 1530.

Nelle se vê a reproducção symbolica do povoado de S. Vicente, existente então, e o ilheu onde "os portugueses criavam porcos", que corresponde exactamente á actual ilha "Barnabé".

Embóra tosco este mappa reconstitúe por si a nossa historia inicial, provando a existencia do povoado de S. Vicente antes da vinda de Martim Affonso, e mostrando que o "Porto de S. Vicente" ficava entre uma ilha e outra, ou seja, no actual estuário de Santos.

Póde-se dizer mesmo, diante de quanto estamos vendo sobre o "bacharel", que, sem elle, a colonisação do Brasil, talvez não se houvesse processado por São Vicente, e sim por outra região, cértamente Pernambuco, onde fundou-se a segunda feitoria (a feitoria de Itamaracá). O seu trabalho e o seu progresso, trouxéram a officialisação do logar como ponto de apoio portuguez, seguro, num território totalmente infestado de cannibáes, com a nomeação dos primeiros representantes do rei, a contar de 1516, e finalmente a colonisação official e regular de Martim Affonso em substituição á do degredado illustre. Entretanto, o patriarchado de Mestre Cósme Fernandes devia terminar violentamente, porquê não podiam os invejósos da sua sórte, se conformar com o facto de um "degredado" poder gosar vida tão regalada e farta, como os proprios potentados e ministros do reino cértamente não gosariam, e dahi as cócegas que fizéram a D. João pela altura de 1530.

O egoismo do novo capitão Antonio Ribeiro, cértamente, completou a invéja dos outros, e dahi a sua ordem ao "bacharel" para que abandonasse S. Vicente e voltasse ao primitivo local do degredo, lembrando-lhe como já lembrára ao Rei, a primitiva determinação manuelina.

Hoje somos obrigados a acceitar, visto que Antonio Rodrigues e Ramalho foram os unicos portuguezes que permaneceram na ilha apóz a retirada do "bacharel", que foram elles, com Antonio Ribeiro, os sócios da invéja e da intriga de Henrique Montes, e que delles, em conjuncto, partiu o manejo que derrubou Méstre Cosme Fernandes do seu antigo fastigio de mais de vinte annos.

Deante do que já ficou relatado em nosso histórico sobre Gonçalo da Cósta, retirou-se Mestre Cósme, no anno de 1531 para a região de Iguape, levando comsigo toda a sua vasta parentéla, todos os seus amigos europeus e grande numero de aborigenes, primitivos dominadores de S. Vicente. Só ficaram Antonio Rodrigues e João Ramalho, este, quasi sempre sobre as serras, não se sabendo o fim que teria levado o Capitão Antonio Ribeiro, embóra supponhamos que elle tenha embarcado com Henrique Montes, em 1530, na Armada de Caboto, de volta a Portugal.

O "bacharel" Méstre Cosme, recebeu em seu retiro de Iguape, no mesmo anno de sua retirada, em 1531, a visita de Martim Affonso, feita em Agosto, occasião em que, Francisco de Chaves acompanhando Pero Lobo, partiu chefiando a infortunada bandeira de Cananéa, e alli aguardou apenas

o tempo sufficiente para amadurecer a desforra projectada ás injustiças e iniquidades que soffrera. Ao meio do anno de 1534 começaram as manifestações de hostilidade entre a gente do reducto de Iguape e os moradores da Villa de São Vicente. Solidarizados os hespanhóes de Mosquera, que haviam descido do sul para aquelle logar, com as forças numerósas do "bacharel", começaram todos a affrontar os vicentinos.

Naquella occasião, uma náu francesa aportára a Iguape, e, os hespanhóes prevalecendo-se de uma artimanha armada á noite aos vigias da mesma, apoderaram-se della como de todos os armamentos e munições nella existentes, armamentos com que proveram as deficiencias da fortaleza que haviam construido junto ao seu reducto, tornando-a possante e capaz de resistir á gente deixada por Martim Affonso, entre a qual havia guerreiros consummados.

Gonçalo Monteiro, em nóme de Martim Affonso, sabendo do que se estava passando, fez descer de Piratininga, onde pareciam achar-se, a Pero de Góes e Ruy Pinto, guerreiros destemidos e experimentados, investindo-os do commando de uma força mixta de portuguezes e aborigenes, com ordem de desalojar os insubmissos de Iguape, expulsando-os dos dominios portuguezes. Assim, naquelle final de 1534, seguiu a força portugueza para o sul, onde foi infeliz todavia, fracassando nessa jornada. A victoria das forças do "bacharel" e de Mosquera foi absoluta e compléta. Bem armados como estavam os homens de Iguape, contra a expectativa dos homens de São Vicente, cahiram de emboscada sobre elles, tocando-os em debandada, ferindo gravemente ao chéfe Pero de Góes e matando dezenas dos seus commandados.

Animados com o feito e confiantes em sua superioridade, não pararam ahi os de Iguape; desceram, embarcados na náu capturada, sobre São Vicente, cahindo sobre ella, matando, queimando, saqueando e destruindo, chegando até ao antigo Porto de São Vicente, ao fim da praia de Embaré, onde pilharam trapiches e navios surtos nelle. (1)

Satisfeito o prazer castelhano e satisfeita a vingança de Mestre Cósme Fernandes, voltaram todos para Iguape, de onde, receiando cértamente a represália da gente de Martim Affonso, muitos ou quasi todos passaram, mezes depois, para a região de Buenos Aires, onde Gonçalo da Cósta, em com-

(1) Rocha Pombo — "Historia do Brasil" — Vol. III.

panhia de Mendoza, applicava-se aos trabalhos da fundação da futura metrópole argentina.

Vejamos o que conta, a este respeito, o sábio jesuita Charlevoix, em sua "Historia do Paraguay" — Liv. I — Anno 1530 até 1535 — transcripto por Frei Gaspar em suas famósas "Memorias" e por elle tomado como lenda:

"Sendo arruinada a Torre de Caboto pelos indios Timbués Ruy Moschera lhe havia feito algumas reparaçoens; mas desesperado de se não poder alli conservar contra os Indios, tomou o partido de se embarcar com a sua tropa em huma pequena embarcação que alli conservava, e desceu o rio até o mar, e seguio a Costa do Norte; e descobrindo pela latitude de 32 gráos (aqui houve engano do autôr ou do typógrapho quanto á latitude) hum porto commodo, entrou, e nelle fundou huma pequena Fortaleza, e achou os naturaes do paiz bem dispostos a fazerem alliança com elle, e semeou logo hum terreno, que lhe pareceu fertil. Poucos dias depois, hum cavalheiro portuguez chamado Duarte Peres, que havia sido degredado naquella visinhança, se lhe veio unir com a sua familia.

Duarte Peres não esteve muito tempo em socego, porque recebeu huma ordem do Capitão General do Brasil, em que o mandava voltar ao seu degredo, e dizer a Ruy Mosquera, que, se queria ficar onde estava, devia prestar juramento de fidelidade a El Rei de Portugal, a quem pertencia todo aquelle paiz. Peres obedeceu; mas Moschéra respondeu de bocca, que a divisão da America não estava ainda regulada entre os Reis de Portugal e de Hespanha, e que em quanto o não era, estava resoluto a se conservar no posto que occupava. Faltavão-lhe armas e muniçoens, mas hum navio Francez, tendo vindo a ancorar n'esta mediação de tempo na Ilha da Cananéa defronte do seu Forte, creu, poder aproveitar a occasião para se metter em estado de defensa, se fosse atacado. Embarca-se com todos os hespanhoes, e duzentos indios em dous batéis, chega de noite ao navio francez, que rendeu, e desarmando a equipagem, a conduz á sua Fortaleza.

Poucos dias depois foi advertido, que hum corpo consideravel de Portuguezes vinha por mar a atacálo. Dispoz huma bateria de 4 peças de artilheria, que havia tirado de sua preza; fez novos entrincheiramentos

no seu Forte, e metteu huma parte de sua gente em emboscada em hum bosque, que cobria o lado do mar. Os Portuguezes eram oitenta, seguidos por um exercito de indios, e hião tão confiados no bom successo, como hiria hum grande Juiz a prender hum bando de ladrões; esta confiança se augmentou, vendo, que se lhes não disputava o desembarque: passarão o bosque sem obstaculo; mas apenas descobrirão o Forte, se acharão expostos aos tiros de sua artilheria, e carregados pela retaguarda pelos da emboscada, que os havião deixado passar. O medo se apoderou dos Indios e se communicou aos Portuguezes; todos se dispersarão, e á reserva dos que havião fugido todos os que escaparão do canhão, forão passados á espada.

Mosquera, não satisfeito desta victoria, embarcou-se com huma parte dos seu valentes, e hum grande numero de Indios nas embarcações, em que tinhão vindo os Portuguezes, e navegava a fazer hum desembarque no Porto de S. Vicente: elle saqueou a Villa e os Armazens d'El Rei com tanta facilidade, que os Portuguezes, descontentes do Governador, se unirão a elle.

Conprehendeu o dito Mosquera muito bem, que os seus bons successos, longe de firmarem o seu estabelecimento, não servirião mais, que de o virem atacar forças, a que elle não pudesse resistir; pelo que transportou a sua pequena colonia para a Ilha de Santa Catharina, aonde imaginava, que o não virião inquietar; mas não esteve alli muito tempo; porque em 1537 chegou a Buenos-Ayres com toda a sua colonia, que tinha em Santa Catharina, e muitas familias de indios, que se lhe havião unido."

Bem sabemos a responsabilidade que assumimos, subscrevendo "in totum" este relato de Charlevoix, principalmente depois que Frei Gaspar classificou-o de lenda; e, se assim procedemos, é porquê uma fórte e abundante documentação nos demonstra que o veneravel monge historiador enganou-se em suas duvidas.

Varnhagen, por exemplo, em sua importante "Historia Geral do Brasil" — 4.ª edição — Tomo I — pag. 117, cita a existencia de um documento antigo, relativo ao "bacharel", com estes dizêres:

"Cerca de de 1540 escrevia um anonymo espanhol em relação de que a Bibliotheca Nacional tem copia: EN LA ISLA DE CANANEA Y EN LA TIERRA FIRME DELLA AY POBLÓ EL BACHILLER / DEXÓ MUCHAS NARANJERAS Y LIMONES Y ZIDRAS Y OTROS MUCHOS ARBORES Y HIZO MUCHAS CASAS, QUE SE DESPLOBARÕ DESPUES POR LOS POBLADORES DE SAN VICENTE QUE TUVIERÓ GUERRA LOS UNOS COM LOS OTROS POR QUE PRETENDIÃ QUE EL BACHILLER LES AVIA DAR OBEDIENCIA."

Ruy Diaz de Gusman, em sua "ARGENTINA", á pagina 54, faz as mesmas referencias ao "bacharel", "fidalgo portuguez" que forçou D. Ruy Garcia de Mosquera a agasalhal-o e "a toda a sua casa, filhos e criados", "despeitado e queixoso dos de sua nação — quando esse capitão se apossou de Cananéa para a corôa de Espanha", dizendo o seguinte:

"Chegou Ruy Mosquera a relaccionar-se e a fazer commercio com alguns portuguezes da cósta. Um desses portuguezes chamado Duarte Peres, desgostoso dos seus, procurou os arraiaes de Mosquera e ali foi viver com sua familia fazendo causa com os hespanhóes e não occultando o seu despeito contra Portugal.

. .

Pelo que falava elle com mais desembaraço do que devia, e disso resultou que o capitão daquella cósta mandou notificar-lhe que fosse cumprir o seu desterro no logar designado por el-Rei. .

. .

. . . já estavam os hespanhóes ali em Iguape dois annos vivendo em paz, quando um fidalgo portuguez, chamado o Bacharel Duarte Peres se lhes veiu metter com toda sua casa, filhos e criados, despeitado e queixoso dos de sua propria nação, o qual havia sido desterrado por el rei D. Manoel para aquella cósta, na qual havia padecido innumeráveis trabalhos."

Estes relatos de Guzman, que mereceram a transcripção de Rocha Pombo, confirmam o que dissémos; porem, há mais e melhór. O mesmo Varnhagen, em sua obra citada, 2.ª edição — Tomo I — pag. 165, addita o seguinte a este respeito:

"o facto de hostilidades com os de Iguape se confirma por um livro da Camara de São Paulo (de 1585-1586, Fol. 13-V, e Fl. 14), onde lemos que a razão porque Pero de Góes e Ruy Pinto não foram contra os indios da Curityba, que haviam assassinado os oitenta exploradores partidos de Cananéa, foi "POR ESTAREM OCCUPADOS COM AS GUERRAS DE IGUAPE".

A esta declaração do documento manuseado por Varnhagem, fazemos esta pergunta, destinada a esclarecer o assumpto: Quem teria ordenado áquelles dois fidalgos portuguezes a guerra aos indios do sul?

Responde a isto, Pedro Taques, em sua "Historia da Capitania de S. Vicente" — Edição Taunay — Pag. 67:

"e que o donatario Martim Affonso de Souza, quando se ausentára, deixára ordenado se continuasse a guerra pelos cabos d'ella os fidalgos Pedro de Góes e Ruy Pinto, porque lhe haviam morto oitenta homens que tinha mandado ao sertão a descobrimentos..."

Estes oitenta homens aos quaes se refére Pedro Taques, são os da infortunada bandeira de Pero Lobo e Francisco de Chaves, sahida de Cananéa em 1531, e organizada por Martim Affonso em pessôa.

Consolidando a verdade destes factos, vemos ainda Roberto Southey, em sua "Historia do Brasil" — 1862 — Tomo I — Pag. 104, dizendo:

"Destruido o estabelecimento de Caboto, emigrára parte da sua gente para o Brasil, onde numa bahia chamada Iguá, vinte e quatro leguas distante de S. Vicente, principiarão a fazer plantações, continuando a viver por dois annos em termos amigaveis com os indigenas visinhos e com os portuguezes. Suscitarão-se então questões, e, segundo a versão castelhana (unica que temos) resolverão os portuguezes cahir sobre elles, e expulsarem-nos do paiz; disto tiverão aviso, surprehenderão os futuros invasores, saquearam a cidade de São Vicente, etc...."

Como se não bastasse tudo isso para confirmar os factos que Frei Gaspar julgou lendas, aqui citamos, por fim, uma escriptura de 1537, lavrada em São Vicente, que Azevedo Marques, em seus "Apontamentos Historicos, Geographicos,

etc... da Provincia de S. Paulo" — Tomo I — Pag. 182, declarou existir no Cartorio da Thesouraria da Fazenda — Masso 11 — de Proprios Nacionaes — documento a que estão juntos os papeis apprehendidos aos extinctos jesuitas:

"Gonçalo Monteiro, capitão, com poder de reger e governar esta Capitania de S. Vicente, terra do Brasil, pelo mui Illm. Snr. o Snr. Martim Affonso de Sousa, Governador da dita Capitania, etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem em como por Francisco Pinto, cavalleiro-fidalgo, morador em dita Capitania, me foi dito por uma petição que o dito Snr. Governador, havendo respeito a elle querer ser povoador e assim outros respeitos, lhe fizéra mercê de um pedaço de terra nas terras do Cubatão, indo desta ilha para o rio Cubatão entrando... (aqui está roto o original) da qual terra diz ser-lhe feita carta e ser dada e assignada pelo dito Snr. Martim Affonso de Sousa, A QUAL CARTA LHE FÔRA LEVADA PELOS MORADORES DE IGUAPE, QUANDO ROUBARAM OS QUE ESTAVAM NESTE PORTO DE MAR, E LEVARAM O LIVRO DO TOMBO, ETC.

...

Dada nesta villa de S. Vicente, aos 17 dias do mez de Setembro de 1537 — Antonio do Valle, tabellião Publico Judicial e escrivão das dadas pelo dito Snr. a fez n'este anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1537 — GONÇALO MONTEIRO" (1)

Isto posto, faça-se apenas a mudança do nóme do "bacharel" — de Duarte Peres — como quizéram Charlevoix, Ruy Diaz de Gusman e outros — para MESTRE COSME FERNANDES como indica a escriptura de 1542 retro-transcripta, e teremos a reproducção compléta e veridica das cousas como se déram e dos homens que as realizáram, gisando as ultimas actividades conhecidas do primeiro fundadôr de São Vicente.

Tambem o Snr. Commandante Eugenio de Castro, (2) faz nessa sua obra abaixo citada a reproducção do primi-

(1) Rocha Pombo — em sua "Historia do Brasil" — Vol. III — Pags. 152/153 tambem cita este documento.

(2) "A Expedição de Martim Affonso de Souza" — 1932 — lida antes no Instituto Histórico de S. Paulo — em cuja Revista — Vol. XXIX foi tambem publicada.

tivo povoado de São Vicente, representado symbólicamente no mappa XIV do "YSLARIO" de Alonso de Santa Cruz (original reproduzido no "Inquérito Histórico" desta obra — Depoimento N.º 11) acompanhado da preciósa descripção que esclareceu a verdadeira origem vicentina e localisou o Porto de São Vicente,, erroneamente collocado por tantos autores de história nas aguas fronteiras a Tumyarú.

A fundação de São Vicente, é pois, cousa muito anterior á vinda de Martim Affonso de Souza, e não vemos razão para ser deturpada a verdade, quando os documentos ahi estão provando, que aquelle fidalgo apenas deu ao primitivo povoado uma segunda phase definitiva e a categoria de Villa, nella creando o que lhe faltava para isso: Conselho, Igreja, pelourinho e um augmento de casas para abrigo da nóva gente que chegava com elle. Manda a razão, desde que S. Vicente possuiu um Capitão a contar de 1516 (que foi Pero Capico), que se considére pelo menos desde ahi a sua existencia. Nem foi outro o motivo que levou Martim Affonso a dirigir para aquelle canto excuso da ilha os seus primeiros passos constructores, até hoje objecto de extranheza por parte de todos aquelles, que, desconhecendo a existencia anterior do povoado fundado pelo degredado illustre, não comprehendem como teria podido Martim Affonso preferir uma tão má situação e um logar tão inferior ao de Santos actual, para fundação de um primeiro povoado colonial.

Se a São Vicente do "bacharel", a São Vicente de 1527 e 1530, com suas "déz ou doze casas" europeas e mais os muitos tejupares dos aborigenes amigos, com seu estaleiro de embarcações, com sua fortaleza, com seu capitão e com seu importante commercio costeiro não póde ser considerada como um povoado verdadeiro e como primeira phase da São Vicente actual, que dirêmos então de todas as demais cidades antigas do Brasil, que começaram com muito menos do que isso, sem fortalezas, sem commercio, sem estaleiros e nada que denunciasse o seu presente, e que, no entretanto têm a sua fundação contada desde a primeira phase, desde a humildade dos seus primeiros ranchos e a pobreza das suas primeiras róças circumjacentes? O critério não póde ser vário, e a verdade salta por entre os dedos dos que pretendem suffocal-a. O que se deu com São Vicente, foi o que aconteceu com Buenos Aires pouco depois, a qual teve tambem duas fundações, a primeira de Don Pedro de Mendoza em 1536, e a segunda de Juan de Garay, cerca de quinze annos depois quando nada mais restava da

primeira, que, entretanto é, a commemorada ainda hoje; com a differença apenas, que o "bacharel" Mestre Cosme e Gonçalo da Costa, embóra tão nóbres quanto Mendoza, não tinham como este a força official, sendo mesmo o "bacharel" um degredado politico, sem o direito, portanto, de fundações.

Encerramos assim os nossos commentários sobre as figuras de Gonçalo da Cósta e Mestre Cósme Fernandes, o famoso "bacharel", fundadores do primeiro PORTO DE SÃO VICENTE, possivel origem da cidade de Santos, e do povoado de SÃO VICENTE, primeira phase da cidade do mesmo nóme, a mais antiga do Brasil.

Tratemos dos demais personagens da primeira colonisação vicentina.

Duarte Peres, que, pelos relatos havidos de Charlevoix, e dos chronistas hespanhóes parecia ser o proprio "bacharel", como já dissémos, paréce-nos ser apenas um nóme adoptado por Mestre Cósme Fernandes em sua alliança com os castelhanos de Iguape e Cananéa, para occultamento de sua verdadeira identidade. Apóz o conhecimento da escriptura de 1542, não é possivel ter-se illusões a respeito.

Pero Capico foi o primeiro Capitão de S. Vicente. (1) Vindo na Armada de Christovam Jacques em 1516, estabeleceu-se alli, onde enriqueceu ao cabo de algum tempo. Sómente em 1527 voltou elle para Portugal e ainda desta vez em companhia de Christovam Jacques, então Governador das Terras do Brasil.

Varnhagem ainda, publica a respeito deste Pero Capico, o seguinte importante documento:

> "ALVARA' DE 15 DE JULHO DE 1526"
>
> "Eu El-Rei faço saber a vós, Christovam Jacques, que óra envio por Governador ás partes do Brasil, que Pero Capico, *capitão de uma das capitanias do dito Brasil*, me enviou dizer que lhe era acabado o tempo de sua capitania e que queria vir para este Reino, e

(1) Apezar de Oliveira Lima haver escripto que Pero Capico foi o fundadôr de Percaauri, perto de Olinda, querendo com isso dizêr que alli foi a Capitania delle, pensamos que esse logarejo nem siquer o nóme de feitoria poderia merecer, e muito menos de Capitania, como consta no Alvará régio de 1526 citado por Varnhagem. Naquelle tempo o logar mais conhecido e mais importante da cósta do Brasil éra São Vicente, e esse povoado sim, podia merecer um capitão, pelo largo commercio que fazia, pelas muitas armadas que o visitavam, pela gente que nelle habitava e outros muitos factores, a ponto de enriquecer esse capitão, como se vê naquelle Alvará.

trazer comsigo todas as peças de escravos e mais fazendas que tivesse, — hei por bem e me apraz que na primeira caravella ou navio que viér das ditas partes, o deixeis vir, com todas as suas peças de escravos e mais fazendas; comtanto que virão direitamente á Casa da India, para nella pagarem os direitos de quarto e vintena, e o mais a que forem obrigados, na forma que costumam pagar todas as fazendas que veem das sobreditas partes". (1)

A Capitania a que se refére o Rei neste alvará é a de S. Vicente, onde permanecera Pero Capico por déz annos, havendo naquella época, alem dessa Capitania apenas mais uma — a de Pernambuco ou Itamaracá — cujo primeiro capitão, nomeado ao mesmo tempo de Capico (1516) fôra o seu proprio fundador Christovam Jacques. Por isso é que diz o Rei: "CAPITÃO DE UMA DAS CAPITANIAS DO BRASIL". (2)

Este documento, de inilludivel importancia, diz Varnhagem, que foi, aliás, um dos maióres pesquizadores dos archivos portuguezes, ter sido passado em Almeirim a 15 de Julho de 1526, por Jorge Rodrigues, e achar-se á Fl. 25 do Livro de Reformações (anteriormente chamado de Reportações) da Casa da India, e por elle vemos confirmado tudo quanto expendemos sobre a S. Vicente que existiu antes da vinda de Martim Affonso, apenas sem o caracter de villa, mas como Capitania.

O Foral de 6 de Outubro de 1534, passado em Evora por D. João III em favor de Martim Affonso ratificou definitivamente os actos officiaes de Martim Affonso praticados em 1532, dizendo num dos seus itens:

> "Outrosim me praz que o dito capitão governador e todos seus successores possam fazer villas todas e quaesquer povoações que se na dita terra fizérem e lhes a elles parecer que devem ser, as quaes se chamarão villas, e terão termo, jurisdicção, liberdades, e insignias de villas, segundo a forma e costume de meus reinos, e isto porem se entenderá que poderão fazer todas as villas que quizerem das povoações que estivérem ao longo da costa da dita terra, etc.... "

(1) "Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil " — Vol. III — Pag. 60. (Reproduzido de Varnhagem).

(2) Percaauri como já explicámos nunca teve capitão; foi uma simples e humilde pequena aldeióla para pouso de itinerantes.

Não passe disto porêm, a historia real de São Vicente, que este documento sobre Pero Capico vem illuminar em favor da posteridade.

Por este Pero Capico, que apóz déz annos de estadia em São Vicente voltava rico para Portugal, calcule-se que potentado não seria Mestre Cosme Fernandes, o célebre "bacharel", que alli estava havia mais de vinte annos e que só de uma viagem contractára com Diogo Garcia, a conducção de oitocentos escravos para a Hespanha!

Tendo voltado para Portugal em 1527; quando Martim Affonso embarcou-se para o Brasil com a Armada de 3 de Dezembro de 1530, Pero Capico veio nóvamente para S. Vicente, na qualidade de conhecedor da região e Escrivão da mesma Armada, ahi lavrando todas as primeiras escripturas de terras e cartas de doação até principios de 1533.

Melchor Ramirez éra um dos sobreviventes da expedição Sólis, e, durante o tempo de sua permanencia no Brasil, desenvolveu sua vida entre S. Vicente, Iguape, Cananéa e a região do Prata, fazendo parte mais tarde, do nucleo hespanhól de Mosquera, não se sabendo ao cérto o destino que tomou apóz os factos de 1534|35. E' possivel tambem, que esta versão não se confórme com a verdade, e que elle tenha voltado para a Hespanha na Armada de Caboto, em companhia de Henrique Montes, visto que tudo a seu respeito, com excepção da sua existencia no Brasil, é hypothético.

Henrique Montes, companheiro de Melchor Ramirez e como elle sobrevivente da Expedição Sólis, viveu por muitos annos em S. Vicente e na região do "Prata" (1), onde Diogo Garcia e outros expedicionarios foram encontral-o por vezes, e foi companheiro e collaboradôr de Gonçalo da Costa e do "bacharel". A ambição paréce, foi o que provocou a sua desgraça, levando-o a pôr-se em desaccordo com os seus amigos e protectores, por desejar umas terras que estariam em poder do mesmo "bacharel" ou de um dos seus genros. Essas terras éram as de Jurubatuba e principalmente as da actual ilha Barnabé, onde podiam-se fazer todas as criações imagináveis sem necessidade de cercas e sem o perigo dos animaes do matto que naquelle tempo infestavam todos os logares.

O proprio Alonso de Santa Cruz diz no YSLARIO: (1530)

(1) Rocha Pombo — "Historia do Brasil" — Vol. III.

"TEM ESTAS DUAS ILHAS (S. Vicente e S. Amaro) UM ILHÉO ENTRE AMBAS DE QUE SE SERVEM PARA CRIAR PORCOS."

Manifestamente, esse ilhéo a que se refére o official de Caboto, é a actual ilha Barnabé, unica existente entre as duas ilhas de S. Vicente e Santo Amaro, como unica em que se poderia fazer uma grande criação de qualquér espécie animal, sem o risco de evasão e ataque de féras ou bichos damninhos. Essa ilhóta, aliás, está bem determinada no mappa XIV do "Yslario", que já vimos.

Ligue-se isso ao facto de ter sido o primeiro acto de Henrique Montes ao chegar nóvamente a S. Vicente com Martim Affonso, tomar pósse da mesma ilha e terras adjacentes, e teremos a próva concludente de que a quéda do "bacharel" e de seu genro Gonçalo da Cósta, foi fructo da sua ambição, naturalmente alimentada por mais alguem (Ramalho, Rodrigues e Antonio Ribeiro como já fizémos entender).

Sobre tudo isto, súrge o assassinato de Henrique Montes algum tempo depois, como um desforço ou punição levado a effeito pelo possivel autôr do crime, e ainda mais nos firmamos em nosso ponto de vista.

A escriptura de Braz Cubas, de 25 de Setembro de 1536 (1) revéla bastante a este respeito, ajudando sobremaneira a reconstituição da história local, dizendo:

> "... logo fez ao dito Braz Cubas livre e pura irrevogavel doação entre vivos valedoira deste dia para todo o sempre para elle e para todos os seus herdeiros e successores que depois delle viérem, DE TODA A TERRA QUE TINHA E POSSUIA NO BRAZIL UM HENRIQUE MONTES, QUE MATARÃO NO BRAZIL, a qual terra está na Povoação de São Vicente do dito senhor Martim Affonso e a ditta terra poderá ser de grandura de duas legoas e meia pouco mais ou menos... e que está onde chamão JARABATYBA, assim que pelo braço de mar dentro E MAIS LHE FAZ DOAÇÃO DE HUA ILHA PEQUENA QUE LHE ESTA' JUNTA DA DITTA TERRA QUE OUTRO SIM ERA DO DITTO HENRIQUE MONTES... POSTO QUE O DITO HENRIQUE MONTES TINHA DO DITTO SENHOR MAR-

(1) Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo — Vol. VI — 1900/1901 — Pag. 295.

TIM AFFONSO SEM TER DELLE ESCRIPTURA, etc...."

Neste importantissimo documento, tão pouco debatido pelos nossos historiadores, vemos confirmado o assassinato de Henrique Montes, algum tempo antes daquelle anno de 1536 e o seu dominio sobre as mesmas terras da ilha, onde, no depoimento de Alonso de Santa Cruz, OS PORTUGUESES CRIAVAM PORCOS alguns annos antes da vinda de Martim Affonso.

A mórte de Henrique Montes, em nossa opinião, ou foi promovida por Paulo Adôrno em 1533, o qual sabe-se ter commettido um crime naquella altura, motivo porquê fugiu para a Bahia, lógo em seguida, onde ficou e constituiu familia casando com uma filha de Diogo Alvares, o Caramurú, ou o foi pelas forças de Iguape, sob o commando do "bacharel" Mestre Cósme e do hespanhól Mosquera, por occasião da invasão de São Vicente, o que é ainda mais provavel e lógico.

Com relação a estas terras de Henrique Montes, fronteiras ao local da futura Santos, occórre uma circumstancia interessante, que não deve passar despercebida. No tempo do "bacharel" e de Gonçalo da Costa, os portuguezes, como se deprehende do depoimento de Alonso de Santa Cruz, retro-citado e mais do depoimento constante da carta de Diogo Garcia ao Rei já reproduzido tambem, viviam não só em Jurubatuba como na Ilha Pequena (actual Barnabé) e na propria ilha de São Vicente, em perfeita harmonia com os indios de Cayubi, Piqueroby, Tibiriçá e outros chéfes, que dominavam toda a região; no entretanto, em 1537, quando João Pires Cubas, pae de Braz Cubas, desceu de Portugal a mandado do filho para occupar as mesmas terras, encontrou alli uma tremenda opposição da parte dos mesmos indios anteriormente pacificos e "amigos mucho de los cristianos" como disse Diogo Garcia; a ponto de consideral-os "indios contrarios" e de não poder cultivar ou siquér tomar posse effectiva das terras então pertencentes a seu filho. Quê significa tal contráste? Antes de responder a esta pergunta, vejamos o que a este respeito diz o auto de posse, de 1540, em conclusão á Escriptura de 25 de Setembro de 1536: (1)

(1) Obra citada — Pag. 297.

"... Requeria elle Braz Cubas a elle Antonio de Oliveira Capitão lhe demarcasse a ditta terra e metter posse della por quanto óra vinha para aproveitar com gente e fazenda sem embargo de passar já de tres annos que gastara só sua fazenda para a aproveitar o que não se pudera fazer POR A TERRA QUE LHE ASSI E' DADA SER POVOADA DE GENTIOS E PARA OS LANÇAR FÓRA E SE POVOAR A DITA TERRA HA' MISTÉR MUITO CUSTO, O QUE AGÓRA TRAZIA PARA ISSO.............

.......... e por elle ditto Braz Cubas foi tambem pedido a elle Capitão mandasse a mim Tabellião que desse aqui minha fé em como haviam tres annos que João Pires Cubas, seu pae viéra a esta terra com fazenda e gasto para aproveitar as ditas terras e tomado posse dellas e aproveital-as O QUE TODA DEIXOU DE FAZER POR A DITA TERRA SER HABITADA POR GENTIOS NOSSOS CONTRARIOS E POR ESSE RESPEITO AS NÃO PUDÉRA NEM PODIA APROVEITAR..........

e sei que a dita terra HÉ MUI PERIGOSA POR PARTE DO GENTIO QUE NELLA HABITA QUE SÃO NOSSOS CONTRARIOS POR ESSE RESPEITO ELLE JOÃO PIRES NÃO OUSOU NEM PODE FAZER OBRA EM A DITA TERRA......"

Esse antagonismo dos indigenas locaes á colonisação de Martim Affonso, verificado desde os primeiros momentos da sua chegada e confirmado por esta escriptura, significa simplesmente, que, ao contrario do que geralmente se tem dito e de como consagrou o vélho Calixto numa das suas télas famósas, os indigenas locaes, outróra amigos do "bacharel" e de sua gente, não apoiáram a colonisação de Martim Affonso, por ter-se fundado ella na ambição de alguns portuguezes, que outra cousa não queriam sinão a espoliação dos primeiros dominadores europeus daquelles logares. (1)

(1) Benedicto Calixto, em seu famoso quadro "A Fundação de S. Vicente" faz presentes ao desembarque de Martim Affonso e primeiros actos da fundação (interpretada a seu módo) os dois chéfes Cayubi e Piqueroby; gróssas phantasias como se vê, jamais protestadas, mas desfeitas deante deste documento.

Quanto á presença da Armada de Martim Affonso nas aguas fronteiras á Villa, nem nos damos ao trabalho de chamal-a de invenção, tão patente isso está e ficará após a leitura do capitulo seguinte.

Cayubi e Piqueroby, os dois grandes chéfes guaianazes, não approváram as felonias praticadas contra seu amigo commum "o bacharel", e não collaboráram na óbra inicial da colonisação affonsina. Cayubi retirou-se temporariamente para o fundo das serras evitando contacto com os portuguezes e hostilisando os primeiros agricultores, como vemos na escriptura de 25 de Setembro, acima transcripta, e Piqueroby acompanhou com uma parte da sua gente, o "bacharel" Mestre Cósme em sua retirada para a região de Iguape. Piqueroby nunca transigiu, e Cayubi, sómente muitos annos depois, já macróbio, cedendo ao trabalho dos padres, tornou-se amigo destes e de Braz Cubas, consentindo em fazer alliança com os portuguezes.

Que Piqueroby não concordou com a alliança do seu proprio genro Antonio Rodrigues com os nóvos dominadores, vê-se pela observação dos documentos em que se basêa a Historia de S. Vicente. Sabendo-se que a ilha de S. Vicente éra grandemente habitada por tupys, pelos depoimentos de Diogo Garcia e Alonso de Santa Cruz — depoimentos de 1527/1530, já referidos neste capitulo, e sabendo-se que por occasião da chegada de Martim Affonso, a mesma ilha parecia despovoada, não existindo nella os antigos incolas, mas apenas Antonio Rodrigues, lá ao fundo de Tumyarú, só se póde presumir uma cousa: que, de facto, os chéfes brasilicos e seus guerreiros houvessem se retirado em companhia do "bacharel", seu amigo e companheiro de tantos annos — ou procurado o isolamento das grandes florestas distantes — mas, de qualquér forma, repellido a amizáde dos nóvos dominadores. Por isso, foi, que Piqueroby — maioral dos maioraes da terra — não teve na historia paulista um logar de grande destaque, permanecendo nella apenas pela influencia do sangue transmittido á geração de Antonio Rodrigues. Tibiriçá foi o unico dos tres chéfes, que, ligado a Ramalho por uma das suas filhas, a conselho deste, consentiu em ligar-se com os portuguezes de Martim Affonso, tornando-se a columna méstra da grande óbra colonisadora e um dos grandes vultos da história inicial de São Paulo.

O Rei D. João promovera a substituição de um primeiro povoamento irregular por outro de maióres proporções; com isso lucrou a posteridade, mas sacrificou-se a verdade dos primeiros tempos, mettida como a história dos descobrimentos no extranho sigillo official, commum ás côrtes da época; satisfez-se a ambição de alguns individuos e prejudi-

cou-se o direito dos predecessores, verdadeiros fundadores de S. Vicente.

Como dissémos de passagem, quando tratámos de Gonçalo da Cósta, Henrique Montes seguiu para a Europa num dos navios de Caboto, em principios de 1530, desembarcando no Guadalquivir, permanecendo algum tempo na Hespanha, de onde observou o resultado das conversas de Gonçalo com o Rei de Portugal. Ahi, apóz o rompimento do genro do "bacharel", seguiu elle, immediatamente para sua terra onde foi festivamente recebido, promptificando-se a fazer aquillo a que Gonçalo da Cósta se furtára. Assim, antes mesmo que o antigo companheiro de solidão voltasse ao Brasil a serviço da Hespanha, embarcou elle na Armada de Martim Affonso, como Provedor dos mantimentos, mas em verdade, como prático da região austral da América, sahindo do Tejo no dia 3 de Dezembro de 1530, tres mezes complétos apóz sua chegada. (1)

Sobre Rojas, o Capitão que Caboto desterrára com Martin Mendez e outros na região dos Patos (Santa Catharina) quando ia sobre a região do Prata, sabemos que, "quando esteve homisiado nas casas de Gonçalo da Costa" em S. Vicente, "trabalhou com o seu protector no fabrico de um bergantim igual ao que fôra vendido em 1527 a Diogo Garcia (transcripção já effectuada), o qual não tinham ainda concluido, quando da parte de Caboto (principios de 1530), então fundeado no Porto de São Vicente (estuário de Santos) e de passagem para a Europa, recebeu elle, por intermédio de Alonso de Santa Cruz (2), Antonio Ponce e Juan de Medina, officiaes da Armada cabotiana, uma intimação do seu excommandante, para se apresentar a bordo. A esta intimação, escudado na protecção do "bacharel" e do seu genro, replicou Rojas exprobando a Caboto o procedimento miseravel tido por elle contra os seus muitos commandados da Armada, e, com ironia lembrou-lhe, que éra melhor mandar-lhe o piloto Henry Latimer, alguns operarios e cinco ou seis marinheiros para a embarcação que estavam construindo em terras "não da Côrte de Hespanha mas do Rei de Portugal". (3) Com isso pa-

(1) "Revista do Instituto Histor. e Geograph. de S. Paulo" — Vol. XXIX — Pag. 154 — Conferencia do Commandante Eugenio de Castro.

(2) Este Alonso de Santa Cruz, official de Caboto, é o autor do precioso "Yslario" tão citado neste capitulo.

(3) Rocha Pombo — "Historia do Brasil" — Vol. III.

réce que se acovardou Sebastião Caboto, pois deixou-o em paz alli e seguiu sua derróta para o Nórte, levando o traidôr Henrique Montes, facto que provocou lógo depois a viagem de Gonçalo da Cósta e a quéda do "bacharel".

Mezes depois, ao seguir Gonçalo da Cósta, embarcou-se tambem Rojas em sua companhia, na nau "Nossa Senhora do Rosario" de Diogo Garcia, internando-se na Hespanha, de onde provavelmente voltou em 1535 com o seu protector, na Armada de Mendoza para a fundação de Buenos Aires.

Sérve este trecho descriptivo da estadia de Rojas em São Vicente, para provar mais uma vez o dominio absoluto da gente do "bacharel" em S. Vicente, a ponto do aventureiro Caboto temer a sua força, como a sua fidelidade ao Rei de Portugal, revelada na resposta do hespanhól ao mesmo Caboto, lembrando-lhe que estavam em terras portuguezas e não castelhanas.

Francisco de Chaves, o infortunado companheiro do "bacharel" e talvez um dos seus proprios genros descriptos por Diogo Garcia, não se sabe a época em que teria vindo para São Vicente, mas suppõe-se que elle tenha voltado para Iguape acompanhando a Mestre Cósme em sua retirada do povoado que fundára junto a Tumyarú. Quando Martim Affonso, em Agosto de 1531, passou por Cananéa e mandou uma embaixada duas léguas ácima, ao rio de Iguape, elle mesmo indo á presença do donatário vicentino, lembrou-lhe a vantagem de proceder-se ao descobrimento de metáes "abundantes naquelles sertões", e, ahi, obtendo delle 80 hómens sob a chefia de Pero Lobo internou-se para os lados do Paraguay, de onde nunca mais voltou com todos os companheiros, sendo a presumpção geral e histórica, que tenham sido devorados pelo gentio daquellas paragens. Isso mesmo pensou Martim Affonso, que, por accasião de sua volta para Portugal, deixou recommendado a Gonçalo Monteiro, que mandasse Ruy Pinto e Pero de Góes opportunamente, a vingarem a mórte daquelles portuguezes.

Quem nos dirá porem que Francisco de Chaves não tenha preparado uma cilada á gente de Martim Affonso, desde que elle éra um dos elementos do "bacharel", por ordem deste? Deante de quanto ficou descripto neste capitulo, é de suppôr, que a astucia de Francisco de Chaves tenha entrégue á chacina dos carijós, aquelles oitenta guerreiros affonsinos confiados á miragem dos descobrimentos suggerida pelas descripções do sertanista reinól. Seria aquillo, assim,

o inicio da vingança do "bacharél" Mestre Cósme, rematada tres annos depois com a invasão de São Vicente. Isto, entretanto, é uma conjectura apoiada na lógica dos factos anteriores.

Ruy Mosquera não foi propriamente ligado a S. Vicente pela residencia e sim á região de Iguape e Cananéa, para onde desceu logo depois de 1526, tocado da região do Paraguay por Martim Garcia. Apenas o facto histórico da invasão de 1534/1535, trouxe o seu nóme á historia vicentina, como um dos chéfes da gente que invadiu, saqueou e destruiu grande parte da villa e do Porto. Perpetrada a invasão, retirou-se elle para Santa Catharina onde permaneceu algum tempo, seguindo depois para Buenos Aires a secundar a óbra de Mendoza.

Aleixo Garcia, como disse Rocha Pombo em sua "Historia do Brasil", foi um collaborador de Ramalho nos campos de serra acima, no apresamento do gentio inimigo para commercio na cósta. Varios autôres hespanhóes trataram da sua discutida personalidade, e, de tudo quanto se debateu em torno delle, ficou definitivamente consagrado, que, alem das entradas no sertão, por elle operadas em varias épocas, uma viagem definitiva fez elle em busca de prata, largando Piratininga onde estava, com cinco christãos e um mulato de nóme Pacheco, alem de um pequeno exército de guayanázes. Attingindo o Paraná e penetrando os sertões do sul, alliou-se aos indigenas do Paraguay em grande numero, augmentando o seu exército e atravessando os Andes, invadindo as famósas regiões do Perú e vencendo os Incas, onde conquistou cidades e riquezas, sendo entretanto assassinado pelos proprios guaranys, quando já de volta para São Vicente, (1) e (2)

Southey e Rocha Pombo consignam, que Martim Affonso, tempos depois, mandou a Jorge Sedenho que vingasse a morte de Aleixo Garcia, fazendo-o seguir com uma força para a região do Paraguay, porem, que os mesmos indios que haviam liquidado a Garcia, liquidaram tambem a Sedenho com a gente que elle havia levado.

Cabeza de Vaca, Nicholas del Techo e Juan Patricio Fernandes, contemporaneos da colonisação castelhana da América, foram, a respeito de Aleixo Garcia, os melhóres informantes de quantos escreveram sobre elle, com alguma confusão de datas todavia, dando uns 1526 e outros 1536. Entre-

(1) Basilio de Magalhães — "A Expansão Geographica do Brasil".

(2) T. de Souza Lobo — "O Brasil Confederado" — Pag. 113.

tanto, nós preferimos para data exacta da sua viagem ao Perú — a primeira; mesmo porquê, póde ter havido um erro de impressão quanto á segunda data apontada, e só poderia Martim Affonso de Souza ordenar a Jorge Sedenho que vingasse a mórte do famoso portuguez, desde que essa mórte já se houvesse verificado antes do anno de 1533, que foi o ultimo de sua estadia em São Vicente.

Quanto a Antonio Rodrigues, ao que já se acha divulgado a seu respeito, accrescentaremos que a sua vinda déve prender-se á Armada de D. Nuno Manoel, Christovam do Haro e João de Lisbôa, de 1514, viagem citada por Capistrano de Abreu, á pag. 60 da sua importante óbra "O descobrimento do Brasil", a não ser que se pretenda, que tambem Rodrigues, tenha sido um dos elementos da expedição de Sólis, o infortunado descobridor do "rio da prata", o que é tão acceitavel quanto a primeira hypóthese.

Pero Capico, na Carta de Sesmaria e Auto de posse das terras de Pero de Góes, em 1532, diz o seguinte: (1)

> "... fui eu escrivão ás ditas terras com o dito Pedro de Góes e lh'as divisei e demarquei, puz todos os nómes das mais terras e confrontações, E LEVEI COMMIGO A JOÃO RAMALHO E ANTONIO RODRIGUES, LINGUAS DESTA TERRA, JA' DE QUINZE E VINTE ANNOS ESTANTES NESTA TERRA, e conforme o que elles juraram assim fiz o assento....."

Ninguem melhór do que Pero Capico para fazer uma tal declaração, porquê alliava á sua qualidade de Escrivão de Martim Affonso, a qualidade de amigo de Ramalho e Rodrigues, com quem convivera durante déz annos, desde 1516 a 1527, que fôra o tempo de sua capitania em São Vicente, como já vimos anteriormente.

Assim, desde que Antonio Rodrigues tivesse vindo em 1514, faria naquelle anno de 1532, da escriptura, 18 ANNOS DE ESTADIA EM SÃO VICENTE, e se por outra, fosse um dos sobreviventes da expedição Sólis, FARIA 17 ANNOS DE PERMANENCIA ALLI, tempo como se vê, comprehendido perfeitamente naquella declaração da Escriptura.

Emquanto Gonçalo da Cósta e Mestre Cosme Fernandes existiram em São Vicente, Antonio Rodrigues não teve

(1) Dr. João Mendes de Almeida — "Algumas Notas Genealógicas" Cap. IX — Pag. 225.

evidencia alguma, apezar de sua ligação com uma das filhas de Piqueroby, como aconteceria com o proprio "bacharel" Mestre Cósme; porque este tinha sobre todos a vantagem da grande precedencia, da illustração que os outros não tinham, e da fortuna já adquirida em suas actividades na cósta e nos sertões.

Antonio Rodrigues, como já dissémos anteriormente, teve o seu acto de ligação com a gente de Martim Affonso, desapprovado por Piqueroby, o que ainda mais nos induz a crer que houvesse elle participado do plano de Henrique Montes contra o "bacharel". Revéla isto, o abandono em que elle ficou, sósinho em toda a ilha de São Vicente, apenas com os seus poucos aggregados do canto de Tumyarú, junto ao povoado abandonado pelo fundadôr.

Rodrigues passou á Historia, principalmente porquê lá onde elle estava é que ficava o primitivo povoado vicentino, fundado por Mestre Cósme Fernandes, onde foi Martim Affonso estabelecer a villa que vinha autorisado a crear no Brasil; mas, não impediu isto, que elle ficasse inferiorisado de alguma fórma a Ramalho, inferiorisação essa que proveio unicamente do acanhamento revelado por elle em sua participação nos trabalhos dos nóvos dominadores, ante a reprovação e a falta de apoio do sogro brasilico.

Quanto a Ramalho, pouco mais se poderá dizer do que já se tem dito e do que adiantámos sobre Antonio Rodrigues. O erudito Dr. Theodoro Sampaio, em memória publicada por J. Jacyntho Ribeiro, na "Chronologia Paulista" — Vol. 1 — estudou a sua vinda para São Vicente, chegando á conclusão de que ella se teria dado em 1516. Para nós, essa não é bem a verdade, mas chega-lhe bem pérto, porquê, mais de accordo com a declaração da Escriptura de 1532, retro-apontada e outros elementos que vamos citar, estariam os annos de 1514 ou 1515, exactamente como no caso de Antonio Rodrigues, que nos paréce ter sido companheiro de Ramalho desde a viagem do reino. A escriptura de 1532 e os outros documentos identificadores da estadia de Ramalho em terras vicentinas, reduzem ás devidas proporções o testamento desse vélho povoador, datado de 3 de Maio de 1580, cuja cópia Frei Gaspar declarou possuir (1) e que consta da "Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo" — Tomo VIII, como confirmam a declaração feita pelo

(1) "Noticias dos annos em que se descobriu o Brasil".

mesmo Ramalho perante a Camara de Piratininga, em 1564, segundo a qual, declinava elle da honra de ser vereador "POR SER HOMEM VELHO QUE PASSAVA DE 70 ANNOS", podendo-se estabelecer por ahi, que o seu nascimento verificára-se pelos annos de 1490.

Quanto á declaração do testamento, cuja authenticidade não pomos em duvida, de ter Ramalho "ALGUNS NOVENTA ANNOS DE ASSISTENCIA NESTA TERRA", houve indiscutivelmente da parte de Frei Gaspar, apenas falsa interpretação, visto que os NOVENTA ANNOS DE ASSISTENCIA citados no documento referiam-se a idade possuida por Ramalho, equivalendo a ALGUNS NOVENTA ANNOS DE ASSISTENCIA NESTE MUNDO. Esta interpretação é a verdadeira, e coincide com os demais documentos existentes neste particular, resultando dahi, que, á chegada de Martim Affonso em 1532, Ramalho teria entre 38 e 40 annos de idade, e por occasião de sua propria chegada a S. Vicente, apenas 22 a 24.

Com o apparecimento, só agóra verificado, de uma carta de Nóbrega ao Padre Luiz Gonçalves da Camara, escripta de Piratininga para Lisbôa, onde este padre se achava, original publicado por Taunay na "Revista do Archivo Municipal de S. Paulo (1) confirmam-se estes nossos juizos e todos os documentos em que elles se firmáram, visto que, tratando da pessôa de Ramalho e da sua situação perante a sociedade, determina Manoel da Nóbrega, o tempo de estadia no Brasil desse tão debatido personagem, dizendo:

"QUANDO VINO DELLA TIERRA Q. AVRA 40 AÑOS"

Trazendo a referida carta a data de 31 de Agosto de 1553, vê-se que, voltando atraz 40 annos, vamos ter exactamente aos annos de 1513/1514.

Este assumpto, portanto, déve ficar resolvido assim.

Como Antonio Rodrigues, emquanto existiram em São Vicente o "Bacharel" e sua gente, Ramalho teria sido apenas um collaborador do chéfe portuguez da região, e, depois, em consequencia dos factos verificados, e da sua actuação

(1) A. Taunay — "Revista do Archivo Municipal de S. Paulo" — 1934 — Vol. II — Pags. 101/102.

na obra colonisadora de Martim Affonso, apesar dos seus defeitos, relatados e postos a nú pelos padres da Companhia, com bastante razão bem se vê, assumiu elle uma decisiva importancia, com a qual passou á Historia. Sua ligação a uma filha de Tibiriçá e a adhesão deste chéfe á obra affonsina, foram os motivos principaes da sua grande projecção na chronica dos factos iniciaes de São Paulo.

Taes foram os homens que habitáram a região de São Vicente, seu Porto e seu antigo Povoado, dada a cada um a importancia rigorosamente devida, desde o primeiro, que foi o "bacharel" Méstre Cosme, até o ultimo, antes de 1532, e taes foram os acontecimentos desenrollados antes da vinda de Martim Affonso.

O silencio lançado pelo primeiro Donatário sobre o passado da antiga capitania vicentina e sobre as figuras antecessoras, próva hoje que o enviado de D. João III trazia ordens terminantes de esquecer e fazer esquecer aos demais povoadores os antecedentes do povoado vicentino, obra de um "degredado" illustre de D. Manoel, que, por isso mesmo, não devia passar á posteridade; provando ainda, que houve de facto um rompimento entre D. João e os dois principaes personagens da primeira colonisação — Gonçalo da Cósta e Mestre Cosme Fernandes.

Não fôra o inestimavel concurso dos depoimentos extranhos a Portugal, e alguma noticia que da sua propria gente escapou, teriamos ainda hoje, a impressão de que elle — Martim Affonso — encontrára em São Vicente, mattas apenas, animaes e indios anthropóphagos, e de que, a vida vicentina começára com a sua chegada, acceitando como verdade, quanto até agóra se ensina nas escólas brasileiras.

Isso, porem, não admira, porquê, se pelo sigillo inexplicavelmente guardado sobre os primeiros acontecimentos pelas côrtes contemporaneas, a phantasia envolveu sempre a História — tanto do descobrimento da América como do Brasil, como demonstrámos — não seria nada demais que envolvesse tambem a Historia de São Vicente, que é a historia inicial de Santos e do actual Estado de S. Paulo.

O esquecimento official passou de alguma fórma a todos os "repetidores de cousas já escriptas", essa classe de historiadores condemnada por Taunay, incapaz de uma reação

contra os erros postos á luz dos ólhos ou de uma reivindicação em favor da propria História.

Apóz o INQUÉRITO HISTORICO sobre a origem e a fundação da cidade de Santos, que publicamos adiante, encontrará o leitor o capitulo descriptivo dos primeiros tempos da terra santista, a contar da referida origem, até sua elevação á categoria de villa, podendo então fazer um julgamento exacto de quanto ficou por dizer em outras óbras e nos compendios officiaes.

CAPITULO IV

A chegada de Martim Affonso de Souza

Historia e exame do famoso "Diario da Navegação" de Pero Lopes de Souza, apógrapho viciado, cujos erros roubaram a Santos e á propria São Vicente, a verdade da sua historia inicial. Os enganos dos historiadores que nelle se baseáram para descripção dos primeiros tempos da Capitania. Onde ficava verdadeiramente o "Porto de S. Vicente". A verdade e a lenda.

Sobre os factos da chegada affonsina a S. Vicente, varios autores escreveram, com mais ou menos certeza até o anno de 1839. Nesse anno, Francisco Adolpho de Varnhagem, o notavel Visconde de Porto Seguro, considerado por D. Pedro II, o maiór dos historiadores brasileiros, descobriu na Bibliotheca da Ajuda, em Portugal, o célebre manuscripto que elle denominou "DIARIO DA NAVEGAÇÃO DA ARMADA QUE FOI A' TERRA DO BRASIL EM 1530", e effectuou a sua publicação em Lisbôa.

Publicando-o, o proprio Varnhagem declarou tratar-se de um apógrapho, com muitos erros essenciaes, differenças calligráphicas, desencontros chronológicos, correcções, e outras anomalias, de forma a não poder ser tomado como descripção original e veridica dos factos relatados. Entretanto, apezar dessa circumstancia, baseados nesse documento, que melhór fôra não ter sido desentranhado do segredo onde jazia, e desde então, surgiram todos os erros possiveis sobre a infeliz história vicentina favorecidos pela applicação da lei do menór esforço por parte de quantos tratáram do assumpto.

Antes do apparecimento desse documento apócrypho, todos ou quasi todos os historiadores relatavam a chegada de Martim Affonso de Souza como tendo sido realizada no actual estuário de Santos, no antigo Porto de São Vicente, que havia junto ao fim da Praia de Embaré; depois do seu apparecimento, ou seja, de 1839 em diante, nóvos historió-



Martim Affonso de Souza

Fundador da 2.ª São Vicente e iniciador de Santos.
1.º Donatario da Capitania de S. Vicente

graphos, despresando as reservas e observações de Varnhagem, aliás applicadas em sua notavel "Historia do Brasil", passaram a relatar os factos da chegada Affonsina, como realizados nas aguas da actual cidade de S. Vicente. A differença de apreciação, é como se vê, muito grande, e no entanto, toda ella fundou-se numa pequena expressão do indigitado "Diario":

"FUI N'HUM BATEL DA BANDA DALOESTE DA BAHIA..."

phrase que tomada a sério transformava complétamente o scenario dos factos de 1532, transferindo a entrada de Martim Affonso de Souza DA BANDA LÉSTE DA BAHIA, onde fica o estuário de Santos, para a BANDA OÉSTE DA MESMA BAHIA, onde fica a barra imprestavel de São Vicente.

Esclarecendo definitivamente o assumpto e instruindo o espirito publico na confusão provocada pelo apparecimento do apógrapho memorável, vamos proceder a alguns commentarios sobre esse documento, reproduzindo os trechos considerados necessarios para isso, do grande trabalho português de Jordão de Freitas, publicado no Vol. III da "Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil" — ás paginas 126, 127, 128 e outras a seguir, digno de ser lido e estudado com attenção, por todos aquelles que desejem precaver-se contra as surprezas da verdade e collaborar para a rehabilitação da história local, trabalho acompanhado do pronunciamento paleográphico do eminente scientista que é o Snr. Pedro de Azevedo, 1.° Bibliothecario da Bibliotheca Nacional de Lisbôa, antigo 1.° Conservador do Archivo Nacional da Torre do Tombo e professor da cadeira de paleographia da Faculdade de Letras de Lisboa; cértos de que, depois disto, taes erros não tenham razão de subsistir.

"NAVEGUAÇAM Q FEZ P° LOPEZ DE SOUSA NO DESCOBRIMENTO DA COSTA DO BRASIL MILITANDO NA CAPITANIA DE MARTI A° DE SOUSA SEU IRMÃO NA ERA DA ENCARNAÇAM DE 1530".

"... Assim foi intitulado, muito provavelmente no principio do século XVIII, e não antes, um Códice do século XVI, de 41 folhas em papél florete, in-fólio, encadernado, existente na Bibliotéca de Ajuda desde o terceiro quartél do século XVIII e que começa por estas palavras:

da por Martim Affonso. Oito annos depois, mais maduro, em idade, poude então Braz Cubas realizar cousas mais notáveis e deliberadas em favor do povoado de cujo inicio participára como um dos seus povoadores.

Ao voltar de Portugal em 1540, trazia Braz Cubas, juntamente com as ordens de occupar por força das armas se tal fosse preciso, as terras de Jurubatuba e Ilha Pequena, autorisação de Da. Anna Pimentel, por seu marido Martim Affonso de Souza, e para transferir o PORTO official de São Vicente, do logar em que elle ficava ao extremo da ilha, para frente das suas terras e do povoado existente ás margens de Enguaguassú. Vem deste facto, verificado á sua chegada, o mais rapido desenvolvimento da povoação que seria Villa do Porto de Santos poucos annos depois.

Uma das melhóres próvas da pouca idade e pouca projecção colonial de Braz Cubas nos primeiros tempos de colonisação, é o facto de terem sido nomeados commandantes das forças portuguesas contra a gente de Iguape, em 1534, Pero de Góes e Ruy Pinto, como elle dos primeiros que se estabeleceram na região santista. O mesmo, entretanto, já se não póde dizer delle, a contar de 1540, sua vólta de Portugal. (Veja-se a referencia a este fundador, no final deste Inquérito).

DEPOIMENTO N.° 24

(Escriptura de 31 de Agosto de 1589 — Pelo escrivão de Santos, Athanasio da Mota — Archivo do Convento do Carmo da Villa de Santos-Masso 15). Frei Gaspar.

"NESTA VILLA DO PORTO DE SANTOS, QUE ELLE BRAZ CUBAS POVOOU DE FOGO MORTO, SENDO O SITIO DESTA DITA VILLA TUDO MATO."

COMMENTARIO:

Este depoimento do Tabellião de Santos, na Escriptura de doação de um pedaço de terra junto á Capella de Nossa Senhora da Graça aos religiósos de Nossa Senhora do Carmo, para poderem edificar o seu convento ao lado da mesma capella edificada nos principios da Villa por José Adorno e por elle doada tambem aos mesmos religiósos, confirma de alguma fórma o depoimento anterior, revelando principalmente o que acabamos de affirmar no commen-

"NA ERA DE MIL E QUINHENTOS E xxx SABADO IIj DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PARTI DESTA CIDADE DE LISBOA DE BAXO DA CAPITANIA DE MARTIM AF° DE SOUSA MEU IRMÃO Q IA CAPITAM DE HUA ARMADA E GOVERNADOR DA TERRA DO BRASIL. CÕ VENTO LESTE SAI FÓRA DA BARRA FAZENDO CAMINHO DO SUDOESTE".

"Antes de pertencer a esta Bibliotéca, tal Códice fez parte da excelente livraria organizada pelo conde de Redondo Tomé de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Menezes (2.° do titulo no ramo dos Sousas e 10.°



D. JOÃO III (O Piedoso)

(Sob cujo reinado effectuaram-se os povoamentos de São Vicente e Santos)

ou 11.º na descendencia dos Coutinhos, da parentela de Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa — por ser sexaneto de Fernão de Sousa, 1.º Senhor de Gouveia e irmão de Pero de Sousa (Seabra) já nosso conhecido). Fallecendo este fidalgo a 6 de Março de 1717 e succedendo-lhe seu filho Fernão de Sousa Coutinho Castelo Branco e Menezes, 3.º conde de Redondo (que nasceu a 27 de Outubro de 1716 e veio a morrer a 6 de Agosto de 1791) este Códice passou com quasi todos os manuscritos da livraria de seu pai, para a Bibliotéca estabelecida por el-rei D. José junto ao Paço Real, edificado no sitio da Ajuda apóz o terremoto de 1755.

Assim adquirido, veio depois a ser incorporado na secção dos denominados MANUSCRITOS DA CORÔA cujo catalogo ou inventario foi feito por Luis dos Santos Marrocos — funcionario desta Biblioteca quando esta se achava no Rio de Janeiro — para onde fôra remetida cerca de tres anos depois da vinda da familia real portuguesa para o Brasil.

Reingressada a secção dos manuscriptos, em 1821 ou 1822, ao antigo edificio contiguo ao Palacio da Ajuda, Varnhagem aqui foi encontrar o importante manuscrito em 1839 — anno em que Alexandre Herculano foi nomeado "encarregado" ou "bibliotecario da Real Livraria do Palacio da Ajuda" — e neste mesmo anno o deu á estampa em Lisbôa.

Escripto em letra do Século XVI, o Códice não é todavia original, mas sim cópia aliás bastante incompléta, alem de pouco cuidada.

Quando o descobriu e da primeira vez que o entregou á publicidade, Varnhagem tambem o considerou uma simples cópia, "de letra quasi contemporanea". Depois, mudou de opinião e passou a te-lo como original, óra atribuindo-o "á penna de Pero Lopes" óra considerando-o escrito do punho de Pero de Góis, chegando até a dá-lo como "o proprio original que Pero Lopes de Sousa levava a bordo".

Com a indiscutivel autoridade que lhe resulta dos seus profundos conhecimentos paleográficos, diz-me o Snr. Pedro de Azevedo — muito douto e erudito 1.º bibliothecario da Bibliotheca Nacional de Lisbôa, antigo 1.º conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e eminente professor da cadeira de paleografia da Faculdade de Letras de Lisbôa — que a letra do texto

(*não exclusivamente, aliás, de um unico punho, como se nóta na fl.* 5) é realmente romano-restaurada (bastarda ou italiana), mas, do 3.º ou 4.º quartél do século XVI, ao passo que a que usava Pero de Gois éra gótica cursiva, conforme se verifica em duas de suas cartas autógrafas arquivadas na Torre do Tombo (ambas dirigidas a D. João III) e em uma outra tambem autografa existente na Biblioteca de Évora, a ultima das quais foi conhecida de Varnhagem, pois a cita na sua "HISTORIA GERAL".

Quanto á do titulo que Varhagen passou a atribuir a Martim Afonso de Sousa (fallecido em 1571) o desacerto não é menos provado, porquê gótica-cursiva era tambem a letra usada por Martim Afonso, como se compróva examinando as suas cartas arquivadas igualmente na Torre do Tombo — ao passo que as linhas que encimam a fl. 2 do Códice estão escritas em letra que, segundo o mesmo competentissimo paleógrafo, deve ser considerada dos principios do século XVII.

O Códice tem cotas e emendas de diversas penas; algumas accusam um punho diferente do que traçou as linhas do titulo.

Varnhagem — obra citada — 1839, pag. XXII, diz: "tem mais em alguns logares palavras e letras apagadas, çujas ou raspadas, das quaes algumas indicam pouco a favor de quem manuseára tão rico Ms.: etc.... "

Mas não é só pelo exame e cotejo da letra do Códice que se chega ao reconhecimento de que nos achamos em presença de um apógrafo...

Das 41 folhas que o compoem, 11 estão complétamente em branco, uma tem no centro da primeira lauda um grande espaço tambem em branco, e uma outra (fl. 37) só está escrita na terça superior da sua primeira lauda...

A leitura attenta e refletida do Códice patenteia-nos ainda nas paginas que antecédem a partida de Pero Lopes de Sousa do Porto de São Vicente para Portugal, em 22 de Maio de 1532 — cértas anomalias cronológicas que não podemos nem devemos deixar de pôr em especial e merecido destaque. Referimo-nos á anómala falta de correspondencia ou exacta correlação entre os dias da semana e os do mês, que se nóta — a) desde o dia 1.º de Março até 31 de Abril de 1531, e — b) desde

21 de Outubro deste anno a igual data de Janeiro do anno seguinte.

. . . Com toda a razão e mais do que justificado reparo notára já o Dr. João Mendes de Almeida, que "o Diario da navegação salta de domingo, 19 de Fevereiro, para sexta-feira, 1.º de Março! E, depois, de segunda-feira ,11 de Março, para sabbado, 12!!"

Na edição de 1861, tambem Varnhagem havia notado, em referencia ao 1.º de Março: "Se a 18 de Fevereiro foi sabado, o ultimo deste mez (28) foi terça-feira. Portanto o 1.º de Março cahiu em quarta-feira, como aliás sabemos que cahiu, fazendo o computo ordinário. A conta dos dias seguiu errada, e nem se emendou no dia 12, passando de terça-feira (aliás segunda-feira) ONZE a Sabbado DOZE; e assim andou errada, até que entraram em S. Vicente".

O dia 19 de Fevereiro de 1531 caiu, efectivamente, num domingo. Como este ano não foi bissexto, e Fevereiro terminou numa terça-feira, o primeiro dia de Março caiu numa quarta-feira, e não na sexta-conforme de facto se lê no Códice (fl. 7). Por tal motivo, errados estão tambem os dias da semana correspondentes aos dias 3 a 6, 8, 10 e 11 deste mês mencionados no Códice. Em todos estes oito dias, as anomalias implicam uma diferença ou avanço de dois dias semanais; isto é, estaria cérta a cronologia se se tratasse do mês de Março — do anno de 1532, que foi bissexto, ou do anno de 1538.

Nos restantes dias de Março — em que á segunda-feira 11 se segue o sabbado 12 — e em todo o mês de Abril, as anomalias já não implicam um avanço de dois dias semanais, mas sim um recúo de um dia de semana, como se se tratasse dos meses de Março e Abril do anno de 1530, no qual o dia 12 de Março coincidiu realmente com um sábado, acabando o mês de Abril, portanto, tambem num sábado."

. . . Sobre o caso observava Varnhagem em 1839: "DIZ O TEXTO QUE SEGUNDA FEIRA FOI 11 DE MARÇO E SEGUE LOGO QUE SABADO FOI 12, DOMINGO 13 E ASSIM SUCESSIVAMENTE (Fl. 8) TODOS OS OUTROS DIAS ERRADOS. E' A ANOMALIA TÃO CLARA QUE NOS DISPENSA MUITOS COMMENTARIOS, COM OS QUAES NADA ADIANTÁRAMOS..... POREM DE QUEM SERIA O ENGANO — DO COPISTA

OU DO AUTOR? NÓS DUVIDAMOS QUE FOSSE DO PRIMEIRO..."

Em verdade, o manuscrito de que se trata não é, no seu conjunto, um verdadeiro Diário náutico; nem o é, quanto a mim, o minucioso Roteiro da Viagem de D. João de Castro, de Lisboa a Gôa em 1538. *O manuscrito dado á publicidade por Varnhagem é antes uma truncada relação do itinerário e viagem de Pero Lopes de Sousa, capitão de um dos navios de Martim Afonso de Sousa — relação, narrativa ou crónica baseada muito embora num Diário de bordo, que não chegou até nós.*"

Isto basta, pensamos nós, para que os leitores julguem as irregularidades existentes nesse documento em que se basearam depois de 1839 muitos escriptores de Historia, dispensando as resérvas e precauções que se faziam mistér, para salvaguarda da verdade histórica e do critério de autôr.

Copistas que, possivelmente, tivéram a ventura de possuir em mãos, o original perolopino, não quizéram por qualquér motivo transmittil-o integral á posteridade, legando-nos a desconformidade que estamos dissecando.

Diz o Códice em certa altura: (1)

"TERÇAFEIRA PELA MENHÃA FUI N'HUM BATEL DA BANDA D'ALOESTE DA BAHIA, E ACHEI HUM RIO ESTREITO, EM QUE AS NAOS SE PODIAM CORREGER, POR SER MUITO ABRIGADO DE TODOLOS VENTOS: E Á TARDE METEMOS AS NAOS DENTRO COM O VENTO SUL. COMO FOMOS DENTRO MANDOU O CAPITAM J. FAZER HUA CASA EM TERRA PARA METER AS VELAS E ENXARCIA. AQUI NESTE PORTO DE SAM VICENTE VARÁMOS HUA NAO EM TERRA. A TODOS NOS PARECEU TAM BEM ESTA TERRA, QUE O CAPITAM J. DETERMINOU DE A POVOAR, E DEU A TODOLOS HOMES TERRAS PARA FAZEREM FAZENDAS; E FEZ HUA VILLA NA ILHA DE SAM VICENTE; E OUTRA NÓVE LEGUAS DENTRO PELO SARTAM, Á BORDA D'HUM RIO, QUE SE CHAMA PIRATININGA....."

(1) Francisco Adolpho de Varnhagem — "Diario da Navegação da Armada que foi á terra do Brasil em 1530 — de Pedro Lopes de Souza — (1.ª Edição) — Lisbôa — 1839 — Pags. 57, 58, 59.

Neste trecho o erro começa pela primeira palavra: TERÇAFEIRA, que não foi terça-feira como diz o Códice (á fl. 26) e sim segunda-feira, 22 de Janeiro. Nesta palavra, aliás, o proprio Códice está rectificado, visto que primitivamente escreveram nelle — SABBADO PELA MENHÃA — para riscarem depois, substituindo essas palavras por: TERÇAFEIRA PELA MENHÃ. Ésta é uma das próvas irrefutáveis da indecisão do copista, mostrando que o "Diario" foi recomposto de cabeça, annos depois da viagem, por algum piloto em cuja posse estivéssem os fragmentos do original, — deteriorados ou prejudicados, de tal forma, que lhe fosse impossivel uma perfeita reproducção.

Em seguida, encontramos a phrase: FUI N'HUM BATEL DA BANDA D'ALOESTE DA BAHIA E ACHEI HUM RIO ESTREITO, apparentemente regular, mas, em verdade, tão errada quanto os dias e datas apontados.

Observados os erros e falhas de todo o Códice e feito um pequeno exame dessa expressão, vemos que um erro ahi, teria sido muito facil de praticar. Nótem-se as palavras usadas a cada passo no referido Códice: TODOLOS HOMES — TODOLOS VENTOS — TODOLOS SANTOS — TODOLOS DIAS — franca influencia castelhana exercida sobre o português do autôr, cousa aliás commum na época em que os portuguezes faziam uso indifferentemente dos dois idiomas em suas cartas e noticias, e em que o convivio entre os dois póvos era grande, e seremos obrigados a admittir que, origináriamente a expressão em fóco teria sido assim:

FUI N'HUM BATEL DA BANDA DE LO ÉSTE DA BAHIA

ou FUI N'HUM BATEL DA BANDA DELO ÉSTE DA BAHIA

ou ainda FUI N'HUM BATEL DA BANDA DALO ÉSTE DA BAHIA

de onde se originou a alteração apontada, effectuada pelo pouco escrupulo dos indigitados copistas, pela fusão ou juncção feita por elles das palavras que encerravam exactamente a determinação do ponto onde fundeou a Armada de Martim Affonso, fazendo assim, com que, um facto que se verificára NO ÉSTE, passasse a se ter verificado NO OÉSTE.

Esse engano do copista ou dos copistas, torna-se tanto mais possivel, quanto mais certeza se tem agóra pelo exame scientifico da calligraphia usada no documento seiscentista, de que o Códice ou "Diario" foi escripto ou copiado no ter-

ceiro ou no ultimo quartél do século dezeseis, como bem determinou o paleógrapho português Snr. Pedro de Azevedo, occasião em que, o indigitado copista influenciado pela existencia da villa de São Vicente junto á terceira barra e não podendo reproduzir o texto original, compromettido pelo tempo ou pela traça, resolveu completar a phrase tal como lhe parecia que devia ser.

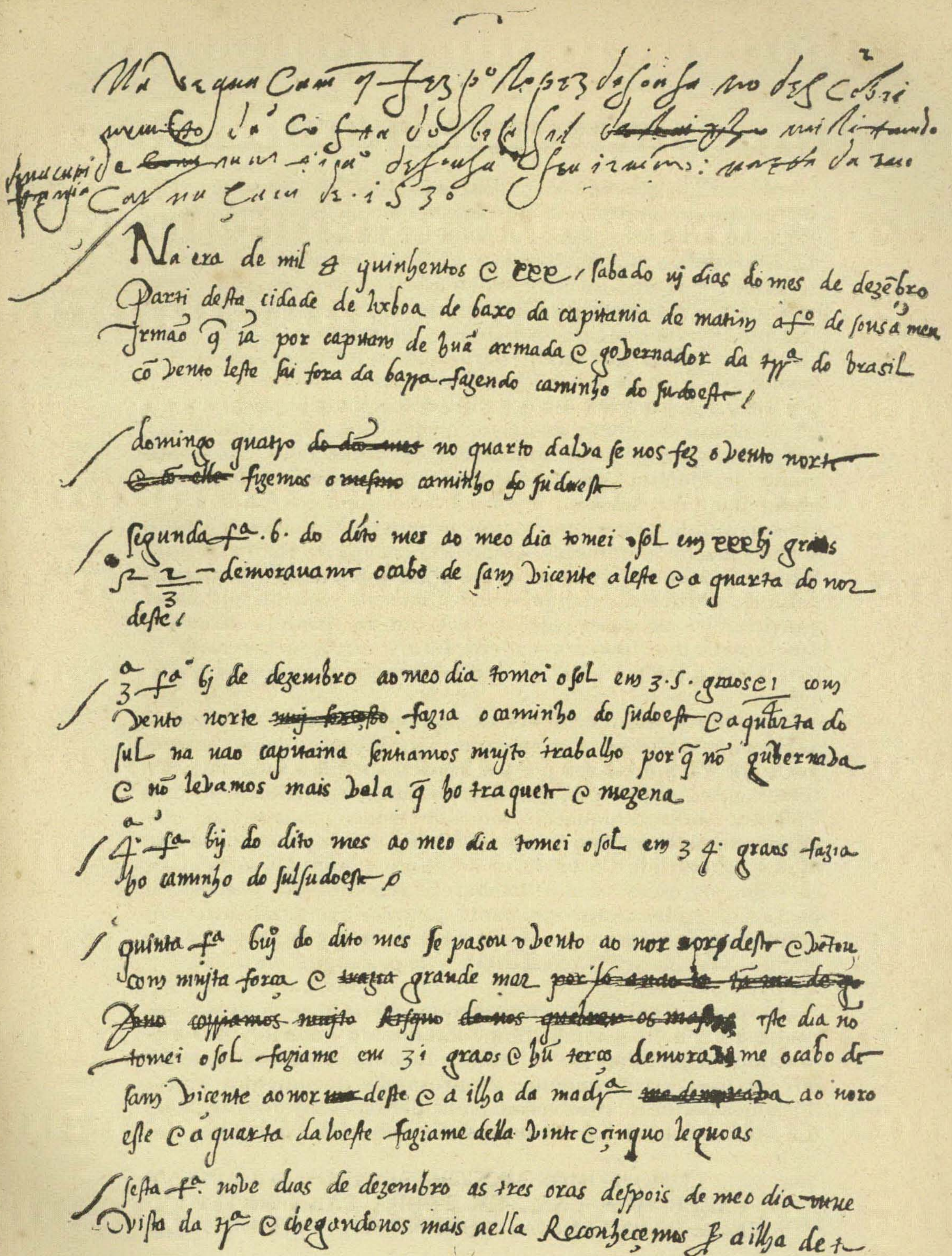
Eis o ponto confuso que tanta tréva gerou sobre a nossa história inicial, tréva alimentada e diffundida por Calixto em télas memoráveis, que tivéram o condão de perpetual-a em detrimento da verdade dos nossos primeiros dias.

Não dizemos isto, simplesmente porquê pensemos que assim seja ou porquê pretendamos que tambem aqui, uns erros justifiquem os outros, e sim, porquê, como já tivémos occasião de citár, temos próvas incontestaveis de que o *Porto de São Vicente,* declarado no "Diario", ficava a LÉSTE do ponto onde então se achava fundeada a Armada affonsina (junto á actual Praia do Góes) ou seja, no actual estuário de Santos, lógo apóz a Ponta da Praia, que éra o "rio estreito" citado na descripção e não a OÉSTE.

Alonso de Santa Cruz é, neste sentido, a melhór testemunha, com o seu famoso "YSLARIO" de 1530, corroborado pela affirmativa de Gandavo, em descripção de 1565/1570, declarando que a barra da villa de São Vicente éra "BAIXA E NAM MUITO GRANDE, POR ONDE NAM PODEM ENTRAR SENAM EMBARCAÇÕES PEQUENAS", assumpto este amplamente debatido e argumentado no Inquérito Historico sobre a origem e a fundação de Santos, que o leitôr terá opportunidade de vêr adiante.

Se o "Diario" ou "Códice" descobérto por Varnhagem fosse um autógrapho, documento original, sem falhas, emendas, erros ou rasuras e desencontros chronológicos, não teriamos, é natural, o direito de pensar desta fórma, mas, ficámos com esse direito, uma vez que, alem dos demais documentos existentes em contrario, elle não nos meréce fé em grande parte das suas descripções, e ainda se contradiz como veremos adeante.

Desde que appareceu esse documento, viu-se Santos sempre espoliada de cértos direitos históricos e a propria Capitania de S. Vicente prejudicada na verdade dos seus primeiros dias, deturpada pela simples juncção de duas palavras produzindo uma terceira de sentido opposto, fructo da displiscencia de um copista a quem escaparam as subtilezas da transcripção.



PRIMEIRA PÁGINA DO CÓDICE 51-XI-19 DA BIBLIOTECA DA AJUDA

"Fac-simile" da pag. I do famoso "Diario da Navegação" de Pero Lopes, onde se podem ver algumas das differenças calligraphicas, emendas, rasuras, etc., apontadas por Varnhagem e estabelecidas e confirmadas pelo exame scientifico do documento.

Alem do que já ficou dito por João de Freitas e em nossos commentários, damos aqui a reproducção photographica da primeira página do famoso "Diario" ou "Códice" da Bibliothéca da Ajuda, sob anályse, onde já se podem apreciar algumas das irregularidades apontadas, como por exemplo: a differença calligráphica entre o titulo e o texto, escripto evidentemente por mãos differentes, assim como varias emendas, que, dalli para diante transformam-se em falhas ainda mais gráves como dissémos.

Um dos grandes factores de desorientação geral brasileira sobre este ponto da Historia paulista, foi exactamente a ignorancia de cértas particularidades esclarecedoras da vinda de Martim Affonso. Sempre se ignorou que na Armada daquelle fidalgo, viéssem varios homens que já haviam residido por longo tempo no povoado de São Vicente e em suas proximidades, como Pero Capico, Pedro Annes, Henrique Montes e outros, sendo que este ultimo, na qualidade de pratico da região, como vimos no capitulo anterior, e o primeiro na qualidade de Escrivão da Armada, circumstancia essa que tirava á expedição affonsina, a necessidade dos tacteamentos a ella attribuidos, no contacto com a nossa cósta.

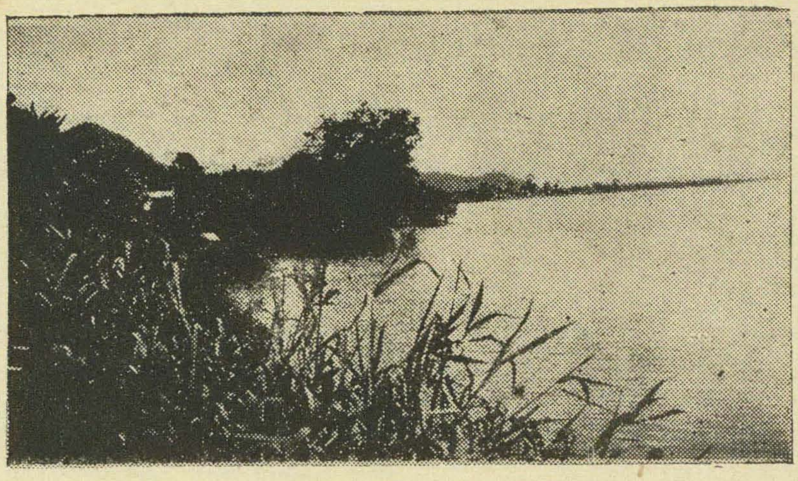
Devido á existencia desses homens á bordo dos navios de Martim Affonso, a região de São Vicente como o seu porto, deixavam de ser pontos imprevistos da costa para serem logares objectivos, predeterminados, e, o Porto de São Vicente, indicado para ponto de estacionamento da esquadra, éra o mesmo porto existente havia mais de vinte annos na entrada do estuário de Santos, onde Diogo Garcia carregou os escravos do "bacharel" segundo sua descripção de 1527 e onde Alonso de Santa Cruz esteve fundeado com os navios de Caboto por mais de uns mez, como se vê do Mappa XIV do seu "YSLARIO", em principios de 1530.

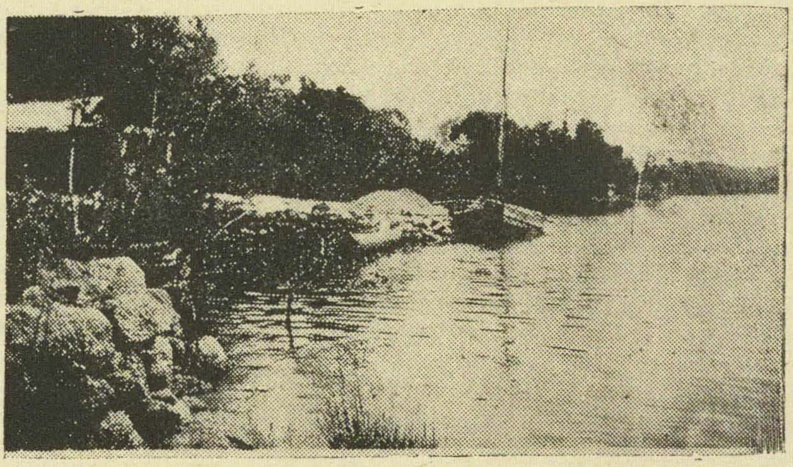
A parte final do trecho retro-transcripto, revéste-se, em contraste com o periodo immediatamente anterior, de uma profunda exactidão de detalhes, incomprehendida por todos os que, erroneamente, despresando documentos e vélhissimos autores, resolveram considerar a entrada de Martim Affonso pela barra imprestavel da villa vicentina.

"COMO FOMOS DENTRO MANDOU O CAPITAM J. FAZER HUA CASA EM TERRA PARA METER AS VELAS E ENXARCIA. AQUI NESTE PORTO DE SAM

VICENTE VARÁMOS HUA NAO EM TERRA. A TODOS NOS PARECEU TAM BEM ESTA TERRA, QUE O CAPITAM J. DETERMINOU DE A POVOAR, E DEU A TODOLOS HOMES TERRAS PARA FAZEREM FAZENDAS; E FEZ HUA VILLA NA ILHA DE SAM VICENTE; E OUTRA NÓVE LEGUAS DENTRO PELO SARTAM, Á BORDA D'HUM RIO, QUE SE CHAMA PIRATININGA:"

Adoptemos a hypóthese de representar este periodo, exactamente, o texto do "Diario" original. Teremos então, que a nau de Martim Affonso, cértamente a capitanea, foi varada em terra no PORTO DE SÃO VICENTE, óra, é lógico que, tratando-se de uma náu, barco de tresentas ou quatrocentas toneladas talvez mais, (visto que as náus do tempo de D. João III, chegáram a ter 900 toneladas) seria preciso para que ella fosse pósta a secco, que o local do Porto apresentasse apenas um ligeiro acclive, de terra lisa e dura, sahindo em rampa de dentro d'agua. Isto posto, cousa que salta á percepção de qualquér retardado mental, résta saber se o chamado PORTO DAS NÁUS, DE SÃO VICENTE, fronteiro a Tumyarú, tomado por tantos historiadores destes ultimos oitenta annos como o verdadeiro palco de taes acontecimentos, achava-se nessas condições. Não e não, nós o affirmamos, apresentando a prova photographica, que é a que melhór póde orientar o leitôr. O logar em apreço não apresenta praia ou areias duras em pequeno acclive sahindo em rampa de dentro dagua, como seria necessario para que uma tão grande embarcação, de tanto peso, fosse alçada ao secco, e, pelo contrário, termina em córte na parte mais funda do pequeno reconcavo apresentando as suas terras, uma elevação de métro e metro e meio junto á agua, o que tórna ridicula qualquer affirmativa naquelle sentido. Alem dessa circumstancia, é preciso não ignorar-se tambem, que as aguas alli, têm muito pouco fundo, variando entre um e 2 metros e meio de forma a demonstrar á saciedade, que as unicas embarcações que poderiam ter a navegação franca até junto á margem naquelle logar, podendo tambem ser alçadas para terra, seriam aquellas indicadas na escriptura de 25 de Maio de 1542, os bergantins, as pequenas patáras, as pinacinhas e outras da mesma categoria, como as que alli aportavam desde os primitivos tempos do "bacharel" (seu primitivo dono) e iguáes ás que se fabricavam no estaleiro do mesmo "bacharel" e de Gonçalo da Cósta,





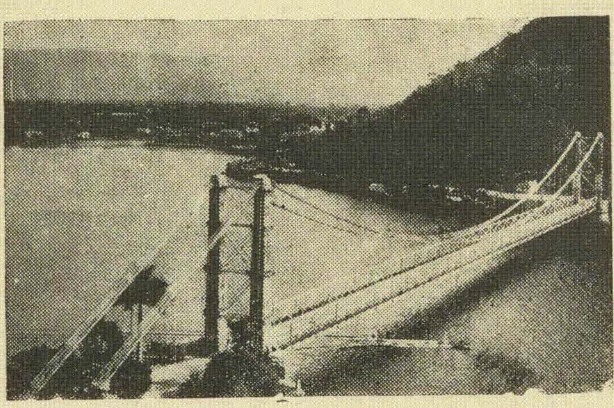
Aspectos actuaes do "Porto das Naus" vicentino, falsamente commemorado como o verdadeiro, em prejuiso da verdade histórica.

em 1527, installado naquella margem, como dá a entender Diogo Garcia em seu depoimento daquelle anno e de onde veio ao logar, principalmente, o nóme de porto das naus.

Não sendo pois alli o Porto de São Vicente tão debatido, e não podendo ser varada naquelle local a náu grande de Martim Affonso, tel-o-ia sido então, na terra fronteira, no chamado Porto de Tumyarú, como affirmou o Commandante Eugenio de Castro, em conferencia produzida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, procurando uma

sahida para as difficuldades téchnicas do facto tal como quérem commemorar?

Muito menos, affirmamos nós, porquê, em Tumyarú, a uma distancia de duzentos ou tresentos metros da margem, e em alguns logares até mais, apresentam as suas aguas, e isso desde tempos immemoriaes, um fundo de metro e metro e meio apenas, sobre terras mólles, arenósas ou lodacentas, sendo cousa commum hoje como sempre, verem-se canoeiros locaes, saltarem das embarcações para a agua, a enórme distancia da margem, conservando todo o busto fóra della, o que significa, que qualquér embarcação superior a pequenas lanchas, canôas e catraias, na baixamar como na preamar e em qualquér época, ficaria encalhada alli, se fosse tentada a sua approximação de terra. A photographia que estampamos mostrará o logar ao leitôr, instruindo-o contra os desvarios dos que se incumbiram de deturpar a historia de S. Vicente.



Ao fundo o chamado "porto de Tumyaru" em S. Vicente, lodacento e razo até o centro do rio.

Sobre estes impedimentos naturaes, vem a Escriptura de 25 de Maio de 1542, assignada pelo Capitão-Mór Antonio de Oliveira, em favor de Pero Corrêa, (Carta de confirmação e doação), indicando que desde 1532 nunca houve PORTO na Ilha de São Vicente, do lado da Villa, confirmando a primitiva doação de Gonçalo Monteiro ao mesmo Pero Corrêa com as seguintes palavras:

> "a deu ao dito Pedro Corrêa, e, onde começou a partir que é NO DITO PORTO DAS NÁOS, ficará um

rocio de tiro de arco, assim como foi mandado e ordenado pelo Snr. governador, que fique livre e desembargado para quando as náos alli ancorarem... etc."

Esse documento como se vê, próva que a Villa de São Vicente não possuia porto e que as suas terras éram privadas de desembarque, sem o quê, o "rocio de um tiro de arco para quando as naus alli ancorassem" não teria sido reservado nas terras fronteiras e sim na propria ilha.

Sobre as revelações da escriptura de 1542. nos deteremos mais tempo para diante.

Restaria então a alguem o recurso de transformar em Porto de São Vicente a praia da Bôa Vista actual, entre a Ponte Pensil e a Ilha Porchat? Nunca! A Escriptura citada não permitte semelhante disparate.

Reconhecido como está, que a Armada de Martim Affonso, e ainda de accordo com o proprio "Diario" apócrypho tomado por base pelos confusionistas, se achava no dia 21 e principios de 22 de Janeiro de 1532, fundeada junto á actual praia do Góes (UMA PRAIA DA ILHA DO SÓL), acceito como está, que a ilha do Sól desse "Diario" é a mesma ilha "ORIENTAL" de Alonso de Santa Cruz, ou seja a SANTO AMARO de hoje, entra no juizo de alguem, que a mesma Armada tenha sahido de lá, COM O VENTO SUL, para entrar na barra distante e perigósa de São Vicente (villa), quando tinha alli bem junto de si, á distancia de quinhentos métros ou menos, a entrada livre, franca e ampla do actual estuário de Santos, com trinta braças de fundo e ainda com vento favoravel?

Este é um dos raciocinios, que, reunido aos argumentos atraz expendidos sobre o scenario vicentino, léva á definitiva convicção, de que, realmente o chamado PORTO DE SÃO VICENTE ficava onde Alonso de Santa Cruz o localisou em 1530; onde tantos historiadores antigos localisáram-no, desde Rocha Pitta e Simão de Vasconcellos até Frei Gaspar, Varnhagem e Machado de Oliveira, ou seja, junto á actual Ponta da Praia, na região onde existiu até principios deste século, o fortim da Estacada ou fórte Augusto.

Tudo isto bastaria, mas, outro argumento, entretanto, ainda adduziremos, para arrazar definitivamente as falsas interpretações dos confusionistas da história, valendo-nos do mesmo "Diario" varnhageano que serviu para as suas deturpações. Diz o "Diario"

"DOMINGO VINTE DO DITO MEZ PELA MENHÃA QUATRO LEGUAS DE MIM VI A ABRA DO PORTO DE SAM VICENTE: DEMORAVA A NORNORDESTE"

Sabendo-se que a Armada vinha do Sul, por mais ou por menos afastada que ella estivésse da Ponta de Itaipú, conservadas as quatro léguas de distancia da "ABRA" citada, nóta-se desde lógo, que tanto a barra como a abra da actual bahia vicentina só podiam ser divisadas pela Esquadra affonsina, desde que a mesma Esquadra estivésse bem para dentro da linha visual formada pelos morros de Itaipú e Paranápoan, sem o quê, ambas não lhe seriam visiveis, e estando nessa posição fronteira á hoje chamada BARRA DE SANTOS, difficilmente collocar-se-ia a barrêta da villa vicentina, na posição indicada, DE NORNORDESTE, com relação aos que vinham naquella Armada. E se a barrinha vicentina difficilmente poderia ficar naquella posição, com mais razão deixaria de collocar-se nella a ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE, desde que a "abra" devia estar logo atraz da "barra".

Collocada a esquadra de Martim Affonso em frente da actual barra de Santos, no afastamento indicado de quatro léguas maritimas, a unica ABRA que lhe ficava na posição de NORNORDÉSTE, éra a enseada formada na entrada do estuário santista, entre a praia do Embaré e os morros da ilha de Santo Amaro. Só isto seria sufficiente para mostrar onde ficava de facto o "Porto de S. Vicente". O Commandante Eugenio de Castro, controvertendo esta passagem do já "controvertido" Diario, para melhór servir aos seus raciocinios, confundiu propositadamente BARRA com ABRA, tomando a actual barra de Santos, larga de alguns kilómetros, como sendo a ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE indicada na mesma passagem. Vejamos pois, derimindo duvidas, o significado de ABRA: (1).

"Abra" — (Arabe-abra; do verbo — âbara — passar alem, entrar para dentro, embocar); enseada ou porto, assim do mar, como dos rios, fechado, ou defendido de qualquér modo do impeto das aguas e dos ventos, e com bastante fundo para nelle ancorarem navios em todo o tempo."

(1) «Diccionario Encyclopédico" — 5.ª Edição — 1878 — Lisbôa — Vol. I — Pag. 13 — D. José Maria de Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda — Do Conselho de S. Magestade Fidelissima, Deão da Sé Patriarchal de Lisbôa, sócio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisbôa, etc.

Quem não vê, por ahi, que Pero Lopes, navegante experimentado não poderia se referir á barra actual de Santos, chamando-a de ABRA, palavra de sentido quasi opposto ? Quem não vê, que a ABRA determinada por Pero Lopes, seria naquelle caso, a enseada que apontamos, formada na entrada do estuario santista, entre a praia do Embaré e os morros da Ilha de Santo Amaro, defendida como é do "impeto das aguas e dos ventos e com bastante fundo para nella ancorarem os navios em todo o tempo", a unica situada na posição NORNORDÉSTE indicada no "Diario" ? Tanto a ABRA apontada no "Diario" éra essa, que os Institutos Históricos e os historiógraphos modérnos ou contemporaneos, reconhécem que a "praia da ilha do Sól" junto á qual se abrigou a Armada no dia 20 de Janeiro, éra a actual PRAIA DO GÓES, incluindo nesse ról o mesmo Snr. Commandante Eugenio de Castro!!!

E se a ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE éra essa, "ipso-facto" o "PORTO DE SÃO VICENTE" ficava por detraz della e logo apóz, porque sendo "abra do porto" ella devia precedel-o para quem o demandava.

Que outro argumento seria preciso ? Nenhum; entretanto proseguiremos. Diz mais o "Diario":

> "ESTA NOITE NO QUARTO DA MODORRA FOMOS SURGIR DENTRO N'ABRA, EM FUNDO DE SEIS BRAÇAS D'ARÊA GROSSA.............................
>
> ..
>
> TERÇA FEIRA PELA MENHÃA FUI N'HUM BATEL DA BANDA..........E ACHEI UM RIO ESTREITO E Á TARDE METEMOS AS NAUS DENTRO..."

Por aqui se vê, que a ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE, não póde de forma alguma ser confundida com a actual BARRA DE SANTOS, porquê a isso se oppõem a letra do proprio "Diario" tomado por base, e a razão, que é a verdadeira luz de todas as cousas, visto que se a Armada "surgiu dentro n'abra" percebe-se que "penetrou uma entrada, e se abrigou num remanso", e mais, que o fundo de SEIS BRAÇAS D'ARÊA GROSSA, só poderia ser encontrado para dentro da actual Ilha das Palmas, no reconcavo formado em frente á praia do Embaré (que era a ABRA a que o "Diario" se refere) e nunca na linha da barra, onde o fundo sempre foi de quarenta, cincoenta e mais braças de agua.

E não podendo ser confundida com a actual Barra de Santos, muito menos poderia sel-o com a barreta actual de S. Vicente, onde se dava exactamente o contrario — nunca teve o fundo de seis braças — e o que é mais, não ficava na posição NORNORDESTE da Armada.

O periodo final do trecho transcripto:

"Terça-feira pela manhãa fui n'hum batel da banda... e achei um rio estreito......... e á tarde metemos as naos dentro..."

só serviria, tomado como verdadeiro, para mostrar exactamente, que a ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE, éra a actual entrada do Porto de Santos, porquê, só assim, sahindo de escalér do porto onde fundeára a Armada (junto á Praia do Góes), poderia Pero Lopes, dizêr em sua narração, que ao cabo de alguns minutos achára "um rio estreito" em que as náus podiam recolher-se, o mesmo não se dando já, se o ponto onde elles estavam fundeados fosse a enseada da actual cidade de São Vicente, porquê, não seria então preciso navegar com um escalér para ACHAR UM RIO ESTREITO, porquanto esse "RIO" estaria á vista de todos elles, abérto na mesma direcção, fazendo o fundo do scenario.

Contornando as difficuldades que se antolhavam aos confusionistas da historia vicentina, Calixto, o venerando méstre da pintura, chamou a actual ilha Porchat de ILHA DO SOL, pretendendo identifical-a com a ilha desse nóme citada no "Diario" de Pero Lopes, onde junto a uma praia fundeára pela segunda vez a Armada de Martim Affonso. Este foi, como ainda é, um dos grandes factores do engano geral. Frei Gaspar, já se incumbiu, há cento e cincoenta annos, de desfazer esse engano, mostrando que a chamada "ILHA PORCHAT" sempre foi isso que hoje é, um outeiro, chamado nos primeiros tempos "OUTEIRO DO MUDO", quasi sempre ligado francamente á terra, como uma ponta da ilha de São Vicente, e raras vezes isolado da praia de Itararé pelas marés muito grandes. (1)

(1) Embóra corram verdadeiras lendas a respeito dessa "ilha" e documentos iconográphicos imperfeitos representem-na bem isolada da ilha de São Vicente, a nosso ver por simples displiscencia ou mesmo para mostrar que o povo sempre a considerou uma ilha, como agóra.

Nem seria preciso que alguem se désse ao trabalho de uma tal refutação, porquê, a identificação effectuada, é uma cousa simplesmente irrisória, e, uma simples pergunta feita a Calixto ou aos demais historiógraphos da mesma opinião, seria sufficiente para embaraçal-os irremediavelmente, que é ésta:

SE A ILHA PORCHAT FOSSE A MESMA ILHA DO SÓL CITADA NO "DIARIO" DE PERO LOPES, ONDE FICARIA A SUA PRAIA JUNTO Á QUAL APORTOU A ARMADA AFFONSINA ?

Póde alguem de bôa razão, acceitar que uma embarcação de alto mar, uma náu, por exemplo, de 400 ou 500 toneladas, possa ou tenha podido em algum tempo fundear junto á Ilha Porchat ?

A resposta já está dada por varios autôres de respeitabilidade e Institutos de História, que reconhécem o erro desta versão, reconhecendo que a "ilha do Sól" citada no "Diario" é a Ilha de Santo Amaro, e que a praia da mesma ilha, junto á qual fundeou a Armada de Martim Affonso, é actual Praia do Góes.

Assim, repetimos, se a praia da "ilha do Sól" junto á qual fundeáram os navios de Martim Affonso, éra a actual Praia do Góes, a "ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE" éra tambem aquella, onde ficava, segundo o mesmo "Diario" a praia citada, e sendo ahi a "ABRA", "ipso-facto" o PORTO DE SÃO VICENTE seria lógo depois, pouco para traz della, porquê, "abra" ou enseada de um porto, está claro que é a que o precéde ou constitue a sua entrada. E NUNCA UMA ENSEADA QUE ESTIVÉSSE OU FICASSE A UMA DISTANCIA DE MAIS DE LÉGUA PARA O LADO OPPOSTO DO PORTO CITADO, AINDA COM A AGGRAVANTE DE TODA UMA BAHIA DE MAR GROSSO DE PERMEIO.

Isto é claro como agua, e só a má fé e o pouco estudo local podiam ou pódem levar alguem a não comprehendel-o.

O que houve neste ponto da história vicentina, foi sempre a applicação da Lei do menór esforço, que tanta cousa tem anullado e destruido neste paiz, PREFERINDO-SE ADAPTAR A SITUAÇÃO Á EXPRESSÃO ERRADA DO FAMOSO "DIARIO" — "FUI NUM BATEL DA BANDA DALOESTE DA BAHIA" AO ENVEZ DE ADAPTAR-SE ESSA MESMA EXPRESSÃO Á SITUAÇÃO VERDADEIRA,

PRECONISADA PELOS DOCUMENTOS, PELO MAIS ELEMENTAR RACIOCINIO E POR TODOS OS AUTORES ANTIGOS QUE NÃO SOFFRERAM A INFLUENCIA DO APÓGRAPHO VICIADO QUE A COMPETENCIA DO PALEÓGRAPHO PEDRO DE AZEVEDO DISSECOU PARA ACAUTELAMENTO DA VERDADE.

Um dos ultimos trabalhos conhecidos sobre a chegada de Martim Affonso a São Vicente e alguns factos e personagens do primeiro povoamento, anterior á vinda daquelle fidalgo, é a conferencia que o Commandante Eugenio de Castro produziu em sessão commemorativa do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, publicada na Revista do mesmo Instituto — Tomo XXIX — e em edição separada, extrahida pouco depois pelo proprio autôr, com o accrescimo de alguns mappas illustrativos. Um grande serviço poderia ter prestado á história paulista o Snr. Commandante Castro, se o seu trabalho seguisse sempre o mesmo critério firme de observação aos documentos verdadeiros, e se a cérta altura o seu trabalho não tomasse tambem o rumo "DALOÉSTE" preconisado pelo apógrapho seiscentista...

Em seus primeiros mappas, elle representou muito bem a Armada de Martim Affonso de Souza investindo sobre a futura barra santista; fel-a fundear na "ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE", mostrando onde ficava esse logar (fronteiro ao actual Boqueirão, na praia do Embaré); fel-a seguir para léste; fel-a fundear junto á actual PRAIA DO GÓES, (1) que éra, como se vê, para elle, (como par amuitos) a tal "PRAIA DA ILHA DO SÓL" citada no "DIARIO", e, depois de toda essa descripção feliz e verdadeira, que fazia suppôr um desenláce veridico, repentinamente e para acompanhar a indicação errada do "Diario" perolopino, fez Pero Lopes retroceder com o seu batél á procura da barrêta imprestavel e distante, da actual cidade de S. Vicente, fazendo

(1) E' muito importante saber para melhor comprehensão deste ponto histórico, que as duas unicas praias que dão fundo e portanto accesso a embarcações de vulto, em toda a região de Santos e S. Vicente, são: esta praia do Góes, e o extremo da praia de Embaré, exactamente no logar em que existiu naquelles primeiros tempos o "Porto de S. Vicente". Por isso foi que referindo-se á construcção do Forte da Praia do Góes, em carta dirigida ao vice-rei, o governador D. Luiz Antonio de Souza, dizia a 2 de Janeiro de 1767:

"Este forte hé muito necessario para impedir os desembarques que pódem haver naquella praya, que tem fundo, e podem chegar a ella as embarcações... etc.".

tambem depois toda a Armada seguir o mesmo caminho. Que pena!

Não lhe teria sido preferivel fazer entrar a expedição de Martim Affonso no tradicional fundeadouro de São Vicente indicado por Alonso de Santa Cruz, cujo Mappa XIV esteve em suas mãos, a fazel-a entrar num porto hypothético, jamais descripto por alguem ou localisado em algum mappa em se tratando de navegação de calado?

Não lhe teria sido preferivel, fazer entrar a expedição affonsina no porto amplo, livre, abérto e franco, que lhe ficava a quinhentos métros de distancia, ao envez de fazel-a procurar uma barra perigosa e rasa que lhe ficava a uma légua, e expósta ao máu tempo?

Sim, cértamente, isso teria sido preferivel, mas o receio da opinião publica já envenenada por tantos annos de mentira, fez com que elle se desviasse tambem do verdadeiro caminho. A opinião publica! Póbre opinião publica! Ella tem esperado pelos méstres, para que lhe ensinem a verdade, e os que lhe podiam ser méstres, têm-na desvairado ainda mais, alimentando a sua ignorancia em matéria histórica do Brasil.

Para poder praticar o mesmo erro dos que seguiram a indicação do apógrapho, o Snr. Commandante Castro lembrou-se porem de que existia um mappa de Alonso de Santa Cruz, e de que existiam descripções antigas do antigo Porto de São Vicente, e que, assim, éra preciso primeiro inutilisar taes depoimentos, e, declarou então que o antigo PORTO do "bacharel" e de Gonçalo da Costa, o PORTO DE SÃO VICENTE onde tanto commercio de escravos se fazia e onde tanta venda de mantimentos se realizava ás armadas itinerantes, ficára!! em plena bahia de Santos, entre os actuaes Gonzaga e José Menino, próximo á Ilha de Urubúquiçába!!

Que nos perdôe o distincto autôr, mas, equivale isso a chamar de ignorantes e incapazes ao "bacharel", a Gonçalo da Cósta e a todos os grandes navegadores da época quinhentista e seiscentista, que frequentavam o mesmo Porto, porquê, até mesmo um bisonho em cousas de mar, jamais iria installar um Porto numa bahia expósta, batida de ventos e de vagas, sujeita a correntes e sem o menór abrigo, principalmente quando ao lado dessa bahia havia um porto verdadeiro, amplo, fundo, abrigado e seguro.

Mas, fez mais ainda o Snr. Commandante Castro. Esbarrando com a declaração de Alonso de Santa Cruz e com

o seu Mappa XIV, que accusávam a existencia de "UM ILHÉO ENTRE AS DUAS ILHAS, DE QUE OS PORTUGUEZES SE SERVIAM PARA CRIAR PORCOS" e tudo isso dentro do "Porto de São Vicente", resolveu dizêr ao publico, que esse ilhéu ÉRA A ILHA DE URUBUQUIÇÁBA!!

Quem não vê pelo Mappa XIV do Yslario, já reproduzido neste Capitulo, que o tal ilhéo é o que hoje nós chamamos de ILHA BARNABÉ? Quem não vê que na ilha Urubúquiçaba sem planos e sem agua, bruta e quasi inescalavel, porcos não poderiam ser criados? Quem não vê que essa ilhota não fica situada entre as duas ilhas para ser identificada com o ilhéo descripto por Santa Cruz?

Que nos perdoem o perdermos um pouco da serenidade que déve presidir aos estudos históricos, mas o nosso sentimento extremadamente realista léva-nos a isso irresistivelmente.

Ainda hoje, poucas pessôas conseguem escalar normalmente a abrupteza da rócha e guindar-se ao centro daquella ilhóta imprestavel, quasi sempre cercada de um mar ameaçador. Como se poderia pretender que alli fossem criados animaes? E lógo que espécie de animaes?!

A prevalever porem o mesmo "Diario da Navegação" em que se basearam os apologistas da "barreta" vicentina, a resposta ás suas erronias estaria dada pelo proprio Pero Lopes nesse "Diario", porquê, ao tratar da volta da Expedição de Martim Affonso a Portugal, declarou elle: (Veja-se o Depoimento N.º 2-A, deste Inquérito):

— "QUARTAFEIRA, XXII DIAS DO MÊS DE MAIO... PARTY DESTE RIO DE SAM VICENTE"

O que, sabido como é que o "Rio de S. Vicente" éra o actual estuário de Santos, mostra que a entrada da mesma Armada se effectuára tambem por alli, onde ficavam, tanto o "Porto das Naus" como o "Porto de São Vicente".

A determinação "Porto de S. Vicente", bom é que se tenha em mente, significava apenas, que éra elle o "Porto" que servia á região de S. Vicente e a esse povoado, depois villa, exactamente como acontéce hoje, que se póde dizer, como naquelle tempo se poderia: — "Santos é o Porto de S. Vicente", sem que isso implique ou implicasse com a sua localisação.

Quanto á ilha Barnabé (antiga ilha Pequena, depois ilha de Braz Cubas, depois ainda ilha dos Padres e por fim ilha Barnabé) esta sim, podemos garantir, sempre foi tradiccionalmente habitada, povoada e plantada, desde antes de 1532 pela gente do "bacharel"; de 1532 a 1534 por Henrique Montes, de 1537 a 1540, com intervallos, por João Pires Cubas, de 1540 em diante por Braz Cubas (como se vê pela escriptura de 25 de Setembro de 1536, transcripta ao final desta óbra), depois pelos padres do Carmo, e assim pelo tempo a dentro até que Barnabé Vaz de Carvalháes, que no século passado foi Presidente da Camara de Santos e vereador algumas vezes, nella residiu e teve fazenda, deixando-lhe o nóme. E como a história se repete, vemos na descripção dessa ilha em 1817 ordenada pelo Régio Aviso de 21 de Outubro daquelle anno, e reproduzida na "Revista Nacional" de 1877, Vol. I pelo Dr. Inglez de Souza, que a mesma ilha "vinha servindo de pasto para gado vaccum".

Assim têm agido todos aquelles que subverteram os factos iniciaes de São Vicente, agarrados á letra falsa do apógrapho varnhageano, commettendo todos os peccados contra a verdade da história para não chocarem a opinião publica, para não terem o trabalho de mostrar que ella está enganada, dizendo-lhe que é preciso reconhecer o erro, rehabilitando o passado da Capitania.

Cousa extraordinária! Pelas conclusões do Snr. Commandante Castro, expostas no recinto do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, São Vicente, dentro de quinze annos, de 1526 a 1541, teria tido nada menos de quatro pórtos: o primeiro, alli na enseada do Gonzaga e José Menino actuaes; o segundo junto a Tumyarú — o novo Porto de São Vicente, como elle diz, — o terceiro na Ponta da Praia (porquê é indiscutivel que alli houve um Porto) e o quarto na enseada de Enguaguassú, para onde o da Ponta da Praia foi transferido em 1541, e onde ficou sempre, até hoje. E isto, como se vê, é puramente phantasioso.

Agóra, já que provámos a inverdade que representa a affirmação de ter Martim Affonso entrado com os seus navios pela barra da actual cidade de São Vicente, vamos mostrar aos leitores um dos elementos principaes e unicos a que se apegaram os vicentistas, além do falso "Diario" de Pero Lopes, para effectuarem a consagração do erro. Trata-se da Carta de confirmação das terras de Pero Corrêa, passada a 25 de Maio de 1542, pelo Capitão-Mór Antonio de

Oliveira, a que ja nos referimos, cuja transcripção integral fazemos em appendice ao final desta óbra. Vejamos em resumo o que diz ella neste sentido:

> "..
> Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, como por Pedro Corrêa, morador n'esta villa de São Vicente, me foi feita uma petição, em que diz que por Gonçalo Monteiro, que aqui foi capitão, lhe foram dadas umas terras da outra banda desta ilha, QUE É O PORTO DAS NÁOS, terra que era dada a um Mestre Cosme, bacharel e outra d'onde chamam Perohybe, e é dez ou doze leguas desta villa, das quaes terras elle Pedro Corrêa tinha carta e lhe cahira no mar, as quaes estavam registradas em o livro de tombo que o escrivão de datas tem em seu poder, e me pedindo pelas ditas confrontações, que no dito livro do tombo estavam lhe mandasse passar nova carta das ditas terras que me pedia, mais uma ilha de tres que estão defronte da dita terra de Perohybe PARA SEU APOSENTAMENTO DE CARGA E DESCARGA DAS NÁOS.....
> A primeira que foi dada, que é defronte desta ilha e villa de S. Vicente........... começa a partir do PORTO DAS NÁOS, partindo com terras de Antonio Rodrigues até ir partir com terras de Fernão de Moraes, defunto, ou com cujos forem daqui por diante......................... a deu ao dito Pedro Corrêa, e onde começou a partir que é NO DITO PORTO DAS NÁOS, ficará um "rocio de tiro de arco, assim, como foi mandado e ordenado pelo Snr. Governador, que fique livre e desembargado para quando AS NÁOS ALLI ANCORAREM... etc...."

Este documento, de cujo final já tratámos atraz, foi sempre como dissémos, um dos cavallos de batalha dos apologistas da barra vicentina, que citaram para próva da hypóthese defendida, exactamente, a existencia do chamado PORTO DAS NÁOS fronteiro a Tumyarú.

Bem observados, porem, por quem sáiba ou queira lêr, os dizêres desse documento, assim interpretados "ad libitum", voltam-se todos contra os proprios manejadores, porquê próvam irremediavelmente, como aliás já demonstrámos, que a Villa de São Vicente não possuia porto do lado da ilha, collocando-se em chóque com a declaração

do "Diario da navegação" de Pero Lopes, de haver Martim Affonso descido no Porto de São Vicente e varado uma náu em terra, e revelando ainda mais a realidade das cousas, mostrando que de facto, o PORTO DE SÃO VICENTE não ficava na face occidental da ilha e sim na face oriental, onde havia alem do Porto de S. Vicente mais o Porto das Náus, (das náus que vinham de fóra).

Em outro qualquér paiz onde a verdade fosse mais presada e mais facil de ser reconhecida e officialisada, a Escriptura de 1536, em favor de Estevão da Cósta, que tão bem descréve as terras doadas ao mesmo por Gonçalo Monteiro, primeiro Capitão-Mór de São Vicente, apóz a volta de Martim Affonso, terras que ficavam no extremo inferior da ilha de Santo Amaro, em frente á nossa Ponta da Praia actual, seria sufficiente para, em complemento á carta-retro-transcripta, de 1542, e á descripção de Alonso de Santa Cruz do anno de 1530, encerrar definitivamente o assumpto, com a rehabilitação da história inicial vicentina. Veja-se o que ella diz; ligue-se tudo ao que se viu acima, e tenha-se a coragem de estabelecer de uma vez para sempre, que o Porto de São Vicente nunca, em tempo algum, foi situado junto á villa e sim no estuário de Santos, pouco para dentro da Ponta da Praia de Embaré:

> "CONFIANDO NO DITO ESTEVÃO DA CÓSTA, LHE DOU E HEI POR DADAS AS TERRAS SEGUINTES DE GUAIBE, *ONDE É O PORTO DAS NÁOS*, DEFRONTE DESTA ILHA DE SÃO VICENTE, ONDE TODOS ESTAMOS, ETC....
>
> .
>
> DA BANDA DO SUL *PARTEM COM A BARRA E PORTO DA DITA ILHA DE GUAIBE E DESTA DE SÃO VICENTE*, QUE É ONDE ANCORÃO AS NÁUS QUANDO VÊM PARA ESTE PORTO DE SÃO VICENTE, ETC......................."

Affirma o vélhissimo documento, lavrado quatro annos apenas depois da chegada de Martim Affonso, que A BARRA DA ILHA DE GUAYBE (Santo Amaro actual) E A BARRA DE SÃO VICENTE éram uma só, e que as terras demarcandas partiam e confrontavam da banda sul com ambos os portos — O DA ILHA DE GUAYBE E O DA ILHA DE SÃO VICENTE, ficando portanto ahi, inconfundivelmente retratados, os pontos históricos sobre cuja localisação nos vimos batendo; e tão clára é a escriptura em apreço,

que ainda refórça a descripção, affirmando "QUE É ONDE ANCORÃO AS NÁOS QUANDO VÊM PARA ESTE PORTO DE SÃO VICENTE".

Acreditamos que não seria preciso dizer mais nada sobre este ponto, tão claro e liquidado ficou todo esse problema; entretanto, ainda precisamos dizêr o seguinte, em complemento aos commentários feitos á Escriptura de 1542.

Sabendo-se que as náus que vinham de fóra aportavam na actual Ponta da Praia, e que, dalli, daquelle ponto, éram então as mercadorias trazidas, transbordadas para embarcações menóres e enviadas para a Villa de São Vicente, ao outro lado da ilha, (naturalmente os volúmes maióres e mais pesados, como affirmou Frei Gaspar), emquanto as mercadorias mais léves seguiam pelo caminho de terra, é lógico que temos que admittir a existencia de um segundo PORTO DAS NÁOS pérto da Villa de São Vicente, onde éssas embarcações menóres, como bergantins, patáras, pinaças e galêrinhas, até cincoenta toneladas e pouco mais, deviam aportar, baldeando a parte da carga pesada destinada á Villa. Assim se justifica a existencia do Porto das Náos de São Vicente; e, taes embarcações, menóres, é que constituiam as "NAUS" que chegávam áquelle ancoradouro precário.

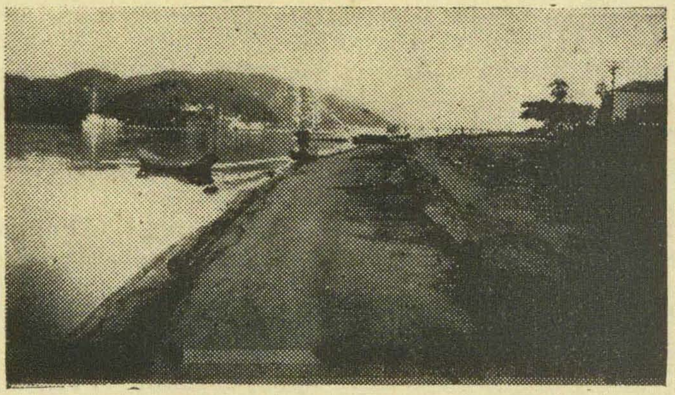
Nesse Porto das Náus vicentino, necessáriamente existiu um trapiche alfandegário, onde ficavam depositadas as mercadorias baldeadas dos navios ancorados no PORTO DE SÃO VICENTE, ao outro lado da ilha, até que os seus proprietarios lá fossem retiral-os pagando as taxas devidas.

Assim, o porto quasi fronteiro á Villa de S. Vicente, foi realmente o Porto das Náos pequenas, consideradas assim pela gente da época, todas as embarcações de cérto pórte, acima das embarcações consideradas fluviaes.

Não está sósinha esta nossa affirmativa, porquê, na citada Escriptura de 1542 (leiam-se nóvamente os seus termos) vê-se que Pero Corrêa pediu a Antonio de Oliveira, uma das tres ilhas que ficavam defronte de Peruhybe, PARA SEU APOSENTAMENTO DE CARGA E DESCARGA DAS NÁOS, por onde vemos, que, não possuindo Pero Corrêa senão barcos pequenos para seu commercio da costa, as náus a que elle se referia e a que alludia o nóme do proprio porto vicentino, éram aquellas, de pequeno pórte, que serviam para a costeagem, para o tráfico e quejandas occupações de pouco mar, exactamente como já vimos atraz.

Ésta é a verdadeira história dos primeiros factos da Capitania affonsina, aconselhada pelos documentos e pelos raciocinios nelles fundados, resumindo-se nisso que ahi ficou dito, a história do PORTO DE SÃO VICENTE, dos dois PORTOS DAS NÁUS, e a da chegada da Armada de Martim Affonso de Souza.

Extraordinaria, porem, é a explicação usada em tom de seriedade, como defesa do ponto de vista vicentino, e tanto pelo povo como pelos varios autôres que trataram do assumpto, segundo a qual, o porto da Villa de São Vicente, já fôra bom nos primeiros tempos, e que depois se assoreára e se entulhára de areias, ou se transformára com o maremoto de 1542. Tantas são as contradicções a que os léva essa affirmativa, que, apóz a apresentação de tantos elementos, nem devemos perder tempo em contradizel-os, bastando que se allégue isto de passagem: Se o movimento do mar, permittiu ás aguas a occupação de uma área maior, visto que fez desapparecer uma parte da antiga villa, quér dizer que o porto teria melhorado e não peiorado... e as aguas cresceram e não diminuiram e menos ainda as areias as entulharam! Se os paredões, que todos dizem ser da primeira alfandega de São Vicente (embóra os documentos digam differente), estão hoje á flor d'água apenas, quér dizer, que no tempo da sua construcção, "ipso-facto", as aguas vicentinas estavam no mesmo logar, a não ser que se



Um aspecto do verdadeiro "Porto de S. Vicente". Vê-se aqui, a praia dura e arredondada, em fortissimo declive para o mar, que caracterisava e caracterisa esse logar histórico, e que permitte exactamente, que a 3 ou quatro metros da margem possa chegar uma grande embarcação, pois que o fundo já é grande desde ahi.

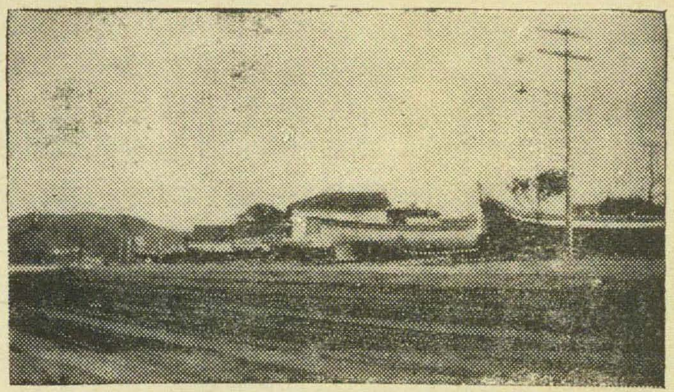


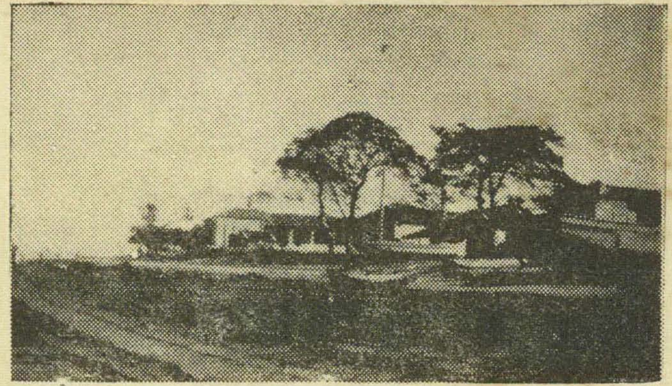
Aqui temos uma visão em conjuncto, do "Porto de S. Vicente" e do "Porto das Naus", verdadeiros, um fronteiro ao outro, onde desenvolveram-se os factos históricos já descriptos, desde a arribada de Americo Vespucio em 22 de Janeiro de 1502, de onde resultou o nóme "São Vicente" para o actual estuario de Santos, até a chegada de Martim Affonso e expedições ulteriores. Este Porto é que, como disse Frei Gaspar, foi transferido em 1541 para o lagamar de Enguaguassú, fronteiro ao Rio da Bertióga.

pretenda que a construcção houvesse sido feita dentro d'agua! Alem disso, o fundo alli, é quasi todo de lama e não de areias, o que demonstra a sua formação natural, afastando a hypothése de accumulos e agglomerações trazidos nas correntes e muito menos despegados dos morros visinhos, todos elles cobertos de compacta vegetação que firmava as suas terras.

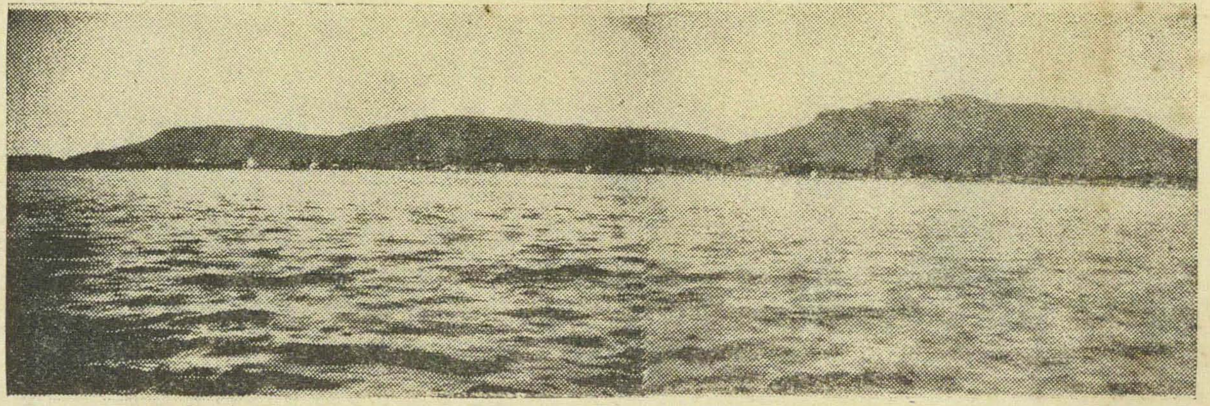
Fazemos aqui, photographicamente, a reconstituição dos verdadeiros locaes históricos da chegada, estabelecido o confronto entre o falso scenário e o scenário verdadeiro, para melhór instruir o leitôr victima das inverdades dos compendios officiaes, que proséguem em sua óbra devastadora sob a indifferença dos Institutos, aos quaes cabe zelar pelo nosso passado.

Não cogitaram os vicentistas, como se não fosse isso elemento ponderavel para a apreciação do assumpto debatido, do tamanho dos barcos de Martim Affonso; entretanto, na descripção das embarcações usadas ao tempo de D. João III, vemos em vélhos autores, que uma náu do tempo da-





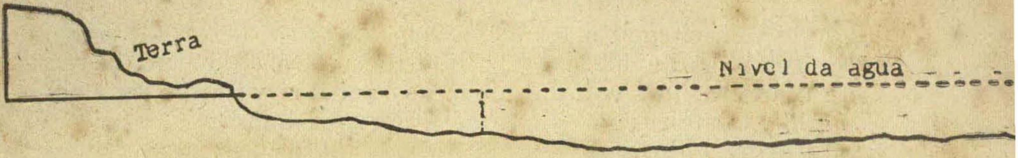
Aspectos actuaes do verdadeiro "Porto de São Vicente", junto á ponta da praia, onde fundeou a armada de Martim Affonso de Souza a 22 de Janeiro de 1532, segundo o "Diario da Navegação", de Pero Lopes, documentos e autores constantes do nosso inquerito Historico — Capitulo VI desta obra.



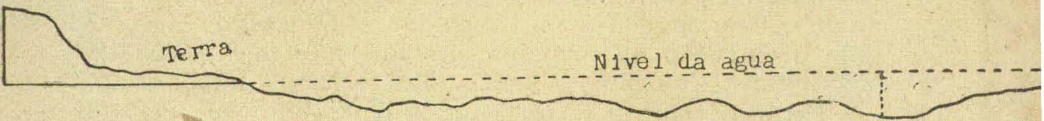
O verdadeiro "Porto das Naus", fronteiro ao "Porto de São Vicente", no estuário de Santos (antigo "Rio de São Vicente").

(Veja-se adeante o quadro comparativo das sondagens e condições naturaes dos falsos e dos verdadeiros: "Porto de São Vicente" e "Porto das Naus".

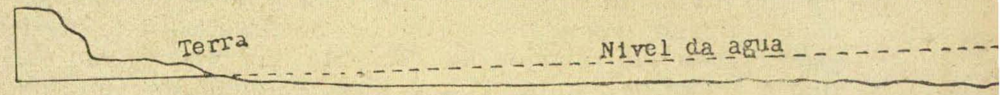
QUADRO COMPARATIVO DAS PERSPECTIVAS GEOGRAPHICAS DOS LOGARES ESTUDADOS NESTE CAPITULO.



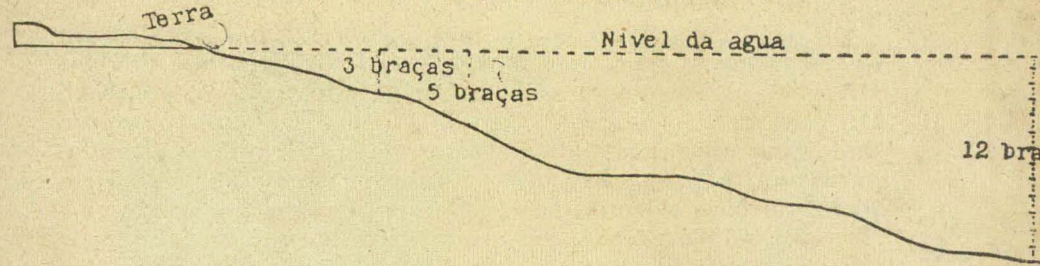
Córte vertical do chamado "Porto das Náus" de S. Vicente, o falso porto histórico, que na vasante offerece um fundo de agua mal sufficiente para lanchas.



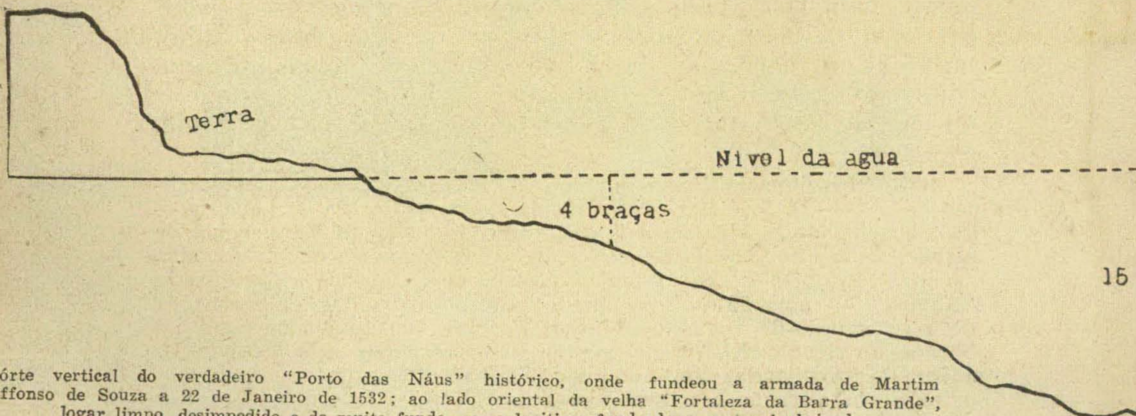
Córte vertical do chamado "Porto de Tumyarú" junto a São Vicente, onde só ha fundo para lanchas e onde se vêem pescadores de pé dentro d'agua a cem e mais metros da margem.



Córte vertical da actual praia da "Bôa Vista" próximo ás "Pedras do Matto", onde não póden chegar embarcações.



Córte vertical do verdadeiro "Porto de São Vicente" Histórico, fronteiro ao "Porto das Náus", situado na "Ponta da Praia" junto ao actual Club de Regatas "Saldanha da Gama", onde podem chegar embarcações de pórte até junto da praia.



Córte vertical do verdadeiro "Porto das Náus" histórico, onde fundeou a armada de Martim Affonso de Souza a 22 de Janeiro de 1532; ao lado oriental da velha "Fortaleza da Barra Grande", logar limpo, desimpedido e de muito fundo, como legitimo fundeadouro natural abrigado.

quelle Rei, chegou a ter 800 e 900 toneladas (1) e (2), sendo communs as de 400 e 500, o que lhes dava então, por serem de madeira, um volume igual aos actuaes vapores da Companhia Costeira; por onde se vê, que a barrinha "secca" e imprestavel de São Vicente (assim citada em varios mappas antigos, assim declarada por Gandavo em 1570 e assim reconhecida por varias sondágens effectuadas no correr dos annos), com arrecifes em derredór e bancos de areia em toda a extensão da pequena enseada, não lhes seria cousa aconselhavel, mórmente sendo elles veleiros como éram.

Errados estão pois os quadros de Calixto que reproduziram os primeiros factos vicentinos, como errada está a ligação do 22 de Janeiro de 1532 com a Villa de São Vicente, provado como fica e como está, que essa data, deve estar ligada tão sómente ao Porto de São Vicente, no estuário actual de Santos, onde á tarde daquelle dia fundeou a Armada affonsina, a tomar-se a data indicada no apógrapho perolopino.

Como consequencia de taes erros, sempre mostraram os vicentinos, umas ruinas que existem junto ao PORTO DAS NÁUS, em frente ao Tumyarú, como sendo as RUINAS DA PRIMEIRA ALFANDEGA DO BRASIL, titulo pomposo dado por elles aos póbres réstos de um trapiche alfandegário que alli existiu, annos depois transformado em trapiche ou casa de purgar assucar, por Jerónymo Leitão.

Este não é propriamente um erro, porquê não deixa de ter um pouco de verdade tal affirmativa, mas é uma das phantasias de que lançaram mão os vicentistas para melhór justificarem a entrada da Armada colonisadora pela sua barra, não percebendo que só conseguiram com isto, esbulhar sua terra dos legitimos direitos de precedencia sobre todas as povoações do Brasil, trocando as glórias de uma fundação mais remóta, pelas glórias simples e mentirósas da entrada da Armada do primeiro donatário da Capitania.

(1) "Diccionario Encyclopédico" — II.º Volume — Quinta edição — 1878 — D. José Maria de Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda — Do Conselho de S. Magestade Fidellissima, Deão da Sé Patriarchal de Lisbôa, sócio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisbôa, etc..

(2) Tambem H. Von Loon — em sua acatada obra especialisada "Navios" — pag. 221 — no quadro comparativo das embarcações de passageiros de todos os tempos, accusa 400 toneladas para os barcos do Século XVI, sem cogitar das excepções creadas por D. João III e registadas por D. José Maria de Lacerda, rei esse, que primou em atirar aos mares, embarcações até 900 toneladas como consigna aquelle notavel diccionarista da Academia Real de Lisbôa.

As ruinas da tal "PRIMEIRA ALFANDEGA DO BRASIL" são mais um producto da mente fértil dos poétas da história brasileira. De facto, alli existiu o primeiro trapiche alfandegário, não A PRIMEIRA ALFANDEGA, destinado como já demonstramos, a receber as mercadorias baldeadas dos navios chegados ao antigo porto do outro lado da ilha. Desse trapiche, porem, no anno de 1580, que foi aquelle em que Jerónymo Leitão installou seu Engenho de assucar, pouco ou nada existiria, sendo claro que esse ex-capitão mór de S. Vicente fez construcções alli, nóvas algumas e outras aproveitando o pouco que restava das primitivas, provavelmente os alicérces e as pédras desmontadas, realizando o que se fazia mistér realizar, casa da moenda, casa de purgar, depósito e outras construcções usadas naquellas propriedades antigas, de fórma a não se poder dizer algum tempo depois, e muito menos hoje, que alli éra o "trapiche alfandegário" de São Vicente, e sim que fôra algum dia.



As chamadas "Ruinas da Primeira Alfandega do Brasil"

A primeira Alfandega do Brasil foi installada na Bahia, no anno de 1549, e a segunda em São Vicente, na ilha, DENTRO DA VILLA, no mesmo anno, ambas por Antonio Cardoso de Barros, vindo para isso de Portugal, autorizado pelo Regimento de 17 de Dezembro de 1548, de D. João III,

confórme histórico que fazemos no logar adequado désta óbra. A Escriptura de 11 de Agosto de 1549, lavrada por Antonio Rodrigues de Almeida, Escrivão da Fazenda, é o primeiro documento que revéla a existencia da Alfandega vicentina naquelle mesmo anno, identificando-a da seguinte fórma:

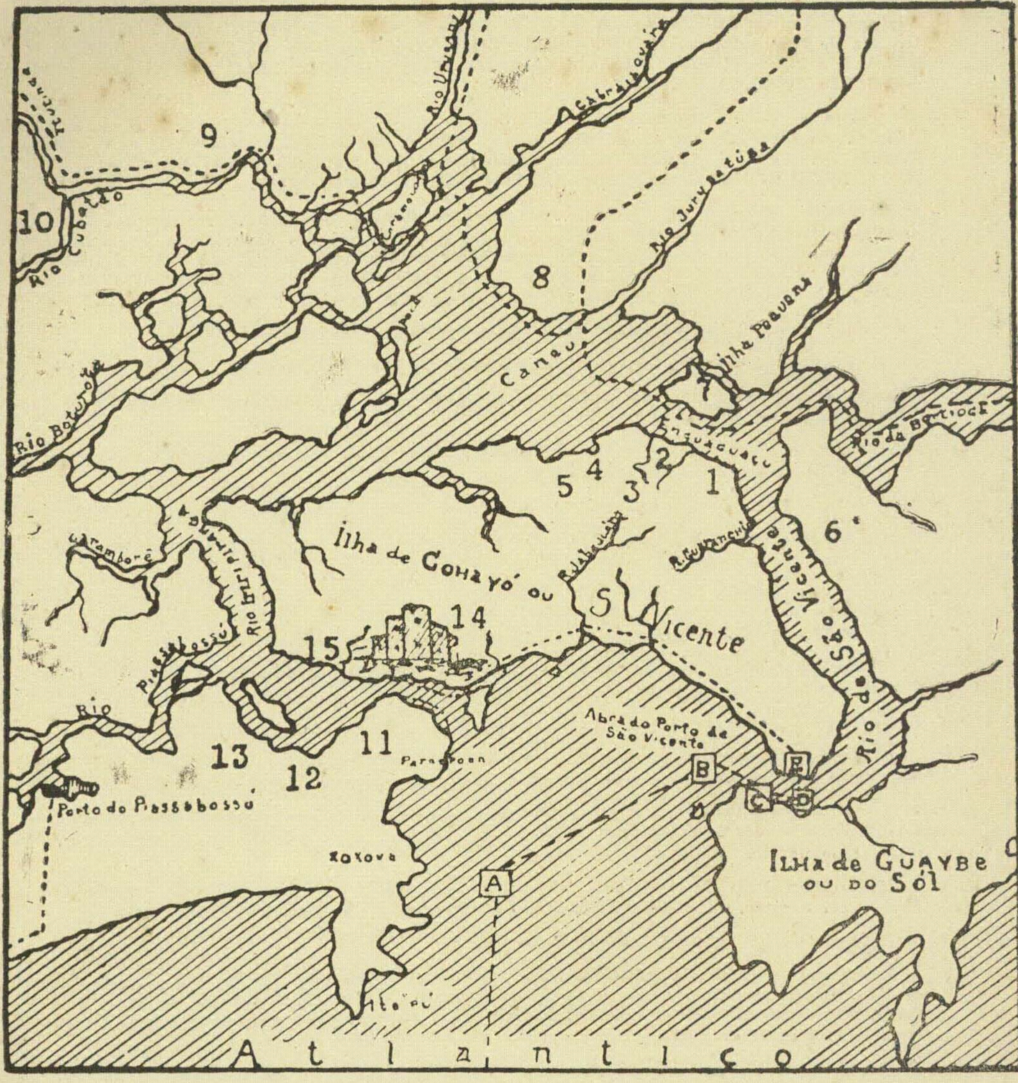
> "E por verdade d'isso com o meu signal publico, eu Tristão Mendes, tabellião do publico judicial nesta villa de São Vicente e seus termos pelo dito Governador o escrevi. Aos 11 dias do mez de Agosto de 1549; e eu Antonio Rodrigues de Almeida, Escrivão da Fazenda, por El-Rei Nosso Senhor em toda esta Capitania, que esta trasladei de outro traslado de verbo ad verbum, N'ESTA VILLA DE S. VICENTE NAS CASAS DA ALFANDEGA DO DITO SENHOR..." (1)

Assim, confirma-se o que dissémos; antes de 1549 não existiu Alfandega em S. Vicente como em nenhuma parte do Brasil; existiram sómente trapiches alfandegários em varios pontos da cósta contando-se entre elles o do "Porto das náus" vicentino, e o do "Porto de São Vicente" na entrada do actual estuário santista, que servia toda a zona de dentro onde tantos e tão bons povoadores se haviam installado desde a chegada de Martim Affonso.

As tão faladas ruinas de São Vicente, são exactamente como revelou Frei Gaspar há cento e cincoenta annos quási, os restos do Engenho de Jerónimo Leitão, trapiche, casa de purgar e talvez outra qualquér construcção, conjuncta, da antiga propriedade seiscentista, existentes, isso sim, no mesmo logar do primitivo trapiche alfandegário, no ambiente profundamente histórico, onde viveu o "bacharel" Méstre Cósme Fernandes, onde viveu Gonçalo da Cósta, figuras primaciaes do primeiro povoamento paulista, e onde viveu Pero Corrêa, o primeiro apóstolo da catechése em terras de S. Paulo.

Éra o que nos restava dizêr sobre o thêma estabelecido para este Capitulo da nossa "Historia", dando-o assim, por terminado.

(1) Azevedo Marques — "Apont. Hist. Geograph., etc., da Provincia de S. Paulo" — Tomo II — Pag. 170.



Mappa da região de Santos e São Vicente, mostrando a chegada da Armada de Martim Affonso de Souza, e a distribuição conhecida de uma parte da sua gente, situação que ainda se conservava em 1534.

A — Tomando por base o "Diario da Navegação", vê-se aqui o trajecto provavel da Armada de Martim Affonso, ao chegar de fóra e ao penetrar na "abra" do "Porto de S. Vicente".

B — Ponto da "abra" do "Porto de S. Vicente" onde fundeou a Armada pela primeira vez, abrigando-se do mau tempo — "ESTA NOITE NO QUARTO DA MODORRA FOMOS SURGIR DENTRO N'ABRA, EM FUNDO DE SEIS BRAÇAS D'AREA GROSSA".

C — Praia da "Ilha do Sol" onde a 21 de Janeiro teria fundeado a Armada, (actual Praia do Góes, na Ilha de Santo Amaro) — "SEGUNDA-FEIRA VINTE E HUM DE JANEIRO DEMOS A' VELA E FOMOS SURGIR N'HUA PRAIA DA ILHA DO SOL; PELO PORTO SER ABRIGADO DE TODOLOS VENTOS".

D — O "Porto das Naus", fronteiro ao "Porto de S. Vicente", onde fundeou a Armada de Martim Affonso, na tarde do dia 22 de Janeiro — "TERÇA-FEIRA PELA MENHÃA FUI N'HUM BATEL DA BANDA D'ALOESTE DA BAHIA E ACHEI UM RIO ESTREITO E A' TARDE METEMOS AS NAOS DENTRO COM O VENTO SUL".

E — O verdadeiro "Porto de S. Vicente" onde a 22 de Janeiro desceu em terra Martim Affonso, mandando fazer uma casa para guardar as velas e a enxarcia dos navios, e onde mandou pôr a secco uma das náus da expedição, presumivelmente a capitânea. — "COMO FOMOS DENTRO MANDOU O CAPITAM J. FAZER HUA CASA EM TERRA PARA METER AS VELAS E ENXARCIA. AQUI NESTE PORTO DE SAM VICENTE VARÁMOS HUA NÁO EM TERRA".

1 — Outeiro de Santa Catharina, onde estabeleceu-se o fidalgo Luiz de Góes.

2 — Ponto da ilha, onde se fixaram Paschoal Fernandes e Domingos Pires.

3 — Encostas do morro de "S. Jeronymo" (actual Monte Serrate) onde ficou Braz Cubas, (então moço de vinte e tres annos).

4 — Ponto onde se localisaram os nóbres José, Francisco e Paulo Adorno, irmãos de origem genovêsa, e onde fundaram o "Engenho de S. João" em 1533.

5 — Logar em que estabeleceu-se o ferreiro da Expedição, Mestre Bartholomeu Gonçalves ou Fernandes.

6 — Aqui ficou e obteve sesmaria, o fidalgo Jorge Ferreira, mais tarde casado com uma filha de João Ramalho. Este logar chama-se "Itapema".

7 — Ilha Pequena (actual Barnabé) onde ficou Henrique Montes, "pratico da região e guia da Armada de Martim Affonso". Assassinado Montes em 1534 ou 35, passou esta ilha com as terras de Jurubatuba á propriedade de Braz Cubas.

8 — Aqui ficou o fidalgo Pero de Góes, com sesmaria. Era irmão de Luiz de Góes e fundou o grande "Engenho da Madre de Deus" com Capella.

9 — Neste logar estabeleceu-se o fidalgo Ruy Pinto.

10 — Neste ponto, á margem do rio Cubatão, estabeleceu-se Francisco Pinto, pae do fidalgo Ruy Pinto. Mais tarde estas terras parece terem passado á propriedade do nobre Antonio Rodrigues de Almeida.

11 — Terras de Antonio Rodrigues, a elle doadas alguns annos antes da chegada de Martim Affonso, pelo Governador das terras do Brasil Christovam Jacques, sendo Capitão do povoado de S. Vicente, Pero Capico.

12 — Aqui se fixou Pero Corrêa, vulto famoso da colonisação, em terras outrora concedidas por Christovam Jacques, ao "bacharel" Mestre Cósme, fundador da primeira São Vicente.

13 — Neste logar estabeleceu-se Fernão de Moraes.

14 — A São Vicente que Martim Affonso fundou novamente e repovoou, nos ultimos dias de Janeiro de 1532, e onde encontrou ainda, como restos do antigo povoado do "bacharel" e de Gonçalo da Costa, uma casa de pedra servindo deForte e mais alguma construcção escapada á destruição operada pela gente do bacharel" por occasião da retirada para Iguape.

15 — Logar onde morava Antonio Rodrigues, o "Porto de Tumyarú", por occasião da chegada da Armada, em 1532.

CAPITULO V

A Ilha de São Vicente

Revelação geonomica-ethnográphica do seu primitivo nóme Tupy. As affirmativas cartographicas de Kunstmann e dos Reinel. A provavel patria dos Guayanazes

GOHAYO' foi o primitivo nóme tupy, da ilha sobre que hoje assentam as cidades de Santos e São Vicente.

Devemos a transmissão desse particular histórico-geographico até nossos dias, principalmente a Martim Affonso de Souza, por cital-o com bastante intenção, no texto da carta de sesmaria passada em favor de Pero de Góes, em Piratininga, a 10 de Outubro de 1532. (V. transcrip, em João Mendes de Almeida — "Algumas Notas Genealógicas" — Cap. XI — Pag. 223).

A 22 de Janeiro de 1502, tendo Américo Vespucio, chéfe téchnico da Armada de André Gonçalves, dado ao estuário de Santos o nóme de RIO DE SÃO VICENTE, facto esse homologado por todas as sociedades geographicas do mundo e consagrado no "Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil" — Vol. I — Pag. 767 — publicação official do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, passou tambem a ilha de Gohayó, por extensão daquelle nóme, a chamar-se — DE SÃO VICENTE — como aconteceu a toda a região, aos dois primeiros nucleos coloniáes surgidos, como a toda a Capitania mais tarde.

Da viagem vespuciana de 1501/1502, que attingiu até 32 gráus da nossa cósta e até 52 gráus do continente, resultaram como se sabe, as primeiras denominações como as primeiras cartas geographicas regulares do Brasil (exceptuada a de Juan de La Cosa, muito imprecisa e imperfeita) como

as de Cantino (1) e Canerio, de 1502 — as de Kunstmann, mappas I e II da Cosmographia, de 1503 — a de João Ruysch, de 1506/1508, publicada na famosa geographia de Ptolomeu, editada em Roma no anno de 1508, e a de Waldseemuller (Hylacomylus), e, em todas ellas, excepto na de Cantino, já apparéce o nóme SÃO VICENTE sob varias formas, (San Bicente — San Uincente — San Vincenzo — e San Vincento) applicado á referida ilha e á actual região de Santos.

Apezar disso, digamos de passagem, ainda se insiste na affirmativa já agóra ignorante, de que tal denominação fôra dada por Martim Affonso de Souza em 1531/32!

Até aquelle anno de 1502, GOHAYO' fôra o unico nóme da actual ilha santista, como SÃO VICENTE foi o seu nóme official desde aquelle anno até hoje, não passando de confusão tudo mais que se agitou ou propalou a este respeito.

ENGUAGUASSU', que tantos autores déram como sendo a antiga denominação da mesma ilha, e cada qual com uma traducção mais "sui generis" e humoristica, foi apenas o nóme do lagamar ou bahia interior existente em frente á actual Alfandega da cidade, junto á fóz austral do rio da Bertióga, e a cujas margens fundou-se o povoado inicialmente chamado — de Enguaguassú — por achar-se junto á mesma enseada, passando depois a Porto de São Vicente, a Villa do Porto de Santos, e finalmente a SANTOS apenas.

Essa palavra Enguaguassú, como designativa da parte mais larga do actual estuário santista (começando do rio da Bertióga até o lagamar do Caneú), sempre significou em tupy — como corruptéla de Y-GOÁ-GUASSÚ — "seio grande de mar", "enseada maiór do rio", "seio de agua grande" ou simplesmente "lagamar", e sempre existiu imemorialmente, antes de existir Martim Affonso ou Braz Cubas em São Vicente. Sobre ella, o erudito Dr. Theodoro Sampaio, assim como o notavel Dr. João Mendes de Almeida, possuem estudos decisivos, o primeiro, nos commentários da ultima edição da "Viagem ao Brasil" do famoso Hans Staden, e em sua grande óbra "O Tupy na Geographia Nacional"; e o segundo em seu "Diccionario Geographico da Provincia de São Paulo". Rocha Pombo tambem esclaréce

(1) Este mappa de Cantino, assim chamado por ter sido encommendado e obtido por Alberto Cantino, embaixador do Duque de Ferrára junto á Côrte de Lisbôa, e por ordem deste, suppõe-se que seja da autoria do proprio Canerio, autor do outro do mesmo anno.

ligeiramente, essa duvida dos que se atrapalharam por querer — no volume III da sua "Historia do Brasil", em nóta á pagina 163, com estas palavras:

"Iguaguassú éra o nome indigena do lagamar e portanto muito anterior á entrada dos portuguezes".

É sediço este assumpto já, e, as lendas cem vezes resmoneadas do "pilão grande" e do "ingá" parécem cousas dos contos da carochinha e nunca da História do Brasil.

O nóme GOHAYO' lembra o passado provavel desta ilha em que vivem santistas e vicentinos, e traduz bem vivo o phenómeno geonomico pressupóstamente operado atravéz dos séculos sobre este pedaço da região, compondo-se em sua origem tupy, dos seguintes elementos grammaticáes:

GU — reciproco; AI — "despegar, abrir, separar" — e O'G — "cortar, arrancar" — sendo que os verbos AI e ÓG apparécem unidos na mesma palavra, para exprimirem separação por força, allusivos como se vê a ter sido a ilha separada do continente pela força das aguas que a rodeavam e premiam.

Dizem antigos chronistas do Brasil colonial, que os indigenas brasileiros, antes de applicarem a algum logar uma denominação, reuniam em conselho os maioraes da tribu, os vélhos chéfes tornados conselheiros e os seus sacerdotes ou pagés, para estudo antecipado da sua justeza e que só depois de tal processo ,em que attendiam á tradição ao aspecto, á conformação, aos phenómenos ou caracteristicos physicos e moraes do objecto, procediam á applicação do nóme em vista ou de outro reputado melhór. Tal critério, aliás, é confirmado pela profunda observação revelada em todas as denominações tupys do nosso território.

De facto, observada a composição de quasi todas as ilhas interiores da região santista e os vestigios ainda hoje patentes de sua recente formação, como no caso de Caramacoara, Pecê, Negro Morto, Teixeira, Bagrinho, Guanique e tantas outras, verifica-se mais uma vez o rigôr da concepção aborigene, justificando-se em nosso juizo a idéa da desagregação lembrada pelo antigo nóme, e havida não ha muitos séculos entre a ilha de Gohayó, a nossa São Vicente, e a terra firme representada pela região do Barreiros, do

Piassaboçú, do Japuhy e de Parnapuan, a Oenoroeste, a Oeste e a Sudoéste da mesma ilha.

Nada será de admirar neste sentido, se considerarmos que, dentro da nossa região (confórme depoimento de santista antigo e de inteira fé) subindo o Rio Branco de S. Vicente, existe uma prainha de mar, com areias e conchas sobre um morro conhecido e a uma altitude de tresentos ou quatrocentos métros; se considerarmos que não existiu em todo o mundo talvez, uma região mais rica do que a nossa em sambaquis, formações reconhecidamente diluvianas, como provou ha alguns annos o sábio Von Ihering na "Revista do Museu Paulista", e que, no passado da cidade de Santos suppriram de cal as suas construcções; e, finalmente, se considerarmos que na ilha do Negro Mòrto, no rio do Cubatão, já foram encontradas há annos, contra todas as previsões paleontológicas, ossadas petrificadas, producto de millenios por qualquér calculo scientifico, que alli só poderiam encontrar-se em consequencia de uma convulsão regional das terras e das aguas.

Esse é o interessante problema geonomico suggerido pelo nóme GOHAYÓ; tratemos agóra do problema ethnográphico, ainda por elle lembrado.

Existe na Bibliothéca de Paris, segundo o Commandante Eugenio de Castro (Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo — Vol. XXIX) um exemplar cartographico dos Reinel, e ao que parèce de 1516, em que accusam os seus autores a existencia de uma ilha dos GAYONOS ou GOANÁS, ilha identificavel segundo diz o Commandante Eugenio de Castro, com a de São Vicente, apezar da altura provavelmente errada de 27 gráus, á mesma attribuida. (1)

Outro documento importantissimo e esse ainda mais antigo, accusa a existencia dessa ilha de GUANÁS, pouco ao sul de São Vicente; trata-se do mappa N.° III de Kunstmann — de 1503 — commentado por Rocha Pombo no Vol. I — Pag. 270 da sua monumental óbra citada.

Essas affirmativas cartographicas tão remótas, vêm pôr em fóco o primitivo nóme da ilha de São Vicente, parecendo tratar-se della mesma e não de outra, de accordo com a declaração de Martim Affonso, e dahi déve ter-se gerado o

(1) A "Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil" reproduz esse mappa precioso.

nóme da tribu famósa que cooperou na colonisação e povoamento da antiga Capitania, hoje Estado de São Paulo.

Segundo os depoimentos de Diogo Garcia, de 1527, e de Alonso de Santa Cruz, de 1527/1530, habitavam a Ilha de São Vicente numerósos tupys de boa indole, "amigos muito dos portuguezes". Esses indigenas, como se viu no capitulo III desta óbra, por occasião do estremecimento havido entre o rei de Portugal e o famoso "bacharel", fundadôr do primeiro povoado de S. Vicente, onde por quasi trinta annos foi o dominadôr europeu, desappareceram dalli, a ponto de fazel-a parecer despovoada por occasião da chegada de Martim Affonso, retirando-se segundo a melhór hypóthese, uma parte para Iguápe acompanhando o "bacharel" desgostoso, e outra parte para as serras, a reunir-se ao grosso da gente de Caiuby, senhor de Jurubatuba, antigo alliado e amigo do "Bacharel".

Só algum tempo depois da chegada do Donatario, em 1532, é que aquelles primitivos habitantes de GOHAYÓ, e portanto os famosos GAYONOS dos Reinel, GUANÁS de Kunstmann, e GUAYANAZES dos portuguezes, começaram a approximar-se em maior numero, integrando muitos o blóco brasilico de Tibiriçá que permaneceu ao lado dos nóvos dominadores.

Cremos nós, aliás, que — gente de GOHAYÓ, ainda hoje em portuguez corrente, só poderia ser: GOHAYONOS — GOHAYOENSES ou GOHAYONAZES. Dahi, o nóme que ficou na História — GUAYANAZES, que tantos historiadores e ethnógraphos procuram explicar em vão, palpando e tacteando a tréva de outras raizes ou etymologias.

A propósito convem lembrar, que, Anchieta, que melhór do que ninguem poderia escrever bem o nóme da primitiva gente de São Paulo, que o secundava nos trabalhos iniciaes de Piratininga, escreveu: GUAIANÃ, preferindo a orthoépia mais approximada da enunciação aborigene e da verdade etymológica, como a orthographia mais digna de ser transmittida á posteridade. Não o comprehenderam, porem, os homens das nóvas gerações, e, assim attribuiram á palavra origens várias como á propria gente que ella designava.

A verdadeira origem, entretanto, que reconduz á verdade tudo quanto até agóra gravitou em redór: é GOHAYÓ-NÃ ou GUAIÓ-NAN — por euphonia transformado em GUAIANAN ou GUAIANÃ pela suppressão do Ó da primei-

ra, como escreveu Anchieta — significando: O PARENTE DE GOHAYÓ — tratamento intimo ou sarcástico, que aos tupys da ilha de São Vicente, déram primitivamente os demais tupys do littoral sul do Estado, ou os tupynambás do littoral Norte.

Ainda hoje, entre nós, civilisados, quando se quér alludir a primos ou sobrinhos que possuimos em outras cidades — Rio ou São Paulo — por exemplo — usamos muitas vezes a expressão genérica: OS NOSSOS PARENTES DO RIO OU DE SÃO PAULO. Isto não é mais que a repetição do que faziam tambem em sua época, os autochtónes paulistas de que vimos tratando.

Pelo mesmo motivo, chamavam os tupys de Gohayó ou de Itanhaen aos do littoral Nórte do Estado — de TAMOYOS — corruptéla de TAMUYA (o avô, o ascendente, o velho) ao que paréce, tronco originário dos demais ou ramo mais numeroso e mais fórte. Que esse tratamento de TAMOYOS ou TAMUYA partiu primeiramente e até com exclusividade dos seus proprios irmãos de raça das outras latitudes, não résta duvida alguma, porquanto, durante os déz ou vinte primeiros annos de contacto com elles, não lhes chamaram os portuguezes de outra cousa, senão TUPINAMBÁS, tratamento unico que lhes vemos dispensar tambem o famoso Hans Staden, prisioneiro das suas tabas, pela altura de 1552/1554; e, assim, TAMOYO, ou TAMUYA, seria como GUAIANÃ uma expressão familiar ou apellido pejorativo. Acreditamos mais nesta ultima hypóthese, dado o antagonismo que existia entre os dois grandes póvos de S. Paulo.

Tambem aos indios de Itanhaen e Peruhybe ou serras de Itatim, chamavam os de GOHAYÓ e depois os portuguezes — de TUPINIQUINS. Vejamos os significados dos nómes TUPINAMBÁS e TUPINIQUINS, e teremos comprehendido a consanguinidade das tres raças, ou, quando menos, as differenças pequenas que as distinguiam entre si:

TUPINAMBÁ — de TUPI-NÃ-MBÁ — (Descendente dos tupys) o que equivale dizer: descendente do páe supremo, do grande páe — ou ainda como traduziu o famoso Frei Simão de Vasconcellos, por extensão: O POVO DE DEUS.

TUPINIQUIM — de TUPI-NÃ-KI — (Galho do parente tupy) ou os collateraes do tupy. (1)

Isto, reunido ao que já ficou dito sobre os Tamoyos, confirma a commum genealogia dos tres póvos primitivos e authentica a conclusão a que chegamos relativamente ao povo central, ou de São Vicente.

GUAIANÃ ou GUAIANAZ não foi a denominação de uma tribu isolada, mas a determinação dos elementos de uma mesma raça tri-partida, situados ao centro de uma região cujos extremos eram occupados pelos outros elementos, que, pelo visto precisavam della para designal-os, tirando-a então do próprio nóme principal da região que elles occupavam — GOHAYÓ.

Como identificação pela lingua e próva da origem commum desses póvos, ahi temos a uniformidade morphológica e etymológica das denominações de todo o nosso littoral e até do proprio altiplano, como se ellas houvessem sido dadas num mesmo dia e por um unico chéfe ou conselho:

Ao Norte do Estado: Ubatuba — Caraguatatúba — Perequê — Massaguaçú — Boiçúcanga — Barekessába. Ao centro: Jurubatúba — Piassaboçú — Perequê — Mondúba — Guarujá — Embaré — Urubukiçába. Ao Sul: Itanhaem — Peruhybe — Iguápe — Guarahú — Coátinga e Iporanga, cumprindo ainda aqui, lembrar o primitivo nóme da praia de Peruhybe — TAPIREMA ou TAPIRAMA, corruptéla de TUPI-RAMA, significando: O PAIZ DOS TUPYS.

Completando o circulo citado de expansão glóttica originariamente tupy, temos as denominações do altiplano: GOAPIRA — TIETÊ — ANHEMBY — PIRATININGA — ANHANGABAHÚ — YPIRANGA, para não fallar em outras mais interiores, que nos occorrem ás centenas, ou nas proprias serras e cachoeiras paulistas, cujos nómes contêm o mesmo cunho que, ethnographicamente, confunde os doadores de todos elles.

Esperamos, pois, haver demonstrado sufficientemente a verdadeira procedencia dos guaianazes dos portuguezes, dos guaianã de Anchieta, dos guanás de Kunstman ou GAYONOS

(1) Estes etymológicos sobre os póvos primitivos de S. Paulo, fundam-se nos trabalhos publicados do Dr. Theodóro Sampaio, reconhecido como capacidade no assumpto.

dos Reinel, uma só e mesma gente, primitivos dominadores de GOHAYÓ, a futura terra santista, geração brasilica de onde sahiram para a História os vultos de Piqueroby, Caiuby e Tibiriçá.

Incluimos em nossa "HISTORIA DE SANTOS" este pequeno trabalho de deducção, lembrados pela necessidade de identificar definitivamente os primitivos senhores de Santos, origem de tantas gerações illustres dos nossos dias, figuras raciaes e discutidas deste chão em que a nossa História váe se desenrolar. Não vemos origem melhór ou mais provavel para os fundadores brasilicos de São Paulo; não vemos história melhór para a nossa gente.

CAPITULO VI

Inquérito histórico sobre a origem, a formação e o desenvolvimento da primitiva Santos 1532/1546

Abrangendo o estudo da localisação do "Porto das Naus", e do "Porto de S. Vicente", e a chegada de Martim Affonso de Souza.

As tres phases iniciaes santistas

Provámos nos Capitulos II e IV desta óbra, que, desde 1502 até 1532, o actual estuário de Santos, foi sempre o verdadeiro RIO DE SÃO VICENTE, desde o baptismo vespuciano já longamente debatido e tratado nos referidos capitulos. Confirmando a farta documentação existente e apresentada, vimos ainda o proprio Martim Affonso de Souza, em 1532, na carta de sesmaria concedida a Pero de Góes, citada para outro effeito nos Capitulos II e V, reconhecer a realidade dessa denominação na confrontação oéste das terras doádas, de formas a não deixar duvidas a esse respeito.

Só depois daquelle anno, pela necessidade de bem determinar e distinguir as terras evitando a confusão popular, foi o actual estuário santista perdendo o primitivo nóme portuguez em favor das aguas que ficavam junto á Villa, gerando porêm as duvidas históricas surgidas posteriormente, que foram causa da questão demarcatória havida em 1624 entre os herdeiros de Martim Affonso de Souza e de seu irmão Pero Lópes.

Pela altura de 1510, presumivelmente, tendo vindo de Cananéa onde cumpria o degredo imposto por D. Manoel, Rei de Portugal, e onde fôra deixado pela Armada de André

Gonçalves e Vespucio, Méstre Cósme Fernandes, o famoso "bacharel" fundou á margem desse RIO DE SÃO VICENTE, junto á sua emboccadura (Ponta da Praia actual) o PORTO do mesmo nóme, citado por todos os navegantes da época e designado em seus portulanos.

Originou a fundação de tal PORTO alli e não junto ao povoado que o mesmo "bacharél" fundára atraz da outra barra mais ao sul, refundado e feito Villa por Martim Affonso em 1532, a superioridade do seu ancoradouro, mais amplo, mais fundo, e mais seguro, abrigado das aguas e dos ventos, próximo de muitas terras bôas e excellentes aguadas, em contraste com a incapacidade da outra barra mais, austral, batida de vagas na entrada, povoada de arrecifes em suas immediações, prejudicada de bancos e baixos de areia nos lados e no fundo, com pequena área navegavel e um canal precário ao centro, insufficiente tanto na baixa-mar como na preamar para a navegação de calado, rematada ao fundo por terras lodacentas ou alagadiças, lógo para tráz da faixa praieira.

Esse PORTO DE SÃO VICENTE desenvolveu-se como o proprio povoado do outro extremo da ilha e como as propriedades do seu fundadôr, tornando-se o ponto mais conhecido, próspero e frequentado da cósta brasileira, empório fornecedor de todas as armadas que demandavam o "el-dorado" paraguayo. Por elle communicou-se sempre o "bacharel" Méstre Cósme com as expedições que passavam, negociando escravos, vendendo ou permutando generos da terra, negociando barcos, fornecendo guias e práticos para a navegação do sul e penetração das floréstas, depois que a miragem da prata começou a attrahir os aventureiros.

Alli esteve o "bacharel", dividindo sua vida entre o PORTO e o povoado de SãoVicente, até o anno de 1531, como já demonstrámos, cercado das allianças que fizéra, dos seus innumeros aggregados, e dos naturaes da terra, que o tinham por grande amigo; e, emquanto elle viveu em São Vicente, muitas terras da marinha foram applicadas na cultura e criação de quantas espécies vegetáes e animáes européas foram julgadas necessárias ao desenvolvimento da colonia, das quaes o PORTO DE SÃO VICENTE e seus trapiches éram o entreposto commercial.

Com a chegada de Martim Affonso, em 1532, ao Porto fundado havia tantos annos pelo "bacharel", continuou elle como ancoradouro official, emquanto o antigo povoado do outro lado da ilha passava á categoria de Villa, como cabeça

de toda a Capitania que tomou o seu nóme. A gente de Martim Affonso, porem, fez do Porto de São Vicente a origem de uma futura cidade, fixando nelle apenas as suas actividades mercantis e as suas ligações com o velho mundo distante, porquê, grande parte della e a melhór parte della talvez, avançou pelas aguas do Porto a dentro, á exploração das terras próximas, que tão bom aspecto offereciam, em confirmação ao que já diziam os seus vélhos conhecedores como Pero Capico, Henrique Montes e outros homens que viajavam na Armada colonisadora, que nellas haviam estado anteriormente. Dahi veio o estabelecimento dos primeiros colonos na actual região do Monte Serrate, morro de São Bento, da Penha e outros, como Braz Cubas, José Adorno, Francisco e Paulo Adorno, Luiz de Góes, Domingos Pires, Pascoal Fernandes, e Méstre Bartholomeu Fernandes ou Gonçalves, attrahidos não só pelas terras proprias para a cultura da canna de assucar como pela abundancia das bôas aguas alli existentes, emquanto outros localizavam-se pelas redondezas, Cubatão, Néves, Jurubatúba, Ilha Barnabé, Rio da Bertióga e Itapema actuáes, como Francisco Pinto, Ruy Pinto, Antonio Rodrigues de Almeida (segundo Taques), Pero de Góes, Henrique Montes e Jorge Ferreira, causando com a sua natural e despreoccupada escolha e conglomeração, o apparecimento do futuro núcleo santista junto á enseada de Enguaguassú, fructo da sua approximação colonisadora, das suas primeiras lavouras, das suas primeiras construcções e das suas primeiras iniciativas.

Santos foi, assim, o resultado lógico e immediato da situação do primitivo PORTO DE SÃO VICENTE ante a chegada de uma léva numerósa de immigrantes, que não podendo estabelecer-se junto a elle por falta de logares propicios aos fins que os traziam, deram preferencia ao seu local que apresentava terras de várzea e de morro proprias para plantio e optimas aguas de serventia publica, elementos que permittiram a formação da mais importante colonia agricola da região, colonia que, desenvolvendo-se dentro dos dois primeiros annos, ao fim desse tempo já denunciava a existencia alli, de uma futura villa importante. Por fim, a transferencia do fundeadouro official, que éra o antigo PORTO DE SÃO VICENTE, da ponta da Praia para a enseada de Enguaguassú, no anno de 1541, deu ao povoado expontâneo daquelle logar, o impulso que lhe faltava para

coroação da óbra dos colonisadôres e fidalgos alli reunidos, o elemento que se fazia necessario para o desenvolvimento da futura cidade.

De Santos, pois, não se póde dizer que foi fundada por este ou por aquelle, nésta ou naquella data, e sim que ella surgiu naturalmente, da conjugação de esforços objectivamente agricola-mercantis desenvolvidos em seu local desde 1532, e que a sua história prende-se por isso, ao antigo Porto de São Vicente, e á chegada de Martim Affonso de Souza, exactamente como dizem os mais antigos chronistas e historiadores.

E', pois, a história geral desse apparecimento que vamos desdobrar, acompanhando-a de commentários elucidativos, com a apresentação dos melhóres depoimentos possiveis, em fórma de Inquérito offerecido ao julgamento do grande publico brasileiro.

A origem

(A existencia do porto de São Vicente, sua localização e a chegada de Martim Affonso)

DEPOIMENTO N.° 1

(Tomo 15, da "Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil" — Chorographia Historica, Chronographica, etc. do Imperio do Brasil — Pag. 150 — Carta de Diogo Garcia — ou "Memoria de la Navegacion" — de Diogo Garcia 1527).

"1527 — E de aqui fuemos a tomar refresco em S. Vicente questa en 24 grados e ali vive un Bachiller e unos Yernos suyos mucho tiempo ha que ha bien 30 años, e ali estuvimos hasta 15 de Enero del año seguiente de 27, ...

y hicieron comigo una carta de fletamiento para que las truxese en España con la nao grande ochocientos esclavos, e yo la hice con acuerdo de todos mis oficiales e contadores e tesoreros que allegando en el rio mandasemos la nao

e luego acordamos todos mis officiales de la mandar fuera del rio la nao questava en gran peligro de las Gurupadas que en aquel tiempo ay en aquel rio, e mais que fuese a cargar los esclavos del dicho Bachiller que tinha fletado para en España, e daria nuebas como Sebastian Gavoto estava en el rio, e luego la nao hizo vela E FUESSE FUERA DEL RIO A S. VICENTE A ESPERAR MI RESPUESTA EN AQUEL PUERTO DE S. VICENTE."

COMMENTARIO:

Diogo Garcia, segundo os melhóres chronistas, éra um commandante portuguez a serviço da Hespanha, (1) e, désta feita, por encargo do rei daquelle paiz, deixára o Cabo Finisterra a 15 de Janeiro de 1526 com destino ao Rio da Prata. Nésta sua carta, tomada por nós como depoimento apenas em alguns trechos, conta elle que viéra ao Porto de São Vicente refrescar seus navios, alli encontrando o "bacharel" e uns genros seus que havia muitos annos moravam no logar. Diz mais, que comprára um bergantim de fabricação daquelles homens e que tratára fretamento para a conducção de 800 escravos do Porto de São Vicente para a Hespanha. Finalmente diz elle, que estando no Rio da Prata, mandára a náu grande voltar para o PORTO DE SÃO VICENTE, a esperar sua resposta. Como se trata de um documento de 1526/1527, sérve elle para fixar a existencia como para determinar o caracter de entreposto importante, do ancoradouro que originaria a futura cidade de Santos.

DEPOIMENTO N.° 2

(DIARIO DA NAVEGAÇÃO DA ARMADA QUE FOI Á TERRA DO BRASIL EM 1530" — Pero Lopes de Souza — Publicado por FRANCISCO ADOLPHO DE VARHAGEM (Visconde de Porto Seguro) em Lisbôa — 1839 — 1.ª Edição — pags. 57, 58 e 59).

"Domingo Vinte do dito mez pela menhãa quatro leguas de mim vi a abra do *porto de Sam Vicente*: demorava a nornordeste;

(1) Nós julgamol-o hespanhól pelo nóme — "Diego Garcia" de Moguer — que nada tem de portuguez.

. .
esta noite no quarto da modorra fomos surgir dentro n'abra, em fundo de seis braças d'area grossa.

Segunda-feira vinte e hum de janeiro demos á vela e fomos surgir n'hûa praia da Ilha do Sol; pelo porto ser abrigado de todolos ventos. Ao meo dia veo o galeam Sam Vicente surgir junto comnosco

. .

Terçafeira pela menhãa fui n'hum batel da banda d'aloeste da bahia e achei um rio estreito e á tarde metemos as naos dentro com o vento sul. Como fomos dentro mandou a Capitam J. fazer hûa casa em terra para meter as velas e enxarcia. AQUI NESTE PORTO DE SAM VICENTE varámos hûa náo em terra. A todos nos pareceu tam bem esta terra, que o Capitam J. determinou de a povoar, e deu a todolos homês terras para fazerem fazendas"

COMMENTARIO:

No capitulo IV desta óbra, já debatemos sufficientemente e demonstrámos a suspeição absoluta deste apógrapho de Pero Lopes; entretanto, é certo e lógico, que a par dos muitos erros, enganos e discordancias verificados nelle, muita cousa cérta deve haver em suas linhas, principalmente quanto á parte simplesmente descriptiva, desde que é o mesmo, uma cópia, ainda que falha e imperfeita, do documento original. No ponto em que elle agóra nos interessa, não temos duvida em cital-o, feitas as necessarias resalvas, por ser o documento em que se baseáram tantos escriptores para o estudo de uma verdade de que elle não póde ser o fiél por tantos motivos.

Como vemos acima, diz Pero Lopes, que, de longe, quatro léguas distante da terra e no dia 20 de Janeiro de 1532, via elle a ABRA DO PORTO DE SAM VICENTE, revelando isto, que, mesmo antes da chegada, já existia aquelle Porto de Sam Vicente, e sua localisação já lhe éra conhecida, factos que não nos admiram mais, desde que se sabe, que, na mesma Armada, voltavam para São Vicente, Henrique Montes, Pero Capico, Diogo Leite, e mais alguns homens que alli haviam vivido alguns annos, ou que alli haviam estado de passagem, anteriormente.

Pela direcção em que ficava da Armada, a abra do Porto de São Vicente, ou seja, a enseada ou golpho que o

precedia, para onde se dirigiam os navios de Martim Affonso, vê-se que o PORTO DE SÃO VICENTE propriamente dito, que ficava por detraz da mesma abra ou enseada, éra no actual estuário de Santos, chamado naquella época RIO DE SÃO VICENTE, visto que a unica enseada que ficava na posição NORNORDESTE da Armada, éra a formada entre a Praia de Embaré e a ponta da Ilha do Sol, então chamada pelos indios de GUAYBE e mais tarde pelos portuguezes, de Ilha de Santo Amaro, nóme que conserva até hoje.

O Commandante Eugenio de Castro, em sua conferencia publicada pela "Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo" — Tomo XXIX, tentou, como já fizémos ver em nosso Capitulo IV, lançar a confusão sobre este ponto da verdade histórica, prejudicando irremediavelmente o seu, não fôra isso, excellente trabalho, declarando que a ABRA DO PORTO DE SÃO VICENTE, citada neste trecho do famoso apógrapho de Pero Lopes — éra a actual BARRA DE SANTOS, formada pelos morros de Itaipú e Ponta Grossa, e que, consequentemente, o Porto de São Vicente éra a actual enseada do Boqueirão, Gonzaga e José Menino!

Houve ahi, naturalmente, levando-se em conta a competencia do autôr, uma lamentavel atrapalhação do Snr. Commandante Castro, porquê, hoje, como em 1500, ABRA nunca significou barra e sim enseada, reconcavo, bahia, remanso, logar abrigado onde pódem estar sem perigo navios pequenos ou grandes, como se poderá vêr em qualquer autor antigo, especialmente no grande "DICCIONARIO ENCYCLOPEDICO" de D. José Maria de Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda — 5.ª edição — de 1878 — Vol. I, onde se lê:

> "ABRA-s. fem- (ARAB. abra; do verbo âbara, passar alem, entrar para dentro, embocar) enseada ou porto, assim do mar como dos rios, fechado, ou defendido de qualquer modo do impeto das aguas e ventos, e com bastante fundo para n'elle ancorarem navios em todo o tempo".

Ao mesmo tempo, diz o mesmo acatadissimo "DICCIONARIO' português á pag. 409 — Vol. I, que:

> "BARRA (de um porto) é o que os francezes chamam de "bare du port" e os inglezes "the bar of an harbour" nome que se dá a um montão de areias ou pedras, que se encontram na embocadura da maiór parte dos portos e na foz d'alguns rios. Estas barras são ordinariamente formadas pelo contraste da maré e corrente dos rios, em

consequencia do que se amontoam areias e terra, que embargam a passagem livre da navegação, de sorte que os navios não podem entrar, salvo na maré cheia, ou por caneiros que os homens do mar chamam passos. (Stractico)."

Dir-se-ia que o eminente autôr do Diccionario citado escreveu a sua definição de "abra" e "barra" contemplando o espectaculo offerecido pela região santista em sua face sul, onde existe apenas a ABRA do Porto de Santos, formada á entrada do canal, existindo comtudo duas BARRAS — não se fallando na da Bertióga, que não vem ao caso — a chamada GRANDE, que vae de Itaipú á Ponta Grossa exactamente, (duas pontas naturaes de rócha), e a pequena, da cidade de São Vicente, formada como diz elle, "pelo contraste da maré e a corrente do rio, em consequencia do que se amontoaram areias e terras, que embargam alli, a passagem livre da navegação, (e isso desde tempos immemoriaes) de sorte que os navios não pódem entrar, salvo na maré cheia, por um caneiro, desses que os homens do mar chamam "passos", perigosissimo para a navegação de algum calado e principalmente para a de pannos, sujeita a desvios ou manóbras repentinas, e por isso mesmo sem uso pelos navegantes de todas as épocas.

Isto ajuda a restaurar a verdade da localisação do primitivo Porto de São Vicente, por antecipação aos demais elementos constantes deste Inquérito, cada qual mais convincente, reduzindo o engano do Snr. Commandante Castro ás devidas proporções.

Se, entretanto, foi intenção do mesmo historiógrapho, arrancar ao actual estuário de Santos, de qualquér forma, a coincidencia de ter sido o berço da colonisação brasileira e vicentina, o local do primeiro porto do Brasil e o ponto de arribada da Armada de Martim Affonso, mal avisado andou, sem premunir-se dos necessarios fundamentos, evitando um fracasso para a sua opinião, destinada, nesse caso, a prejudicar a história vicentina e a desorientar o publico, já de si enganado.

Finalisando o seu depoimento para este Inquérito, diz Pero Lopes de Souza, que Martim Affonso mandou construir uma casa em terra para guardarem as vélas e a enxarcia, e que, naquelle Porto de São Vicente, vararam uma náu para reparos. Pedimos a attenção dos leitôres julgadores, para os seguintes depoimentos Ns. 3 e 4, que esclarécem estas ultimas affirmativas do Depoimento N.° 2.

DEPOIMENTO N.º 2-A

("Diario da Navegação da Armada que foi á terra do Brasil em 1530" — Pero Lopes de Souza — Publicado por Francisco Adolpho de Varnhagem na "Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brasil" — Tomo XXIV — Pags. 1 a 111 — (1861) — Reproduzido por Benedicto Calixto em suas "Capitanias Paulistas" — Pag. 160 (1924).

"QUARTAFEIRA, XXII DIAS DO MÊS DE MAIO DA ÉRA DE 1533, DA ERA DE ADAM DE OITO MIL QUINHENTOS XVII e 361 DIAS, DA ÉRA DO DILUVIO DE 4634 ANNOS E 95 DIAS, ESTANDO O SOL EM 10 GRAUS E 32 MEUDOS DE GEMINIS, E A LUA EM 19 GRAUS DE CAPRICORNIO, — *PARTY DESTE RIO DE SAM VICENTE* HUA ÓRA ANTES QUE O SOL SE PUSESSE, COM VENTOS NOROESTE."

E' interessante notar, como o proprio "Diario da Navegação", o famoso apógrapho, em que a maioria dos historiadores se baseou para inverter e controverter os factos da chegada de Martim Affonso (incluindo o proprio Calixto), se incumbe de demonstrar o erro dos que attribuiram a entrada da Armada do Donatário pela barreta da actual S. Vicente.

Aqui vemos novo desmentido ao erro: QUARTAFEIRA, XXII DIAS DO MÊS DE MAIO, etc.... *PARTY DESTE RIO DE SAM VICENTE*. Ora, sabendo-se que o "Rio de S. Vicente" era o actual estuario de Santos, com inicio na Ponta da Praia, baptismo dado por Americo Vespucio em 1502, como já vimos, e consagrado em todas as cartas antigas (Canerio — de 1502 — Kunstmann, Ns. 1 e 2 — de 1503 — João Ruysch — 1506/1508 — na Geographia de Ptolomeu), como declara o proprio Martim Affonso de Souza na Escriptura de 10 de Outubro de 1532, em favor de Pero de Góes, e como demonstra o Mappa XIV do "Yslario" de Alonso de Santa Cruz, já reproduzido em capitulo anterior, depois de tantas próvas e tantos reconhecimentos e identificações, só por immensa má fé ou pelo propósito firme de manter-se errado, para não ter que desmanchar o que ahi está feito, em detrimento da verdade, póde alguem (individuo, collectividade,

ou governo) deixar de reconhecer que a Armada de Martim Affonso de Souza ENTROU POR ESTE MESMO RIO DE ONDE AGORA SAHIA A 22 DE MAIO DE 1533 OU SEJA: PELO ESTUARIO DE SANTOS, QUE E'RA ONDE FICAVAM, TANTO O "PORTO DAS NAUS" COMO O "PORTO DE SÃO VICENTE".

A ignorancia ou o propósito perverso, apenas, podem alimentar a persistencia no erro. Vejam-se os Depoimentos seguintes, e attente-se bem ao Depoimento N. 11 e seus commentários.

LOCALISAÇÃO DO PORTO DE S. VICENTE

DEPOIMENTO N.° 3

(MACHADO D'OLIVEIRA — Socio honorario e laureado do Instituto Historico e Geographico do Brasil — "Quadro Historico da Provincia de São Paulo" — 1897 — Pags. 11, 14 e 15.)

(Pag. 11) "DESISTIU o Capitão-mór do proposito que o levava ao Rio da Prata....... fez dar curso contrario á navegação retrocedendo para o Norte, e, a 21 de Janeiro de 1532 entrava na enseada de Guarapissumã, fundeando a 22 desse mez JUNTO Á COSTA ORIENTAL DA ILHA INDUÁGUASSÚ.

Ao entrar a Armada na enseada de Guarapissumã A QUE POSTERIORMENTE DEU-SE O NOME DE BARRA DO RIO DE SANTO AMARO OU BARRA-GRANDE, afim de distinguil-a das de São Vicente e Bertióga, appareceram etc. . . ."

. .

. .

(Pag. 14) "Martim Affonso fez regressar a Armada para a enseada de São Vicente, e na praia de Embaré, na ilha de Induáguassú completou o desembarque dos colonos que comsigo trouxéra..."

. .

. .

(Pag. 15) "Escolhida definitivamente de entre diversas essa localidade para estabelecimento da povoação, sem demóra e com assistencia de Martim Affonso,

ABRINDO-SE PRÉVIAMENTE UM CAMINHO QUE DA PRAIA DO EMBARÉ, ATRAVESSANDO A DE ITARARÉ, FOSSE TER AO SITIO EM QUE SE DEVIA FUNDAR A POVOAÇÃO, e isto porque, tendo-se explorado o rio de São Vicente (o da villa) — conhecido ao depois como um dos escoantes do lagamar de Santos — NÃO DAVA ELLE FACIL NAVEGAÇÃO PARA EMBARCAÇÕES DE COBERTA..."

COMMENTARIO:

Este depoimento, feito pelo acatado historiador que foi o Brigadeiro Machado d'Oliveira, em sua obra citada, confirmam os dois depoimentos anteriores, reforçando os nossos commentarios feitos principalmente ao de N.º 2, porquê localisam, embóra sem cital-o nominalmente, o que não é necessario como se vê, esse PORTO DE SÃO VICENTE referido pelos mesmos depoimentos, mostrando que elle ficava JUNTO Á COSTA ORIENTAL DA ILHA INDUÁGUASSÚ, ou seja: no actual estuário de Santos, junto á ponta da praia.

Machado d'Oliveira, distingue bem neste seu importante depoimento, o PORTO, da VILLA DE SÃO VICENTE, cousas completamente distinctas e distantes, de cuja incomprehensão por parte do povo, reforçada pelos enganos de tantos historiadores modernos, resultou a confusão hoje semi-officialidade sobre os factos iniciaes da Capitania. Elle indica neste trecho de sua óbra, a exemplo de Frei Gaspar, o caminho que do mesmo Porto de desembarque levava para o local da villa vicentina, pósta ao outro lado da ilha, deixando tambem, bem determinado o verdadeiro motivo de tal circumstancia: porquê o braço de mar que servia a Villa "NÃO DAVA FACIL NAVEGAÇÃO PARA EMBARCAÇÕES DE COBERTA".

DEPOIMENTO N.º 4

(VARHAGEM) Francisco Adolpho de Varnhagem — Visconde de Porto Seguro) "Historia Geral do Brasil" — Vol. I — Pag. 203).

"...ESTA VILLA (SÃO VICENTE) não poderia deixar de passar pouco a pouco para o outro lado da ilha, ONDE O ANCORADOURO ERA MAIS FUNDO, E

ONDE A PRINCIPIO SE HAVIAM CONSTRUIDO AS TERCENAS PARA GUARDA DAS VÉLAS E ENXARCIA DAS NAUS DE MARTIM AFFONSO, QUE ALLI HAVIAM RECEBIDO CONCERTO....."

A importancia deste depoimento de Varnhagem avulta entre os demais e assume excepcional relevo, diante do facto de ter sido elle o descobridor do famoso "DIARIO DA NAVEGAÇÃO" de Pero Lopes de Souza, entre os documentos do Archivo da Bibliothéca da Ajúda em Lisbôa, "Diario" que serviu de guia para todos os historiadores, que, depois de 1839, trataram dos primeiros factos de São Vicente.

O erro principal apontado e combatido por nós no referido "Diario", atravéz do Capitulo IV desta óbra, é tambem repellido por seu descobridor neste Depoimento, e, assim, vemol-o declarar aqui, que a entrada da Armada de Martim Affonso se operou pelo actual estuário de Santos, fundeando no PORTO DE SÃO VICENTE referido pelo famoso apógrapho, na Ponta da Praia, e não em outro logar, como disséram os deturpadores.

A sinceridade, o raciocinio, o poder de observação e a intelligencia de Varnhagem, levaram-no a contradizer o proprio documento que elle descobrira, confirmando os seus termos até onde achou que elles tinham razão, mas contrariando-os quando percebeu, sob próva definitiva, de que lhes faltava fundamento.

Confrontem os dizêres do apógrapho:

"TERÇAFEIRA PELA MENHAÃ FUI N'HUM BATEL DA BANDA D'ALOESTE"

"COMO FOMOS DENTRO MANDOU O CAPITAM J. FAZER HUA CASA EM TERRA PARA METER AS VELAS E ENXARCIA. AQUI NESTE PORTO DE SAM VICENTE VARÁMOS HÚA NÁO EM TERRA"

com os dizêres do depoimento varnhageano, e verão que elle repéte tudo quanto declára o apógrapho, alterando comtudo a direcção do batél de Pero Lopes, fazendo-o seguir não para a banda D'ALOESTE como alli está, mas para a banda DO LÉSTE como déve ser e como mostrámos ser em nosso Capitulo IV, porquê desse lado é que ficava realmente o PORTO DE SÃO VICENTE.

Varnhagem quando escreveu a sua "Historia Geral do Brasil" conhecia os termos da Escriptura de Estevão da

Cósta, de 31 de Dezembro de 1536 (Depoimento N.° 12 deste Inquérito), mas talvez não conhecesse o YSLARIO de Alonso de Santa Cruz, de 1530, (Depoimento N.° 11). Como elle não se alegraria com a vista da famósa óbra que vinha justificar a sua opinião, dar mais valor aos termos da Escriptura de 1536 e restaurar definitivamente a verdade?

Chegamos a não comprehender, como e porquê, sendo a historia de Santos e inicial da Capitania, contada de uma fórma pelos documentos existentes e pelos primeiros historiadores que nelles se baseáram, poude ser deturpada pelos historiógraphos mais recentes ou contemporâneos, a ponto de tornar-se invérsa. Só por muita tolerancia dos nossos Institutos scientificos e dos nossos proprios governos!

DEPOIMENTO N.° 5

(ROCHA POMBO — "Historia do Brasil" — Vol. III — Pag. 158).

"NAQUELLE PORTO, LOGO DEPOIS DA ENTRADA DO CANAL GRANDE, DESCARREGAVAM AS NÁUS, E AS MERCADORIAS ERAM EM SEGUIDA TRANSPORTADAS EM LANCHAS OU EM CANÔAS, OU POR TERRA PARA OS ARMAZENS DA VILLA..."

COMMENTÁRIO:

Rocha Pombo foi um dos grandes historiadores que embarcaram na canôa furada da entrada de Martim Affonso pela barra actual de São Vicente. E é tão inexplicavel essa attitude do eminente autôr da "Historia do Brasil", quanto é espantoso vermos, que é elle exactamente um dos que melhóres elementos fornéce contra a mesma attitude, como se verifica neste depoimento, em confirmação aos anteriores.

O porto de que elle falla, não é outro sinão esse dos Depoimentos precedentes, fundado pelo "bacharel" pela altura de 1510, o unico existente na região de São Vicente até 1541, quando foi transferido para a enseada de Enguaguassú por iniciativa de Braz Cubas, recem-chegado de Portugal, como vemos do auto de posse de 10 de Agosto de 1540, para onde seguira entre 1535 e 1536, como havemos de mostrar. ("Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo" — Tomo VI — pag. 297).

Ditas por quem não conseguira subtrahir-se ainda á impressão do erro circumstancial do "Diario" de Pero Lopes, essas palavras têm uma dupla expressão, e sérvem para convencer definitivamente, da existencia do antigo PORTO DE SÃO VICENTE junto á actual Ponta da Praia, como o unico da região.

Rocha Pombo, diga-se de passagem, paréce ter-se impressionado com a escriptura de 25 de Maio de 1542, passada por Antonio de Oliveira em favor de Pero Corrêa, onde se falla em um "PORTO DAS NÁUS" situado em frente a Tumyarú. Dizemos isto, porque elle mesmo recommenda em sua "Historia do Brasil", aos que desejarem conhecer a fundo a historia de São Vicente, que procurem ler aquelle documento, que é o que transcrevemos por inteiro, no appendice desta óbra, e que em parte já estudamos e reduzimos ás devidas proporções no Capitulo IV desta Historia.

E' esse mesmo documento que identifica definitivamente a personalidade do famoso "bacharel" de S. Vicente e Cananéa, e, para isto, sim, elle possue um valor inestimavel.

Mais para diante deste Inquérito, nas próvas da fundação, encontraremos mais uma preciósa collaboração de Rocha Pombo, em favor da verdadeira história inicial da cidade de Santos, cujo germen de vida foi precisamente esse "Porto de São Vicente" de que vimos tratando.

DEPOIMENTO N.º 6

(BALTHAZAR DA SILVA LISBÔA — "Annaes do Rio de Janeiro" — Edição de 1834).
MELLO MORAES — "Chorographia Historica, Chronographica, etc. do Imperio do Brasil" — 1866 — Pag. 204).

"... Escolheu (Martim Affonso) para a creação da villa um lugar, que parecia improprio, junto á terceira foz, quando a Barra Grande defronte de Santo Amaro lhe offerecia terreno accommodado para uma populosa cidade; mas elle assim julgou convir-lhe, vendo que a ilha de S. Vicente tinha uma planicie, a qual seguia perto de uma legua para Oeste até o outeiro Marapé, e com duplicada extensão pelo rio acima. Foi edificada a Villa na praia de Tararé, PRIVADA DE DESEMBARQUE: POR CUJA RAZÃO SE FEZ NECES-

SARIA A ABERTURA DA ESTRADA DE S. VICENTE E PARA AQUELLA PRAIA, BUSCANDO EMBARÉ, E TERMINOU NO FORTE DA ESTACADA, FRONTEIRO AO RIO DE SANTO AMARO..."

COMMENTARIO:

Dizem aqui, estas duas grandes autoridades no assumpto, primeiro QUE A VILLA DE SÃO VICENTE ÉRA PRIVADA DE DESEMBARQUE, e segundo, que, para dotal-a de um porto, foi preciso abrir-se um caminho que vinha de lá até ao outro lado da ilha, junto á ponta da Praia actual, terminando no FORTE DA ESTACADA que ainda existia ao tempo dos dois historiadores. Sabido que alli exactamente é que ficava o antigo PORTO DE SÃO VICENTE, vemos que ainda por estes depoentes a ancoragem de Martim Affonso se deu junto a elle, no estuário de Santos e não em outro logar, em confirmação ao que já temos visto.

A photographia abaixo, móstra o que ainda hoje résta do Fórte da Estacada, em cujas proximidades ficava o antigo PORTO DE SÃO VICENTE, onde principiava ou aca-



bava o caminho referido por estes dois historiadores do século dezenóve; onde se deu o desembarque da gente de Martim Affonso, e fronteiro ao verdadeiro PORTO DAS NÁUS.

DEPOIMENTO N.° 7

(PEDRO DE MAGALHÃES GANDAVO — "Historia da Provincia de Santa Cruz — 1576 — Ultima Edição — Pags. 90 e 91).

"..

A ultima Capitania he a de Sam Vicente, a qual conquistou Martim Affonso de Souza: tem quatro povoações. Duas dellas estam situadas em huma Ilha que devide hum braço de mar da terra firme á maneira de rio. Estam estas povoações distantes do Rio de Janeiro, quarenta e cinco legoas em altura de vinte e quatro gráos. Esse braço de mar que cerca esta ilha tem duas barras cada huma pera sua parte. HUMA DELLAS HE BAIXA E NAM MUITO GRANDE, POR ONDE NAM PODEM ENTRAR SINAM EMBARCAÇÕES PEQUENAS, ao longo da qual está edificada a mais antiga povoaçam de todas a que chamão de SÃO VICENTE. Huma legoa e meia da outra barra (QUE HE A PRINCIPAL POR ONDE ENTRÃO OS NAVIOS GROSSOS E EMBARCAÇÕES DE TODA A MANEIRA QUE VEM A ESTA CAPITANIA) está a outra povoaçam, chamada SANTOS, onde por respeito destas escallas, reside o Capitão ou o seu Logo tenente com os officiaes do Conselho e governo da terra."

COMMENTARIO:

Este depoimento vale pela pessôa que o faz como pela época em que o fez. Gandavo, o famoso Gandavo de tantas citações em nossas óbras históricas, que esteve na villa de Santos quando ainda existiam todos os seus fundadores (época de 1570) e todos os homens da primeira colonisação regular, não tóca na questão própriamente dita da chegada da Armada de Martim Affonso como da existencia do primitivo PORTO DE SÃO VICENTE, mas declára formalmente que a barra mais austral ou da Villa de São Vicente HÉ BAIXA E NAM MUITO GRANDE, POR ONDE NAM PODEM ENTRAR SINAM EMBARCAÇÕES PEQUENAS, ao passo que a de Santos HÉ A PRINCIPAL POR ONDE ENTRÃO OS NAVIOS GROSSOS E EMBARCAÇÕES DE TODA A MANEIRA QUE VEM A ESTA CAPITANIA. Com taes

phrases, Gandavo fez todo o histórico dos factos iniciaes da região, como se dissésse:

"O PORTO DE SÃO VICENTE FICAVA NO ACTUAL ESTUARIO DE SANTOS, E A ELLE AFERROU A ESQUADRA DE MARTIM AFFONSO DE SOUSA A 22 DE JANEIRO DE 1532, COMO AFERRAVAM TODAS AS QUE VINHAM PARA SÃO VICENTE, VISTO QUE A OUTRA BARRA NÃO DAVA FUNDO".

e nóte-se, que Gandavo dizia isso entre 1570 e 1575, quando ainda as náus, os galeões e as caravéllas continuavam sendo as mesmas do tempo de D. João ou de Martim Affonso, quarenta annos atráz, sómente, e em que haviam muitas embarcações de tresentas, quatrocentas e até mais toneladas, igualando em tamanho, por serem de madeira, cértos vapores actuaes de registro médio. Será que Gandavo, ao se expressar dessa forma, ignorava os effeitos de um maremóto occorrido apenas vinte annos antes? Não. E' que táes effeitos não existiam então, e só existem hoje, na phantasia dos poétas da história! Calixto em seus quadros e outros historiadores em seus escriptos, para poderem mettel-as pelas aguas da Villa de São Vicente, transformaram-nas em pequenas embarcações de passeio, apresentando-as assim, aos ólhos dos pouco estudiósos ou observadores, sem a menór consideração á sua tonelagem, aos cem e 150 homens e até mais que muitas conduziam, como ás cento e muitas péças de artilharia com que se guarnecia cada uma e ao grande aprovisionamento que carregavam para tanta gente em viagens sempre demoradas.

Depoimentos como este, são insuspeitos e revélam nas entrelinhas tudo quanto deixáram de dizer por qualquér motivo, arrazando definitivamente a lenda do "entulhamento do falso Porto de S. Vicente" e da sua hypothética serventia ás naus transatlanticas e Expedições da época da colonisação, utilisada pelos manejadores da verdade histórica, para explicar o "provavel" abandono do antigo porto pelo fundeadouro santista. Este depoimento, próva que a feição topographica de S. Vicente como de toda a actual região, éra o que é hoje, com pouquissima ou nenhuma differença.

DEPOIMENTO N.º 8

(HANDELMANN — "Historia do Brasil" — "Edição do Instituto Histórico e Geographico do Brasil — 1931 — Pag. 56) Traducção do allemão.

" ..

O risonho aspecto dessa terra, que, opulenta em mattas e aguada, é dominada pelos alcantis da serra costeira, *e por fim o bello fundeadouro, que offeréce a bahia abrigada pelas duas ilhas de São Vicente e Santo Amaro* — tudo isso concorreu para resolver o Almirante a FAZER ALTO AHI e a fundar a primeira colonia agricola regular do Brasil.

Duas aldeias foram estabelecidas, etc."

COMMENTARIO:

Handelmann confirma aqui quanto já têm dito ou demais depoentes, affirmando que Martim Affonso fez alto AHI, NO BELLO FUNDEADOURO QUE OFFERECE A BAHIA ABRIGADA PELAS DUAS ILHAS DE SÃO VICENTE E SANTO AMARO. A unica bahia abrigada pelas duas ilhas de São Vicente e Santo Amaro, é o actual estuário de Santos, começando na região da Ponta da Praia, fronteiro á praia do Góes, e terminando na bahia interior de Enguaguassú, extendida até o lagamar de Caneu onde fórma a bacia hydrographica santista. E diz mais elle, que alli fundou o donatário a primeira colonia agricola regular do Brasil, como de facto aconteceu, visto que quasi todos os colonisadores de Martim Affonso déram preferencia ás terras da região de Santos, ficando apenas dois ou tres nas visinhanças da Villa de São Vicente.

É pois, mais um depoente que affirma atravéz de palavras despreoccupadas, a arribada de Martim Affonso ao PORTO DE SÃO VICENTE da Ponta da Praia, e não a outro logar.

DEPOIMENTO N.º 9

(MELLO MORAES — "Corographia Historica, Chronographia, etc., do Imperio do Brasil" — 1866 — Tomo I — Pag. 301).

"NESSE TEMPO (1535) O RIO MAIS CONHECIDO PELO NÓME DE SÃO VICENTE, ERA JÁ O DO MEIO, HOJE CHAMADO *RIO DE SANTOS* — POR ONDE ENTRAVÃO E ONDE ANCORAVÃO AS EMBARCAÇÕES QUE VINHÃO PARA S. VICENTE.....'

COMMENTARIO:

Este depoimento de Mello Moraes, essa importante figura do segundo Império no campo politico-scientifico do Brasil, nos suggére uma pergunta. Por quê razão em 1535 entravam pelo actual estuário de Santos as embarcações que vinham para São Vicente?

A resposta é clara; a mesma aconselhada pelos Depoimentos anteriores e autorisada pelos Depoimentos Ns. 11 e 12 deste Inquérito. Os navios entravam pelo estuario de Santos naquelle anno de 1535, como já entravam desde 1502 e como entraram os de Martim Affonso em 1532, pelo facto de ser o unico que dava curso franco á navegação de todos os calados e porquê nelle ficava situado o PORTO DE SÃO VICENTE.

Sob a forma daquellas palavras, confirmou Mello Moraes a localisação do fundeadouro de Martim Affonso dada por outros historiadores, e, aliás, já descripta por elle mesmo no Depoimento N.º 6 com o seu endosso ás palavras de Balthazar da Silva Lisbôa.

DEPOIMENTO N.º 10

(FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS — "Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente" Terceira Edição — Pag. 139).

"... MARTIM AFFONSO não deu principio á Villa de S. Vicente quando aqui chegou do Reino, mas sim depois de correr toda a costa: antes disso sómente construio o Forte da Bertióga.

N'esta occasião ENTROU A ARMADA PELA BARRA GRANDE DO MEIO; E D'AHI POR DIANTE SEMPRE OS NAVIOS MAIORES ANCORAVÃO JUNTO AO RIO DE S. AMARO DE GUAIBE".

COMMENTARIO:

Este trecho do sábio monge santista, desmente aquelles que o atacavam de attribuir a entrada da Armada de Martim Affonso pelo rio da Bertióga. Frei Gaspar nunca disse perfeitamente semelhante disparate. Baseado num manuscripto de Dyonisio da Cósta (Frei Gaspar argumentava sobre documentos), o mesmo Dyonisio da Cósta que fôra Capitão Mór de S. Vicente de 1649 a 1650, disséra elle que a primeira arribada de Martim Affonso se verificára na Bertióga, o que é bem possivel, visto que aquella barra dava entrada a caravellas ou navios de deslocamento superior.

Pena é que a terrivel omissão do apógrapho varnhageano, nos tenha furtado a confirmação de quanto expendeu o veridico monge que inimigos gratuitos e desarrazoados tentaram desmoralisar.

Não quiz dizer Frei Gaspar, com a sua affirmação, que a Armada de Martim Affonso descera todo o rio da Bertióga e por elle viéra ter ao actual estuário de Santos, absolutamente, e a próva está neste trecho sob Depoimento N.° 10. Naturalmente elles entraram no rio, apóz sondal-o, cousa que os navegantes daquella época faziam sempre, o sufficiente para fundear ao abrigo das vagas e dos ventos e lançar os fundamentos de uma pequena feitoria; e por isso é que elle diz á pag. 139 da sua óbra citada:

> "E' CERTO QUE O CAPITÃO MANDOU PASSAR OS COLONOS QUE DEIXÁRA NA BERTIÓGA PARA A ILHA DE S. VICENTE".

Deixamos pois, feita de passagem a defesa da probidade histórica de Frei Gaspar, dando mais força a este seu depoimento.

Como todos os demais depoentes deste Inquérito, assevéra Frei Gaspar a entrada de Martim Affonso de Souza pelo actual estuario de Santos, onde ficava, como já temos dito e como estamos provando, o PORTO DE SÃO VICENTE com o seu FUNDEADOURO DAS NÁUS.

Frei Gaspar, como todos os chronistas e historiadores que precederam o apparecimento e a divulgação do compromettedor "Diario da Viagem" de Pero Lopes, bebeu em fontes mais legitimas do que aquella em que se inspiraram

quasi todos os posteriores a 1839, e por isso é que, embóra sem conhecer cértos documentos hoje conhecidos e citados nesta óbra, elle traçou com verdade os factos principaes da antiga Capitania, falhando apenas nos factos anteriores a 1532 relativos á primeira phase de São Vicente, exactamente por desconhecer os referidos documentos. A entrada de Martim Affonso, dada por elle como effectuada pelo canal da Barra Grande (actual estuario de Santos) próva pois, que o PORTO DE SÃO VICENTE a que se refére Perō Lopes em seu "Diario da Viagem" (veja-se o Depoimento N.º 2) ficava naquelle ponto da região.

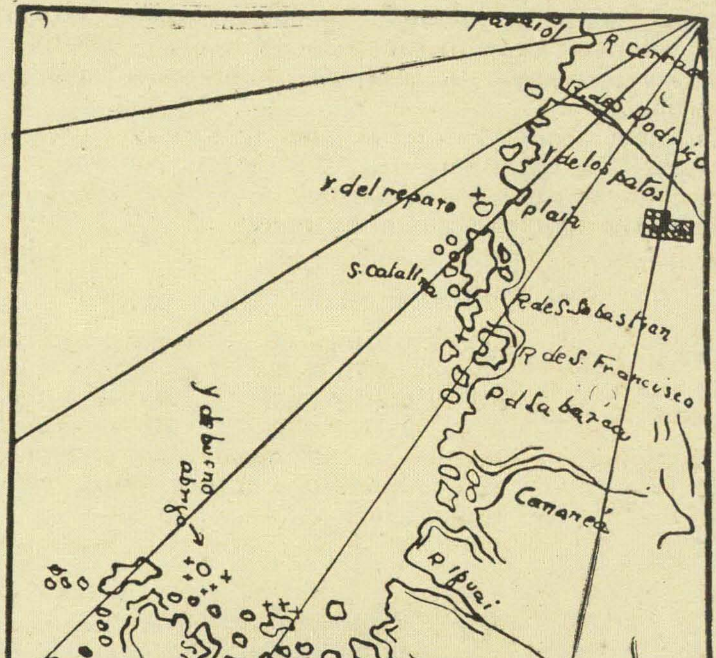
DEPOIMENTO N.º 11

(YSLARIO — Alonso de Santa Cruz. (Die Karten von Amerika in dem Islario General des Alonso de Santa Cruz — Trad. de Franz R. von Wieser, Insbruck — Edição de 1908 — exemplar da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro — Original de 1532. Citação Instituto Historico e Geographico de São Paulo. Vol. XXIX — Pag. 150 — Commte. Eugenio de Castro).

"DENTRO DO *PORTO DE SÃO VICENTE* há duas ilhas grandes habitadas de indios, e *na mais oriental, na parte occidental della,* estivemos mais de um mez surtos. *Na ilha occidental* têm os portuguezes *um povoado chamado São Vicente,* de déz ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados, e uma torre para defesa contra os indios em tempo de necessidade. Estão providos de coisas da terra, de gallinhas e porcos de Hespanha, em muita abundancia, e hortaliça. Tem estas duas ilhas um ilhéo entre ambas de que se servem para criar porcos. Estão as ilhas orientadas NO-SE, com déz léguas de comprimento e quatro de largura, e desde 22° até 24° de latitude e no parallelo de 6°. . . ."

COMMENTARIO:

Este Depoimento de Alonso de Santa Cruz, um dos commandantes da Armada de Caboto que esteve fundeada por duas vezes no PORTO DE SÃO VICENTE entre os annos de 1526 e 1530, e um dos tres enviados de Sebastião Caboto ao povoado de São Vicente com a intimação ao Capitão Rojas,



O famoso Mappa XIV do "YSLARIO" de Alonso de Santa Cruz official de Sebastião Caboto, que esteve em S. Vicente em 1526 e em 1530.

Nelle se vê a reproducção symbolica do povoado de S. Vicente, existente então, e o ilheu onde "os portugueses criavam porcos", que corresponde exactamente á actual ilha "Barnabé".

Embóra tosco este mappa reconstitúe por si a nossa historia inicial, provando a existencia do povoado de S. Vicente antes da vinda de Martim Affonso, e mostrando que o "Porto de S. Vicente" ficava entre uma ilha e outra, ou seja, no actual estuário de Santos.

como vimos no Capitulo IV consideramol-o o mais importante de quantos citámos nesta óbra para effeito de restauração da verdade quanto á Historia inicial de São Vicente e consequentemente de Santos. Elle elucida desde a extranha localisação dada por Martim Affonso á Villa vicentina de 1532, até a verdadeira entrada da Armada colonisadora daquelle fidalgo.

Este documento em que se fixa, como numa photographia, tudo quanto em geral tem permanecido occulto ao conhecimento do povo, não admite mais hypótheses, e, para affastar definitivamente os sophismas dos deturpadores ou os receios dos incrédulos, espécie de "conservadores históricos" ahi temos o Depoimento n.° 12, a escriptura de 1536, completando-o.

O depoimento de Alonso de Santa Cruz, descréve e localisa o Porto de São Vicente antes da chegada de Martim Affonso, e, a escriptura de 1536, descréve e localisa o mesmo Porto depois da chegada do Donatário. Ambos coincidem perfeitamente, e, a duvida por isso mesmo não tem mais o direito de residir neste assumpto, porquê, contra próvas, não há versões ou argumentos.

Descrevendo o povoado de S. Vicente, o official de Caboto friza que "a casa de pedra com sua torre" era para *"defesa contra os indios em caso de necessidade"*, o que, mais uma vez demonstra que alli não podiam chegar Armadas, mas tão somente pequenas embarcações costeiras, sem o quê, o "bacharel" e sua gente teriam guarnecido a entrada do mar e não apenas o povoado.

Quiz ainda Alonso de Santa Cruz fornecer á posteridade, mappas das regiões percorridas, e entre elles o da região de São Vicente, que aqui reproduzimos em parte. O Commandante Eugenio de Castro, em sua óbra "A Expedição de Martim Affonso de Sousa" a que já nos referimos no commentario do Depoimento N.° 2, como no Capitulo III desta História, reproduz o povoado de São Vicente, no logar exacto em que elle ficava, como vemos no seu mappa N.° II, á pagina 9 da referida óbra, porem erra lamentavelmente, collocando o "Porto de São Vicente" primeiro na actual praia do Gonzaga e José Menino e depois junto á propria Villa vicentina, o que é mais grave ainda, chegando a declarar que o ilhéo em que os portuguezes criavam pórcos, éra a ilha Urubúquiçaba, absurdos flagrantes, que já profligámos, ante o original de Santa Cruz, que não admitte supposições.

Em sua descripção, chama Alonso de Santa Cruz á actual Ilha de Santo Amaro, de ILHA ORIENTAL, e isto coincide muito com a denominação de Pero Lopes, constante do apógrapho memoravel — ILHA DO SóL — visto que significam ambas a mesma cousa, e ilha oriental quér dizer: a que fica do lado de onde nasce o sól, como Ilha do Sól quér dizer: a que fica da banda do oriente, deixando assim, bem identificada, essa ilha em cuja praia abrigou-se no dia 21 de Janeiro de 1532, pelo mesmo "Diario', a Armada de Martim Affonso. (Depoimento n.° 2).

Calixto, que neste ponto muito desserviu a Historia inicial de São Vicente, porquê dispunha de um pincél admiravel para fixar os erros da imaginação ante os ólhos do povo, e com elle, outros historiadores, identificou a ILHA DO SóL com a antiga ilha do Mudo, ou melhór, outeiro, hoje chamada Ilha Porchat!! O absurdo porem, é tão flagrante, que dispensa commentario, alem do que já foi feito, porque nunca se soube ou se ouviu dizer que a Ilha Porchat possuisse uma praia, e muito menos uma praia que pudésse abrigar uma Armada! E tudo isso, sómente para tentar carregar para São Vicente, a commemoração de um facto que pertence inteirinho á região oppósta.

As próvas em favor da entrada de Martim Affonso de Souza pela barra actual de São Vicente, são todas adduzidas assim, sob a forma de absurdos espantósos e incoherencias verdadeiramente infantis, e, assim mesmo, assistimos ainda hoje, á perpetuação de semelhantes erros.

Neste particular, assistimos á paradoxal attitude de quem quér beneficiar São Vicente, e ao envez disso, prejudica-a, porquê, de facto tentando arrancar á região de Santos, a realisação em seu scenario dos primeiros factos da colonisação regular de 1532, os defensores da "barreta" vicentina, não fizéram mais que roubar a esta villa, a verdade da sua fundação, muito anterior áquelle anno. Foi o que elles mais conseguiram, até hoje, em desrespeito e em prejuiso do povoado, onde Pero Capico (ao contrario do que diz Calixto, em seu proprio interesse) fôra Capitão de 1516 a 1527 e Antonio Ribeiro de 1528 em diante, até á chegada de Martim Affonso.

Emquanto isso se verificava da parte de certos brasileiros e portuguezes, os historiadores hespanhóes, desde os mais remótos, quasi contemporaneos da colonisação, consideravam São Vicente fundada desde o anno de 1516, assim se expressando em seus escriptos, e naturalmente pelo facto

de ter sido sómente naquelle anno, nomeado o primeiro Capitão do povoado.

Não fôra verdade isso, e São Vicente não teria cértamente o direito de ser considerada a mais vélha povoação do Brasil, porquanto a feitoria de Itamaracá em Pernambuco, já existia desde os annos de 1525, constando em 1526 a sua primeira remessa de assucar para o reino (1), e, assim, teria, esta e não aquella, o direito ás glorias da precedencia.

Interessante é notar, como a respeito têm procedido quasi todos os historiadores. Para darem a existencia de S. Vicente, como iniciada em 1532, declaram que o que existiu antes, foi uma simples "FEITORIA", sem se lembrarem entretanto, de que, esse nome "feitoria" éra applicado ainda depois da colonisação de Martim Affonso, a todos as pequenas villas brasileiras, dirigidas por "FEITORES", como chamavam as autoridades portuguezas e o proprio Rei, aos Capitães ou Capitães-Móres, o que não implicava como se vê, na importancia do núcleo assim denominado. Na Escriptura de Braz Cubas, por exemplo, lavrada em 25 de Setembro de 1536, em Lisbôa, declara D. Anna Pimentel, mulher e procuradora de Martim Affonso:

> "... E por este mandou Gonçalo Monteiro, vigario e feitor do dito Senhor Martim Affonso... etc...."

o que indica, que, sendo Gonçalo Monteiro, governador de S. Vicente, esta éra uma "feitoria", exactamente como consideravam o antigo povoado do "bacharel".

Mas ainda há mais e melhór, para provar o que dizemos, mostrando que a palavra "feitoria" se applicou durante muitos annos a todas as povoações, villas ou não, onde houvesse um Capitão ou Feitôr pelo Rei ou pelo Donatário. Uma certidão de 23 de Abril de 1679, diz o seguinte:

"Certifico eu Sebastião Ribeiro, Escrivão na Real Fazenda e Almoxarifado desta Capitania de S. Vicente, que é verdade, que em meu poder tenho um livro velho, que está no Cartorio desta Provedoria, que se intitula: "Livro dos Registros desta "FEITORIA DA CAPITANIA DE SÃO VI-

(1) Sebastião de Vasconcellos Galvão — "DICCIONARIO CHOROGRAPHICO, HISTORICO E ESTATISTICO DE PERNAMBUCO" — 1910 — Pag. 304.

CENTE, QUE COMEÇOU A SERVIR EM O ANNO DE 1564" ("Capitanias Paulistas" — B. Calixto — Pag. 77), onde se vê, que, trinta e dois annos depois da chegada de Martim Affonso, ainda se chamavam feitorias, os governos constituidos nas villas ou Capitanias do Brasil.

A verdade está nos documentos e não na fantasia de cértos homens, julgados á altura de enuncial-a.

Este importantissimo documento de Alonso de Santa Cruz, sérve tambem para demonstrar mais uma vez, que a "barreta" quasi inutil da cidade de S. Vicente actual, não dava entrada ás Armadas que vinham de fóra, e não era usada por ellas, em confirmação ao que declararia Gandavo 46 annos depois (Depoimento N.º 7), visto que, procurando Alonso de Santa Cruz, em nóme do seu chefe Caboto, entrar em contacto com Rojas, ex-official deste Commandante, que se achava homisiado no povoado de S. Vicente, nas casas de Gonçalo da Costa, éra natural que entrasse com seus navios lá mesmo junto ao povoado DESDE QUE LÁ PUDESSEM ENTRAR ESSES NAVIOS, e não ao outro lado da ilha, no actual estuario santista, tão distante daquelle povoado. Este é, como se vê, um argumento irrespondivel, e próva que desde antes de 1532, como depois, nenhum navio de categoria navegava pelas aguas da actual S. Vicente, e muito menos a Armada de Martim Affonso, composta em sua maioria de barcos grandes, de longa travessia.

DEPOIMENTO N.º 12

(Escriptura de 31 de Dezembro de 1536, em favor de Estevão da Costa. Cartorio da Provedoria da Fazenda — Livro de Registro das Sesmarias — Titulo 1562 — Pag. 52 — Por Gonçalo Monteiro — 1.º Capitão Mór de São Vicente — Transcripções, em Frei Gaspar — "Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente" — III Edição — Pag. 125, e Mello Moraes — "Chorographia Historica, Chronographica, etc.; do Imperio do Brasil" — Pags. 181 e 240).

"GONÇALO MONTEIRO, vigario e Capitão lugartenente pelo mui Illm. Snr. Martim Affonso de Souza, governador desta comarca e capitania de S. Vicente, terras do Brasil, e seu procurador bastante de reger e

governar a dita capitania. Faço saber aos que esta minha carta de datas de terra virem, que por ESTEVÃO DA CÓSTA (que ora á dita capitania veio em este anno passado) me dizer que vive e vem viver, e ser povoador em dita capitania, pedindo-me que eu lhe faça proveito e serviço ao dito Snr. Governador, de lhe dar terras com que viver e fazer roças de cannas e algodões, e o que a terra dér, confiando no dito ESTEVÃO DA CÓSTA, lhe dou e hei por dadas AS TERRAS SEGUINTES DE GUAIBE, ONDE E' O PORTO DAS NAOS, (1) DEFRONTE DESTA ILHA DE SÃO VICENTE, ONDE TODOS ESTAMOS, ETC.
............... E DA BANDA DO SUL PARTEM COM A BARRA E PORTO DA DITA ILHA DE GUAIBE E DESTA DE SÃO VICENTE, QUE E' ONDE ANCORÃO AS NAOS QUANDO VÊM PARA ESTE PORTO DE SÃO VICENTE, etc."

COMMENTARIO:

Esta escriptura, confirmada em todos os seus dizêres e detalhes pela Escriptura de confirmação de 26 de Setembro de 1566, assignada pelo Capitão Mór Antonio Rodrigues de Almeida em favor do mesmo Estevão da Cósta (Cartorio da Provedoria da Fazenda Real de S. Paulo — Liv. de Registro de Sesmarias, tit. 1, 562 — pag. 52 — Transcripção em Mello Moraes — "Chorographia Historica Chronographica etc. do Imperio do Brasil" — Pag. 308) compléta definitivamente a documentação fornecida pelo depoimento anterior, consagrando com elle, insophismavelmente, a verdadeira localisação do PORTO DE SÃO VICENTE onde desceu Martim Affonso, como a do PORTO DAS NÁUS onde fundearam seus navios.

Ahi, nesse Porto, da Ponta da Praia, onde existiram os primeiros trapiches e casas de fiscalisação alfandegária de São Vicente, teve inicio de facto o futuro nucleo santista,

(1) Em 1817, quasi tresentos annos depois de lavrada esta escriptura, e em consequencia do Régio Aviso de D. João VI — de 21 de Outubro de 1817, no levantamento geral dos titulos das terras situadas no districto da Villa e Praça de Santos ("Revista Nacional" — Vol. I — 1877 — Drs. Antonio Carlos e Inglez de Souza) encontramos este mesmo sitio ainda com a mesma denominação de "Porto da Ilha de Guaibe", identificando a localisação desse famoso "Porto das Náus" e tirando qualquêr duvida que ainda pudesse existir.

contando-se o desenvolvimento do povoado de Enguaguassú desde a transferencia do mesmo PORTO ou fudeadouro official, para aquelle lagamar fronteiro ao rio da Bertióga, em 1541.

"COM TAL DOCUMENTO SE MOSTRA INDUBITAVELMENTE QUE NOS PRIMEIROS ANNOS ENTRAVÃO AS NÁOS PELA BARRA DO MEIO, A QUE HOJE CHAMÃO DE SANTOS, E ANCORAVÃO JUNTO Á FOZ, OU BARRA DO RIO DE SANTO AMARO DE GUAIBE, DEFRONTE, POUCO MAIS OU MENOS, DO LUGAR ONDE AGÓRA VEMOS A FORTALEZA, OU ESTACADA DO CRASTO".

Estas são as palavras com que Frei Gaspar, á pagina 125 da sua óbra, commenta a revelação da Escriptura ácima, descriptiva dos primeiros aspectos deturpados da Capitania.

O "cliché" que aqui estampamos, reproduzindo notavel mappa seiscentista, authentica este depoimento, mostrando ao leitôr a sesmaria de Estevam da Cósta e sua relação com os logares confrontados na respectiva escriptura.

E' o bastante. Sentimos que nada mais precisamos colligir a este respeito, e, assim, passaremos ao histórico da formação do povoado transformado posteriormente na villa de Santos, ou seja: da sua fundação.



Precioso mappa seiscentista, constante de um Códice da mesma época reproduzido no Vol. III.º da "Historia da Colonisação Portug. do Brasil".

Vê-se ahi a Fazenda de Estevam da Costa, objecto desta Escriptura, e junto á qual, na entrada do actual estuario de Santos, conforme os termos da mesma Escriptura, ficavam o "PORTO DAS NAUS que vinham de fóra" e o tão discutido e compromettido "PORTO DE SÃO VICENTE", onde entrou a Armada de Martim Affonso em Janeiro de 1532.

A fundação

DEPOIMENTO N. 13

(SIMÃO DE VASCONCELLOS — "Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil" — 1622 — Livro I — Cap. 63 — Pag. 40).

"..

na mesma ilha em distancia como de duas legoas da de São Vicente fundou (Martim Affonso) outra villa a que chamão de Santos"

COMMENTARIO:

Simão de Vasconcellos o chronista dos primeiros tempos, o autôr da Historia da sua Ordem, o jesuita de tão larga nomeada, que colheu suas informações junto á epoca inicial do Brasil e principalmente de São Paulo, em que existiam muitos dos filhos dos fundadores de Santos e iniciadores da colonisação affonsina, e que se serviu para a confecção de grande parte da sua óbra, da correspondencia e nótas deixadas pelo grande Manoel da Nóbrega, déve forçósamente merecer acatamento na affirmação categórica que faz relativamente á fundação de Santos, como se se tratasse de verdade corrente, indiscutida e indiscutivel.

Depois delle não vemos autoridade em ninguem para afirmar o contrário ou differente.

Daqui por diante, outros depoimentos confirmarão o do conhecido chronista da Ordem de Jesus, todos elles reconhecidamente idôneos, e teremos então a opportunidade de explicar as razões que o levaram a pronunciar-se dessa fórma.

Fique todavia bem estabelecido, que o nosso intuito é tão sómente reconstituir, restabelecer a tão deturpada verdade da nossa História inicial, sem a preoccupação subalterna de individuos ou o prazer condemnável de despir uma personalidade para vestir outra.

Não podemos contentar-nos com uma phantasia ou mesmo com uma meia verdade, onde existe uma verdade inteira, manietada, açamada, pedindo que a desamordacem para poder fallar. E' o que estamos demonstrando.

DEPOIMENTO N.° 14

(SEBASTIÃO DA ROCHA PITTA — "Historia da America Portuguesa" Desde o anno de 1500, até o de Mil setecentos e vinte e quatro. — Lisbôa, 1730. Nóva Edição de 1880. Capitulo S. Vicente).

"ERIGIU (Martim Affonso) A VILLA DE SÃO VICENTE E A DE SANTOS, AMBAS EM UMA ILHA, E DEIXANDO-AS ESTABELECIDAS E SEGURAS, VOLTOU PARA O REINO, DONDE TORNOU A PASSAR Á INDIA".

COMMENTARIO:

Antes de mais nada é necessario saber-se que ésta óbra de Rocha Pitta foi considerada a primeira óbra verdadeiramente histórica sobre o Brasil, e seu autôr considerado o primeiro historiador brasileiro de facto. Examinando a "Historia da America Portuguesa" a Academia Real de Historia Portuguesa não só approvou-a como concedeu a Rocha Pitta o diploma de sócio extra-numerario. D. João V, tambem, a quem foi offerecida e dedicada a obra, quiz premial-o por tal feito, elevando-o á dignidade de Fidalgo da Casa Real.

Pois bem, é esse Rocha Pitta, quem vem dizer neste Inquérito, que Santos foi fundada por Martim Affonso de Souza, como já o disse Simão de Vasconcellos em depoimento anterior, e como outros o dirão, em depoimentos subsequentes.

A participação de Martim Affonso na fundação de Santos é cousa incontestável. Deixamos todavia a sua explicação, para os commentarios aos Depoimentos 16 e 17, lembrando apenas aos leitores, a necessidade de uma leitura attenta dos nossos depoimentos e a meditação sobre quanto expendemos em nossos commentarios.

DEPOIMENTO N.° 15

(FREI ANTONIO DE SANTA MARIA JABOATÃO — "Novo orbe serafico brasilico" ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil — Lisbôa — 1761 — Pag. 60 — Cap. 47. Obra reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro em 1858).

"...

Quatro villas fundou Martim Affonso de Souza na sua Capitania, duas na ilha, *que são a de S. Vicente e Santos*, a terceira da Conceição ,que chamam de Itanhaen,

.............................."

Jaboatão, o famoso monge dos principios do século XVIII, é um dos grandes nomes entre os chronistas dos nossos primeiros tempos, sendo muito citadas as suas óbras, com relação ao nosso passado, merecedoras como sempre foram do respeito commum, embóra seus enganos naturaes em algumas passagens.

Não acreditamos que elle para effeito deste depoimento, houvesse simplesmente se baseado em Simão de Vasconcellos, e sim que a sua opinião, como a daquelle jesuita, obedecesse ao imperativo dos documentos e tradições sob seu estudo. Assim, vemos ainda aqui, Martim Affonso de Souza como autôr da existencia da cidade de Santos, opinião que ficará devidamente esclarecida, como dissémos no depoimento anterior, mais para diante deste Inquérito.

DEPOIMENTO N.° 16

(FREI FRANCISCO DE SANTA MARIA — "Santuario Mariano" — Tomo X — LIV. II — Tit. 12 — Pag. 112).

"A VILLA DE SANTOS HE HUMA DAS QUATRO PRINCIPAES DA CAPITANIA DE S. VICENTE, E DISTA DE S. PAULO 12 LEGUAS. POVOOU-A MARTIM AFFONSO DE SOUZA DE MUITA NÓBRE GENTE QUE COMSIGO LEVOU DE PORTUGAL."

COMMENTARIO:

Santa Maria é um dos religiósos do tempo de Jaboatão, e, como elle muito citado em se tratando da nossa história inicial, atravéz desta óbra em epigraphe, como do "Anno Histórico", merecedoras sempre de respeitoso acatamento revelado a cada passo e em todas as épocas.

Este seu depoimento é mais fiél talvez do que os de Simão de Vasconcellos e Jaboatão, reproduzindo exactamente o que se deu com relação a Martim Affonso e a futura cidade de Santos.

Lendo Vasconcellos e Jabotão tem-se a impressão, de que Martim Affonso fundou deliberadamente o povoado que deu origem á cidade de agóra, quando não foi isso, precisamente, o que aconteceu.

Martim Affonso apenas povoou o logar em que surgiu a villa, e povoando-a, e distribuindo as suas terras entre os divérsos pretendentes, na forma da ordem régia, deu origem sem o prevêr ao povoado organisado lógo depois. Assim, admittindo como é nosso devêr, que não fosse sua intenção fundar outro povoado que pudesse fazer concorrencia e até vencer a São Vicente, temos que admittir, todavia, que elle de facto o fundou, lançando-lhe os alicérces, os primeiros moradores com as suas primeiras casas e estabelecimentos agricolas-industriaes, e o que é mais, deixando como capitão ou feitôr do logar então chamado "Enguaguassú" seu creado particular ou escudeiro Braz Cubas, naturalmente com determinações várias no sentido do progresso da colonia agricola daquella parte da ilha de S. Vicente.

E' muito justo, pois, considerar-se Martim Affonso como um dos iniciadores de Santos, justiça feita sob forma exacta, ao primeiro Donatário, por Frei Francisco de Santa Maria, accusando aos pósteros a origem do apparecimento santista, havido segundo elle com "o povoamento do local pela muita nóbre gente que Martim Affonso de Souza trouxe de Portugal" e que, neste caso, não é outra, sinão a que já apontamos: Pascoal Fernandes, Domingos Pires, Braz Cubas, Luiz de Góes, José Adorno e Francisco Adorno, todos de fidalguia comprovada, e Bartholomeu Fernandes, o méstre ferreiro da Armada, que tão larga e fecunda actuação teve na vida inicial da Capitania, o unico plebeu da fundação santista, todos localisados e fixados na terra por Martim Affonso que lhes deu a primeira pósse e assistiu em pessôa o seu estabelecimento.

DEPOIMENTO N.º 17

(MELLO MORAES — "Chorographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil" — 1866 Tomo I — Pag. 273).

"2.ª villa. Os povoadores escolhendo lugares para a sua accomodação e tirando sesmarias, ajuntárão-se no lugar em que se vê hoje a villa de Santos (agora cidade), e assim se formou a segunda villa algum tempo depois."

COMMENTARIO:

Este trecho de Mello Moraes, o eminente historiador, scientista, e homem publico do século passado, revéla de forma clara e veridica, como se deu o apparecimento (desde que não houve própriamente fundação) da villa de Santos.

Como já vimos em varios depoimentos anteriores, a gente de Martim Affonso lógo apóz a chegada da Armada colonisadora, fez o que diz Mello Moraes, começou a escolher os melhóres logares para installação das primeiras róças e casas de moradia, preferindo as bases de morros e proximidades de aguadas, e, como o local da futura Santos éra exactamente um dos melhóres locaes desse aspecto, varios delles alli se estabeleceram, sem titulos definitivos, que só mais tarde requereram, dando inicio sem o perceberem e sem intenção portanto, ao núcleo agricola de Enguaguassú, crescente a cada anno, que seria feito villa em 1546.

Manda o bom senso, pois, que a fundação da Santos actual, seja considerada a partir dahi, e entre os annos de 1532 e 1534.

Só esta circumstancia explica a opinião dos religiósos, cujos depoimentos, sob Ns. 13, 15 e 16, precederam a este de Mello Moraes, chronistas antigos, atidos nessas declarações, á rigorósa verdade da nossa História inicial, e a opinião do velho Rocha Pitta, sob depoimento 14.

DEPOIMENTO N.° 18

(ENCYCLOPÉDIA E DICCIONÁRIO INTERNACIONAL — Vol. XVII — Pag. 10294 — W. M. Jackson — Óbra de collaboração de distinctos homens de sciencias e de letras brasileiros e portuguezes).

"A fundação da villa de Santos data da vinda de Martim Affonso de Souza ao Brasil em 1532".

COMMENTARIO:

Este depoimento traz a responsabilidade de Escragnolle Doria, de Alberto Lofgren, e de Oliveira Lima distinguidos entre tantos illustres collaboradores da óbra citada, como

Sylvio Romero, José Verissimo, Inglez de Souza, Mario de Alencar, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Altino Arantes, Clovis Bevilacqua, Teophilo Braga, Conde de Affonso Celso, Oswaldo Cruz, Afranio Peixoto, D.ª Carolina Michaellis de Vasconcellos, Delgado de Carvalho, Lindolfo Collor, Oscar Guanabarino, Constancio Alves, Antonio Arroyo, Francisco de Azeredo, D. Antonio Barroso, Antonio Batalha Reis, D.ª Amelia de Freitas Bevilacqua, Liberata Bittencourt, Raposo Botelho, Farias Brito, Ferreira de Carvalho, M. J. Rebello de Carvalho, Aurelio da Costa Ferreira, A. J. Ferreira da Silva, Eduardo de Freitas, Roberto Frias, Julio Henriques, Ricardo Jorge, Wenceslau de Lima, João Luso, Ernesto Maia, Bernardino, Machado, Padre Julio Maria, Raul Proença, Nuno Queriol, Domingos Ramos, Manoel de Oliveira Ramos, Francisco Reis Santos, José Rodrigues de Carvalho, José Pereira Sampaio (Bruno), Eduardo Sequeira, Francisco da Silva Telles, Antonio Sergio de Souza, Benedicto Raymundo da Silva, José Pedro Teixeira e Nestor Victor, homens do Brasil e de Portugal.

Diz elle, em outras palavras, o mesmo que disse Frei Francisco de Santa Maria, attribuindo o povoamento de Santos a Martim Affonso, e consequentemente a sua formação.

A formação do núcleo santista entre 1532 e 1534 é cousa irrecusavel e irrefutavel. Ninguem em bôa razão póde negar semelhante facto. Porquê pois, affastar para déz annos depois o que começou déz annos antes?

Na ordem natural das cousas, inicio é sempre o começo, e, assim como se considéra como principio de um cafesal o plantio dos seus primeiros pés, e como inicio de um prédio a collocação da sua primeira pédra do alicérce, déve-se forçósamente considerar como inicio de uma villa, as primeiras casas feitas em seu povoado. Fugir dahi, é negar a referida ordem natural que rége o mundo.

Não vemos base alguma para se contar o apparecimento de Santos, da construcção de um primeiro hospital em 1543. Qualquér espirito medianamente orientado, verá mesmo, nessa propria circumstancia, o signal evidente de que (póstos de parte os documentos) o povoado já éra cousa antiga, pois só assim teria gente sufficiente para frequentar o referido hospital, quê, de outra fórma teria sido fundado na Villa de São Vicente, cabeça da Capitania, e não alli, junto a Enguaguassú.

Há argumentos que valem por próvas; este é um, e, aliás, insophismavel.

DEPOIMENTO N.° 19

(JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA E MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA — "Viagem Mineralógica na Provincia de São Paulo" — 1820 — Pag. 1.ª).

"Esta Villa (de Santos) foi fundada dois annos depois da de São Vicente, antiga capital da provincia e o primeiro estabelecimento de todo o Brasil.... "

COMMENTARIO:

E' inutil pretender realçar o valor deste depoimento; os nómes dos depoentes já são o seu proprio reálce. José Bonifacio de Andrada e Silva éra Secretario Perpétuo da Academia Real das Sciencias de Lisbôa, e vinha concorrendo para a segunda edição augmentada da Corographia Brasilica do Padre Manoel Ayres do Casal, quando escreveu esta memória mineralógica. Nós sabemos que elle éra membro de todas as sociedades scientificas do mundo, e devemos reconhecer, que, diante da sua reputação e da sua capacidade, bastaria que elle houvesse dito ao mundo que a cidade de Santos fôra fundada no anno de 1534, para que o mesmo mundo consagrasse a verdade de uma tal opinião, proclamando-a como cousa definitiva. E porquê teria se expressado daquella fórma o grande sábio santista? Ainda aqui, vemos confirmados os depoimentos de Simão de Vasconcellos, de Jaboatão, Santa Maria e Rocha Pitta. Iniciada a colonisação por Martim Affonso, iniciadas as primeiras culturas e as primeiras construcções junto ao Monte Serrate naquelle anno de 1532, e deixado por elle em seu logar o seu creado e escudeiro Braz Cubas por occasião de sua volta ao reino, naturalmente com ordem de agir por elle em tudo que fosse mistér; um ou dois annos depois, tantas seriam as casas existentes em torno das habitações dos primeiros povoadores e do Engenho de São João fundado por Adorno na região do Morro de São Bento actual, que tomou-se dalli o verdadeiro inicio e apparecimento da futura villa de Santos, sendo ésta a razão do depoimento andradino.

Nada mais justo e mais verdadeiro, e, em nossa opinião, firmada nos melhóres documentos e na observação de tudo quanto existe sobre o assumpto, ninguem poderá diminuir a força desta affirmativa de José Bonifacio e Martim Francisco, oráculos nacionaes, devendo por tal motivo, ser officialisado pelos poderes publicos municipaes, o anno de 1534, como o anno da organisação do nucleo santista, acto de reconhecimento e homenagem mais uma vez prestada, áquelle que foi o maiór brasileiro de todos os tempos e em cuja honra foi elevada a villa de Santos á categoria de cidade no anno de 1839, logo apóz seu desapparecimento.

Os fundadores

DEPOIMENTO N.º 20

(J. C. R. MILLIET DE SAINT-ADOLPHE — "Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil" — 1845/1863 — Vol. II — Pag. 523 — Obra publicada em Paris, offerecida e dedicada a S. M. o Imperador D. Pedro II — Traducção do Dr. Caetano Lopes de Moura).

"OS PRIMEIROS POVOADORES DE SANTOS FORÃO PASCOAL FERNANDES E DOMINGOS PIRES, QUE ABRIRÃO CAMINHO PELAS MATAS PARA A VILLA DE SÃO VICENTE E ALI ASSENTARÃO MORADA ENCANTADOS COM A EXCELLENTE AGUA QUE HAVIA NAQUELLES SITIOS."

COMMENTARIO:

Este depoimento compléta o de N.º 17, de Mello Moraes.

Sabendo-se que os primeiros povoadores são os verdadeiros fundadores das cidades originadas das suas primeiras casas e plantações, vê-se que Paschoal Fernandes e Domingos Pires foram os principaes fundadores de Santos; e, como ambos situaram-se junto a Enguaguassú, proximidades do Monte Serrate actual, logo apóz a chegada da Armada de Martim Affonso, em Janeiro de 1532, cousa por demais conhecida e repisada, chega-se á conclusão, de que, a origem santista funda-se directamente no referido Donatário

e no antigo Porto da ponta da praia onde desceu a sua gente, devendo-se contar a fundação do povoado desde ahi ou desde a sua primeira conformação apreciavel, verificada dois annos depois, quando, reunidos em blóco importante os seus primeiros povoadores, avolumadas as suas construcções, realisadas as primeiras pontes e os primeiros trapiches e apuradas as suas primeiras producções ou rendas da terra, tornára-se uma cousa real a existencia da futura Santos.

De facto, Paschoal Fernandes e Domingos Pires, foram com Braz Cubas, Luiz de Góes, José e Francisco Adorno e Mestre Bartholomeu Fernandes, os primeiros homens que se installaram nas terras onde se fez a cidade de Santos; Paschoal Fernandes e Domingos Pires junto á fonte de Itororó, Braz Cubas junto á baixada do Monte Serrate (antigo São Jeronymo) onde agóra está a Santa Casa da Misericordia, Luiz de Góes junto ao outeiro de Santa Catharina, onde construiu a primeira capella dessa Santa assim como as primeiras casas, José Adorno e Francisco Adorno junto á base do actual Morro de São Bento, e Mestre Bartholomeu Gonçalves, lógo alem do mesmo morro, na outra margem do rio São Jeronymo, todos no mesmo anno da chegada, em 1532, povoando o logar de colonos portuguezes e allemães, que traziam para o trato da terra, accrescidos logo depois por indigenas aggregados.

Todos esses povoadores realizaram plantações de canna de assucar, excepto José Adorno, que, já em 1533 possuia em acção o grande Engenho de São João, alimentado pela producção dos agricultores visinhos, e cujo feitor fôi Heleodoro Eobano Pereira, tornado famoso mais tarde, quando, a mandado de Adorno e acompanhado por elle commandou as forças santistas e vicentinas que realizaram com Estacio de Sá a fundação do Rio de Janeiro.

Paulo Adorno, irmão de José e com elle estabelecido no Engenho São João, foi o unico que não continuou em São Vicente, porquê, tendo comettido um crime cujos pormenóres nunca pudémos conhecer, retirou-se na propria Armada de Martim Affonso em meiados de 1533, ficando na Bahia, onde casou com uma filha do Caramurú (Diogo Alvares Corrêa), dando origem alli, ás mais antigas e nóbres gerações locaes.

Na simplicidade das palavras de Milliet de Saint-Adolphe, lê-se pois, a verdade do inicio santista, corroborada por outros depoentes e documentos citados neste Inquérito.

DEPOIMENTO N.° 21

(FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS — "Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente" — III.ª Edição — Pags. 149, 205, 206, 207, 208, 209).

"NOS PRIMEIROS ANNOS, quando todos os povoadores lavrarão nesta Ilha, onde querião, Paschoal Fernandes GENOVEZ e Domingos Pires, fizerão sociedade, e ambos vierão situar-se em Enguaguaçú na margem do canal, a que Martim Affonso de Souza chama Rio de São Vicente na Sesmaria de Pedro de Góes: nesta margem defronte do largo onde o tal Rio se divide em dous braços, um para o Nordeste, que fórma a Barra da Bertióga, e outro para o Sul, que faz a Barra Grande de Santos, edificarão os socios uma cazinha na margem oriental do ribeiro, que pelo tempo aliante se chamou de São Jeronymo, por se ter collocado uma imagem do Santo Doutor junto ao dito ribeiro nas faldas do outeiro que agóra se appellida de Monserrate, e d'antes se dizia de S. Jeronymo. Para sua particular serventia abrirão os ditos sócios o caminho antigo de Santos para São Vicente, o qual principiava na sua casa, continuava por uma ladeirinha, e passava por detraz do outeiro, onde hoje está o Mosteiro de São Bento.

ASSIM SE CONSERVARÃO PASCHOAL FERNANDES E DOMINGOS PIRES, SEM CARTAS DE SESMARIAS ATÉ ALGUNS ANNOS DEPOIS DE NAVEGAR PARA A INDIA O PRIMEIRO DONATÁRIO..." (1).

(1) As "Memorias para a História da Capitania de S. Vicente" de Frei Gaspar foram grandemente alteradas, a começar pelo titulo que originalmente era: "Fundação da Capitania de S. Vicente e acções de Martim Affonso de Souza", por exigencia da "Real Academia de Sciencias de Lisbôa"; e essas alterações pódem ser vistas no vol. 44 dos "Documentos Interessantes" pags. 77 a 96, que reproduzem originaes do sábio monge santista. Nesses originaes, Frei Gaspar estuda como principaes fundadores do primeiro povoado santista, as figuras históricas de Paschoal Fernandes e Domingos Pires.

COMMENTARIO:

Confirma Frei Gaspar neste depoimento, o que vimos em Milliet de Saint-Adolphe, descrevendo os primeiros passos da futura povoação. De facto, Paschoal Fernandes e Domingos Pires occuparam as primeiras terras sem cartas de sesmarias como elle diz, cousa de que trataram sómente em 1539, naturalmente por verem o desenvolvimento em que ia o povoado e pela necessidade de se documentarem contra possiveis espoliações.

Nós sabemos que tanto Fernandes como Pires éram homens de nobreza elevada, e assim, podemos prever que o trato da terra não fosse realizado por elles directamente e sim pelos colonos vindos na Armada e a elles aggregados em numero sufficiente. Portanto, podemos estabelecer, que, alem dos dois fidalgos colonisadores, ficáram morando em redôr da sua casa mais déz ou quinze homens do campo, necessarios ao desbastamento das mattas, ao plantio das touceiras de canna trazidas do reino e á construcção dos primeiros estabelecimentos.

Adoptado o mesmo ponto de vista com relação aos demais povoadores citados no Depoimento anterior, chegaremos á conclusão, de que, lógo apóz á chegada da Armada de Martim Affonso, naquelle anno de 1532, no logar onde surgiu a Villa de Santos, começou a existir, um nucleo de quarenta ou cincoenta homens, que, por força da razão, têm que ser considerados os fundadores da actual cidade; mas, como de todos elles só ficaram os nómes principaes, que são os apontados neste Inquérito, a esses déve ser conferida definitivamente a glória da fundação, concretisada dois annos depois com o apparecimento dos primeiros fructos da terra e a construcção dos primeiros trapiches com pontes, necessarios ao escoamento dos productos.

Vê-se aqui, a razão das palavras de José Bonifacio e Martim Francisco, accusando a fundação de Santos como povoado, em 1534.

Quanto ao sobrenóme GENOVEZ que Frei Gaspar e todos os outros que têm tratado das primeiras sesmarias, accrescentam a Paschoal Fernandes, refére-se a José Adorno chamado — o GENOVEZ — por sua origem, companheiro de Paschoal Fernandes e Domingos Pires na primeira exploração do logar, como é facil suppôr.

Ainda hoje, quando alguem monta um Engenho, e ésta foi sempre a organisação dos Engenhos, estabeléce trato com os visinhos para a moagem da sua producção, ficando o proprietario do Engenho com uma porcentagem do assucar ou do alcool obtidos, que varia e variou sempre entre 40 e 50 por cento.

Sabendo-se que José Adorno fundou junto ás terras de Paschoal Fernandes o grande Engenho de São João, fácil é admittir a referida sociedade, a exemplo, aliás, do que fez em 1534 o proprio Martim Affonso com João Veniste, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves, determinando que as cannas necessarias á alimentação do Engenho situado na actual região de Matadouro, fossem fornecidas pelas róças de Ruy Pinto, que ficavam para os lados do Cubatão.

Paschoal Fernandes, como se vê em varias sesmarias e papéis da época, sempre teve apenas estes dois nómes, e José Adorno, personagem principal da colonisação, ficou confundido desta forma dentro do proprio nóme do companheiro, e pela simples razão de o chamarem sempre pela determinação de origem — O GENOVEZ, como acontecera annos antes com o "bacharel" de quem já tratámos, chamado pelo titulo.

DEPOIMENTO N.º 22

(ROCHA POMBO — "Historia do Brasil" — Vol. III — Pags. 158, 159, e 160 — Cap. VI e VII).

"Coubéra a Paschoal Fernandes e Domingos Pires uma sesmaria junto de um pequeno rio de igual nóme (São Jeronymo). ESTES DOIS COLONOS DES DOS PRIMEIROS TEMPOS tinham-se associado e construido uma casa "defronte do largo onde o tal rio(o canal a que, na carta de sesmaria de Pero de Góes Martim Affonso chama Rio de S. Vicente) se divide em dois braços, um para o Nordeste que forma a barra da Bertióga, e outro para o sul que faz a barra grande de Santos". .

. .

Para evitar a longa viagem de canôa (pois tinha de fazer o contorno da peninsula que fórma a ilha a sués-

sente ao acto da escriptura daquelle dia lavrada em Lisbôa, de onde só voltou em 1540; e, se elle a fundou sómente em 1540 ou depois desse anno, nesse caso tambem não seria elle o seu iniciador, porquê tal direito pertenceria áquelles que no logar da cidade construiram as primeiras casas e que "des dos primeiros tempos" haviam-se localisado nelle, iniciando o futuro povoado, como já vimos.

Entretanto, salvando Braz Cubas de taes interpretações, nós affirmamos que nada disso se confórma com a verdade, e que, de facto elle Cubas foi um dos principaes fundadores da cidade, porquê occupou as terras do Monte Serrate em 1532 junto com os outros companheiros citados no commentário do Depoimento 20, e realizou como elles os primeiros desbastamentos e as primeiras construcções cabendo-lhe como lhe coube applicar ao logar as instrucções de seu amo e patrão Martim Affonso.

Precisamos, aliás, ser coherentes em todas as nossas apreciações e julgamentos. Desde que consideramos São Paulo como fundada em 1554, anno em que os jesuitas construiram em seu local, um misero rancho para collégio e outros para moradia, sómente; porquê não considerarmos Santos fundada de 1532 a 1534, época em que, em seu local se estabeleceram varios nóbres portuguezes com mais de cincoenta ou sessenta aggregados, alli construindo várias casas para seu abrigo e de sua gente, alli installando lavouras, trapiches, Engenhos, e cousas, materialmente fallando, mais importantes e mais definitivas do que o póbre collégiosinho de Nóbrega, Anchieta e Manoel de Paiva?

O argumento, acreditamos, é bem convincente, e a documentação em tal sentido é fárta. Nada mais justifica a continuação do erro, a não ser a vontade consciente de estar errado.

DEPOIMENTO N.º 23

(Autos de demarcação e testemunho — XX 1581 — Archivo do Convento do Carmo da Villa de Santos — Masso 15 N.º 13). Frei Gaspar.

"O PRIMEIRO HOMEM QUE POVOOU EM A VILLA DE SANTOS, FOI PASCOAL FERNANDES, E O SENHOR BRAZ CUBAS, D'AHI SE FEZ A VILLA DE SANTOS...."

COMMENTARIO:

Este depoimento é de Diogo Dias, segunda testemunha das que juraram a primitiva situação do caminho de Santos para São Vicente, nos autos de demarcação de terras de Braz Cubas daquelle anno de 1581; e, por elle se vê o conhecimento firme em que estava Diogo Dias, de ter sido Paschoal Fernandes o primeiro povoador de Santos. Vê-se naquelle periodo que Braz Cubas entrou á ultima hóra no depoimento que, ao que paréce, ia contemplar apenas a Paschoal Fernandes.

Em todo caso, de qualquér fórma, lá está elle no testemunho valioso de 1581, feito por quem, ao que se deprehende, desde os primeiros tempos lá estivéra tambem, assistindo o surgir do primitivo povoado; e, ainda aqui, vemol-o como elemento de fundação em 1532/34, a par do tão citado Paschoal Fernandes.

Documentos como estes e outros citados nesta óbra, é que devem servir de base para uma commemoração histórica official, e não a parolagem phantasiósa de quantos interpretaram a propria História a seu talante.

Confunde-se em geral a fundação do povoado santista com o seu desenvolvimento e sua erecção em villa quando são cousas perfeitamente distinctas, em tres phases perfeitamente determinadas: *a origem*, que não é outra cousa senão o povoamento em 1532, consequencia do antigo PORTO DE SÃO VICENTE situado ao extremo do estuário; *a formação* que não é sinão o aspecto apresentado pelo povoamento em 1534, e dahi por diante consequencia de agglomeração e progresso effectuados sobre o local; e o *desenvolvimento* de 1541 em diante consequencia das primeiras vendas de terras, construcção das primeiras casas de aluguel, transferencia e chegada de nóvos povoadores, mudança do fundeadouro official da Ponta da Praia para junto do povoado, construcção da primeira igreja, installação do primeiro hospital e finalmente a elevação a Villa.

Os melhóres serviços de Braz Cubas foram prestados a Santos exactamente nésta ultima phase — a do desenvolvimento; nem podia ser de outra fórma, visto que, ao chegar a São Vicente em 1532 elle teria apenas vinte e quatro annos, idade imprópria para alguem poder assumir a paternidade de um grande commettimento, sabendo-se mesmo, que a sua acção destes primeiros annos foi toda dicta-

tário do depoimento N.° 20: que Braz Cubas povoou as terras do Monte Serrate e adjacencias no anno de 1532, lógo após a chegada da Armada de Martim Affonso, e dahi é que lhe vem exactamente o direito de fundadôr. Nem se comprehenderia, que o Tabellião de Santos fosse declarar que Braz Cubas povoára o local da villa "quando tudo ainda éra matto", se não acceitasse o anno de 1532 para esse facto, visto que de outra fórma, e desde que se sabe que Paschoal Fernandes, Domingos Pires, Mestre Bartholomeu, Luiz de Góes, José e Francisco Adorno para alli foram naquelle anno, a estes então caberia a exclusividade das glórias da fundação, e o local santista não seria "tudo matto" quando Braz Cubas para alli viésse!!

Bem lido e interpretado, portanto, este trecho da referida escriptura, vê-se que Braz Cubas foi um dos fundadores de Santos e não em 1536 ou 1540, ou o que ainda é peiór, em 1543, como dizem os que não se cingiram á logica e aos documentos.

O desconhecimento de muitos autôres, dos termos da Escriptura de 25 de Setembro de 1536, como do Auto de Posse de 10 de Agosto de 1540, tem feito com que quasi todos se confundam neste ponto.

Ignóra-se em geral, que as primeiras terras possuidas por Braz Cubas, foram as do Monte Serrate, em 1532, (Machado d'Oliveira é um dos unicos historiadores que cita esta circumstancia, referindo-se á respectiva escriptura) de onde lhe vem o titulo de fundadôr com os poucos companheiros já citados neste Inquérito, e, por isso, julgando-se que as suas primeiras terras tenham sido as de Jurubatuba e Ilha Barnabé actual, tóma-se dahi a sua actividade fundadora, declarando uns a fundação na data da respectiva escriptura (25 de Setembro de 1536) e outros em datas posteriores, como 1540 e 1543, ainda mais absurdas.

Sabendo-se pelo Auto de Posse de 10 de Agosto de 1540, que desde 1535 mais ou menos, até o referido anno de 1540, esteve Braz Cubas residindo em Portugal, vê-se desde lógo, que elle não poderia ser fundador do povoado santista entre aquelle periodo de tempo. (Entre os que adoptaram 25 de Setembro de 1536 como data da fundação santista, citaremos: João Mendes de Almeida, em "Algumas Notas Genealógicas — pag. 94 — Albert Bonnaure, em "Le livre d'or de L'Etat de S. Paulo" — Pag. 229 — Henrique Porchat, na "Chronologia do Diario de Santos" — 1902-IIa. parte — Pag. 7 — e Mario da Veiga Cabral, em suas óbras officialisadas:

"CURSO DE GEOGRAPHIA GERAL" — IIa. edição — Pag. 238 e "COMPENDIO DE CHOROGRAPHIA DO BRASIL" — IIIa. edição — 1933 — Capitulo Est. de S. Paulo, alem de outros que seria longo enumerar). Erraram estes, como se vê, mas não erraram menos os que crearam a lenda de 1540 ou 1543 para data da fundação por Braz Cubas, sabido como já demonstramos, que, não só elle mesmo Braz Cubas como Paschoal Fernandes, Domingos Pires, méstre Bartholomeu Gonçalves, Luiz de Góes, José Adorno e Francisco Adorno, desde 1532, possuiam casas, roças, estabelecimentos, trapiches e rancharia nas terras que ficavam entre o Monte Serrate e Morro de São Bento e o estuario santista, onde se fez a cidade, devendo por isso mesmo, ser contada a fundação dalli até 1534, e não de outra altura.

Esta será a verdadeira commemoração histórica da fundação da cidade de Santos; o mais, que se resmunga por ahi, não passa de interpretação "ad-libitum", perfeitamente desprezivel.

Não será inutil tambem lembrar aqui, o regimento dado pelo Rei D. João a Martim Affonso, no qual estabelecia o mesmo rei, que, AS TERRAS DO BRASIL DEVERIAM SER DISTRIBUIDAS "CONFORME OS MERECIMENTOS" dos colonisadores. Exactamente, por obediencia a esta determinação régia, foi que Martim Affonso distribuiu as maióres porções de terra entre os fidalgos de mais fôro trazidos em sua Armada, como aconteceu com Pero de Góes, com Ruy e Francisco Pinto, com José Adorno, Luiz de Góes, Pascoal Fernandes, ou aos homens de mais serviços á Corôa, como aconteceu com Henrique Montes, Mestre Bartholomeu Gonçalves e outros.

De accordo com a mesma determinação régia, bem se vê que a Braz Cubas, moço de vinte e quatro annos, mal iniciado na vida, e ainda sem fôro de fidalguia, que só obteve em 1551, apenas pequeno quinhão devia caber, na distribuição dos favores, não sendo possivel, de forma alguma, que, em detrimento aos méritos de guerreiros consummados como Pero de Góes, Ruy e Francisco Pinto, Pascoal Fernandes, Luiz de Góes, e fidalgos de alta linha como os Adornos, tivesse Braz Cubas papel e logar identicos, na obra da colonisação em inicio. Por isso mesmo, coubéra-lhe naquelle mesmo anno da chegada, o pequeno chão para trato representado pelas terras do actual Monte Serrate, vindo-lhe dessa coincidencia ou localisação accidental, o direito de fundadôr do povoado surgido junto á sua propriedade, ao qual

elle se dedicou inteiramente a contar de 1540, data da sua volta de Portugal, depois de uma ausencia de cinco annos, e que hoje é a cidade de Santos.

Com respeito á Braz Cubas, houve sempre uma grande confusão, pelo facto da importancia assumida por elle depois dos trinta annos, e pelo facto de ter sido o creador da VILLA de Santos (como categoria, visto que foi elle, quem, em 1546, na qualidade de Capitão Mór, elevou-a de povoação a VILLA) o que creou na phrase popular dos séculos, a expressão: Braz Cubas — fundador da Villa de Santos — alterada a sua verdadeira significação.

Braz Cubas foi portanto, um dos fundadores occasionaes da povoação de Enguaguassú — depois Porto de São Vicente — mais tarde Villa do Porto de Santos — e depois ainda — SANTOS sómente, mas por sua acção agricola desenvolvida no mesmo anno da chegada da Armada de Mrtim Affonso, e não pelos actos posteriores praticados em favor do povoado surgido da congregação dos agricultores portuguezes.

DEPOIMENTO N.º 25

(Archivo da Camara de S. Vicente-Livro que serviu de Registro pelos annos de 1616 — Fl. 5 — Carta de 14 de Junho de 1621 ao Conde de Monsanto por occasião da questão sobre a propriedade da Capitania de São Vicente com a Condessa de Vimieiro).

"...

e nesta terra ha uma Villa, que está na bocca da barra desta Capitania, que he a de S. Vicente, que dizem foi povoada por Martim Affonso de Souza, e, como foi a primeira, ficou com o titulo de Cabeça das mais, e della huma legoa pela bocca da barra acima ESTÁ A VILLA DE SANTOS EM DISTANCIA DE LEGOA E MEIA POR TERRA: ESTA DIZEM POVOÁRA BRAZ CUBAS EM NOME DE MARTIM AFFONSO..........

...

Desta Capitania Camara e Villa de S. Vicente. Hoje 14 de Junho de 1621 annos. DIOGO VIEIRA TINOCO, LOURENÇO GALAM, ANTONIO DE SOUZA, ANTONIO VAZ, MANOEL LOPES".

COMMENTARIO:

Este Termo dos vereadores vicentinos de 1621 móstra claramente, que a fundação de Santos, vem do povoamento effectuado por Braz Cubas e outros no anno de 1532, em nóme e por ordem de Martim Affonso de Souza, que foi quem lhes destribuiu as terras, e não de oito ou déz annos depois, quando o povoamento já estava feito em grandes proporções.

Como se vê, já naquelle anno de 1621, nada affirmavam categóricamente os vereadores vicentinos e sim sob a resalva do classico DIZEM, e, tanto no caso de S. Vicente como no caso de Santos, não fallam em fundação e sim em povoamento, o que é muito importante, se pensarmos, de accordo com a documentação deste Inquérito, que de facto nem São Vicente foi fundada em 1532 por já existir de vélho o povoado, nem Santos o foi tambem naquelle anno, por falta da intenção, povoado o seu logar á principio por méra vantagem topographica, para só apresentar-se com aspectos de povoação dois annos depois.

Um raciocinio perfeito, realizado sobre este documento, e sob as luzes dos depoimentos anteriores, reconduzirá o julgadôr mais arraigado aos antigos erros, á trilha larga e clara da verdade. E' o que esperamos para rehabilitação da história paulista.

DEPOIMENTO N.° 26

(PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME — "Historia da Capitania de São Vicente" — Edição Taunay — Pags. 138 e 139).

"A Villa de Santos está em vinte e quatro gráos dentro da ilha da villa de São Vicente e é uma das mais nobres que há em todo o Brasil

..

Desta villa de Santos foi o seu primeiro provedor Braz Cubas, que acabou cavalleiro fidalgo, provedor da fazenda, capitão-mór governador e alcaide mór da Capitania de S. Vicente, por mercê do donatario Martim Affonso de Sousa, POR ORDEM DE QUEM FOI FUNDADA A DITA VILLA E COM TANTA NOBRESA, ETC....................................

COMMENTARIO:

Neste histórico da Villa de Santos, que existe em manuscripto original no archivo do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, onde o foi buscar o eminente historiador que é o Snr. Affonso de Escragnolle Taunay, diz o famoso Pedro Taques, (que viveu entre os annos de 1714 e 1777, passando quasi toda a sua vida em pesquisas históricas e genealógicas), que Santos foi fundada por ordem de Martim Affonso de Souza, exactamente como deixam entrever os vereadores vicentinos de 1621, no Depoimento anterior; não citando como seu fundador Braz Cubas, o que, aliás, pelo que já vimos, não seria justo, visto que Braz Cubas embóra sendo dos primeiros, não foi o unico todavia, devendo assim, caber a todos os primeiros povoadores o merecimento da fundação.

Durante o desenvolvimento santista é que a figura de Braz Cubas, como deixa transparecer Pedro Taques, tornou-se a grande figura ainda hoje venerada, começando por ser um dos fundadores do primeiro hospital do povoado e de todo o Brasil, até ser o autôr da sua elevação á categoria de Villa e occupar todos os cargos publicos principaes a contar de 1545.

DEPOIMENTO N.º 27

(Dr. THOMAZ D'ALVIM — "Album Official do IV Centenario da Fundação de São Vicente" — 1932 — Pags. 31 e 33).

"ELLE (BRAZ CUBAS) FUNDOU, É VERDADE, O PRIMEIRO HOSPITAL, LEVANTOU O FÓRTE, PROXIMO AO ANCORADOURO, AO LADO DA "CASA DO CONSELHO" ETC.... POREM OS VERDADEIROS FUNDADORES DO POVOADO, FORAM DOMINGOS PIRES, PASCHOAL FERNANDES, LUIZ DE GÓES E OUTROS. ESTES POVOADORES LUSITANOS, SIM, FORAM OS PRIMEIROS QUE VIÉRAM HABITAR ESTE LOCAL..."

COMMENTARIO:

O Dr. Thomaz d'Alvim é um distincto advogado português residente em Santos até 1935, figura proeminente da grande colonia amiga e irmã, muito estudioso das cousas históricas do Brasil e de Portugal.

Este trecho do seu bem intencionado trabalho, revéla a convicção que lhe ficou dos estudos feitos sobre o inicio santista e sérve para demonstrar que os homens de cultura e intelligencia que se appliquem, ainda que transitóriamente, ao exame de antigas óbras e documentos — relativos ao passado da cidade, com facilidade se convencem de que a verdade dos factos é bastante differente da que pretenderam officialisar.

O seu depoimento acompanha os muitos depoimentos constantes deste Inquérito, no tocante ao apparecimento do primeiro povoado santista, quando ainda simples "POVOADO DE ENGUAGUASSÚ" — "POVOAÇÃO DE SÃO VICENTE" e "PORTO DE SÃO VICENTE".

(UM PARENTHESIS)

Terminando aqui a documentação sobre a fundação e os fundadores de Santos, para entrarmos no histórico do desenvolvimento, abrimos um parenthesis para expôr a titulo de contribuição á verdade, dois elementos que reforçam o que já ficou dito sobre o primitivo povoado santista, contrariando as supposições absurdas da sua fundação em 1543, como até hoje commemóra a Municipalidade sem a menór razão e o mais elementar fundamento.

ELEMENTO N.º 1

(LUIZ GONZAGA DA SILVA LEME — "Genealogia Paulistana" — 1905 — Vol. VI — Titulo Cubas — Pagina 179. Transcripção de um manuscripto antigo de Pedro Taques).

"NO PRINCIPIO DA POVOAÇÃO DA VILLA DE SANTOS, QUE FUNDOU BRAZ CUBAS, ETC.;...... VEIO A ELLA PAULO DE PROENÇA, NATURAL DA COMARCA E BISPADO DA CIDADE DA GUARDA NA PROVINCIA DA BEIRA ALTA, EM 1540".

COMMENTARIO:

Este depoimento de Pedro Taques, endossado por Luiz Gonzaga da Silva Leme, indica que o grande genealogista paulistano do século XVIII, encontrou nos papeis de 1540,

a vinda de Paulo de Proença naquelle anno, á povoação que depois foi Santos. Isto móstra que ella já existia, embóra sem o nóme SANTOS.

ELEMENTO N.º 2

(Traslado da carta de Sesmaria passada em favor de Antonio Pinto, escrivão de orphãos e tabellião na Villa de Santos, em 1559, por Francisco de Moraes, Capitão-Mór e Ouvidor com alçada na Capitania de São Vicente.

Transcripção em Azevedo Marques — "Apontamentos Genealogicos Hist. e Geograph. da Provincia de S. Paulo — e J. J. Ribeiro — "Chronologia Paulista" — Vol. II — Pag. 449).

"FRANCISCO DE MORAES, Capitão e Ouvidôr com alçada nesta Capitania de S. Vicente, pelo Snr. Martim Affonso de Souza, Capitão e Governador della, por El Rei-Nosso Senhor, e do seu Conselho, etc.......... Faço saber a quantos esta minha carta de data de terras de sesmaria virem e fôr mostrada, e o conhecimento della com direito pertencer, em como por ANTONIO PINTO, ESCRIVÃO DE ORPHÃOS E TABELLIÃO NESTA VILLA DE SANTOS, E NELLA MORADÔR DE VINTE ANNOS A ESTA PARTE COM MULHÉR E FILHOS, ME ENVIOU A DIZER POR SUA PETIÇÃO, ETC. ..

..

Dada nesta villa de Santos, sob meu signal e sellada com o sello das armas do dito Snr. Governadôr, que nesta Capitania manda servir. HOJE 22 DE SETEMBRO. — ANTONIO RODRIGUES DE ALMEIDA, Escrivão do meu cargo e chanceller em toda esta Capitania, pelo Dito Senhor a fez. ANNO DE 1559 DO NASCIMENTO DE NOSSO SENHOR JESUS CHRISTO — FRANCISCO DE MORAES".

COMMENTARIO:

Não se póde negar o grande valor testemunhal deste documento para a reconstituição da verdade inicial santista, lavrado como foi por dois Capitães-Móres e cavalleiros-

fidalgos em favor de um escrivão de orphãos e tabellião de Santos naquelle anno de 1559, que declarava SER MORADÔR DA MESMA VILLA DESDE O ANNO DE 1539, SEM DIZÊR COMTUDO QUE O ÉRA DESDE A SUA FUNDAÇÃO, O QUE REVÉLA INDISCUTIVELMENTE, QUE ELLE CONSIDERAVA O ANTIGO POVOADO FUNDADO MUITO ANTES DA DATA EM QUE PARA ELLE VIÉRA.

Da data da referida escriptura vinte annos para tráz, encontraremos de facto o anno de 1539, e, assim, ainda pela força dos documentos, que é a unica que nos déve guiar em matéria histórica, vemos o quanto de divérso contem tudo quanto se tem dito em desaccordo com o que nelle está, evidenciando-se ainda mais o valôr do depoimento de José Bonifacio de Andrada e Silva, o grande santista que tão bem determinou a data da formação de sua terra.

Éra o que tinhamos a intercallar.

O desenvolvimento.

DEPOIMENTO N.° 28

(FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS — "Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente" — III.ª Edição — Pags. 205, 206, 207, 208, e 209).

"Junto a esse outeiro (de Santa Catharina) edificou Luiz de Góes, Fidalgo da Casa Real, com sua mulhér D. Catharina de Andrade e Aguillar, uma capellinha onde collocarão a imagem de Santa Catharina, que mandarão fazer.

Caminhou com passos largos a nova Povoação por nella fazerem casas todos os moradores do Rio da Bertióga; os da Terra firme mais chegada a Enguaguaçú: muitos da Ilha de Santo Amaro; e varios da outra de S. Vicente, cujas fazendas estavão mais proximas á povoação do que á Villa. Já mostrei, que os navios até esse tempo davão fundo no lugar onde o Rio de Santo Amaro desembóca no canal da Barra Grande. Este surgidouro era inconveniente, assim aos marinheiros, como aos donos das Fazendas; aos primeiros, por lhes ser necessario residir em porto solitario emquanto as embarcações aqui se demoravão; e aos segundos, por-

que conduzião para a Villa as suas cargas mais pesadas, ou pela Barra de S. Vicente com muito perigo em canôas, ou por dentro, rodeando toda a ilha com viagem mais dilatada.

Para que estas fossem mais bréves, e a gente da tripulação não assistisse em lugar desérto, ... lógo os navegantes desampararão o antigo surgidouro, e vierão dar fundo mais ácima defronte da dita povoação. Como pois junto a ella ancoravão os navios que vinhão para S. Vicente, e alli descarregavão; e o mesmo fazião os moradores da Ilha de Santo Amaro, Bertióga e Terra Firme, que das suas roças vinhão para a Villa em canôas, e não querião ir embarcados até S. Vicente, os quaes saltavão em terra na povoação, e dalli caminhavão para S. Vicente pela estrada que Pascoal Fernandes e Domingos Pires tinhão abérto; por este modo derão o nome de Porto á dita Povoação, querendo dizer com esta palavra, que ella éra o Porto da Villa de São Vicente..."

COMMENTARIO:

Este depoimento de Frei Gaspar descréve o movimento operado no primitivo povoado santista por occasião da vólta de Braz Cubas do Reino, em 1540.

Luiz de Góes fundára uma capellinha nas terras de sua propriedade, no outeiro de Santa Catharina, afim de servir provisóriamente o espirito religioso da gente local, a exemplo do que fizéra Pero de Góes, seu irmão, nas terras fronteiras, do Engenho da Madre de Deus; e Braz Cubas, que acabára de chegar de Portugal, naturalmente com ordens da procuradora de Martim Affonso (visto que Martim Affonso se achava na India) ao mesmo tempo que tomava pósse das nóvas terras de Jurubatuba e Ilha Barnabé actual, que obtivéra por escriptura de 25 de Setembro de 1536, operou a mudança do antigo PORTO DE SÃO VICENTE, lá da Ponta da Praia onde elle ficava, para o lagamar de Enguaguassú, fronteiro ás suas terras e ao povoado formado naquelle ponto da ilha de São Vicente.

Esse foi o segundo PORTO DE SÃO VICENTE, nóme que de 1541 em diante tomou o referido povoado fundado entre 1532 e 1534, por elle Braz Cubas, Paschoal Fernandes,

Domingos Pires, Mestre Bartholomeu Gonçalves, Luiz de Góes, José e Francisco Adorno, primeiros povoadores do logar e cultivadores das suas terras.

Vê-se ainda aqui, a referencia ao vélho PORTO DE SÃO VICENTE, onde chegára em 1532 a Armada de Martim Affonso, cuja transferencia para o local do povoado, sob autorisação da procuradora do Donatário, deu novo alento á povoação, dando-lhe mais caracter e possibilidades e até o proprio nóme que mantinha havia cerca de trinta annos.

O novo PORTO DE SÃO VICENTE, com a nóva phase de expansão, procurado por todos, que nelle viam a próxima independencia da Villa distante, contra-mão e a pouco e pouco cada vez mais desnecessaria aos seus interesses, dentro de mais algum tempo recebeu o concurso imprevisto da gente de São Vicente, que, alarmada pelo maremóto havido na Villa em 1541/1542, ao final do governo do Capitão-Mór Antonio de Oliveira, em grande parte procurou estabelecer-se em suas terras, melhóres e mais abrigadas.

É então que Braz Cubas com outros concébe a idéa de dotar o povoado com um hospital que attendesse á população em constante augmento. Esse hospital feito com os recursos de toda a gente do Porto, como se sábe, recebeu a invocação de Todos os Santos, á semelhança do que havia em Lisbôa, nóme que acabou por passar ao povoado tornado Villa em 1546.

DEPOIMENTO N.º 29

(ROCHA POMBO — "Historia do Brasil" — Vol. III — Pags. 159 e 160) — Cap. VI e VII).

"Uma circumstancia tornou ainda decisiva a preferencia que se deu á nova povoação: "os navegantes abandonaram logo o antigo surgidouro e foram dar fundo mais acima defronte da mesma".

Com a mudança dos armazens, e com a affluencia de toda a população para o PORTO, começou a decahir a villa de S. Vicente, onde ficaram apenas as autoridades e algumas familias mais abastadas.

Braz Cubas continuou resoluto a sua óbra, á frente daquelle nucleo, reencorajado pela sua coragem e que o amparava efficazmente em todas as iniciativas. Emprehende elle então fundar uma Casa de Misericórdia e contando com o enthusiasmo dos habitantes, dentro

em pouco viu coroados os seus esforços inaugurando-se aquelle pio estabelecimento em 1543 durante o governo do loco-tenente Aguiar de Altero. Tendo-se constituido a Irmandade para administração do Hospital a que se deu o nóme de Santos erigiu-se ao lado uma Igreja da Misericordia. Braz Cubas conseguiu ainda comprar a Pascoal Fernandes mais um prazo de terras com que se ampliou a área da povoação, á qual se foi chamando Porto de Santos, do nóme daquelle hospital".

COMMENTARIO:

Vemos aqui, a confirmação feita por Rocha Pombo, de quanto dissémos no commentário ao Depoimento anterior.

Por este depoimento vê-se claramente que o povoado do PORTO — PORTO DE SÃO VICENTE — ou POVOADO DE ENGUAGUASSÚ como ainda chegaram a chamal-o devido á sua proximidade á bahia interior daquelle nóme, éra bastante anterior á creação do hospital.

Nem podia deixar de ser assim, visto que não se iria construir um hospital sem população local que o justificasse, como não se iria principiar um povoado com uma casa de doentes!

O primeiro periodo deste depoimento do eminente Rocha Pombo, revéla exactamente, que uma circumstancia decisiva para o progresso da "nóva povoação" foi a transferencia do antigo fundeadouro, da Ponta da Praia para a bahia interior fronteira ao rio da Bertióga, querendo dizer com isso, QUE ELLA JÁ EXISTIA, E QUE DAHI PARA DIANTE É QUE TOMOU NOVO IMPULSO, tal qual como temos affirmado.

Com a mudança dos armazens que havia no Porto official do extremo da ilha. e com a affluencia de parte da população de São Vicente, como dos sitios visinhos a Enguaguassú, começou a tomar vulto a povoação, como elle diz, até ser elevada á categoria de Villa em 1546 e tomar a chefia real da Capitania, officialmente em poder de São Vicente.

Késta altura é que de facto, enthusiasmado pela marcha do povoado. Braz Cubas comprou a Paschoal Fernandes uma parte das suas terras que coincidiam com o centro do núcleo a desenvolver, para vendel-as aos pedaços aos que nellas quizéssem construir. Só em 1546, e não antes desse anno, comprou Braz Cubas ao referido Pascoal Fernandes,

terras dentro do povoado santista, errando os que affirmaram que elle comprára de Fernandes, em 1542 ou 1543, o chão em que fez o Hospital com Igreja, da Misericordia, chão esse, que, nem mesmo pertencia a Pascoal Fernandes e sim a Luiz de Góes, dono das terras do outeiro de Santa Catharina e adjacencias.

E' nesta phase do desenvolvimento que apparéce a contribuição maiór e decisiva de Ruy Pinto, Francisco Pinto, Pero de Góes, Gonçalo Affonso, Antonio Rodrigues de Almeida e Jorge Ferreira, todos fidalgos, estabelecidos nas visinhanças e que accorreram a construir no povoado e a melhorar o Porto commum, secundando o trabalho já realizado pelos colonisadores locaes, Paschoal Fernandes, Domingos Pires, Braz Cubas, Luiz de Góes, José e Francisco Adorno e Méstre Bartholomeu."

Estes dois ultimos depoimentos completam os fins deste Inquérito, como remates de quantos fazem parte delle.

Aqui fica toda a história verdadeira da cidade de Santos em suas raizes e primeiros tempos.

Poderiamos adduzir ainda para maiór effeito, as palavras de outros autôres sobre a phase do desenvolvimento do antigo povoado, mas, consideramos isso desnecessario, porquê todos, em geral, se limitaram a seguir o que escreveu Frei Gaspar; entretanto no capitulo seguinte, faremos ainda cértos commentários considerados necessarios ao compléto conhecimento da história santista inicial.

Os fundadores de Santos

Como ficou demonstrado neste Inquérito, foram fundadores ou melhór iniciadores de Santos os seguintes homens da Armada colonisadora de 3 de Dezembro de 1530:

1 — Martim Affonso de Souza (Com mais propriedade co-fundador).
2 — Paschoal Fernandes
3 — Domingos Pires
4 — Braz Cubas
5 — Luiz de Góes
6 — José Adorno
7 — Francisco Adorno
8 — Méstre Bartholomeu Fernandes

MARTIM AFFONSO DE SOUZA — Senhor de Alcoentre e Tagarro, alcaide-mór do Rio-Maior, fidalgo da Casa Real, do Conselho D'El-Rei, Governador das Terras do Brasil e mais tarde das Indias.

Martim Affonso veio commandando a Armada portugueza sahida de Lisbôa a 3 de Dezembro de 1530, e, chegando ao antigo PORTO DE SÃO VICENTE no actual estuário santista, procedeu ao desembarque da sua gente alli, distribuindo immediatamente as terras da região de Santos, na ilha e fóra della, entre os elementos que trazia e o desejáram, de accordo com a Carta de D. João, passada na Villa do Crasto a 20 de Novembro de 1530. Vem dahi a formação da Villa de Santos.

Apóz haver fixado sua gente na parte oriental da ilha e da região, passou Martim Affonso para o outro lado, creando no logar do antigo povoado de SÃO VICENTE, a Villa do mesmo nóme, para cujo fim erigiu Casa de Conselho, Cadeia, Igreja e Pelourinho.

Martim Affonso desde a sua chegada previra o futuro da parte oriental e sua attenção propendeu sempre para aquella região da colonia, terminando por realizar uma sociedade industrial com João Veniste e outros, logo apóz sua volta a Portugal, para fundação do Engenho do Governadôr (mais tarde São Jorge dos Erasmos) nas actuaes terras de Matadouro, para onde se ia como se vae ainda agóra, costeando os morros de Santos; e isso por falta de local mais chegado a São Jeronymo, pela distribuição que fizéra de todas as terras daquella parte da ilha entre os seus colonisadores. Partindo para Portugal em Maio de 1533, deixou elle em Enguaguassú, como feitor do nucleo agricola daquella parte oriental da ilha de S. Vicente, Braz Cubas, "seu creado" ou escudeiro, como se vê na escriptura de 25 de Setembro de 1536, para prover o seu progresso e a arrecadação dos impostos e dizimos da região, facto este que foi como uma continuação da sua presença na futura villa de Santos, o que o autorisa como co-fundador, iniciador da cidade surgida no logar.

PASCOAL FERNANDES — Cavalleiro Fidalgo, Condestavel da Bertióga em 1557. Foi, no depoimento de 1581, citado neste Inquérito, o primeiro povoador de Santos, como descrévem ainda Frei Gaspar e Rocha Pombo, sesmeiro das terras onde hoje ficam a fonte de Itororó, a Praça Mauá, a Praça da Republica, a Praça Barão do Rio Branco, com-

prehendendo de Sul para Norte o espaço que vae da Rua Braz Cubas á Rua Frei Gaspar, e de Léste para Oéste, desde o porto até o Monte Serrate. Teve grande actuação na periodo mais grave das invasões tamoyas, proporcionando com a sua coragem a rehabilitação da marinha a contar de 1565 e o reaproveitamento das terras do litoral.

DOMINGOS PIRES — Sabe-se que éra tambem Cavalleiro Fidalgo, por ser irmão de Jorge Pires, cujo alvará de nobreza existia em São Paulo. Foi sócio de Paschoal Fernandes nos cannaviaes plantados nas terras ácima descriptas e um dos primeiros povoadores de Santos.

Em 1585 ainda existia Domingos Pires, como se vê da Escriptura de doação da antiga Casa do Conselho aos jesuitas, lavrada naquelle anno e transcripta por inteiro num dos capitulos desta óbra.

BRAZ CUBAS — Cavalleiro Fidalgo, como se vê da Carta confirmatória de Martim Affonso, passada em Alcoentre a 24 de Novembro de 1551, nascido em Janeiro de 1508. Foi com Pascoal Fernandes o primeiro povoador das terras de Santos, occupando o morro de São Jeronymo (actual Monte Serrate) e terras fronteiriças da banda de léste, pela escriptura ou Carta de Sesmaria lavrada por Pero Capico em Piratininga e assignada por Martim Affonso a 10 de Outubro de 1532.

A actuação de Braz Cubas na fundação de Santos sempre foi muito mal interpretada, como mal interpretada tem sido a sua propria personalidade, visto que até hoje sempre se fez por ignorar que elle não só não éra fidalgo entre 1532 e 1540, como ainda que éra creado ou escudeiro de Martim Affonso, circumstancia esta que deveria ligar-se fatalmente á sua futura actuação colonisadora no local santista.

Por occasião da chegada da Armada de Martim Affonso, teria elle completado apenas os 24 annos talvez, quér se ouça a vóz geral accusando sua morte em 1592 com 84 annos, quér se attendam os documentos dando-o ainda como vivo em 1597 e em 1599, nestes casos com 89 ou 91 annos, e, nestas condições não podia elle, está visto, com tão pouca idade visto que sahira de Lisbôa ainda com 22 annos, e como parte inferior de uma caravana colonisadora onde appareciam as grandes figuras experimentadas e mais avançadas em annos, merecimentos e fidalguia, de Luiz de Góes, Pero de Góes, Ruy Pinto, Pedro Collaço, Paschoal Fernandes,

Jorge Ferreira, além de José, Francisco e Paulo Adorno de alta gerarchia genoveza, não podia elle, dissémos, desempenhar um papel de decidido relevo na colonisação e muito menos assumir o patriarchado de uma fundação, em que aquellas circumstancias nobiliarchicas, physicas e sociaes deveriam ser cousas consideráveis e precipuas, de accordo com a propria ordenação de D. João III trazida por Martim Affonso.

Desde que fallamos em duvidas sobre o desapparecimento deste fundador, vamos citar aqui, num parenthesis, o que existe sobre este particular.

A lápide tumular de Braz Cubas, outróra existente na antiga Matriz de Santos, quebrada e inutilisada paréce que por occasião da demolição do vélho templo, no principio deste século, declarava como anno do seu fallecimento — 159Z — de onde veio a interpretação geral de — 1592 — visto que o algarismo mais semelhante á letra Z, éra indiscutivelmente o 2; entretanto, Pedro Taques que foi um dos maióres investigadores de archivos e papéis antigos, numa época em que elles ainda existiam, accusa a data de 1597, o mesmo fazendo em nossos dias o eminente Rocha Pombo. Por sua vez o Dr. Luiz Gonzaga da Silva Lemé (1) manuseou documentos, pelos quaes, Braz Cubas NO ANNO DE 1597, DÉRA POSSE E JURAMENTO A JOÃO DE ABREU, NOBRE CIDADÃO DA VILLA DE SANTOS, CASADO COM D. IZABEL DE PROENÇA VARELLA, da serventia do officio de Almoxarife das Capitanias de Santo Amaro e São Vicente.

Em seguida, Almeida Moraes, o venerando e estudioso antigo prefeito de Santos, em seu conhecido opusculo histórico sobre Braz Cubas (2), não sómente accusa aquelle depoimento de Luiz Gonzaga da Silva Leme, como ainda transcréve duas passagens de Mello Moraes, constantes da sua famósa obra, o "Brasil Histórico", de 1867-1868, pelas quaes, este fundador de Santos ainda vivia em 1599, dizendo com referencia a D. Francisco de Souza e baseado em manuscripto antigo, remontando ao anno de 1663:

(1) "Genealogia Paulistana" — Vol. 6.º — Pag. 180.

(2) "BRAZ CUBAS" (Subsidios para a biographia do Fundador de Santos) — 1907 — Pags. 43, 44 e 45.

"A 23 de Maio do dito anno (1599) sahiu de São Paulo a examinar as minas do sertão de Sorocaba e serra de Biraçoyaba, mandando primeiro presidir a Villa de Santos e providenciar a que não fosse invadida dos piratas que andavam na cósta, pelo Capitão Diogo Lopes de Castro, com os officiaes e soldados da sua companhia, ORDENANDO AO PROVEDOR DA FAZENDA, BRAZ CUBAS, MANDASSE ASSISTIR COM CARNE, PESCADO, AZEITE E FARINHA E TODO O MAIS NECESSARIO, emquanto elle passava a ver as minas de Biraçoyaba".

e mais a seguinte:

"Estando em Biraçoyaba, passou ordem, DATADA DE 2 DE AGOSTO DO MESMO ANNO DE 1599, AO MESMO PROVEDOR BRAZ CUBAS, para fazer cobrar 200$000 do fiador dos flamengos João Guimarães e Nicolau Guimarães, para as despezas que estavam fazendo com a gente do trabalho, com que se achava naquellas minas e com os soldados de infantaria que o acompanhavam."

Em face de taes elementos, perguntava Almeida Moraes, em 1907, se não seria licito affirmar que o fallecimento de Braz Cubas se verificára na segunda metade do anno de 1599.

De nossa parte sempre achamos que a lápide tumular do fundador não éra a primeira, ou a original, collocada lógo apóz seu desapparecimento, visto que a Matriz onde seus réstos se achavam, fôra inaugurada sómente em 1746, occasião em que elles foram trasladados para ali, e em que ella teria sido feita, representando pois aquelle Z da inscripção tumular (159Z) nada mais nada menos que a duvida em que estavam tambem os seus autores na occasião da sua feitura (1). Temos porem a impressão, de que D. Francisco de Souza, quizéra citar Pedro Cubas e citára Braz Cubas, nóme velho e mais conhecido, tratando-se assim, de um simples engano praticado naquella carta.

Fechemos o parenthesis aqui e prosigamos.

(1) O problema fica de pé como se vê; entretanto, a considerar-se a mórte de Braz Cubas depois de 1599, como se explicaria a nomeação de seu filho Pedro para Provedôr da Fazenda em 1595, desde que se sabe que Braz Cubas desempenhava esse cargo em caracter vitalicio?

Dada a pouca idade de Braz Cubas por occasião da chegada da Armada, em 1532, e, como está fóra de duvida que a formação do primeiro povoado santista operou-se nos dois primeiros annos da colonisação regular de Martim Affonso, o que elle podia, éra ser um dos fundadores da futura villa, como foi, pela simples precedencia, casual como a dos outros, na localisação das suas casas, dos seus cannaviaes e da sua gente, nas terras do actual Monte Serrate.

Dahi é que lhe vem, verdadeiramente, o titulo de fundador da cidade de hoje, ao lado de Paschoal Fernandes e dos demais citados neste Inquérito.

Confundiram sempre a sua actuação de fundadôr com a sua acção de propulsôr do povoado, e por isso é que vemos ainda agóra, tanta confusão a respeito de épocas e circumstancias. (Veja-se o Depoimento 24).

O papél preponderante de Braz Cubas na formação do nucleo santista, data de 1540, anno da sua vólta de Portugal, para onde viajára em 1535 ou 1536, quando ja mais maduro em idade começou elle a chefiar todas as iniciativas constructoras locaes, que ligariam seu nóme, definitivamente e de fórma especial, á historia da cidade.

Para tudo quanto se relacionou com Braz Cubas no primeiro povoado santista e depois na villa, muito concorreu cértamente, a amizade que o ligava a Martim Affonso de Souza, a quem serviu durante alguns annos, de onde adviéram os privilégios que elle usufruiu na Capitania, até ser feito Cavalleiro Fidalgo, que não éra por occasião da chegada, feitôr, alcaide, ouvidôr, Capitão-mór, thesoureiro e finalmente Provedôr da Fazenda Real na Villa de Santos.

Para quem se interésse pelo assumpto da fundação, é indispensavel a leitura attenta da referida escriptura de 25 de Setembro de 1536, como do respectivo Auto de Posse de 1540, que séguem transcriptos em appendice, ao final desta óbra, afim de melhór comprehender quanto expendemos a res-

Em tudo isto tambem póde haver uma versão possivelmente exacta, é a de que, Braz Cubas sentindo-se velho demais para o exercicio do cargo, passou-o a Pedro Cubas, seu filho, o qual exerceu-o sómente emquanto foi vivo seu pae, ou seja, até o anno de 1599, quando por mórte deste, devia ser nomeado o novo Provedor; só assim se explicam os documentos que dão Braz Cubas como vivo ainda no anno de 1599 e a Provedoria de seu filho de 1596 ao referido anno. Fóra disto, temos que acceitar a mórte do vélho colono-fidalgo como occorrida em 1592, pela tradição, por inducção da lapide tumular e pelo facto de ter Pedro Cubas assumido a Provedoria da Fazenda naquelle anno de 1595.

peito de Braz Cubas, de seu páe João Pires Cubas, e, consequentemente do povoado que precedeu a creação da villa de Santos.

As terras de Braz Cubas correspondiam ao Monte Serrate actual, incluindo a sellada que o liga ao morro do Fontana até á pedreira que alli existe, descendo os seus direitos divisórios pela Praça dos Andradas e ruas Vasconcellos Tavares, Visconde do Embaré, Visconde de S. Leopoldo, e uma parte do antigo Largo do Rosario, fechando-se de Sul para Nórte, entre as ruas Frei Gaspar e Gonçalves Dias e José Ricardo (uma em continuação á outra), mas sem chegar até o mar, principal motivo de suas ansiedades e da sua viagem a Portugal, para conseguir de D.ª Anna Pimentel as terras de Jurubatuba e Ilha Pequena, onde ficaria com bom porto próprio.

LUIZ DE GÓES — Fidalgo da Casa Real, homem da Grandeza de Portugal. Veio com Martim Affonso e fixou-se na ilha de S. Vicente, junto a Enguaguassú, na base do outeiro de Santa Catharina, nóme dado ao mesmo outeiro talvez, em homenagem á sua mulhér, D.ª Catharina de Andrade e Aguillar.

Emquanto elle se estabelecia naquelle logar, seu irmão, o não menos nóbre e famoso Pero de Góes, fundava o grande Engenho da Madre de Deus no actual sitio das Néves, visinho á serra de Jurubatuba. Mais tarde, ao retirar-se Pero de Góes para Portugal, de onde devia voltar pouco depois para tomar posse de uma das Capitanias do Nórte, que lhe coubéra, passou Luiz de Góes para o referido Engenho, administrando-o como irmão e como sócio, até entregal-o a seu irmão Gabriél de Góes quando achou opportuno.

Entre os annos de 1536 e 1540 ou com mais propriedade neste ultimo, Luiz de Góes e sua mulhér fundáram junto ao outeiro de Santa Catharina, a capella da mesma Santa, mandando fazer uma imagem que nella ficou até 1591, quando invadindo a villa os piratas de Cavendish, foi a mesma arremessada ao mar. Noventa annos depois, quando uns pescadores occupavam-se em deitar as rêdes próximo ao antigo fórte da villa, veio a referida imagem nas suas malhas, sendo então solemnemente recollocada na mesma capélla que a bondade do padre Alexandre de Gusmão, então reitôr do Collégio dos Jesuitas, reconstruira, e no mesmo estado em que fôra achada pelos pescadôres, cobérta de ostra e de

craca do mar. Frei Gaspar, em seu tempo, suppunha que a famósa imagem devia existir numa das igrejas de Santos, já limpa e disfarçada do antigo aspecto para não parecer a mesma; é possivel, porem, que a tenham levado para Portugal durante o século XVIII.

No anno de 1553 como se deprehende da escriptura de venda das suas casas da villa de Santos, Luiz de Góes tornou a Portugal com sua mulhér, deixando entretanto na referida villa, seu filho Scipião e seu irmão Gabriél, que ficáram na direcção do Engenho da Madre de Deus.

Na "História da Colonisação Portuguesa do Brasil" — Vol. III.° Pag. 238 e seguintes — Capitulo VI, encontrámos o seguinte, a respeito deste fundador: "Pela carta de Duarte Coelho a D. João III, de 27 de Abril de 1542, sabe-se que Luiz de Góes fôra em 1537 até á Capitania da Parahyba do Sul acompanhando o irmão e levando colonos seus de São Vicente, mas tornára logo ás suas terras e ao Engenho da Madre de Deus.

Voltando de Portugal com o irmão, ficou Luiz de Góes na Capitania delle, até cerca de 1546 quando a feitoria de Pero de Góes foi destruida pelos indios, tornando então ás suas terras de São Vicente, de onde, em 1548 escrevia ao Rei D. João III a carta de 12 de Maio.

Em 1554, no governo de D. Duarte da Costa, o rei escrevia ao Governador do Brasil, mandando ir presos em ferros para Portugal, Luiz de Góes e João Rodrigues Pessanha, "por cousas mal feitas". A esse tempo já Luiz de Góes estaria na Bahia, pois o delicto pelo qual o castigava tão sevéramente o Rei éra o da sua intromissão nas lutas entre o filho do Governador e o Bispo."

Estes elementos estão perfeitamente de accordo com a venda das casas de Luiz de Góes, em 1553, já citada, e resumem uma parte das agitadas actividades do eminente fidalgo fundadôr de Santos.

Nas terras occupadas por Luiz de Góes naquella época, ficam hoje as ruas: Constituição, Xaviér da Silveira, Visconde do Rio Branco, General Camara, do Rosario e Praça Télles, área limitada ao Sul pela rua Conselheiro Nébias e ao Nórte pela Rua Braz Cubas.

JOSÉ ADORNO — Fidalgo genovez "aparentado com a casa dos duques de Genova, apeados do poder pelos Doria" como cita Baptista Pereira (1) casado com D.ª Catharina Monteiro, de nobreza portugueza, filha de Christovam Monteiro. Veio com Martim Affonso e localisou-se junto ao actual Morro do Fontana á margem do rio de São Jeronymo ao mesmo tempo de Pascoal Pernandes e Domingos Pires, onde fundou para lógo o Engenho de São João, o segundo da Capitania. Seus irmãos Francisco e Paulo ficáram com elle no referido Engenho, mas, este ultimo, tendo commettido um crime de mórte, não se sabe em que circumstancias, retirou-se em 1533 segundo uns, numa embarcação costeira, ficando na Bahia, onde casou com uma filha de Diogo Alvares o famoso Caramurú, dando origem alli ás principaes e mais nóbres familias bahianas.

José Adorno tornou-se com o correr do tempo, o homem mais rico de São Vicente e Santos, com mais terras e mais escravaria.

Foi com sua mulhér, o fundadôr da Capella de Nossa Senhora da Graça, que ainda existia haverá trinta annos, assim como da de Santo Amaro na mesma ilha, tendo doado ésta ao povo dotando-a de uma pensão, e aquella aos Religiósos da Ordem do Carmo, no anno de 1589, com o mesmo favôr.

Os factos principais da vida de Adorno, verificaram-se em 1563 e 1565, naquelle anno acompanhando Nobrega e Anchieta a Ubatuba com suas canôas e bergantins, offerecendo á grande óbra da colonisação a sua vida, do quê resultou o célebre armisticio de Iperoyg, a paz entre Tamoyos e portugueses (2) e depois em 1563, quando Estácio de Sá procurava fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Ja-

(1) Constou-nos á ultima hóra, a existencia de uma genealogia impressa sobre os Adornos, que não chegamos a compulsar, e em que apparécem, este nóbre e seus irmãos, como de sangue genovês, mas naturaes da Madeira, o que é bem possivel mas merece, por emquanto, as nossas resérvas. O que sabemos de fonte segura é que elles residiam na Madeira e que eram grandes technicos na fabricação do assucar.

(2) A participação de José Adorno (e não seu irmão Francisco), na grande passagem histórica de Yperoig, ao lado dos veneraveis Nóbrega e Anchieta, está documentada pela carta de Anchieta ao Superior da Ordem — Diogo Laynes — escripta em 8 de Janeiro de 1565. (Notas 225 e 233 ás "Cartas-Informações — Fragmentos históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta S. J. — Alcantara Machado — (Publicações da Academia Brasileira. Cartas Jesuiticas — III — Rio, 1933 — Pags. 241/2).

neiro, sem poder comtudo vencer a resistencia dos francezes e tamoyos. alliados e senhores de toda a Guanabara.

Nesta ultima occasião, solicitado o seu concurso por Estácio de Sá, José Adorno reuniu num numeroso exército de santistas e vicentinos, indios e portuguezes, quasi armados á sua custa, e, entregando-os ao commando do feitôr do seu Engenho, o valente e famoso Eleodoro Eobano, fazendo-os acompanhar do padre Manoel da Nóbrega, Provincial jesuita, Anchieta e de Pedro Martins Namorado, juiz da Villa de Santos, seguiu com elles em bergantins e canôas de guerra para a Guanabara distante onde fez o triumpho de Estacio de Sá, expulsando os huguenótes e realizando por fim a fundação da actual Capital do Brasil, como se vê de uma das cartas de Anchieta, e em Simão de Vasconcellos na "Chronica da Companhia de Jesus" e na "Vida do Padre Anchieta".

Pedro Martins Namorado, que seguira com as forças de Adorno, foi como se sabe, o primeiro juiz de São Sebastião do Rio de Janeiro, a contar daquelle Janeiro de 1566.

José Adorno morreu com mais de cem annos, pelas alturas de 1605, visto que em 1603 ainda confirmou a doação da Capella da Graça aos Religiósos do Carmo, doada antes, a 24 de Abril de 1589, cuja primeira escriptura fôra queimada ou atirada ao mar pela gente de Cavendish em 1591. Elle foi o ultimo dos fundadores a desapparecer.

Diz Simão de Vasconcellos, que José Adorno morreu com signaes evidentes de predestinação, e Frei Gaspar repéte as suas palavras, contando que, por occasião da mórte do venerando fidalgo genovez "pedindo-se emprestada a certa Confraria a cera necessaria para o seu funeral com obrigação de se pagar a que se gastasse; pondo-a na balança depois de concluido o enterro e exequias, acharam com o mesmo peso que antes tinha, não obstante haver estado accesa muito tempo."

As terras occupadas por Adorno, correspondem hoje a uma parte das ruas Visconde do Embaré, São Bento, São Leopoldo, Vergueiro, do Commercio e Praça Marquez de Monte Alegre até o estuário, limitadas pelo antigo rio de São Jeronymo em sua margem esquerda ou de baixo.

FRANCISCO ADORNO — Fidalgo genovez, irmão do precedente. Veio tambem com Martim Affonso, installando-se com José Adorno junto ao actual Morro de São Bento, onde fundáram o Engenho de São João, para moer o producto dos cannaviaes visinhos. Esse Engenho de São João,

de propriedade de ambos, foi famoso ao seu tempo, delle partindo muitas iniciativas uteis ao povoado e á Capitania, por sua importancia industrial e pela generosidade dos seus ricos senhores. Parece que este Francisco Adorno se fez jesuita mais tarde, porquê nessa qualidade faz delle citação em uma de suas cartas ao Geral da Ordem, o padre Anchieta, em 8 de Janeiro de 1565. E' verdade que Anchieta declara que o jesuita Francisco Adorno éra sobrinho de José Adorno, motivo por quê, pensamos que se trate de outro Francisco, sobrinho deste tambem.

Esses dois nómes veneráveis da nobreza de Genova, que a colonisação portuguesa de Martim Affonso trouxe á região para garantia de seus primeiros progressos, não tivéram até hoje a merecida consagração.

MÉSTRE BARTHOLOMEU GONÇALVES — Este Méstre Bartholomeu foi um ferreiro trazido por Martim Affonso em sua Armada. E' bem facil calcular o preponderante papel desempenhado por elle no primeiro povoado santista, quando lhe cabia prover a colonia dos instrumentos necessarios ao amanho da terra, attender aos concertos requeridos, fabricar pequenas péças imprescindiveis aos engenhos, vagonetas, instumentos para o trato da terra e tudo quanto se possa presumir nesse particular. Dahi o acatamento que elle merecia de todos e as doações de terras que lhe fizéram por todo o tempo em que viveu na Capitania.

No auto de posse de 1540 sobre as terras de Braz Cubas, vemol-o como testemunha junto ao Capitão do povoado — Antonio de Lucena — e do Capitão-Mór de S. Vicente, Antonio de Oliveira, com o sobrenóme FERNANDES. Entretanto, apparéce elle em outros documentos como Bartholomeu Gonçalves e em outros ainda como Domingos Gonçalves. E' possivel, porem, que se tenha dado ahi um engano, e que esse Domingos Gonçalves não seja o mesmo Bartholomeu Gonçalves ou Fernandes de quem estamos tratando.

Veja-se o que diz sobre elle Frei Gaspar em suas "Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente" — Pag. 206:

"Este Mestre Bartholomeu, muito nomeado em Escripturas antigas, foi um ferreiro, que na sua companhia trouxe Martim Affonso, segundo consta de uma Sesmaria concedida por Braz Cubas em Santos, aos 26 de Janeiro de 1555, a qual se acha registrada no Cartorio da Provedoria da Fazenda Real de S. Paulo, Liv. de Reg. que tem por Tit. N. 1, Lv. 1, 1555 a fol. 9, e nella vem as palavras seguintes:

"Braz Cubas... Faço saber como per o Ferreiro morador nesta Capitania, me foi feita huma petiçam, a qual o traslado della he o seguinte: Senhor Capitam, diz o Mestre Bartholomeu Gonçalves em como ha 20 annos, pouco mais ou menos, que aqui o deixou o Senhor Martim Affonso de Souza em serviço d'El-Rei nosso Senhor, o qual eu servi de meu officio, e minha pessoa em o que me foi mandado pelos ditos Capitães, e Justiças, que o cargo tinham do Senhor Martim Affonso de Souza, assim ao povo de todalas couzas, que erão necessarias de meu officio, sem por isso pedir premio nenhum, por folgar de se a terra povoar e enobrecer, alem de dous annos que fui em soldo, que o dito Snr. me deixou, e tenho mulher e filhas..."

"O dito Mestre Bartholomeu, que na sua petição, e muitos titulos, se acha com o nome de Bartholomeu Gonçalves, primeiro se chamava Domingos Gonçalves, segundo declarou Gonçallo Gonçalves em uma Escriptura, da qual existe uma copia authentica no Archivo do Carmo da Villa de Santos, Mas, 22, n. 25, e tambem consta de outra Escriptura lavrada a 2 de Janeiro de 1580, na Villa de Santos, a qual ainda se conserva no fragmento de um livro do Cartorio onde actualmente escreve o Ajudante José Pedrozo Carneiro, Tabellião da Villa de Santos: eu alli copiei. Por se ignorarem estas noticias, não se percebem muitas escripturas cuja intelligencia é necessaria para os Ministros julgarem com acerto as Demandas que tem por objecto as terras do suburbio da Villa de Santos."

Como se deprehende destas palavras de Frei Gaspar e da petição feita por Mestre Bartholomeu a Braz Cubas, esteve o ferreiro a soldo durante o tempo que Martim Affonso permaneceu em São Vicente e foi por effeito do seu officio, pessôa importante na colonisação, fundada toda ella na exploração agricola-industrial da colonia.

As terras occupadas por Mestre Bartholomeu, correspondem hoje á região que váe da Rua de São Bento ou adjacencias, até proximo ao Quartel da Rua São Leopoldo, e do Morro de São Bento até junto aos antigos mangues do estuário.

CAPITULO VII

A formação da Villa de Santos á luz dos documentos

(Commentários finaes)

("Esta Villa foi fundada dois annos depois da de São Vicente, antiga Capital da Provincia e o primeiro estabelecimento de todo o Brasil"). José Bonifacio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada — "Viagem Mineralógica na Provincia de S. Paulo — 1820 — Pag. 1.ª).

Como demonstrámos em nosso mappa sobre o inicio da colonisação de S. Vicente, lógo apóz haver fundeado ao largo do antigo Porto de São Vicente, na altura da Ponta da Praia actual, Martim Affonso de Souza, sem cogitar de outra cousa que não fosse a construcção alli, de uma casa adequada á guarda das vélas e enxárcia dos seus navios e o inicio dos trabalhos do povoamento, procedeu immediatamente ao reconhecimento das regiões interiores do estuario santista, guiado por Henrique Montes que com elle viéra na qualidade de prático da terra e Provedor dos mantimentos, distribuindo então, e antes mesmo de qualquér outra providencia importante, as terras da futura Santos e circumjacencias entre os nóbres e demais companheiros que trazia, "de accordo com seus merecimentos" na forma prescripta pelo Rei. A darmos crédito a alguma cousa do que cita o "Diario da Navegação" de Pedro Lopes, estes foram os primeiros actos de Martim Affonso, praticados no actual scenario santista.

Vimos naquelle mappa, a situação escolhida por alguns dos homens da Armada, aquelles que, exactamente, pódem

ser considerados os fundadores e co-fundadores da cidade de hoje: Pascoal Fernandes e Domingos Pires na altura da fonte de Itororó, entre a enseada de Enguaguassú e aquella fonte; Luiz de Góes junto ao outeiro de Santa Catharina; Braz Cubas junto ao Monte Serrate (antigo São Jeronymo) na parte onde hoje fica a Santa Casa de Misericórdia; José, Francisco e Paulo Adorno na altura da antiga Igreja da Graça, e proximidades do actual morro de São Bento, onde José Adorno lógo depois fundou o grande Engenho de São João; Henrique Montes na ilha Barnabé actual e terras de Jurubatúba; Mestre Bartholomeu Gonçalves ou Fernandes junto ao morro de São Bento, alem do rio São Jeronymo; Pero de Góes no logar ainda hoje chamado "das Néves" onde fundou o grande Engenho da Madre de Deus com capélla da mesma invocação, fronteiro ao actual Vallongo de Santos, e Jorge Ferreira no Itapema, ao outro lado do estuário.

Como a documentação sobre os primeiros dias santistas é muito exigua e falha, vamos fazer um pequeno exame sobre a Escriptura de 25 de Setembro de 1536, passada em Lisbôa por D.ª Anna Pimentel, em favor de Braz Cubas, como sobre o Auto de posse das mesmas terras, lavrado em 1540 na Villa de São Vicente, aos dez dias do mez de Agosto, documentos que fazem verdadeiras revelações em pról da nossa história. (Estas escripturas séguem em appendice ao final desta óbra, transcriptas "ad-litteram").

A leitura attenta das referidas escripturas esclaréce uma grande parte da verdade da fundação do primeiro povoado santista, em confirmação ao que declarou a seu respeito o Secretario Perpétuo da Real Academia de Sciencias de Lisbôa, o sábio santista José Bonifacio de Andrada e Silva, opinião que tomamos para epigraphe deste Capitulo, tornando mais fáceis os raciocinios em torno de tão importante assumpto.

Vemos nellas, por exemplo, que as terras de Jurubatuba e Ilha Barnabé (antiga Pequena) pertenceram por doação de Martim Affonso de Souza e desde a sua chegada em 1532, a Henrique Montes, o prático da região, cuja vida já ficamos conhecendo no Capitulo IV, e que morrera assassinado pelos invasores de Iguape no anno de 1534 ou principios de 1535.

Vemos tambem, que, estando Braz Cubas em Lisbôa em 1536, lá obteve a doação das mesmas terras, em substituição a Henrique Montes, e que, não podendo ou não querendo voltar então, de lá enviou seu páe João Pires Cubas

afim de tomar posse dellas e cultival-as por elle, o que o mesmo não conseguiu por opposição do gentio, passando a cultivar as terras anteriores, do Monte Serrate, objecto da Escriptura de 10 de Outubro de 1532, tambem pertencentes a seu filho, e outras dentro da ilha de S. Vicente.

Uma circumstancia importante vem revelada nessa escriptura, aliás sempre despresada ou propositadamente esquecida pelos historiadores que conseguiram vel-a; é a condição social de Braz Cubas quando veio para o Brasil.

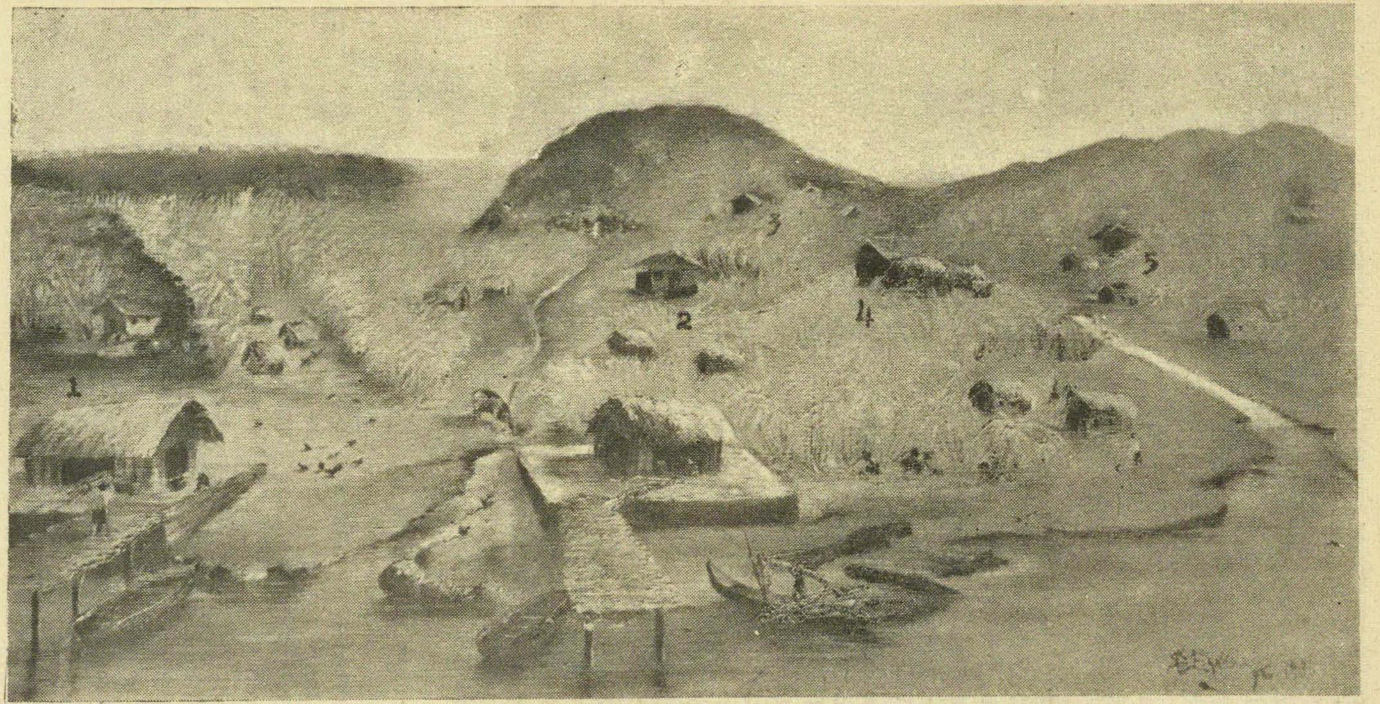
Diz essa escriptura que Braz Cubas éra "creado" de Martim Affonso ("Revista do Inst. Hist. e Geag. de S. Paulo" — Vol. VI — pag. 295) e isso vem demonstrar, que deixando-o como deixou nas terras da futura Santos, Martim Affonso já o fizéra com a idéa de incumbil-o de actos locáes em seu logar, desde que elle precisava voltar para o reino. Aliás os muitos serviços que D.ª Anna Pimentel declara na mesma escriptura "dever o casal ao seu creado Braz Cubas" (obra citada, pag. 295) éram em grande parte esses, prestados na creação da povoação de Enguaguassú e no provimento do seu progresso inicial. Por tudo isso, foi que os nossos primeiros chronistas e historiadores attribuiram exactamente a Martim Affonso, o apparecimento da villa de Santos. Voltemos porem ao nosso exame..

Vemos depois, no Auto de Posse de 1540, que Braz Cubas voltou do reino nesse mesmo anno de 1540, munido de um novo traslado da escriptura de 1536, igual ao que já trouxéra seu pae tres annos antes, trazendo meios e gente para effectuar a posse e cultivo das terras recem-obtidas, embóra contra a opposição do gentio de Jurubatúba.

Lemos então, que ao acto da posse das referidas terras, esteve presente RODRIGO DE LUCENA, FEITÔR DO SENHOR GOVERNADOR, a quem foram feitas perguntas pelo Capitão-Mór de São Vicente, Antonio de Oliveira, autoridade que presidia á mesma pósse.

Sabendo-se pois, que o Capitão-Mór de São Vicente, ou Feitôr da Capitania, como tambem o chamavam, éra o referido Antonio de Oliveira (que succedera a Gonçalo Monteiro em 1538) occórre-nos perguntar, muito naturalmente: Feitôr, Capitão de onde ou de quê logar, seria esse Rodrigo de Lucena?

Feitôr, neste caso, é bom que se saiba, significava Capitão ou Fiscal com poderes para administração e cobrança dos dizimos de algum logar e applicação da lei, como vemos



O POVOADO DE ENGUAGUASSÚ EM 1534, PRINCIPIO DA CIDADE DE SANTOS

Localisação dos seus fundadores directos

1 — Casa de Luiz Góes, na encosta do outeiro de Santa Catharina, e suas róças de canna. Na frente, junto ao estuário o trapiche de embarque e desembarque de mercadorias.
2 — Casas e róças de Pascoal Fernandes e Domingos Pires. Em baixo, junto ao estuário, outro trapiche de mercadorias.
3 — Casas e róças de Braz Cubas, na encosta do Morro de São Jeronymo, depois Morro de Braz Cubas e depois ainda Monte Serrate.
4 — Casa dos Adornos, José e Francisco, com Engenho ao alto, denominado "Engenho São João".
5 — Casas de Mestre Bartholomeu Ferreira ou Gonçalves ou ainda Fernandes, e suas róças.
(Reconstituição historica com reducção topographica)

na Escriptura de 1536, D.ª Anna Pimentel tratar a Gonçalo Monteiro, primeiro Capitão-Mór de São Vicente depois da vólta de Martim Affonso:

"... e por este mandou Gonçalo Monteiro, vigario e feitôr do dito Senhor Martim Affonso e assim quem seu cargo tivér, que lhe entréguem a dita terra....."

Que perguntas seriam aquellas, feitas pelo Capitão-Mór Antonio de Oliveira a Rodrigo de Lucena?

Ambas as interrogativas, diante da orientação fornecida pelas palavras de D.ª Anna Pimentel acima transcriptas, são faceis de responder, e nós o fazemos desta maneira: Rodrigo de Lucena éra Feitor do Senhor Governador no povoado chamado ainda de Enguaguassú por ficar á margem da enseada desse nóme, povoado que em 1541 tomou o nóme de PORTO DE SÃO VICENTE devido á transferencia do antigo fundeadouro da Ponta da Praia para a sua adjacencia, e que em 1543/44 começou a chamar-se PORTO DE SANTOS até ser villa do mesmo nóme, em cujo districto ficavam as terras objecto de doação a Braz Cubas. Justifica-se desta forma a sua presença perante o Capitão-Mór na qualidade de Feitôr.

Quanto ás perguntas a elle feitas pelo Governadôr Antonio de Oliveira, bem se vê, consequentemente, que giráram em torno da propriedade sob doação, sobre seus primitivos donos, seus limites, possiveis impedimentos, providencias necessarias para o afastamento do gentio inimigo, condicções fiscaes e outras particularidades que nos escapam.

Este Rodrigo de Lucena, por sua vez, seria o segundo feitôr do povoado de Enguaguassú, (Hans Staden, em 1550/1554, como se vê em sua conhecida óbra descriptiva, ainda chamava a villa de Santos de ENGUAGUASSÚ) (1) tendo sido seu primeiro feitôr o proprio Braz Cubas, por delegação directa de Martim Affonso ao se retirar para Portugal em 1533, e, as attribuições do cargo alli, éram, assistir o desenvolvimento do novo núcleo agricola daquella banda da ilha, exercer a fiscalisação sobre o trato dos Engenhos, vigiar o trafico dos escravos indigenas, e collectar as taxas devidas á Fazenda, em logar do Capitão-Mór, que, assistin-

(1) "Viagem ao Brasil" — Versão do Texto de Marpurgo, de 1557 — Edição de 1930 — Pag. 53.

do na Villa de São Vicente, ao outro lado da mesma ilha, não podia assistir ao mesmo tempo as duas bandas do estabelecimento português (1).

Por isso é que D.ª Anna Pimentel ainda na Escriptura de 25 de Setembro de 1536, diz:

"...a qual terra está na Povoação de São Vicente..."

determinação visivel do povoado que seria mais tarde a villa de Santos, porquê, ella, D.ª Anna, melhór do que ninguem e por ser então assistida por Braz Cubas, beneficiário do documento, sabia que lá éra o POVOADO de São Vicente e não a VILLA, como por isso tambem, foi que Antonio Rodrigues, Mestre Bartholomeu Ferreira e Rodrigo de Lucena, no Auto de Posse de Braz Cubas, declararam que a ilha Pequena (actual Barnabé) ficava "DE FRONTE DESTA ILHA DE S. VICENTE ONDE CHAMÃO EMGUAÇÚ", o que queria dizer: "DO PONTO POVOADO DA ILHA, CHAMADO ENGUAGUASSÚ".

Desta passagem documental, valeram-se alguns, para falsamente attribuirem á propria Ilha de S. Vicente o nóme — ENGUAGUASSÚ —, que, como se vê e como já dissémos em capitulo anterior, éra o nóme do logar onde teve inicio a villa de Santos, por ficar ao lado do lagamar desse nóme.

Não sabemos que argumentos poderão ser adduzidos contra ésta lógica firmada sobre documentos convergentes, mas, estamos a apostar em que os sophismadores hão de affirmar, que desta forma se referia D.ª Anna Pimentel á mesma Villa de Martim Affonso. A esses, todavia, diremos, que, em todos os documentos officiaes, a Villa de São Vicente, por ser decérto a unica existente no Brasil, nunca deixou de ser, naquella época, devidamente denominada, como vemos aliás no proprio Auto de posse de 1540:

"... aos dez dias do mez de Agosto em esta Villa de São Vicente..."

e que, se houvéra de facto intenção de D.ª Anna Pimentel, de citar a Villa e não a Povoação, como o fez, ella teria pre-

(1) Rodrigo de Lucena paréce ter sido um dos primeiros povoadores de Santos, e, nos documentos de 1560, apparéce como Official da Contadoria Real da Fazenda, em Santos, Escrivão da Ouvidoria de Francisco de Moraes, como se vê em Pedro Taques — Vol. I — Pag. 233/234, da "Nobiliarchia. (Prov. F. Real — Liv. 1.º de Sesm.).

ferido o substantivo genérico Capitania, mais adequado em tal caso, como acontéce em todos os documentos onde não foi necessario individualisar a indicação, principalmente aqui, em que a POVOAÇÃO ficava no extremo oriental da ilha, e a VILLA ficava no extremo occidental da mesma, á distancia de tres léguas de contorno uma da outra, afastando qualquér hypóthese de confusão. Realmente, referindo-se D.ª Anna ás terras de Jurubatúba, não poderia ella, de forma alguma, para não faltar á clareza e a verdade, dizer que taes terras bem como a Ilha Pequena (ou Barnabé actual) ficavam na VILLA DE SÃO VICENTE, isto é claro, mas, poderia perfeitamente dizêr, como explicação, que as mesmas terras ficavam na POVOAÇÃO DE SÃO VICENTE, equivalente á cidade de Santos de hoje, significando assim, que ficavam junto a este povoado, o mesmo de que éra Feitôr ou Capitão, Rodrigo de Lucena, cuja presença ao acto da pósse de Braz Cubas fica assim devidamente explicada.

Há outro elemento que corrobóra a nossa opinião. Diz a lousa sepulchral de Braz Cubas, ou melhór, dizia, ao tempo em que ainda existia na antiga Matriz, que elle, Braz Cubas, fundára Santos sendo Capitão, (não dizia Capitão-Mór, nóte-se bem) o que equivalia dizêr: Feitôr; e, a dar-se crédito a essa inscripção tumular, como se deu até hoje, temos que reconhecer, que, ou Santos foi fundada antes delle embarcar para Portugal, e portanto de 1532 a 1535, quando estabelecida a colonisação e chegada a hóra da volta de Martim Affonso, este o fizéra Feitôr ou Capitão do núcleo portuguez formado á margem da enseada de Enguaguassú, ou foi sómente em 1545 depois da investidura de Cubas no cargo de Capitão-Mór, o que seria absurdo.

Não se póde fugir ao dilema, e, se assim nos expressamos, é porquê no auto de posse a que vimos nos referindo, notamos o tratamento que a Braz Cubas dá o Tabellião Antonio do Valle, da Villa de São Vicente:

> "MOÇO DA COMARCA DE EL-REI NOSSO SENHOR, MORADOR EM ELLA..."

tratamento simples, do qual se deduz, que, naquelle presente de 1540, Braz Cubas éra considerado como residente em Portugal, e que não éra Capitão de cousa alguma, titulo que se existisse não teria escapado ao escrivão, o que vem provar sem contestação, que, ou elle já fôra capitão alguns

annos antes, anteriormente á sua ida para Portugal em 1535/36, ou o seria ainda alguns annos depois, como foi de facto, mas sómente em 1545, mas então Capitão-Mór.

Desta fórma, recusada a data absurda de 1545 para a fundação de Santos, quando já existia até o hospital da Misericordia, iniciado em 1542 e inaugurado em 1543, temos que a data exacta do apparecimento santista, déve ser a dos annos anteriores á referida partida de Cubas para Portugal, quando elle se tornára, temporáriamente, Capitão do núcleo agricola de Enguaguassú, formado em torno ao morro de São Jeronymo onde elle se estabelecera desde 1532.

Factores importantes em favor desta verdade, são as declarações feitas annos mais tarde por Diogo Dias e Athanasio da Motta, o primeiro em 1581, por occasião de umas demarcações requeridas por Braz Cubas e levantamento do primitivo caminho de Santos para São Vicente, conforme documentos encontrados por Frei Gaspar no Archivo do Convento do Carmo em Santos (já incluidos em nosso "Inquerito histórico") — Masso 15 — N.° 13,, em que elle diz:

> "... o primeiro homem que povoou em a villa de Santos foi Pascoal Fernandes e o Senhor Braz Cubas, dahi se fez a villa de Santos...."

e o segundo Athanasio da Motta, Tabellião da Villa de Santos, em 1589, na escriptura de 31 de Agosto daquelle anno, relativa á doação de um terreno junto á Igreja de Nossa Senhora da Graça, aos Religiósos do Carmo para ajudar a edificação do seu convento, nestes termos:

> ".. Nesta villa do Porto de Santos, que elle Braz Cubas povoou de fogo morto, sendo o sitio desta villa tudo mato..."

Confrontem-se agóra as declarações desses documentos com o que diz a escriptura de 10 de Agosto de 1540 a respeito de João Pires Cubas, pae de Braz Cubas:

> "... e por elle Braz Cubas foi tambem pedido a elle Capitão mandasse a mim Tabellião que desse aqui minha fé em como haviam tres annos que João Pires Cubas, seu pae, viera a esta terra com fasenda e gasto para aproveitar as ditas terras e tomado posse dellas e aproveital-as o que toda deixou de faser por a dita ter-

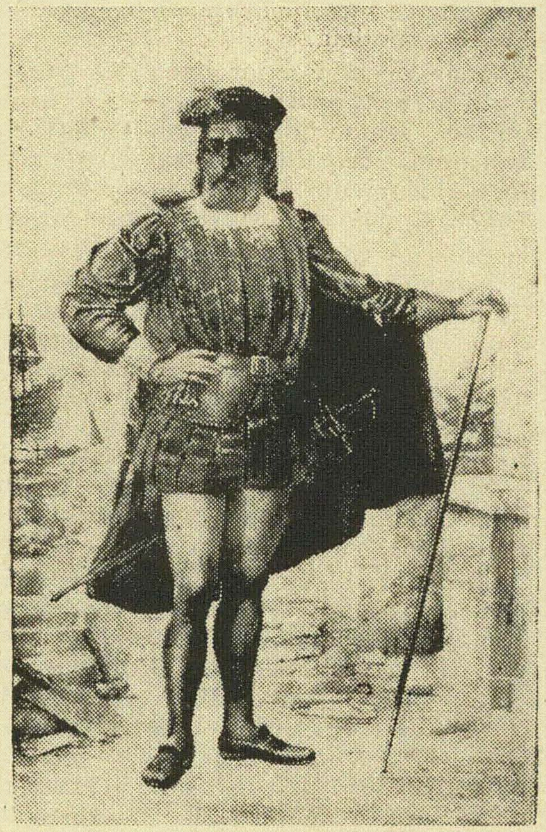
ra ser habitada por gentios nossos contrarios e por esse respeito as não pudera nem podia aproveitar e porem que sempre fez fasenda nesta terra por elle Braz Cubas a sua custa, comprando as roças e mantimento muito caro e o Capitão lha mandou dar e eu Tabellião em cumprimento do seu mandado digo e faço fé que o dito João Pires Cubas pae de Bras Cubas vira a esta ditta terra haverá tres annos pouco mais ou menos e lhe vi traser muita fasenda para esta terra a qual devia ser do dito seu filho..."

Este confronto revéla o absurdo das datas de 1540 ou 1543 para a fundação ou apparecimento do povoado santista, visto que, se tres annos antes de 1540, já João Pires Cubas se estabelecia na ilha de São Vicente em nóme do filho, por não poder estabelecer-se nas terras fronteiras, de Jurubatuba e ilha Pequena, "comprando as roças e os mantimentos muito caro", é signal evidente de que o local da futura villa de Santos já éra bastante povoado e de que alli possuia Braz Cubas alguma terra, sem o que seu pae não poderia fazer róças pagando caro, como diz a escriptura, por seu plantio. Alem disso, se João Pires Cubas, éra agricultôr no local santista no anno de 1537, possuindo alli portanto, casas de moráda para si e para seus colonos, elle teria sido um dos verdadeiros fundadôres da futura villa e actual cidade, naquelle anno, seis annos antes da ridicula data de 1543 apontada para a mesma fundação por parte de seu filho.

Mas socéguem os leitores. Nem João Pires Cubas foi fundadôr de Santos em 1537, nem Braz Cubas fundou-a em 1543. De accordo com os documentos confrontados com a escriptura de 1540, o apparecimento do povoado que devia ser mais tarde a cidade de Santos, deu-se nos dois primeiros annos da chegada da Armada de Martim Affonso, quando o mesmo Braz Cubas, Pascoal Fernandes e os demais companheiros citados em nosso Inquérito e no inicio deste capitulo, se estabeleceram em seu local com as primeiras róças e moradias, porquê, só désta forma, poderiam os documentos de 1581 e 1589, como se vê, declarar que Braz Cubas fôra o primeiro ou dos primeiros povoadores de Santos.

E' a força da lógica a serviço da verdade histórica. Como poderia Braz Cubas povoar o local santista de fogo morto "sendo o sitio desta villa tudo mato", se insistem em attribuir-lhe a fundação de Santos em 1543?

Nesse caso o local santista não seria "tudo mato" porquê outros muitos povoadores já se achavam estabelecidos nelle, com róças, casas e Engenhos, e seu proprio pae, João Pires Cubas, desde 1537, a exemplo dos demais, alli lavrava. Seu pae, então, e não elle, Braz Cubas, seria o fundadôr de Santos.



BRAZ CUBAS, um dos principaes fundadores de Santos

(Senhor das terras do Monte Serrate — antigo S. Jeronymo, em 1532)

(Téla suppositiva de Calixto)

A verdade é bem outra portanto. Como já ficou demonstrado, as terras obtidas em 1532 e a 10 de Outubro desse anno por Braz Cubas, foram as do Monte Serrate

actual (1), e alli foi que elle assentou as primeiras roças, sendo o seu sitio tudo matto, até o anno de 1535 quando partiu para Portugal, de onde, tendo obtido outras terras no anno seguinte, mandou seu páe a cultival-as emquanto elle não voltasse. Assim, entre as duas sesmarias de Braz Cubas, a de 10 de Outubro de 1532, e a de 25 de Setembro de 1536, a primeira no Monte Serrate e a segunda na actual Ilha Barnabé e Jurubatuba, é que fica situado o apparecimento do primeiro povoado santista.

Por isso, aliás, e apenas por isso, teve como tem Braz Cubas, o direito de ser considerado um dos principaes fundadores da cidade, sem o quê, o fundador official seria lógicamente Paschoal Fernandes citado como primeiro povoador naquelle documento de 1581, e por todos os chronistas ou historiadores dos nossos primeiros tempos.

Ninguem póde escapar a este raciocinio ou fugir a esta evidencia. Se fossemos tomar em consideração a hypóthese absurda e ridicula da fundação da cidade em 1543, não só deixariamos mal ao proprio Braz Cubas perante a referida precedencia de Pascoal Fernandes, de Domingos Pires, Luiz de Góes, de seu próprio páe e de José e Francisco Adorno, como não dariamos uma sahida ás affirmações da Escriptura de 1536 e Auto de Posse de 1540, como ainda nos poriamos em chóque com a propria lousa sepulchral de Braz Cubas, que diz ter elle fundado o povoado quando Capitão, cousa que não éra em 1540 e em 1543.

Demais, fundadôr de uma villa ou povoação, ao que paréce, e em nosso modo de entender, é aquelle que dá inicio ao povoamento do logar onde depois, em consequencia dos seus primeiros actos e de suas primeiras installações, surge a mesma villa ou povoação, considerando-se como principio della, as primeiras casas construidas, os primeiros trapiches, etc.

Não commemoramos por exemplo a fundação de São Paulo a 25 de Janeiro de 1554? E que havia então nos mor-

(1) Não em Piratininga como disséram. Apenas o acto da doação é que se effectuára em Piratininga, a exemplo da de Pero de Góes. Nem se comprehenderia que taes terras fossem lá, desde que isso feriria os interesses de Ramalho, desde que não seria possivel a Braz Cubas o aproveitamento das terras naquelles primeiros annos, e desde tambem, que éra intenção de Martim Affonso evitar a ida dos europeus aos campos de serra acima, conforme prohibição feita por elle lógo depois, só revogada annos mais tarde por D. Anna Pimentel.

ros de Piratininga? Um póbre collégio de taipa, coberto de palha secca, e em torno delle, as malócas guayanazes de Cayubi e Tibiriçá. Não commemoramos a fundação de Mogy das Cruzes por Braz Cardoso? São Sebastião por Diogo de Unhate ou Francisco de Escobar Ortiz? Paranaguá por Gabriel de Lara e Eleodóro Eobano? Parnahyba por André Fernandes? Sorocaba por Balthazar Fernandes? E que fizéram todos elles para fundal-as? Ergueram casas de conselho, pelourinhos, igrejas e cadeias? Não! Levantaram apenas as suas tendas e as de seus companheiros de aventura. Plantaram as primeiras róças; trabalharam, produziram, chamaram para alli o concurso dos que procuravam campo de acção, e crearam por fim as villas surgidas dos seus primeiros actos e das suas primeiras construcções. Assim se fizéram quasi todas as cidades actuaes de São Paulo e do Brasil, e, seus fundadores, até hoje commemorados, são aquelles primeiros distantes obreiros do seu apparecimento.

Foi isso que se deu com Santos.

Sabendo-se que José Adorno teria com elle dois ou tres irmãos e mais alguns quinze ou vinte colonos estrangeiros, principalmente allemães, dos trazidos por Martim Affonso, um dos quaes passou á Historia como co-fundador do Rio de Janeiro — que foi Eleodoro Eobano; sabendo-se que Pascoal Fernandes e Domingos Pires teriam com elles outros tantos colonos para o plantio das primeiras róças e cannaviaes; sabendo-se que Luiz de Góes e Braz Cubas teriam tambem igual numero de homens para o trato da terra, vê-se desde lógo, que, no local da futura villa de Santos, naquelle proprio anno de 1532, formou-se um nucleo de cincoenta ou sessenta individuos, cujas construcções iniciaes, feitas sob forma o mais approximadamente europea, e respectiva rancharia de agregados, tanto europeus como indigenas, foram o inicio patente do povoado, que, apóz alguns annos de evolução e progresso, transformou-se em villa e mais tarde em cidade.

Ésta é a licção da lógica, ensinada, aliás, pelos poucos documentos existentes a tal respeito, e, como já dissémos, 1532 deve ser considerado como o verdadeiro inicio da fundação, assim como Martim Affonso de Souza déve ser considerado um dos seus principaes iniciadores porquê elle, embóra sem intenção, foi o realisador do povoamento local,

sobre um chão que dois annos depois deveria lhe pertencer em definitivo.

Por isso é que vemos chronistas antigos e sérios como Simão de Vasconcellos, Frei Francisco de Santa Maria, Jaboatão e historiadores como Rocha Pitta, declararem em suas óbras ter sido Martim Affonso, fundadôr de Santos. E elles, como se sabe, foram por assim dizer, os precursores da História brasileira, haurindo os seus conhecimentos e as suas informações nas fontes mais próximas ao nosso inicio.

Frei Gaspar, unica autoridade que se póde reconhecer para desmentir alguma affirmação dos religiósos-chronistas apontados, só declarou contra as suas opiniões sobre a fundação santista, "que não se déve tambem attribuir a Martim Affonso a fundação de Santos", sem dizêr porquê, ao mesmo tempo que affirmava a Entrada da Armada de Martim Affonso pelo actual estuario de Santos, a distribuição das terras santistas pelos homens da mesma armada, e o estabelecimento immediato nas mesmas terras, de Pascoal Fernandes e Domingos Pires. E' uma contradicção portanto, porquê, que é isso senão o principio da Santos actual? Que é isso, senão a participação de Martim Affonso na formação santista?

Os historiadores que repetiram Frei Gaspar, são todos, póde-se dizer, os que appareceram depois delle e em todos, lemos a mesma história do estabelecimento de Pascoal Fernandes e Domingos Pires no local santista, lógo apóz a chegada de Martim Affonso, com uma casa em frente á enseada de Enguaguassú", "onde o rio se divide em dois braços"; apenas esqueceram-se de dizer tambem, que, ao mesmo tempo de Pascoal Fernandes e Domingos Pires, estabeleceram-se alli, Braz Cubas, Luiz de Góes, José e Francisco Adorno; e que é isso, feito pelos dois sómente ou por todos, senão o inicio do povoado, senão a propria fundação da actual cidade?

Está patente que, durante os dois primeiros annos da colonisação, ninguem cogitára de organisar outro povoado junto a Enguaguassú, que fosse fazer concorrencia a São Vicente, povoado official de Martim Affonso. Mas, o tempo mostrou a intenção do proprio Destino, e, já por occasião da partida do Donatário, viu elle que o nucleo agricola formado entre Enguaguassú e São Jerónymo, teria fatalmente e por muitos factores, que tornar-se villa em futuro próximo, sobrepujando o nucleo colonial da Villa vicentina em situação topographica desvantajósa; e, assim, antes de

partir investira seu amigo e ex-creado Braz Cubas, do cargo de Feitôr ou Capitão do mesmo, para effeito da cobrança das taxas e dizimos da região, como dos impostos sobre as mercadorias chegadas ao Porto da Ponta da Praia ou sahidas dalli, incluindo os escravos, de que, mesmo antes de sua chegada, como já vimos, havia largo commercio na feitoria. Sendo o povoado de Enguaguassú muito distante da villa capital, e não podendo o capitão da mesma fiscalisar a outra banda da ilha, arrecadando as rendas que se produzissem alli, éra natural que alguem ficasse investido dessa qualidade por Martim Affonso.

Ahi está como teria sido Braz Cubas, nomeado Capitão (que é o mesmo que Feitôr) do povoado que mais tarde tornou-se — Villa do Porto de Santos, justificando assim, a inscripção da sua lousa sepulchral.

A ligação anterior de Martim Affonso a Braz Cubas autorisa essa deducção, só a isso devendo Braz Cubas tambem o papel preponderante assumido por elle no povoado de Enguaguassú a contar de 1540, sua vólta de Portugal.

Muitos factores garantiram o desenvolvimento do primeiro povoado santista. O proprio Martim Affonso ao se retirar de São Vicente, levava a idéa fixa de formar um Engenho seu na ilha, possivelmente naquella banda oriental, porquê era para alli que propendia quasi todo o movimento colonisadôr e agricola da Capitania. Para isso, contornando os morros cujas fraldas abrigavam já, nas faces do Nascente todos os primeiros estabelecimentos, originados do seu critério distribuidor, chegára elle, apóz dobrar os morros do Saboó, á região actual do Matadouro, onde encontrára aguas e logares propicios para realisação da sua idéa, ainda não concedidos a ninguem. Assim, chegado a Lisbôa, realizou immediatamente, uma sociedade com João Veniste, Francisco Lobo e o Piloto-Mór Vicente Gonçalves, para creação do premeditado Engenho, consignando para tal fim as terras antecipadamente escolhidas, tendo elle uma quarta parte da Sociedade como os demais sócios, e determinando que "das terras de Ruy Pinto" viéssem as cannas para sustento do mesmo Engenho. Désta forma, em 1534, foram lançadas as bases do famoso "Engenho do Trato" ou "do Senhor Governador" como entraram a chamar-lhe, propriedade que seria vendida mais tarde ao allemão Erasmo Scheter, passando a denominar-se desde então, Engenho de São Jorge dos Erasmos, como são ainda hoje conhecidas as suas ruinas.

Essa sociedade consta de duas escripturas lavradas em Lisbôa e registradas no antigo Cartorio da Fazenda Real de São Paulo, como diz Frei Gaspar, no Livro de Registro de Sesmarias N.º 1, tit. 1555 (fol. 44 e 127. (1) (2)

Éra o terceiro Engenho que se levantava na região da futura Santos, e não o primeiro como affirmam, visto que o primeiro, fôra o da "Madre de Deus" de Pero de Góes, levantado na actual região "das Néves" em 1532, e o segundo fôra o de "São João", de José Adorno, levantado em 1533, no local de Santos, pérto do actual Morro de São Bento.

Naquelle tempo não havia possibilidade de communicação por terra, da região santista com São Vicente pelo lado do Norte da ilha, onde hoje traféga o bonde da linha 1 (via Matadouro) fazendo a ligação das duas cidades, porquê os varjões e os brejaes não permittiam caminho, e assim, quando não transitavam de canôa pelo rio Irirypiranga (actual Casqueiro) ou pela barra e estuário de Santos, eram os moradores da colonia, para ir de Enguaguassú á Villa official, obrigados a fazer uso do caminho do Marapé, que sahia das casas de Paschoal Fernandes e Domingos Pires, contornava a propriedade de Braz Cubas, subia a lombada do morro de São Jeronymo, seguia pelo Jabaquára contornando os morros de Marapé, até desembocar no actual José Menino, e dahi ia á referida villa.

Isto próva que a attenção de Martim Affonso, pendeu mais para a parte santista, desde os primeiros momentos de sua estadia, onde elle adivinhava o pronunciamento do futuro atravéz das muitas vantagens apresentadas pelo logar. O desligamento da Villa de São Vicente, a que elle submetteu o seu proprio Engenho, no empenho de deixal-o ligado apenas ao porto de Enguaguassú, attésta de uma fórma peremptória a sua preferencia pela futura Santos.

Sobre o local onde teriam sido as primeiras terras de Braz Cubas, as que lhe déram o direito de fundadôr, incumbiu-se de identifical-as o proprio Frei Gaspar, e não há duvida de que tenham sido as do Monte Serrate actual e adjacencias, como dão a entender os depoimentos colhidos pelo veneravel monge santista, e como diz o Capitão Mór Antonio de Oliveira na carta de doação passada em favor

(1) "Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente" — Frei Gaspar da Madre de Deus — 3.ª edição — pag. 169.

(2) "Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil" — Vol. III — Pag. 117.

de André Botelho, a 2 de Junho de 1541, sobre as terras situadas a oeste do Ribeiro de São Jeronymo (Praça dos Andradas e Morro Fontana actuaes) na qual declara:

> "que partiriam pela regueira que alli faz o outeiro que diziam ser de Braz Cubas".

"outeiro" esse que, como diz Frei Gaspar, por sua vez se identifica com o actual Monte Serrate "por uma carta que se conserva no Livro dos Registros da Provedoria da Fazenda Real de São Paulo, N.° 1, Livro 1, Tit. 1555 — Fol. 6," existente hoje na Repartição successora de São Paulo.

Nada mais deveriamos affirmar sobre a verdadeira fundação da cidade de Santos. Ella está, por effeito do que dissémos, bastante debatida, demonstrada e, mais do que isso, provada; entretanto, adduziremos ainda alguns conceitos sobre a sua primeira phase.

A povoação de Enguaguassú, (1) nóme tirado á enseada formada no desembocadouro do rio da Bertióga e applicado sómente ao local da futura Santos e não a toda a ilha como erroneamente se interpretou, foi portanto, iniciada sem preoccupações históricas ou sociaes e sem deliberação, prévia, pelo proprio Martim Affonso, tendo como instrumentos por sua vez involuntários, dada a sua intenção exclusivamente agricola-mercantil, Braz Cubas, Pascoal Fernandes, Domingos Pires, Luiz de Góes, José e Francisco Adorno e Mestre Bartholomeu Gonçalves, secundados pelos estabelecidos nas cercanias, Pero de Góes, Ruy Pinto, Henrique Montes e Jorge Ferreira, crescendo de vulto a cada anno com a chegada de nóvas expedições e de nóvos colonisadores.

Refórça a idéa do augmento do nucleo de Enguaguassú em 1534|35 a certeza que se tem agóra, da invasão de São Vicente naquelle anno, pela gente de Iguape, com o "bacharel" e Ruy Mosquera á frente, como já vimos num dos nossos primeiros capitulos, trazendo o temor e o desgosto aos attingidos daquella banda da ilha. Como é natural, o receio de que o assalto se repetisse sob outros aspectos talvez peió-

(1) A má interpretação dada aos factos e ás cousas santistas, levou muitos chronistas e historiadores a verdadeiros descalabros. Aqui temos um. Enguaguassú nunca significou Pilão Grande ou ingá grande e muito menos se referiu á Ilha de S. Vicente; determinava somente o lagamar de Santos, fronteiro ao Rio da Bertioga, e, consequentemente, o ponto da Ilha onde se fez a villa. Desta circumstancia gerou-se a confusão dos referidos autores.

res, muitos dos povoadores da villa teriam então transferido seu domicilio para o povoado de Enguaguassú, mais interior e possivelmente mais ao abrigo de uma incursão dos elementos da cósta.

O assassinio de Henrique Montes, figura de relevo no primeiro povoamento da ilha e companheiro da Armada affonsina, teria tambem calado fundo no espirito de muitos, fazendo com que alguns se recolhessem ao ponto mais abrigado da colonia littorânea.

Tudo isto justifica a primeira organisação do povoado em 1534/35 sob a feitoria de Braz Cubas, como o maremóto de São Vicente em 1541/42, justificaria o seu augmento e a sua erecção em Villa lógo depois.

Com a mórte violenta de Henrique Montes, Braz Cubas viu ficar no abandono as ricas terras de Jurubatuba e a bem situada Ilha Pequena (actual Barnabé), fronteiras ao povoado de Enguaguassú, com extensão bastante para grandes lavouras e criações. Em seu espirito passou então, a idéa de tornar-se dono dellas, por necessidade de expansão, visto que as terras do Monte Serrate, exiguas como éram e premidas entre visinhos mais poderósos do que elle, não lhe dávam margem ao desenvolvimento. Assim, planejou embarcar para Portugal, o que fez provavelmente em 1535, e talvez nos navios de Pedro do Campo (1) a unica armada que se sabe ter vindo no final do anno de 1534, deixando em seu logar como Feitôr ou Capitão do nucleo portuguez, para os mesmos fins de arrecadação já referidos no principio deste capitulo, aquelle Rodrigo de Lucena citado no Auto de Posse de 10 de Agosto de 1540.

Em Portugal obteve Braz Cubas, a 25 de Setembro de 1536 as antigas terras pertencentes a Henrique Montes, (como se vê na mesma escriptura) e de lá, para aproveital-as e

(1) J. T. Medina — "Los viajes de Diego Garcia de Moguer al rio de la Plata" — Santiago do Chile — 1908 — Pag. 157.

Capistrano de Abreu — "Caminhos antigos e povoamento do Brasil" — Pags. 40/41 encontra-se nestes autores e nestas óbras, a transcripção de uma carta da Rainha da Hespanha de 1535 em que há este trecho:

> "Por la isla de la Gomera, que es en Canaria, casi al fin del ano pasado pasó una armada del Serenissimo Principe Rey de Portugal, nuestro hermano, en que iban dos carabelas y dos naos gruesas y en ellas seiscientos hombres y por capitan un Pedro del Campo, vecino de Viana, y algunos dicen que vam a poblar al Brasil".

cultival-as por si, mandou seu pae João Pires Cubas, como já dissémos e mostrámos, o qual, por opposição dos indios de Jurubatuba nada poude fazer nellas, acabando por cultivar as mesmas terras do Monte Serrate, objecto da Sesmaria de Outubro de 1532.

Sómente em 1540 foi que voltou Braz Cubas para o seu povoado de Enguaguassú, como vemos ainda do Auto de Posse daquelle anno, lavrado á sua chegada, trazendo gente e recursos para realizar de qualquér fórma o aproveitamento das referidas terras e ilha. (1)

E' então que, resolutamente atira-se elle com a ajuda dos companheiros já citados, ao progresso do povoado, conseguindo do Capitão Mór Antonio de Oliveira, por autorisação de D.ª Anna Pimentel, a transferencia do antigo PORTO DE SÃO VICENTE, do logar onde existira até então, na Ponta da Praia, para o fundeadouro de Enguaguassú, não só "para evitar o incommodo de fazer viagens mais largas" como porque "o antigo surgidouro era inconveniente, assim aos marinheiros como aos donos das fazendas: aos primeiros por lhes ser necessario residir em porto solitário emquanto as embarcações aqui se demoravão; e aos segundos, porque conduzião para a Villa as suas cargas mais pezadas, ou pela Barra de São Vicente com muito perigo em canôas, ou por dentro, rodeando toda a ilha com viagem mais dilatada" como diz Frei Gaspar.

Daquelle anno de 1540 em diante, o povoado de Enguaguassú passou a denominar-se "PORTO DE SÃO VICENTE" por effeito da citada transferencia, e, de accordo com o sabio monge e grande chronista dos nossos primeiros tempos, "logo os navegantes desampararão o antigo surgidouro, e viérão dar fundo mais ácima defronte da povoação", e, como "junto a ella começaram a ancorar os navios que vinhão para São Vicente" e alli descarregavam, como faziam antes na Ponta da Praia, "e o mesmo faziam os moradores da ilha de Santo Amaro, Bertióga e terra firme, que de suas róças vinhão para a Villa em canôas, os quaes saltávão em terra na povoação e dalli caminhávão para São Vicente pela estrada que Pascoal Fernandes e Domingos Pires tinhão abérto, por este modo dérão o nóme de PORTO á dita povoação, querendo dizer com esta palavra que ella éra (então) o PORTO DA VILLA DE SÃO VICENTE".

(1) Por este motivo foi que Azevedo Marques deu Santos como fundada em 1540 em seus "Apontamentos hist. genealog. etc....).

CAPITULO VIII

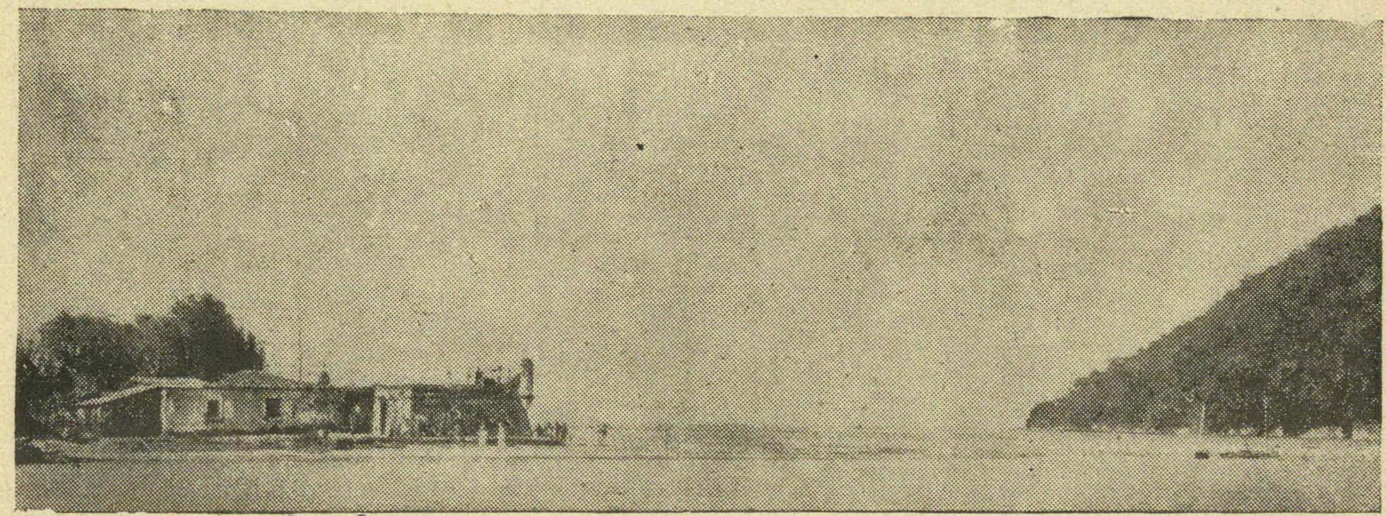
Bertioga!

Os irmãos Braga, primeiros santistas nominalmente conhecidos e primeiros martyres da colonisação

Quando o augmento da população local com a chegada de nóvos colonisadores e o apparecimento dos primeiros filhos da Capitania, trouxe a necessidade da occupação das terras da Bertióga, exasperaram-se os ciúmes do gentio do littoral nórte creando o chóque permanente entre os barbaros e a civilisação, para elles simples força usurpadora.

Tivéram os Tamoyos (tupinambás), a visão da posse dos seus dominios até então intangidos, das praias da Bertióga até ás praias solitarias de Ubatúba, pelo branco intruso, e dahi a reacção operada em seu brasileirismo selvagem mas cértamente justificável.

Muitas foram dahi por diante, as invasões operadas pelas hordas brasilicas contra os varios estabelecimentos portuguezes da Bertióga e adjacencias, a tal ponto, que o terror apoderou-se por fim dos colonisadores e ninguem mais quiz permanecer em taes logares onde não havia a menór garantia para a propriedade ou para a vida. Veio o abandono de todas aquellas terras reputadas férteis e bôas, em prejuiso do desenvolvimento colonial, com a repatriação de muitos dos agricultores sem campo para applicação das suas actividades. Em 1557, anno em que Pascoal Fernandes, o principal fundadôr do povoado santista, foi feito Condestavel das Fortalezas da Bertióga, já ninguem mais existia cértamente naquelles sitios, e nem mesmo a sua permanencia naquellas fortificações paréce ter trazido a confiança aos refugiados da redondeza, porque ainda em 1562, vemos na Sesmaria de 1.° de Junho desse anno, passada em favor do



A famósa Barra da Bertioga em seu aspecto actual vendo-se o que résta do Forte de São João, antigo São Thiago construido sobre a primitiva fortificação dos irmãos Braga.

mesmo Pascoal Fernandes, a seguinte declaração do Capitão-mór Antonio Rodrigues de Almeida:

> "Por elle (Pascoal Fernandes) estar e residir na dita Fortaleza de S. Felippe com sua mulhér e filhos, sem haver outro morador, nem Povoador na dita Ilha, senam elle dito supplicante" (1)

Quatro annos depois, em 1566, é que observamos as primeiras tendencias para o retorno ás terras abandonadas, como consequencia do armisticio de Yperoig realizado em Ubatuba entre indios e portuguezes, pela dedicação de Nobrega, Anchieta e José Adorno. A sesmaria daquelle anno, passada em favor de Christovam Monteiro, revéla bastante a tal respeito:

> "E porque ate agora como estaa dito he notorio a dita Ilha esteve, e estaa despovoada, e inhabitavel por respeito das muitas guerras succedidas nestas Capitanias de S. Vicente e Santo Amaro, pelo qual respeito havendo este impedimento, o supplicante nam ouzou de fazer sua Fazenda nas ditas terras, sem embargo de nellas trazer muito gado vacúm, tempos atraz passados fez cannaveáes e roçaria de mantimentos nas ditas terras, e ora com ajuda de Nosso Senhor tem ordenado com seus cunhados e parentes, e alguns Indios principaes da terra, tornarem a roçar, e fazer Fazenda nas ditas terras, etc.." (2)

Foi nesse ambiente de lucta desesperada entre o autochtóne e o extrangeiro, entre a barbaria e a civilisação, ameaçando continuamente as villas de Santos e São Vicente, que surgiram os famósos irmãos Braga, os primeiros santistas nominalmente conhecidos, precursores do heroismo paulista e primeiros mártyres da colonisação. Surgiram na Bertióga, caminho dos guerreiros brasilicos de Ubatuba nas descidas contra São Vicente, decididos a trancar

(1) Cartorio da Provedoria da Fazenda Real de S. Paulo — Livro de Registro de Sesmarias — Tit. 1.562 até 1580 — Fol. 11 — Vers.
Frei Gaspar da M. de Deus — "Memorias para a Hist. da Cap. de S. Vicente" — Ult. edição — Pag. 289.

(2) Cart. da Prov. da Faz. Real de S. Paulo — Liv. de Reg. de Sesm. — Idem. Fol. 45 — Vers.
Frei Gaspar — Obra citada — Pag. 289.

a passagem aos Tamoyos e a dar aviso de sua approximação ás duas villas portuguesas.

Vamos deixar que Hans Staden falle sobre elles, com a autoridade de quem viveu com aquelles heróes os mesmos perigos e as mesmas hóras de angústia: (1)

"A cinco milhas de S. Vicente ha um logar denominado BRIKIOKA, onde os inimigos selvagens primeiro chegam, para dahi seguirem por entre uma ilha chamada Santo Maro e a terra firme.

Para impedir este caminho aos indios, havia uns irmãos mamelucos, oriundos de pae portuguez e mãe brasileira, todos christãos e tão versados na lingua dos christãos, como na dos selvagens. O mais velho chamava-se Johan de Praga (João de Braga), o segundo Diego de Praga (Diogo de Braga), o terceiro Domingo de Praga (Domingos de Braga), o quarto Francisco de Praga (Francisco de Braga), o quinto Andréa de Praga (André de Braga) e o pae chamava-se Diego de Praga (Diogo de Braga).

Cerca de dois annos antes da minha vinda, os cinco irmãos tinham decidido, com alguns indios amigos, edificar ali uma casa forte para deter os contrarios, o que já tinham executado.

A elles se ajuntaram mais alguns portuguezes, seus aggregados porque era a terra boa. Os inimigos Tuppin-Inbás, logo que isso descobriram se prepararam na sua terra, d'ali distante cerca de 25 milhas, e vieram uma noite com 70 canôas e, como de seu costume, atacaram de madrugada. Os mamelucos e os portuguezes correram para uma casa, que tinham feito de pau a pique, e ahi se defenderam. Os outros selvagens fugiram para suas casas e resistiram quanto pudéram. Assim morreram muitos inimigos. Mas por fim venceram estes e incendiaram o sitio de BRIKIOKA; capturaram todos os selvagens, mas aos christãos, que eram uns oito mais ou menos, e aos mamelucos nada puderam fazer porque Deus quiz salval-os. Aos outros selvagens, porem, que tinham capturado, esquartejaram-n'os e repartiram-n'os entre si, depois do que voltaram para sua terra.

(1) HANS STADEN — "Viagem ao Brasil" — Versão do Texto de Marpurgo, de 1557, por Alberto Lofgren — Edição da Academia Brasileira — 1930 — Pags. 55/57.

COMO OS PORTUGUEZES REEDIFICARAM BRIKIOKA E DEPOIS FIZERAM UMA CASA FORTE NA ILHA SANTO MARO

Depois disto pensaram as autoridades e o povo que era bom não abandonar este logar, mas que cumpria fortifical-o, pois que deste ponto todo o paiz podia ser defendido. E assim o fizeram.

Quando os inimigos perceberam que o logar lhes offerecia grande difficuldade de ataque, vieram de noite, mas por agua, e aprisionaram a quantos encontraram em S. Vicente. Os que moravam mais longe pensavam não correr perigo, visto existir uma casa forte na visinhança, pelo que soffreram muito.

Por causa disso, deliberaram os moradores edificar outra casa ao pé da agua, e bem de fronte de BRIKIOKA, e ahi collocar canhões e gente para impedir os selvagens. Assim tinham começado um forte na ilha; mas não o tinham acabado, á falta de artilheiro portuguez que se arriscasse a morar ali. Fui ver o logar. Quando os moradores souberam que eu era allemão e que entendia de artilharia, pediram-me para ficar no forte e ajudal-os a vigiar o inimigo. Promettiam dar-me companheiros e um bom soldo. Diziam tambem que si eu o fizesse, seria estimado pelo Rei, porque este costumava ver com bons olhos aquelles que, em terras assim novas, contribuiam com seu auxilio e seus conselhos.

Contractei com elles para servir 4 mezes na casa, depois do que um official devia vir por parte do Rei, trazendo navios, e edificar ali um forte de pedra, para maior segurança; o que foi feito.

. .

Depois de alguns mezes, chegou um official por parte do Rei, pois que lhe tinham escripto quão grande era o atrevimento dos selvagens e o mal que os mesmos lhes faziam. Tambem tinham escripto, quão bella era esta terra e não ser prudente abandonal-a. Para então melhorar essas condições, veio o governador Tome de Susse (Thomé de Souza) para vêr o paiz e o logar que queriam fortificar.

. .

Fizeram a casa de pedras, puzeram dentro alguns canhões e ordenaram-me que zelasse bem da casa e das armas".

Este trecho de Hans Staden restaura a verdade da Bertióga, mostrando quem éram os irmãos Braga, e como, quando e por quem foram feitas as primeiras fortificações daquella barra histórica.

Por aqui se vê, que Martim Affonso de Souza em sua provavel estáda na Bertióga, de passagem para o Sul e para S. Vicente, teria installado alli apenas uma estacada ou pequena casa fórte para refugio e abrigo provisório de alguma gente deixada naquelle ponto, casa essa que alguns annos depois nem mais existia.

Frei Gaspar exagerou por cérto, quando attribuiu a erecção da Fortaleza de S. Thiago ao primeiro Donatário de S. Vicente. A verdade é que ella só foi construida ao tempo de Thomé de Souza, fronteira á de S. Felippe e que antes apenas existia, como vimos na descripção de Staden, a pequena casa fórte dos irmãos Braga, destruida na invasão por elle descripta, pelos Tamoyos de Ubatuba.

A ultima vez que vemos os irmãos Braga em exercicio da missão heróica de sentinellas santistas da barra da Bertióga, é pela altura de 1554, em companhia de outros dois filhos da terra, sacrificados ao cannibalismo do gentio littorâneo — Jeronymo e Jorge Ferreira. E' ainda Hans Staden quem nos váe contar a acção assistida por elle, já como prisioneiro da tribu de Ubatuba:

"Alguns dançaram em homenagem aos seus idolos, e quizeram neste mesmo dia ir á terra dos seus inimigos, a um logar chamado BOYWASSUKANGE (Boissucanga), esperando ahi até que anoitecesse.

Ao deixarmos o logar onde tinhamos pernoitado, chamado MAYENBIPE (Ilha de S. Sebastião) etc......

...

Quando perlongavamos a terra, avistámos, por detráz de uma ilha, umas canôas que se dirigiam a nós. Gritaram então: "Ahi vêm os nossos inimigos, os Tuppin Ikins". Quizeram ainda assim esconder-se com as suas canôas por detráz de um rochedo, para que os outros passassem sem os ver. Mas foi debalde, viram-nos e fugiram para a sua terra. Remámos com toda a força atráz delles, talvez umas quatro horas, e os alcançámos. Eram cinco canôas cheias, todas de

BRIKIÓKA. Conheci-os a todos. Vinham seis mamelucos em uma dessas canôas e dois eram irmãos. Chamava-se um, Diego de Praga (Diogo de Braga) e o outro, Domingos de Praga (Domingos de Braga). Defenderam-se estes valentemente, um, com um tubo (espingarda) e o outro com um arco. Resistiram na sua canôa, durante duas horas, á trinta e tantas canôas nossas. Acabadas as suas flechas, os Tuppin-Inbá os atacaram e os aprisionaram, e alguns foram logo mortos a tiro. Os dois irmãos não sairam feridos, mas dois dos seis mamelucos ficaram muito maltratados, bem como alguns dos Tuppin-Ikin, entre os quaes havia uma mulher.

...

Entre os que foram assados de noite, havia dois mamelucos "que eram christãos. Um era portuguez, filho de um capitão e se chamava George Ferrero (Jorge Ferreira) cuja mãe éra india. (Filha de João Ramalho).

O outro chamava-se Hieronymus (Jeronymo); este ficou prisioneiro de um selvagem morador na mesma cabana em que eu estava e cujo nome éra Parwaa (Parauá). Assou a Hieronymus de noite mais ou menos á distancia de um passo do logar onde eu estava deitado. Esse Hieronymus era parente consanguineo de Diego Praga".

Fica assim, perfeitamente reconstituido o scenario (1) heróico da Bertióga, primeiro ponto civilisado da Capitania assolado pela gente antropóphaga de Aimberê e Cunhambebe, atalaia das primeiras villas paulistas.

Quem seriam porem, verdadeiramente, esses Bragas ? Pela época attribuida por Hans Staden ao seu primeiro apparecimento na Bertióga com a construcção da casa fórte por elle citada (1547/1548) somos obrigados a suppôr que o mais moço por effeito da acção exigida de cada um naquella vida de guerra, tivesse no minimo dezoito annos de idade, e o mais velho dos cinco, vinte e cinco ou vinte e seis. Assim, recuado no calendário o tempo equivalente ás idades maxima e minima desses irmãos, temos que, o nascimento de todos elles fôra anterior á chegada de Martim Affonso, visto que o mais moço teria nascido em 1529.

(1) HANS STADEN — Obra citada — Pags. 105 e 106.

Admittida a certeza com que se expressou Hans Staden, jamais pósta em duvida por qualquér dos historiadores que trataram do mesmo assumpto e repetiram as scenas por elle descriptas, somos obrigados a acceitar que Diogo de Braga, progenitôr destes primeiros santistas, foi tambem um dos personagens esquecidos da primeira colonisação descripta no capitulo IV desta óbra, occupante talvez de terras adjacentes ao logar da futura Santos, companheiro do "Bacharel" Mestre Cósme, de Gonçalo da Costa, de Ramalho, Rodrigues e tantos outros elementos pre-affonsinos.

De qualquér fórma porem, o essencial é saber-se que elles existiram e que foram até as proximidades do accôrdo de Iperogy, quem afastou como éra possivel o perigo de desabamento de toda a óbra colonisadora de 1532, os guardas avançados das primeiras villas paulistas, e os primeiros martyres do nosso povoamento.

CAPITULO IX

Os donatários da Capitania de São Vicente senhores de Santos

Desde 1516 mantivéra Portugal, como seus fiscaes administradores, no povoado de São Vicente, Capitães, cuja missão éra não só occupar officialmente terras cuja pósse nunca deixára de ser pleiteada pela Hespanha, como dentro da sua linha divisória, como tambem proceder a alguma arrecadação em favôr da Corôa.

O primeiro Capitão conhecido foi Pero Capico, desde aquelle anno de 1516 até 1527, quando voltou para Portugal pelos navios de Christovam Jacques, e o segundo foi Antonio Ribeiro, com pósse em Outubro de 1528.

Intenccionalmente, como parèce, este primeiro periodo da existencia vicentina, ficou sempre mais ou menos occulto pelas administrações do primeiro século brasileiro, como se nelle se abrigassem factos, que á posteridade conviesse ignorar.

A época, éra de facto, de sigillos, e, sabe-se hoje, como demonstrámos em nosso Capitulo III, que houve verdadeiramente, algum motivo para esquecimento desse periodo inicial, comprehendendo-se então, a razão de considerar-se a vida vicentina como iniciada sómente em 1532 com a colonisação de Martim Affonso.

Assim, entre a verdade "verdadeira" e a verdade official, existe alguma differença, como se dá em tantos casos da nossa propria vida, e como se verifica tambem com relação ao descobrimento da America e do proprio Brasil. (Capitulo I desta óbra).

Em 1530, por força de quanto relatámos no referido Capitulo III, differenças e desentendimentos verificados entre

os primeiros dominadores de São Vicente, fundadores do seu povoado, e o Rei de Portugal e seus prepóstos no Brasil, sentiu D. João III, a necessidade de distribuir a immensidade colonial da America inaproveitada, entre varios fidalgos de merecimentos, de cuja distribuição, sem ónus para o Reino, pudésse advir algum lucro, e algum augmento de rendas que beneficiasse o esfalfado thesouro português.

Veio então Martim Affonso, investido de certos poderes, pela carta de 20 de Novembro de 1530, para fundar a futura primeira Donataria, sob o nóme de Capitania de São Vicente, que, pela nova carta de D. João, escripta de Evora, a 20 de Janeiro de 1535, passaria a ser sua propriedade com 100 léguas de cósta, achando-se elle já nas Indias em missão da

Esse foi o inicio das donatarias, e, desde ahi, pelo tempo adiante e por direitos de successão, outros descendentes seus, tornaram-se tambem donatários das mesmas terras, comprehendendo a Villa de Santos, até 1712, quando o Marquez de Cascáes, D. Luiz Alvaro de Castro e Souza vendeu toda a Capitania a Portugal, de accordo com a Carta Régia de 14 de Abril do mesmo anno.

E' a seguinte, a relação dos Donatários:

1.°	— Martim Affonso de Souza . . .	de 1535 a 1571.
2.°	— Pedro Lopes de Souza — filho de Martim Affonso.	de 1572 a 1586.
3.°	— Lopo de Souza — filho de Pedro Lopes de Souza	de 1587 a 1610.
4.°	— A Condessa de Vimieiro, Dna. Marianna de Souza Guerra, por cessão feita por Lopo de Souza, filho bastardo de Lopo de Souza e confirmação Régia de 22 de Outubro de 1621	de 1621 a 1623
5.°	— Conde de Monsanto — bisnéto de Pedro Lopes de Souza, que em 1623 expulsou a Condessa de Vimieiro.	
6.°	— Martim Affonso de Souza, filho de Pedro Lopes de Souza, da Capitania de Santo Amaro.	
7.°	— Da. Jeronyma de Albuquerque Souza — mulher de D. Antonio de Lima e irmã do precedente.	

8.° — Da. Isabel de Lima de Souza de Miranda, mulhér de André de Albuquerque, e filha da precedente.

9.° — Lopo de Souza — descendente directo de Martim Affonso.

10.° — D. Sancho de Faro de Souza . . em 1646.

11.° — D. Diogo de Faro de Souza — filho de D. Sancho em 1648.

12.° — Luiz Carneiro (Conde da Ilha do Principe) filho do precedente.

13.° — Francisco Luiz Carneiro (Conde da Ilha do Principe) filho do precedente em 1691.

14.° — D. Luiz Alvaro de Castro e Souza (Marquez de Cascáes, até 1712, quando as duas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro foram incorporadas á Corôa, mediante indemnisação feita ao mesmo donatário.

A 25 de Fevereiro de 1714, a Camara Municipal de São Paulo tomou posse das 80 léguas da Cósta do Brasil que haviam sido doadas ao Marquez, em virtude da Carta Régia de 14 de Abril de 1712, lavrando-se de tudo o competente termo.

CAPITULO X

Os capitães-móres, loco-tenentes dos donatários, Governadores da Capitania de São Vicente com todas as suas villas e povoados

Depois da retirada de Martim Affonso de Souza para o Reino em 1533, a Capitania de São Vicente começou a ser regida e administrada por capitães-móres, nomeados pelos donatários ou approvados por estes quando sua nomeação não emanava directamente delles, os quaes, sendo-lhes exclusivamente sujeitos, accumulavam a plenitude do regime publico; e, deste amalgama indigésto de poderio discriccionario, com ausencia de responsabilidade peremptória, derivάram-se muitos conflictos e dissenções entre as diversas autoridades, complicações na administração publica, tropeços em seus executores, e o que foi peiór, desprendimentos da justiça, abusos e prevaricações com que muito soffreu o povo. Estas palavras são do Brigadeiro Machado de Oliveira, em seu "Quadro Historico da Provincia de S. Paulo", quasi as mesmas, aliás, de outros chronistas e historiadores, como Pedro Taques, Azevedo Marques, J. J. Ribeiro etc....

Tal estado de cousas e ordem de administração durou até 1708 ou 1709, época em que passou a Capitania, por força da nóva organisação, reunidas as duas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro sob o mesmo nóme de CAPITANIA DE SÃO PAULO E MINAS, a ser governada pelos Capitães Generáes, dos quaes o primeiro foi Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com residencia em São Paulo, o prudente e valoroso Capitão-General, classificado na Historia dos Governos daquelle tempo como "o maiór governador colonial da América".

Santos, portanto, desde o seu inicio como povoado, foi governada tambem por taes capitães-móres, que, apóz sua elevação á categoria de Villa começaram a lhe dispensar

radical e declarada preferencia residindo fixamente nella, tornando-a por esse facto a cabeça não official da Capitania.

Não podia deixar de ser assim, diante da superioridade da sua região e das vantagens advindas da sua collocação junto ao porto abérto ás embarcações de todos os calados.

Aqui damos pois, a relação de todos os capitães-móres, incluindo os da visinha Capitania de Santo Amaro, impossivel quasi de separar de uma cérta época em diante, devido á vida quasi em commum que tinha com São Vicente, a tal ponto que os seus capitães-móres, em geral, como os de São Vicente residiam em Santos. Sobre taes factores accresce ainda a circumstancia de ter havido de 1620 em diante, entre os herdeiros de Martim Affonso e os de Pero Lopes, renhida e prolongada contenda, que confundiu os territórios das duas Capitanias, dando em resultado a existencia de dois capitães-móres loco-tenentes governando e concedendo sesmarias ao mesmo tempo, um em Santos e São Vicente e outro em Itanhaen, transformada por força desse litigio, em cabeça de Capitania, anomalia que durou cincoenta annos:

1.º — Gonçalo Monteiro	de 1533 a 1538.	
2.º — Antonio de Oliveira	de 1538 a 1542.	
3.º — Christovão de Aguiar de Altero	de 1542 a 1545.	
4.º — Braz Cubas	de 1545 a 1549.	
5.º — Antonio de Oliveira (2.ª vez	de 1549 a 1552.	
6.º — Braz Cubas (2.ª vez)	de 1552 a 1554.	
7.º — Gonçalo Affonso	de 1554 a 1556.	
8.º — Jorge Ferreira	de 1556 a 1557.	
9.º — Antonio Rodrigues de Almeida	de 1557 a 1559.	
10.º — Francisco de Moraes	de 1559 a 1563.	
11.º — Pedro Ferraz Barreto	de 1563 a 1567.	
12.º — Jorge Ferreira (2.ª vez)	de 1567 a 1569.	
13.º — Antonio Rod. de Almeida (2.ª vez) ..	de 1569 a 1571.	
14.º — Pedro Collaço Villela	de 1571 a 1573.	
15.º — Jeronymo Leitão	de 1573 a 1580.	
16.º — Antonio de Proença	de 1580 a 1583.	
17.º — Jeronymo Leitão (2.ª vez)	de 1583 a 1592.	
18.º — Jorge Corrêa	de 1592 a 1595.	
19.º — João Pereira de Souza	de 1595 a 1598.	
20.º — Roque Barreto	de 1598 a 1598.	(mezes)
21.º — Diogo Arias Aguirre	de 1598 a 1602.	
22.º — Pedro Vaz de Barros	de 1602 a 1602.	(mezes)
23.º — Roque Barreto (2.ª vez)	de 1602 a 1605.	
24.º — Pedro Vaz de Barros (2.ª vez)	de 1605 a 1605.	(mezes)
25.º — Pedro Cubas	de 1605 a 1607.	
26.º — Antonio Pedroso de Barros	de 1607 a 1608.	
27.º — Gaspar Coqueiro	de 1608 a 1612.	
28.º — Luiz Freitas Mattoso	de 1612 a 1612.	(mezes)

29.º — Nuno Pereira Freire	de 1612 a 1613.	
30.º — Roque Barreto (3.ª vez)	de 1613 a 1613.	(mezes)
31.º — Francisco de Sá Souto Maiór	de 1613 a 1614.	
32.º — Domingos Pereira Jacomo	de 1614 a 1614.	(mezes)
33.º — Pedro Cubas (interino)	de 1614 a 1614.	(mezes)
34.º — Paulo da Rocha Siqueira	Em 1615.	
35.º — Balthazar de Seixas Rabello	de 1615 a 1617.	
36.º — Gonçalo Corrêa de Sá	de 1617 a 1618.	
37.º — Martim Corrêa de Sá	de 1618 a 1619.	
38.º — Balthazar de Seixas Rabello (2.ª vez)	de 1619 a 1620.	
39.º — Manoel Rodrigues de Moraes	de 1620 a 1622.	
40.º — João de Moura Fogaça	de 1622 a 1622.	(mezes)
41.º — Fernão Vieirá Tavares	de 1622 a 1626.	
42.º — Alvaro Luiz do Valle	de 1626 a 1626.	(mezes)
43.º — João de Moura Fogaça (2.ª vez) ...	de 1626 a 1626.	(mezes)
44.º — Gonçalo Corrêa de Sá (2.ª vez) ...	de 1626 a 1632.	
45.º — Pedro da Motta Leite	de 1632 a 1632.	(mezes)
46.º — Francisco da Costa	de 1632 a 1635.	
47.º — Francisco da Rocha	de 1635 a 1638.	
48.º — Antonio de Aguiar Barriga	de 1638 a 1639.	
49.º — Vasco da Motta	de 1639 a 1640.	
50.º — João Luiz Mafra	de 1640 a 1640.	(mezes)
51.º — Calixto da Motta	de 1640 a 1641.	
52.º — Gonçalo Corrêa de Sá (3.ª vez)	de 1641 a 1642.	
53.º — Gaspar de Souza Ulhôa	Em 1642.	(mezes)
54.º — Francisco da Fonseca Falcão	de 1642 a 1642.	(mezes)
55.º — Antonio Ribeiro de Moraes	de 1642 a 1644.	
56.º — Jacques Felix	de 1644 a 1644.	(mezes)
57.º — Antonio Lopes da Costa	de 1644 a 1647.	
58.º — Manoel Carvalho	de 1647 a 1649.	
59.º — Manoel Pereira Lobo	de 1649 a 1649.	(mezes)
60.º — Dionisio da Cósta	de 1649 a 1650.	
61.º — Alvaro Luiz do Valle	de 1650 a 1652.	
62.º — Francisco Alvaro Marinho	de 1652 a 1652.	(mezes)
63.º — Gonçalo Couraça de Mesquita	de 1652 a 1653.	
64.º — Valerio Carvalho	de 1653 a 1653.	(mezes)
65.º — Jorge Fernandes da Fonseca	de 1653 a 1654.	
66.º — Gonçalo Couraça de Mesquita (2.ª vez)	de 1654 a 1656.	
67.º — Simão Dias da Fonseca	de 1656 a 1656.	(mezes)
68.º — Manoel de Souza da Silva	de 1656 a 1657.	
69.º — Manoel de Quevedo e Vasconcellos ..	de 1657 a 1658.	
70.º — Jeronymo Pantojo Leitão	de 1658 a 1660.	
71.º — Jorge Fernandes da Fonseca (2.ª vez)	de 1660 a 1662.	
72.º — Antonio Raposo da Silveira	de 1662 a 1665.	
73.º — Cypriano Tavares	de 1665 a 1665.	(mezes)
74.º — Thomaz Fernandes de Oliveira	de 1665 a 1666.	
75.º — Agostinho de Figueiredo	de 1666 a 1668.	
76.º — Jorge Bron	de 1668 a 1669.	
77.º — Henrique Leitão Robalo	de 1669 a 1670.	
78.º — Athanazio da Motta	de 1670 a 1675.	
79.º — Thomaz Fernandes Oliveira (2.ª vez)	de 1675 a 1677.	
80.º — Diogo Pinto do Rego	de 1677 a 1679.	
81.º — Luiz Lopes de Carvalho	de 1679 a 1681.	
82.º — Diogo Pinto do Rego (2.ª vez)	de 1681 a 1684.	
83.º — Diogo Arias de Araújo	de 1684 a 1684.	(mezes)

84.º — Pedro Taques de Almeida de 1684 a 1687.
85.º — Felippe de Carvalho de 1687 a 1690.
86.º — Manoel Peixoto da Motta de 1690 a 1694.
87.º — Manoel Garcia de 1694 a 1695.
88.º — Manoel Peixoto da Motta (2.ª vez) .. de 1695 a 1697.
89.º — Gaspar Teixeira de Azevedo de 1697 a 1698.
90.º — Martim Garcia Lumbria de 1698 a 1699.
91.º — Diogo Arcaze de Aguirre de 1699 a 1707.
92.º — José de Godoy Moreira de 1707 a 1708.

OS CAPITÃES GENERAES QUE GOVERNARAM A NOVA CAPITANIA DE SÃO PAULO E MINAS

1.º — Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho — posse a 18 de Junho de 1710.

2.º — D. Braz Balthazar da Silveira — posse a 31 de Agosto de 1713.

3.º — D. Pedro de Almeida Portugal (Conde de Assumar) — posse a 4 de Setembro de 1717.

4.º — D. Rodrigo Cesar de Menezes — posse a 5 de Setembro de 1721.

5.º — Antonio da Silva Caldeira Pimentel — posse a 15 de Agosto de 1727.

6.º — Antonio Luiz de Tavora (Conde de Sarzedas) — posse a 15 de Agosto de 1732.

7.º — Gomes Freire de Andrade (Marquez de Bobadella) ao mesmo tempo Governador do Rio de Janeiro — pósse a 1.º de Dezembro de 1737.

8.º — D. Luiz de Mascarenhas — posse a 12 de Fevereiro de 1739. Retirou-se D. Luiz para Lisboa no dia 1.º de Março de 1750, ficando então a Capitania de S. Paulo e Minas sujeita ao governo do Rio de Jeneiro, desde o referido anno de 1750 até 1766, com um Capitão-General de sua nomeação, que governava a Capitania residindo na cidade de Santos.

Santos, por dezeseis annos tornou-se a séde do Governo da Capitania, sujeita ao Governo do Rio de Janeiro.

9.º — D. Luiz Antonio de Souza — posse em 7 de Abril de 1766, com residencia nóvamente em São Paulo, então cabeça da Capitania do seu nóme.

10.º — Martim Lopes Lobo Saldanha — posse em 14 de Junho de 1775.

11.° — Francisco da Cunha Menezes — posse em 16 de Março de 1782.
12.° — Francisco José Raymundo Chichorro da Gama Lobo — interino — posse em 5 de Maio de 1786.
13.° — Bernardo José de Lorena — posse em 5 de Julho de 1788.
14.° — Antonio Manoel de Mello e Castro Mendonça, — posse em 28 de Junho de 1797.
15.° — Antonio José da Franca e Horta — posse em 10 de Dezembro de 1802.
16.° — Marquez de Alegrete — posse em 1.° de Novembro de 1811.
17.° — Conde de Palma — posse em 8 de Dezembro de 1814.
18.° — João Carlos Augusto de Oeynhausen — posse em 25 de Abril de 1819.

CAPITULO XI

Os primeiros feitôres arrecadadores Provedores ou thesoureiros da Fazenda e a primeira Alfandega de Santos

(Bréve histórico desse estabelecimento)

Quando Martim Affonso de Souza chegou ao Porto de São Vicente em 1532, todo o seu trabalho foi de organisação, localisação dos seus homens, aproveitamento das melhóres terras da região e creação da Villa capital sobre o que existia do primitivo povoado de São Vicente.

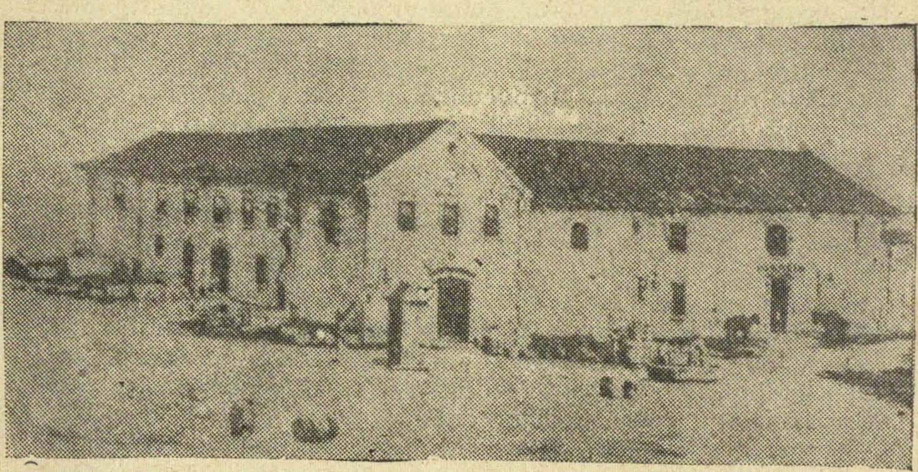
Como é logico e natural, naquelle inicio de colonisação regular, não existiam rendas, e, a assistencia pessoal de Martim Affonso tornava desnecessária a nomeação de uma autoridade arrecadadora ou simplesmente fiscalisadora, onde não havia rendas a fiscalisar ou a arrecadar devendo-se considerar os dois primeiros annos, de 1532 e 1533 em grande parte, como periodos de simples estabelecimento e organisação, até que apparecessem os primeiros fructos das plantações realizadas durante os primeiros mezes e se firmassem os portuguezes para a preagem do gentio visinho ou a sua simples atracção para os arraiaes lusitanos.

Não sabemos pois, sob que fundamento o Snr. Julio Pereira Caldas, descrevendo a existencia da Alfandega de Santos, de que é, indiscutivelmente, o maiór conhecedor, por occasião da inauguração do novo prédio actual, declarou ter sido Belchior de Azevedo o primeiro Provedor ou arrecadador de São Vicente, em 1532.

Ao que suppômos, o primeito feitôr, Capitão, e portanto arrecadadôr das rendas de São Vicente foi Gonçalo Monteiro, nomeado por Martim Affonso, á sua partida para Portugal, occasião em que, de facto, tal nomeação se justificava.

Ao mesmo tempo, conforme expuzémos em nosso Capitulo VII, teria sido Braz Cubas nomeado feitôr ou fiscal das rendas da Capitania, na parte de Enguaguassú, no nucleo que se formára nas abas do actual Monte Serrate e nas cercanias da futura Santos, abrangendo o Cubatão, as Néves, Jurubatuba, Ilha Barnabé, Bertióga e Bocaina actuaes, cargo esse, que, em 1535 ou 1536, ao dirigir-se a Portugal, teria elle passado a Rodrigo de Lucena, como faz suppôr o Auto de Posse de 10 de Agosto de 1540, no qual, como já vimos no mesmo Capitulo VII, vamos encontral-o, a este, investido de tal cargo.

Com a volta de Braz Cubas da Europa em 1540, não sabemos se Rodrigo de Lucena lhe teria feito a devolução do logar, mas paréce que não, devido á circumstancia que adean-



A Alfandega e o Correio de 1806, localisados no antigo collegio dos Jesuitas.

te citaremos. Temos antes a impressão, de que, sómente em 1549 deixou Rodrigo de Lucena o logar de arrecadadôr ou thesoureiro do povoado tornado Villa desde 1546, quando o enviado do Rei, Antonio Cardoso de Barros entregou a Provedoria a Braz Cubas, como havemos de ver.

Santos, portanto, desde o seu inicio como simples nucleo agricola e a contar da partida de Martim Affonso, em 1533, quando começavam a apparecer os primeiros resultados da colonisação, em sentido geral, teve até o anno de 1549, apenas dois feitôres, encarregados de recolher as rendas do Rei e do Donatário, na forma dos Regimentos trazidos por este, afim de entregal-as, por sua vez, ao ouvidôr

ou Capitão-Mór de São Vicente, e esses foram: Braz Cubas, de 1533 a 1536, e Rodrigo de Lucena, de 1536 a 1549. Neste anno, ao passo que Antonio Tinoco exercia a Provedoria geral da Capitania, com séde em São Vicente, nóvamente Braz Cubas passou a exercer o cargo de arrecadadôr da Villa de Santos, até 1551, quando foi feito Provedôr Geral da Capitania, em substituição de Antonio Tinoco, mas então com séde em Santos já dotada de Alfandega havia um anno.

Nesses primeiros tempos, as rendas da Capitania, por força da confusão e da distribuição de poderes entre duas autoridades, uma na parte occidental, outra na parte oriental da ilha, e talvez pela necessidade de protecção e estimulo aos primeiros colonisadores já a braços com as difficuldades naturaes da colonia, não éram cobradas com precisão ou regularidade; por isso, mandou El-Rey D. João III, em 1548, a Antonio Cardoso de Barros, que viésse de Portugal, investido da qualidade de Provedor-Mór da Fazenda Real, afim de regularisar as Provedorias existentes no Brasil, começando pela da Bahia, e de fundar as necessarias casas de Alfandega.

Por isso é que achamos ter Rodrigo de Lucena continuado no cargo de feitôr do povoado de Enguaguassú, tornado Porto de São Vicente em 1541 e Villa do Porto de Santos em 1546, visto que, se fosse Braz Cubas o encarregado das rendas do Rei, cértamente ellas não seriam mal administradas como vamos ver na lamentação real do Regimento de 17 de Dezembro de 1548, nem a arrecadação de Santos lhe seria confiada em 1549 e a Provedoria Geral da Capitania lhe seria entrégue em 1551.

No regimento de Dezembro de 1548, supra-citado, entregue a Antonio Cardoso de Barros, dizia o Rei D. João: (1)

> "...E porque as minhas rendas e direitos nas ditas terras até aqui não foram arrecadadas como cumpria, por não haver quem provesse nellas: e para que a arrecadação dellas se ponha na ordem que a meu serviço cumpre, ordenei mandar ora ás ditas terras uma pessoa de confiança que sirva de Provedor-Mór de minha fazenda, etc..."

Datam, pois, desse anno, as primeiras Alfandegas do Brasil, incluindo a de São Vicente e depois a de Santos, sendo seu creador o Provedor-Mór Antonio Cardoso de Barros.

(1) Rocha Pombo — "HISTORIA DO BRASIL" — pag. 452 — Vol. V.

Chegou Antonio Cardoso de Barros com Thomé de Souza, por fins de Março de 1549, dando logo inicio á sua difficil e delicada taréfa.

"Assim que teve tudo em ordem na Capital da Colonia (Bahia), sahiu a visitar as capitanias do Sul até São Vicente, onde regularisou os negocios do fisco, encarregando da Provedoria da Fazenda ao nobre e honrado Braz Cubas. Tanto em Santos, como nas demais villas maritimas onde esteve, ordenou que se construissem casas para Alfandega; e, quando por fins de 1550 se recolheu á Bahia, tinha razão para dizer que estava mudada aquella phase de anarchia com que tanto se impressionava a metrópole. (1)

Confirmando o documento transcripto por Rocha Pombo e esta sua passagem, verificámos, já em Agosto de 1549, e pela primeira vez nos documentos da época, a existencia da Alfandega de São Vicente, a primeira da Villa e a segunda installada no Brasil, pela Escriptura de 11 de Agosto do referido anno, passada por Antonio Rodrigues de Almeida, Escrivão da Fazenda: (2)

> "...e eu Antonio Rodrigues de Almeida, escrivão da Fazenda, por El-Rei Nosso Senhor em toda esta Capitania, que esta trasladei de outro traslado de verbo ad verbum, nesta Villa de São Vicente, NAS CASAS DA ALFANDEGA DO DITO SENHOR..."

Antes disso, as repartições arrecadadoras, como seus encarregados, paréce terem-se abrigado em casas particulares ou nas Casas de Conselho, havendo na região santista como na região de São Vicente, trapiches destinados ao recebimento e depósito de mercadorias chegadas ou a sahir, onde aguardavam a opportunidade de retirada ou embarque, sob pagamento antecipado das taxas estabelecidas, sendo o de São Vicente em terreno fronteiro a Tumyarú, entre as terras de sesmarias de Antonio Rodrigues e Pero Corrêa, no chamado "Porto das Náus" de São Vicente, e o da região da futura Santos, lógo á entrada do antigo Rio de São Vicente, mais tarde Rio de Santo Amaro e hoje estuário ou canal de Santos, no primitivo Porto de São Vicente, junto á Ponta da Praia, que serviu as duas regiões até o anno de 1541, quando foi transferido para o lagamar de Enguaguassú.

(1) Idem. Obra citada pag. 453.

(2) Azevedo Marques — "APONT. HIST. GEOGR., ETC." — TOMO II — Pag. 170.

Quando Braz Cubas assumiu o cargo de arrecadador das rendas de Santos, por incumbencia de Antonio Cardoso de Barros em 1549/1550, tratou elle, de accordo com a ordem régia, de installar a Casa da Alfandega da Villa de Santos, sendo esse, um dos factores indiscutiveis do declinio da Villa de São Vicente, cuja Alfandega foi sempre relegada a um plano inferior. Sómente a 18 de Junho de 1551, é que foi passada a Braz Cubas, a Provisão que o effectivava no cargo de Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Vicente, occasião em que Antonio Cardoso de Barros chegou a Portugal, dando conta ao Rei de quanto fizéra no Brasil.

A primeira Alfandega de Santos, data pois, de 1550, e, pelas melhóres deducções funccionou junto ao prédio do Conselho da Villa, até cerca de 1570, quando, pelo máu es-



A Alfandega de 1876, demolida cêrca de 1930, para construcção do Palacio actual.

tado do mesmo prédio, installou-se em casas particulares, dahi passou ao que paréce para um prédio próprio pela altura de 1650 onde viu realizar-se sua equiparação á Alfandega do Rio de Janeiro em 1720, depois, cerca de 1750 passou a occupar casas particulares junto ao mar até 1806, quando se transferiu definitivamente para o local da primeira installação presumivel, para o prédio em que funccionára o "Collegio dos Jesuitas" ou "São Miguel" até 1768,

data da segunda expulsão dos padres e de sua incorporação ao patrimonio real, onde funcciona até hoje, apóz varias refórmas.

Feitas estas observações necessarias ao histórico da nossa Alfandega e das primeiras autoridades fiscaes da colonia, vamos transcrever "in-totum" o trabalho do Snr. Julio Pereira Caldas, que é o mais completo e detalhado, escripto até hoje neste sentido, e que mereceram de nossa parte apenas as observações iniciaes deste Capitulo: (1)

"A Alfandega, desde seu inicio, sempre esteve intimamente ligada e subordinada á repartição encarregada de fiscalizar e arrecadar as rendas da Fazenda Publica, e que, no decorrer destes quatro seculos, tem tido as seguintes denominações: Feitoria, Provedoria, Junta da Real Fazenda, Thesouraria da Fazenda, e, actualmente, Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional. Até 1765, quando foi criada a Junta da Real Fazenda, em São Paulo, os funccionarios exerciam cummulativamente empregos nas duas repartições; assim, o Provedor, era tambem o Juiz da Alfandega, além de outros cargos que accumulava; o Escrivão da Fazenda Real e da Matricula era tambem Escrivão da Alfandega; o Meirinho da Fazenda Real era o Porteiro da Alfandega. Mesmo depois, na propria Alfandega, um só funccionario exercia varios empregos; assim, o Juiz era tambem sellador; o Porteiro era ao mesmo tempo conferente. A razão das accumulações de empregos provinha da falta de renda para pagamento dos funccionarios, os quaes apenas recebiam determinados emolumentos e propinas; e como não fossem sufficientes os rendimentos de um só lugar, occupavam tantos quantos fosse possivel obter. De forma que o lugar de Juiz desta Alfandega vinha sendo exercido, por accumulação, pelo Provedor da Fazenda Real, desde 1532 até 1775, anno em que foi extincto o cargo de Provedor, na pessoa do dr. José Gomes Pinto de Moraes, nomeado em 1 de julho de 1771, para servir, interinamente, o lugar de Provedor, durante o impedimento de José Honorio de Valladares e Alboym, que vinha soffrendo de prolongada molestia.

Lista dos Provedores, Contadores e Juizes da Alfandega (1532-1775):

Belchior de Azevedo, Provedor, 1532; Antonio de Oliveira, Feitor, Provisão de 18-1-1537, Antonio Tinoco, Pro-

(1) "Dirigentes da Alfandega de Santos" — "A TRIBUNA" — numero de 19/11/934 — Pag. 2.

visão de 2-2-1548; Braz Cubas, Carta de Mercê de 18-6-1551; Pedro Cubas. 1595-1599; Gaspar de Abreu. Provisão de 7-3-1609; Fernão Vieira Tavares, 1622-1624; Amador Bueno da Ribeira, Provisão de 6-12-1633; Sebastião Fernandes Corrêa, Primeiro Proprietario, 1636; Sebastião Velho de Lima (substituto), Provisão de 11-10-1658; Sebastião Fernandes Corrêa, Segundo Proprietario, Provisão de 19-2-1660; Cypriano Tavares Cabral (substituto); Capitão Paulo Rodrigues de Lara (substituto); Gaspar Gonçalves de Araujo (substituto), Provisão de 14-8-1665; Pedro Taques de Almeida (substituto); Thimotheo Corrêa de Góes, Terceiro Proprietario, 168..-1732; Antonio Francisco Lustosa (substituto), 1732-1734; José de Godoy Moreira, Quarto Proprietario, 1734-1765; Domingos Luis da Rocha, interino, 1765; Dr. Joaquim José Coelho da Fonseca, interino, 1765; José Honorio de Valladares Alboym, 1765-1775; Dr. José Gomes Pinto de Moraes, interino 1771-1775.

* * *

De 1775 até 1882 passou o cargo de Juiz da Alfandega a ser exercido, tambem por accumulação, pelo Juiz de Fóra da Villa de Santos.

Lista dos Juizes da Alfandega e Juizes de Fóra (1775-1808):

Dr. José Carlos Pinto de Souza, Dr. Marcelino Pereira Cleto, Dr. José Antonio Apolinario da Silveira, Dr. Sebastião Luis Tinoco da Silva, Dr. Luis Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça, Dr. João de Sousa Pereira Bueno, Alvará de 3-5-1802.

* * *

Insignificante era o movimento commercial maritimo do porto de Santos até o anno de 1808, pois o expediente de sua Alfandega apenas occupava tres funccionarios, a saber: um juiz da Alfandega, um escrivão e um meirinho.

Grandes acontecimentos, porém, estavam reservados ao progresso e libertação do Brasil no seculo XIX. Assim, o seu desenvolvimento commercial teve inicio com a abertura de seus portos ao commercio internacional, por carta régia de 28 de janeiro de 1808.

Por convenio entre D. João VI e Jorge III, em 1807, quando Napoleão pôs Junot á frente de um exercito para invadir as fronteiras portuguesas, foi a séde da Monarchia

transferida para o Brasil, chegando a Côrte e cerca de quinze mil pessoas da maior nobreza portuguesa, em fuga precipitada, ao Rio de Janeiro, a 8 de março de 1808.

Data, pois, de 1808, o inicio da legislação brasileira, bem como a criação de varias repartições publicas no Rio de Janeiro, séde do governo, taes como o Erario Régio e o Conselho de Fazenda, criados por alvará de 28 de junho de 1808.

Mais tarde, no governo de D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, que serviu de 8 de dezembro de 1814 a 25 de abril de 1819, em substituição a Luis Telles da Silva, Marquês de Alegrete, successor de Antonio José da Franca e Horta, a Capitania de São Paulo passou a ter a categoria de provincia, por força da carta de lei de 16 de dezembro de 1815, que elevou o Brasil a reino unido de Portugal e Algarves, vindo em seguida o brado de "Independencia ou morte", nas margens do rio Ypirança, a 7 de setembro de 1822, dia seguinte á visita do principe aos santistas, ficando assim o Brasil livre do jugo do governo português.

Lista dos Juizes da Alfandega (1808-1834):

Dr. João de Sousa Pereira Bueno, Alvará de 3-5-1802; Gabriel Mendes dos Santos, Fernando Pacheco Jordão, Dr. José Antonio Pimenta Bueno e Antonio Candido Xavier de Carvalho e Sousa.

* * *

As Alfandegas do Brasil, em virtude do art. 49 da lei de 15 de novembro de 1831, tiveram o regulamento de 25 de abril de 1832, modificado pelo decreto de 20 de setembro de 1834, decreto A de 22 de junho de 1836 e, successivamente, até á actual Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Por força do decreto de 17 de novembro de 1834, passou o cargo de director da Alfandega a ter a denominação de Inspector.

Lista dos Inspectores da Alfandega de Santos (1835-1934):

Antonio Candido Xavier de Carvalho e Sousa, decreto de 3-2-1835; José Vicente Garcez Trant, decreto de 3-12-1838; José Baptista da Silva Bueno, decreto de 20-4-1844; Dr. João Ignacio Silveira da Motta, decreto de 21-1-1870; Antonio Justino de Assis, decreto de 27-3-1872; Dr. Antonio Pedro da Costa Pinto, 1877; Leandro Ferreira Campos, 1878; Dr. Aristides Cesar de Almeida, decreto de 22-3-1879; Antonio Joaquim de Sousa Botafogo, 1879; Sebastião José Cavalcanti,

decreto de 29-12-1879; Antonio Ignacio de Mesquita Neves, decreto de 14-2-1880; Camillo José de Carvalho, decreto de 7-5-1881; João Curvello Cavalcanti, decreto de 13-1-1883; Umbelino Guedes de Mello, decreto de 4-8-1883; Camillo de Andrade, 26-7-1884; João Francisco de Paula e Silva, decreto de 10-10-1885; José Baptista de Castro e Silva, 9-12-1889; Francisco Alves da Silva, 1889; Antonio de Araujo Lima de Macedo, 1891; Alvaro Ramos Fontes, 1893; Leopoldo Leonel de Alencar, decreto de 6-2-1894; Albano Duarte Godinho, decreto de 19-6-1894; Turibio Guerra, decreto de 1-7-1895, Antonio Roberto de Vasconcellos decreto de 9-12-1896; Joaquim Fernandes da Silva, decreto de 27-1-1906; Annibal de Sousa Castro, decreto de 18-11-1909; Crescentino Baptista de Carvalho, decreto de 15-9-1910; Joaquim Liberato Barroso, decreto de 20-9-1911; José André Maia Filho, decreto de 13-8-1912; Turibio Guerra, decreto de 11-12-1913; João Duarte Lisboa Serra, decreto de 13-4-1914; Manoel de Castro Lima, decreto de 30-11-1914; Manoel Bernardino de Figueiredo Portugal, decreto de 27-10-1915; Annibal de Sousa Castro, decreto de 17-10-1917; Bartholomeu de Sá e Sousa, decreto de 10-3-1920; Alberico de Sousa Campos, decreto de 15-6-1921; Pedro Torres Leite, decreto de 5-1923; Francisco Castello Branco Nunes, decreto de 12-9-1923; Xisto Vieira Filho, decreto de 30-12-1925; dr. Trajano Canedo Alves Pequeno, decreto de 16-10-1926; Antonio Eduardo de Lenhoff Brito, decreto de 3-2-1927; dr. João Domingues de Oliveira, decreto de 11-4-1928; Alfredo Seabra, decreto de 29-1-1930; Alberto Solano Carneiro da Cunha, decreto de 30-7-1931; dr. Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, decreto de 5-5-1932; Pedro de Castro Samico (ord. telegraphica n. 718), 4-10-1932; Alberto Fernandes Marques, decreto de 28-10-1932; Dr. Trajano Canedo Alves Pequeno (portaria n. 666), 17-5-1933; Francisco de Abdon Arroxellas (portaria n. 917), 24-7 1933; Manoel Tavares Guerreiro, 17-8-1933, e Dr. Ignacio Tavares Guimarães em fins de 1936".

CAPITULO XII

O primeiro Conselho Santista

Não está perfeitamente fixada a phase inicial do Conselho da Villa do Porto de Santos, sabe-se porem, por noticias colhidas esparsamente em algumas escripturas e cartas primitivas, que elle começou a funccionar pelo anno de 1547, apóz a elevação do Porto de Santos á categoria de villa, formado pelos fundadores do povoado anterior e homens principaes do logar, sob a presidencia provavel de Pedro Martins Namorado, feito juiz pedaneo em 1544 e mais tarde juiz ordinario, sendo Braz Cubas o alcáide ou Capitão-Mór por Provisão de 1545.

Ignoramos a composição nominal do primeiro Conselho santista, mas devia apresentar pouca differença em sua organisação, dos Conselhos ou Camaras estabelecidos no dominio dos Felippes, quando funccionavam geralmente: um juiz ordinário, dois ou tres vereadores, um escrivão, e um procurador do Conselho, eleitos pelos homens bons da terra, sendo que, nas povoações menóres o procurador servia de Thesoureiro.

Aos Vereadores então, competia organizar as posturas e vereações, nomeando um almotacé, encarregado das mesmas posturas, da fiscalisação e aferição dos pesos e medidas, dos preços dos comestiveis e de zelar pelo asseio e policiamento das povoações.

A autoridade dos juizes ordinarios cessava quando haviam juizes de fóra nomeados pelo Rei. Em Santos, porem, só dois séculos mais tarde, é que existiu juiz de fóra.

Tinham todos os componentes do Conselho importantes privilégios, e, entre elles, o de não poderem ser presos, processados ou suspensos senão por ordem régia.

Comprovando o que dissémos, vemos na escriptura de 26 de Março de 1585, que transferiu o predio do Conselho santista para o dominio dos jesuitas, a seguinte composição

da Camara naquelle anno: Juiz Ordinario, João Franco — Vereadores Diogo Rodrigues e Simão Machado — Procurador, Alonso Pelaes, não figurando apenas o escrivão e o almotacé por tratar-se de uma transmissão de propriedade, em que as suas assignaturas éram naturalmente dispensáveis.

Um documento, o mais remoto, talvez, que attesta a existencia do referido Conselho alguns annos sómente apóz a epoca attribuida á sua fundação, e a sua pobreza inicial, é a carta de D. Duarte da Cósta ao Rei D. João III, escripta de São Salvador da Bahia a 3 de Abril de 1555 (1) contendo porem, informações fornecidas de Santos pelo menos um anno antes, onde há este trecho:

> "...Tambem, Senhor, na mesma Capitania na villa de Santos á dous regatos em que entra o mar, onde estam duas pontes de madeira que se cobrem com a maré e estam ambas nas principaes ruas da dita vila todos os anos se concertam de novo, porque a agua as derruba, *o Concelho hé muito pobre que as nam pode concertar a sua custa* e os moradores tambem e recebem niso grande opresam, hum Cristovam Caldeira, degredado pera a Bretiogua por cinco annos morador na dita villa, commetteu ao dito ouvidor que lhe quitasse o dito degredo e que faria as duas pontes á sua custa de pedra e cal e de tijolo de maneira que o mar as não levasse pareceu bem ao ouvidor (2) pelo enobrecimento da dita villa e polo gasto que lhe tira, deume conta diso, Vosa Alteza o devia assim haver por bem..." (3)

A primeira Casa do Conselho, póbre e pequena, fôra levantada inicialmente onde hoje está a Alfandega da cidade, e nella se reuniram os primeiros elementos até cerca de 1570, quando, pelo estado de ruinas em que o prédio

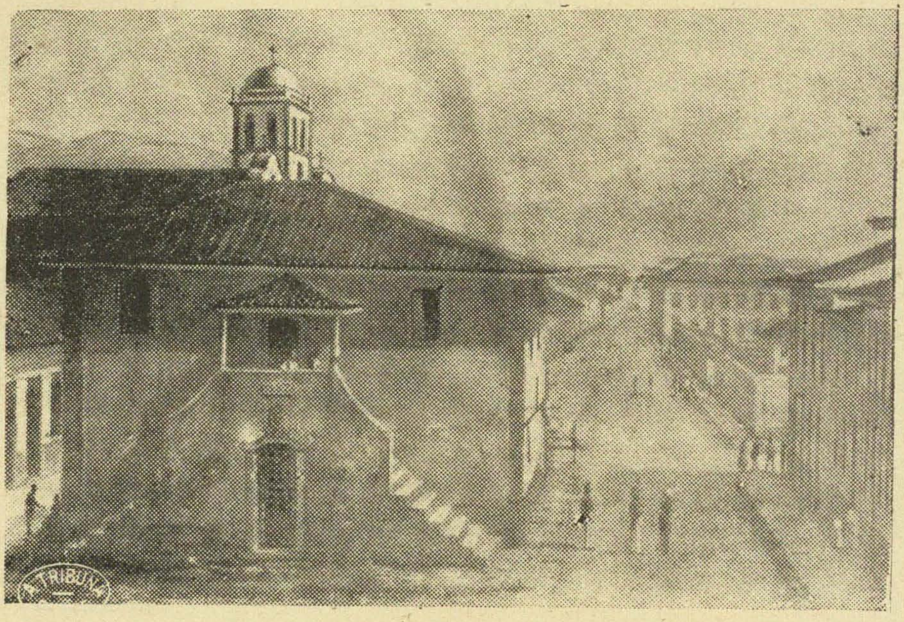
(1) "Archivo da Torre do Tombo" — Corpo Chronológico — I, 95, 36 — Transcripção constante da "Historia da Colonisação do Brasil" — Vol. III — Pag. 372.

(2) O ouvidôr citado nesta carta déve ser Gonçalo Affonso, empossado em 1554, em successão a Braz Cubas (2.ª gestão).

(3) Este documento de 1555 demonstra que desde os primeiros tempos da Villa de Santos, as casas dos seus moradores mais abastados éram normalmente feitas de pedra, cal e tijolo, cobertas de telha, como as europeas.

se achava, deixaram-no ao abandono. Sómente em 1572, assumindo a Donataria de São Vicente o novo Donatário Pedro Lopes de Souza, em substituição a seu pae Martim Affonso, foi ella reconstruida, mas ahi como sobrado, custeada a meias pelo Conselho e pela Fazenda de Pedro Lopes.

Nesse sobrado de 1572 continuaram a se reunir os vereadores de Santos, sob a presidencia do Juiz Ordinario da época e seus successores, até o anno de 1585, quando foi o mesmo prédio, pela escriptura já referida, de 26 de Março desse anno, doado aos padres jesuitas para nelle installarem o seu collegio, seu mosteiro e sua igreja.



A segunda "Casa do Conselho" — 1586.
(aspecto do século dezoito)

No referido anno de 1585, abandonada aos padres a casa antiga, realizaram os vereadores e homens principaes de Santos, a compra do chão e casa já em meio, de um João Fernandes de Brum, recem-fallecido, que ficavam junto ao rio de cima, mais tarde chamado "ribeirão do Carmo" onde acabaram de construir o novo prédio, transferindo para elle o Conselho da Villa, estando a Capitania sob o governo de Jerónymo Leitão.

Em 1697, esse prédio, em estado de ruinas, foi reconstruido inteiramente, servindo durante todo o século dezoito e uma parte do século dezenóve, quando já transformado o antigo Conselho em Senado da Camara de Santos, foi elle transferido para o logar onde agóra estão a Cadeia e o Forum locaes, passando ainda dali, já com o nóme de Camara Municipal de Santos, na ultima phase do século passado, para o prédio construido pelo Commendador Ferreira Netto, onde se acha ainda hoje, á espéra de que se conclúa o novo e grande palacio da Municipalidade, iniciado em Dezembro de 1936 e cuja inauguração deverá verificar-se a 26 de Janeiro de 1939 segundo se diz nos meios informados.

CAPITULO XIII

O Hospital e a Igreja da Misericordia. Época e local da fundação. Um ponto de confiança para a colonisação. As tres phases

Quando se transferiu para junto do povoado de Enguaguassú o antigo Porto de São Vicente, o fundeadouro official que durante trinta annos seguramente existira ao fim da praia de Embaré (actual Ponta da Praia), e isso pela altura de 1541, o pequeno povoado que mais tarde seria Santos, começou a ser chamado pelo nóme do porto recemtransferido, constando desde então, como o novo Porto de São Vicente, facto de que lhe adveio um progresso mais accentuado.

A volta de Braz Cubas de Portugal, verificada em 1540, trazendo o seu estabelecimento em local fronteiro, na antiga ilha Pequena (hoje Barnabé) trouxéra tambem e como consequencia, essa grande vantagem para o povoado, ignorando-se porem, se essa e outras inciativas posteriores tomadas pelo illustre patrono dos primeiros tempos santistas, foram resoluções proprias, ou producto de recommendações trazidas do reino, cujo intuito fosse favorecer a óbra da colonisação. Quér nos parecer que houve ahi, um pouco das duas hipótheses.

Mal se havia feito a transferencia do porto para o fundeadouro do lagamar, quando verificou-se em São Vicente o movimento do mar de 1541/42 que poz em sobresalto toda a villa, provocando naquelle principio de 1542 o exodo dos mais timoratos para o outro lado da ilha onde o remansado das aguas offerecia maior tranquillidade de espirito e uma maior extensão de terras cultiváveis convidando a preferencia do agricultôr extrangeiro. Assim, ganhou o povoado do Porto um accrescimo regular de população, surgindo então a idéa da creação de um hospital nelle, para assistir aos

doentes de terra ou aos que chegavam á bordo dos navios em transito. Poz-se Braz Cubas á frente da iniciativa, colhendo o auxilio dos companheiros de colonisação, obtendo entre todos, os meios necessarios ao inicio immediato da óbra ideada, e, afinal, no mesmo anno de 1542, em que se produziu o exodo de São Vicente, dava-se começo á casa dos enfermos no povoado agricola que se engastava na face oriental da ilha vicentina, participando cértamente, deste merecimento, os fundadores Pascoal Fernandes, Domingos Pires, José e Francisco Adorno e Luiz de Góes, alem de outros.

A inauguração do estabelecimento verificou-se em 1543, e com muita probabilidade tambem no dia 1.° de Novembro, observado o espirito extremamente religioso do povo daquella época, motivo porquê teria elle recebido a invocação de Todos os Santos com que se iniciou, e não sómente por imitação ou analogia a um congenere existente em Lisbôa.

Esse Hospital foi o primeiro installado no Brasil e a sua existencia assúme uma importancia capital na história da cidade e da propria colonisação portuguesa, embóra não pareça a muitos,, visto que, com elle creou-se a confiança do immigrante ante a ameaça dos perigos e dos males tropicaes, o qual até então estivéra sem a garantia de uma assistencia effectiva em favor de sua vida, necessaria á tranquillidade dos que partiam e ao socego dos que ficavam no reino na expectativa do triumpho dos paes, dos irmãos ou dos filhos, que para tão longe seguiam embalados na esperança de voltar um dia. Não se déve porem, como se vinha fazendo antes, confundir a fundação da Misericordia e seu hospital com a fundação da propria Santos, factos bem distinctos e distantes como já vimos em capitulos anteriores. Da invocação desse Hospital, isso sim, sahiu pouco tempo depois o nóme para a povoação, como baptismo expontaneo e natural realizado aos poucos pelo uso popular, consagrado definitivamente em 1546 por occasião da sua elevação á categoria de villa, como Villa do Porto de Santos.

Disse Frei Gaspar em suas "Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente", que "o mesmo Braz Cubas, com esmólas e ajutórios dos confrades, edificou uma igreja com o titulo de N. S. da Misericórdia e junto a ella um hospital". Acreditamos haver nisto, um engano da parte do famoso monge conterrâneo, não passando a referencia que elle faz da igreja, de simples supposição.

Como se creou para administração e assistencia ao hospital a Confraria da Misericórdia, confirmada por D. João III em Almeirim, a 2 de Abril de 1551 com a vantagem de todos os privilégios concedidos por D. Manoel ás Misericórdias do Reino, achou Frei Gaspar talvez, por deducção, que se fez tambem uma igreja. Entretanto, nenhuma noticia documental se tem dessa Igreja, e a verdade paréce limitar-se ao seguinte:

Desde 1540 existia no pequeno outeiro de Santa Catharina a igrejinha da mesma Santa, mandada fazer por Luiz de Góes e sua mulhér Da. Catharina de Aguillar, como aliás confessa Frei Gaspar na mesma óbra; e, como ao lado dessa pequena igreja, cincoenta metros para o nórte foi construido dois annos depois o Hospital de Todos os Santos, em terreno ainda do mesmo Luiz de Góes ou de Pascoal Fernandes (visto que a primeira compra de terras effectuada por Braz Cubas a Pascoal Fernandes data de 1546), tomouse essa igrejinha como sendo construida juntamente com o referido hospital, ao seu lado e sob a denominação de Igreja da Misericordia.

Na escriptura de 3 de Janeiro de 1547, para tomarmos por base um documento, lavrada pelo Tabellião da Villa de Santos, Luiz da Cósta, relativa a uma venda de casas feita por Francisco Sordido e sua mulher Isabel Rodrigues a Pedro Rozé, depara-se na confrontação desses immóveis, com a confirmação da existencia do Hospital inaugurado quatro annos antes, sem nada porem, se ver, relativo á tão fallada Igreja, que, se de facto existisse junto a elle, não poderia deixar de ser citada conjunctamente, na mesma escriptura. Isso revéla, de accordo com a nossa opinião, o seu maiór afastamento do local, a ponto de identifical-a com a igrejinha de Santa Catharina, construida na base do outeiro, como dissémos. Nesta capella é que, naturalmente se realizaram os oficios religiósos e os ceremoniaes da Confraria da Misericordia, durante a primeira phase da sua existencia, vindo dahi a confusão. Essa igrejinha tambem, foi que desempenhou as funcções de Matriz do povoado, mesmo depois de sua elevação á categoria de villa, em 1546, sendo seu capellão o depois vigario de Santos, padre Simão de Oliveira (1).

(1) Calixto em seu famoso tryptico sobre a instauração da Villa de Santos, existente na parede da Bolsa Official de Café, que é uma preciosidade como pintura, e que existe reproduzido, em livros, galerias e museus ou Institutos, além de outros érros históricos, pra-

O primeiro hospital da Misericórdia existiu, pois, onde hoje fica a Rua Visconde do Rio Branco, ao fundo da Praça Telles, emquanto a Capella que serviu de igreja da Confraria existiu cerca de cincoenta métros alem, ao meio da actual Rua Visconde do Rio Branco, junto ao pequeno outeiro de que ainda existem uns pedrouços, e dela nada mais existe desde o meio do século passado.

Infelizmente persistem as lendas sobre este ponto da história local, como sobre outros muitos; e, num quadro muito vulgarizado de Benedicto Calixto, citado em nota abaixo, em que o pintor-historiador reproduziu imaginosamente o acto official da elevação do Porto de Santos ao predicamento de Villa, vê-se um grande prédio de tijólos, com aspecto quasi modérno, que elle disse ser a primeira Matriz em construcção. Não póde haver fantasia mais compléta, pois é sabido que as funcções de Matriz, sempre foram exercidas em Santos, primeiro na Igrejinha de Santa Catharina, onde tambem se exerceram os officios da Misericordia, depois na Igreja do Collégio, e mais tarde ainda, como vamos ver adeante, na segunda igreja da Misericórdia, até 1746, quando foi construida a primeira matriz própria para uso dos vigarios, no local onde existira a Igreja do Collégio, que fôra a segunda matriz da villa.

Que não havia matriz própria na Villa de Santos em 1710, revéla-nos de alguma forma, o facto de ter sido rezada na Igreja do Collégio dos Jesuitas, a grande missa de acção de graças, promovida por toda a população, pela retirada de Bartholomeu Fernandes de Faria com seu corpo de aventureiros, sem ter feito mal a ninguem nem depredações ou saque, visto que todos os actos religiosos de importancia eram costumeiramente realizados nas matrizes, quando estas existiam.

Quando o admiravel e venerando Frei Gaspar, affirmou que a Matriz de 1746 (demolida sómente em 1909) éra a terceira que se construia no mesmo logar, baseava-se no facto de ter existido alli, a Igreja do Collégio, que fôra a segunda, e na supposição de ter sido alli tambem, a primeira igreja da Misericórdia que desempenhára as funcções de

ticou mais este, de incluir entre as figuras presentes — o parocho Gonçalo Monteiro — que nem estava na Capitania naquelle anno, nem éra vigario de Santos. Gonçalo Monteiro voltou para o Reino ao fim da sua gestão, cerca de 1539 e só retornou ao Brasil depois de 1550.

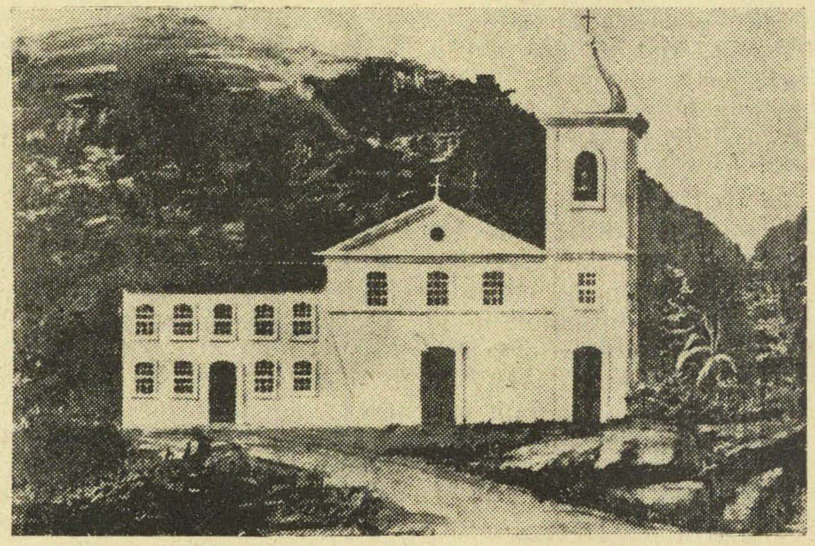
primeira, o que já demonstrámos ser apenas supposição, embóra fosse realmente a terceira.

No pequeno hospital iniciado em 1542, foram attendidos tanto os primeiros doentes da povoação, como os que vinham de fóra, arribados nas embarcações de passagem, e elle existiu até cerca do anno de 1620, quando foi abandonado por velho e imprestável, deante da situação de penúria dos habitantes, impedindo-os de construirem um novo. A poulação da villa santista e os lidadores das terras do littoral ficaram sem o grande apoio moral e physico da sua "Casa Santa da Misericordia", e isso foi durando até 1654, quando, ante a representação desesperada dos Membros remanescentes da velha Irmandade, D. Jeronymo de Athayde, Conde de Athouguia, Covernador Geral do Estado do Brasil, com sede na Bahia, vindo ao encontro do seu sonho de reconstrucção, assignou a Provisão de 3 de Outubro de 1654, nestes termos:

> "FAÇO SABER AOS QUE ESTA MINHA PROVISÃO VIREM, QUE OS IRMÃOS DA MISERICORDIA DA VILLA DE SANTOS, CAPITANIA DE SÃO VICENTE, ME REPRESENTARAM POR SUA PETIÇÃO, que por não haver na dita villa *casa separada da Misericordia*, celebravam os officios divinos na Matriz, e por ser grande a necessidade que alli há de hospital, POR SER O PORTO POR ONDE FREQUENTA O COMMERCIO DE TODA A CAPITANIA, mas que por serem todos póbres não podiam concorrer com as despesas necessarias para aquellas obras, POR CUJO RESPEITO ME PEDIAM LHES FIZESSE MERCÊ, EM NOME DE S. MAGESTADE QUE DEUS GUARDE, CONCEDER PARA AS DITAS OBRAS O DINHEIRO QUE EXISTE EM DEPÓSITO NAQUELLA CAPITANIA, ao pedido que se fez por ordem deste Governo, e tendo em consideração a informação que sobre este particular deu o Provedor da Fazenda Real deste Estado, e constar de Certidão do da mesma Capitania, não haver nella mais do que 300$000 em depósito. HEI POR BEM DE LHES CONCEDER DE ESMÓLA EM NOME DE SUA MAGESTADE, 100$000 PARA AS REFERIDAS ÓBRAS, OS QUAES SE DESPENDERÃO COM ASSISTENCIA DO PROVEDOR DA FAZENDA, e com mandado em fórma que se passará em virtude deta Provisão, etc.... "

Em consequencia da Provisão do Governador, completavam-se em 1665 as óbras do novo Hospital com Igreja annexa, construidos ambos no local onde hoje fica a Praça Mauá, desde aquelle tempo denominado CAMPO DA MISERICORDIA, mais tarde LARGO DA MISERICORDIA, depois LARGO DA COROAÇÃO, e finalmente PRAÇA MAUA'.

Essa Igreja, pouco tempo depois, fazia tambem as funcções de Matriz da Villa, porque o vigário achando-a melhór do que a antiga, do Collégio, e mesmo coagido a sahir della pelos jesuitas que, apóz sua expulsão do Brasil, reparação desse acto e consequente volta, haviam dado novo impulso ao Collégio e reparado a Igreja, nella estabeleceu a vigararia.



A MISERICORDIA DE 1836 — Igreja e Hospital

(Conjectural de Calixto que não observa exacta proporção)

Confirmando essa situação do segundo Hospital da Misericórdia, conseguiu Calixto colher elementos para localisal-os a ambos, Hospital e Igreja, em sua téla que reproduz a Villa de Santos em principios do século passado, quadro esse que existe na Prefeitura local. Encontramos tambem, em Pedro Taques e Luiz Gonzaga da Silva Leme, este na sua "Genealogia Paulistana" e aquelle na sua notavel "Nobiliarchia" na descripção dos factos de 1684/1685, relativos á Pro-

vedoria de Thimóteo Corrêa de Góes e a rebeldia de Diogo Pinto do Rego, o seguinte trecho:

"AS CASAS DE MORADA DE DIOGO PINTO, ERAM DE SOBRADO COM QUATRO SALAS DE LARGURA E TINHAM A FRENTE PARA A RUA QUE CORRIA DO CARMO ATÉ O LOGAR QUE CHAMAVAM QUTRO CANTOS, *DEITANDO FUNDOS PARA O CAMPO DA MISERICORDIA*, em local abérto e raso, que se extendia até as fraldas do Monteserrate". (1)

De facto, apóz a construcção do novo Hospital da Misericórdia em 1665, ao centro do Campo que limitava com o de Itororó, todo aquelle campo passára a ser chamado CAMPO DA MISERICORDIA, vindo entestar da banda léste com os fundos das casas da actual Rua 15 de Novembro. exactamente como dizem aquelles illustres genealogistas-historiadores.

Convem notar aqui, que se insistimos sobre este ponto, é porque sobre elle sempre houve uma completa desorientação, desde que desappareceu a geração que ainda contemplou a igreja de Santa Izabel (nóme que denominava, nos ultimos tempos, a antiga Igreja da Misericórdia, de 1665) e que ainda frequentou o vélho Largo da Misericórdia, e, neste particular, o ultimo elemento official sobre essa localisação, é ainda recente, e nos vem de Azevedo Marques, em seus "Apontamentos historicos, geographicos, etc., da Provincia de S. Paulo", onde, como contemporaneo de tal acontecimento, elle nos descréve os factos da primeira visita de D. Pedro II a Santos, em 1846, contando a inauguração do CHAFARIZ DO LARGO DA MISERICORDIA que jorrou vinho em vez de agua, para regalo da população (chafariz esse, que ficava exactamente onde hoje a Rua D. Pedro II desembóca na Praça Mauá) e mais a queima de fógos de artificio em honra do Imperador, no mesmo Largo da Misericórdia, assistida pelos augustos visitantes, das janellas da casa do Commendador Ferreira da Silva e de seu filho, o futuro Barão e Visconde de Embaré, que os hospedavam então.

(1) E' preciso não esquecer, que Pedro Taques viveu na época em que ainda existiam o Hospital e a Igreja da Misericordia no logar apontado.

Neste sentido, tambem a actual Rua General Camara nos serve de elemento elucidativo, porquê no recenseamento santista de 1765, acompanhado de nomenclatura, consta ella como Rua da Misericórdia, terminando nos fundos do Carmo.

Em consequencia do apparecimento desse hospital de 1665, terminado talvez muitos annos depois, começamos novamente a encontrar o "CUMPRA-SE" official da autoridade fiscal da Villa de Santos, á Provisão e ao Compromisso que serviam a velha Irmandade, dado sempre em Tabellião. Desfilam ahi, sob nossos olhos as datas que marcam essa segunda phase: — 19 de Maio de 1679 — 27 de Fevereiro de 1682 — 3 de Março de 1688 — 22 de Agosto de 1701 — 14 de Outubro de 1713 — 27 de Janeiro de 1721 — 24 de Abril de 1723 — 23 de Janeiro de 1727 — 3 de Novembro de 1740 — e 16 de Novembro de 1752. Surgem como finalistas na Provedoria dessa segunda phase o Cel. Antonio Teixeira Lustoza, de 1748 a 1749 e o Padre José Luiz dos Reis de 1774 a 1775, ultimos Provedores que parecem ter funccionado no hospital que completava por essa época uma jectória de cem annos ininterruptos.

Mergulhemos por um instante nesse mar de documentos que são os "Documentos Históricos — Vol. II — Pags. 83-85" alli encontraremos um requerimento dos Irmãos da Misericordia de Santos ao Rei D. João, e uma resposta deste, ambos do anno de 1748, por onde verificamos que "AS DESPESAS DO HOSPITAL EM TODO O TEMPO, E TODAS AS MAIS DESPESAS A ELLA PERTENCENTES" eram feitas pela Mesa Administrativa da Irmandade "A CUSTA DE SUAS FAZENDAS REPARTINDO-SE TODOS OS ANNOS PELO PROVEDOR E MAIS IRMÃOS DA MEZA AS DESPESAS DE CADA ANNO EM RAZÃO DO NENHUM RENDIMENTO QUE TÊM AQUELLA IRMANDADE E CASA, etc..." Essa prova documental, vale para mostrar a benemerencia e espirito de abnegação e altruismo da gente da Misericordia santista, fiel aos habitos dos antepassados.

Cahido em desuso e em ruinas, e abandonado esse prédio centenário, tornou a Misericordia de Santos á vida imprecisa e inconsistente de cem annos atraz. "*Em* 1804 *a decadente Irmandade reclamava uma protecção efficaz*", ("Elogio do Medico" — pag. 19) — *encontrou-a no fervoroso zelo, nos cuidados e na extremada caridade do Governador Antonio José da Franca e Horta, na do brigadeiro Manoel Mexia Leite e na do tenente-coronel José*

de Carvalho e Silva. Esses illustres varões (palavras do Dr. Claudio Luiz da Costa, no Primeiro livro manuscripto de Registo da Irmandade da Santa Casa da Villa de Santos, no anno de 1836) *desde o anno de* 1802 *até o de* 1808 *fizeram todos os possiveis esforços para restabelecer a Irmandade e conseguirão eleval-a e dar-lhe lustre, mas, ou tolhidos pelo velho compromisso, ou confiados no futuro zelo dos novos irmãos, não fixarão normas para uma fiscalisação regular; não ordenarão hum regimen que acautelasse os descuidos do porvir*". Durante esse tempo, e desde o anno de 1804 até 1830, serviu-se a Irmandade do "Hospital Militar" installado pelo Governador Franca e Horta no velho edificio do antigo "Collegio São Miguel" ou dos Jesuitas como era mais conhecido, e onde, agóra é a Alfandega da cidade. Com pequenas intermittencias ainda mais penósas que a permanencia dos seus doentes nas dependencias incapazes e mal asseiadas do chamado "Hospital Militar", assim viveu a Misericordia de Santos aquelles tristes trinta annos, até que, numa suprema reacção dos Irmãos á situação em que aos poucos immergiram, em Julho de 1833 creou-se o "Hospital Provisorio"" nas casas do cidadão Antonio José Vianna, ao lado da actual Cadeia, no antigo "Campo da Chacara", hoje "Praça dos Andradas" iniciativa e esforço do Provedor de 1832.

Pelas visinhanças do anno de 1740, a Confraria da Misericórdia, cançada de tentar a desoccupação da sua Igreja pelas autoridades parochiaes, representou ao Rei contra os padres que a occupavam fazendo-a de Matriz, como já referimos, acabando por resolver deante da irremovibilidade dos occupantes (que nem a propria ordem do Rei obedeceram) construir a nóva Igreja da Misericórdia nas abas do Monte Serrate, terminada cerca do anno de 1760, Igreja essa que collocou sob a invocação de São Jeronymo (que era o antigo nóme do Monte Serrate).

Ficou ainda alli, por algum tempo, o velho hospital, na expectativa de melhór opportunidade para se construir o novo.

Quanto ao vigario de Santos, (1) só em 1746, com a inauguração da nóva Matriz, construida no local da antiga Igreja do Collégio e sob a invocação de N.ª S.ª do Rosario Apparecida, é que abandonou a Igreja da Misericórdia, passan-

(1) Éra vigario de Santos nessa occasião, o padre Francisco de Oliveira Leitão.

do-se para o templo official. A Igreja da Misericórdia ficou, sendo, desde 1760, simplesmente a Igreja de Santa Izabel, que existiu até cerca de 1840, deixando apenas o nóme LARGO DA MISERICORDIA, a lembrar ao povo que ella e o hospital de 1665, alli tinham existido por quasi duzentos annos.

A nóva Igreja da Misericórdia da fralda do morro, inaugurada, como dissémos, sob a invocação de São Jeronymo, por influencia do antigo nóme do morro e do rio que lhe passava pérto e que ia desaguar no Vallongo, foi mais tarde, por provisão do Bispo D. Matheus de Abreu Pereira, consagrada a São Francisco de Paula, invocação que ainda consérva e que deu origem á denominação da rua actual, então um simples caminho para Itororó.

Em Julho ou Agosto de 1835, eleita a Mesa Administrativa da Irmandade para o anno Compromissal de 1835 a 1836, o novo Provedor constituido, foi o Cap. Antonio Martins dos Santos, que já vinha trabalhando em favôr do hospital, homem de iniciativa, de posses, e sobretudo de grande amor á sua terra, e que já occupára a Provedoria em Julho de 1832, sendo então um dos movimentadores da idéa da installação do "hospital provisorio", cousa que foi feita no anno seguinte, como já vimos, resolveu pôr definitivo termo áquella situação de precariedade hospitalar.

E só assim foi atacada a construcção do terceiro hospital proprio da Misericordia, cuja pedra fundamental fôra lançada a 2 de Julho de 1835, apezar da opposição de grandes figuras da cidade e da irmandade, que queriam a trasladação do hospital para o Convento de Santo Antonio do Vallongo (1), no local escolhido, que éra na base do antigo morro de S. Jeronymo (actual Monte Serrate), junto á Capella de S. Francisco de Paula, alli existente havia alguns setenta annos.

Em meiados de 1836, (2) elegia-se a nova Mesa Administrativa da Irmandade para o anno compromissal de 1836 a 1837, e assumia o cargo pouco depois, o novo Provedôr, Dr. Claudio Luiz da Costa, benemerita figura da Irmandade, que, aliás, permaneceu até 1838.

(1) Primeiro livro manuscripto de Registo da Irmandade da Santa Casa da Villa de Santos — 1836/37. «Elogio do Medico" — Hugo Santos Silva — Pag. 35.

(2) Para melhor comprehensão desta passagem consulte-se a relação dos provedores que damos adiante.

A 4 de Setembro de 1836, dava-se a inauguração do novo Hospital, solemnidade presidida por esse novo Provedor de 1836, como corollario brilhante á obra de seu antecessor, sem duvida alguma o realisador principal desse edificio, que motivou as commemorações ultimamente feitas, ao fim de cem annos de triumpho — um século de trajectória — de beneficios e de caridades distribuidas a milhares de homens de todas as nacionalidades, com o Procurador Geral da Irmandade Antonio Dias, cujos esforços foram notaveis e que até de seu bolso emprestou á Irmandade mais de um conto de réis, muito dinheiro para aquelle tempo.

A trasladação dos doentes do Hospital Provisório para o novo, do Monte Serrate, verificou-se com bastante apparato no referido dia 4 de Setembro de 1836, assistindo ao acto muito povo, autoridades e pessoas de categoria especialmente convidadas, tendo os hospitalisados, antes de ingressarem nas novas installações, ouvido missa na Capella de S. Francico.

Desde ahi em diante, o Hospital da Misericórdia passou por diversas refórmas, que o ampliaram cada vez mais, sendo as mais importantes, as de 1878, de 1888 e a de 1896, concluida em 1903, que deu ao estabelecimento do morro, o aspecto imponente que ainda hoje apresenta, tornando-o um hospital modelo, devido principalmente aos esforços dos dedicados e beneméritos cidadãos: Ernesto Candido Gomes, Julio Conceição, Manoel José Martins Patusca e José Caballero, principalmente os tres ultimos, como membros da Commissão de Obras que dirigiu e levou a effeito toda a refórma, notando-se que este ultimo, ao morrer, legou uma grande fortuna á Santa Casa.

O Hospital, desde muitos annos chamado SANTA CASA DA MISERICORDIA, foi sempre o traço de união entre as chamadas classes póbres e proletárias e a aristocracia social e commercial de Santos, como uma demonstração de cuidado e carinho da parte rica da cidade pela parte póbre e soffredora, tornando impossivel a existencia de preconceitos entre uma e outra.

A 10 de Março de 1928, sob influencias que até hoje não foram bem determinadas, e em repetição ao desmonte verificado no mesmo logar, em 10 de Fevereiro de 1901, houve uma precipitação de terras na parte oriental do Monte Serrate, ruindo a começar da sua parte mais alta algumas centenas de toneladas de terra, que viéram attingir não só pequenas casas das proximidades, soterrando-as, como a par-

te dos fundos do Hospital da Misericórdia, inutilisando ou destruindo algumas dependencias do lado do necrotério, e causando algumas victimas.

Alarmada toda a sociedade, varias subscripções foram abertas para soccorro dessas victimas e possivel mudança da Santa Casa para outro local, abrigado de identica surpreza. De todos os lados choveram donativos, attingindo estes, a importancia de alguns milhares de contos de réis, que trouxéram como consequencia, a construcção do novo Hospital nos campos do Jabaquára, que só ficou prompto em parte, faltando dinheiro para completar-se o edificio de vastas proporções.

Continúa, pois, o Hospital da Misericordia de Santos no mesmo local, onde, neste anno de 1936 completou uma existencia de cem annos, defendido agora por uns anteparos feitos na base do morro que, apparentemente não lhe offeréce mais perigo, assistindo a milhares de soffredores e accidentados de todas as nações e de todos os crédos, aviando centenas de milhares de receitas annualmente, proporcionando exames radioscópicos e bacteriológicos á gente de todas as condições que o procura.

Mantinha a Irmandade, juntamente com o Hospital e como consequencia do legado João Octavio, feito em testamento publico para esse fim, o Instituto D.ª Escolastica Rosa, situado na Ponta da Praia, destinado ao ensino primário de menóres desfavorecidos e á aprendizagem de varios officios, estabelecimento agóra transformado pelo Governo do Estado em Escola Profissional official, com grande áproveitamento do povo.

O histórico das administrações da Santa Casa, abrange o melhór da sociedade santista de todos os tempos, incluindo em suas dóbras os seus nómes mais representativos em todas as esphéras, e vamos dar aqui, todos os Provedores conhecidos desde 1832 até o presente de 1936:

1832/1833 — Cap. Antonio Martins dos Santos.
1833/1834 — Francisco d'Araujo Fonseca.
1834/1835 — Antonio Candido Xavier de Carvalho e Souza.
1835/1836 — Capitão Antonio Martins dos Santos.
1836/1838 — Claudio Luiz da Costa.
1838/1839 — Barnabé Vaz de Carvalhaes.

1839/1840 — Dr. José Antonio Pimenta Bueno (Marquez de São Vicente).
1840/1842 — José Vicente Garcez Trant.
1842/1843 — Joaquim Xavier Pinheiro.
1843/1844 — José Baptista da Silva Bueno.
1844/1845 — Victorino José da Costa.
1845/1846 — Dr. José Firmino Pereira Jorge.
1846/1847 — Jeremias Luiz da Silva.
1847/1848 — Manoel Joaquim Ferreira Netto.
1848/1849 — Firmino José Maria Xavier.
1849/1850 — Manoel Luiz Pereira Maga.
1850/1851 — Miguel Henrique Marques de Oliveira Lisbôa.
1851/1852 — Dr. Francisco Xavier da Costa Aguiar Andrada (Barão Aguiar Andrada).
1852/1853 — João de Souza Carvalho.
1853/1854 — José Antonio Vieira Barbosa.
1854/1855 — Antonio Marques de Sáes.
1855/1856 — Victorino José Gomes Camillo.
1856/1857 — Manoel Ignacio da Silveira.
1857/1858 — João Baptista de Souza.
1858/1859 — Dr. José Antonio Pereira dos Santos.
1859/1860 — Jeremias Luiz da Silva.
1860/1874 — José Joaquim Florindo e Silva.
1874/1875 — Francisco Martins dos Santos.
1875/1878 — João Octavio dos Santos.
1878/1879 — Francisco Antonio Rosa.
1879/1880 — Dr. Henrique da Cunha Moreira.
1880/1882 — Antonio Ferreira da Silva Junior (Visconde de Embaré).
1882/1896 — João Octavio dos Santos.
1896/1897 — Ernesto Candido Gomes.
1897/1901 — Julio Conceição.
1902/1906 — José Proost de Souza.
1906/1908 — Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva.
1910/1913 — Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho.
1914/1916 — Comm. Manoel Augusto de Oliveira Alfaya.
1916/1921 — Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho.
1921/1923 — Comm. Manoel Augusto de Oliveira Alfaya.
1924/1931 — Alberto Baccarat.
1931/1932 — Flaminio Levy e José Vaz Guimarães Sobrinho.
1932/1936 — Cel. Evaristo Machado Netto.
1936/1937 — José Gonçalves da Motta Junior..

O Hospital da Misericórdia já foi considerado, em principios deste século, o melhór hospital da América do Sul, contando-se hoje entre os melhóres do mesmo continente. Sómente em 1934/1935 foi iniciada a publicação dos "Annaes da Santa Casa de Misericórdia", com o apparecimento do seu primeiro volume, que, a par da exposição de muitos casos tratados no Hospital e da sua organisação interna no presente, reproduz o Compromisso de 1551, calcado sobre o Regimento de 1448, e a Confirmação Real de 1551 que reconheceu a existencia da Confraria da Misericordia em Santos e equiparou-a ás já existentes em Portugal, estabelecendo para seu fundamento, o cumprimento das quatorze obras de misericordia.

CAPITULO XIV

A estrada de Santos para São Paulo ou o Caminho do Mar

O primeiro caminho que houve entre a região de Santos e a região de São Paulo, antes mesmo de existirem as duas cidades, foi, como se sabe, a trilha dos guayanazes, chamada nas mais antigas escripturas: CAMINHO DE PARANAPIACABA, percorrida por Martim Affonso de Souza em sua primeira escalada de 1532, em companhia de João Ramalho, até os campos de Piratininga. Ficava esse caminho, onde hoje está a chamada Estrada Velha da Ingleza, sobre o valle de Ururahy, e vinha sahir no porto vélho de Piassaguéra, ou Piassaguéra de Cima, onde construiram a Estação da Estrada de Ferro da mesma localidade.

Posteriormente, em 1553, foi aberto outro caminho tambem pelos indios, segundo a tradição, e, ao que dizem os chronistas, sob a direcção do padre José de Anchieta. Este caminho, foi, em 1560, mandado preferir ao outro pelo governador geral Mem de Sá, por achar-se aquelle muito infestado do gentio contrario, e foi conhecido durante muitos annos com o nóme de "Caminho do Padre José". Vinha sahir no porto do Cubatão ou Santa Cruz ou ainda das Armadias, distante mais de uma legua do outro de Piassaguéra.

Verificando até que ponto ia a verdade do que affirmaram alguns chronistas e autorisava a tradição sobre esse novo caminho, encontramos um documento que paréce contrariar e desfazer a quasi lenda do "padre José". E' o seguinte: (1)

(1) Archivo da Torre do Tombo — Corpo Chronológico — I, 95, 36 — Carta de D. Duarte da Cósta ao Rei escripta de São Salvador da Bahia, aos 3 de Abril de 1555. — Transcrip. no Vol. III da "Hist. da Colon. Portug. do Brasil" — Pag. 372.



O encontro de Martim Affonso de Souza com o povoador João Ramalho em Piassaguéra

(Era alli que principiava o primitivo "Caminho do Mar" ou de "Paranampiacaba")

(Reproducção conjectural de Calixto)

"Vindo o ouvidor geral de Sam Vicente me dise que na dita Capitania avia hum caminho de cinquo ou seis legoas, ho qual era laa mao e aspero por causa dos lameiros e grande ladeiras que se nam podia caminhar por ele, o que era grande perda da dita capitania pela necesidade que ha do campo e das fazendas dos moradores que nele tem pera onde he o dito caminho polos muitos mantimentos que ha do campo de que se sustenta a dita capitania o qual caminho se nam podia fazer sem muito dinheiro E QUE HUM JOAM PEREZ O GAGO DALCUNHA MORADOR DA DITA CAPITANIA sendo acusado pela justiça perante o dito ouvidor geral por se dizer que matara hum seu escravo do gentio desta terra com açoutes cometeu o dito ouvidor que queria fazer o dito caminho á sua custa e por logar por onde se bem pudesse caminhar e a contentamento dos moradores contanto que se nam procedesse contra ele polo dito caso, pareceo bem ao dito ouvidor por razam da obra ser tam necesaria e tam custosa dise me que o escrevesse a Vosa Alteza o que Vosa Alteza deve de aver por bem polo grande proveito que á terra diso vem e pelo muito que custa...."

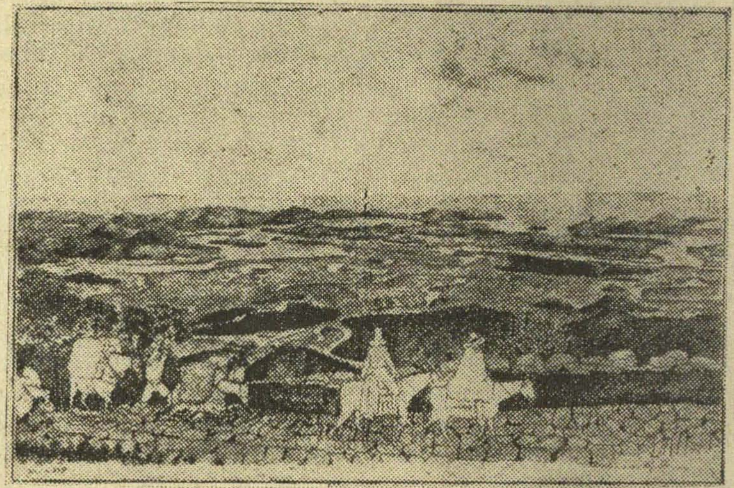
Por este trecho da carta de D. Duarte da Costa, vê-se que o ouvidor geral de São Vicente (deve tratar-se do Capitão-mór Braz Cubas, que governou pela segunda vez, de 1552 a 1554) acceitou o offerecimento de João Perez ou Pires adiantando-se ao "referendum" do Rei, como cousa cérta. Assim, como a época coincide exactamente com a attribuida pelos chronistas e pela tradição, á feitura do referido caminho (1553), é de suppôr, que, em verdade, quem abriu o segundo caminho do mar, o celebrado "caminho do Padre José", foi esse João Perez ou Pires, sujeito rico como se deprehende da informação do Governador, utilisando-se dos seus indios, em tróca da impunidade pela morte do escravo, motivo, como se vê, bastante, para que elle se empenhasse na realisação daquella óbra, sabido que um degredo na Bertióga naquella época, pena muito usada então, valia por uma condemnação á mórte, infestado como estava aquele logar pelas hordas tamoyas, açuladissimas contra os portugueses.

O nome de "Caminho do Padre José" ou a ligação desse caminho com o Padre Anchieta, póde ser devido a outro

qualquér motivo; uma homenagem, por exemplo, do autôr do caminho ao apóstolo de Piratininga; uma recommendação do jesuita em favor da nóva communicação, feita aos habitantes das duas regiões; o seu uso immediato por elle, em suas peregrinações de catechése; emfim, qualquér acto de onde pudésse gerar-se a denominação popular e a opinião dos chronistas.

Era o que nos cumpria dizer, de passagem, em beneficio da verdade histórica.

Em 1681, governando a Capitania o Capitão-Mór Diogo Pinto do Rego, o famoso paulista Lourenço Castanho Taques com Luiz P. Penedo e João Francisco Veigas assignaram um contracto com os vereadores da Camara e homens bons da Villa de São Paulo, obrigando-se a fazer á sua custa, dentro de um anno, a Estrada de São Paulo a Santos, tendo em remuneração o privilégio de só elles venderem os liquidos de mar fóra, dentro do termo da Villa de São Paulo.



A velha calçada do Lorena, em zig-zag ou o caminho do mar no Seculo XVIII.

Depois dessa tentativa, cumprida apenas em parte pelos contractantes, os diversos governadores da Capitania de São Paulo empregaram sempre, mais ou menos esforços na abertura de uma boa via de communicação entre os dois pontos, que ligasse de facto o littoral ao planalto; porem, nada ou quasi nada conseguiram, por falta de recursos adequados,

notadamente o Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza, o qual chegou a conseguir que fosse applicado á construcção do caminho, o producto do Imposto, que, durante muitos annos existiu na Capitania, com o nome de NOVO IMPOSTO PARA A REEDIFICAÇÃO DE LISBÔA.

O Capitão-General Martim Lopes Lobo Saldanha, foi quem mandou, depois de 1775, construir o primeiro aterrado que houve entre os rios Grande e Pequeno, devendo-se ao Governador interino José Raymundo Chichorro da Gama Lobo a feitura do caminho que vae do sopé da serra até o rio Cubatão, e ao Capitão-General Bernardo José de Lorena, a construcção da serra chamada: VELHA CALÇADA EM ZIG-ZAG, OU DO LORENA, cuja gravura estampamos. A seguir, ao Capitão-General Antonio Manoel de Mello, coube a construcção de alguns ranchos na Estrada, para abrigo seguro dos tropeiros e cargas em transito; cabendo por fim, ao primeiro presidente da Provincia de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros, a gloria da conclusão do caminho de terra entre o Cubatão e Santos, entregue á alta competencia technica do Engenheiro, mais tarde Marechal Daniel Pedro Müller, de tanto nóme nos factos paulistas da Independencia, como membro do Governo Provisorio de 1821, realisando o difficilimo aterrado de toda a vasta região de mangues, gambôas e lamarões, com uma ponte de madeira sobre o Rio São Jorge ou Casqueiro (antigo Yriripiranga), inaugurando-se a estrada e sendo entregue ao publico, com grande regosijo popular, no dia 7 de Fevereiro de 1827.

Antes disso, o trajecto entre Santos e o Cubatão, era feito em canôas, como duzentos annos atraz, sahindo da região do Vallongo.

Daquelle anno em diante, e notadamente de 1848 a esta parte, os diversos presidentes e a Assembléa Provincial de São Paulo, occuparam-se com mais cuidado e dedicação nos melhoramentos desta estrada, principalmente agóra na Republica, construcção de pontes sólidas, aterrados, asphaltamento, córtes de morros, etc., até ser a estrada que hoje é

CAPITULO XV

Chronologia Santista

A segunda metade do seculo dezeseis. — O seculo dezeséte. — Écos da invasão hollandeza. — O seculo dezoito. — O depauperamento. — O abandono do littoral. — Decadencia santista — A vinda dos Africanos. — Os recenceamentos. — Primeiros aspectos da restauração social e intellectual da Villa — O seculo dezenóve. — A expansão. — Ultima phase do Imperio. — A grande campanha sanitária. Ultimos factos. (1)

A segunda metade do século dezeseis caracterisou-se como a phase marcante da Villa de Santos. Mal promovida pelo Capitão-Mór Braz Cubas, tacteante ainda dos seus primeiros e obscuros annos, insegura se via ella ante a constante ameaça do gentio visinho, sempre em correrias deante da provocação dos moradores portuguezes entregues á preagem de escravos, principalmente femeas, necessarias para supprir a falta de europeas, vindas então em pequeno numero.

Junto á entrada daquelle anno de 1550, haviam chegado os primeiros jesuitas sob a chefia do veneravel Leonardo Nunes, o apóstolo da catechése, cuja acção entre carijós e tupiniquins tão largos fructos proporcionaria á obra da colonisação brasileira, e cujas virtudes haviam de converter a Pero Corrêa, o fidalgo caçador de indios, para tornal-o mar-

(1) Os capitulos que se seguem, apóz este, á excepção dos dois ultimos, são simples desdobramentos de factos e passagens aqui assignalados, tomados como pricipaes e dignos de serem pormenorisados.

tyr da religião com o padre João de Souza e mais um companheiro, nas serras de Curityba, no anno de 1554.

Esses primeiros jesuitas e mais os chegados em 1553 sob a chefia de Manoel da Nóbrega e Manoel de Paiva, o provavel irmão de João Ramalho, pudéram arrefecer o animo selvagem dos tamoyos açulado contra os portuguezes de Santos e São Vicente, contendo o despenhar das tribus sobre os civilisados e salvando a grande obra colonial apenas em caminho.

A 8 de Fevereiro de 1552 chegava a Santos o Governador Geral Thomé de Souza, e approvava então, o foral de Villa dado seis annos antes ao pequeno povoado de Enguaguassú ou Porto de São Vicente, consagrando definitivamente o nóme adoptado pela maioria e conservado por todo o tempo, de Villa do Porto de Santos.

O antigo arraial de Pascoal Fernandes prosperava então a ólhos vistos, e, desde que se installára a primeira alfandega local, delineou-se á vista de todos a villa opulenta que elle seria dentro em bréve. Os seus moradores, mercê da evidencia assumida pelos Engenhos santistas, passaram a gosar de apreciavel situação financeira, e, a accentuada movimentação do porto, permittiu um rapido progresso á região, onde os grandes estabelecimentos assucareiros que os especialistas da Madeira tinham vindo orientar, contavam-se por séte ou oito.

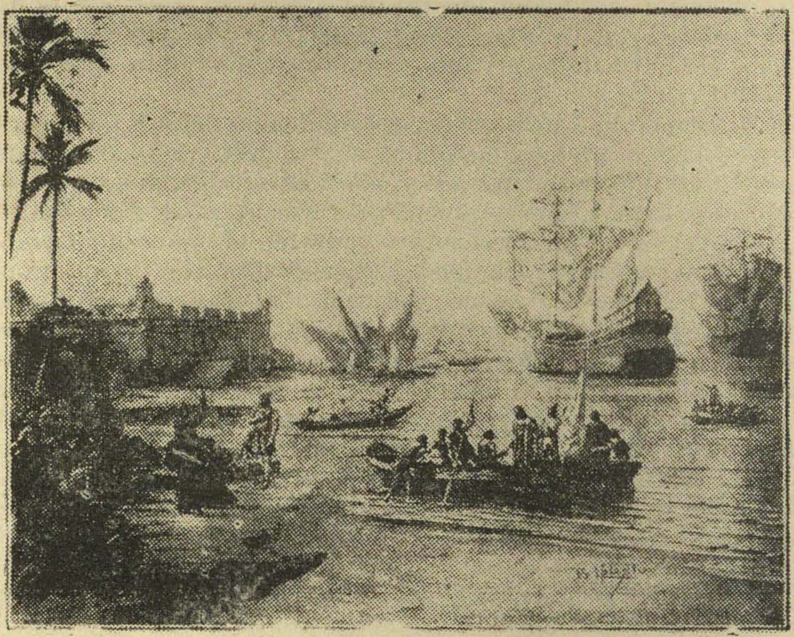
No anno de 1552, por necessidade de defesa da barra da Bertióga e em cumprimento á Provisão régia de 18 de Junho do anno anterior, ordenava Thomé de Souza ao Capitão-Mór Braz Cubas a erecção da Fortaleza de São Felippe, que foi nesse mesmo anno levantada. Entretanto, os effeitos dessa construcção parécc terem sido contrarios, porquê, desde então e mais do que nunca, a pressão dos aborigenes do littoral nórte se fez sentir sobre o sitio da Bertióga e sobre a ilha de Guaybe, afugentando os agricultores daquellas bandas e inutilisando por muitos annos as terras férteis que elles vinham occupando com muito proveito da colonia e do Reino. Taes correrias assumiram aspectos inauditos, attingindo algumas vezes as duas villas, de Santos e São Vicente, onde, infelizmente, alguns réprobos ambiciósos apoiavam secrétamente os invasores brasilicos.

Voltou-se nessa occasião, por força do abandono das terras littoraneas e do alarma produzido pelo assanhamento aborigene entre os agricultores locaes, toda a attenção reinól para as terras do planalto, onde a fundação de São Paulo de

Piratininga, occorrida logo em 1554, convidava ao desenvolvimento quantos estivessem sem terras para cultivar, e ahi, emquanto uma parte daquella gente voltava desilludida para Portugal, a outra parte seguia para os campos, distribuindo-se pela zona comprehendida entre Santo André e o o novo povoado dos padres.

Nem mesmo a construcção do novo Fórte, fronteiro ao de São Felippe, no anno de 1557, sob o nóme de São Thiago, conseguiu restabelecer a confiança dos antigos sitiantes de Bertióga e terras intermediárias, o que só poude ser conseguido em parte nóve annos depois, com a intervenção dos padres da Companhia, como vamos ver.

Em Março de 1560 verifica-se a chegada de Mem de Sá á Villa de Santos. Dois factos importantes se registam: é extincta a Villa de Santo André da Borda do Campo, onde Ramalho entravava o desenvolvimento da colonisação de serra-acima com a sua extranha adhesão aos trabalhos portuguezes e difficultava a óbra da catechése com os seus exemplos de desenfreada polygamia, erigindo-se em Villa o povoado de 1554, São Paulo de Piratininga, fructo dos traba-



A famósa Barra da Bertióga em dia de chegada de expedição

lhos de Nóbrega e da dedicação dos seus companheiros; e, junto á Villa de Santos, proximo ao ribeirão de Itororó, é construido o Fórte da Villa, para socego dos moradores.

Nessa occasião, partindo Mem de Sá, levou do Porto de Santos e da visinha Villa de São Vicente, algumas forças e embarcações ligeiras para combate aos francezes de Villegaignon que infestavam o Rio de Janeiro.

Andava então Braz Cubas com o mineiro Luiz Martins, á cata de ouro pelos sertões, para encontrar indicios delle sómente por occasião de sua volta em 1561, na região da serra de Jaraguá, perto de São Paulo, e esmeraldas ao que paréce em suas proprias terras da sesmaria de 1536.

Em 1562, José Adorno e sua mulhér D.ª Catharina Monteiro, figuras principaes da villa de Santos, constróem nas proximidades do rio São Jerónymo, em terras do Engenho de São João (onde seria mais tarde a rua de Santo Antonio), a Igreja de Nossa Senhora da Graça, doada por ambos, vinte annos depois, aos Carmelitas. Essa Igreja existiu durante trezentos e quarenta annos.

Em 1563 um facto importantissimo e de interesse vital da colonisação, veio pôr em anciósa expectativa a pequena população santista; annunciára-se a confederação de todas as tribus tamoyas para destruição da óbra ousada dos portuguezes e em represália aos ultimos apresamentos de individuos da raça autochtóne, ou revide definitiva á construcção provocadora dos fórtes da Bertióga, que visavam claramente a atemorisação da gente de Aimbirê. Uma inspiração divina encontrou então as almas abnegadas de Nóbrega e Anchieta, os quaes se dispuzéram a evitar o chóque imminente, em que os déz mil arcos tamoyos arrazariam certamente tudo quanto já estava feito, no littoral e no planalto. Formou-se no Porto de Santos uma caravana de cerca de déz bergantins ou grandes canôas de vóga, fornecidas pelo opulento José Adorno, sócio de seu irmão Francisco, no grande Engenho de São João, seguindo nellas para o littoral de Ubatúba os padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, José Adorno, e mais alguns homens affeitos aos perigos, fornecidos pelo mesmo Adorno. Essa embaixada, apóz alguns mezes de negociação junto á gente exacerbada e feróz de Coaquira, Pindobussú, Aimbirê e Cunhambebe, atravez de mil peripécias e lances dramáticos, conseguiu as pazes entre os aborigenes e os portuguezes, com a realisação do armisticio de Yperoig, que, permittindo a approximação

de bárbaros e civilisados, salvou toda a óbra colonisadora, com suas villas e fazendas, de inexoravel destruição (1).

Lógo no anno seguinte, de 1564, no mez de Março, chegou ao Porto de Santos, Estacio de Sá, sobrinho do Governador Geral Mem de Sá, que havia sido mandado ao Brasil para auxiliar seu tio no combate aos francezes que dominavam a Guanabara. Estacio de Sá vinha buscar soccorro de gente e embarcações para desalojar do territorio brasileiro a gente de Coligny e Villegaignon, nada podendo, porem, realizar de pratico nesta primeira sortida.

No anno seguinte, de 1565, voltou Estacio de Sá ao Porto de Santos, preparando aqui uma expedição definitiva que seguiu em Janeiro de 1566. Partiram então das aguas santistas innumeras embarcações, pequenas caravellas, patáras, bergantins e canôas de vóga, com gente das duas villas, portuguezes, allemães e guaianazes, formando um pequeno exercito sob o commando do administrador do Engenho São João, Eleodoro Eobano Pereira, seguindo tambem nessa viagem bellicósa, José Adorno, o opulento fidalgo genovez, fundador da villa, que custeava em grande parte as despesas da expedição, Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Gonçalo de Oliveira e Pedro Martins Namorado que fôra em 1544 o primeiro juiz pedâneo da Villa de Santos, como seria tambem dentro em pouco, o primeiro juiz da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, fundada effectivamente por essa expedição victoriósa de Estacio de Sá.

Bem caro porem, ia pagando a aventura a Villa do Porto de Santos, porquê, sabedores de que uma importante força sahira dalli para dar combate aos dominadores do Rio de Janeiro, uma parte da tribu dos Tamoyos, sympathica aos francezes, desceu de Ubatuba e proximidades de Maenbipe sobre ella e São Vicente, quasi anniquilando-as, do que foram salvas pela bravura de um indio negro, que, chefiando as forças de resistencia composta de carijós e guaianazes, repelliu os invasores, expulsando-os para alem da Bertióga. Consta mesmo, para infamia da civilisação occidental, segundo reférem Simão de Vasconcellos, Frei Gaspar e Machado d'Oliveira, que alguns portuguezes desnaturados e corrompidos, neste assalto, como em outro anterior, levados a effeito pelos Tamoyos, auxiliaram grandemente os

(1) Existe sobre ésta passagem da história paulista um notavel poema de Magalhães (Visconde de Araguaya) offerecido ao Imperador D. Pedro II.

selvagens brasileiros contra os seus irmãos de raça, para proveito próprio. Infelizmente, nem o nóme desse indio negro, nem os nómes dos réprobos portuguezes passaram á posteridade, para as necessarias justiças.



D. Fellipe II, de Espanha I.º de Portugal

(que iniciou em 1580 o Reinado dos Felippes em Portugal e suas colonias, com terminação em 1640).

Pouco tempo depois, em 1570, é assignada em Evora, a 20 de Março desse anno, a Lei que prohibia o captiveiro dos indios do Brasil, com excepção dos que fossem tomados em guerra justa, os quaes seriam, ainda assim, inscriptos nos livros das provedorias, para que se soubesse a todo o tempo,

quaes éram os legitimamente adquiridos. Essa medida da Corôa, benéficos resultados produziu em favor da óbra colonisadora, e, poude então a vida santista normalizar-se com a successão de alguns annos pacificos.

Em 1572 passava a Villa de Santos como as outras já existentes e mais terras da Capitania de São Vicente, para a propriedade de Pero Lopes de Souza, filho de Martim Affonso.

Em 1580 um facto importantissimo echoava profundamente na Villa. Portugal, invadido pelas forças de Felippe II de Hespanha, o qual se prevalecera da precaria situação da Casa Real portugueza, passára com todos os seus dominios para a Corôa Hespanhóla e assim Santos e assim São Vicente e S. Paulo de Piratininga, com grande revólta dos moradores e lamentação geral do povo, impossibilitados de reagir, assistindo obrigatóriamente, a acclamação daquelle monarcha, segundo de seu paiz, como primeiro de Portugal.

Nesse mesmo anno de 1580 chegam a Santos os primeiros carmelitas, chefiados por Frei Domingos Freire, e se recolhem por falta de outro abrigo, á Igreja de Nossa Senhora da Graça, a elles offerecida por José Adorno e sua mulher. Sómente nóve annos depois, a 24 de Abril de 1589 foi essa Igreja doada aos mesmos carmelitas pelos proprietarios, occasião em que tambem Braz Cubas lhes fez doação de um terreno visinho para que elles pudessem construir sua morada. Esse convento precário já no anno seguinte estava prompto. Entretanto, não se sabe porquê, foram depois, esses carmelitas, no anno de 1599, começar sua Igreja e seu convento definitivos, no local onde até hoje se encontram.

Quanto á Capella ou Igreja da Graça, existia ainda em estado de ruinas em principios de 1900, sendo demolida no anno de 1903, sem a menór consideração á tradição que ella representava pelos quasi quatro séculos de existencia, para alargamento da actual Rua José Ricardo, antiga rua do Sal. Não resistimos ao desejo de transcrever aqui, o parecer N.° 79, apresentado á Sessão da Camara Municipal da cidade de Santos, de 2 de Dezembro de 1903, que tratou deste facto:

> "A Ordem Carmelitana Fluminense, por seu representante nesta cidade próva ser de sua propriedade, por doação que lhe fora feita, a Capella da Ermida de Nossa Senhora da Graça, construida no ter-

reno á Rua de Santo Antonio, esquina da de José Ricardo, tendo tido a Camara necessidade de alargar e melhorar esta ultima rua, abrangeu nesse alargamento o referido terreno e ermida. Em vista do que, péde a Ordem Carmelitana, para ser indemnisada pelos prejuisos que soffreu e para pagamento do terreno, a quantia de seis contos de réis.

Sobre o assumpto foi ouvido o digno Dr. Intendente (Dr. Manoel Galeão Carvalhal), cujo parecer reconhéce o direito allegado, observando porem, que a quantia de 4 contos de réis é sufficiente para pagamento do terreno; e que os objectos pertencentes á Capella se acham depositados na Secção de Óbras.

As Commissões de Justiça e Poderes e Obras e Viação, conformando-se com o parecer do digno Dr. Intendente, pensam que a elle deve ser dada autorisação para resolver a questão". (1)



Igreja e Convento do Carmo com a Igreja da Ordem 3.ª ao lado

E de facto, a indemnisação em apreço, foi liquidada por quatro contos de réis, os "quatro dinheiros" symbólicos por que foi negociada uma das mais authenticas e estimaveis reliquias santistas.

E' nesse final de século, que se registam duas invasões de corsarios inglezes, a de 1583 de Edward Fenton e a de

(1) "Actas e Leis da Camara Municipal de Santos" — Ordem do dia — Sessão de 2 de Dezembro de 1903.

1591 de Thomas Cawendish, esta ultima tão nefasta ás duas villas de Santos e São Vicente.

Em consequencia da derrota infligida a Edward Fenton pelo Commandante André Hygino, um dos capitães da fróta hespanhóla que ao mando do Almirante Flores Valdez vigiava o Estreito de Magalhães, mandou Felippe II de Hespanha, que se construisse uma Fortaleza na entrada do Porto santista, o que foi feito em 1584, tomando ella o nóme de Fortaleza da Barra Grande ou Fórte de Santo Amaro.

Em 1585 verifica-se na Villa, o facto importantissimo da fundação do Collégio dos Jesuitas, no prédio em que funccionára até então o Conselho da Villa, doado aos padres pela Fazenda e pelos vereadores do mesmo Conselho. Ganhou Santos com isso, a transferencia dos padres da Villa de São Vicente, que havia muito desejavam mudar-se de lá, por já lhes faltar naquelle ponto da colonia, campo para o desenvolvimento da sua óbra de instrucção e catechése, dotando-se desta fórma, de um excellente estabelecimento de ensino literario e religioso, cousa tão necessaria naquella época de obscurantismo, e fructo da iniciativa do padre José de Anchieta secundado pelo Visitador da Companhia, Christovam de Gouveia.

Em 1598, no mez de Setembro verifica-se a mórte de Felippe II da Hespanha, passando Santos e todo o Brasil ao dominio de D. Felippe III.° segundo de Portugal, successor daquelle.

Santos já se ressentia então do dominio dos Felippes, que vinha provocando o abandono gradativo da agricultura no littoral, por falta de estimulo entre os portuguezes, o que diminuia a olhos vistos a importancia da Villa, destruindo a sua capacidade económica e moral. Possuia a Villa nesse final de século, uma população fixa approximada, de 600 visinhos, com cerca de cem casas regulares afóra tejupares de incolas e marabás.

Apezar disso, ao dobrar o extremo do século XVI, a villa santista apresentava-se ainda como celeiro de São Paulo, e os Engenhos, em numero regular, disseminados por toda a região, ainda faziam o lastro da sua importancia económica permittindo a existencia de dinheiro amoedado portuguez entre a parte abastada do logar, observando-se sómente a tendencia de abandono dos sitios mais distantes, repovoados desde 1566, pela preferencia crescente em favor do planalto.

Os valores em moéda portugueza porem, começavam a diminuir, o que se revelava pelo uso já então iniciado do systema das trócas, mais tarde estabelecido e officialisado, valendo cada mercadoria um preço arbitrado e mais ou menos regular, para effeito de acquisição de outras mercadorias.

Luzes mentaes éram poucas as que haviam. Apenas o Collegio dos jesuitas ostentava sobre o local do antigo Conselho, a capacidade dos padres no desempenho de sua missão instructiva, cultural e catechética.

A população em sua maiór parte éra mestiça, mas o espirito religioso éra grande. Os commerciantes éram ainda em numero regular e as suas casas derramavam-se em geral pela beira do Porto, tendendo para a banda do ribeirão São Jerónymo, o "rio Salgado" como tambem foi conhecido mais tarde, onde vinham ter quasi sempre os mercadores de serra acima.

Em estampa de 1615 notámos que a villa santista possuia os seus muros, a exemplo de outras praças maritimas portuguezas, fechando-as ás tentativas de invasão dos lados sul e nórte da ilha, completando assim o circulo defensivo formado a oeste pelo morro de São Jeronymo(actual Monte Serrate) e a léste pelas aguas do lagamar de Enguaguassú, onde elevava-se o Fórte da Villa.

Nesse anno de 1615, verificou-se o ataque a Santos da esquadra hollandeza ao mando do almirante Joris van Spilbergen, ataque esse que durou algumas semanas e que encontrou a resistencia desesperada dos moradores das duas villas soccorridos pela gente de São Paulo sob o commando de Amador Bueno da Ribeira e de Lourenço Castanho Taques, passagem essa que como outras constantes deste capitulo chronológico tratamos pormenorisadamente em capitulo especial existente no corpo desta óbra.

Lógo no inicio do século XVII, pouco mais de dois lustros antes destes acontecimentos, entre os annos de 1602 e 1605, fizéra D. Francisco de Souza edificar a Capella de Nossa Senhora do Monte Serrate, ao alto do antigo morro de São Jeronymo, que, de então por deante ficou assim denominado, perdendo aos poucos o nóme primitivo já encontrado pelos colonisadores de Martim Affonso. (Veja-se a este respeito, o nóme Monte Serrate, no Capitulo "Toponymia Santista").

Veio depois a phase do bandeirismo paulista, e, as grandes aventuras expansionistas e penetradoras se desenvolve-

ram quasi todas apoiadas no celleiro santista, de onde seguiam, principalmente, o sal, o assucar, a farinha e as carnes curtidas, alem de outros elementos necessarios á epopéa do desbravamento, Essas aventuras, porem, á medida que iam desvendando os sertões e revelando os segredos das terras desconhecidas da Capitania, iam tambem desvitalisando o littoral e provocando a sua decadencia, o que só tarde demais poude ser verificado. Ainda assim, poude Santos, concorrer em meiados do século, com forças e mantimentos para a campanha contra os hollandezes que nessa época infestáram o Nórte do Brasil.

A esquadra hollandeza dominava o Reconcavo e as forças flamengas estabeleciam em Pernambuco as bases das chamadas "Indias hollandezas". Ahi, pedidos instantemente os soccorros paulistas, não ficou Santos indifferente aos soffrimentos dos brasileiros da região invadida e á chaga aberta na dignidade da colonia, que assistia os ultimos lampejos da dominação castelhana.

Do porto santista partiu então, em auxilio aos irmãos distantes, uma força mixta reunida ao pelotão de guerra vindo de São Paulo, composto por sua vez de duzentos homens, sob o commando do Capitão Luiz Pedroso de Barros e Dom Francisco Rendon de Quebedo e cerca de 300 saggitarios brasileiros, ao mando de Diogo da Costa Tavares, Manuel Fernandes Abreu, João Paes Florião e Antonio Raposo Tavares. Com a retirada de Dom Francisco de Quebedo, que ficou no Rio de Janeiro, passou Antonio Raposo Tavares, o famoso bandeirante, para o commando da força paulista, e, sob sua orientação cumpriu ella o seu dever, atravéz de largos annos de guerras e trabalhos.

Pelo tempo adeante, outras forças seguiram de Santos com o mesmo destino e para o mesmo fim, até 1646 e 1647, época em que, ao passo que uma bandeira de 200 homens de guerra e muitos indios seguia por terra num feito extraordinario e sem precedentes, rumo da Bahia, uma columna de 2.200 homens, amerindios, paulistas e portuguezes, embarcavam em Santos, em varias naus de combate e bergantins ligeiros, para apressar a óbra da restauração colonial e a expulsão dos hollandezes, verificada aliás, pouco tempo depois. (1)

(1) "Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro" — Tomo Especial — Consagrado ao primeiro Congresso de Historia Nacional — 1914 — Parte II — Pag. 245 —. (These apresentada pelo Dr. Gentil de Assis Moura).

Em 1640 realizam-se os primeiros actos da fundação em Santos, do Convento de Santo Antonio e respectiva igreja. Já em 16 de Janeiro do anno anterior, de 1639, chegára á villa, vindo da Bahia, Frei Manoel de Santa Maria, custodio da Ordem de São Francisco, para examinar o local e os recursos que se offereciam para a realisação do Convento franciscano. Como resultado dessa viagem, no anno se-



Convento e Igreja de Santo Antonio do Vallongo
(Aspecto de 1850, com o rio São Jeronymo á frente) (Téla de B. Calixto)

guinte chegava a Santos Frei Pedro de S. Paulo, acompanhado de alguns companheiros como Frei Manoel dos Santos, Frei Francisco de Coimbra, Frei Bernardino da Purificação, Frei Thomé da Madre de Deus, e mais os leigos Frei Domingos dos Anjos e Frei Antonio de São José, estes para méstres das óbras, logo depois iniciadas em terrenos doados nesse anno, por D.ª Felippa de Souza e pela Camara local.

Esses primeiros franciscanos, fundadores do alludido convento foram recolhidos á sua chegada, á Capella de Nossa Senhora do Desterro, propriedade então de Bartholomeu Fernandes Mourão, onde estiveram até 12 de Junho daquelle anno de 1640, occasião em que se passaram para o convento proprio, prompto apenas em parte. Só em 1642, sendo custo-

dio da Ordem Frei Manoel dos Martyres, foi que se deu inicio á construcção do Convento definitivo com Capella annexa, que são os que se vêem ainda hoje. (1)

A Igreja de Santo Antonio foi feita depois do Convento, e, a sua primeira missa, foi rezada sómente em 24 de Março de 1691.

Em 1650 verifica-se a fundação do Mosteiro de São Bento, effectuada na propria Capella de Nossa Senhora do Desterro, Capella referida anteriormente e que existia ao que paréce desde os annos de 1620, em terras que haviam pertencido a Mestre Bartholomeu Fernandes ou Gonçalves, o famoso ferreiro, vindo na Armada de Martim Affonso, e cujo filho Bartholomeu Fernandes Mourão doou-a á Ordem Benedictina.

Em 1656, a 27 de Abril, a Igreja do Monte Serrate, edificada em 1602 por D. Francisco de Souza, éra doada aos benedictinos.

No ultimo quartél do século dezoito tentou outra ordem religiósa chamar a si essa Igreja, do que foi impedida por demanda levantada pelos frades de São Bento, e orientada por Frei Gaspar da Madre de Deus, vindo do Rio de Janeiro para esse fim.

Já na metade desse século vemos uma parte do povo santista queixando-se de pobreza. Mercê da vida agitada que arrastára desde os tempos da fundação e das liberalidades usadas em demasia durante os ultimos cincoenta annos, esgotára-se a capacidade económica da villa.

A ultima invasão de estrangeiros, verificada em 1614, muito sacrificio impuzéra aos moradores e ao governo da terra, precipitando o esfalfamento de ambos, e depois, o bandeirismo aventureiro e cheio de seducções arrastando filhos e elementos da villa para o lado desconhecido da Capitania e para lá carreando uma grande parte dos recursos locaes, completára a obra de esgotamento económico e relativo abandono não só de Santos, como de todo o littoral vicentino.

Assim, ao fim desse século, haveria fatalmente de encontrar-se a villa de Santos em situação de pronunciada penúria, com todos os generos custando uma exhorbitancia e o nivel de vida extremamente difficil para os desfavorecidos

(1) Azevedo Marques — "Apont. Hist. Gen. etc., da Prov. de São Paulo" — Tomo I — Pag. 108.

da fortuna, crescendo sobre tudo isso, a calamidade que assolou a villa em 1665 e dahi para deante — a grande epidemia de bexigas — que matou um terço da população, a ponto de ser fechado o caminho do mar e interrompida officialmente a ligação de Santos com São Paulo, como se vê da Sessão da Camara paulistana de 31 de Dezembro do mesmo anno, na qual explicava o procurador do Conselho, o motivo porquê ainda não fôra entregue ao Capitão-Mór, residente em Santos, cérta somma que já lhe devia ter sido enviada:

> "por aver tres mezes que estava o caminho do mar fechado he com guardas por ordem desta Camara, a requerimento do povo, por causa de averen bexigas na vila de Santos" (1).

Em 1666 ainda persistia a péste no littoral, e as medidas prohibitivas de communicação haviam recrudescido, porquê communicára o Capitão-Mór da Capitania de São Vicente, residente em Santos, que, na Villa éra tremenda a mortandade.

Nos documentos da época, nota-se bem a situação atravessada por Santos ao final do século dezeséte. Rendas diminuidas, administração difficil, mestiçagem vadia, rebélde e numerósa, abandono de interesses locaes pela mocidade fórte e aventureira, que se annexára a partidas pelo sertão, epidemias, uma série de infelicidades, tudo isso trouxéra o seu empobrecimento, ao contrario do que acontecia com São Paulo, que progredia a olhos vistos; e do interior, que entrava em sua phase de expansão, iniciada pelas primeiras bandeiras e com a fundação das primeiras villas de serra acima, primeiros campos de creação em larga escala e primeiros nucleos de exploração mineral, factos esses coroados e rematados com a transferencia do predicamento de cabeça da Capitania para a mesma São Paulo em 1683, em confirmação ao foral de 1681 (2), golpe mortal cumulando a infelicidade santista, sabido como éra, que, pela visinhança de São Vicente e pela pobreza désta, desempenhára Santos, effe-

(1) Affonso de E. Taunay — "Antigos Aspectos Paulistas" — Pags. 91/92 — e Pedro Taques — "Historia da Capitania de S. Vicente" — Pag. 142.

(2) Pedro Taques — "Historia da Capitania de S. Vicente" — Pag. 142.

ctivamente, e durante muitos annos, as funcções de Capital.

Muitos factos heroiços verificaram-se em Santos no correr deste século, que seria longo narrar, e assim reproduziremos apenas os factos relativos a D. Rodrigo de Castello Branco, estimulador dos descobrimentos das minas de São Paulo, inclusive as de Iguape, e que, por isso mesmo, convem constarem deste capitulo.

D. Rodrigo, nomeado Administrador Geral das Minas do Sul, por Alvará de 29 de Novembro de 1677, trouxéra a faculdade de offerecer aos paulistas que o acompanhassem aos descobrimentos, um Habito de Christo, dois de Aviz, dois de S. Thiágo, com 20$000 até 40$000 effectivos em cada um desses Habitos, e mais seis fóros de cavalleiros fidalgos e seis de Moços da Camara, que trazia de Portugal, para estimular o interesse dos aventureiros.

Assim, "em Março de 1679, por ordem de D. Rodrigo, embarcava em Santos o Tenente-General Jorge Soares de Macedo, com toda a gente da sua conducta, soldados infantes, officiaes e um corpo de 200 indios bons flexeiros e arcabuzeiros, para a jornada do sertão do sul até o Rio da Prata.

Compoz-se este transporte de sete embarcações grandes chamadas sumacas, entre as quaes ia um patacho, e nellas se accomodou toda a gente, fabricas e instrumentos mineraes, armamento, polvora e bala, mantimentos, viveres e fazendas seccas. Para capitão de mar com todo o governo maritimo teve patente Manoel Fernandes. Para Capitão da sumaca "N. S. da Conceição e "Almas", teve patente Thomaz de Souza Rios. Para Capitão da sumaca "N. S. do Monte" teve patente Vicente Pendão. Do patacho "N. S. do Rosario" teve patente de Capitão João Jacques; (todas estas embarcações tinham invocações que lembravam igrejas das villas de Santos e São Vicente); e desta forma cada embarcação levava seu capitão de patente, que todas foram passadas em Santos no fim de Janeiro de 1679, (Cartorio da Provedoria da Fazenda Real, caderno de Registros de rol do ponto de D. Rodrigo, pags. 39v. 41, 42 e 43.)

"Tendo esta pequena frota dado velas ao vento, em breves dias encontraram tormentas grandes, com contrarios ventos, que tendo obrigado a tres arribadas até a barra de Santos, da terceira vez foi maior o perigo, porque uma das sete sumacas se foi ao fundo destroçada; tres foram de arribada á ilha de Santa Catharina, e tres tomaram o porto de

Santos, com o tenente-general Macedo, Capitão-mór Arzão, sargento-mór Vidal, Capitão de infanteria Manoel de Souza Pereira, e alferes Mauricio Pacheco Tavares com os soldados infantes. Do porto de Santos tomaram o caminho de terra a ir demandar Paranaguá e dalli tomaram o sertão do Rio de S. Francisco até a Ilha de Santa Catharina. Nella postou este militar corpo a tempo que D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro se achava na ilha de S. Gabriel, fazendo construir uma fortaleza na nova povoação da Colonia e cidade do Sacramento, em 1680, sabendo desta gente mandou que o tenente-general com os officiaes de patente e soldados infantes o fossem buscar de soccorro contra o poder do castelhano, que já movia exercito para lançar daquelle sitio a D. Manoel Lobo; assim se executou, embarcando todos em um navio (ficou a gente da léva com 200 indios em Santa Catharina debaixo do commando do vedor Manoel da Costa Duarte), que na altura do Cabo de Santa Maria deu á costa, e muito apenas, por conhecido milagre, salvaram a vida 24 pessoas, cada uma arrimada á sua taboa, que sahiram em praia deserta; e foram o tenente-general Macedo, o capitão-mór Arzão, e o sargento-mór Vidal, e não sabemos dos mais; e todos penetrando o sertão a demandar a ilha de S. Gabriel e nova cidade do Sacramento foram dar ás mãos do inimigo castelhano, que os fez a todos conduzir presos para Buenos Aires, que então com sua provincia era governada por D. José Garro.

Embarcado o tenente-general Macedo em Santos, como fica referido, passou D. Rodrigo de Castello Branco para a villa de Paranaguá no mesmo anno de 1679. Em 14 de Março desse anno teve principio o rol do ponto com cento e tantas pessoas de comboio para Paranaguá.

Em 14 de Abril de 1680 sahiu de Paranaguá para Santos, sem conseguir o minimo descobrimento em o sertão de Paranaguá, e nella, as minas descobertas em Paruna e no Itaembé, no ribeirão de Nossa Senhora da Graça o foram por paulistas; em Peruna pelo Capitão-mór Gabriel de Lara, e no Itaembé por João de Araujo, e as ditas minas foram repartidas em Julho de 1679, e tão ricas, que, só uma data para el-rei foi rematada por João Rodrigues França por 155$000. As minas de Nossa Senhora da Conceição, tambem descobertas no anno de 1679, e depois destas, as minas descobertas por Salvador Jorge Velho, paulista, figuram entre os descobrimentos da época, e todos sem despesa para a

Real Fazenda". (Pedro Taques — "Nobiliarchia" — Vol. I — Pags. 403/406).

A paz com a Hollanda e a Inglaterra vinha custando uma pesada contribuição ao povo, e essa contribuição só foi extincta em 1676, a pedido dos officiaes da Camara da Villa de S. Paulo ao Governo da Metrópole.

Dinheiro, pouco existia, e corriam então os principaes generos como moéda, existindo para isso a determinação approximada do seu valor, que éra de 400 réis por alqueire de farinha de mandióca, 720 réis por alqueire de arroz, 280 réis pelo de feijão, 40 réis por libra de assucar, 200 réis por alqueire de milho, 300 réis por um de farinha de milho, 480 réis por um de sal, 500 réis por arroba de toucinho, 160 réis por uma medida de aguardente, 50 réis por um porco cevado, e assim por deante, preços reputados carissimos para a época. Só os lavradores que conseguiam exportar assucar e aguardente possuiam algum valor amoedado, e assim, clamava-se pela instituição da Casa da Moéda no Brasil, de formas a pôr cobro ao processo retrógrado das trócas e a estimular a economia particular, favorecendo o pequeno commercio e o trabalhador rural principalmente, que recebia suas diarias em generos. A casa da Moéda porem, só foi creada nos principios do século XVIII, conhecendo-se os seus effeitos.

Em 1683, em consequencia da revólta verificada a 23 de Janeiro em S. Paulo, manifestára-se tambem em Santos uma bernarda, conhecida na história como, a Revolta "de viva o povo e morra o máu governo", movimento lógo serenado com a intervenção dos homens importantes da villa e das autoridades ecclesiasticas, impedindo o chóque com as forças descidas de São Paulo.

Lógo a seguir, entre os annos de 1684 e 1685, verifica-se na villa, o episódio bellico-fiscal provocado pelo ex-capitão-mór Diogo Pinto do Rego, com sua attitude de protecção affrontósa em favor de José Pinheiro, individuo accusado de sonegação de direitos devidos á Fazenda Real, então representada pelo Provedôr Thimótheo Corrêa de Góes, jóven de 14 annos ainda. Este facto, que provocou a descida de um verdadeiro exército de São Paulo, em soccorro ao principio de autoridade violado tão acintósamente, teve um desfecho feliz e vae descripto no corpo desta óbra.

Foi nesta altura, finaes do século XVII que surgiu a fébre das minas, ascenando á ambição dos paulistas, lá do

centro como da propria São Paulo opulenta; fébre que tanto havia de prejudicar a Villa de Santos como se viu depois.

Debaixo desse aspecto entrou o século dezoito, crescendo sempre o movimento dramático das lavras, onde tantas fortunas se faziam e tantas desgraças se consumavam, formando a pagina mais rutilante talvez mas a mais negra da historia de nacionalidade. O ouro surgindo a mancheias no sólo do Brasil central, creando sonhos e suggerindo lendas, arrastou para o território das Minas o que havia de vitalidade em todo o résto do território da Capitania, accentuando a sua decadencia. A riqueza encontrada, entretanto, só produziu, como se viu mais tarde, desgraças e misérias, mórtes, perseguições, atrazo, só lucrando com isso Portugal, que, fóra das luctas e das ambições locaes, das verdadeiras guerras travadas, com todos os seus desesperos e tragédias, ia aproveitando a parte liquida e real de tantos soffrimentos. Santos desceu então, mais do que nunca, em todas as suas linhas de vida.

Em 1710 arribava a Santos a Expedição de Francisco Duclerc, o infortunado commandante francez, cujo objectivo porém, éra a cidade do Rio de Janeiro, onde devia terminar romanescamente seus dias. Apezar de sem forças, reuniu o Provedôr Thimótheo Corrêa de Góes os homens que poude, e, auxiliado pelo concurso inesperado de Amador Bueno da Veiga descido de São Paulo e do Capitão Domingos Fernandes Pinto, do Mestre de Campo Domingos da Silva Bueno, figuras impressionantes de sertanistas e cabos de guerra vindos do territorio das Minas, conseguiu impedir a invasão da cidade pelas forças francezas, expulsando Duclerc para os lados do Rio de Janeiro, onde elle devia ser aprisionado e morto.

Um dos factos mais importantes da Villa de Santos no século dezoito, foi a invasão operada por Bartholomeu Fernandes Faria e seu corpo de aventureiros, com o propósito de retirar o sal de que precisavam e que lhes éra negado pela ambição dos monopolizadores, factos que Pedro Taques narra da seguinte forma:

> "Era a villa de Santos, nesse anno de 1710, um presidio fortificado de quatro companhias de infanteria paga e tinha naquella occasião por governador da praça e das fortalezas, ao mestre de Campo José Monteiro de Mattos. Bartholomeu Fernandes Faria chegou á villa de São Vicente e por ella se introduziu por terra

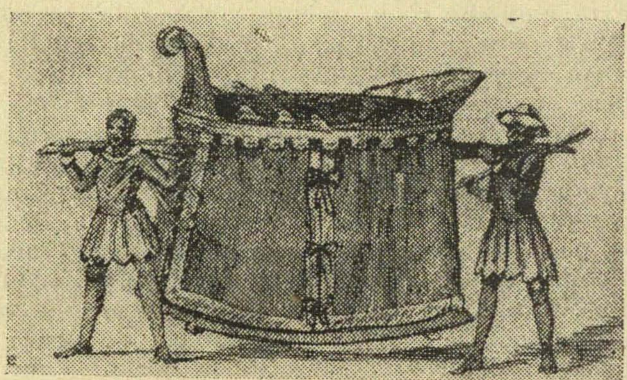
em distancia de duas leguas com a sua força d'armas, valendo casa soldado seu, na estimação do seu commandante Bartholomeu, por muitos dos que na praça tinham o soldo do rei. Deu motivo a esta briosa, posto que indiscreta acção, o vexame que soffriam, sem remedio os moradores de serra acima; porque a ambição tinha convertido em negocio particular a venda do sal (que por estanco se dignou conceder a real piedade do Snr. Rei D. João V em preço taxado de 1$280 por alqueire, por supplica que lhe haviam feito os mesmos moradores de serra acima pela camara capital de S. Paulo), que tinha chegado ao excesso de pedir o contractador por cada um alqueire 20$, affectando que do reino lhe tinha faltado a providencia annual deste genero. Porem constando a Bartholomeu Fernandes que tudo era dissimulação do contractador, que, protegido dos magnatas da villa de Santos, estava praticando com liberdade esta insolencia debaixo dos seguros de lhe não ser castigada a culpa, sendo tantas vezes requerida pelos da republica de S. Paulo, formou um corpo de armas, e baixou com elle na forma referida á villa de Santos; chegado a ella tomou logo as casas dos armazens do sal; e mandando chamar o contractador do sal com o seguro da palavra de homem de bem de lhe não fazer minima offensa, e que só carecia da sua presença com os seus caixeiros para ver a extracção do sal e receber de cada um alqueire o seu taxado preço de 1$280, e porque desta quantia tem a fazenda real 400 rs. por consignação, que prometteram os povos de S. Paulo e suas villas para subsidio da infanteria da praça, mandou aviso ao provedor da mesma fazenda Thimoteo Corrêa de Góes para mandar para as portas dos armazens do sal o fiel recebedor dos 400 rs. de cada alqueire. Estando tudo assim disposto com grande tranquilidade de espirito, occupou Bartholomeu Fernandes a rua onde existiam os ditos armazens (hoje José Ricardo), cujas portas fez abrir, e por medida que tinham os mesmos fez extrahir e evacuar o sal, que entendeu necessario para fornecimento dos povos de serra acima, que havia mezes supportavam a barbaridade da ambição do dito contractador, pagando-se (dentro dos mesmos armazens), o sal que para fóra se tirava, e, os 400 rs. de cada alqueire alli mesmo recebeu o fiel da fazenda real, sem que esta, ou o contractador recebesse prejuizo

por diminuição de um só real. Para conducção do genero que deu causa a esta liberdade e despotismo, havia Bartholomeu Fernandes de Faria disposto uma multidão de Carijós, a cujas costas se conduziu todo o sal, e com cavallos de carga, que para o mesmo fim os fez ir em sua companhia, o que tudo augmentou tanto o troço da gente armada, que avultava a pé um exercito, para praça tão pequena; e seus nacionaes sem terem occasião de verem cavallos, que ainda então os não havia naquelle rocio, menos corpo sobrava para o temor, e para a admiração. Executado este lance sem outro algum procedimento de maldade, que costuma obrar qualquer corpo auxiliado do despotismo, se retirou Bartholomeu Fernandes de Faria pelo mesmo caminho de terra da villa de S. Vicente; e porque nesta estrada há uma ponte chamada de S. Jorge, tanto que teve toda a gente assim de armas, como de cargas e bestas, posta de outra parte da dita ponte com accordo de soldado esperto, mandou deital-a abaixo, acautelando-se assim para passar a noite em socego, se na sua retaguarda tocasse alarma a infanteria da praça para o atacarem dentro da Villa de S. Vicente, em marcha para S. Paulo até o sitio chamado do Cubatão. Não foi esta advertencia de pequena consequencia, porque, resolvendo-se os da praça a seguirem a Bartholomeu Fernandes para castigarem a ousadia(chegando as tropas ao passo de S. Jorge, o acharam sem ponte, a qual se não podia fabricar em breves horas; e por este impedimento retrocedeu para Santos sem mais acção, que haverem intentado o despique por desafogo. Socegados os animos do primeiro susto e horror, que causou a liberdade de Bartholomeu Fernandes entrando com corpo armado na praça de Santos, houve acção de graças por ficarem os moradores livres de um potentado, de quem receiaram hostilidades, roubos, e outras insolencias, que costumam praticar qualquer corpo tumultuoso, e sem disciplina regular. Foi a acção de graças celebrada na igreja do collegio dos PP. jesuitas da praça de Santos, e houve no fim do Te-deum um sermão que se dedicou para o prélo, ao mestre de campo José Monteiro de Mattos."

Bartholomeu Fernandes só foi preso em 1721, em Conceição de Itanhaen, por tres companhias da guarnição da

Praça de Santos, a mando do Governador Luiz Antonio de Sá Queiróga, como se vê da Provisão Régia de 3 de Outubro de 1722, e de surpreza, revelada a sua presença alli, por um soldado.

Em 1720, pela Provisão de 20 de Fevereiro, era a Alfandega de Santos equiparada á do Rio de Janeiro, facto este conhecido sómente alguns mezes depois e que provocou muito regosijo entre os santistas.



A cadeirinha

Meio de transporte usado pela gente abastada de Santos, durante o século XVIII e parte do século XIX,, para as pequenas distancias. A "LITEIRA" tambem chegou a ser usada em Santos, nestas pequenas viagens.

A povoação, desde o periodo anterior, crescera mais para o lado do Vallongo, onde ficava a zona commercial e residencial mais abastada, e onde estavam tambem as melhóres hospedarias, procuradas pelos paulistanos quando desciam a fazer compras ou a receber os seus artigos importados.

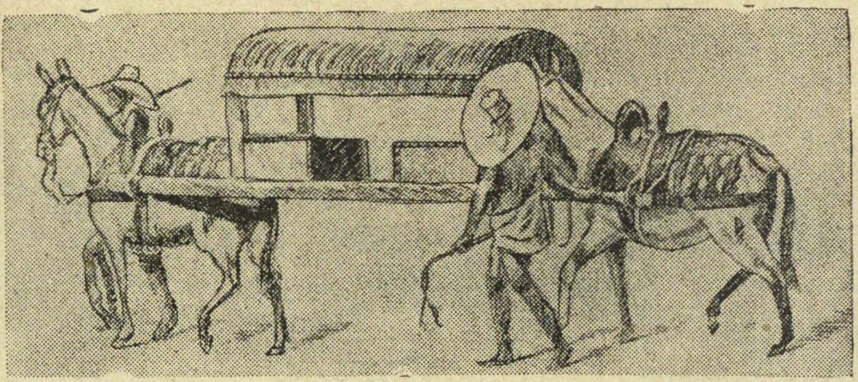
Frequentavam o porto santista neste periodo da existencia local, poucos navios estrangeiros, mas os que nelle tocavam traziam grandes quantidades de productos da Europa, da Africa e da India. muito commerciados a dinheiro e em trócas com productos da terra.

Nessa occasião, a ligação com São Vicente, que até bem pouco tempo se fizéra pelo antigo caminho de Pascoal Fernandes ou de São Jeronymo, porque subia a lombada deste morro (Monte Serrate) e descia pela várzea de Jabaquára, fazia-se agóra pelo novo caminho aberto atravéz dos varjões

do Norte da ilha, seguindo pela encosta dos morros do Saboó.

O problema do trato da terra continuava como uma incógnita, a preoccupar toda a Capitania, desde que se prohibira a escravisação dos indigenas, a não ser os capturados em guerra justa.

E' então que se verifica a importação das primeiras lévas africanas. Com a sua chegada porem, muitos males foram trazidos para a região santista, já de si infestada de algumas moléstias e epidemias. Com o tempo, como se havia de ver, o proprio typo dos moradores, que soffrera até ahi



O banguê

Meio de transporte tambem usado pela gente abastada, durante os séculos XVII, XVIII e parte do XIX para as grandes distancias, especialmente para as viagens a S. Vicente, á praia da barra e a S. Paulo.

apenas a influencia dos americanos, (carijós, guayanazes e tupiniquins), veio a soffrer tambem a influencia do negro, ajuntando-se com o tempo, os mulatos e os cafusos, aos caboclos até então existentes.

Molestias desconhecidas como o escorbuto, as verminóses, as boubas, a fébre amarella e até as sarnas surgiram no littoral, provocando a decadencia maiór, agóra physica e moral dos antigos pontos de florescimento, e o desapparecimento de quanto havia feito outróra a prosperidade e a fartura da villa santista e de toda a marinha, anullando a fibra e a capacidade de reacção dos littoreanos, tornando o século dezoito, até seus finães, o periodo mais vivo da decadencia do individuo santista.

Prosperou o trafico dos negros de tal forma, que, nos primeiros decenios seguintes o numero dos brancos baixou a menos de metade na população da Villa e do littoral.

Em 1746 era acabada de construir a nóva Matriz de Santos, inaugurando-a o vigario Francisco de Oliveira Leitão.

Essa Matriz foi a primeira construida especialmente para esse fim, visto que até então, os vigarios locaes haviam



A Matriz da Villa de Santos em meiados do século XVIII, com a travessa de Santa Catharina, o Outeiro e a Capella da mesma invocação de um lado, e o Collegio dos Jesuitas do outro (Quadro de B. Calixto)

dado funcções de Matriz, primeiro á Igreja da Misericordia, que éra a mesma de Santa Catharina, construida junto do outeiro desse nóme, depois á Igreja do Collégio, situada na actual Praça da Republica (onde elevou-se um dia ésta de 1746), e mais tarde ainda, por abandono da Igreja dos Padres do Collégio, á nóva Igreja da Misericórdia construida em 1665, que foi por elles occupada sempre sob protesto dos Irmãos da Misericordia até o referido anno de 1746, quando foi inaugurada a Matriz definitiva e separada.

O adro desse novó templo, recebeu em 1754, a 1.° de Junho desse anno, a bençam do então vigario Faustino Xavier

do Prado, por não constar que elle houvésse sido bento antes.

A confusão de Frei Gaspar, declarando que essa Matriz éra a terceira construida naquelle mesmo logar, provem do facto de ignorar elle, por não constar de um documento claro, a localisação da primeira igreja da Misericórdia, que foi a Matriz dos primeiros tempos, e por ter sido construida alli a Igreja dos Padres Jesuitas, a chamada Igreja do Collégio que desempenhou as funcções de segunda Matriz, justificando-se desta fórma a affirmação do sabio monje santista.

Esta Igreja Matriz existiu durante cento e sessenta e dois annos, até o anno de 1908 em que foi demolida por desapropriação realisada pela Prefeitura Municipal.

A respeito desta desapropriação houve agitados debates em varias sessões legislativas da Camara santista de 1907 em que sobresahiu o Dr. Francisco de Salles Braga, oppondo-se ao projeto como estava redigido e que terminaram pela approvação do seguinte Projecto de Lei, apresentado pelo vereador Dr. Raymundo Sóter de Araujo:

> "Art 1.° — Fica autorisado o Intendente Municipal a desapropriar de conformidade com as leis em vigor, a Matriz desta cidade com o respectivo sólo.
>
> Art. 2.° — O Intendente Municipal mandará após a desapropriação proceder a demolição do templo para o alargamento da Praça da Republica.
>
> Art. 3.° — Fica o Intendente Municipal autorisado a fazer o pagamento a quem de direito, no caso de desapropriação amigavel, em quatro prestações annuaes iguaes (de 50:000$000).
>
> Art. 4.° — Para o inicio do pagamento no acto da desapropriação transferirá a verba de cincoenta contos de réis, que no orçamento vigente era destinada á construcção do Parque Municipal.
>
> Art. 5.° — Para pagamento das demais prestações constará nos orçamentos vindouros a verba necessaria.
>
> Art. 6.° — Revogam-se as disposições em contrario.
>
> Sala das Sessões — 5 de Junho de 1907 — Raymundo Soter de Araujo."

Tal foi, em resumo, a história da Matriz de Santos.

Em 1748, um facto importantissimo, veio dar algum alento a Santos. Com a annexação do territorio da Capita-

nia de S. Paulo e Minas ao territorio do Rio de Janeiro, o governo de São Paulo passou a ser exercido em Santos, pelo Capitão Luiz Antonio de Sá e Queiróga, Governador da Praça, sujeito ao Governador do Rio de Janeiro, situação essa que durou dezeséte annos, indo até 1765, quando foi restaurada a antiga Capitania, passando o Governo para São Paulo. Poucos beneficios porem, auferiu Santos com essa circumstancia civil-administrativa, porquê o seu mal éra intrinseco e só uma campanha ou providencias de outra espécie poderiam cural-o, para o quê, tornava-se muito necessario o factôr tempo.

E' desta época a primeira referencia á cultura do cafeeiro em São Paulo, de que se tem conhecimento.

Por documentos de 1762 a 1770, sabe-se que o café figurava nestes annos, como um dos productos da agricultura e do commercio santistas e littoraneo, começando porem sua exportação somente em principios do século dezenove.

Ao findar o século 18 as dysenterias decorrentes do uso das aguas de má qualidade talvez, as hepatites ou abcessos do figado, as febres typhicas ou malignas, as hydropisias, ao lado das bexigas, do "mal de 7 dias", das "boubas" e do "gallico" eram as doenças mais communs na villa. O alcoolismo ainda não era muito disseminado, principalmente entre os escravisados, sujeitos á rigorosa disciplina das fazendas de canna da ilha de Santo Amaro, mas, os casos relativamente frequentes de "barriga dagua" na população livre, principalmente entre a mestiça, preferida já então pela tisica, nos levam a pensar na cirrhose dos alcoolistas. A opilação tambem não éra desconhecida na zona onde mais tarde se desenvolveria causando grandes estragos, e Frei Gaspar já apontava naquella época, a decadencia de antigos pontos do littoral, queixando-se de que os habitantes não gostavam do trabalho, tendo abandonado a lavoura que os havia outróra beneficiado e tornado prosperos. (1)

De facto, os generos alimenticios, antes produzidos nas visinhanças da Villa, começavam a vir de S. Paulo, onde prosperava a lavoura, estando então as fazendas da Ilha de Santo Amaro reduzidas apenas á exploração da canna de assucar.

O desastroso mas bem intencionado ouvidôr Marcellino Pereira Cléto, "constatando em fins do século, na sua "Dis-

(1) Guilherme Alvaro — "A Campanha Sanitária de Santos" —

sertação", a grande decadencia de toda a capitania paulista e sobretudo da marinha, reclamava para remediar aos males, a transferencia da Capital de S. Paulo para Santos, e o fomento da navegação directa entre este porto e o Reino, pois até então eram menos de meia duzia, si tanto, os navios que annualmente alli iam ter, das escassas dezenas de embarcações que constituiam todo o movimento maritimo".

"Exhaurira-se S. Paulo a sacrificar no altar do bezerro de ouro das minas. Estancara-lhe quasi, a "auri sacra fames" as fontes da vida". (1)

Dizia o ouvidôr Pereira Cléto, naquelle final de século: "Sirvam de exemplo a Villa de Santos e seu termo, em que, em 1693 havia mais de 400 homens lavradores hábeis para servirem na Camara, e desta qualidade não há hoje meia duzia. E ainda se conhéce que todo o termo éra povoado e cultivado; agóra quasi tudo são nelle ruinas e deserção; o ouro das minas veio a diminuir, o negocio tambem diminuiu", e, impressionando-se com as proprias palavras, bradava o magistrado (diz Affonso Taunay), sem o conselheirismo da adjectivação destinada a effeito, interpretando sómente a verdade; que "em São Paulo "ficaram todos sem minas, sem negocio e sem agricultura, "lembrando então, que "General e ministros", castigassem exemplarmente os vadios, distinguindo no que fosse honroso e util primeiro, a todos aquelles que mais se adeantassem na agricultura, mineração e commercio.

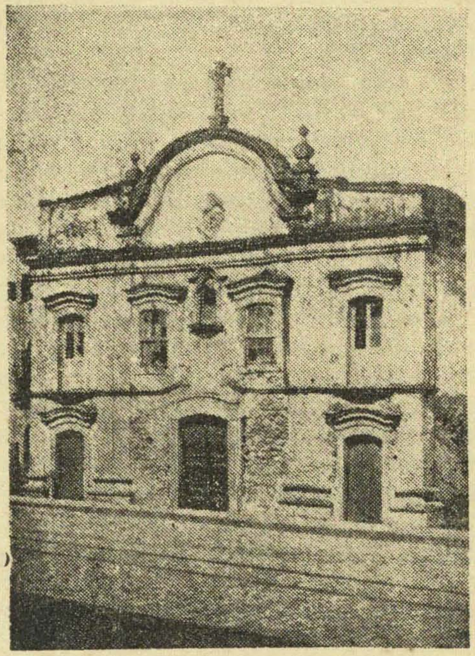
O mal santista e littoraneo, éra consequencia de uma natural preferencia popular por outras regiões mais ricas sob todos os aspectos, principalmente sob os aspectos agricola e mineral, os unicos que ultimamente interessavam a população de toda a Capitania, e assim, sómente com a organisação agricola do interior e a reorganisação das exportações, poderia Santos receber uma aura de renovação. Santos precisava de um remédio e não de um palliativo, e isso mesmo se viu, com a experiencia dos dezeséte annos em que ella foi cabeça da Capitania, nada lhe resultando dessa experiencia, contrariamente á opinião do ouvidor Pereira Cléto.

Em 1765, sob o Governo do benemérito Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão e por sua ordem, iniciando a nova phase da Capitania de São Paulo, apóz sua

(1) Affonso de Escragnole Taunay — "Biographia de Frei Gaspar da Madre de Deus" — no prefacio das "Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente".

desannexação á do Rio de Janeiro, foi feito o primeiro recenseamento santista, accusando a villa de Santos, ao fim do mesmo, uma população de 2081 habitantes apenas, sendo 942 homens e 1139 mulhéres, dos quaes menos de metade sómente éram brancos, sendo os demais mestiços e negros.

A maiór fortuna da villa de então, possuia-a o Sargento-Mór João Ferreira de Oliveira, negociante, no valor de 16:000$000, importancia fabulósa para a época, notando-se em seguida as de Bonifacio José de Andrada, de 8:000$000, do Capitão de Ordenanças João Corrêa de Oliveira, de 6:000$, do Sargento-Mór de Infantaria, cirurgiãomór do Iguatemy, Manuel Martins dos Santos e de Carlos Ferreira Souza, inferiores á ultima. Nessa occasião compunha-se a villa de uma dezena de ruas e praças, algumas das quaes, cincoenta annos depois já possuiam outros nómes. Éram ellas: a Rua Direita (dos Quatro Cantos á ponte do Carmo) o Becco da Alfandega Velha, a Rua da Misericordia, a rua da Praìa (principiando da Alfandega até a capella de N. S. da Graça), a Rua de São Francisco (da ponte aos Quatro Cantos), o Becco de Maria Francisca (sahindo no Campo), o Becco do Gonçalo Borges, a Travessa do Parto (dos fundos do Carmo até o canto do Itororó, a rua Pequena (do Pelourinho até a Matriz e dahi até o outeiro de Santa Catharina), a Rua do Hospital (do antigo Hospital até o fim dos Quartéis), a Rua do Cortume (principiando do caminho que ia para a Fonte de São Jeronymo até o Vallongo) e mais tres ou quatro pequenas praças e viélas não denominadas.



Igreja de Jesus, Maria e José, fundação do Século XVIII, demolida em 1902

No anno seguinte, de 1766, o governador da praça santista, Capitão Alexandre Luiz da Silva Menezes, organizava no termo da villa, quatro companhias de aventureiros que enviou em soccorro do Rio Grande do Sul, então invadido pelos hespanhóes, entregando-as ao commando do Sargento-Mór José da Silva Santos. Essa columna local importantes serviços prestou no desempenho dessa missão, concorrendo de forma efficiente para a expulsão dos castelhanos do território pátrio, óbra conseguida cerca de treze annos depois.

Em 1774 perduravam ainda os acontecimentos do Rio Grande, e mais quatro companhias de dragões paulistas embarcavam em Santos, no mez de Março desse anno, acompanhados lógo em seguida de dois batalhões de artilharia e mais um contingente mixto. Em 1776 seguiam as ultimas forças enviadas, compostas de tropas regulares de Santos, representadas por um regimento de infantaria sob o commando do Coronel Manoel Mexia Leite, que tomou o nóme de seu commandante, e que tornaram a Santos sómente no anno de 1780, com o que restára das primeiras trópas enviadas, cumprida gloriósamente a campanha do Sul, que tantos prejuisos e tantas perdas preciósas causou ao Brasil colonial.

Ao final do século parecia haver melhorado alguma cousa o aspecto geral da villa santista. Sua Sociedade, talvez por instincto de conservação, peára o abastardamento em que de livre vontade se consumia, procurando fazer-se distinguir em sua feição outróra aristocrática e procurando elevar o seu nivel mental, tão descido nos ultimos cem annos. Rebentava nesse final, de século, a progenie illustre que deveria illuminar todo o principio do século dezenóve, assistida por alguns varões de sabedoria e virtudes, como Frei Gaspar da Madre de Deus, o solitário da Capella do Monte Serrate, Bonifacio José de Andrada, o Marechal Galvão de Moura Lacerda e outros.

Provia ao curato local o vigario José Xavier de Toledo, "homem de excellentes letras" no dizer do Visconde de São Leopoldo, e, nada menos de onze padres seculares e nóve regulares exerciam as funcções ecclesiasticas da villa, cuja situação intellectual éra de verdadeira ressurreição, mercê da instrucção que, principalmente por elles, vinha sendo diffundida, creando a promessa de melhóres tempos. Occupava o juizado de fóra o Dr. Sebastião Luiz Tinoco da Silva, integro e illustrado magistrado, que devia acabar Senador do Império, e éra Capitão-Mór da Villa "Francisco

Xavier da Costa Aguiar, cunhado dos Andradas, homem intelligente e de largueza de vistas". A nova geração santista surgia, explendida, para glorificação de São Paulo e da futura Nação brasileira. Abotoavam como esperanças vivas do pequeno povoado das abas do São Jeronymo, os futuros Conselheiros: José Bonifacio de Andrada e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José Feliciano Fernan-



A antiga "Casa do Trem" (que ainda existe hoje)

No bairro dos Quarteis, entre o mar e a travessa de Santa Catharina (actual Visconde do Rio Branco), vendo-se o outeiro e a 2.ª capel a de Santa Catharina no segundo plano. Aspecto de 1800.

(Quadro de B. Calixto)

des Pinheiro, José Ricardo da Costa Aguiar, o Tenente-general Manoel Martins do Couto Reis, e tantos outros grandes vultos do século dezenóve.

"Ao entrar de 1800 não se haviam modificado as condicções mesológicas da villa, as quaes tendiam antes a se aggravarem pelo crescimento da população dentro da mesma área de terreno disponivel, premida entre os morros e as praias lodacentas do porto, onde o lixo e os detritos se

accumulavam provocando exhalações. A precariedade do meio, em consequencia, projectava-se sobre os individuos, afrouxando as possibilidades da raça, já prejudicadas pela influencia das gerações africanas transplantadas para a civilisação local, tornando os individuos em geral, débeis, descorados, mórbidos, como resultante das condições geraes compromettidas pelas habitações baixas, escuras, abafadas e humidas que constituiam em grande parte as construcções residenciaes da villa".

Um importante acto administrativo viéra beneficiar bastante a villa de Santos, beneficiando grandemente o seu commercio, no anno de 1798, quasi á entrada do novo século. Um bando mandado lançar pelo Capitão-General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça creára definitivamente as primeiras linhas de Correio, uma entre Santos e outra entre S. Paulo e o Rio de Janeiro, como concretisação de tentativas anteriores sempre infructiferas, realizadas pelos annos de 1725/26 e extinctas pela carta Régia de 26 de Abril de 1730, a que déra cumprimento o Capitão-General Antonio da Silveira Pimentel.

Lógo a seguir, a 14 de Outubro de 1800, o mesmo Capitão-General Antonio Manoel de Mello estabelecia mais as linhas postaes entre as villas de São Paulo, Itú, Paranaguá e São Sebastião, favorecendo a communicação de Santos com todos esses pontos da Capitania.

Em 1806, a Alfandega, que funccionava num predio de aluguel junto ao chamado "Porto do Bispo", éra transferida para o antigo Collegio dos Jesuitas no Largo da Matriz, hoje Praça da Republica.

Em 1810, a 17 de Janeiro, éra expedido Regulamento para illuminação de Santos com 69 lampeões de azeite de peixe. Este foi o primeiro serviço de illuminação publica que b eneficiou a villa.

Em 1814 éra feito o segundo recenseamento santista, para alguns o terceiro, sob a allegação de haver sido feito um segundo em 1812. Esse novo recenseamento accusava a existencia do dobro da população apurada pelo de 1765. Por elle, possuia a villa de Santos, 5128 habitantes, incluidos os dos arrabaldes, divididos em 1319 homens e 1674 mulhéres livres, e mais 2135 escravos de ambos os sexos, para um total de 691 fógos, distribuidos por cerca de 15 ou vinte ruas e praças e bairros de Embaré, Outeirinhos, praia de Santo Amaro, Praia de Pernambuco, Praia do Góes e Praia da Bertióga. Viu-se nesse recenseamento, que Santos possuia na-

quelle anno, 10 alfaiates, 1 boticário, 6 botequineiros, 2 barbeiros, 4 calafates, 17 carpinteiros, 9 ferreiros, 4 frades, 76 lavradores, 2 médicos (do presidio), 1 mestre de primeiras letras (régio), 2 marceneiros, 2 musicos, 77 negociantes, 5 ourives, 1 tabellião, 8 sacerdótes, 3 pintores, 24 sapateiros, 1 tanoeiro, 1 tamanqueiro, 8 padeiros, 1 palleiro e 1 pastelleiro.

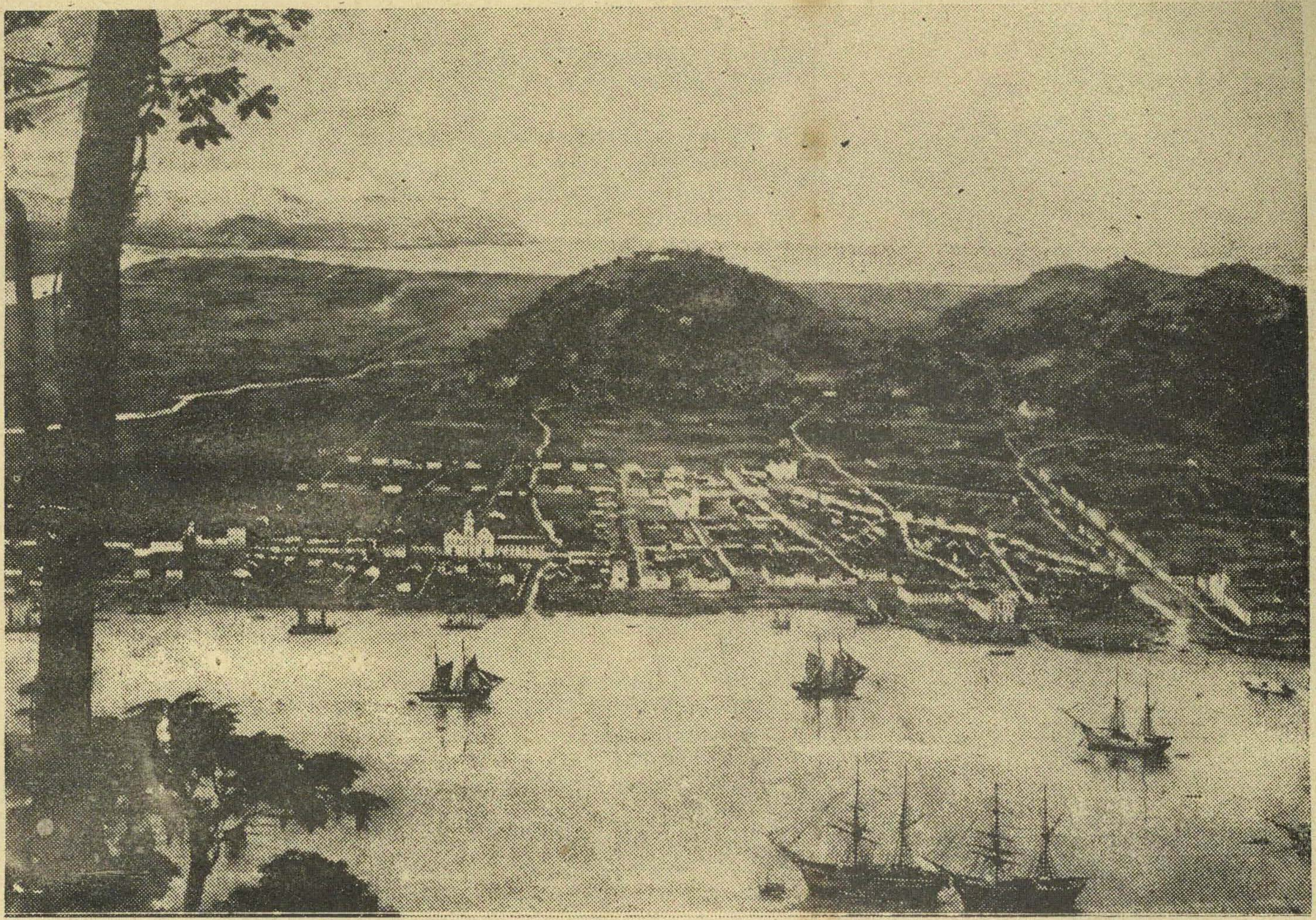
O custo da vida se reduzira alguma cousa, porque a agricultura voltára annos antes a repovoar as terras abandonadas tanto do interior como do littoral, onde Ubatuba, São Sebastião, a ilha de Santo Amaro, as margens do rio da Bertióga, Jurubatuba e outras adjacencias de Santos, prosperavam nóvamente, emquanto as communicações com a Europa melhoravam com o augmento da navegação, naturalmente em consequencia da transferencia da Côrte portugueza para o Brasil em 1808.

Dois annos depois, em 1816, outro recenseamento éra feito, fornecendo porem, cifras inferiores: menos 248 pessoas livres e menos 82 escravisadas. Por mais que pesquizassemos, não pudemos deparar com os motivos desta diminuição, e assim, julgamos que ella tenha provindo da partida de moradores para o interior da Provincia, com escravos, para inicio de nóvas lavouras, que se extendiam cada vez mais pelas terras nóvas do interior inexplorado.

Approximava-se uma phase histórica de Santos. Em 1821 estourava na villa a famosa Revolta de Francisco das Chagas e Cotindiba, soldados da guarnição da praça, promovida contra o despotismo portuguez já em seus ultimos alentos. Essa revolta foi alimentada por varios vultos locaes e deu inicio ao grande movimento verificado em toda a Provincia, que cumulou com a vinda do Regente a Santos e São Paulo e deu como resultado a scena do Ypiranga que concretizou a independencia politica do Brasil.

Logo á entrada de Setembro do anno seguinte, de 1822, chegava a Santos o Principe Regente D. Pedro, que, ao que se dizia, vinha visitar a familia de José Bonifacio, versão popular que não meréce o apoio de ninguem deante da hóra grave que atravessava então o Brasil, ameaçado de recolonisação e de todos os males consequentes.

O principe vinha, em verdade, para examinar as fortificações do porto calculando "de visu" o serviço que ellas poderiam prestar em caso de ameaça de ataque estrangeiro, para sondar o ambiente e saber com quem poderia contar na terra santista em caso de separação, e colher "in loco" a ver-



A VILLA DE SANTOS EM 1800

No primeiro plano, da esquerda para a direita a Matriz de 1746 e a Alfandega (antigo Collegio dos Jesuitas, de 1685); as ruas Septentrional e Meridional da Matriz; a antiga Casa do Conselho junto ao Carmo, o Largo do Carmo e as Igrejas da Ordem Terceira e do Carmo, fronteiras ao Arsenal, onde ficava tambem a Recebedoria de Rendas da Provincia; a praia do Consulado e a rua Direita, sahindo do Carmo; o porto do Bispo, a Travessa do Parto e a rua Antonina; a Igreja de Jesus, Maria e José; a rua da Graça terminando na Igreja N. S. da Graça e rua de Santo Antonio, e, finalmente, a Igreja e Convento de Santo Antonio, onde ficava tambem o cemiterio publico. No segundo plano, ao centro, vemos o Largo da Misericordia (depois Largo da Coroação e actualmente Praça Mauá) com a Igreja de Santa Isabel (antiga Igreja da Misericordia com hospital ao lado); pouco para cima a Igreja do Rosario. No terceiro plano ao fundo, vêem-se a Capella de N. S. do Monte Serrate; em baixo a nova Igreja da Misericordia (sob a invocação de S. Francisco de Paula) ainda sem o hospital e finalmente o Mosteiro de São Bento. Cortando o chão da villa ao fundo o Rio do Soldado (antigo "Guaranchim"), o Ribeirão de Itororó ou do Carmo, e o rio de São Jeronymo ou "rio Salgado", dividido em dois braços.

(Reproducção de B. Calixto)

dade dos acontecimentos do anno anterior, a pagina rubra de Francisco das Chagas, que déra inicio aos acontecimentos de São Paulo.

O modo por que os santistas o receberam, convenceu-o de que podia contar com a terra do seu primeiro ministro e Conselheiro em todos os sentidos, e assim, talvez antes do que deveria, tornou á Capital da Provincia, partindo de Santos ao romper do dia 5 de Setembro, iniciando a viagem que consagraria a independencia politica do Brasil com a scena do Ipiranga, verificada dois dias depois.

Ainda em 1822, no mesmo anno da nossa passagem maxima, foi feito novo recenseamento em Santos, bem detalhado e completo, como de résto em toda a Provincia. Viu-se então, que Santos possuia 4781 habitantes, dos quaes 2489 homens e 2292 mulheres, sendo 2696 livres e 2085 escravisados; 1344 brancos, 1990 pretos, e 1447 mestiços, mulatos, cafusos e caboclos, notando-se ahi, lastimavelmente, que a população branca não chegava a 50 % da população preta e mestiça, embóra fosse ella de apreciavel nivel social e mental.

Compunha-se então a Villa de Santos, de uma vintena de ruas e praças, algumas não denominadas, sendo as principaes: a rua dos Quarteis, a rua Josephina, a rua de Santa Catharina, a rua Septentrional, a rua Meridional, a Rua Direita, a Travessa do Parto, a Travessa da Banca do Peixe, o Becco do Inferno, a Rua Antonina, a travessa da Alfandega, o largo do Rosario, a Rua da Praia, Rua Vermelha, Rua da Graça, Rua de Santo Antonio, Rua do Vallongo, Rua de São Bento, Rua do Rosario, Rua do Campo, Travessa do Carmo, Rua do Tororó, Rua Larga da Misericordia, a Rua do Sal, o Largo do Carmo, e mais os bairros de Embaré, da Barra Grande, da Praia do Góes, Itapema, Guarujá, Tegereva e Enseada, Enseada de Santo Amaro, Cubatão Geral até o Rio Grande, e Bertióga abrangendo Ilha das Couves, Sahy Juquihy, Bura-Saia, Guaratuba, São Lourenço, Canto do Ribeiro, Buriquy, Armação, Ponta Grossa, Bariguy, Prainha e Iporanga.

Em 1823 esteve em Santos, de passagem para o Chile em missão apostolica, e demorando-se então alguns dias no Convento de Santo Antonio, o Padre João Maria Mastei Ferrete, mais tarde Papa, com o nome de Pio IX. O ponto interessante deste facto, reside pricipalmente em virem como commandante e immediato do navio que o trouxe, um filho de Cavour e o famoso Guiseppe Garibaldi.

No Convento de Santo Antonio existe uma placa commemorativa da visita do Padre Mastai Ferrete, com estes dizeres:

> "Em 1823 o Padre João Maria Mastei Ferrete, depois Papa com o nome de Pio IX, de passagem para o Chile em missão Apostolica, morou alguns dias neste convento, sendo Santos o primeiro porto da America do Sul, visitado pelo unico Pontifice que veio ao novo mundo".

"Sobre a collocação dessa placa accresce ainda que os dizeres da mesma foi ditado pelo Papa Pio X, ao Embaixador Brasileiro Dr. Bueno Chaves junto á Santa Sé, na occasião em que se achava em Roma o Commendador João Manuel Alfaia Rodrigues, que tinha ido á cidade eterna não só para representar a mesma nas festas do jubileu, 50.° anniversario da proclamação do Dogma da Immaculada Conceição, sendo a unica Ordem Terceira do Brasil que esteve representada nessa occasião, tendo sido o Snr. Commendador Alfaia recebido pelo S. Pontifice Pio X, por intermedio do então Ministro Dr. Bruno Chaves, como consta do archivo da Ordem" (1).

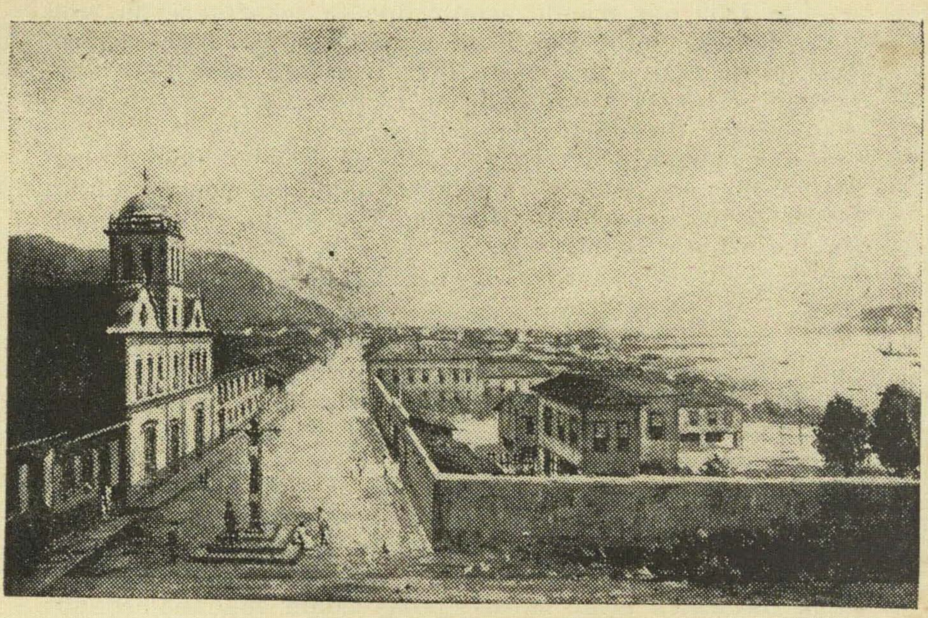
Santos, desde o século dezeséte, sem que se possá precisar bem o anno, possuia um Arsenal de Marinha, fronteiro ao Carmo onde desde fins do mesmo século dezeséte se construiam grandes embarcações, como se vê da vários documentos da época. Em 1825 era seu commandante o Capitão de fragata Carlos Lourenço Danckwardt, e, a 25 de Janeiro desse anno, lançava-se ao mar uma canhoneira nelle construida, que recebeu o nóme de "Leal Paulista", homenagem ás forças paulistas que haviam seguido em 1821 para o Rio de Janeiro, afim de suffocar a revolta das tropas portuguezas que insistiam em impedir a independencia brasileira. Esse Arsenal só foi definitivamente demolido em 1889, quando tivéram inicio as obras do caes de Santos, tomadas as suas dependencias pelos concessionarios que deviam realizar e explorar esse melhoramento, iniciado aliás, precisamente naquelle ponto.

Em 1827 verificou-se um facto importantissimo para o municipio como para toda a Provincia — a inauguração da Estrada de rodagem de Santos para São Paulo, com a abertura ao trafego, do trecho entre Santos e Cubatão, grande

(1) João Luiz Promessa "Reminiscencias de Santos" — pag. 50.

aterro effectuado que substituiu o trajecto outróra e até então feito por agua, ligando definitivamente a ilha santista (ou de S. Vicente) ao continente, facto esse que se deu a 17 de Fevereiro, com grande solemnidade e comparecimento da gente principal da villa e da Capital.

Em 1828 novo recenseamento apparecia, figurando nelle a Villa de Santos, com a população de 5142 habitantes. Essa foi uma das épocas mais agitadas da vida santista, surgindo



Aspecto de Santos em 1830

O Arsenal de Marinha. O Pelourinho. O Carmo. A Recebedoria de Rendas ao fundo do Arsenal, e a Rua Direita, a terminar nos Quatro Cantos.

(Reproducção de B. Calixto)

as luctas politicas oriundas ainda da recente transformação de paiz colonial como éra o Brasil, em Império, pois que data do anno seguinte de 1829 a primeira organisação municipal, apresentando-se a primeira Camara imperial com oito vereadores e quatro supplentes, chamando-a o povo de "Camara dos Padres", por figurarem nella quatro sacerdótes, dos mais illustres por signal.

Nesse anno, a 1.º de Dezembro, foi promulgada a Lei creando os juizados de Paz na Provincia. Em Santos o pri-

meiro juiz de Paz nomeado então, foi o Capitão João Baptista Rodrigues da Silva, substituido alguns annos depois por Barnabé Francisco Vaz de Carvalháes, que foi o segundo.

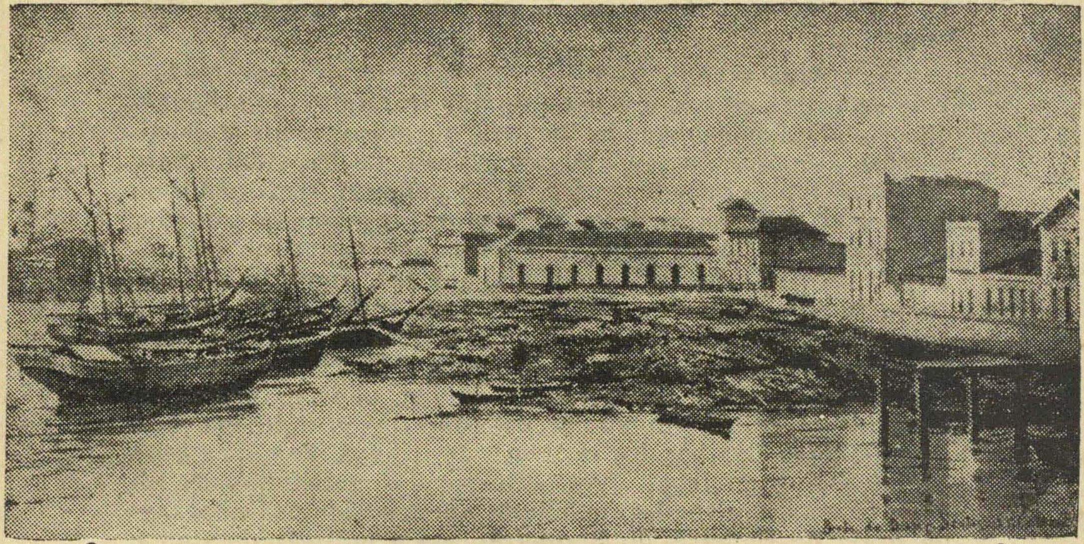
Em 1836 verificava-se a inauguração do novo Hospital da Misericordia na encosta do Monte Serrate, junto á Fonte de São Jeronymo, no dia 4 de Setembro desse anno iniciativa do Provedor de 1835/1836 o mesmo que, apóz successivas refórmas ainda lá se vê hoje.

Em 1839 um grande acontecimento registou-se na vida santista, como uma espécie de compensação ao desapparecimento do maiór dos seus filhos, o grande José Bonifacio de Andrada e Silva occorrida no anno anterior. Verificava-se no dia 26 de Janeiro desse anno, a elevação da villa de Santos á categoria de cidade, facto esse officialmente commemorado apenas um mez depois, quando chegou á Camara local a communicação do Governo Provincial, recebida com grandes festas e luminarias.

Nenhum edificio de vulto ou de gosto possuia a nova cidade. A Matriz, sempre ruinósa, a Cadeia disforme, onde a Camara Municipal funccionava, a Alfandega, antigo Convento dos Jesuitas, eram casarões primitivos. O proprio hospital da Misericordia, recem construido e transportado para a encosta do antigo morro de São Jeronymo, nada de importante apresentava, alem do pittoresco de sua situação. O calçamento da cidade resumia-se em simples empedramento de algumas ruas e travessas centraes, sujeitas a todas as inundações frequentes, por falta de sargetas, e de boeiros. Os ribeirões do Carmo, de São Jeronymo e de São Bento, cujas nascentes eram aproveitadas como mananciaes nas encostas dos morros, atravessavam a descoberto o coração urbano, servindo de receptaculo para immundicies de todas as espécies. Não se fazia a remoção do lixo, que ficava nas praças para aterro, ou permanecia nas praias e nos quintaes, ou ainda nos leitos dos ribeirões perturbando o curso das aguas. Não havia agua canalisada, e, a população abastada fazia buscal-a nas fontes pelos seus escravos, comprando-a os remediados aos aguadeiros ambulantes, emquanto a pobresa consumia a agua salobra dos poços abertos nos quintaletes para tel-a á mão e em mais abundancia, indo buscal-a apenas em pequenas quantidades e para beber, no Itororó ou nas bases de São Bento. Esgotos, mesmo rudimentares não existiam; as casas proximas aos ribeiros atiravam nelles as aguas servidas e demais impurezas, despe-

jando-se nas praias, á noite, os residuos das demais, quando não tinham fossas.

Sómente em 1840 verificou-se a nóva organisação da illuminação publica em Santos. A 16 de Março, o Desembargador Manoel Machado Nunes, Presidente da Provincia, expedia o regulamento definitivo que permittiu á cidade, dotar-se de um serviço regular, composto de sessenta lampeões de quatro luzes a azeite de peixe, em substituição ás dez ou vinte lamparinas existentes desde 1810, alimentadas



O Porto do Bispo

Assim chamado pelo povo em allusão ao bispo D. Matheus de Abreu Pereira, terceiro bispo de São Paulo, que ahi desceu em 1794, ao vir tomar posse do bispado, e que, cerca de 1815 desceu a Santos mudando a invocação da igreja da Misericordia construida no morro, de S. Jeronymo que éra, para a de São Francisco de Paula.

(Quadro de B. Calixto)

alternadamente pela Camara e pela gente abastada da antiga villa cujas casas se beneficiavam mais directamente por ellas. A concessão do novo serviço de illuminação a azeite foi concedida a um particular e os lampeões eram apagados ás 20 horas, ao toque de recolher soado na Cadeia, ou mais cedo quando havia luar fórte.

Os enterramentos éram feitos de ordinário no cemitério publico que havia para traz do convento de Santo Antonio, existente desde finaes do século dezoito, realizando-se os da classe média nos páteos das Igrejas ficando as naves e pro-

ximidades de altares reservadas para as sepulturas dos ricos e considerados. Nesse mesmo anno de 1840 fundava a colonia ingleza de Santos, o chamado Cemitério dos Protestantes, nascido de uma divergencia religiósa local, em torno do enterramento de um membro da mesma colonia, autorisação dada pela Camara com a condição de ser creado fóra dos limites urbanos; dahi a sua localisação junto aos lados do rio do Soldado, extremos do Paquetá (Mercado actual). Sómente em 1851 é que devia ser fundado o novo cemitério publico do Paquetá, apóz a prohibição feita pela Camara local, de nóvos enterramentos na velha necrópole do Vallongo.

Si a vida commercial éra bastante intensa em 1840, a vida social da cidade éra mais do que tranquilla, não havendo diversões, não havendo theatros ou outros centros de diversões. Apesar de ser o empório farto da Provincia, Santos éra o typo apurado da povoação colonial, sem brilho ou evidencia, despresada pelos artistas estrangeiros que apenas vinham até a Côrte; e não éra para menos, porquê os proprios europeus que nella viviam, em sua quasi totalidade, ao terminar o serviço diario seguiam embarcados para o bairro da praia do Góes e até para a ilha das Palmas, onde moravam para terem noites socegadas e livres dos miasmas que afugentavam o progresso de Santos, onde as praias lodósas do porto, só limpas por occasião das grandes marés e frequentadas por bandos enormes de urubús, davam a nota caracteristica do logar. As bellas praias maritimas da cidade éram despovoadas, existindo apenas algumas chacaras na praia de Embaré, do Boqueirão até a entrada da Barra, para onde se ia pelo caminho que sahia das "Duas Pedras", onde ainda em 1871 éra o limite da cidade. A praia do José Menino actual éra inaccessivel ainda, e sómente a frequentavam pescadores e raros passageiros de São Vicente, idos ou vindos pelo caminho de Jabaquára e Marapé, quando o caminho do nórte da ilha não lhes dava passagem devido ás chuvas e á queda do pontilhão fragil do São Jorge, circumstancias constantes em tal caminho.

Em 1841, a 1.° de Março, éra promulgada pelo Governo Provincial, a Lei N.° 17, estabelecendo os limites do Municipio de Santos com o de São Vicente, por uma linha tirada em recta da ponta Norte, da ilha de Urubuquiçaba ou das Cobras até o cume do morro de Cutupé, dahi até a cachoeira Agua Branca, nascentes do rio São Jorge, e dahi finalmente, até as nascentes da cachoeira de Itutinga, tam-

bem chamada Pilões, no alto da Serra do Cubatão, a encontrar-se com a divisória do Municipio de São Paulo, hoje divisória do de São Bernardo. (1)

Em 1846 a cidade esteve em festas, recebendo a visita de SS. Magestades Imperiaes, D. Pedro II e Da. Thereza Christina, mobilisando-se todos os elementos sociaes da cidade para proporcionar aos augustos visitantes o acolhimento e as attenções que lhes eram devidos.

Em 1847, a 11 de Setembro, éra creado pelo governo a Capitania dos Portos de S. Paulo em Santos, pelo Decréto 531 daquella data.

Em 1848, a 2 de Setembro, apparecia o primeiro numero da "Revista Commercial", o primeiro jornal impresso da cidade, que annos mais tarde passou á propriedade do distincto santista, o Dr. Pereira do Santos, existindo durante vinte e quatro annos, visto que se transformou em 1872 no "Diario de Santos".

Até 1850 nenhuma perturbação grave para a saúde publica surgira na cidade, que continuava a se desenvolver sensivelmente para os lados dos Quarteis". As edificações na praia (assim chamada a 1.ª secção do caes actual) estenderam-se bem para alem da rua da Palha (hoje Constituição), em demanda do Paquetá, abrindo-se a rua Nóva, depois Aurea e ainda depois General Camara, transpondo o Largo da Coroação (hoje praça Mauá), onde nessa época se installára o Theatro Lyrico e em que éra então o rocio da cidade. A rua das Flores, depois Amador Bueno, que sahia do Largo de São Jeronymo, fronteiro á Santa Casa, attingia o largo chamado depois Mauá e em seguida José Bonifacio, e começava a transpol-o em direcção ao Paquetá, onde em 1851 installava-se o novo cemitério. As ruas sahidas da Praça da Matriz, buscavam as fontes de Itororó e das Duas Pedras, onde a cidade acabava. A parte mais rica de

(1) No anno de 1900 agitou-se na Camara de Santos essa questão dos limites da cidade, deante de um officio recebido da Camara Estadual, sobre o assumpto, ficando estabelecido pelo Parecer 73 da Commissão de Obras e Viação, que se acceitassem definitivamente os limites propostos pela Camara dos Deputados com S. Vicente e que éram: Da ilha Urubúquiçaba (extremo occidental) ao cume do morro do José Menino junto á praia; dahi, em linha recta até o ponto mais alto do morro do Cutupé, e em seguida, uma recta até a embocadura e quebrada da "Cachoeira Agua Branca" ou "São Jorge" e dahi tambem em linha recta ao alto da serra de Paranapiacaba, cem metros a Oeste da cachoeira dos Pilões.

Santos continuava para os lados do Vallongo, onde maiór era o movimento commercial, onde ficavam os melhores armazens, os melhores hoteis e onde morava a gente mais importante da cidade. Nenhum melhoramento porem, beneficiava Santos, a não ser o da agua, que já então lhe vinha em pequena quantidade, da Cachoeira do José Menino pela depois rua do Encanamento até o Boqueirão, de onde chegava ao centro pelo novo caminho da Barra, em linha recta, caminho esse que veio a ser a actual Avenida Conselheiro Nébias.

Esgotos ainda não havia, sendo primitivo tambem o calçamento e frequentes as inundações por falta de sargetas e boeiros de escoamento para as aguas pluviaes. Cessado o trafego commercial, a cidade éra triste e silenciósa, não havendo diversões alem do recente theatro só de raro em raro occupado, e das tradicionaes festas religiósas, populares, do Carmo e do Monteserrate.

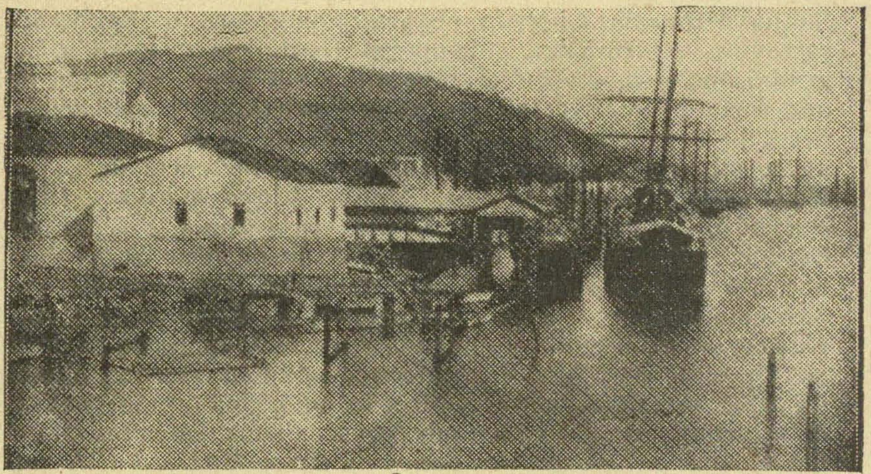
Em fins de 1849 a febre amarella desembarcava no Rio de Janeiro e alli se installava, causando a grande epidemia de 1850, e Santos não podia escapar á visita da doença dada a sua proximidade da Côrte e a semelhança de suas condicções e de seus climas. De facto, neste anno, em Abril, apparecia o primeiro óbito causado pela terrivel doença em Santos.

Em 1854, por ordem do Presidente da Provincia, Dr. Antonio Saraiva, foi feito um recenseamento em S. Paulo, apurando-se para o Municipio de Santos a população de 7855 habitantes, dos quaes 4199 eram homens e 3656 mulhéres: 3956 livres e 3189 escravisados. Nacionaes eram 7145 e estrangeiros 710, e destes a maioria éra de portuguezes, seguindo-se-lhes os africanos, quasi todos escravisados.

A cidade havia crescido sensivelmente em relação ao recenseamento anterior, e o commercio, quer de cabotagem quer estrangeiro, tomára grande impulso e desenvolvimento, sendo notavel o numero de embarcações de todo genero e de todo pórte que fundeavam ao largo ou junto ás pontes do Porto do Bispo e da Praia do Consulado. Já se vinham subordinando a Santos as povoações maritimas visinhas, que para aqui enviavam os seus productos destinados a embarque, tanto para o interior como para o exterior, principalmente os da zona meridional, que não dispunham de estradas faceis para o Centro da Provincia. Grande éra tambem o commercio de assucar na cidade, produzindo-o ainda alguns Engenhos da Ilha de Santo Amaro, tendo desappare-

cido entretanto e por completo a lavoura de cereaes, sendo a cidade abastecida pelos generos de serra acima.

Desde que o Aviso do Ministro do Imperio, de 16 de Março de 1850 mandára fazer cessar os enterramentos nos templos e estabelecer cemitérios publicos municipaes para este fim, e desde que se creára em 1851 a nóva necrópole do Paquetá, a rua das Flores começára a sua penetração atravez do caminho aberto até o novo campo santo, povoan-



A primitiva Guarda-Moria da Alfandega, em 1850, até antes da reforma de 1876.

Esta Guarda-moria não éra mais que os restos adaptados do antigo Forte da Villa, da Praça, ou Monte Serrate, vendo-se ainda ahi, as bases das antigas muralhas.

do-se rapidamente a zona circumvisinha, ao mesmo tempo em que o caminho novo da Barra começava a crescer de importancia, effectuando-se desta fórma o desafogo da cidade vélha, apertada até então entre a praia do porto e os morros de São Bento e de São Jeronymo, que, na altura de 1854 apresentava aspectos de crescente expansão.

A 21 de Agosto de 1859 fundava-se em Santos a Sociedade Portuguesa de Beneficencia, visando medidas humanitárias diversas e a construcção de um hospital que viesse secundar o da Misericórdia diminuindo-lhe a sobrecarga; a primeira pedra desse hospital foi lançada a 12 de Abril de 1868, mas o Hospital só foi inaugurado dez annos depois, a 6 de Janeiro de 1878, congregando portuguezes e brasileiros e beneficiando a collectividade santista.

A estrada para a Capital da Provincia tinha sido melhorada, sendo o seu trafego intenso, e os santistas já pensavam em ligar-se á cidade serrana por um caminho de ferro, tentados pelo novo meio de transporte inaugurado dois annos antes no Rio de Janeiro, graças á iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, depois Visconde de Mauá e do velho Augusto Fomm, santista de illustre estirpe.

Aliás, a idéa de ligar Santos a São Paulo e a Jundiahy pertencera a Frederico Fomm, natural da Prussia, unido em Santos á familia Andrada, o qual estabelecera os planos necessarios, determinára o logar por onde devia subir o caminho de ferro, e por fim conseguira em favor da firma de que fazia parte, o privilégio para construcção e exploração dessa Estrada, em 1838, pela Lei N.° 24, de 30 de Março desse anno, que autorizava o Governo a conceder carta de privilégio exclusivo á Companhia Aguiar, Viuva & Filhos, Platt & Reidd, de que Frederico Fomm era gerente. Fallecendo Frederico Fomm, antes de ter podido incorporar os capitaes necessarios á realisação de seus projectos, ficaram seus papeis com sua viuva, a qual entregou-os ao Marquez de Monte Alegre, seu compadre, o qual por sua vez mais tarde se uniu ao Visconde de Mauá, e ao Marquez de São Vicente, obtendo novo privilégio em substituição ao anterior não realisado e tornado assim cadúco por força de suas clausulas. Mauá nessa occasião éra um dos donos da firma MAUÁ & CIA., estabelecimento que falliu mais tarde e com um passivo de oito mil contos. Esse cidadão effectuou a venda do novo privilégio obtido em seu nóme e em nóme dos Marquezes de São Vicente e Monte Alegre a uma Companhia ingleza, pela quantia de 40.000 esterlinos, e assim surgiu a S. Paulo Railway Co.

Só a 24 de Novembro de 1860, porem, foram inaugurados em Santos os trabalhos da construcção dessa Estrada, assistindo então os santistas á demolição de toda a ala esquerda do Convento de Santo Antonio, vendido aos mesmos inglezes para construcção da Estação local e assentamento dos trilhos iniciaes.

Esse caso da venda do velho convento aos inglezes constituiu verdadeiro escandalo em Santos, porquê, viu-se desde logo, que o Provincial da Ordem de São Francisco da Penitencia, no Rio de Janeiro, vendera tambem a igreja duas vezes secular, sem a menór satisfação á communidade local. Não fôra a attitude assumida pelo irmão Ministro

da Ordem em Santos, o cidadão Francisco Martins dos Santos, e um facto milagroso acontecido com a pequenina imagem de Santo Antonio, na occasião em que os operarios procuravam demolir a sachristia da velha Igreja, e o tradicional monumento da fé santista, teria desapparecido naquelle anno. Representando ao Imperador, o cidadão Francisco Martins dos Santos, delle obteve ao cabo de algum tempo a ordem de manutenção da Igreja e do que restava do convento de Santo Antonio, em favor da Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia, pelo Aviso do Imperio N.° 513, de 7 de Novembro de 1861.

Sómente no dia 16 de fevereiro de 1867, como se vê no Relatorio do Desembargador José Tavares Bastos, Governador da Provincia, apresentado á Assembléa Provincial em 12 de Maio do mesmo anno, puderam os santistas, ver chegar ao Vallongo a primeira locomotiva a vapor, e, a nóta mais interessante da viagem inaugural dessa Estrada por onde desde então realizou-se todo o movimento commercial e industrial de São Paulo, foi o grave desastre havido na composição, entre o Ypiranga e São Paulo, do qual sahiram feridos, o Presidente da Provincia, secretarios do governo, autoridades diversas e alguns convidados.

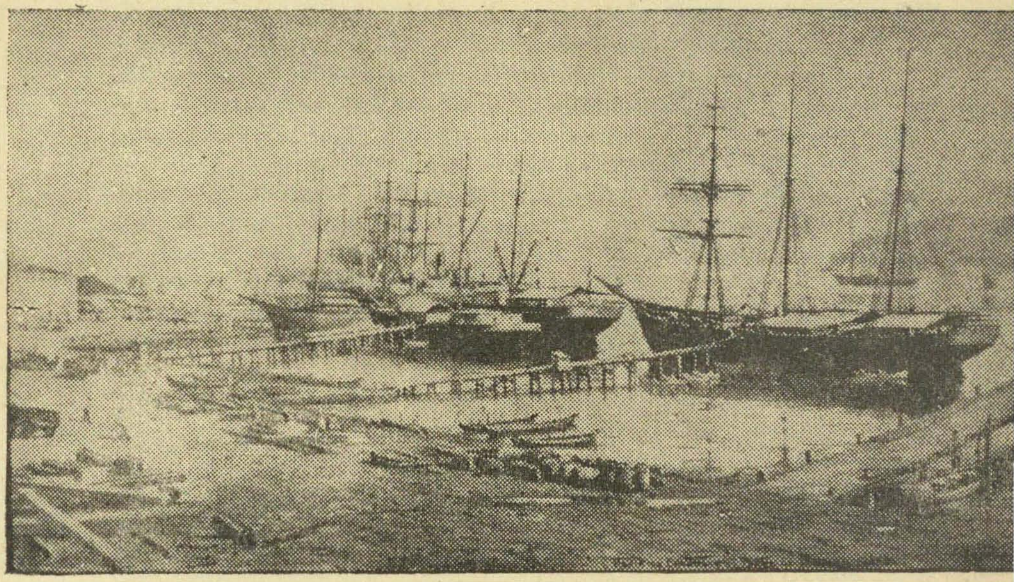
Interessante tambem, é recordar hoje, o movimento dessa Estrada, em 1870, para confronto com o movimento extraordinario de agóra. Naquelle anno transitaram por ella, 75.399 passageiros das tres classes, 15.416 volumes de bagagens, 3.343 animaes e 102 duzias de aves; mercadorias taxadas por peso, 68.431 toneladas e por volume 708, sendo a receita de 1.932:577$650 e a despesa, de 785:599$670, do que resultou um lucro liquido de 1.206:777$975.

Em 1865 pronunciava-se a guerra do Brasil contra a Republica do Paraguay. Santos tornou-se então, um ponto de concentração de trópas em transito para o campo de operações, assistindo tambem a partida de muitos dos seus filhos, entre os quaes alguns de patentes, em defesa da integridade nacional, amparando moral e materialmente as forças em operações no sul do continente até o anno de 1870.

Nesse mesmo anno de 1865, a 5 de Abril, promulgava o Governo Provincial, a Lei n.° 44, estabelecendo as divisas do Municipio de Santos com o de São Sebastião. Essas divisas seriam pouco mais tarde, a 21 de Março de 1870, objecto de uma Nóva Lei, a de n.° 21, que fixou o rio Sahy como divisória entre ambos no littoral.

Em 1868 luctava Santos com a falta d'agua, não bastando já as fontes e os pequenos mananciaes aproveitados, clamando o povo contra esse facto, contra a falta de esgotos e contra a precariedade da illuminação publica, então rudimentarmente feita a petróleo e com ligeira vantagem apenas sobre a primitiva a azeite de peixe.

A limpeza publica, irregular e deficiente, estava circumscripta a uma pequena área central, fazendo-se os despejos



A Praia do Consulado

Assim chamada por ter ficado junto a ella o antigo Consulado, espécie de Mesa de Rendas, onde se pagavam certas taxas portuarias.

(Quadro de B. Calixto)

ainda nos ribeiros que cortavam a cidade a descoberto, e nos logradouros publicos, ou ainda nas proprias praias, onde os urubús e as marés se encarregavam de consumir os detrictos.

Todos os serviços locaes de caracter publico éram rudimentares, desde o mercado, inqualificavel, situado no bairro dos "Quarteis", até o matadouro, modelo de desorganisação e de desasseio.

Todos estes males locaes provinham da centralisação do poder nas mãos do governo provincial que timbrava em es-

quecer os municipios, principalmente o de Santos, porta de entrada de toda a Provincia, administrando e julgando os interesses da cidade como bem entendiam os seus gabinetes fossem elles liberaes ou conservadores.

Nesse anno de 1868, ao fim de tantas reclamações santistas, foi que a Assembléa Provincial resolveu autorisar a Municipalidade de Santos a contractar o abastecimento de agua potavel e a illuminação a gaz, cousas que só começaram a ser levadas a effeito entre dois e tres annos depois.

A 12 de Junho de 1869 fundava-se em Santos o tradicional Club XV, que devia tornar-se a synthese da sociedade local, destinado a promover reuniões literarias, artisticas e sociaes, finalidade que foi sempre cumprida. Nesse club congregou-se sempre a melhor gente da cidade, e sua séde foi a principio na Rua Itororó 25, transferindo-se mais tarde para a Rua General Camara 87, depois para a Rua Amador Bueno, esquina da rua da Constituição, onde ficou muitos annos, depois ainda para a Villa Nóva, no encontro da Avenida Conselheiro Nebias com a Rua Sete de Setembro, e ultimamente para o prédio proprio da praia do Gonzaga, onde foi o Jockey Club de Santos.

A população santista continuava a augmentar, entretanto, e a área até então occupada éra já pequena. O commercio augmentava cada vez mais, amparado pela Associação Commercial, a prestigiósa organisação de classe fundada em 1870 e installada em dezeséte de Setembro de 1874 sob a inspiração e os decididos impetos progressistas do Commendador Ferreira da Silva, do seu filho o futuro Visconde de Embaré, do futuro Visconde de Vergueiro, do Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, do Comm. João Alfaya Rodrigues, Azurem Costa, Henrique Leubá, e outras figuras em evidencia no ambiente commercial da cidade. Nessa época, chegou-se a murmurar em Santos, que o Governo pretendia transferir sua séde para ella, não faltando então quem explorasse taes boatos, fazendo com que certos capitalistas realizassem a construcção de sumptuósos prédios nas proximidades do Vallongo e principalmente na rua de Santo Antonio. Data dessa occasião (1867/1868) o apparecimento do edificio actual da Prefeitura santista, considerado então um dos maióres sinão o maior edificio de

todo o paiz, construido pelo Commendador Ferreira Netto certo de que nelle se installaria o Governo Provincial. (1)

Ao final da Guerra, entre 1869 e 1871 começaram a surgir os primeiros symptomas de abolicionismo militante como as primeiras idéas republicanas locaes.

Neste ultimo anno "foi principiado o novo abastecimento de agua da cidade, captando-se parte do rio das Pedras no Cubatão, e, segundo o contracto feito no anno anterior, com os engenheiros Thomaz Cochrane e Everett Bennet, os reservatorios deveriam ter altura sufficiente para abastecer de agua as casas mais altas, canalisando-a para ellas. O preço de cada "barril" de 26 litros éra de 20 réis, correndo as despesas com as canalisações por conta dos particulares. Não se referia a quantidade de cada predio, apenas se impunha aos concessionarios a obrigação de collocar mais 4 chafarizes novos nos seguintes pontos da cidade: No Porto do Bispo, na Praça dos Andradas, no Largo do Carmo e na rua do Quartel, em frente á chacara de Paulino Ratto, hoje occupada pelo Moinho Santista, que éra mais ou menos o extremo da cidade, naquella banda. Deviam manter tambem os seis outros chafarizes existentes em varios pontos, como o do Largo da Coroação, o do Largo da Misericordia, e o do Largo da Imperatriz, dotando cada um de 12.000 litros de agua por dia. Os mesmos engenheiros tinham firmado ao mesmo tempo contracto para a illuminação da cidade a gaz de hulha, obrigando-se a installar 200 lampeões nas ruas e praças, tendo cada combustor a intensidade de 9 vellas e funccionando todas as noites "mesmo nas de luar", como dizia a clausula 10.ª. O preço do gaz, para a Camara e para o publico era o mesmo, 25 réis por hora, de cada bico de 9 vellas, ficando resalvado o direito da Municipalidade de permittir a substituição do gaz por outro novo agente productor de luz, de que resultasse melhoramento notavel no desempenho do serviço de illuminação. De esgotos porem ainda não se cogitava."

São desta época, as rivalidades entre os elementos populares do Vallongo e dos Quartéis, liberaes e conservadores, rivalidades que foram se transformando em verdadei-

(1) Estas e outras narrativas anteriores foram extrahidas da obra já citada, do Dr. Guilherme Alvaro: "A Campanha Sanitária de Santos", onde muitos elementos interessantes se encontram, para a história da cidade, factos, muitos delles ainda testemunhados por cidadãos vivos ou desapparecidos nestes cinco annos.

ros odios caracterisados por luctas em plena rua, a pedra, a cacete, a canivete e por fim a bala, até que a penetração do sentimento republicano, foi esfriando as rivalidades e harmonisando os individuos uns com os outros. Esta passagem santista, conhecida como "Quarteleiros e Vallongueiros", vae descripta com mais pormenores no Capitulo da Republica.

Em 1871 foi feito o penultimo recenseamento santista, ao tempo do Imperio. Foi um trabalho relativamente bem executado, que nos forneceu detalhes interessantes da vida da cidade, onde foi apurada a população de 9191 habitantes, alojados em 1382 prédios, incluindo os dos morros, das travessas e das praias. Eram livres 7.585 moradores e escravisados 1606; daquelles, 4108 pertenciam ao sexo masculino e 3477 ao feminino, emquanto que dos captivos, 915 eram homens e 691 eram mulhéres. O numero dos brancos, 5012, éra superior ao dos negros, 835, dos mulatos, 1428 e dos caboclos, 239, reunidos. Os estrangeiros residentes no municipio elevavam-se a 1577, sendo 931 portuguezes, 255 africanos, 137 allemães, 75 francezes, 35 norte-americanos, 31 inglezes e 18 italianos. Dos brasileiros de outras provincias, os mineiros eram os mais numerosos, 1811, seguindo-se os paranáenses, 513, os bahianos 211, e os goyanos, 178.

O numero dos analphabetos representava 66 % da população, em que existiam 3 médicos, 5 pharmaceuticos, 3 parteiras, 10 homens de letras, e 31 capitalistas. As escolas publicas, primarias, eram 10, sendo 6 para meninos e 4 para meninas, calculando-se a população em edade escolar do municipio em 2198 crianças, ou o quadruplo da que frequentava as referidas escólas.

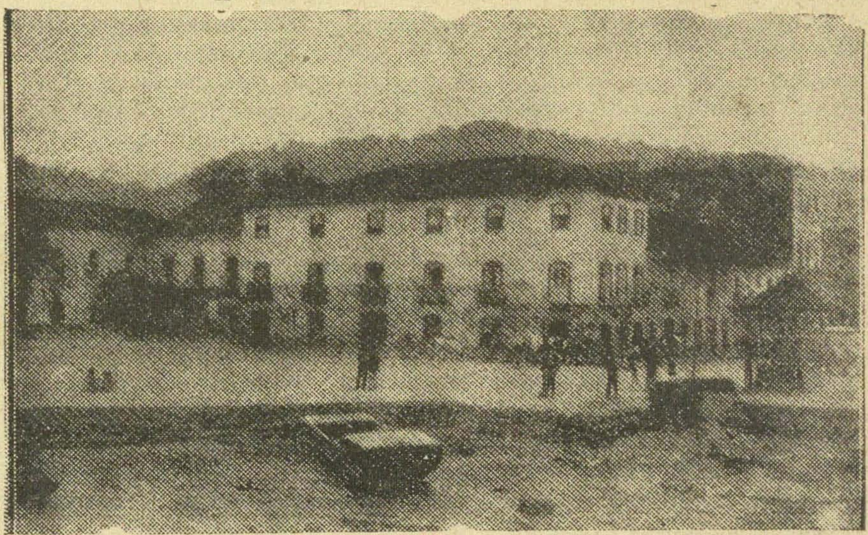
Convem notar que os mappas referentes a este recenseamento, organisados pela commissão da Camara Municipal, elevavam a população de Santos, a 10.120 pessoas, e não se explica porque os apuradores da Côrte modificaram as cifras aqui apuradas, reduzindo-as a 9.191 habitantes, arbitrariamente."

As edificações começavam a se extender para os lados da Fabrica de Cal do Majór Pinheiro, e, as rendas da cidade, tão exiguas ainda pouco antes, já se elevavam a 48 contos de réis em 1872. E' neste anno de 1872, que começam a circular os primeiros "bondes" de burro, servindo uma limitadissima parte da cidade, partindo do velho largo do Rosario, cogitando-se desde logo da linha de ferro que

pouco depois deveria ligar Santos, partindo do Itororó, á cidade de São Vicente, pelo caminho do Nórte.

Neste mesmo anno de 1872, a 7 de Setembro, inaugurava-se em Santos a linha de bondes para a Barra, até o Boqueirão, onde ficava a Estação de recolhimento.

Nesse anno ainda, a 10 de Outubro, apparecia o primeiro numero do "Diario de Santos", que seria por tantos annos a voz official da cidade e o campeão de innumeras conquistas, civicas, sociaes, moraes e de toda ordem em favor da collectividade santista. Foi seu fundadôr e primeiro redactor o Dr. José Emilio Ribeiro Campos.



Ultimos aspectos superiores do Porto do Consulado, antes de 1889.

Aqui sahia outróra, o Becco da Alfandega Velha. Hoje, neste logar está a Praça Azevedo Junior, e nella, correspondendo aos dois extremos desta photographia antiga, os grandes prédios da Bolsa Official do Café e do Telegrapho Inglez.

E' inaugurado neste anno tambem o grande melhoramento da canalisação das aguas do Cubatão para Santos.

O anno de 1874 marca para Santos o apparecimento da primeira grande epidemia de febre amarella, que principiou a lavrar na bahia, entre as populações dos navios ancorados nos portos do Bispo e do Consulado, aquelle situado no Vallongo e este onde desenbocava a rua 11 de Junho. O alarma foi grande na cidade, pedindo a Camara Municipal o auxilio do Governo Provincial para soccorrer a popula-

ção onde mais de 500 pessoas, ou 5 % della, tinham sido atacadas pela doença, recebendo tratamento no Hospital da Misericordia mais de 300 febrentos.

Passados os dias tristes do primeiro semestre, a cidade voltou á sua habitual quietação, continuando a indifferença da Municipalidade pelas cousas relativas á saúde publica. Entretanto, o obituario local mostrava a influencia benefica da agua mais abundante e mais pura, que, desde o anno de 1872 abastecia a cidade. De facto, a agua captada no Cubatão, no rio das Pedras, em zona desérta, fóra das probabilidades de quaesquer contaminações, era muito superior á proveniente da cachoeira do José Menino, mais á mão e correndo em terreno já frequentado. Alem disso, a abundancia da agua nos chafarizes publicos fazia diminuir o consumo das aguas das antigas fontes, nascentes das encostas dos morros, habitados já regularmente, e a dos poços, que ainda crivavam os reduzidos quintaes das casas póbres do centro e dos arrabaldes."

Em 1875, a 19 de Outubro, inaugurava-se na praia da Barra, a Capella de Santo Antonio do Embaré, mandada erigir pelo Barão e depois Visconde desse titulo, benzendo-a e nella officiando pela primeira vez, o vigario de Santos, Conego Scipião Junqueira. Hoje, no logar da antiga capella levanta-se monumental Igreja sob a mesma invocação, obra dos frades franciscanos, realizada nestes ultimos quatro annos, de 1931 a 1935.

Em 1876 tinha inicio, sob a fiscalisação do Dr. Garcia Redondo, enviado pelo Governo Imperial, a reconstrucção da Alfandega de Santos, que deu ao prédio primitivo, vélhissimo e inesthético, a forma que elle perdeu sómente agóra, cerca de cinco annos atraz, para dar logar ao edificio magestoso que alli se vê hoje, attendida a importancia da Alfandega local, actualmente a primeira do paiz.

E' ainda neste anno de 1876, que se realisa a 2.ª visita da familia Imperial a Santos. Chegaram os imperantes brasileiros á Ponte da Alfandega no dia 17 de Agosto, assistindo missa na Matriz logo após o desembarque, officiando o conego Scipião Junqueira, vigario da cidade.

Em 1878, a 30 de Agosto, fundava-se em Santos a Sociedade Auxiliadora da Instrucção, que tantos e tão valiósos serviços prestou á infancia e á juventude locaes, proporcionando-lhes a alphabetisação e o ensino primario, inteiramente gratis, numa época em que os recursos municipaes não

permittiam á Camara esse soccorro intellectual á população, e em que o Governo Provincial pouco ligava ás necessidades geraes dos municipios, jungidos a elle por força da organisação do Império, e manietados em suas possibilidades de expansão, principalmente o de Santos, onde tudo que se fazia, em todos os terrenos, éra de iniciativa particular.

Em 1881 éra construido pelo Dr. Garcia Redondo, o Theatro Guarany, na esquina da antiga rua das Flores com o antigo Campo da Chácara (Rua Amador Bueno e Praça dos Andradas actuaes), theatro considerado sufficiente para a época e um dos melhóres de toda a Provincia, iniciando uma nóva phase social da cidade, fazendo esquecer o tempo em que servia de theatro um armazem terreo do Largo da Coroação, pomposamente denominado de "Theatro Lyrico", onde, seja dito de passagem, alguns grandes artistas nacionaes e estrangeiros, estivéram, vencendo o horror que Santos inspirava a todos aquelles que não tinham seus interesses directamente ligados á sua praça, casa que ainda hoje existe em parte, occupada por uma loja de artigos electricos, e onde se alugava apenas o logar, levando em geral cada espectador a sua cadeira, ou a sua poltrona, quér para a platéa, quér para os camarótes. O "Theatro Guarany" foi inaugurado com o drama de autoria do proprio Garcia Redondo, "Mario" e de então por deante recebeu sempre, a visita de varias celebridades em todos os generos de theatro, até que lhe chegou tambem a vez da decadencia com a entrada do progresso destes ultimos tempos.

Em 1882, a 12 de Março, promulgava-se o primeiro Codigo de Posturas da Camara Municipal de Santos, elaborado pela Assembléa Provincial durante o mesmo anno. Esse Codigo, porem, nunca foi perfeitamente obedecido porque a cidade necessitava mais de moradores e capitalistas do que de cumpridores de Posturas e poucos comprehendiam certas imposições do progresso e da hygiene, motivo porquê, as autoridades fiscaes faziam vistas curtas á precariedade das habitações, ao perigo dos cortiços, das cocheiras, construidos em promiscuidade, e a outras tantas violações levadas a effeito por todo o tempo, ás disposições do Codigo.

O Artigo 62 dessas Posturas rezava: "Depois do toque de recolher, nenhum escravo andará nas ruas da cidade sem licença escripta pelo respectivo senhor. Aquelle que fôr encontrado será recolhido á prisão até que seja reclamado". Éra como se vê uma nódoa social.

Em seu Artigo 63, o Codigo creava a "Apprehensão dos animaes" (cães, porcos, cabras, cabritos, carneiros, burros, cavallos, aves, etc.), estabelecendo o uso da mordaça para os cães e a licença ao pescoço. Este Artigo porem, só passou a ser effectivado e sentido, em 1904, quando pela Lei 195, de 2 de Março, foi creada a chamada "carrocinha dos cachorros", iniciando-se a apprehensão regular, a laço, dos animaes encontrados á solta.

Estabelecia tambem o Codigo de 1882, e isso éra muito importante, em seu Artigo 69, a vaccina obrigatória contra a variola, e ainda neste ponto não foi elle observado, visto que só depois de 1889 e dahi por deante, se iniciou de facto a grande campanha sanitária, coagindo o povo á observancia de preceitos legaes de hygiene e saúde, em seu proprio *beneficio.*

Só em 1896, já em pleno periodo republicano, foi esse Codigo substituido pelo novo, elaborado sob a orientação do Dr. Brant de Carvalho.

Pronunciava-se então na cidade, a lucta vivaz, a propaganda violenta, a campanha ruidósa da Abolição, alimentada pelos Republicanos e secundada por alguns liberaes e mesmo conservadores, entregando-se a sociedade santista e todo o seu commercio ao trabalho da libertação do escravisado daqui e de todos os pontos da Provincia, offerecendo um explendido espectaculo de civismo e abnegação, glorificando a terra andradina.

E' desta época o motim popular denominado "o quebra-lampeões". A "Companhia Agua, Gaz, Luz e Bondes" entendera de diminuir a agua nos domicilios, obrigando o consummidor a sujeitar-se aos seus caprichos, tendo de pagar a bom dinheiro, a agua que elle esperava junto á torneira seguramente um quarto de hóra para poder encher um cópo. Tornou-se raro então, o poder ter uma moringa cheia do precioso liquido, e, a hygiene do corpo andava atrazada por força dessa irregularidade, que a principio o povo suppuzéra consequencia de uma secca nos mananciaes ou de uma anormalidade technica passageira. "O "Diario de Santos" em seus artigos de redacção bradava contra a Companhia; os particulares punham "a pedidos" no mesmo jornal, sobre a desproposital falta d'agua, (isso depois que soubéram da verdade) os populares rugiam, protestavam contra os homens da Camara que assignaram o novo contracto apresentado pelo gerente da Companhia — o Snr. H. Heyland, um

inglez, que, o quanto éra magro, éra tambem activo em pról das finanças da Companhia que estava sob a sua direcção. O Snr. Heyland fazia-se surdo ante os clamores da população sedenta, não havia modo de ceder; a Camara, por sua vez acceitou o contracto que modificava o modo de abastecer a população".

"Mas, o povo é que não estava disposto a sujeitar-se ao pinga-pinga maronhento das torneiras, e disparou, levando o caso de embrulho, nos trambolhos de uma revolta".

"Miguel Ferreira e Henrique Brugmann tomaram a peito o caso, e realizaram, na noite de 23 de Dezembro de 1884, no jardim da praça dos Andradas, um "meeting", no qual se veria o melhor meio de liquidar a questão da agua. Miguel Ferreira fallou ás massas, instigou, convidou o povo a tomar uma desforra sobre tal pressão, emquanto Henrique Brugmann, pilheriava a outra parte do povo.

O "meeting", a convite de Henrique Brugmann, teria o seu desfecho no jardim do Largo da Coroação, e para lá seguiram."

No Largo da Coroação fallaram diversos oradores, pronunciando o primeiro discurso o inflammado Constantino Mesquita, Brugmann e outros.

Na esquina de baixo havia um estabelecimento de seccos e molhados, e uma carrada de lenha miuda amontoava-se na sargeta a espera de ser recolhida. Ao meio dos discursos, uma vóz do povo gritou: — QUÉBRA!

Foi como um rastilho. Num instante desappareceu a lenha da calçada e foi um partir ininterrupto de vidros de lampeões.

"O povo todo abandonou o jardim, depois de inutilisar todos os vidros dos combustores, seguindo por todas as ruas, numa onda compacta, gritando: Fecha! Québra! — e destruindo quantos vidros protegiam a luz dos lampeões.

"Um bond que nesse momento vinha da Barra, foi tomado de assalto pelo povo e atirado ao mar. Outro bond que se dirigia para a Barra, fazendo a viagem das 8 horas da noite foi tambem tomado, arrastado para fóra dos trilhos e quebrado, ficando completamente inutilisado. As torneiras dos chafarizes publicos foram arrancadas, dando assim livre curso á agua".

"O Corpo de Urbanos não se atreveu a intervir no caso, recolheu-se ao quartel. A destruição dos combustores na cidade foi completa, respeitaram apenas a illuminação do portão da Santa Casa da Misericordia".

"O povo, depois de concluir na cidade a sua obra de destruição, dirigiu-se para o Boqueirão, no proposito de ir á casa do gerente H. Heyland, afim de dar-lhe uma ensinadela. Heyland porem, já estava refugiado na Fortaleza da Barra com sua mulhér." Estes trechos sobre a passagem do "Québra Lampeões", são de Carlos Victorino, testemunha presencial destes factos, extrahidos das suas "REMINISCENCIAS" — pags. 56|58.

Conta a tradição, que a mulhér de Heyland, apesar de protestante, fez uma promessa ao Senhor dos Passos, pela qual se obrigava, no caso de nada acontecer ao seu marido por causa de taes factos, a illuminar com arcos de luz, as ruas principaes por onde passasse a sua procissão de todos os annos, durante todo o tempo em que Mr. Heyland mandasse na Companhia. De facto, ella cumpriu a sua promessa, e emquanto ambos permaneceram em Santos, o Senhor dos Passos teve arcos de gaz na Rua do General Camara e na do Rosario, á passagem das suas procissões.

Em 1885, a 18 de Novembro, éra inaugurada a linha de telephones entre Santos e São Vicente.

Em 1886, por ordem do Conselheiro João Alfredo Corrêia de Oliveira, foi executado mais um recenseamento em Santos, mas, este trabalho, que foi o ultimo do Império, foi bem inferior ao de 1872, apresentando falhas sensiveis, ausencia de detalhes de importancia, sabendo-se apenas que a população do municipio elevava-se então a 15.605 habitantes.

Santos havia crescido sensivelmente e a sua vida se intensificára em todos os aspectos. "O typo das suas edificações, porem, pouco havia melhorado, continuando a se fazerem casas com aposentos sem luz, e sem outros requisitos de saúde." Pérto da embocadura do rio dos Soldados, em torno do cortume do velho Porchat, havia se formado a "Villa Nóva" e o Caminho Novo da Barra, transformado em Rua e Avenida Conselheiro Nébias (primitivamente Octaviana), trafegado pelos "bondes" em direcção ao Boqueirão, povoava-se de chácaras desafogadas. Na parte antiga da cidade, do ribeirão do Carmo para o Vallongo, o arruamento e os predios continuavam máos, sobresahindo as travessas estreitas e desasseiadas do mesmo Vallongo, hoje desapparecidas, a rua Frei Gaspar, antiga moradia de rameiras baratas, alargadas mais tarde, o becco e a rua da Praia, nos fundos da rua Direita, hoje 15 de Novembro, e a travessa de São Jeronymo, antigo leito do ribeiro deste nóme, passando entre o casarão do Commendador Ferreira Nétto, para on-

de se transferiu a Prefeitura, e a Estação da Estrada Ingleza.

Nesse anno de 1886, a população augmentára muito com a chegada ao Quilombo de Jabaquára, o reducto de liberdade creado pelos santistas e entrégue á guarda zelósa de Quintino de Lacerda, de alguns milhares de escravos fugidos ou arrancados ás senzalas do interior, e talvez tenha sido esse o motivo verdadeiro da omissão do recenseamento realizado por ordem do Governador da Provincia, de formas a não revelar á posteridade a existencia accentuada de negros, enfraquecendo a porcentagem de brancos anteriormente apresentada pelo recenseamento de 1871, na cidade de Santos.

Ainda nesse anno de 1886, a 9 de Outubro, éra creado em Santos o Corpo de Bombeiros, extincto dez annos depois e novamente creado em 1898, até que nos primeiros annos deste século deu-lhe a Prefeitura as installações de que ainda hoje disfructa, á sombra do Monte Serrate, proximo á antiga fonte das Duas Pedras.

Foi neste neste anno que se creou em Santos, por iniciativa e trabalho do Comm. João Alfaya Rodrigues, o Imposto Predial, que vinha amparar e salvar as finanças municipaes. Foi a primeira cidade do Brasil que teve tal imposto.

A 11 de Janeiro de 1888, como consequencia da agitação politica do ambiente santista, promovida pelos adeptos das duas grandes campanhas nacionaes em seus ultimos tramites, apparecia o 1.° numero da "Cidade de Santos", o importante orgam republicano, iniciado sob a direcção de Martim Francisco Filho.

A 13 de Maio de 1888 verificava-se a passagem famósa da historia brasileira, a Abolição da Escravatura, coroando a grande óbra santista de redempção do homem escravo, mas carreando para a Princeza Imperial D. Izabel os merecimentos de um acto a que fôra afinal obrigada pela grande óbra expontanea e generósa da Provincia de São Paulo, secundada pelo Ceará e mais algumas unidades do Imperio brasileiro, e na qual Santos tivéra tão importante papél.

Nesse anno, "Santos que se havia desenvolvido á revelia de quaesquer planos ou cuidados sanitarios dos seus dirigentes, contava 20.000 habitantes, alojados em cerca de ... 2.000 casas, comprehendidas as dos arrabaldes da Barra, Villa Mathias e Villa Macuco, nascentes." "O aspecto da ci-

dade éra ainda francamente colonial, do typo o mais antiquado; a casaria em geral feia, baixa e desgraciosa bordava ruas estreitas, e os ribeiros dos primeiros tempos do povoado, o Macaia, o São Bento, o São Jeronymo, o do Carmo e o dos Soldados, atravessavam a descoberto as zonas mais centraes e populósas, recebendo impurezas de toda a sorte que as aguas não tinham força para conduzir ao mar. As praias, sujas, negras, lodósas, desde o Vallongo até o Paquetá continuavam sendo o repositório de quasi todo o lixo da cidade, onde a limpeza publica, rudimentar, custava 38:000$000 annuaes, permanecendo alli, as mesmas immundicies de outróra, á espera das maióres marés. Os cortiços construidos ás pressas, para albergar a numerósa immigração chegada em busca de trabalho remunerador e certo, pontuavam as zonas mais centraes da cidade, surgindo nos pateos e nos quintaes dos prédios, de qualquer forma, de qualquer tamanho, compostos de cubiculos desasseiados e acanhados, feitos de taboas de caixótes e de folhas de zinco. Em taes compartimentos humidos, escuros, baixos e sem ar, aninhava-se uma população descuidada, vivendo quasi sem agua, em condições indescriptiveis de hygiene e de conforto.

Uma testemunha de vista, põe em bastante relevo, o deploravel estado sanitario de Santos naquelle tempo, visto que continuava a mesma situação de dez annos atraz; é Carlos Victorino, ainda em seu livro "Reminiscencias", (pag. 25) dizendo entre outras cousas: — "Ficava tambem admirado ao vêr, depois da hora do recolher, ás 10 da noute, uma porção de pretos escravos, carregando enormes vasos de madeira dirigirem-se para a rampa da Banca e lá despejarem o conteúdo lavando-os em seguida no chafariz próximo.

Éra assim, pois, que se fazia, ainda em 1877, o despejo das casas, pois o littoral éra o recipiente dessas materias, conduzidas a pulso, porquê não existia rêde de esgotto.

Após alguns minutos do despejo, quem estivesse pelas janellas éra obrigado a retirar-se dellas incontinenti, si não quizesse molestar o olfacto com a exhalação putrida que se desprendia da tal rampa, invadindo as casas!"

"Para fazer o transporte do café para as embarcações e da carga para o caminho de ferro, o numero das carroças havia crescido enormemente augmentando por isso o numero das cocheiras construidas tambem ao acaso, de qualquér feitio, com pranchões e telhas de zinco, quasi sempre como complemento dos cortiços, sem agua e sem esgo-

tos, abafadas e insalubres, sem asseio de especie alguma. Os monturos se accumulavam em todas, formando-se fartos viveiros de moscas, torturantes dos moradores das visinhanças, onde tambem a mosquitada, oriunda das aguas contidas nos recipientes abandonados nos pateos dos cortiços e das cocheiras, constituiam-se em praga perigósa. Si em terra o meio não éra bom, melhór não éra no Porto, onde as embarcações immobilisadas, umas proximas das outras, á espera de carga e de descarga, guardavam numerósa tripulação desaclimada, formando grande palheiro morbigeno, onde um incendio podia lavrar, como veio a succeder logo no principio do anno." (1)

Foi nesse anno de 1888, que o cidadão Francisco de Paula Ribeiro e seu sócio, unindo-se a J. Pinto de Oliveira, Candido Gaffrée, Eduardo P. Guinle e outros, assignaram um contracto com o Governo, cujas clausulas foram aprovadas pelo Decreto de 12 de Julho, referendado pelo paulista illustre, o Conselheiro Antonio Prado, para construcção do caes da cidade, facto esse que teve inicio em 1889, coincidindo com a ultima phase da campanha republicana, com a implantação da Republica e com a grande epidemia de fébre amarella verificada nesse anno histórico, conforme descripção que fazemos no capitulo dedicado ás duas campanhas — da Abolição e Republica.

Este contracto de 1888 éra consequencia da Lei 1743, de 13 de Outubro de 1866, sobre a qual já em 1870 haviam, o Conde da Estrella e o Dr. Andrade Pertence, obtido do Governo imperial, a concessão por 90 annos, para execução das mesmas óbras e exploração do trafego do porto de Santos, pela qual deveriam construir um caes com 3.000 pés de comprimento, dando atracação a navios de calado até 18 pés, concessão essa, que caducára tempos depois por não ter sido cumprida. Depois desses factos, realizaram-se os estudos dirigidos pelo Engenheiro Milnor Roberts, e, a concessão para execução de um dos planos apresentados por esse profissional, foi em 1882 dada ao Governo da então Provincia de São Paulo. Ao que paréce, porem, as difficuldades a vencer foram de tal natureza, que, apesar de successivas prorogações do prazo para inicio das óbras, foi a mesma declarada caduca tambem, em 1886. Ahi, nóvos

(1) A descripção de Santos do ultimo anno de Imperio, feita neste trecho de Guilherme Alvaro é rude, mas é verdadeira, e isto é o que interessa á historia.

estatutos foram feitos, já então sob a direcção do competente engenheiro brasileiro, Domingos Sergio de Saboia e Silva, e, uma vez approvados os respectivos projectos pelo Governo Imperial, foi sua execução posta em concurrencia publica. Nessa concurrencia foi que se verificou a victoria do grupo apontado, formado por Francisco de Paula Ribeiro, seu sócio, e mais Eduardo Guinle, J. Pinto de Oliveira e Candido Gaffrée, homens esses a quem coube organizar a grande Empreza que os sucessos anteriores não vaticinavam bem, para ao fim de pouco tempo, empenhados todos os bens que possuiam, feitos emprestimos terriveis e creadas dividas innumeraveis, levarem a cabo a óbra extraordinaria que é o actual caes de Santos, ao qual déve S. Paulo, indiscutivelmente, grande parte da sua pujança economica, e Santos particularmente, grande parte de sua riqueza e do seu saneamento.

E' nesta altura que a cidade ganha alguma expansão para os lados do extincto "Jabaquára". O antigo "pasto das vigarias" éra o núcleo de um novo arrabalde ou bairro, chamado pouco depois Villa Mathias, e, o caminho largo que veio a ser a Avenida Anna Costa, estava rasgado em direcção ao mar, em quasi toda a extensão.

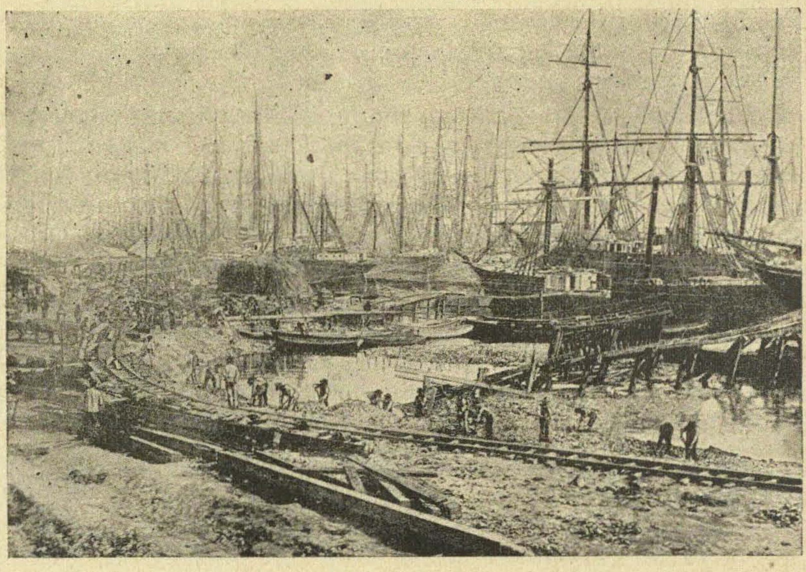
Lá no começo da praia, o negociante Gonzaga estabelecia seu barracão, botequim de repouso para itinerantes (na esquina da mais tarde Rua do Encanamento e hoje Marcilio Dias), para depois, quando desapparecido, deixar o seu nóme ao logar.

Em 1889, a 14 de Abril, inaugurava-se a linha de "bondes" do José Menino, a tracção animal, contracto feito entre Mathias Costa e a Municipalidade de Santos.

A 15 de Novembro desse anno de 1889 verificava-se a quéda da Monarchia, implantando-se a Republica em todo o território brasileiro, e Santos, que muito soffrera nos ultimos annos do segundo império e que de forma tão efficiente collaborára na propaganda do novo regimen, rejubilava como que prevendo a phase de ouro que seria para ella o regime que ahi se iniciava, acclamando o povo uma Junta governativa provisória para dirigir os negócios municipáes emquanto não viessem as medidas officiaes.

Em 1890, por ordem do Governo Federal, realizou-se o primeiro recenseamento santista sob o regime republicano, apparecendo Santos com a reduzidissima população de... 13.012 habitantes, ou seja, menos tres milheiros do que o

verificado em 1886, no ultimo recenseamento do Império, mandado fazer pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, Presidente da Provincia. Só se póde attribuir essa diminuição demographica á sahida de muita gente da cidade, tangida pelo pavor da febre amarella, e á mórte de quasi um milheiro de pessôas na peste do anno anterior, mas, como se sabe tambem que entre esses dois annos entraram innumeros immigrantes vindos em busca de emprego certo e bem remunerado, não se póde acceitar muito bem tal explicação, restando apenas reputar de falho e mal feito o recenseamento federal realisado.



O Porto de Santos em 1891

(Ao fundo vê-se uma parte da antiga "Banca do peixe")

Em 1892 inaugurava-se o novo cemitério da Philosophia, no Saboó, construido nas terras da antiga Chacara da Philosophia, de Azevedo Marques, distincto homem de letras e pensadôr santista, e que se destinava principalmente á inhumação da classe póbre da cidade, a mesma, que, durante a ultima epidemia de fébre, fôra atirada em massa ás vallas communs, abertas ao comprido, por falta de tempo para abertura de sepulturas isoladas.

Nesse mesmo anno inaugurava-se o Hospital do Isolamento, que tantos e tão grandes beneficios prestou á população da cidade, desde a sua creação.

Em 1893, com a Revolta da Armada chefiada pelo Almirante Custódio de Mello, Santos transformou-se em praça de guerra, enviando o Governo Provincial muita força para os pontos mais expostos do littoral e da cidade, força essa que aquartelou-se em varios prédios, inclusive no Hospital do Isolamento, que se transferiu para o Itapema até Junho de 1894. Foi uma pagina agitada da cidade, onde appareciam adeptos da Revolução e do Governo, trazendo como consequencia a prisão de muitos vultos eminentes da sociedade local compromettidos no acontecimento, e a organisação de batalhões voluntários, entre os quaes o organisado por Quintino de Lacerda, ao qual o negro sergipano, excommandante do quilombo de "Jabaquára" e vereador municipal dois annos depois, déra o nóme de "Batalhão Silva Jardim" como homenagem ao grande apóstolo das duas ultimas campanhas nacionaes vencedoras, desapparecido tragicamente nas entranhas do Vesuvio, em 1891. Nessa occasião, varias baterias de artilharia pesada foram collocadas na Ponta da Praia, sobre o que ainda existia do antigo Forte da Estacada, ou Forte Augusto, como por toda a praia da barra, descendo o Presidente do Estado Bernardino de Campos, a visital-as algumas vezes. Foi desses dias o disparo feito pelo "Republica" contra a cidade, numa surgida que fez á entrada da bahia, no momento exacto em que o illustre politico fazia uma exhortação aos soldados incumbidos da defesa littoranea.

A primeira Constituição politica do Municipio no advento republicano iniciado em 1889, foi promulgada a 15 de Novembro de 1894, assignando-a os cidadãos: Dr. Manoel Maria Tourinho — Presidente da Camara, José Caetano Munhoz, 1.° Secretario, Alexandre José de Mello Junior, servindo de 2.° Secretario, José André do Sacramento Macuco, Alberto Veiga, Antonio Manoel Fernandes, João Braz de Azevedo, Antonio Vieira de Figueiredo e Augusto Filgueiras.

Em seu artigo 1.° rezava essa Constituição: "O municipio de Santos é autonomo na esphera da sua economia propria e nos assumptos de seu peculiar interesse. A sua soberania se extende sobre todo o territorio contido entre os limites traçados pelas leis do Estado, de 1.° de Março de 1841 — 5 de Abril de 1865 e 21 de Março de 1870."

Em 1896 já possuia Santos, mais de 3000 prédios com alguns melhoramentos e com a maioria dos aposentos bem illuminados. Foi neste periodo da vida local, que se elaborou o Codigo de Posturas para substituir o primitivo e obsoleto regulamento usado até então, que permittia quaesquér construcções em Santos, á vontade dos proprietarios dos terrenos, "desde que não fossem vistas da rua" as imperfeições das mesmas. Á testa dos organisadores desse Codigo ainda há pouco considerado modelo no genero e que resistiu victoriosamente ao prurido de reformas propostas por legisladores de varias épocas, foi collocado o Engenheiro Dr. Brant de Carvalho, que o entregou á Municipalidade no segundo trimestre de 1896, sendo o mesmo promulgado em 22 de Junho do mesmo anno.

E' em Dezembro desse anno, que surge no Macuco um phenómeno curioso, uma erupção de fogo e lama, do sólo charcoso das proximidades dos antigos Outeirinhos, producto de gazes accumulados, provindos de matérias em putrefacção e residuos diversos, phenómeno esse que provocou a curiosidade não só local como de todo o Estado durante os quarenta ou cincoenta dias em que se manifestou, merecendo do povo, o suggestivo nóme de "O vulcão do Macuco". Não deixando de ser interessantes os acontecimentos desenrolados durante a sua verificação, vamos contar aqui os factos como se déram.

Nesse anno de 1896, tão pérto ainda, e tão distante materialmente da hóra progressista que vivemos, a área urbana de Santos não abrangia senão uma quarta parte da que hoje abrange, e, a antiga rua Octaviana, depois Conselheiro Nébias, só de onde em onde apresentava o sorriso do progresso, abérto na visão de algumas casas escalonadas em seu percurso.

Depois da Villa Nóva, de facto a parte nóva da cidade, onde o Empório da Villa Nóva, estadeava a sua importancia de fornecedor de todo o bairro, poucas construcções se viam pontilhando o camilho novo da Barra, que cruzava ao meio com o caminho Velho, picada brava e cheia de matto agóra que pouco já precisavam della, formando a Encruzilhada, onde uma pequena locanda marcava o inicio da futura Avenida Taylor, hoje Conselheiro Rodrigues Alves. (1)

(1) O nóme Taylor, dado mais tarde á avenida alli abérta, era o de um humanitario cidadão inglez que doára á Sociedade Protectora da Infancia Desvalida o grande terreno onde ella installou o importantissimo Asylo de Orphãos da cidade, no extremo oriental da mesma avenida.

Naquella occasião, a chacara mais importante da rua do Conselheiro Nébias éra a do velho Ablas, que ia da actual Rua Freitas Guimarães até em frente da rua Julio de Mesquita, cheia de arvoredo basto, escondendo a Casa Grande, retirada para os fundos, a encontrar-se com o mangue do rio dos Soldados, onde construiu-se depois o actual Mercado.

Foi em meiados de Dezembro desse anno que a população da cidade amanheceu um dia, alarmada com o apparecimento lá na região mais interior do Macuco, de um extranho e extraordinario phenómeno.

Um buraco se abrira junto á matta do varjão dos Outeirinhos, vomitando lama e fumaça, intercaladas de apitos fortes como de sirena. Lógo após, grandes chammas amarellaças se elevaram tambem, ameaçadoras, chiantes como labaredas de fogareiro de pressão, subindo a déz metros de altura. Foi um estouro na pacatez da vida santista. A cidade inteira movimentou-se para lá. Os bondinhos de burros da Empresa Viação Paulista desviaram-se todos para aquella zona, e lá se iam ramerrando pela avenida acima, apinhados de gente até á tolda, como nos grandes dias de entrudo no coração da cidade. Foi uma procissão. Todos queriam contemplar o ineditismo do espectaculo.

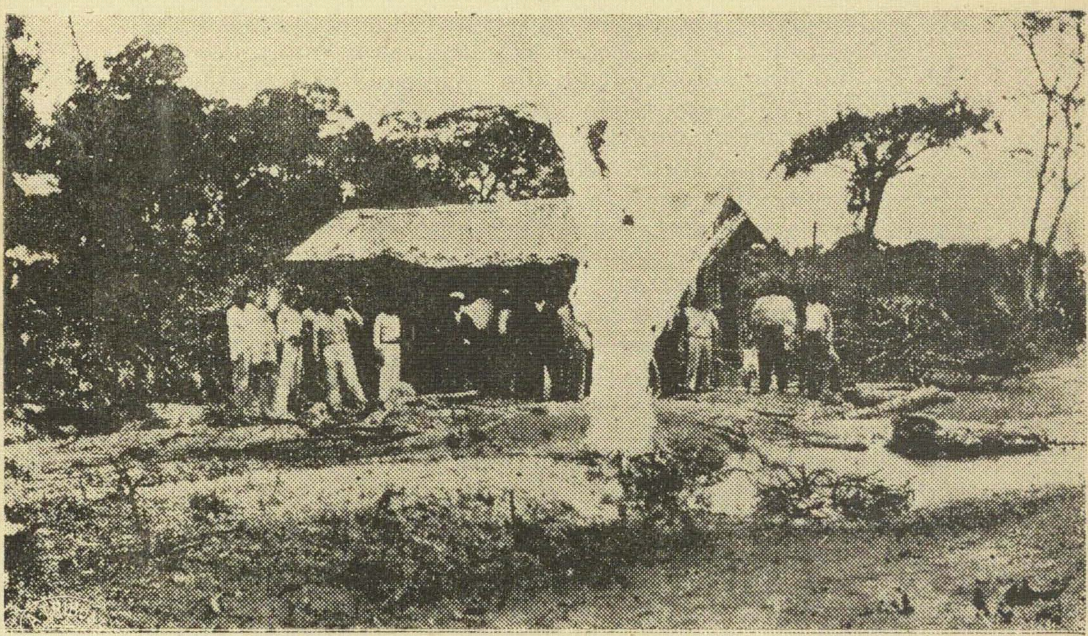
De facto, o phenomeno lá das proximidades do estuario era digno de ser visto, como coisa nova e imprevista, apesar da face possivelmente tragica do seu apparecimento. Éra um indagar daqui e um arregalar de olhos dalli, e beatas em benzimentos e scepticos em sorrisos, e sobre toda aquella amalgama de pensamentos, juizos e interpretações, os boatos de fim do mundo, de submersão da ilha e as indefectiveis explorações do pulpito:

— Meus irmãos: (a voz tremula, o dedo espetado no ar): Deveis estar preparados!

Filas interminaveis de povo seguiam pela Avenida cumprindo a pé toda a distancia, por falta de logar nos bondinhos, e, as beiradas do grande picadão que seria mais tarde a Avenida Taylor se apinhava de gente de toda casta sem esquecer quitandeiras e creoulinhos em pregões insistentes de amendoim, bolinhos de fubá, pamonhas, munguzá, doçarias e pasteizinhos quentes, a par de limonadas. Todo o caminho largo se tornou uma feira povoada, cruzada e recruzada de vultos e de vózes e gritos da molecada assanhada.

De São Paulo e do interior, onde a noticia se espalhára como o vento, descia gente todos os dias para vêr o "vulcão",

e, em redor daquelle facto, lá mesmo muita lenda se levantára, fructo da distancia e da imaginação, como as que em Santos já haviam nascido como productos da ignorancia ou da exploração.



O "Vulcão" do Macuco

Muitas familias achavam mais facil ir até lá em botes de aluguel, e embarcavam então nas catraias que ás dezenas esperavam os passageiros certos, no Vallongo, na Alfandega, ou no Paquetá (onde ficava o Mercado das canôas).

Iam embarcadas e apeavam na actual bacia do Macuco, ainda em seu estado primitivo, seguindo depois pelo varjão encharcado e dahi pela terra firme até junto ao phenomeno. Junto ao local do facto espectacular que a natureza proporcionára passageiramente aos homens, extasiavam-se todos á vista do grande penacho de fogo jalde e rubro, cruzado de fagulhas e tresandando forte a enxofre, admirado cada um da cara que apresentava o visinho, amarella cerósa como de resuscitados ou cadaveres extranhamente animados. E o fogaréo grugrulhava nas entranhas da terra, emquanto um ligeiro tremor abalava o piso dos circumstantes collocados

respeitosamente a uma distancia de seis ou séte metros em derredór. Éra a solfatara de Santos, éra o "vulcão do Macuco!

Por mais de um mêz foi o espectaculo santista contemplado por milhares de criaturas de todas as distancias, e só se extinguiu em fins de Janeiro de 1897. José Ignacio da Glória o grande amigo das tradições locaes teve a lembrança de fixar no vidro de uma camara photographica o que elle estava assistindo no primeiro dia da erupção, dahi o podermos agóra transmittir á posteridade a visão authentica do phenómeno.

Hoje, sobre o logar em que elle existiu, assentam ruas e casas nóvas, e ali pérto, uma grande chaminé industrial, vulcaneja para o céo grandes rolos de fumo, como symbolismo talvez.

Dahi em diante, mercê da grande campanha sanitaria effectuada a contar de 1889(iniciada com a construcção da primeira rede de esgotos sobre os planos organisados pelos engenheiros Dr. Garcia Redondo e Dr. Augusto Fomm Junior) e com a construcção do caes de Santos, com a diffusão da vaccina obrigatória, a encampação dos Serviços da Limpeza Publica pelo Municipio e a sua ampliação, a construcção dos Canaes, a applicação rigorósa do Codigo de Posturas de 1896 e a canalisação dos cinco ribeirões santistas, a coberto, realizada até o fim do anno de 1889 e principios de 1890 Santos progrediu bastante.

Em 1900 effectuou-se o segundo recenseamento municipal do periodo republicano, apurando-se para Santos, uma população de 50.389 almas.

Em 1901 contava Santos uma população de 52.000 habitantes e perto de 5.000 casas, comprehendidas as dos morros e as dos vargedos do Macuco e Villa Mathias, para onde se haviam retirado os moradores dos numerósos cortiços desmantellados pelas campanhas da Commissão Sanitária de 1896 a 1900. O rendimento do Municipio passára do meio milheiro de contos de réis de 1889 a mil e oitocentos contos de 1896, attingindo mais de dois mil nesse anno de 1901, subindo o movimento do porto a uma exportação de mais de dois milhões de toneladas no mesmo periodo.

De 1901 a 1910 a cidade desdobrou-se em progresso, mas, a sua grande phase operou-se de 1910 a 1915, quando tomou a feição actual apenas melhorada a cada anno.

Em 1906, realizou-se em Santos a primeira reivindicação operária em favor das 8 horas de trabalho, triumpho

conseguido e pela primeira vez no Brasil pelos trabalhadores das construcções civis apóz uma gréve de 18 dias.

Em 1910 verificou-se um grande melhoramento para a cidade, inaugurava-se a Estrada de Ferro Santos-Juquiá (Southern S. Paulo Co.), via-férrea essa que em 1928 foi encampada pelo Governo do Estado passando para a Estrada de Ferro Sorocabana. Com a futura e talvez bréve inauguração da Mayrink-Santos ainda maióres beneficios advirão para a cidade.


Dr. Guilherme Alvaro

Da grande Campanha Sanitária santista, a que já nos referimos, é um histórico preciso e precioso a importante óbra do Dr. Guilherme Alvaro, de 1919, "A Campanha Sanitária de Santos — Sua causa e seus effeitos". Nella vemos o esforço heroico daquelles apóstolos da sciencia, muitos dos quaes tombáram no cumprimento do seu dever, como victimas offerecidas em holocausto ao futuro da cidade onde as epidemias haviam feito assento e onde o povo, em grande parte ignorante, difficultava e muitas vezes impedia o cumprimento da missão aos que estavam tratando de salval-o, retirando de sobre a cidade, aquella terrivel fama que della afastava os extrangeiros e a grande affluencia que se operou depois, trazendo-lhe o progresso e o desenvolvimento de toda ordem. Guilherme Alvaro, que por mais de vinte annos se dedicou á obra benemérita e de alguma fórma apostólica do saneamento santista, morreu cégo ao fim de tantos annos de dedicação, cegueira adquirida no cumprimento do seu devêr, quando em visita a um terreno baldio no Guarujá, um galho de vegetal desconhecido offendeu-lhe um dos ólhos, originando a infecção que mais tarde passou ao outro, privando-o definitivamente da visão.

Grande foi em Santos a legião dos realizadores do seu saneamento, figuras chéfes da benemérita campanha sanitária que a tornou a cidade progressista e saudavel de hoje, como o Dr. Tolentino Filgueiras, chéfe do Serviço Sanitario durante alguns annos, o Dr. Militão Pacheco que o substituiu

em 1889, o Dr. Vieira de Mello, o Dr. Paula Souza, o Dr. Luiz Vianna (vindos para Santos como Inspectores sanitarios em fins do mesmo anno), o Dr. Eduardo Lopes, o Dr. Emilio Ribas, chéfe do Serviço Sanitario do Estado, o Dr. Rebouças, o Dr. Saturnino de Brito, o Dr. Francisco Cavalcanti, o Dr. Alvaro Ribeiro, o Dr. Antonio Ribeiro, o Dr. Pereira da Cunha, o Dr. Netto Caldeira e o Dr. Manoel Francisco da Costa.

Os ultimos trinta annos de republica offerecem em Santos, pouco assumpto á Historia, alem do grande desenvolvimento e do progresso generalisado trazidos á cidade pela collaboração do extrangeiro, augmentada a cada anno, e pelo desenvolvimento de todo o Estado que enriquecia pela industria e pela lavoura, obrigando-a a acompanhal-o e permittindo-lhe o grande augmento de população verificado.

"Desde 1904 a cidade começou a se transformar, com a demolição dos velhos quarteirões do largo do Rosario e do Becco do Inférno, aliás o paraiso dos turcos, surgindo em seu logar, predios altos, arejados e abertos ao sól. Eram os primeiros resultados da administração do Dr. Francisco Malta Cardozo, Intendente Municipal em 1903". Nesta altura resolvera a Prefeitura, para estimular a construcção e promover o embellezamento da cidade, que os cidadãos que construissem prédios nas duas avenidas principaes — Conselheiro Nébias e Anna Costa — teriam isenção de impostos por 5 annos; e assim se fizeram muitas casas naquellas vias, forçando bôas familias a se desapegarem do centro da cidade onde grande parte da Sociedade santista permanecia. "Em 1908 surgia a industria caracterisada em Santos, e surgiam tambem os primeiros armazens de louças finas, de crystaes e de objectos de arte, negocios nóvos para Santos, apezar da sua riqueza e da sua importancia anteriores", éra a transformação. Em 1909 a electricidade substituiu o gaz, alastrando-se pelas avenidas, pelas praias e pelos arrabaldes, e a tracção animal começava a desapparecer dos carris de Santos, marcando o facto o abandono gradativo mas rapido dos aspectos primitivos, entrando nessa remodelação tambem os velhos usos e costumes.

Em 1913, a 11 de Abril, inaugurava-se o novo Hospital do Isolamento. Nesse anno, já as rendas municipaes orçavam em quatro mil contos e a exportação do porto subia a cerca de onze milhões de toneladas.

Nesse anno ainda, realizou-se novo recenseamento municipal, a 13 de Dezembro, dividindo-se a cidade em 8 dis-

trictos, comprehendendo as zonas urbana e suburbana, e a zona rural em 9. Possuia a cidade 6.790 prédios nas duas primeiras zonas, e 3.788 na zona rural. A 7 de Maio de 1914 approvava o Prefeito Municipal os quadros censitarios e fazia publico que a população do Municipio de Santos se elevava a 88.967 almas, das quaes 71.236 residentes nas zonas urbana e suburbana, e 17.731 na zona rural. Desses 88.967 individuos, 49.482 pertenciam ao sexo masculino e 39.485 ao feminino. 85 % da população era branca, 3,53 % era preta, 7,80 % parda, 1,17 % cabocla, e 0,66 % amarella. 38.771 individuos eram paulistas, 1.592 fluminenses, 719 catharinenses, 568 sergipanos, 518 mineiros, e de outros Estados em menór numero. Os portuguezes eram os estrangeiros mais numerósos, contando-se por 23.000 individuos, vindo em seguida os hespanhóes com 4.779 homens e 3.512 mulhéres, os italianos com 1.719 homens e 1.445 mulhéres, os turcos com 911, os japonezes com 651, os allemães com 478, os inglezes com 309, os austriacos com 226, os francezes com 218, e poucos mais de outras nacionalidades. Quanto ao espirito religioso, dividia-se a mesma população em 88,36 % de catholicos, 4,66 % de varias religiões, e 6,97 % de individuos que declararam não ter, ou não seguir religião alguma.

Em 1918 calculava-se a população da cidade em 100.000 almas. Até meiados de Outubro desse anno a vida da cidade transcorrera normalmente, apenas com excepção das difficuldades passadas pela classe póbre durante os annos 1915, 1916 e 1917, como reflexo da guerra mundial de 1914. E' na segunda quinzena desse mez que surge em Santos a grippe chamada "hespanhóla", vinda do Rio de Janeiro, onde grassava intensa desde o mez anterior. A doença principiára a lavrar a bordo dos navios de guerra "Floriano" e "Carlos Gomes", atracados ao cáes, determinando a ida de muitos tripulantes e officiaes para o Hospital do Isolamento, apparelhado ás pressas para a imprevista superlotação. Do que se passou em Santos, de tragico e bello, diz bem o Dr. Guilherme Alvaro chefe do Serviço Sanitario de Santos durante muitos annos em sua utilissima óbra "A Campanha Sanitaria de Santos", pags. 167 a 165, de onde transcrevemos os seguintes trechos:

> "Benigna a principio, a doença proseguio no seu rapido alastramento, ganhando ao mesmo tempo gravidade maior, com mais de dois mil casos nóvos por

dia, de modo que em meiado do terceiro decendio do mez de Outubro, havia com segurança, trinta milheiros de santistas com grippe. No dia 21, quando todos os serviços da cidade estavam desorganisados, tendo cessado o trabalho das Dócas e das officinas, providenciando-se para o fechamento das ultimas escolas e das casas de diversões, o numero dos óbitos causados pela infecção hespanhóla foi de 3, subindo a 10 no dia 22, augmentando sempre em cada 24 hóras, para chegar a 34 no dia 28, attingindo a culminancia com a cifra dolorosa de 61 no ultimo dia do mez. Felizmente, Novembro começou com o decrescimento brusco da morbilidade e da mortalidade, aliás por falta de combustivel, quando dois terços da população do municipio tinham sido tocados pela epidemia, no curto espaço de tres semanas e pouco. Em 14 de Novembro o obituario da grippe havia baixado a 10, igualando o de 22 de Outubro, descendo ainda sensivelmente na semana seguinte". "Por certo no municipio de Santos, 80.000 pessoas tiveram a doença, sob todas as suas variadas fórmas, e chegando a 853 o numero de obitos causados por ella, a mortalidade foi das menores em cidade de população elevada".

Era uma repetição do desastre de 1889, com maior apparato mas com menóres effeitos, dado o numero de victimas verificado. A grande dedicação dos encarregados da defesa sanitaria de Santos e do seu corpo médico em geral salvou a cidade dos effeitos soffridos por quasi todos os paizes, mas com especialidade, Portugal, os Estados Unidos e as Indias Inglezas.

Assim continúa o Dr. Guilherme Alvaro:

"Assistimos o rapido alastramento da grippe em Santos, a partir do dia 21 de Outubro, quando regressámos grippado tambem, do Rio de Janeiro, para onde haviamos seguido a 11, representando o Serviço Sanitario no Congresso Médico. O nosso substituto na Delegacia de Saúde de Santos, o Dr. Pereira da Cunha, ao ter conhecimento, no dia 15, dos primeiros casos da doença na cidade, tratou de organisar a defesa local, tomando e aconselhando as medidas usuaes, a começar pela calma". "Conhecedor dos usos e costumes santistas, tendo assistido ao incendio do Rio de Janeiro e pre-

vendo a rapidez da onda em marcha, julgámos preferivel ir em auxilio da população soffredora, fornecendo-lhe recursos levados aos domicilios, ao envez de começar a montagem de hospitaes, cujo funccionamento chegaria tarde e pouca gente attenderiam. Os factos vieram confirmar as nossas previsões, porquanto no Hospital da Santa Casa de Misericordia de Santos entraram 740 doentes, de 14 a 31 de Outubro e 682 durante o mez de Novembro; que nove decimos delles fossem de grippe, e sejam sommados aos que estiveram em tratamento nas enfermarias provisórias, installadas pela mesma Irmandade, com auxilio da Associação Commercial e nas da Beneficencia Portugueza, ainda assim não excederá muito de duas mil, o numero das pessoas daquelle modo soccorridas" (e isso num total de 80.000 doentes como dissémos."

"Emquanto completavamos o armazenamento dos recursos de remedios para distribuição, faziamos proseguir o expurgo dos grandes fócos de grippe, a começar pelos navios fornecedores de doentes em massa, e distribuiamos, pelos logares mais flagellados, os collegas disponiveis. A 23 de Outubro, metade do nosso pessoal subalterno estava doente, quer do Desinfectorio quer do Isolamento, o mesmo succedendo em todas as repartições publicas de Santos".

"O Dr. Antonio Ribeiro ficou encarregado das desinfecções dos navios de guerra, rigorosamente beneficiados com o pulverisador a vapor, e á tarde, dum posto medico na Companhia Tecelagem Santista, onde pela manhã trabalhava o Dr. Pereira da Cunha. O Dr. Martins Fontes dirigia de manhã o posto medico do Campo Grande e depois soccorria o Macuco, auxiliando a Sociedade Beneficente dos Empregados da Cia. Dócas, que muito fez pela população daquelle bairro; o Dr. Ulysses Barbuda, contractado pela Delegacia de Saúde, auxiliava o Dr. Fontes no Campo Grande e no Macuco, revesando-se com elle no serviço da clinica exhaustiva, em zonas de habitações disseminadas. O Delegado de Saúde superintendia os serviços dos varios departamentos da Repartição, e dirigia o serviço médico do Isolamento, auxiliado pelo Dr. Horacio Brandão nos primeiros dias". "Para São Vicente foi, em seguida ao seu restabelecimento, o Dr. Horacio Brandão, que desde o dia 28 ficou tambem responsavel

pela enfermaria creada no Cubatão com auxilios fornecidos pela Delegacia de Saúde e onde foi tratada uma centena de pessoas, residentes em sitios afastados". "A 24 de Outubro a grippe tinha perturbado toda a vida de Santos, sendo quasi impossivel obter-se pessoal para qualquer serviço, visitámos nesse dia o Hospital da Santa Casa de Santos onde eram internados numerósos doentes, dando-se perigoso accumulo de todas as formas da doença em todas as dependencias do estabelecimento. Ao seu administrador, nosso companheiro na visita official, offerecemos os recursos de que pudessemo dispor na difficil emergencia, e chegando-nos de S. Paulo, no dia seguinte o Dr. Cata Preta, apresentámos este collega ao Dr. Director da Santa Casa para auxilial-o, offerta não acceita em virtude de estar completo o quadro dos profissionaes, com a chegada dos estudantes da Faculdade de Medicina Paulista. Foi então o Dr. Cata Preta trabalhar, com outro collega vindo tambem de S. Paulo, o Dr. Ugolino Penteado, na Cruz Vermelha Santista, cujo posto médico e centro de soccorros a grippados, tinha sido aberta em 19 de Outubro, prestando desde ahi relevantes serviços á pobreza local".

"Quando a 25 de Outubro começamos com pessoal auxiliar, bisonho e reduzido, a distribuição de remedios á pobreza, nos seus domicilios encontramos percorrendo a mesma estrada o Prefeito Municipal, Coronel Joaquim Montenegro, que dispunha de farto recurso de mensageiros intelligentes e dedicados, mas que estava pouco provido dos remedios que nos sobravam. Naturalmente nos unimos, e de mãos dadas com outro companheiro da mesma jornada, a Cruz Vermelha Santista, proseguimos na execução do programma salvador de muitos milheiros de pessoas. Tinha o Coronel Montenegro á sua disposição os bravos e humanitarios moços do Tiro Naval, contava a Cruz Vermelha com os seus collegas do Tiro 11; não sabemos, no concurso de dedicações que foi toda aquella campanha altruistica, a qual dos Tiros locaes, inclusive o 598, dos rapazes da Cia. Docas, coube a primazia de esforços e de abnegação. Santos deve ao Coronel Montenegro e áquelles moços, relevantes serviços; foram elles os sal vadores de situações desesperadas, ligando os centros fornecedores de recursos, levando remédios e alimentos

até aos pontos os mais afastados, a todas as horas, com qualquér tempo. Um daquelles bravos cahiu victima da grippe, foi o cabo Adalberto Laranja, do Tiro 11, sendo acto de méra justiça relembrarmos o nome daquelle patriota, ao mesmo tempo que o do Dr. Alamir Martins, jovem e humanitario clinico, tambem victima da epidemía."

"Os voluntarios dos tiros santistas distribuiram pelos domicilios dos doentes, nos logares os mais afastados, cerca de doze kilos de comprimidos de quinina, alguns de aspirina, em capsulas e comprimidos, quasi quatrocentos de xaropes peitoráes, e mais de vinte mil dóses de outros medicamentos adequados ao tratamento da doença, alem de varios milhares de formulas prescriptas pelos medicos visitadores, e aviadas na Pharmacia do Hospital de Isolamento, de 25 de Outubro a 15 de Novembro. Foi graças á dedicação e ao esforço dos pharmaceuticos do mesmo Hospital, senhores Aristoteles de Menezes e Sebastião Fernandes, do seu administrador João Costa e do pharmaceutico civil Snr. Alfredo Leal, em cujo laboratorio elevada quantidade de remedios foi adquirida, ou doada, dividida e empacotada, que a Delegacia de Saúde poude em tão curto espaço de tempo, sem ruido, sem interrupção, armazenar e dispôr dos referidos recursos, em época tão difficil."

"Fóra de Santos a Delegacia de Saúde soccorreu numerosas localidades, alem das referidas já. O Dr. Aurelio de Carvalho, logo apóz o seu restabelecimento, percorreu com voluntarios do Tiro Naval, as margens do canal da Bertioga, a Bertioga e os nucleos de povoação aos lados da linha da Estrada de Ferro ingleza, desde o Cubatão até o Alto da Serra, visitando doentes e distribuindo remedios. O Dr. Martins Fontes seguiu para Iguape, com pessoal adequado e recursos fartos, montando ali serviços hospitalares, soccorrendo a população com remedios e generos; o Dr. Almeida Couto contractado pela Delegacia de Saúde, amparou do mesmo modo as populações de Juquiá e de Prainha, onde tambem esteve o Delegado de Saúde. Para Xiririca partiu em principio de Dezembro o Dr. Aurelio de Carvalho, e para Itanhaen, Peruhybe, Itariri, Anna Dias e outros pontos marginaes da Estrada de Ferro Sul de S. Paulo, foram remettidos recursos varios. Para S.

Sebastião, a principio, foram mandados medicamentos, e logo que o Dr. Guedes Coelho se restabeleceu foi para lá commissionado, estendendo os seus serviços a Villa Bella, a Caraguatatuba e a Ubatuba."

"As semanas durante as quaes a grippe hespanhola aqui explodiu, lavrou, devastou e desappareceu, foram de dura provação, provocando honroso movimento de solidariedade em todas as classes sociaes, destacando-se o commercio santista, pela liberalidade com que attendeu ás necessidades dos desprotegidos da fortuna."

Em 1924, manifestando-se em S. Paulo a revolta de Isidóro Dias Lopes, Santos movimentou-se como ponto de apoio das tropas da Marinha, enviadas para garantir a cidade e o porto, e forçar os elementos revoltósos, do lado da serra. Toda a população, com excepção apenas dos elementos partidarios, voltava suas sympathias para os revolucionarios. Nessa occasião, elementos politicos, para se tornarem agradaveis aos maioraes da situação, forçaram a mobilisação dos Tiros de Guerra da cidade, principalmente o Tiro 11 e o Tiro Naval, contra a opinião geral e a vontade da maioria dos moços atiradores. Já se achavam pelotões dessa mocidade, reunidos na Estação, promptos para o embarque, quando a intervenção do Senador Azevedo Junior impediu que o seu inutil e injusto sacrificio se consummasse, dissolvendo os voluntarios e restituindo-os ás suas familias.

A 26 de Dezembro de 1926 fundava-se em Santos a primeira Estação Radio-transmissora — o Radio Club de Santos, Estação Miramar, mais tarde, sob o Prefixo P. R. B. 4, funccionando num canto do edificio do "Miramar" com a potencia de 50 watts apenas, sendo seus principaes fundadores e primeiros luctadores antes mesmo da inauguração official, os Drs. Frederico Haffers e Max Valdéz, Alexandre Ratti, Jovino de Mello, Mimi Caldeira e de alguma forma a Empreza Miramar, com o Snr. V. Fernandes á frente, pela ajuda concedida ao notavel emprehendimento. Posteriormente outros cidadãos juntaram-se áquelles, como Antenor Rocha Leite, Hermenegildo Rocha Brito, Duarte Pacheco e mais alguns, e já assim reunidos effectuaram a inauguração naquella data. Desde seus primeiros annos é seu principal animador desinteressado o cidadão Hermenegildo da Rocha Brito, seu presidente até hoje. A luxuosa séde propria actual dessa transmissora santista, é á Rua José Caballero, 60.

A 10 de Março de 1928, um triste desastre abalava a população da cidade; um grande bloco de terra do Monte Serrate, precipitou-se da sua parte oriental sobre os fundos do Hospital da Santa Casa da Misericordia e sobre um quarteirão de casas construidas ao seu sopé, causando prejuisos materiaes elevados e innumeras mortes. Essa catastrophe, que tanta repercussão teve em todo o paiz, figurando no noticiario de outros Estados com enorme exaggero, provocou na sociedade santista um grande movimento de solidariedade, traduzido nos soccorros prestados ás victimas, ás suas familias, e ao hospital da Misericordia, cujo local, deante desse desastre parecia não mais convir a um estabelecimento da sua natureza. Milhares de contos de réis, cerca de sete ou oito mil, foram em breves dias reunidos, dos quaes resultou um auxilio de quatro ou cinco mil para a Santa Casa, que, tempos depois, iniciava o seu novo hospital, na varzea de Jabaquára, até hoje inacabado, devido ás suas grandes proporções e a certas circumstancias de natural sigillo.

A 3 de Outubro de 1930 nóva revolução estourou no territorio brasileiro, em consequencia da campanha eleitoral desse anno, realizando-se a descida das trópas do Sul sobre S. Paulo, fóco principal da politica combatida e visada pelos elementos do Rio Grande. A população santista, como de resto a de quasi todo o Estado, enthusiasmada ainda com a recente propaganda da Alliança Liberal, apoiava quasi que integralmente o movimento revolucionario que visava a deposição do Presidente da Republica, impedindo a subida ao poder do candidato situacionista de S. Paulo, victorioso nas ultimas eleições geraes.

Pouco tempo depois, a 24 do mesmo mez, recebia Santos a noticia da victória da revolução, verificando-se nas ruas locaes correrias e manifestações em geral violentas, coroadas com o empastelamento de jornaes sympathicos á politica situacionista e a invasão e incendio de casas pertencentes a politicos evidentes da situação depósta. Mais tarde chegaram algumas trópas, mas quasi todas em caracter itinerante, e, ao fim de dois ou tres mezes, com o inicio do Governo Provisório da Republica e a normalisação da vida nacional, Santos retomou o seu rythmo normal de trabalho e pacatez, entregue á esperança dos dias vindouros, que seriam nesse caso, a recompensa das ultimas agitações e das alternativas moraes e materiaes soffridas, confiado o governo municipal, apóz a dissolução da ultima Camara, a uma junta governativa e em seguida a prefeitos provisórios nomeados

pelo Governo de S. Paulo. (Vide o cap. "Legislaturas municipaes").

Os movimentos armados do paiz, não ficariam ahi, porem; e desta forma, a 9 de Julho de 1932, nova Revolução estourava, mas desta vez em S. Paulo, iniciada pelos elementos civis e militares conjugados, cujo fim official, éra reconstitucionalisar o paiz, pondo fim ao regimen dictatorial que já durava dois annos. Este movimento armado, exigiu sacrificios inauditos de todas as cidades do Estado, e nelle participou a cidade de Santos, com o melhór dos seus recursos financeiros, civicos, moraes e materiaes, dando em holocausto á causa da Constituição cerca de trinta e seis mortos, arrancados aos seis mil homens mobilisados e entregues aos chefes militares do Movimento, serviços, altruismos e algumas dezenas de milhares de contos de réis de contribuição e prejuisos. Este movimento vae devidamente descripto em Capitulo especial no corpo desta obra.

Em 1934, a 31 de Agosto, fundava-se em Santos o "Centro de Cultura Paulo Gonçalves", que muito tem trabalhado pelas letras, pelas artes e pela cultura intellectual da cidade, sendo seus fundadores: Durval Ferreira, Alex. Nogueira, Elias Karam, Luso Ventura, Tito Marcondes e outros moços.

Em 1934, ainda, a 23 de Dezembro, inaugurava-se numa dependencia do Parque Balneario, uma nova Estação Radio-transmissora — a P. R. G. 5 — Radio-Atlantica de Santos, sendo seu principal fundador o cidadão Carlos Baccarat, com o téchnico Jovino de Mello auxiliados por Pedro de Albuquerque Lima, Oswaldo Lima, Jayme Freixo e outros, a qual está agóra no edificio da Humanitaria.

A 25 de Março de 1936 realizavam-se, apóz seis annos de regime discricionário, as eleições municipaes em Santos, e a 13 de Agosto do mesmo anno, tomava posse, solemnemente, a Camara eleita naquella data.

Recentemente, e como um dos ultimos factos importantes da chronologia santista, no dia 1.º de Novembro de 1936, verificou-se a fundação do Aero Club de Santos, sob os auspicios do Ministerio da Marinha, com grande comparecimento de convidados e autoridades e vôos experimentaes sobre a cidade.

Melhoramento importante para Santos, este Aero Club official é a segunda iniciativa desse genero tomada nesta cidade, visto que a primeira verificou-se ha cerca de 15 annos, com o nome de Escola Santista de Aviação, mas não durou muito tempo.

CAPITULO XVI

Fundação do Collegio dos Jesuitas

A Companhia de Jesus, apezar da obra de sapa dos seus detractores, que insistem em classifical-a pela sua phase de decadencia, desempenhou um grande papél na Idade Média brasileira, attingindo em esty*lo* heroico a época da Renascença. Ella foi mesmo a "mucama" dedicada do São Paulo infantil, companheira e custódia dos seus primeiros passos, precursora do bandeirismo paulista em escaladas de catechése, e victima por fim dos proprios bandeirantes cujos primeiros vagidos embalára.

Sem a Companhia de Jesus teria deixado de existir São Paulo em 1563 e sem São Paulo teria sido outro o desenvolvimento do Brasil e muito outra a sua historia.

Na tréva mental dos primeiros tempos os seus padres foram as luzes que illumináram e orientaram o espirito paulista, conquistando ao mesmo tempo os autochtónes selváticos e anthropóphagos para a civilisação a golpes de virtude.

Desde Leonardo Nunes, o apóstolo de São Vicente, autôr das primeiras conquistas carijós e tupiníquins, cuja virtude convertera Pero Corrêa, o famoso e façanhudo fidalgo caçador de indios, transformando-o no primeiro martyr da catechése, todos os seus primeiros missionarios ficáram integrados na historia paulista como consolidadores dos seus alicerces ameaçados.

Quando fallecia Leonardo Nunes em naufragio deploravel na cósta brasileira, Nóbrega fundava São Paulo e Manoel de Paiva solemnizava a sua fundação com a primeira missa de Piratininga. Pouco antes, martyrisado pelos tupiniquins do sul, morria Pero Corrêa a serviço da catechése, em plena serra de Curityba.

Nóbrega empunha o sceptro evangelizador. Manoel de Paiva e Anchieta instruem as raizes raciaes do São Paulo futuro. Nóbrega ainda e Anchieta impédem a destruição da

obra colonisadora, desfazendo a confederação dos Tamoyos, de 1563. Anchieta torna-se o evangelizador máximo.

Depois surgem os dois Almeidas, João e André, sendo este santista, e outros muitos secundam-nos, formando a história admiravel da primeira phase jesuitica.

Foi por Anchieta, pouco antes de ser Provincial, que teve inicio a formação do nucleo jesuitico de Santos. Cabe-nos hoje, a satisfação de recordar, que foi delle a primeira tentativa de construcção do Collégio santista, do qual chegou a levantar as primeiras paredes.

Mais ou menos em 1567, de volta da Bahia onde fôra receber ordens definitivas, Anchieta lembrára aqui, a necessidade de se transferirem para Santos os padres de São Vicente. Requerera elle, então, ao Conselho, a doação de um terreno que havia junto á propria casa da Camara, e obtendo-o, iniciára a construcção de uma pequena casa provisória para abrigo dos jesuitas, obra essa, porem, que ficou em inicio e ao abandono por falta de meios. Mais tarde, já como Provincial no Brasil, lembrára o apóstolo de Piratininga aos principaes de Santos a necessidade de ser creado na villa o Collégio dos padres, instituição util e imprescindivel á collectividade, para onde se passassem os padres da Villa Capital, que minguava cada vez mais e não permittia aos jesuitas os fructos de antigamente, quando a vida official da Capitania se processava toda por ella, e para o quê, segundo elle dizia, havia a necessidade de lhes ser doado o proprio prédio do Conselho, visinho á primitiva casa abandonada, em cujo espaço, aproveitando-se o que já estava feito, seriam installados, a igreja, o convento e o collégio.

Finalmente, e em consequencia dos pedidos de Anchieta, a 17 de Março de 1585, estando de passagem por Santos o Visitador da Companhia, padre Christovam de Gouveia, reunidos com elle os officiaes da Camara, foi definitivamente resolvida a cessão do prédio do Conselho para as fundações previstas, facto consummado a 26 do mesmo mez e anno, governando a villa o Capitão-Mór Jerónymo Leitão, que, por sua vez e em nóme de Pedro Lopes de Souza, autorizou a transferencia da propriedade, que, por metade pertencia ao Donatário.

O que significaria o estabelecimento de uma casa de ensino elementar e secundário como aquella para a formação espiritual do povo, numa época de obscurantismo intellectual e de actividades exclusivamente agricolas ou mercantis, numa colonia desprovida de centros de instrucção e

até de simples professores de primeiras letras, não será preciso dizer, e por isso é que a instituição anchietana de Santos, deve ter na historia santista o relevo que meréce, formada como foi entre as suas paredes toda a sociedade santista de 1590 em deante.

Após o acto da doação e ainda de accordo com os termos da Escriptura de 1585, acabára o Conselho a construcção do prédio iniciado por João Fernandes de Brum, préviamente comprado, (onde hoje é o inicio da Praça da Republica, junto ao Carmo) transferindo-se para elle, juntamente com a Cadeia, entrando então os jesuitas, na posse do edificio doado, no qual realizaram as obras projectadas, inaugurando para logo o "Collégio" que tantos beneficios iria prestar á villa colonial.

Cincoenta e cinco annos depois da installação do Collégio, por occasião da primeira expulsão dos jesuitas, em 1640, todas as propriedades destes foram confiscadas e incorporadas ao patrimonio real, figurando entre ellas o predio de Santos com todas as suas dependencias. Treze annos depois, revogada a expulsão por decreto do Rei e sob uns tantos compromissos dos padres, voltaram os jesuitas e tudo lhes foi devolvido para continuação da vida anterior.

Entre 1685 e 1700, era director do famoso Collégio "São Miguel" o notavel jesuita Alexandre de Gusmão, fundador do Collégio de Belem da Bahia, preceptor, alli mesmo, dos renomados santistas Alexandre e Bartholomeu de Gusmão, os dois sabios que a elle devem os primeiros ensinamentos recebidos, o primeiro latim que aprenderam e os primeiros auxilios temporaes que os encaminharam ao scenario europeu com a necessaria protecção. Tão grandes foram os favores prestados por esse homem á familia de Francisco Lourenço, que não só déra este ao filho tornado famoso na Côrte pombalina o nome inteiro do jesuita amigo, como ainda extendera a toda a sua gente o sobrenome Gusmão que elle tinha, homenagem publica ao seu protector.

Este padre Alexandre de Gusmão foi quem, como director do "Collégio São Miguel", erigiu a segunda capella de Santa Catharina, ao alto do outeiro histórico desse nóme, sobre as ruinas da primeira capella santista que Luiz de Góes e sua mulher D.ª Catharina de Aguillar haviam construido em 1540, motivando-se essa resolução no encontro pelos pescadores, da antiga imagem da Santa, mandada fazer por aquelle fidalgo fundador, e atirada ao mar em 1591 pelos piratas de Cawendish, onde permanecera pelo espaço de quasi noventa annos.

Em 1759, pela Carta Régia de 21 de Julho, eram os jesuitas nóvamente colhidos pela pena de expulsão, agóra talvez justificavel, e, nóve annos depois, quando essa pena foi executada em São Paulo, em 1768, o "Collégio São Miguel" e as outras dependencias da Companhia, foram definitivamente confiscados e incorporados ao patrimonio publico, sendo entregues posteriormente a outras occupações.

Como parte integrante da História santista, reproduzimos aqui o documento de doação de 1585, a Escriptura de 26 de Março, que permittiu aos jesuitas o seu estabelecimento em Santos e a creação do famoso Collégio: (1) no qual figuram dois dos fundadores da cidade, alguns filhos de fundadores, e varios dos principaes habitantes da antiga villa:

"Saibam quantos esta publica escriptura de doação de um chão e casas, deste dia para todo o sempre virem, como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de 1585, aos 26 de março do dito anno, nesta Villa do Porto de Santos, costa do Brasil, Capitania de São Vicente, de que é capitão Governador por El-Rei Nosso Senhor o Senhor Pedro Lopes de Souza, etc. nesta villa na Casa da Camara della, estando ahi o sr. Capitão-mór Jeronymo Leitão e bem assim Diogo Rodrigues e Simão Machado, vereadores, João Franco, Juiz ordinario, e Alonso Pelaes, procurador do Conselho, logo por elles foi dito perante mim, publico tabellião, em minha presença e das testemunhas que a tudo foram presente, todos ao deante nomeados, em como aos 17 de Março deste presente anno de 1585, estando elles ditos officiaes em camara, tratando de algumas causas, que cumpriam ao bem da republica desta villa, tomaram acôrdo e parecer em como nesta dita villa não havia mosteiro nem casa dos padres da Companhia de Jesus, e ora era por aqui chegado um reverendo Padre Christovam de Gouvêa, Visitador da Ordem desta Provincia do Brasil, e pelos officiaes passados terem tratado com o padre provincial desta Companhia José de Anchieta, que fizesse aqui nesta villa o dito mosteiro, que já está principiado pelos ditos padres, tornaram de

(1) Delegacia Fiscal de S. Paulo — Maço 4 — PROPRIOS NACIONAES — Escriptura lavrada em notas do Tabellião Francisco Nunes — Transcrip: na "Chronologia Paulista" de J. J. Ribeiro — Vol. I — Pag. 363.

novo a falar nisto ao dito sr. Visitador para que S. P. mandasse aqui fazer o dito mosteiro como já estava e ficára assentado com o dito padre Provincial, por lhe assim pedirem succedeu isso e ordenou que se fizesse no sitio e lugar que mandava traçar pelo irmão Francisco Dias por causa do qual se fez na dita camara um auto assignado pelos ditos officiaes e pelos moradores da dita villa, que ahi foram presentes a mór parte delles, em o qual se contem o traslado de verbo a verbo, que é o seguinte:

"E logo na dita camara se praticou com o povo atraz assignado, que, porquanto os reverendos padres da Companhia de Jesus queriam ordenar uma igreja para se passarem da Villa de São Vicente a esta villa, e nella assim terem igreja e casa em que morassem, por ser muito serviço de Nosso Senhor e bem e prol desta villa e augmento della, os ditos officiaes fizeram uma pratica aos ditos moradores e pessoas que na dita camara se achavam, em como os ditos padres pediram esta casa do Conselho para nella se agasalharem por lhes ficar no meio de seu sitio, onde se ha de fazer o mosteiro e igreja pela qual razão pediam que para isso era necessario praticar-se na dita camara se parecia bem darem-lhes a dita casa, e obrigarem-se elles ditos moradores a comprarem os chãos que foram de João Fernandes de Brum, que se haviam de vender, que estava já até o sobrado, para fazerem outra conforme a esta, porque elles eram contentes de comprarem o dito chão, pagando cada um conforme sua possibilidade, e depois disto praticado acordaram que lhes parecia muito bem largarem esta dita casa do Conselho aos ditos padres para fazerem outra, conforme a esta, porque elles eram contentes de comprarem o dito chão, pagando cada um conforme sua possibilidade. E de como assim lhes pareceu bem e prol da terra e grande serviço de Deus, assignaram aqui com os ditos officiaes.

Declararam os ditos officiaes e povo que tambem fariam a casa do Conselho, e que esta largavam com condição de que os ditos padres puzessem logo mão á obra, e passassem para nella morarem e fazerem a dita obra, porque com esta condição lh'as largavam, e o assignaram aqui. Eu, Francisco Nunes, tabellião o escrevi. Belchior da Costa — Antonio de Siqueira — Antonio de Proença — André d'Oliveira — Jeronymo Dias

— Gonçalo Ribeiro — Manoel Machado — Vasco Pires da Motta — Jorge Baptista Malho — José Adorno — Pedro Cubas — Francisco de Espinosa — Pedro Netto — Domingos Affonso — Pedro Gonçalves — Antonio Fernandes — Domingos Dias — Alvaro Fernandes — Domingos Pires — Jorge Camacho — Diogo Rodrigues — Simão Machado — Affonso Pelaes.'

E trasladado o dito acôrdo e assento da maneira que pediram a elles ditos officiaes escriptura de doação e posse da dita casa para nella se aposentarem e fazerem o seu mosteiro, como estava assentado, elles ditos officiaes disseram que, por virtude do dito assento acima e atraz trasladado, por elles officiaes e pelos ditos moradores assignados conforme o dito auto e assento, lhes davam e largavam a dita casa, assim e da maneira que ellas estavam, e o dito Conselho as possuia, deste dia para todo o sempre para nellas morarem como cousa sua propria. E por a tudo estar presente ao fazer desta, o dito sr. Capitão Jeronymo Leitão disse que porquanto os ditos chãos das ditas casas até o sobrado foram feitos á custa da fazenda do sr. Pedro Lopes, então governador desta Capitania, e o mais das ditas casas foi feito á custa do Conselho, elle era como seu capitão e procurador, era contente de se darem as ditas casas aos ditos padres pelas razões já ditas, e outorgava e consentia na dita escriptura, porquanto os ditos moradores estavam obrigados por este acto a fazerem outras casas de Cadêa e Conselho, nos chãos que foram de João Fernandes Brum, defunto, por ser lugar mais accommodado para nellas estarem as ditas casas e cadêa, por estarem junto da praça; e declararam elles ditos moradores, que, quanto á obra e casas que já estavam começadas com seus chãos, que atraz fizerão menção, que se começaram em nome do padre Provincial José de Anchieta, de quem eram uns autos pelos officiaes passados, em que se relata a maneira e modo de como lh'as tinham dado para o dito effeito de se fazer o dito mosteiro, elles ditos moradores e officiaes lh'o haviam por dado e assim e da maneira que lhe tinham dado. Eu, Antonio de Siqueira, tabellião do publico nesta villa, o escrevi no livro de notas. Seguem as assignaturas."

Entre os que assignam esta escriptura notam-se dois fundadores da cidade, José Adorno e Domingos Pires.

CAPITULO XVII

As invasões extrangeiras

A VINDA DE EDWARD FENTON

Na manhã de 16 de Dezembro de 1583, surgiu na barra de Santos o pirata inglez Edward Fenton. Éram uma náu e dois galeões armados, carregando talvez duzentos homens de combate. (1)

Penetrando o porto, Fenton despejou em terra alguma gente, mas sob o pretexto de fazer reparos em seus navios, que, de facto, estavam precisando de alguns concertos. Assim, na villa de Santos procurou elle um inglez de nóme Withall, hábil mechanico e ferreiro que alli vivia já alguns annos e que éra genro de José Adorno, o personagem mais abastado do logar, senhor do antigo Engenho de São João, de muitas propriedades e fundadôr das duas capellas, de Nossa Senhora da Graça e de Santo Amaro. Este Withall conseguiu levar Adorno para bórdo da capitânea da pequena Armada, iniciando relações com os disfarçados corsários. "Depois de tal visita, foi o almirante á terra a ver um logar onde o ferreiro Withall pudesse erguer uma forja, e se collocassem os fornos portáteis para cozer as péças necessarias". (2)

Até certo ponto, devido ao valioso apoio encontrado em Withall, foi fácil aos inglezes a insinuação entre os bons elementos da villa, mas, "no dia seguinte foi Withall a bordo dizer que os portuguezes tinham mandado para fóra as mulhéres e fortificado a villa, pelo que, aconselhava que fossem os navios immediatamente ancorar diante della".

(1) Rocha Pombo e Varnhagem, accusam apenas dois galeões.

(2) Rocha Pombo — "Hist. do Brasil" — Vol. 4.º — pags. 16/19.

Lógo atraz delle, porem, foram Adorno "e um portuguez (Estevam Raposo) com a noticia de que dentro em poucos dias falaria o governador a Fenton, podendo os inglezes entretanto, proseguir nos seus trabalhos de forrar de cóbre, carpinteirar, pescar e mais operações necessarias, mas que não exigissem forja nem fornos antes de terem visto o governador." "Convidou Fenton estes hóspedes para o jantar, e deixando-os na camara, subiu á tolda para consultar com os seus officiaes sobre si os reteria prisioneiros. O vice-almirante Ward representou que as suas instrucções lhes prohibiam empregar a violencia, excepto em defesa própria; o Minion — ponderou elle — tinha abérto aqui um commercio que semelhante procedimento destruiria, tornando odiósos os inglezes, quando havia mais a ganhar com bons módos do que recorrendo á força. Prevaleceu esta opinião, e, offereceram-se presentes, de ante-mão preparados, consistindo em panno preto fino a Adorno e aos dois primeiros visitantes, tres jardas a cada um para um gibão, e igual quantidade para o governador, porem escarlate e rosiclér. Mas, o mal que Ward receiava dum procedimento hostil" já as noticias havidas da expedição do famigerado Drake o haviam causado, e, assim, todos os inglezes quando não fossem odiados, mereciam todas as desconfianças e éram sempre tomados como piratas disfarçados, de fórmas que pouco adiantou a diplomacia adoptada por Fenton a conselho do seu logar-tenente.

A esse tempo, um navio que Fenton havia tomado anteriormente, já nas proximidades das aguas de São Vicente, e que apóz ser saqueado pelos inglezes fôra deixado em liberdade, tomára poucos dias antes o rúmo do Estreito de Magalhães onde montava guarda em nóme da Hespanha, a esquadra do almirante D. Diogo Flores Valdez. Bem para o sul, a gente do navio saqueado encontrou alguns navios daquella esquadra e transmittiu ao almirante a noticia de que Fenton rondava a cósta vicentina. Nessa occasião arribava a Santa Catharina, uma esquadrilha hespanhóla, parte da Armada de Valdez, sob o commando de André Hygino, e ahi, soube este, "que os inglezes queriam estabelecer-se e fortificar-se naquella cósta; que Withall a isto os chamára; que elles andavam propalando que D. Felippe éra morto e D. Antonio estava de posse de Portugal; e que em nome da sua rainha faziam grandes promessas com o fim de induzir o povo a acolhel-os". De facto, em Santos, propalavam os inglezes a mórte de D. Felippe e mostravam aos habitantes

um futuro risonho sob o protectorado da Inglaterra, phantasias que todos repelliam pela fé nos destinos de Portugal e na proxima restauração do seu dominio recem-perdido; depois, a "recordação ainda fresca das façanhas de Drake tudo tornava crivel" da parte dos inglezes, e por isso abstivéram-se todos, de relações com a gente de Fenton.

Senhor das informações sobre os corsários, encaminhou-se André Hygino, em nóme do almirante Valdez, para o porto de Santos, na esperança de encontral-os, e, apenas algumas hóras faziam que Adorno e o portuguez Estevam Raposo, se tinham retirado da capitânea de Fenton quando os navios hespanhóes surgiram á bocca da barra santista.

Não escapou ao povo a presença da esquadra amiga, e lógo foi despachado um emissário ao encontro dos seus navios, com a noticia de que os inglezes se achavam dentro do porto.

A' noite desse mesmo dia (uma noite de luar, segundo Varnhagem) entrou André Hygino pelo estuário de Santos, quasi surprehendendo os inglezes que ainda pudéram travar combate e defender-se de fórma efficiente, mercê do seu optimo apparelhamento de guerra, durando esse combate grande parte da noite, emquanto durou a lua, ao fim do qual, dois navios inglezes conseguiram escapar barra a fóra, sendo o ultimo abordado, tomado de assalto, e apprehendida toda a sua artilharia.

A attitude pacifica de Fenton em sua estadia na terra, valeu-lhe o não ser perseguido pela esquadra hespanhóla, que, sómente alguns dias depois deixou o porto santista, a encontrar-se com o restante dos navios.

Foi esse acontecimento que gerou no espirito das autoridades hespanhólas, a idéa de levantar uma fortaleza na entrada da barra, que impedisse a passagem de futuros invasôres maritimos, e assim, no anno seguinte de 1584, dava-se inicio á Fortaleza da Barra Grande ou de Santo Amaro, que se apparelhou nos primeiros tempos de sua existencia, com a artilharia tomada ao galeão de Fenton.

A INVASÃO DE CAWENDISH

Seguia Santos o seu curso normal de vida, quando Thomas Cawendish, correndo aventuroso o oceano e procurando adquirir por meio de pilhagem o que havia perdido em seu paiz, em dissipações, surgiu com seus navios na altura da

cósta vicentina. Mandára elle então, diante da falta de provisões na Armada, que o seu immediato Cook fosse conquistal-as em qualquér porto que mais azado lhe parecesse. Segundo a altura em que estavam, éra o Porto de Santos o que mais propicio se mostrava, logar já a esse tempo mais opulento do que São Vicente e residencia preferida dos Capitães-móres e outras autoridades da Capitania. Para Santos, pois, singrou o logar-tenente de Cawendish, investindo a Barra Grande durante a noite, escura e tormentósa, de 16 de Dezembro de 1590, passando desapercebidamente, ante o fórte que haviam levantado por ordem de D. Felippe, fazia poucos annos, na ponta do morro da ilha de Santo Amaro, fundeando em frente da villa na manhã do dia 17. Alli intimou Cook ao fórte da villa ou de Monte Serrate, existente numa saliencia a cavalleiro da enseada de Enguaguassú, que se rendesse mostrando á gente do forte a disposição em que se achava se por acaso reagissem.


Thomas Cawendish

Como havia já alguns annos que a paz da villa não éra perturbada por aggressores de mar fóra, desprevenidos estavam os homens do fórte como os moradores da terra, e, assim, nenhuma resistencia foi feita aos corsários, sabidamente numerósos e bem armados.

Ao inutil apparato béllico apresentado contra uma população parte entregue aos primeiros trabalhos da lavoura e parte ainda em exercicio de sua devoção na matriz do Collégio, por ser hóra da missa, seguiu-se a invasão de toda a villa pela gente desembarcada, brutal e esfomeada; retida na igreja, por ordem de Cook, uma parte do povo que alli se achava.

Ao envez porem de se proverem do necessário para abastecimento dos navios do chéfe corsário, os homens de Cawendish se entregáram completamente ao saque, ao deboche, ás depredações e ás orgias, provocando a fuga de quasi todos os moradores, com suas mulhéres e filhas para os sitios mais próximos e mattas visinhos, onde estivéssem a salvo da sanha pirata.

Onde estaria a flôr da possivel resistencia da villa áquella hóra? Braz Cubas com os seus oitenta annos veneráveis nada mais poderia produzir em sua defesa. Os vé-lhos Adornos, o vélho Pires, Antonio Rodrigues de Almeida,

Antonio de Proença, que poderiam elles fazêr, se o seu tempo havia muito que passára? Limitaram-se talvez, com immensa tristeza, a contemplar o saque impúne da sua querida villa. Os documentos não nos contam, infelizmente, onde andavam e o que fizéram os varões fidalgos, a progenie eleita de Jorge Martins, de Jeronymo Dias, dos Rodrigues de Almeida, dos Cubas, dos Proenças, dos Adornos, dos Ferreiras, dos Pires, dos Pintos e dos Góes, tantos fidalgos guerreiros, capazes de reagir contra a affronta dos homens inglezes, como já haviam reagido em outros casos.

Sabe-se hoje, por alguns documentos, que João de Abreu e Diogo de Unhate, foram dois povoadores que salientissima acção tivéram em defesa da terra, não só nesta como na invasão anterior, de Edward Fenton e em outras de selvagens da cósta, sendo que Diogo de Unhate acabou coxo e cégo de um olho em consequencia de ferimentos recebidos em combate, tornando-se ambos dignos das graças do Rei como aconteceu.

Sabe-se que os piratas de Cawendish, ficáram em Santos, durante cerca de dois mezes, até fins de Janeiro de 1591, apenas atormentados a quando e quando, por alguma emboscada levada a effeito pelos homens válidos que se occultavam pelas visinhanças; mas sempre entrégues aos bródios e devassidões iniciaes.

Passados muitos dias, apresentou-se Cawendish no porto de Santos com o intuito de arrecadar o saque de que incumbira ao seu immediato, comprehendendo as provisões necessarias ao supprimento da Armada, porem, só encontrou alli, uma colonia despovoada e exhausta de tudo aquillo que elle exactamente mandára buscar, e só viu estragos e desmandos, depredações feitas pela gente que o havia precedido. Appareceram então ao chéfe flibusteiro alguns indigenas da visinhança, offerecendo-lhe alliança e coadjuvação para que elle tomasse conta da terra com o exterminio dos portuguezes, de quem haviam graves offensas, já porque os tinham em escravidão, já porquê lhes impunham excessivos trabalhos sob brutal tratamento, e outras cousas mais de que os accusavam. Tal offérta, porem, foi recusada por Cawendish, cujo intento não éra tomar terras, conserval-as e defendel-as, e sim navios no corso a que se havia dado, roubando-os e queimando-os como até alli o fizéra.

Cawendish, á força de embustes pretendeu ainda fazer regressar á colonia o povo que fugira para os sitios do in-

terior, invocando até falsamente o nóme de um rei, que, dizia elle, havia assumido o throno portuguez, restaurando-o do poder da Hespanha; mas, os acontecimentos de Fenton ainda estavam bem latentes no espirito da população, e, como não surtissem effeito as suas artimanhas, desenganado deste e de outros estratagemas praticados no decurso de duas ou tres semanas, resolveu retirar-se de Santos com os seus piratas, ainda mais desprovido, por assim dizer, do que para alli viéra, iniciando então algumas represálias contra a Villa que tão inútil lhe fôra, visitando tambem São Vicente, termo de seus desmandos. Foi nessa occasião que muitos documentos da primeira época santista e vicentina desappareceram, como já havia acontecido em 1534, em São Vicente, citando-se entre outros, o Livro do Tombo, onde tantas e preciósas cartas e escripturas se alinhavam em favôr da posteridade, alguns devorados pelo fogo e outros dispersos pelos mattos e pelas aguas. A propria imagem de Santa Catharina, que se venerava na pequena ermida que Luiz de Góes e sua mulhér haviam construido sobre o outeiro do mesmo nóme em 1540, foi arrancada do altar da capélla e arremessada á bahia de Enguaguassú, onde permaneceu durante noventa annos, até que os pescadores locaes, a colheram numa rêde pelas proximidades de 1680. Désta fórma, incendiadas em parte e depredadas as duas villas portuguêzas do Brasil colonial, partiu Cawendish, cruélmente desenganado, mar em fóra, a continuar suas correrias desvairadas e fataes tambem para elle.

No anno seguinte, apóz uma ausencia de nóve mezes, o grande flibusteiro inglez, já abandonado pelos companheiros e desprovido do concurso de valorósos capitães corsários, descendo do Estreito de Magalhães, onde encontrára uma esquadra hespanhóla, voltou á barra de Santos, e, pairando defronte ao littoral, a tres léguas da villa, mandou apressadamente á terra, vinte e cinco homens, ao mando dos capitães Stafford, Southwell e Barker, com ordens, de, a todo transe, tomarem viveres de que tinha extrema necessidade para soccorro da sua tripulação esfomeada e quasi toda enferma.

Desta vez, entretanto, a póstos os homens válidos de Santos, foi sua gente affrontada pela de terra, emboscada nos mattos e auxiliada por indigenas aggregados, e, do recontro que houve, apenas escaparam vivos dois dos corsá-

rios que foram levados a Santos presos e como em tropheu da victória acompanhando as cabeças dos companheiros mórtos, fincadas em espéques apanhados no matto, levantados como estandartes, á frente do extranho cortejo.

Com este destroço desenganou-se definitivamente Cawendish de proseguir em novas tentativas sobre as colonias de São Vicente, mas não o sufficiente para renunciar áquella vida de pirata já em seus ultimos lampejos, porquê, fazendo-se ao mar navegou para a cósta do Espirito Santo, pondo em saque toda a cósta intermediária, onde, ao que sabemos, acabou por soffrer irremediável derróta causada por indios e portuguezes em acção conjuncta, a que não poude sobreviver, terminando assim, por força de ferimentos, privações e sobretudo de tão grandes desgostos, uma existencia gravemente perniciósa á Nova Lusitania e á navegação do Atlantico meridional naquelles primeiros tempos da colonisação.

A INVASÃO DE SPILBERGEN

Conta Netscher, o historiador dos "Hollandezes no Brasil", que "Joris Van Spilbergen foi enviado em 1614 pela "Companhia das Indias Orientaes" para procurar pelo Estreito de Magalhães, uma passagem mais curta para as Molucas, e a sua expedição compunha-se de seis navios: o "Groote Zon", o "Groote Maan', o "Jager" e o "Meeuw" pela Camara de Amsterdam; o "Eolus" pela Zelandia, e o "Morgenster" por armadores de Rotterdam", (1) e que "chegado ao Brasil, ancorou junto a ilha Grande, e depois perto de Santos ou S. Vicente, afim de refrescar, pois a equipagem ia enfraquecida e enferma". "Os portuguezes receberam-no de uma maneira hostil, e havendo tentado inutilmente travar com elles relações de commercio, puzéram-se á vela de novo para deixar aquellas inhospitas costas; mas ANTES DE PARTIR TOMARAM UMA CARAVELLA PORTUGUEZA CARREGADA DE PRATA, DE RELIQUIAS, DE CRUZES E DE BULLAS DE INDULGENCIA. Propoz o almirante aos portuguezes trocar os tripulantes e a carga do navio apresado por alguns hollandezes retidos no Rio de Janeiro; mas foi em vão; elles recusaram, e deram assim um exemplo frizante de seu ódio aos hollandezes, ódio tão profundo que

(1) "Grande Sól" — "Grande homem" — "Caçador" — "Gaivóta" — "Eolo" e "Estrella da manhã".

lhes impoz tal sacrificio de seu proprio interesse". Isto é o que conta Netscher, mas a verdade, anda bem longe de quanto affirmou elle, procurando atenuar culpas históricas dos homens da sua pátria." "O historico dessa passagem acha-se feito por precioso, embóra tosco documento iconographico: uma estampa do "Miroie Oest et West Indical" publicada em 1621 por Jan Janez, editôr de Amsterdam, cujo titulo vem a ser: "LE POURTRAIET DE CAPO DE ST. VINCENT EN BRÉSIL". (1) (2).

"Nella se vêem as cinco naus bloqueando a barra de Santos, ao passo que a "Gaivóta" vigia o porto de S .Vicente. Assignala-se no canal o ponto extremo a que chegou o "Caçador', a certa distancia de uma fortaleza grande, cujo fogo os escaléres de reconhecimento não ousaram affrontar."

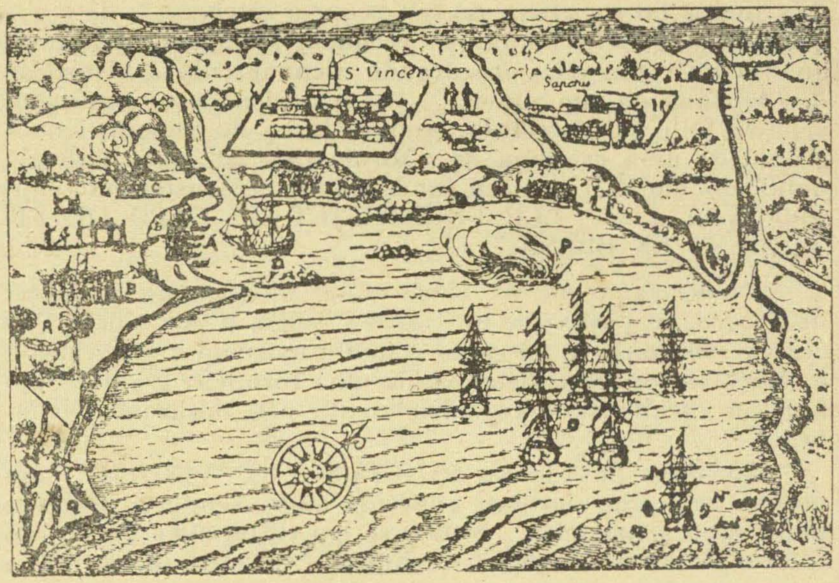
"As duas povoações, SANCTUS e ST. VINCENT, têm portas, estacada, egrejas, edificios altos, sendo a segunda maiór que a primeira. Notam-se em differentes pontos do littoral numerósas tropas de indios e brancos armados, á espera do desembarque dos batavos."

"Vêem-se ainda o incendio do Engenho, da Egreja de "S. MARIE DE NAGUE" (sic) déve ser N. S. das Néves ou Santa Maria das Néves) e de um depósito de assucar, varios individuos em torno de uma espécie de caldeirão, uma scena de desembarque, outra de marcha em formatura, um indio balançando-se numa rêde suspensa de duas palmeiras e sobre uma fogueira, e dois indios nús, AFIM DE QUE SE SAIBA COMO SE VESTEM OS BRASILEIROS, HOMENS E MULHÉRES."

Continúa Taunay, de quem extrahimos estas linhas: "A viagem de Spilbergen foi uma das mais felizes nos fastos navaes hollandezes", e em Julho do mesmo anno, já nas aguas do Pacifico defrontou elle a esquadra real hespanhóla daquelles mares, cujo almirante éra Pedro Alvares de Pulgar e cujo general era Don Rodrigo de Mendosa, com oito grandes galeões de guerra e 2.000 homens de guarnição, derrotando-a mercê de sua grande capacidade de estrategista naval.

(1) Affonso de Escragnolle Taunay.

(2) Benedicto Calixto — "Capitanias Paulistas".



A preciósa estampa de Jan Janez, publicada em 1621, no "Miroie Oest et West Indical", em Amsterdam, descriptiva desta invasão e bloqueio.

ELUCIDARIO ORIGINAL DESTA ESTAMPA

(vertido do francez para o portuguez)

A — São seis chalupas, com as quaes enviamos gente á terra.
B — São nossos soldados, em formatura, afim de que pudessemos mais seguramente refrescar a Armada.
C — E' a Igreja de "S. Marie de Nague" (?) com uma casa trapiche de assucar........
D — E' um dos nossos navios postos de sentinella.
E — São tropas armadas, tanto de portuguezes como de naturaes, apparecendo á beira do mar.
F — E' a forma da cidade de S. Vicente.
G — E' a reproducção da cidade de Santos.
H — E' uma fortificação levantada na costa, junto ao rio.
I — São 4 das nossas chalupas subindo o rio em busca de "refresco".
K — E' um dos nossos navios que monta guarda sobre nossas chalupas.
L — São tambem tropas mixtas, de portuguezes e naturaes, que se mostram junto ao mar.
M — E' um pequeno navio que aprisionámos aos portuguezes.
N — E' uma escaramuça onde perdemos quatro dos nossos homens.
O — E' toda a nossa fróta.
P — Como destruimos o navio portuguez.
Q — O modo como se véstem os brasileiros, tanto os homens como as mulhéres.
R — E' a maneira como muitos dormem, em uma rede, presa ás arvores.

Advertencia: — Calixto serviu-se desta estampa, como se vê grosseira, imprecisa, e com muita confusão de detalhes, para declarar em suas "Capitanias Paulistas": — "Este mappa, datado de 1676, mostra que o porto de S. Vicente, tinha naquella época duas barras por onde entravam grandes navios. Vê-se, diz elle, até um galeão hollandez,

Por noticias documentaes de Amadôr Bueno da Ribeira, sabe-se que, por occasião do apparecimento de Spilbergen na cósta santista, desceu elle com um corpo de paulistas e de indios, armados á sua custa e de outros paulistas eminentes, em soccorro da villa, salvando-a apóz rudes combates na faixa praieira, auxiliado pela Fortaleza da Barra Grande e pela artilharia pesada postada na praia de Embaré, seguida a tactica aconselhada naquella circumstancia.

Éra Capitão-Mór da Capitania, Paulo da Rocha Siqueira, residente em Santos, e elle com os principaes da terra e mais o soccorro trazido por Amadôr Bueno e Lourenço Castanho Tacques, conseguiram ao cabo de algum tempo a expulsão dos numerósos e aguerridos soldados do almirante hollandez.

A narrativa dessa jornada, affirma Taunay, deve-se ao escrivão da capitânea, João Cornelissen de Mayz que a escreveu em latim, no anno de 1617, tendo-se della extrahido, immediatamente, varias edições, hollandezas, francezas, inglezas e allemãs, e traz para a Historia de S. Paulo o conhecimento do episódio inédito e interessante que procuramos esboçar. É pena que nada possamos adduzir ao relato de Mayz, porquê, como já affirmou Taunay, "actas seiscentistas das Camaras de Santos e de S. Vicente, é cousa de que, desde séculos não existem vestigios, e, infelizmente, na série das actas da Camara de S. Paulo, exacta e deploravelmente, verifica-se no anno de 1615, a longa lacuna do semestre que comprehende a epoca da estada de Joris Van Spilbergen e sua esquadra na barra de Santos.

fundeado em frente á praia de Parnapoan". Ora, bem se vê que, pela collocação da villa de Santos, tudo ahi é approximado e "mais ou menos", e o galeão a que elle se refére está symbolicamente collocado na entrada da barra vicentina, o que não acontéce com o outro galeão que investiu pelo estuario de Santos, demonstrando que, relativamente ás grandes embarcações, na parte de Santos entrava-se pela casa, e na parte de S. Vicente, esperava-se na pórta. Sómente os navios ligeiros, léves, de pequeno pórte e deslocação facil, é que podiam singrar as aguas vicentinas propriamente ditas, afim de passarem incólumes entre parcéis, bancos de areia, pouco fundo e sinuosidades do canal central.

Ainda aqui, num pequeno facto, occorrido em 1615, pretendeu Calixto servir a hipóthese da entrada da Armada de Martim Affonso pela "barreta" vicentina, sem se lembrar de que, não foi apenas por não dar essa "pequena barra, accesso facil aos navios de pórte, que Martim Affonso assim procedeu, e sim porquê o porto tradiccional "de São Vicente" éra do outro lado da ilha, na entrada do actual estuario santista, onde ficavam tambem os melhóres logares para criação de animáes, e as melhóres e mais extensas terras para cultura, como Jurubatuba, Ilha Barnabé, Ilha de Santo Amaro, Bertióga, Néves, Cubatão, actuaes, e as encostas boas de tantos morros como o Monte Serrate, Fontana, São Bento, Penha, Saboó, etc... em contraste com o lado vicentino, que só possuia serras incultivaveis, pequenas extensões de encostas e varzeas (do lado de Parnapoan e Japuhy) e brejaes generalisados do lado da villa.

Foi em consequencia désta invasão e do inestimavel soccorro trazido a Santos na premencia da ameaça de invasão hollandeza, que Amadôr Bueno da Ribeira, tornou-se lógo depois Capitão-Mór de S. Vicente, com residencia em Santos, a pedido de todo o povo, mas sem nenhuma remuneração confórme sua exigencia, como condição para acceital-a, podendo-se inscrever essa arribada dos hollandezes, verificada nos primeiros dias do mez de Fevereiro de 1615, como uma das paginas agitadas dos primeiros tempos da cidade.

O ATAQUE DE DUCLERC Á VILLA DE SANTOS

Na história das incursões estrangeiras á antiga villa santista, não se póde deixar de incluir tambem a de Francisco Duclerc, o malaventurado commandante francez, que, vencido pelas malhas da guerra, acabou, seus dias romanticamente, assassinado ao que paréce, no Rio de Janeiro, na própria casa que lhe havia sido dada para custódia, por um dos enciumados da sua sympathia pessoal em um caso de amôr, mórte essa que custou ao Brasil como a Portugal, centenas de preciósas vidas e alguns milhões de cruzados, trazendo a desgraçada consequencia que foi a vinda de Duguay Trouin, o maior dos almirantes francezes, para vingar a morte do companheiro, sujeitando o Rio de Janeiro á vergonha da occupação, ao incendio e a um pesadissimo resgate.

Em Setembro do anno de 1710, surgiram na barra de Santos, seis náos de guerra e uma balandra de corsários, sob o commando do referido Francisco Duclerc. Não pudéra elle entrar no porto do Rio de Janeiro, pela vigilancia estabelecida pelo governador Francisco de Moraes, antecipadamente avisado da approximação do commandante francez, e assim, descera contra a Ilha Grande e dalli sobre a villa de Santos com o intuito de saltear e pilhar a praça.

Governava a Capitania de São Paulo e Minas o Capitão General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, reputado o maiór de todos os governadôres coloniaes da sua época, e éra vedôr da gente de guerra na praça de Santos o Provedôr Thimótheo Corrêa de Góes, e aquelle, enviando instrucções a este, fez descêr das Minas o Mestre de Campo Domingos da Silva Bueno á frente de 300 homens de combate e mais o Capitão Domingos Fernandes Pinto com ou-

tros tresentos hómens experimentados, (1) chéfes cujo valôr já éra conhecido atravéz dos agitados acontecimentos das Minas geraes, os quaes, reunidos ás forças de Amador Bueno da Veiga, o famoso destruidôr dos emboábas do rio das Mortes, e á gente de Thimótheo Corrêa organisada na propria villa, fizéram a defesa de Santos em opposição á força atacante de Duclerc, apoiados pelo fogo da Fortaleza da Barra Grande que não permittiu aos navios francezes a entrada no porto, como éra intuito do seu commandante. Duclerc foi derrotado nas areias de Santos e obrigado a retroceder precipitadamente, deixando a terra paulista, de onde foi para o Rio de Janeiro, á busca do desastre que lhe pôz termo á vida como ficou dito.

(1) Diogo de Vasconcellos — "Historia Antiga das Minas Geraes".

CAPITULO XVIII

As fortificações de Santos

1547/1936

São Thiago ou São João Bertióga — São Felippe ou São Luiz — o Forte da Villa ou Monte Serrate — o Forte da Paciencia — Forte da Ponta do Camarão — Fortaleza da Barra Grande ou Santo Amaro — Vera Cruz do Itapema — Fortim da Estacada ou Forte Augusto — Forte da Praia do Góes — Itaipú (Jurubatuba e Duque de Caxias) — o Forte do Monduba —

Procedendo ao historico das fortificações santistas, post-affonsinas, desde a primeira, da Bertioga, até a ultima, de Itaipú, justo é que relembremos, como em homenagem á ephemera colonização pre-affonsina de São Vicente, o primeiro Forte construido na mesma ilha, por iniciativa de Gonçalo da Costa e do "bacharel" Mestre Cosme Fernandes, que protegeu durante alguns annos o povoado de São Vicente, origem da cidade actual, como marco e broquel da nossa primeira civilização.

Pela descripção de Alonso de Santa Cruz, que abrange um periodo de quatro annos, 1526 a 1530, o primeiro marcando a passagem pelo Porto de São Vicente dos navios de Sebastião Caboto, de quem Alonso era um dos officiaes superiores, a rumo do "rio da prata", e o segundo marcando á volta dos mesmos navios daquella região, vimos que esse forte "Casa de Pedra" com uma torre para defesa contra os indios em caso de necessidade" existiu junto ao primitivo povoado de São Vicente, proximo ao actual morro dos Barbosas, e devia ser sufficiente para os fins a que se destinava,

porque não cogitou Martim Affonso de Souza, á sua chegada em 1532, de crear outro forte que lhe fosse superior ou que denotasse a sua incapacidade; pelo contrario, fez uso delle como base de sua estadia transitoria em São Vicente.

Isso se deduz da revelação constante da Carta de Sesmaria passada por elle em favor de Pedro de Góes no mesmo anno da sua chegada, a 10 de outubro de 1532, onde se vê, no Auto de Posse respectivo, lavrado por Pero Capico, escrivão da Armada Colonizadora, a 15 do mesmo mez, na Villa de S. Vicente, a seguinte declaração:

> "Saibam quantos este publico instrumento de posse virem, em como, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e trinta e dois annos aos quinze dias do mez de outubro, *e em a Ilha de São Vicente, dentro da Fortaleza,* por Pedro de Góes, fidalgo da casa de El-Rei nosso senhor, etc. ..." (1)

declaração essa que confirma a existencia do primeiro forte vicentino, que é o mesmo descripto por Alonso de Santa Cruz.

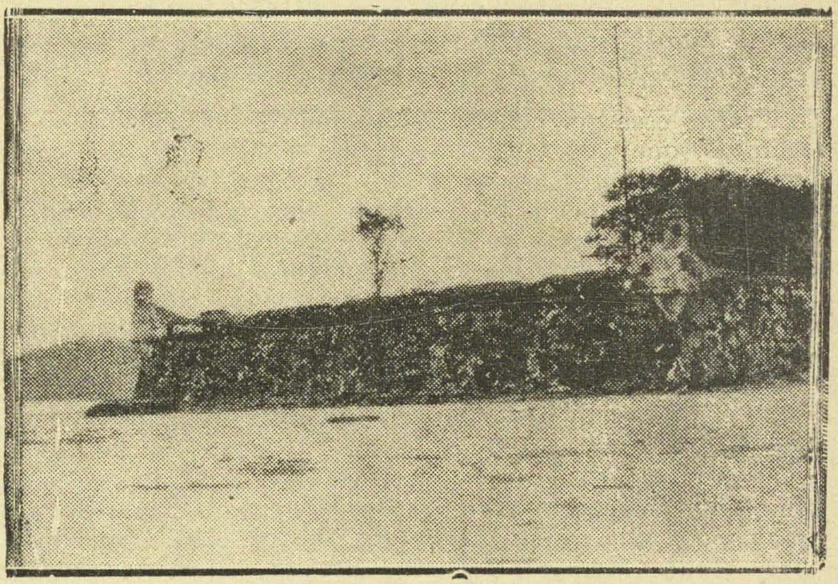
Propositadamente silenciaram tantos historiadores e chronistas, sobre essa passagem do Auto de Posse de 15 de outubro de 1532, para não reconhecerem a anterior fundação de São Vicente realizada pelo tão discutido "bacharel' que acima citámos, cmo sua fortaleza, com seu arsenal, suas dez ou doze casas em estylo europeu afóra certamente os ranchos indigenas que Santa Cruz talvez desdenhasse citar, e o que é mais, com o seu capitão, governador, regularmente nomeado pelo Rei.

Esse estranho modo de fazer Historia "a priori" não conseguiu, entretanto, apagar a verdade dos documentos, e assim, póde ella agora surgir livre de nuvens e impecilhos, apresentando tambem, aos olhos das novas gerações, a primeira fortificação que existiu em terras do actual São Paulo, a uma distancia de quatrocentos e muitos annos.

A PRIMEIRA FORTALEZA DA COLONIZAÇÃO AFFONSINA: SANT'IAGO OU S. JOÃO DA BERTIOGA

Diz Frei Gaspar, baseado em manuscripto de Dyonisio da Costa, (que viveu na época de 1650) que Martim Affonso por occasião da sua passagem para o sul e antes de tocar na ilha de São Vicente, em 1531, entrou pela barra da Ber-

tioga onde construiu um fortim provisorio para defesa de alguns homens que ali deixou ao seguir sua derrota para o "rio da prata". Acreditamos que isso se tenha dado, porém, a verdade é que tal fortim, alguns annos depois já não mais existia, e, manda a Historia, que a posteridade se firme em documentos e na logica delles, para fixação dos factos do passado, e, por isso, o que podemos affirmar hoje, é que a primeira fortificação conhecida, da Bertióga, documentadamente, data de 1547,levantada pelos irmãos Braga, os heroicos defensores daquella barra, primeiros santistas nominalmente conhecidos, que, aventurosamente ali estabeleceram seu reducto avançado, como se vê destas linhas do Texto de Marpurgo: (2)



"O velho Forte da Bertióga"

"Cerca de dois annos antes da minha vinda (1549) os cinco irmãos tinham decidido, com alguns indios amigos, edificar ali uma casa forte para deter os contrarios o que já tinham executado..."

A' destruição do fragil entrincheiramento dos irmãos Braga pelos Tamoyos do litoral norte, ainda descripta na mes-

(2) "Hans Staden". "Viagem pelo Brasil".

ma obra, succedeu como diz Hans Staden, em 1552, a reconstrucção do sitio da Bertioga e de sua "casa forte". Em 1557, o Capitão-Mór Jorge Ferreira fez construir um forte definitivo sobre a fortificação anterior, talvez sob influencia da occupação franceza do Rio de Janeiro, fechando sólidamente aquella barra, onde Braz Cubas já procedera ao levantamento do Forte de São Felippe, na ponta fronteira da ilha de Guaybe ou Santo Amaro, em 1552, cabendo, entretanto, os merecimentos dessa construcção ao fidalgo Antonio Rodrigues de Almeida, Almoxarife da Capitania, como se vê em documento de 1560, lavrado pelo Capitão Mór Francisco de Moraes. Nessa occasião, foi Paschoal Fernandes, um dos principaes fundadores de Santos, nomeado commandante dos dois fortes, como Condestavel do sitio e barra da Bertioga.

Desde esse anno de 1557 é que se póde verdadeiramente contar a existencia effectiva da Fortaleza de Sant-Iago, muito tempo depois chamada São João.

Esta fortaleza, em 1830, como se vê na descripção do Marechal Daniel Pedro Müller — "Ensaio dum quadro estatistico da provincia de S. Paulo" pag. 219/220 éra em tempo de paz, de 3 homens apenas, e em tempo de guerra : de 1 official, 1 inferior e 20 soldados de infanteria.

Reformada algumas vezes no correr dos seculos, ella existe ainda hoje, em estado de ruina, confiada ao que parece aos cuidados de um guarda que ali reside, sendo o unico monumento daquella época com que hoje contamos.

A famosa barra da Bertioga, por onde entravam até uma certa altura do rio, muitos dos primeiros barcos de coberta, foi theatro da primeira colonização affonsina e palco das mais sanguinolentas refregas entre a barbaria e a civilização, uma não querendo compreender e acceitar a outra, Tamoyos tupynambás atirados contra portuguezes, fazendo resaltar no horizonte patrio, as figuras heroicas dos seus primeiros martyres, os irmãos Braga, e os vultos veneraveis de Manoel da Nobrega, José de Anchieta e José Adorno, figuras primaciaes da colonização vicentina.

Ambiré, Coaquira, Pindobossú, Cunhambebe, Jagoanharo, Arary, Tibiriça, Caiuby, Nobrega, Anchieta, os Adornos, os Bragas; e São Vicente, Santos, e S. Paulo de Piratininga, formam a historia agitada dos nossos primeiros tempos; a todos lembra esse nome — Bertioga, e de todos é uma synthese heróica, esse velho forte cujos paredões veneraveis e algumas

vezes centenarios, resistem ainda ao desbarato do tempo ante a indifferença dos homens, que, em grande parte, nem sabem hoje o que elle foi e o que elle representou para tudo que ahi está, para esse São Paulo que cresceu sobre os seus alicerces.

O FORTE DE S. FELIPE TORNADO DE SÃO LUIZ EM 1765

Pouco existe hoje, da fortaleza construida pelo Capitão Mór Braz Cubas, no anno de 1552. Naquella ponta extrema da Ilha de Santo Amaro, fronteira á praia da Enseada e deitando para o mar grosso, vêem-se ainda hoje as muralhas de cantaria reconstruidas em 1765, restos da vélha fortificação brazcubana.

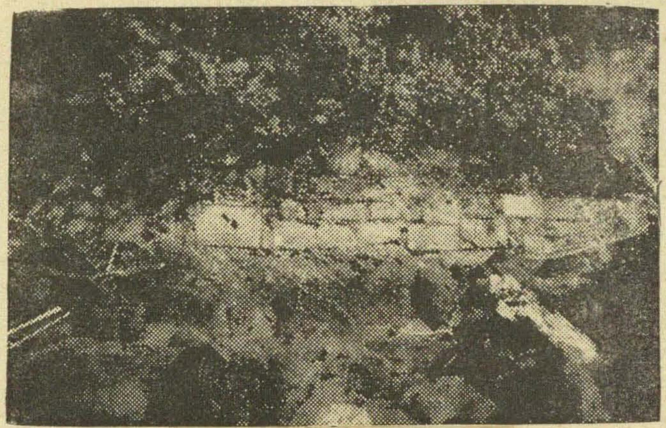
O primeiro artilheiro do Forte de São Felippe, foi segundo elle mesmo nos conta, o famoso Hans Staden, e a sua origem nos é revelada tambem por elle, com as seguintes palavras: (3)

> "Por causa disso, deliberaram os moradores edificar outra casa ao pé da agua, e bem de fronte de Brikióka, e ahi collocar canhões e gente para impedir os selvagens. Assim, tinham começado um forte na ilha; mas não o tinham acabado, á falta de artilheiro portuguez que se arriscasse a morar ali. Fui ver o lugar. .
>
> Contratei com elles para servir 4 mezes na casa, depois do que um official devia vir por parte do Rei, trazendo navios, e edificar ali um forte de pedra, para maior segurança; o que foi feito
>
> Depois de alguns mezes, chegou um official por parte do Rei .
>
> .
>
> Para então melhorar essas condições, veiu o governador Thomé de Souza para vêr o paiz e o lugar que queriam fortificar.
>
> Fizeram a casa de pedra, puzeram dentro alguns canhões e ordenaram-me que zelasse bem da casa e das armas."

(3) "Viagem ao Brasil".

Tudo isto se operara de 1552 a 1553, exactamente durante o segundo governo de Braz Cubas, quando a chegada de Thomé de Souza completou a efficiencia da fortaleza, construindo o que faltava e collocando nella a necessaria artilharia.

Em 1557 foi Paschoal Fernandes feito Condestavel do sitio e barra da Bertioga, com residencia fixa nesta fortaleza, onde permaneceu pelo menos até o anno de 1562 como se vê pela escriptura desse anno passada em seu favor por Antonio Rodrigues de Almeida.



Ruinas do Forte de S. Felipe

Na occasião em que Paschoal Fernandes assumiu o commando do Forte, toda a região da Bertioga e ilha de Santo Amaro estava abandonada, porque o pavor á crueldade das invasões tamoyas afastára os antigos fazendeiros e sitiantes, impedindo que outros occupassem os seus lugares.

Sómente em 1564, após a realização do armisticio de Yperoig, a famosa passagem da Historia paulista, sellado em Ubatuba e São Vicente entre portuguezes e tupynambás, graças a Manoel da Nobrega, José de Anchieta e José Adorno, é que as terras da ilha e do continente, novamente se povoaram, para o que concorreu a confiança despertada nos colonizadores pela presença de Paschoal Fernandes com toda a familia, verificada já então por sete annos, no Forte de São Felippe.

A 3 de julho de 1765 ordenou o Governador D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, a reconstrucção ou reparos

do velho fórte em mau estado, ficando promptas porém, sómente as muralhas, onde foram collocadas as baterias.

A 11 de março de 1798 concedia o Governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, o posto de tenente-coronel de Milicias, aggregado ao regimento de Santos, a Antonio Francisco da Costa, com a condição de montar no mesmo fórte seis peças de calibre 12.

Foi a ultima providencia conhecida sobre a antiga fortaleza, que, durante o seculo passado cahiu em completo abandono, restando della ainda hoje e em regular estado, as muralhas de 1765, cercadas e invadidas de mattas, com um poço d'agua bem conservado, ao centro do antigo páteo destruido pelo tempo. A photographia que estampamos dá uma pálida idéa da muralha central vista do mar, a qual tem cerca de 4 metros de altura e alguns 20 de largo.

Em sua segunda phase, e em consequencia da refórma operada por D. Luiz Antonio de Souza, foi que este fórte tomou a invocação de São Luiz, numa dupla homenagem, ao santo e ao Governador.

Em 1830, como se vê do Relatório do Marechal Daniel Pedro Müller — "Ensaio dum Quadro estatistico da Provincia de S. Paulo" pag. 219|220, este Fórte possuia uma guarnição para tempo de paz: de 3 soldados de infanteria e para tempo de guerra: de 1 official, 2 inferiores, 14 artilheiros, 42 artilheiros serventes e 30 soldados de infanteria.

FÓRTE DA PRAÇA — FÓRTE DA VILLA OU DE MONTE SERRATE

Diz Calixto, apoiado na tradição visto que não ha documentos neste sentido, que este Fórte foi construido por Braz Cubas, no anno de 1560. Parece haver engano ahi, não quanto ao anno mas quanto á autoria. A Fortaleza que Braz Cubas construiu foi a precedente, de São Felippe, em 1552, por ordem de D. João III, quando elle era Capitão-Mór de São Vicente e ao mesmo tempo Provedor da Fazenda e Vedor de guerra da praça santista.

A primeira lápide tumular de Braz Cubas, accusava-o da creação de uma fortaleza, por ordem de D. João III, mas sem determinal-a, e as informações de Hans Staden, mais claras neste ponto, mostram perfeitamente que a fortaleza construida por elle foi a de São Felippe como já dissémos, e nos annos apontados, de 1552 e 1553.

Entre 1559 e 1560, como se vê na Carta de 1562, escripta por Braz Cubas ao Rei, da villa de Santos, andava aquelle mettido pelos sertões ao mando do mesmo Rei, em descobrimentos de ouro e pedras, e assim, é claro, não podia estar cuidando de construir fortaleza naquelle mesmo anno de 1560, mórmente se repararmos pela mesma carta de 1562, que Braz Cubas voltára enfermo do sertão, persistindo os seus encommodos atravez do anno de 1561. Alem disso, nessa época éra Capitão-Mór de S. Vicente, Francisco de Moraes e a elle, não a Braz Cubas, caberia tal incumbencia.

A verdade é que o Fórte da Villa foi construido ao tempo de Francisco de Moraes, como já deixámos dito, sob cuja ouvidoria elle se levantou, por influencia talvez de Mem de Sá ás voltas com os francezes do Rio de Janeiro.

Naquella época, andavam os tamoyos muito assanhados contra os portuguezes devido ao que lhes insuflavam os homens de Villegaignon e talvez isso aconselhasse o Capitão-Mór a defender melhor a Villa do Porto de Santos, levantando o referido Fórte na parte da ilha mais fronteira á embocadura do rio da Bertioga, que seria o caminho dos indigenas caso transpuzessem os obstaculos da barra do Norte, onde os Fórtes de Sant'Iago e São Felippe difficultavam a tentativa.

Sabe-se que em 1685, por occasião da rebeldia de Diogo Pinto do Rego, ex-capitão-mór de S. Vicente, investindo contra a autoridade de Thimotheo Corrêa de Góes, Provedor da Fazenda, em apadrinhamento ao réo José Pinheiro sonegador de direitos devidos á mesma Fazenda, quando o caso tomava o aspecto gravissimo de uma catastrophe publica, alguem lembrou ao commandante das forças descidas do planalto, a utilização em caracter de ameaça, das baterias pesadas do Fórte da Villa, o que foi feito, levadas como foram então, devidamente desmontadas, para os campos de Itororó e da Misericordia, de fórmas a convencer aos rebellados de Diogo Pinto do Rego, da inutilidade da resistencia, pondo fim ao incidente que trouxera Santos em grandes sobresaltos. (Veja-se o capitulo respectivo).

Este Fórte foi o unico protector immediato da antiga villa, secundado sómente muitos annos depois pelo de Vera Cruz de Itapema, levantado em terras de Jorge Ferreira, ao outro lado do estuario.

Em 1770, sob o governo do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, fizeram-se reparos nelle, como se deduz do officio que o mesmo governador dirigiu ao governo da Metropole a 30 de junho do mesmo anno, no

qual relata que este fórte ficava guarnecido com 6 peças de calibre 6, 1 de 2, e 4 de pedreiros de bronze.

Este Fórte existiu onde foi a antiga Guarda-Moria junto de onde tambem se acha a nova, como parte integrante do grande edificio da Alfandega local, dalli para o mar. No levantamento topographico da cidade de Santos, effectuado em 1871, cuja copia photographica, muito apagada, nós possuimos, ainda consta o antigo fórte seiscentista, já em finaes de uso, datando o seu abandono dos annos subsequentes, transformado desde ahi em deposito de material bellico.

Com a refórma do predio da Alfandega sob fiscalização de Garcia Redondo, em 1876, foi o que existia da pequena fortaleza, aproveitado para localização da Guarda-Moria, construcção de um galão da Alfandega etc...

FÓRTE DA PACIENCIA

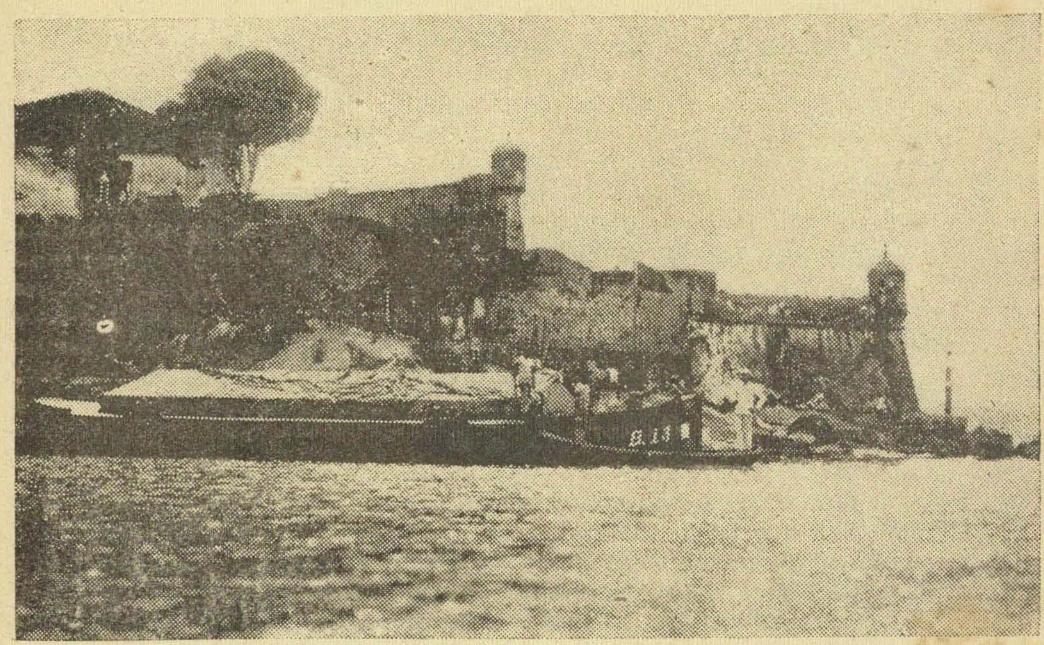
Na relação dos proprios nacionaes, existente em nosso poder, á pagina 74, consta uma FORTALEZA DA PACIENCIA. Nunca soubéramos da sua existencia ou localização, nem por estudos proprios nem por conversa com os estudiosos das cousas do passado, e continuamos sem o saber apezar das pesquizas feitas por mattas e costões.

FORTE DA PONTA DO CAMARÃO

Este Fórte é citado em varios documentos. O Marechal Daniel Pedro Müller em seu "Ensaio Estatistico da Provincia de S. Paulo", diz que, na época de 1830 este Fórte possuia, em tempo de paz uma guarnição de 3 homens, e em tempo de guerra, de: 1 official, 2 inferiores, 10 artilheiros, 30 artilheiros serventes e 20 soldados de infanteria. O " Almanach da Provincia de S. Paulo" de 1870, cita-o tambem, declarando que a sua construcção fôra feita apenas em parte, nunca tendo sido concluida. Ficamos assim, perfeitamente indecisos, sem podermos identifical-o com certeza, visto que até mesmo os velhos santistas que consultámos nada nos pudéram adiantar — Entretanto, como nos mappas antigos da cidade consta como "Ponta do Camarão" a grande curva do Paquetá, é possivel que ali tenha existido esse Fórte e não em outro logar.

FORTALEZA DA BARRA GRANDE E FORTALEZA DE SANTO AMARO

Esta fortaleza teve começo em 1584, durante o reinado de Felippe II, de Hespanha e 1.º de Portugal, logo após a



"A Fortaleza da Barra Grande"
(Aspecto de 1924)

invasão de Santos pelo commandante inglez "Sir" Edward Fenton.

A esquadra do almirante hespanhol Diogo Flores Valdez cruzava os mares do sul em vigilancia ao estreito de Magalhães, e, um dos seus commandantes, André Hygino navegava na altura da barra santista, quando alguem de terra lhe mandou aviso de que as naus de Fenton occupavam o porto de Santos. Hygino entrou, á noite, pelo canal, surprendendo os inglezes, tomando-lhe um navio de assalto e retirando-lhe toda a artilharia que foi servir pouco mais tarde, ao forte então iniciado nas terras da Sesmaria de Estevam da Costa, sendo capitão-mór, Jeronymo Leitão.

Parece, porém, que não só a defesa como o pessoal deste forte não bastavam para o guarnecimento da barra santista, porque, em 1590/91 vemos Cavendish atravessando a barreira e tomando o Porto, e em 1615, Van Spilbergen, assaltando a villa, incendiando igreja e Engenho, accossado por forças numerosas descidas de S. Paulo, que realizaram sua expulsão. (Vêr o historico das invasões).

A carta régia de 26 de janeiro de 1715 acceitou o offerecimento que fez Manoel de Castro Oliveira, de reconstruir a velha fortaleza e armal-a devidamente, mediante a mercê do fôro de fidalgo, do habito de Christo com tença de 80$000 por anno e um officio nas minas, que tivesse de rendimento 400$000 annuaes para seu filho. A reconstrucção da fortaleza, porém, só teve inicio pelos annos de 1723 e 1725, sob o governo do capitão-general Rodrigo Cesar de Menezes.

Nessa época, segundo Azevedo Marques, ficou ella montada com 32 boccas de fogo. A 30 de junho de 1770 o capitão-general D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, dando conta ao governo da Metropole do estado das fortificações da Capitania, expôz que, na Fortaleza da Barra Grande de Santos, só existiam montadas, 28 peças, sendo 3 de calibre 24, 8 de 18, 3 de 12, 3 de 8, e 11 de 6.

Em 1765 observára o Capitão General citado, que esta Fortaleza precisava ficar abrigada pelo lado de traz, e logo no anno seguinte, construia o mesmo Capitão o Fórte da Praia do Góes a que nos referiremos adiante.

Em 1830, como infórma o Marechal Daniel Pedro Müller, em seu "Ensaio Estatistico da Provincia de S. Paulo" pag. 219|220, esta Fortaleza tinha para tempo de guerra uma guarnição de 2 officiaes, 4 inferiores, 50 artilheiros, 92 artilheiros serventes e 100 soldados de infanteria.

Continuando suas informações sobre os Fórtes de Santos dizia o mesmo téchnico "que a maior parte delles estavam em máo estado de petrechos, e os que se podiam aproveitar como óbras permanentes eram os de São João e São Luiz na Bertioga, o de Itapema, e o da Barra Grande, os quaes necessitavam somente pequenas reparações no que respeitava á construcção:"

Durante muitos annos e desde meiados do seculo dezesete, serviu a Fortaleza da Barra Grande de presidio politico ou prisão do Estado, e em seus calabouços estiveram muitas personalidades da vida colonial de S. Paulo.

Em principios deste seculo, pela altura de 1902/903, esta fortaleza ainda prestava serviços, reformada então e artilhada á moderna, possuindo uma guarnição de 28 homens, bateria do 3.° Batalhão de Artilharia de Posição. Era seu commandante, naquella época, o capitão dr. Francisco Alvaro de Souza, servindo de medico da guarnição o dr. Alvaro Motta e Silva.

O ultimo commandante que teve esta Fortaleza foi o Capitão Souza Filho, até cerca de 1911, quando ella cahiu em completo desuso militar, verificando-se a transferencia das suas ultimas baterias para Itaipú e a creação do 3.° Grupo de Artilharia de costa, com séde nesta ultima.

Passou desde ahi, a velha e famósa fortaleza colonial do tempo dos Felippes, a ser um simples Posto Fiscal da barra e depósito de polvora e materiaes diversos, situação em que, com pouca differença, ainda se acha até agóra.

FORTE DO ITAPEMA OU DE VERA-CRUZ DO ITAPEMA

Não existe documentação sobre o inicio desta Fortaleza. Consta, porém, em documentos de varios archivos, que ella já existia no século dezeseis e que, cerca de 1670 era seu commandante o capitão Pedro Tacques de Almeida, paulista illustre, o primeiro que se conhece, e que em 1680 exercia o mesmo commando, o sargento-mór Gaspar Leite Costa, santista de distincta estirpe.

Nós attribuimos sua fundação á primeira phase do reinado dos Felippes, por iniciativa dos descendentes de Jorge Ferreira, genro de Ramalho e capitão-mór varias vezes, primeiro senhor das terras onde ella se fez, visto que consta de um mappa seiscentista que figura em nosso "Inquérito histórico" — Cap. VI — Depoimento 12 — e no documento iconográphico de 1621, Cap. XVI desta óbra.

Coube-lhe, inicialmente, a defesa immediata da antiga Villa, secundando a antiga Fortaleza da Villa ou "Monte Serrate".

Ella foi reconstruida e apparelhada com artilharia de grosso calibre entre os annos de 1735 e 1738, a expensas do sargento-mór Torquato Teixeira de Carvalho, que, em recompensa, obteve pelas provisões de 24 de setembro de 1738, o posto de capitão-commandante da mesma fortaleza, com soldo e habito de Christo por tres vidas, a primeira das quaes verificou-se na pessôa de seu filho, João Teixeira de Carvalho, a segunda na do sobrinho deste, capitão Fran-

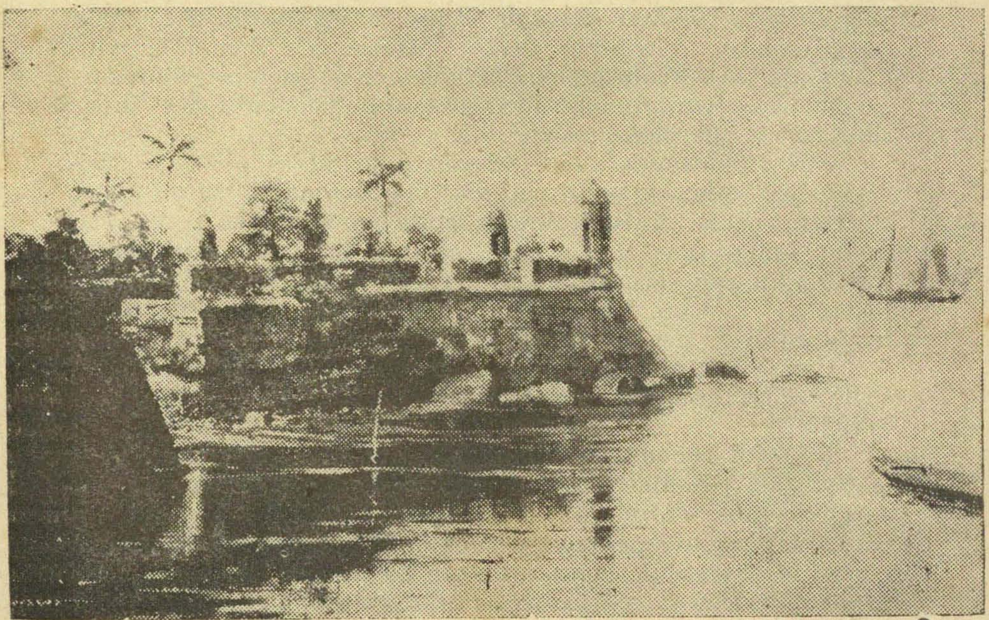
cisco Olyntho de Carvalho e a terceira na do filho deste, João Olyntho de Carvalho, que morreu como marechal.

Em 1770, o governador D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, dando conta ao governo da metropole do estado das fortificações da Capitania, dizia, em officio de 30 de junho de 1770, que esta fortaleza se achava guarnecida com 4 peças de calibre 12 e 4 de calibre 8.

O ultimo commandante da Fortaleza Véra-Cruz do Itapema, antes da reconstrucção de 1738, fôra o sargento-mór José Tavares da Siqueira, avô materno de Frei Gaspar da Madre de Deus.

Em 1830, dizia o Marechal Daniel Pedro Müller, em sua óbra citada nas descripções anteriores, que este Fórte em tempo de guerra tinha uma guarnição de: 1 official, 2 inferiores, 8 artilheiros, 24 serventes artilheiros e 20 soldados de infanteria.

Os ultimos canhões que se viram sobre as muralhas deste forte, assestados para as aguas do estuario santista, datam de 1850. No ultimo quartel do seculo passado, cahiu



O Forte de "Vera Cruz de Itapema"
(Reconstituição de B. Calixto)

tambem esta Fortaleza em completo desuso, sendo depois, com o desenvolvimento da cidade, transformada em Posto Fiscal do Porto de Santos.

FORTE AUGUSTO — FORTE DA TRINCHEIRA — FORTE DA ESTACADA OU FORTALEZA DO CASTRO.

Este forte, muito citado nos documentos do seculo passado, foi construido, pelos melhores dados possiveis, no anno de 1734, por João de Castro Oliveira, que obteve o lugar de seu primeiro commandante, quando governava a Capitania o Conde de Sarzedas, Antonio Luiz de Tavora, sendo reformado e reparado em tempo do governador D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, que, em officio de 30 de junho de 1770, dirigido ao governo da Metropole, referia que este forte ficava guarnecido com 3 peças de calibre 8, 5 de 6, e 1 de 4.

Ficava situado na actual Ponta da Praia, onde ainda se vêem os restos de seus alicerces, occupados por amendoeiras na frente e pelo posto radio-telegraphico atraz, quasi fronteiro á Fortaleza da Barra Grande.

Em 1830, o mesmo Marechal Daniel Pedro Müller (óbra citada) dizia ter este Fórte em tempo de guerra, uma guarnição de: 1 official, 2 inferiores, 14 artilheiros, 38 serventes artilheiros e 40 soldados de infanteria.

A curiosidade principal deste forte, foi ter sido construido no local onde existiram os primeiros trapiches da Capitania, onde ficava o antigo Porto de S. Vicente, local onde aportou a Armada de Martim Affonso de Souza e onde se construiu "uma pequena casa para guarda das vélas e enxárcia dos navios", segundo se lê em Varnhagem, Frei Gaspar, Machado de Oliveira, Balthazar da Silva Lisbôa e outros historiadores, cujos depoimentos fazem parte do nosso Inquerito Historico sobre a origem e a fundação da cidade. Ahi, no local deste Fórte, é que começava o caminho de Martim Affonso, que levava do "Porto" á Villa de São Vicente.

O Fórte da Estacada teve guarnição até fins do seculo passado, tendo sido seu ultimo commandante conhecido, até cerca de 1890, o capitão Antonio Martins Fontes, cahindo depois em estado de ruina, sendo occupado como deposito de materiaes bellicos até principios deste seculo. Por occasião da Revolta da Armada, em 1893, foram dispostas, ainda sobre os seus escombros e entre elles e a re-

gião da actual Escola de Pesca, as ultimas baterias pesadas, contra a possivel tentativa de arribada do "Republica" e de outros navios sob o commando de Custodio de Mello, assim como por toda a praia do Embaré, de cem em cem metros.

No sitio deste Forte foi levantada em principios de 1900 a Escola de Aprendizes Marinheiros, resolvido o litigio que pesava sobre as terras da Ponta da Praia, entre a Fazenda Nacional e particulares.

FORTE DA PRAIA DO GÓES

Este Fórte foi construido entre os annos de 1766 e 1767 pelo benemerito Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, que governou a Capitania de S. Paulo e Minas de 1766 a 1775, e o histórico deste Forte com o seu inicio e razões constam da carta, que a seguir transcrevemos, escripta pelo mesmo Capitão-General ao Vice-Rei do Brasil.

Eil-a:

ARCHIVO DO ESTADO — «DOCUMENTOS INTERESSANTES" — Vol. XXIII. Pags. 107/108.

'Sobre a fortificação e guarnição dos portos e fortaleza da Praia do Góes, em Santos.

Illmo. e Exmo. Sr.: — Depois de V. Exa. me recommendar a creação dos novos corpos de milicias, foi V. Exca. igualmente servido ordenar-me nas mesmas cartas de 26 de Janeiro de 1765, que as Fortalezas dos Portos maritimos fossem immediatamente moniciadas, guarnecidas, e postas em estado de ficarem livres dos insultos dos nossos inimigos.

Já posso dizer a V. Exa. que fica acabado o Forte que mandei fazer na Barra Grande da Villa de Santos na Praia chamada 'Do Góes", porque até o fim deste mez se lhe completa o parapeito, e as guaritas que só o que lhe falta. Este Forte é muito necessario para impedir os dezembarques que podem haver naquella praia, que tem fundo, e podem chegar a ella as embarcações sem serem vistas da Fortaleza de Santo-Amaro, e dezembarcando gentes, e ganhando o morro sem impedimento, ficam infiando do alto, sem nenhum obstaculo, com os mosquetes, todos os que andarem dentro da dita Fortaleza de Santo-Amaro que se descobre toda, e por consequencia é logo tomada.

O Forte consta de uma cortina de dous augulos abertos de 213 palmos de comprido, e de 20 de alto, a qual forma trez faces, uma virada para a praia, que defende o dezembarque, e as duas para o mar, da parte de traz é pegado no morro. ,Levará dezoito peças, foi feito com muita commodidade na despeza, parece-me que andará por trez mil cruzados, e faz grande differença ao que custou a cortina com que se acrescentou a Fortaleza de Santo-Amaro, que sendo quasi que o mesmo importou em muitos mil cruzados. Este é o Forte que eu disse a V. Exa. em carta de 30 de (nome estragado por agua e illegivel) de 1765, escripta da Villa de Santos, que se havia fazer "de estacado, e o mesmo" de que dei conta a V. Exa. no Cap. 13 da carta de 30 de...... 1766, em que digo vai feita de pedra, e cal, e se acabaria para o S. João, o que sem duvida seria se eu não subisse para esta Cidade, occazionando-lhe a minha falta, e a carencia de materiaes esta demora. Deos Gde. a V. Exa. — S. Paulo, 2 de Janeiro de 1767 — D. Luiz Antonio de Souza."

Este Fórte foi utilizado até fins do século passado, quando o governo construiu perto delle e naquella praia um quarteirão de casas de morádas, muito procuradas por extrangeiros que trabalhavam em Santos mas receiavam as fébres da cidade, e existe ainda hoje, em mau estado e em completo abandono, enfeitando humildemente o canto da prainha histórica.

FORTALEZA DE ITAIPÚ — FORTES DE "JURUBATUBA" E "DUQUE DE CAXIAS"

Esta fortaleza foi iniciada em 1901 e é, actualmente, a unica fortificação do Porto de Santos, situada a cavalleiro da sua barra.

Dizia o Almanach do "Diario de Santos", de Dezembro de 1902, o seguinte a seu respeito:

"De accôrdo com os planos do governo federal para fortificar o nosso porto, mandando construir varios Fortes em pontos estrategicos, existe aqui uma commissão militar que prosegue em trabalhos, para os quaes tambem o governo do Estado concorre neste exercicio com 200 contos de réis.

A commissão iniciou os seus trabalhos pela construcção do Forte de Itaipú (na ponta de igual nome a sudoeste da Barra).

Já se acham promptos, um porto de desembarque, no lugar denominado Sacco Escuro, e uma estrada de trez kilometros de extensão até a Serra de Itaipú.

A primeira bateria, que será inaugurada em junho do anno vindouro, é composta de canhões Schneider Canet, calibre 15 e de obuzeiros 28.

Até o fim do anno serão inauguradas duas baterias.

A commissão está assim constituida:

Engenheiro-chefe — major Augusto Ximeno de Villeroy.

Engenheiros auxiliares: segundos tenentes Alexandre Galvão Bueno, Feliciano Paes Ribeiro, José Ribeiro Gomes e alferes-alumno Luiz Sá de Affonseca. O contingente do 24.° Batalhão de Infantaria que se acha á disposição da Commissão, tem um effectivo de 140 homens, estando acampado na Praia Grande, sob o commando seguinte:

Commandante: capitão Tude Soares Neiva de Lima.

Ajudantes: 1.° tenente Domingos Argollo e mais 2 alferes, 5 segundos sargentos, 5 cabos de esquadra, 17 anspeçadas, 2 corneteiros e 107 soldados.

Este Forte muitos serviços prestou ao governo revolucionario de S. Paulo, por occasião da Revolução Paulista de 1932, guardando a barra santista vigilantemente, a ponto de attingir um dos vasos de guerra federaes que se approximára demasiadamente da Ponta Grossa. Em consequencia desse feito e como em retribuição, soffreu elle logo depois, em dias de Agosto, um forte bombardeio aéreo, levado a effeito por cinco possantes hydro-aviões da Marinha, do typo Savoia-Marchetti, que o damnificaram alguma cousa, inutilizando-lhe toda a rêde electrica.

Por occasião da mesma revolução, os canhões de grosso calibre deste Forte, foram desmontados e levados para as linhas de combate do exercito paulista em operações, prestando ahi, em mais de uma frente, relevantissimos serviços, tendo sido postos em seu lugar na Fortaleza, falsos canhões de madeira, do mesmo tamanho, visando illudir os federaes.

Deve-se considerar inaugurada esta Fortaleza, no anno de 1903.

FORTALEZA DO MONDUBA

Dentro de alguns annos contará Santos com uma nova e possante Fortaleza, dotada dos ultimos aperfeiçoamentos technicos-militares, situada na região do Monduba, no ex-

tremo sul da Ilha de Santo Amaro, sobre uma ponta regularmente elevada.

Já effectuou o governo federal as desapropriações necessarias, fez uma estrada larga do Guarujá para o local do forte, dynamitando os morros e preparando o terreno que deverá receber os alicerces da grande fortaleza, que teve, portanto, seu inicio em 1934, contando-se que, para estes dois annos proximos, já estejam levantadas as muralhas principaes.

Este Forte, com o de Itaipú do outro lado, permittirá que a Praça de Santos se considere inexpugnavel, visto que, segundo as informações colhidas, suas baterias alcançarão as proximidades da Ilha de São Sebastião.

Damos, assim, por encerrado, o nosso resumo historico das fortificações santistas, desde 1532, comprehendendo a 1.ª fortificação vicentina, sufficiente para instruir aos que se interessam pelas nossas cousas, da origem, creação e phases principaes das nossas fortalezas.

CAPITULO XIX

Espirito de justiça de uma época

Assim denominamos ao acontecimento principal da villa santista, occorrido entre os annos de 1684 e 1685, onde se revéla o espirito de justiça de um santista de 14 annos, tornado nessa idade, Provedor da Fazenda Real da Capitania, constituindo excepção e exemplo na história das administrações brasileiras.

Thimótheo Corrêa de Góes, havia alguns annos já, que recebera, por herança de seu pae Sebastião Fernandes Corrêa, os cargos de Provedôr e Contadôr da Fazenda Real e vedôr da gente de guerra do presidio da Praça de Santos Sua idade porem, não lhe permittira que os assumisse, pelo quê, por nomeação de sua mãe D.ª Angela de Siqueira, exercera os referidos cargos até o anno de 1684, seu padrasto, o cavalleiro fidalgo da Casa Real Pedro Taques de Almeida.

Naquelle anno, completando a idade de 14 annos, desceu Thimótheo Corrêa, acompanhado de grande séquito da notável e valiósa parentéla, vindo de São Paulo a occupar os logares, que a sua instrucção e discernimento, independentes da pouca idade, fal-o-iam honrar.

Como estava visinha a festa da Paschoa, apóz assumil-os tornou Thimótheo Corrêa com seus parentes a São Paulo, deixando o escrivão com commissão para despachar as cargas que viessem para a Casa da Alfandega, na forma do Regimento da Fazenda.

Estavam todos em São Paulo e visinhanças, quando entrou no porto de Santos uma embarcação vinda do Rio de Janeiro, em que vinha uma caixa cuja marca devia pagar 480 réis, que se distribuiam com igualdade, pelo juiz, escrivão e meirinho da dita alfandega. Essa caixa pertencia a José Pinheiro, homem casado e moradôr em Santos.

Considerando José Pinheiro que o novo Provedôr e juiz da Alfandega éra um menino pelos poucos annos e se achava ausente em São Paulo, animado de arbitrária resolução, tirou a caixa, que por seu limitado volume podia caber debaixo do braço, sem pagar os referidos direitos de 480 réis. De tal procedimento deu o escrivão immediata conta ao provedôr Thimotheo Corrêa, que considerou a acção condemnavel, pelos effeitos que produziria para o futuro e pela offensa que constituia á Fazenda Real. Tomando a si as providencias sobre o caso, seu padrasto, o capitão-mór Pedro Taques de Almeida, mandou ao escrivão e ao meirinho que recolhessem á enxovia da cadeia de Santos o culpado José Pinheiro.

A ordem do Capitão-Mór foi executada; porêm, sendo o preso compadre e protegido de Diogo Pinto do Rego, pessôa da maiór autoridade na villa, e que havia pouco deixára o cargo de Capitão-Mór, governador da Capitania, lembrou-se José Pinheiro de apellar para a sua protecção, levando-o a discordar do acto official que punira seu compádre, a ponto de ir em pessôa á cadeia para libertal-o, com flagrante escárneo á autoridade do Provedôr ante toda a população da villa.

Tal procedimento accendeu nos animos não só do Capitão-Mór Pedro Taques de Almeida em attenção a seu enteado, mas aos demais parentes do Provedôr, entre os quaes os poderósos Fernão Paes de Barros, Pedro Vaz de Barros e Antonio Pedroso de Barros, que, em reunião de familia resolveram descer a Santos para castigar a insolencia.

Dessa resolução teve aviso o ex-capitão-mór Diogo Pinto do Rego, que, apezar disso, assumiu a responsabilidade do facto, declarando-se disposto a sustentar o rompimento e as consequencias que se declarassem.

As casas de morada de Diogo Pinto, eram de sobrado, com quatro salas de largura e tinham a frente para a rua que corria do Carmo até o logar que chamavam Quatro Cantos, deitando fundos para o Campo da Misericórdia, em local abérto e raso, que se extendia até as fraldas do Monte Serrate, onde hoje se vê a fonte de Itororó, óbra do Governador Manoel Gomes Barbosa, que servia com suas excellentes e diuréticas aguas para remédio e consumo diário de todos os moradores. Nellas se fortificou o Capitão-Mór Diogo Pinto, fazendo abrir nas paredes da frente e dos fundos varias troneiras, em que introduziu arcabuzes para disparar quando os paulistas intentassem cercal-o, fornecen-

do-se de todo o necessario relativamente a agua e mantimentos, para sustentar um largo assédio, cuja demóra servisse para desistencia e levantamento do sitio pelos contrários, recolhendo tambem grande quantidade de pólvora e bala, como grande cópia de carnes-seccas, e tudo mais que julgou necessario livrando a necessidade de abrir as portas para fornecer-se da praça.

Recebendo os avisos do dia cérto que chegaria a Santos com todo o seu grande partido de armas o Provedor Thimotheo Corrêa de Góes, metteu-se Diogo Pinto em suas fortificações, com sua filha D. Anna Pinto da Silva e todos os seus apaniguados, mulatos, negros e escravos de que tinha grande numero, homens aggregados e destros na pontaria das escopetas e arcabuzes e mais o réo José Pinheiro seu compadre, e sua gente.

Amigos e religiosos empenhados em demover Diogo Pinto de semelhante loucura, pediam-lhe que não continuasse tão arriscados e absurdos propósitos, mas, por mais que invocassem as consequencias e os resultados funéstos de tal chóque, nada conseguiram do espirito rebellado e desvairado do ex-capitão-mór.

A esse tempo chegava ao Cubatão, o pequeno exército do Provedôr. Vinham á frente, o jóvem Thimótheo Corrêa de Góes, sua mãe D. Angela de Siqueira e seu padrasto o capitão-mór Pedro Taques de Almeida, com uma guarda de mais de 100 hómens armados, a seguir Fernão Paes de Barros e seus irmãos Pedro Paes de Barros e Antonio Pedroso de Barros, tios do Provedôr, depois os famósos Pires, Francisco de Almeida Lara, João Pires Rodrigues de Almeida, José Pires de Almeida, Salvador Pires de Almeida e Pedro Taques Pires todos seguidos de seus homens, gente adextrada na guerra, e fechando a columna Luiz Pedroso de Almeida, Antonio Pompeu Taques, José Pompeu de Almeida, Maximiano de Góes e Siqueira, Lourenço Castanho Taques, e o capitão-mór de Parnahiba Pedro Frazão de Brito, commandando as tropas que marchavam a custa do grande Guilherme Pompeu de Almeida, num total de mais de mil pessôas.

Durante tres dias e tres noites realisou-se o transporte de toda aquella gente em canôas até o caminho de São Vicente, por onde se recolheram a Santos depois.

Formaram-se barracas cobertas de palha ao pé do Monte Serrate, seguindo a figura de tres linhas, que principiavam a extender-se do logar e sitio onde hoje fica a fonte de Ito-

roró até á fonte de São Jeronymo (onde hoje fica a Santa Casa da Misericordia) em comprimento de um tiro de mosquete. Este acampamento tinha a frente para os fundos da casa fórte do capitão-mór Diogo Pinto, onde elle tinha posto barris de pólvora, para, no caso de se vêr rendido, fazer dar fôgo a tudo, arrazando as casas e todos quantos nellas estivessem, com estrago geral de vidas e propriedades.

Os moradores da villa de Santos, scientes da intenccionada barbaridade, e sentindo o futuro damno alheio e proprio, procuraram ajudados pelos religiósos do Carmo que alli ficava visinho, demover nóvamente a Diogo Pinto, fazendo-o ver a grande superioridade das forças do Provedôr e apellando para o seu espirito de cathólico que cértamente não quereria incorrêr nas desapprovações de Deus e da Igreja.

Por sua vez, recebendo as commissões de povo e religiósos, o Provedôr Thimótheo Corrêa e seus parentes, negavam-se a desistir da punição, que, por menór que fosse, éra necessária para exemplo e moralidade da justiça. Éra preciso que o réo José Pinheiro voltasse para a mesma prisão de onde o fôra tirar a andácia de Diogo Pinto do Rego, e sem tal procedimento éra impraticavel qualquer tentativa de pacificação.

Eram passados já tres dias sem que a intervenção das embaixadas populares e dos religiosos do Carmo, de São Francisco e da Companhia de Jesus, houvessem conseguido alguma cousa em ambos os campos. Todo o corpo de armas de Thimotheo Corrêa continuava derramado pelos campos de Itororó e da Misericórdia, esperando que a rendição de Diogo Pinto se produzisse pelo tempo e pela fóme, visto que reconheciam a fortificação em que o mesmo se achava, impossibilitando-os de avançar. Mas nisto, occorreu o remédio á situação a um primo irmão por affinidade do Provedôr, o cidadão Domingos Dias da Silva, que, andando de passeio entrou no fórte pegado ao antigo Collégio dos padres jesuitas (Alfandega actual), e vendo nelle nóve peças de artilharia de grosso calibre cavalgadas em carretas, correu a transmittir a seu tio o capitão-mór Pedro Taques a idéa que concebera. Pedro Taques aproveitou-a immediatamente; designou um corpo de 100 indios para desmontar as referidas péças bem como conduzir as carretas para o seu acampamento, onde fez dispol-as em ordem de tiro, assestadas para os fundos da casa-forte de Diogo Pinto do Rego.

Deante da artilharia grossa, toda a resistencia dos baluartes creados pelo ex-capitão-mór, anullou-se, collocando-o á mercê dos representantes da lei.

Afinal, por Pedro Taques foi enviado a Diogo Pinto do Rego, um ultimo aviso-propósta, pelo qual ou elle entregaria o réo José Pinheiro para ser castigado á proporção do attentado commettido, ou dar-se-ia fogo a toda a artilharia, para arrazamento e ruina de todos os seus fortificados.

Reconheceu então Diogo Pinto, a inadvertencia em que cahira, elle que possuia tanta experiencia da guerra, adquirida no tempo em que tantos serviços prestára ao Reino e tantas honras conquistára nas fronteiras de Portugal, e rendeu-se ante a evidencia, arrependido do erro que praticára. Entregou elle o réo José Pinheiro, que foi mandado recolher á enxovia de onde tinha sido arbitráriamente retirado, atando-se aos seus pés grossos grilhões, symbolos da justiça vencedora. Mas, quando o povo esperava a execução de José Pinheiro e a punição exemplar de Diogo Pinto, cérto da vingança dos paulistas que tantos trabalhos, gastos e canseiras haviam tido, Thimótheo Corrêa, o menino de 14 annos, sobrepondo á opinião de tantos parentes, famósos na paz e na guerra, a sua opinião de creança, estabeleceu solemnemente, que, duas hóras de prisão com grilhêta para José Pinheiro e o pagamento dos 480 réis dos direitos sonegados, bastavam para desafrontar a justiça e produzir os necessarios fructos no espirito do povo.

Houve késta em Santos. Todos os sinos das igrejas repicáram festivamente. Houve salvas de artilharia. Na Igreja do Carmo cantou-se solemne Te Deum em acção de graças, e, publicamente, na mesma igreja se abraçáram uns e outros, hóras antes soldados de dois campos advérsos, com amplas demonstrações aconselhadas e desejadas por Thimótheo Corrêa, afim de não ficarem residuos de malquerenças e prevenções que fomentassem ou gerassem o menor incendio de futuro.

Este facto inicial pôz em respeito e grande autoridade a pessôa de Thimótheo Corrêa de Góes, com grande realce dos seus poucos annos, até que casando em 1689, cinco annos apóz estes acontecimentos, fez residencia firme e definitiva na Villa de Santos, onde foi o maiór Provedôr da Fazenda Real, fallecendo com geral e real sentimento do povo e dos innumeros parentes, no anno de 1732. (1)

(1) Elementos e transcripções de Pedro Taques — "Nobiliarchia Paulista" e Luiz Gonzaga da Silva Leme — "Genealogia paulistana".

CAPITULO XX

Santos e a Independencia do Brasil

(1) "Desde a abertura dos portos do Brasil em 1810, realizada por D. João VI a conselho do Visconde de Cayrú, o commercio de Portugal havia diminuido consideravelmente, e o ciume dos portuguezes se tinha exasperado vendo a sua antiga colonia elevada á cathegoria de reino. Accresce que já se impacientavam de um despotismo destituido do explendor da realeza, ao mesmo tempo em que, terminada a guerra da Europa, a Hespanha e a Italia tentavam organisar os seus governos constitucionalmente. Portugal estimulado pelo exemplo, tambem se levantou e exigiu a convocação das Côrtes para a confecção de uma Carta constitucional. Desde o século XI havia existido em Portugal Estados Geraes, ou Côrtes compostas do Clero, Nobreza e dos Deputados das primeiras cidades, e, todavia, eram decorridos mais de cem annos desde que esta Assembléa se reunira pela ultima vez; mas sua existencia nunca fôra formalmente abolida.

A convocação de que se tratava era mais olhada como um direito de reassumir esta antiga prerogativa, não obstante ter cahido em desuso, do que uma innovação, e foi saudada com geral applauso por um povo adherente ás suas antigas instituições. O primeiro movimento insurreccional manifestou-se no Porto no dia 24 de Agosto de 1820, sendo logo coadjuvado pelos militares. Lisboa tambem se declarou no anno seguinte, e finalmente teve lugar uma sessão geral das Côrtes em Lisboa no mez de Janeiro de 1821. O seu primeiro acto foi a publicação de um manifesto formal dirigido á Nação Portugueza, fazendo ver o estado retrogrado de Portugal e todos os seus infortunios, devidos á trasladação da Familia Real para o Rio de Janeiro, e á abertura dos portos do Brasil aos navios das nações estrangei-

(1) ARMITAGE — "Historia do Brasil".

ras. Esta ultima parte foi a que com emphase se apontou então, como a causa da completa anniquilação tanto das fabricas como do commercio de Portugal.

A noticia dos primeiros movimentos do Porto e de Lisboa, chegou promptamente aos dominios ultramarinos, onde produziu consideravel impressão. As tropas estacionadas no Pará, assim como os habitantes, declararam-se a favor da causa popular. A ilha da Madeira, a cidade da Bahia, e a guarnição de Montevidéo immediatamente seguiram o mesmo exemplo. Só em Pernambuco os militares superaram o povo. Desde que em 1817 fora essa provincia subjugada, havia o seu governo sido confiado a Luiz do Rego Barreto, official militar, revestido de poderes illimitados para suffocar qualquer tentativa que para o futuro apparecesse, e delles por vezes havia usado com demasiada severidade. Esta linha de conducta de Luiz do Rego produziu muita aversão, e com a noticia das occurrencias de Portugal, num numero consideravel os habitantes da Provincia se reuniram em uma pequena villa, situada trinta e seis leguas da Capital, e declararam que se não se adoptasse uma fórma de governo constitucional, e se não se remediassem os seus males, desistiriam de toda adhesão á Côrte do Rio. As tropas realistas marcharam contra elles, e, depois de vivo conflicto, os insurgentes, mal organisados. foram dispersos.

No Rio de Janeiro onde a autoridade do Governo era mais completa, e onde menos abusos se praticavam, manifestaram-se com menos energia os effeitos da opinião popular. Todas as classes, particularmente a dos portuguezes natos, ostentaram sympathia para com os habitantes da Peninsula. O Governo convocou um Conselho de Estado, a cuja testa se collocou o Marquez de Alegrete, fidalgo de pouco talento e menos educação para tomar as medidas necessarias afim de se prevenir a explosão. Depois de algum tempo de anciedade e de incerteza publicou-se em 21, um manifesto datado de 18 de Fevereiro de 1821, em que Sua Magestade annunciava a intenção de mandar o Principe D. Pedro a Portugal, com plenos poderes para tratar com as Côrtes e consultal-as acerca da Constituição. Tambem se prometteu que seriam adoptadas no Brasil aquellas partes da Constituição que se convenccionasse e fossem applicaveis a elle.

Esta posição de S. Magestade descobria a intenção de modificar a Constituição antes de applical-a ao Brasil, ao

que, portuguezes e brasileiros unanimemente se opunham. Ainda que privados de noções claras sobre tal assumpto, estavam os partidos anciosos por dilatar a esphera de suas liberdades individuaes; e, na madrugada do dia 26 de Fevereiro, a tropa auxiliadora portugueza, determinada a partilhar os beneficios que esperava do novo systema estabelecido na Metropole, marchou para o Largo do Rocio, para exigir que fosse explicitamente jurada no Brasil a Constituição tal qual a fizessem as Côrtes portuguezas.

Os cidadãos ligados a esse movimento convocaram tambem uma reunião na sala do Theatro, e para alli se dirigiram os principes D. Pedro e D. Miguel, que foram recebidos com acclamações de Viva El-Rei! Viva a Constituição!

Depois de ser submettida a representação dos insurgidos ao principe Real D. Pedro, foi convocada a Camara Municipal, e vindo S. A. para a varanda do Theatro, leu ao povo reunido na praça, o decreto pelo qual o Monarcha accedia sem reserva á futura Constituição. Concluida a ceremonia, insistiu-se na nomeação do novo Ministério, o que igualmente foi concedido.

Por esta forma, a Constituição, da qual nem as bases haviam ainda sido projectadas, foi solemnemente jurada, obrigado a isso o infeliz monarcha que se via assediado e cercado de inimigos. Seguiram-se festividades publicas, e a cidade se illuminou por nove noites successivas.

Poucos dias depois se recebeu o celebre manifesto das Côrtes de Lisbôa, o qual suscitou as mais sérias apprehensões da parte dos brasileiros, mas que, não obstante, foi recebido com applauso pelos portuguezes. Éra a primeira nuvem negra que vinha impôr observações aos filhos do Brasil e illuminar a verdadeira intenção da Metropole.

Olhavam os portuguezes com inveja para a progressiva extensão do commercio extrangeiro no Brasil, emquanto o de Portugal mingoava diariamente; consideravam esta circumstancia como unicamente filha das liberdades já apontadas e concedidas ao Brasil, quando só seria devida ao progresso que todas as outras nações faziam nas artes e manufacturas, emquanto Portugal permanecia inactivo e estaccionario; entretinham portanto esperanças de reganharem o monopólio exclusivo do commercio, executando a tactica de subordinar o Brasil á autoridade das Côrtes, obrigando a Familia Real a regressar para Portugal.

A sympathia dos habitantes e dos militares portuguezes ao procedimento das Côrtes éra manifésta, e S. M.

foi induzido, contra seus desejos, a assignar um decreto datado de 7 de Março, em que expoz a intenção de voltar a Lisbôa e deixar o Reino do Brasil encarregado a D. Pedro até que se estabelecesse a Constituição da Nação Portugueza. No mesmo dia se publicaram as instrucções para a eleição dos Deputados ás Côrtes de Lisbôa, e, na falta de regulamentos a este respeito, as eleições deviam-se fazer pela fórma estabelecida na Constituição hespanhola. O povo devia nomear commissarios, estes nomeariam os eleitores de Parochia, estes os eleitores de Provincia, e finalmente estes os Deputados.

Em consequencia ás agitações que se succederam, a consternação sobreveio e se apoderou de toda a cidade do Rio de Janeiro. As praças publicas e lugares de recreio tornaram-se desertos, suspenderam-se as operações do Commercio, e durante muitas semanas a Capital até então cheia de actividade, pareceu uma cidade de mortos.

El Rei aproveitou-se então deste estado de torpor, e, no dia 22 de Abril promulgou um decreto annullando tudo quanto na vespera se tinha feito, e outro conferindo a D. Pedro a dignidade e attribuições de regente e seu logar-tenente no Reino do Brasil. Formou-se tambem novo Ministerio, cujos membros foram: o conde de Louzã, Ministro da Fazenda — o conde dos Arcos, Ministro da Justiça, do Reino e dos Negocios Estrangeiros — Manoel Antonio Farinha, Ministro da Marinha, e Carlos Frederico de Paula, até então commandante da tropa portugueza, Ministro da Guerra.

Publicaram-se no dia seguinte duas proclamações, recommendando fidelidade ao Principe Regente, e, na tarde do dia 24 de Abril, El-Rei, com o resto da sua familia, embarcou-se a bordo da nau D. João VI.

Na mesma esquadra que conduzia Sua Magestade, se retirou grande parte dos fidalgos que o haviam acompanhado de Portugal e os seus adherentes, formando todos uma comitiva de mais de tres mil pessoas, achando-se neste numero muitos capitalistas, levando sommas immensas em espécie, que se extrahiram do Banco". (1)

(1) Todo este exordio composto de trechos inteiros de Armitage subsidiados por elementos de nossa autoria, reputamol-o muito necessario para que o leitôr conheça cértos pormenóres esclarecedores do movimento da Independencia, e por isso apenas, resolvemos a sua inclusão neste capitulo.

Haviam terminado as eleições em todo o Brasil e os Deputados brasileiros seguiam tambem para Lisbôa, na comitiva de D. João.

São Paulo elegera seus representantes o que elle reputára capaz de representa l-o e fazer frente ás mentalidades europeas, e assim seguiam para Portugal:

Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Dr. José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada.

Desembargador Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois Visconde de S. Leopoldo)

Francisco de Paula Souza e Mello

Padre Diogo Antonio Feijó.

Exceptuado Francisco de Paula Souza e Mello, que não tomou pósse do logar (1) e o illustre padre Dr. Diogo Antonio Feijó, os demais componentes da representação paulista éram filhos de Santos, figuras primaciaes da cultura e da sciencia brasileiras, cuja attitude lá nas agitadas sessões da Constituinte Portugueza deveriam ser logo apóz, o primeiro signal de alarma para os brasileiros e a indicação franca do caminho a seguir.

Os conselheiros do infeliz D. João, e especialmente Sylvestre Pinheiro Ferreira, Ministro da Repartição dos Estrangeiros, haviam já previsto a direcção que brevemente tomariam os negocios do Brasil. Calculavam elles, que, habituado com a presença do governo local, este paiz não mais se sujeitaria aos inconvenientes e ainda menos á humilhação de outro, collocado alem do Atlantico. As Côrtes irritariam esse ciume, cujo germen se desenvolvia, e já a separação era considerada inevitavel, se á sua chegada a Portugal El-Rei não conseguisse encerrar as sessões da Legislatura portugueza. Estas considerações eram em grande parte verdadeiras, mas não o seriam se o Destino não fizesse com que São Paulo comprehendesse a tempo o seu papel em favor do paiz e não fosse chamado José Bonifacio de Andrada e Silva, natural de Santos, para a chefia do Ministerio do Principe D. Pedro, jóvem e inexperiente das cousas d'Estado, como veremos.

As referidas considerações fizeram profunda impressão no animo de D. João, que sentiu naturalmente toda a exten-

(1) Francisco de Paula Souza e Mello foi substituido pelo santista Antonio Manoel da Silva Bueno, illustre patriota e homem de letras, que seguira como supplente.

ção da idéa, repugnante para elle talvez, de vir este immenso territorio, a ser desmembrado do patrimonio da Casa de Bragança. Por outro lado estava escandalisado contra o Principe Real, seu filho, por ter por assim dizer, ajudado os esforços feitos para o obrigar a sahir do Rio de Janeiro.

D. João partira, e D. Pedro, moço de 21 annos via-se Regente do vasto paiz colonial.

Depois disso, varios acontecimentos viéram desgostar a D. Pedro, indicando-lhe a posição falsa e indigna em que elle devia ficar se quizesse ser o Principe Regente do Brasil. Por uma lei datada de 24 de Abril de 1821, as Côrtes de Lisbôa declararam todos os Governos Provinciaes do Brasil independentes do Rio de Janeiro e da Regencia portanto. Formou esta lei desorganisadora uma multidão de pequenos governos municipaes provisórios em todo o Brasil, cada um delles correspondendo-se directamente com as Côrtes de Lisbôa, e negando-se a contribuir com a sua quota para a renda do Rio de Janeiro. (1)

A razão allegada para esta excentricidade era o receio de que o Principe se aproveitasse de occasião favoravel para assumir o poder absoluto, opinião activamente propalada pela classe commercial, composta quasi toda de portuguezes natos, debaixo das esperanças de que as Côrtes lhes restaurassem os antigos privilegios e immunidades.

Desde 23 de Junho de 1821, em consequencia do movimento popular havido em São Paulo apóz conhecimento da Lei de 24 de Abril, o governo daquella provincia brasileira que até ás vesperas coubéra ao Capitão General João Carlos Augusto de Oyenhausen; por acclamação do povo e da trópa começou a ser exercido pela seguinte Junta:

Presidente — o ex-Capitão General João Carlos Augusto de Oyenhausen.

Vice-Presidente — Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva

Secretario do Interior e da Fazenda — Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Secretario da Marinha — Chefe de Esquadra Miguel José de Oliveira Pinto.

Secretario da Guerra — Coronel Lazaro José Gonçalves.

(1) Éra a adopção do principio politico "dividir para enfraquecer".

Vogaes pelas Armas — Coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e Cel. Daniel Pedro Muller.

Vogaes pela Instrucção Publica — Padre Mestre Francisco de Paula e Oliveira e Professor André da Silva Gomes.

Pela Agricultura — Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Tenente Coronel Antonio Maria Quartim.

Pelo Ecclesiastico — Arcipréste Felisberto Gomes Jardim e o Thesoureiro-Mór Conego João Ferreira de Oliveira Bueno (natural de Santos).

Pelo Commercio — Coronel Francisco Ignacio de Souza Queiróz e Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão.

A organisação deste Governo fôra confiada a José Bonifacio de Andrada e Silva, que, da sacada do Paço Municipal ia atirando ao povo e á tropa reunidos na Praça, os nómes que a seu ver deviam constituil-o, com excepção do seu, que foi imposto pela multidão como haviam sido acclamados os demais.

Destes homens, os dois santistas José Bonifacio e Martim Francisco iriam ser os mais célebres nos factos que dentro em pouco deviam se desenrolar em favor do Brasil, emquanto Francisco Ignacio de Souza Queiroz e o Brigadeiro Jordão, iriam celebrizar-se por um movimento subversivo contra os verdadeiros interesses da Provincia, illudidos pelo Partido retrógrado, amigo das Côrtes Portuguesas e inimigo da Independencia, cujos elementos dominavam o commercio que ambos representavam no Governo.



José Bonifacio

A volta de José Bonifacio ao Brasil, bom é que se saiba, prendera-se á vontade do Ministro de D. João VI, Thomaz Antonio da Villa Nova Portugal, que o escolhera para seu secretário, já com o intuito de permittir áquelle brasileiro o desenvolvimento de suas velhas idéas separatistas dentro de sua pátria.

Quando chegou a Portugal o primeiro chamado para José Bonifacio, a Regencia do paiz não consentiu na sua

vinda, obedecendo sómente ao segundo chamado do Rio de Janeiro, feito em tom categórico e de intimação, e isto porquê estava bem viva ainda nos meios officiaes a lembrança do acto do Ministro de D.ª Maria I.ª, Martinho de Mello, mandando José Bonifacio de Andrada viajar pela Europa déz annos, em estudos e por conta do governo "pelo receio de que fosse a fazer uma revolução no Brasil". (Veja-se a biographia deste santista). Tanto o ministro Thomaz Antonio Portugal quiz apenas proporcionar a José Bonifacio a vinda para o Brasil, que não fez delle seu secretário como dizia justificando o chamado. Mas voltemos aos acontecimentos de 1821.

"Pela preponderancia do partido português ou commercial da Bahia, negou-se explicitamente a Junta Provisória daquella cidade, que governava como a de São Paulo, desde o estabelecimento da Constituinte Portuguesa, a reconhecer a autoridade de D. Pedro como Regente, estribada no Decreto de 24 de Abril, a pretexto de ter sido elle nomeado por El-Rei e não pelas referidas Côrtes, deduzindo deste principio a nullidade do Decreto de 22 de Abril, e, como maiór próva de obediencia para com o Governo de Portugal, pediu-lhe reforço de trópas, afim de melhor se manterem as relações existentes entre os dois paizes. As Côrtes de Lisbôa, é inutil dizer, muito se lisongearam com estas protestações e declararam aquella Junta essencialmente constitucional, enviando immediatamente as tropas requisitadas. Foi igualmente acolhido com agradecimento e approvação o desejo testemunhado pelos negociantes da Bahia, de que se restabelecesse o systema colonial. Achou-se então D. Pedro, por esta forma, reduzido a simples Governador do Rio de Janeiro, e de uma ou duas Provincias do Sul, cercado o que éra peiór, das maióres difficuldades originadas pela diminuição das rendas publicas, ao mesmo tempo que tinha de acudir ao pagamento de uma dispendiósa administração, quando, para cumulo de infelicidade, o Banco suspendeu os seus pagamentos por insustentabilidade, isso em 28 de Julho de 1821" (1).

E' nesta altura que rompe em Santos um movimento apparentemente sem importancia, mas de intima ligação com os factos da Independencia, de caracter anti-portuguêz, conhecido como: A revolta do Chaguinhas, elemento de grande significado na história da nossa emancipação politica.

(1) Armitage — Obra citada.

A REVOLTA DE FRANCISCO DAS CHAGAS

Em Santos, um grupo numeroso, composto dos melhóres elementos da Villa, vinha já de algum tempo trabalhando em favor da separação, com Manoel da Silva Bueno, João e Francisco Xaviér da Costa Aguiar, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Martins dos Santos, os capitães João Baptista Vieira Barbosa, Antonio José Vianna, o general Antonio Candido Xavier de Carvalho e Souza, mais alguns militares brasileiros e o Padre Patricio Manoel de Andrada e Silva á frente. O governo da Provincia acabára de passar das mãos do futuro marquez de Aracaty, o Capitão General João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, para o Governo Provisório de 23 de Junho de 1821 já citado. A praça militar de Santos, estava então sob o governo do Tenente Coronel Bento Alberto da Gama e Sá, e abrigava no velho quartel da Rua de Santa Catharina, o primeiro batalhão de Caçadores, parte da guarnição da villa, compósta de um regimento.

Naquella occasião, como já vimos, mercê da politica compressora das Côrtes e do absorventismo das correntes portuguesas do Brasil cujas autoridades ainda estavam em geral impregnadas do espirito da Metropóle, politica desvairadamente recolonisadora, que o Partido chamado retrógrado, ultimo gilváz portuguêz calcado na face moral da colonia, fazia ainda mais resaltar, compromettendo mais do que já estava, o dominio colonial mantido por tres séculos, os salarios das praças brasileiras eram pagos sempre com atrazo de tres e quatro annos e ainda na proporção de metade dos que recebiam os soldados portuguezes das mesmas unidades, creando não só privações e soffrimentos moraes para os homens de origem colonial, como constituindo mesmo uma vergonha permanente para os brasileiros.

Aquelle regimen, adoptado aliás de um modo geral, como producto precipitado do receio de perda do dominio, attingindo assim tão rudemente e sempre em impunidade os filhos do Brasil e principalmente de São Paulo, cujo povo de altivez tradicional já não tolerava os freios portuguezes, e mais do que isso, as espóras com que agóra as Côrtes acicatavam os seus brios, accendia em todos os patriótas e em todos os soffredores um ódio surdo mas diutúrno que gritava em cada peito os desejos violentos da população, propagando-se com rapidez, sem necessidade dos arautos que geralmente presidem a todas as campanhas reivindicadoras.

Fructo dessa ebulição longo tempo caldeada no intimo de taes escravisados, na noite de 27 para 28 de Junho daquelle anno de 1821, estourou no velho quartel santista, uma revolta chefiada por Francisco das Chagas (o Chaguinhas) e José Joaquim Cotindiba, soldados paulistas daquelle batalhão.

Todos os officiaes reconhecidamente portuguezes de sentimentos, ou os que haviam feito uso de maus tratos em momentos de incomprehensão das finalidades humanas, foram presos pelos revoltósos que contavam com a ajuda de muitos populares enthusiasmados pelo movimento, e punidos de accordo com os merecimentos pacientemente anotados pelos promotores da rebellião.

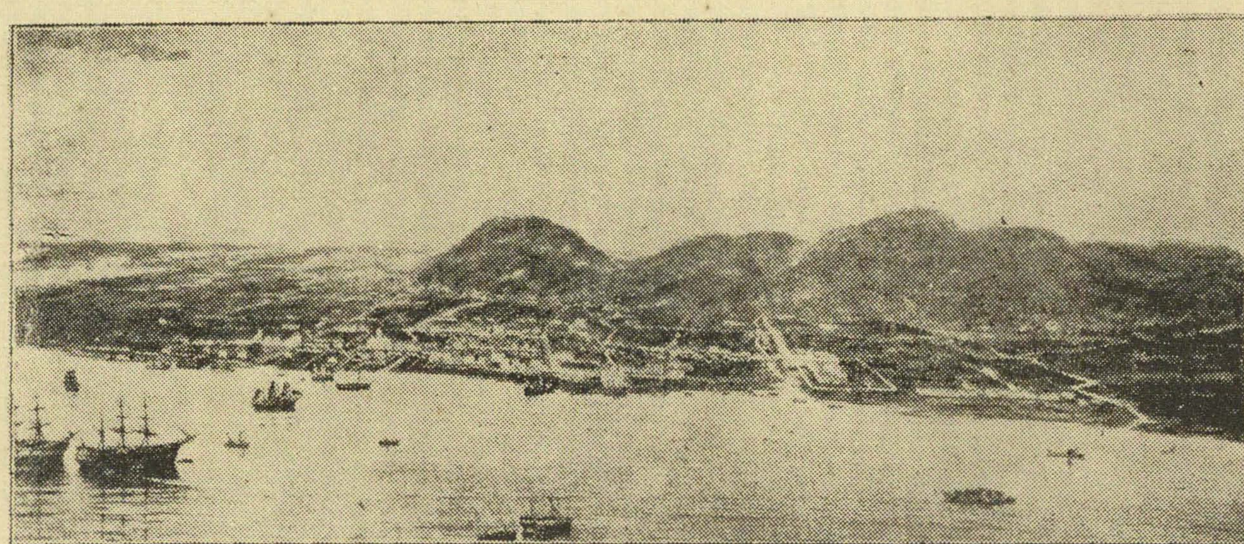
Ébrios da momentanea liberdade, desvairados pela possibilidade tantos annos sonhada de satisfação dos desejos de vindicta, como féras repentinamente libértas dos gradis, aquelles homens se derramaram pela Villa, exhibindo sentimentos obliterados e compromettidos pela maldade dos proprios semelhantes. Dahi o desespero accusado ás suas expansões, os exageros incriminados ás suas manifestações, de outra fórma justificáveis, incluindo nas perseguições feitas quasi a esmo, brasileiros não retrógados e pessoas excul-pas de seu sofrimento.


Martim Francisco

Apóz os esbordoamentos e os homicidios por assim dizer justos, veio o saque praticado contra negociantes e particulares preferidamente portuguezes.

O povo, entretanto, pareceu comprehender e justificar as loucuras da trópa brasileira. A grande tragédia moral de tantos annos, escripta a sangue, a vergonha e a fóme, sobrepoz-se aos erros do momento daquelles martyrisados á solta, e, no espirito dos cidadãos ella se desculpou.

A corvêta real que se achava fundeada ao largo do estuário fronteiro á embocadura do rio da Bertióga, recebido o aviso da revólta, fizéra um dispáro de advertencia, e, Francisco das Chagas, como resposta, assentára peças de artilharia no vélho fórte do Monte Serrate, e atacára violentamente o vaso de guerra da Corôa. A lucta entre os homens do Cel. Bento Alberto da Cósta, a guarnição do vaso de guerra e os sublevados de Francisco das Chagas durou alguns



Santos em 1822

(Téla de B. Calixto)

dias. Recebida pelo Governo Provisório em 30 de Junho a noticia do levante santista, declarou-se elle em sessão permanente, que durou 48 hóras, e em que foram tomadas todas as medidas achadas necessarias para sua debellação.

A 5 de Julho foi remettido para Santos o 2.º Batalhão de Caçadores, sob o commando dos Coroneis Lazaro José Gonçalves e Daniel Pedro Muller, este Vogal pelas Armas, da Junta Provisória. No dia seguinte, logo á chegada dessa tropa a Santos, effectuou-se a rendição dos rebeldes.

Francisco das Chagas, para não sacrificar seus camaradas á disparidade das forças e dos armamentos, rendeu-se, declarando que já sabia o castigo que o esperava e que assumia toda a responsabilidade do acontecido, não lhe importando a mórte, desde que tinha pisado as insignias régias, e que havia sobreposto ainda que apenas por alguns dias, o brio brasileiro á tyrannia dos dominadores.

Espirito semi-rude, o humilde soldado santista no depoimento transmittido por homens daquella época, dava ao Brasil a certeza de que não podia durar a oppressão, prophetisando com seu grande gésto onde se adivinhavam influencias superiores, o desencadear dos movimentos paulistas e a quéda próxima do dominio luso na América.

No dia 7 de Julho de 1821, o Governo Provisório de São Paulo publicava por um bando, a festival noticia da retomada da Praça Militar de Santos com a rendição dos "infames rebéldes" (sic).

Como final da bernarda histórica, as vérgas da corvêta que a côrte mantinha no porto paulista, encheram-se de corpos balouçantes de soldados brasileiros sacrificados á justiça summária do commandante, cujo nóme, felizmente ou infelizmente, não passou á posteridade.

Aqui coméça o aspecto mais interessante do facto santista, inaceitavel para os espiritos que, para seu julgamento não se collocarem naquelle mesmo ambiente em que as cousas se verificaram e não observarem as minucias do acontecimento tal como foram relatadas pelos chronistas.

Francisco das Chagas e Cotindiba foram os unicos que seguiram presos para São Paulo, apparentemente pelo facto de serem os cabeças do motim, personificadores do espirito de indisciplina que éra preciso extinguir na colonia brasileira, escarmentando com o espectáculo dos seus corpos a penderem da forca official, aos muitos patriótas que, á socapa, trabalhavam as idéas de revolução e os desejos mal sopitados de Independencia.

Rezam as chronicas coévas, que, por não existir mais a forca antiga, por determinação do Governo á Camara, nóva forca foi levantada em terreno visinho ao cemiterio geral, no local chamado Campo da Forca, onde hoje fica como extranha ou proposital ironia — a Praça da Liberdade!

O Partido Retrógrado e com elle a parte do povo que acompanhava seus sentimentos recolonisadores, parecia applaudir a energia do Governo Provisório e as medidas por elle tomadas no sentido de dar mais apparato ao castigo dos cabecilhas do movimento santista; a população brasileira, porem, mantinha-se reservada, extranhando que um Governo chefiado por dois eminentes santistas (José Bonifacio e Martim Francisco éram de facto os chéfes do Governo, visto que o General João Carlos Augusto para elle entrára num golpe de habilidade politica de José Bonifacio) fosse á iniquidade de sacrificar com taes requintes, um brasileiro que tivéra a coragem de se revoltar contra a oppressão portuguesa. Officialmente éra isso que se via, mas, particularmente, no segredo dos bastidôres o espirito brasileiro velava, encarnado nas figuras de Martim Francisco, José Bonifacio e dos demais elementos nacionaes e nacionalistas do Governo, que, é preciso que se nóte, éram em maioria quasi absoluta, para não dizer, em unanimidade.

Assim, para o grande publico e para as notas officiaes da Historia, Francisco das Chagas foi executado no dia 20 de Setembro de 1821 (para alguns isso se deu sómente nos primeiros mezes de 1822) com todo o apparato marcial necessario á ostentação da força metropolitana. Uma circumstancia porem, revelou á posteridade avisada e percuciente, a verdade da conspiração andradina. No momento em que, afastada a banqueta fatal, o corpo do Chaguinhas devia balouçar-se no espaço, rompeu-se a córda executória, lembrando ao povo, como uma extranha e sobrenatural advertencia, a injustiça do acto que se estava praticando, emquanto o clamôr popular alava-se ao espaço em favor do perdão.

Havia desde tempos immemoriaes, a praxe, velha lei humana, que em taes circumstancias absolvia o condemnado, mas, o Governo Provisório mostrava-se surdo ao apello da multidão.

Romperam-se ainda mais duas córdas nas nóvas tentativas de execução, e o reclamo popular recrudescendo sempre em favor do soldado santista. Por fim, já com as primeiras trévas da noite, um laço de tropeiro que passava,

deu solução á quarta tentativa effectuada, mas ahi, matando a outro criminoso e não mais a Francisco das Chagas como ficou na supposição geral.

Martim Francisco com astucia de brasileiro e conluiado com outros patriótas do Governo, fornecera as córdas executórias de antemão seccionadas, o sufficiente para que se partissem com o peso do corpo de Francisco das Chagas, realizando collateralmente a farça da irreductibilidade governamental aos apellos do povo, para que se acreditasse ainda mais, na verdade da execução e na coincidencia do rompimento das córdas, tidas como em máu estado e substituidas com largos intervallos que visavam porem, e unicamente, contemporisar o espectáculo, deixando cahir a noite em cujas dóbras devia consummar-se a mystifi ação.

Quando, pois, viéram as primeiras trévas, sufficientes para esconderem aos ólhos em geral os traços physionómicos do condemnado, foi trazido, sob o providencial disfarce da alva commum, outro hómem para o instrumento da Justiça, que assim executou uma victima, não porem a Francisco das Chagas que seguiu para Cuyabá, rumo ao precombinado esquecimento. (1) (2) (3)

É esta, para nós, a versão mais exacta da chronica, autorisada como estava pelos precedentes dos homens que naquelle momento representavam a propria Justiça, como pelos factos desenrollados depois.

Sobre as occorrencias de Santos que vinham reavivar o sentimento nativista da colonia, viéra o Decréto de 28 de Julho de 1821, considerando o exército brasileiro e o português uma só corporação, cujo intuito éra machiavélico e visava collocar as forças brasileiras sob o exclusivo commando dos officiaes portugueses. Tanto em Santos, como em São Paulo, Itú, Sorocaba, e outras cidades onde mais

(1) Antonio Toledo Piza — "Chronicas dos Tempos Coloniaes".

(2) J. J. Ribeiro — "Chronologia Paulista" — I.° Volume — Pag. 692.

(3) O depoimento do Snr. Nuto Sant'Anna acompanhado de uns documentos da época, publicado pelo "Estado de S. Paulo" numero de 30/7/1935, apesar de pretender negar estes factos, só serviu para reforçal-os. Por outro lado o depoimento do tio do autôr desta óbra — Francisco Martins dos Santos — nascido em 1823 e citado pelo Snr. Nuto Sant'Anna como feito ao velho Antonio Toledo Piza, é a melhór confirmação ás nossas affirmativas, porquê funda-se no que lhe teria transmittido seu páe o Commendadôr Antonio Martins dos Santos, companheiro dos Andradas e um dos elementos trabalhadores da Independencia em Santos e S. Paulo.

viva éra a corrente separatista, exploraram os patriótas o verdadeiro sentido desse Decréto, conseguindo impressionar o povo, que, de outra fórma não o teria comprehendido. Na mesma altura e se bem que uma quarta parte da Deputação brasileira ás Côrtes Constituintes de Portugal, ainda não houvésse chegado a Lisbôa e tomado posse de seus logares, outro Decreto sahiu, o de 29 de Setembro, extinguindo o Tribunal da Chancellaria, o do Thesouro, a Junta do Commercio e varias outras repartições centraes que se haviam estabelecido no Rio de Janeiro no Reinado de D. João. Outro Decreto da mesma data ordenou o regresso do Principe D. Pedro a Portugal, com a injuncção de préviamente viajar incognito pela Inglaterra, França e Hespanha, afim de completar a sua educação politica.

A estes decretos seguiu-se outro, de 1.º de Outubro, nomeando para cada Provincia brasileira, um Governador das Armas, Delegado do Poder Executivo de Lisbôa, independente das respectivas Juntas Governativas, decidindo ainda as Côrtes, a 18 desse mez, que se destacassem mais trópas para Pernambuco e Rio de Janeiro. Éra a recolonisação que se precipitava, e tudo profundamente humilhante para os brasileiros; mas, o peiór, é que, pela linguagem das Côrtes, todas estas determinações éram tomadas como se fossem graças concedidas e que deveriam ser recebidas e acceitas com gratidão pelo povo do Brasil. A ironia das palavras feriam mais que a brutalidade dos Decrétos.


Antonio Carlos

Tantas foram as humilhações e tal ambiente formou-se no Brasil em consequencia dellas, que D. Pedro resolveu-se a partir para a Európa fugindo aos desgostos que a Regencia lhe estava acarretando, e só cedeu aos rógos de José Bonifacio, da Maçonaria, de José Clemente Pereira, dos seus amigos emfim e de todo o povo que já via nelle a escápula unica ás ameaças que lhe pesavam, decidindo ficar e a reagir contra a marcha das cousas, mostrando que não seria o bonéco que as Côrtes queriam que elle fosse, apezar da carta que escrevera pouco antes a seu pae, jurando que não seria um traidôr de Portugal e delle seu progenitôr. Era o memoravel "Fico", que jamais se apagou da historia. Grandes factores moraes operaram no Principe a transformação apenas

necessária á realisação da independencia. A força moral do sabio santista e a força sentimental do coração da Princeza, fizéram delle um homem differente no momento opportuno da futura nacionalidade.

Como consequencia de todos aquelles factos relatados, graves acontecimentos se déram na Provincia. Os preparativos para a lucta recrudesceram. O General João Carlos Augusto foi chamado para a Côrte e collocado em seu logar Martim Francisco; mas, Martim Francisco não convinha aos portugueses por seus sentimentos declaradamente nativistas e o General Oeynhausen éra o ponto confiante dos reinóes e do Partido Retrógrado porconseguinte. A grita levantou-se; José Bonifacio a esse tempo já se retirára do Governo paulista para a chefia do Ministério de D. Pedro, e assim, Martim Francisco foi o pretexto das agitações portuguezas, cujo intuito éra precipitar a occupação do Brasil por Portugal e a recolonisação violenta. Para tal fim, fizéram constar os elementos retrógrados, que Martim Francisco, com o prestigio dos Andradas perante a Regencia, éra o unico culpado da execução de Francisco das Chagas, o soldado santista, porque elle teria obtido o seu perdão se o tivesse desejado. Iam assim ao encontro do proprio Martim Francisco, que desejára exactamente precipitar os acontecimentos e apressar o desenlace favoravel ao Brasil, tanto mais difficil quanto mais demorado elle fosse.

A esse tempo, o principe Regente nomeava para Governador das Armas em São Paulo, em contravenção portanto á decretação das Côrtes, o Marechal Arouche, com ordens expressas de acabar, não os descontentamentos paulistas, mas as explorações populares promovidas por grupos mal intenccionados, cujo reaccionarismo éra alimentado pelos retrógrados e adeptos da vida colonial, agentes ou não do governo português, servindo ao mesmo tempo e sem o perceberem, á obra dos nacionalistas brasileiros.

Ante a nomeação do Marechal Arouche e suppondo-se descobertos em suas machiavélicas manóbras, os elementos lusos, que éram, aliás, em maioria, conseguiram ludibriar alguns paulistas, e, nomeando chefe de todas as forças de São Paulo ao Coronel Francisco Ignacio de Souza Queiróz, fizéram estourar a famósa revolta de 23 de Maio de 1822, invadindo todas as ruas da Capital os corpos conjugados da sua guarnição, sob aquelle commando.

Martim Francisco que representava então e synthetisava os direitos e idéas dos filhos de São Paulo, foi apeado

do poder e remettido em escolta para o Rio de Janeiro; erro da parte dos agitadores que até hoje não se comprehende como foi praticado, visto que, ao chegar á Côrte entrou elle quasi immediatamente para o Ministério de D. Pedro e foi ali, mais um grande factor da precipitação dos acontecimentos em favôr do Brasil.

As forças do interior foram convocadas pelo commando improvisado de São Paulo. Contra esse chamado porem, altivamente insurgiram-se Santos, Itú e Sorocaba. De Santos nenhum homem sahiu para attender ao chamado, e, pelo contrario, o governo da cidade conseguiu do Marechal Candido Xaviér de Souza, que reunisse as suas numerósas forças e seguisse contra São Paulo. A Camara de Sorocaba formou um governo independente do da Capital e a Camara de Itú enviou uma representação ao Principe Regente denunciando a manóbra portugueza e condemnando os factos que agitavam a Provincia. A Camara de São Paulo, num gesto desesperado apellou ao Principe D. Pedro, para que viesse á Capital paulista, afim de pôr cobro á anarchia reinante e de vêr então pessoalmente, de que natureza éram os verdadeiros sentimentos do povo de São Paulo com relação á sua pessôa.

Desde 16 de Janeiro daquelle anno de 1822, José Bonifacio de Andrada e Silva éra o 1.° Ministro do Principe D. Pedro, accumulando as pastas do Império — Justiça e Estrangeiros. Na tréva que se produzia cada vez mais intensa sobre o momento brasileiro, a unica luz entrevista por D. Pedro, capaz de por si só illuminal-a resolvendo a situação e dictando-lhe o caminho a seguir, fôra o Vice-Presidente do Governo Provisório de São Paulo, o illustre santista que tão sérios compromissos politicos já vinha particularmente assumindo com sua augusta esposa; assim, elle o havia chamado com urgencia, entregando-lhe a direcção absoluta dos negocios do Estado. Divina inspiração salvou-o, salvando a patria brasileira da recolonisação. Com a mesma coragem e o mesmo valôr com que enfrentára as forças de Napoleão, invasôras de Portugal, o grande santista enfrentou a attitude hostil a D. Pedro e contraria ao Brasil, de todos os nucleos portugueses do seu territorio como de mais de metade talvez das populações do paiz, inesclarecidas.

Recebendo José Bonifacio os despachos das Camaras de São Paulo e as noticias dos acontecimentos que lá se desenrollavam, apressou-se elle a apresental-os ao Regente, acon-

selhando-o a ir áquella Provincia. Ordenou José Bonifacio ao corpo de Milicianos "Leaes Paulistas", o luzido corpo de 1100 patriótas de Piratininga, que se achava no Rio de Janeiro para onde seguira mezes antes a suffocar a revolta das trópas portuguesas, composto de trópas finas de infantaria, artilharia e cavallaria, que tornasse a São Paulo porque assim o exigia o bem commum. Para isso aproveitou elle o Marechal Arouche, anteriormente nomeado commandante das Armas em São Paulo, fazendo-o commandante geral daquella força.

Arouche que antes manifestára desejos de não seguir ante as noticias que de São Paulo chegavam, por reputar inutil a sua ida, deante da nóva perspectiva surgida com a volta de tão importante força, acceitou a indicação e seguiu pela velha Estrada, rumo á sua terra.

Não contente com isso, José Bonifacio insistiu com o Principe para que fosse á sua Provincia. Entre o sábio santista e a Princeza consórte estabelecera-se desde muito um secréto e sagrado entendimento, revelado pela carta da princeza adiante transcripta. Assentou-se, em reunião de que participou todo o ministério, a independencia do Brasil, confórme a attitude de São Paulo e a recepção que os paulistas offerecessem a D. Pedro.

Pelos conciliábulos entre o Principe D. Pedro, a Princeza Da. Leopoldina, José Bonifacio e o Gabinete Ministerial sob sua chefia, tornou-se o mez de Agosto de 1822, rigorósamente, o mez da Independencia brasileira a que apenas ficára faltando a ractificação do 7 de Setembro, espécie de chancélla definitiva do povo paulista á obra andradina.

Tanto assim, que, a 23 desse mez de agosto, na ausencia do Principe, realizou-se no Palacio de São Christovão uma reunião ministerial sob a presidencia de D.ª Leopoldina na qual ficou resolvida a independencia do Brasil, com "D. Pedro ou sem elle', como se lê, aliás, na carta que a mesma D.ª Leopoldina enviou ao esposo e que o foi alcançar nas collinas do Ypiranga, já de volta de Santos, gerando com os demais documentos então entrégues, a exaltação do Principe e o seu grito separatista de 7 de Setembro, como veremos adiante.

Só nos braços de São Paulo, poude D. Pedro lógo depois sentir as forças necessarias e ter em si mesmo a precisa confiança para effectivar seus actos anteriores e realizar os desejos do Ministerio, da Princeza, da Maçonaria e de uma parte do povo.

Para reconhecimento da verdade histórica sobre o mez de Agosto, basta que attentêmos para a revelação dos documentos firmados naquelle mez, desde os manifestos de 1.º e de 6, até ás duas cartas dos seus ultimos dias enviadas ao Principe por José Bonifacio e pela Princeza Da. Leopoldina.

No primeiro manifesto, dirigido ao povo do Brasil, dizia o Principe:

> "Brasileiros! Está acabado o tempo de enganar os homens. Os Governos que ainda quérem fundar o seu poder sobre a pretendida ignorancia dos povos, ou sobre antigos erros e abusos, têm de vêr o colosso da sua grandeza tombar da fragil base, sobre que se erguera outróra. Foi, por assim o não pensarem, que AS CÔRTES DE LISBÔA FORÇARAM AS PROVINCIAS DO SUL DO BRASIL A SACUDIR O JUGO, QUE LHES PREPARAVAM; foi por assim pensar que eu agóra já vejo reunido todo o Brasil em torno de mim, requerendo-me a defesa de seus direitos E A MANTENÇA DA SUA LIBERDADE E INDEPENDENCIA. Cumpre-me, portanto, oh! Brasileiros, que eu vos diga a verdade: Ouvi-me, pois.
>
> A minha felicidade (convencei-vos) existe na vossa felicidade: É MINHA GLORIA REGER UM POVO BRIOSO E LIVRE. Dai-me o exemplo das vossas virtudes e da vossa união. Serei digno de vós." (1)

No segundo manifesto, dirigido aos Governos e Nações amigas, dizia D. Pedro:

> "Cumpre-me expor-lhes succinta, mas verdadeiramente, a série dos factos e motivos que me tem obrigado a annuir á vontade geral do Brasil QUE PROCLAMA A' FACE DO UNIVERSO A SUA INDEPENDENCIA POLITICA, E QUÉR, COMO REINO IRMÃO E COMO NAÇÃO GRANDE E PODERÓSA CONSERVAR ILLÉSOS E FIRMES SEUS IMPRESCRIPTIVEIS DIREITOS, CONTRA OS QUAES PORTUGAL SEMPRE ATTENTOU, E AGÓRA MAIS DO QUE NUNCA" (2) (3).

(1) e (2) — Assis Cintra — "Mentiras históricas" — pags. 77 e 78.

(3) Este documento e os outros a seguir, foram revelados por Assis Cintra, e têm por isso mais valôr documental em favôr de José Bonifácio, visto que esse autôr pretendia diminuir a óbra do grande Andrada e não exaltal-a e firmal-a como acabou fazendo.

Considerada a responsabilidade destas fallas ao povo brasileiro em particular e ás Nações do mundo em geral, não podemos deixar de reconhecer, que, officialmente e pela bocca do proprio Regente, ESTAVA PROCLAMADA "A' FACE DO UNIVERSO" A NOSSA INDEPENDENCIA POLITICA desde então.

Ficava restando apenas a separação, que exigia um arroubo. Essa separação foi exigida de D. Pedro, como complemento á obra iniciada, por José Bonifacio e pela Princeza nas cartas a elle entrégues na collina do Ypiranga, em sua vólta de Santos para São Paulo, e aconselhada indirectamente pelo Ministro Chamberlain na carta de Lisbôa entrégue tambem na mesma occasião. O arroubo necessario, teve-o pois D. Pedro, ahi, com o chóque produzido em seus brios, pelo contraste violento desses documentos quasi intimos com os despachos das Côrtes Portuguezas que os acompanhavam; e a separação processou-se. Vejam-se adiante, as transcripções das tres cartas históricas apontadas, completando os Maniféstos anteriores e consagrando definitivamente a figura de José Bonifacio, o santista que fez uma Nação.

José Bonifacio sabia que emquanto o principe permanecesse no Rio de Janeiro, elle não teria coragem para promover a separação, porquê o ambiente não era favoravel, e assim, adivinhando as duvidas moraes em que se debatia o intimo de D. Pedro, deslocou-o para São Paulo, a Providencia separatista, onde elle deveria contaminar-se sufficientemente do ideal de brasilidade e adquirir a força necessaria para uma tão grave resolução. Éra o inicio do plano andradino, que deveria rematar-se pouco depois com o encontro do Principe com os mensageiros da Côrte, encontro esse que nos calculos de José Bonifacio seria verificado em Santos e que não poderia deixar de produzir no genio arrebatado do Principe, a independencia brasileira, que, desta forma, seria feita em sua terra natal.

Tudo resolvido, poz-se D. Pedro á frente de uma pequena comitiva e seguiu a caminho de São Paulo.

Desde a sua entrada em território paulista, começou elle a receber inequivocas demonstrações de estima e respeito a par de francas revelações do verdadeiro sentimento politico da gente de São Paulo. Taubaté mandava-lhe ao encontro o Vigario Antonio Moreira da Costa, com um officio laudatório datado de 17 de Agosto de 1822, em que o seu Cléro fallava em "glória da Nação e felicidade do Bra-

sil", Sorocaba confirmava suas attitudes anteriores e o officio em que fallára em "defender o Reino do Brasil"; Itú festejava-o falando em nóme da "União Brasileira" e todas as outras villas paulistas iam pelo mesmo tom, fallando em "Poder Executivo do Reino do Brasil", em "Gloria da Nação", denunciando que para São Paulo não existia mais Portugal e sim um Brasil, independente e separado.

Chegando aos arredóres da cidade, o Regente, cuja comitiva engrossára com os embaixadores que em cada localidade se lhe ajuntavam, enviou aos revoltósos de Francisco Ignacio a noticia de sua chegada e a sua ordem de rendição immediata e sem condições.

Deante da sua intimação, os chéfes da "bernarda" que já sabiam da approximação das forças santistas sob o commando do Marechal Candido Xavier de Souza, acampadas no Ponto Alto de São Bernardo, depuzéram as armas protestando obediencia ao Principe.

D. Pedro entrou em São Paulo debaixo de flores e manifestações ruidósas de enthusiasmo e alegria. As mais inequivocas próvas de estima lhe foram offerecidas pelos paulistas. Os chéfes do movimento confusionista-recolonisador foram immediatamente deportados para o Nórte, e o Principe, normalisada a situação da Capital, tendo sempre em mente o combinado com seu sábio Conselheiro, a Princeza e o seu Ministério, desceu para Santos, sob pretexto de conhecer a familia de José Bonifacio, que ainda não conhecia, mas, em verdade para conhecer e verificar as fortificações da cidade, em vesperas de provavel uso; esteve na Fortaleza da Barra Grande, no Fórte do Itapema, no Fórte da Villa, no Arsenal, ordenou o augmento da guarnição santista, sempre acompanhado e apoiado pelos patriótas locaes cidadãos do Governo da villa.

O povo santista fez-lhe, naquelle inicio alviçareiro de Setembro, alvorada de uma liberdade que nasceu em seu seio e do coração dos seus grandes filhos, a verdadeira consagração de quem éra, o perpétuo defensôr dos seus direitos e dos seus ideaes, o Principe que tomára a decisiva attitude de decretar em resposta ás Côrtes Portuguesas, a prohibição da applicação dos seus decrétos no Brasil, sem o visto e o CUMPRA-SE da Regencia.

A 5 de Setembro partia o Principe, de Santos a caminho da Capital. Foi ahi, nessa viagem memorável, que elle recebeu ao alto da collina do Ypiranga, coração da terra paulista, os dois mensageiros da Côrte, o majór Antonio Ra-

mos Cordeiro, Guarda de Honra, e Paulo Bregaro, official da Secretaria do Supremo Tribunal Militar. O primeiro faz-lhe entréga de tres cartas, uma da Serenissima Princeza, outra do seu Conselheiro e Ministro José Bonifacio, e a terceira do Ministro portuguêz Chamberlain, nestes termos:

"PEDRO, o Brasil está como um vulcão. Até no Paço há revolucionarios. Até portuguezes são revolucionarios. Até officiaes das tropas são revolucionarios. As Côrtes Portuguezas ordenam a vossa partida immediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças si partirmos agóra para Lisbôa. Sabemos bem o que tem soffrido nossos paes. O rei e a Rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Côrtes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que succede em Lisbôa. O BRASIL SERA' EM VOSSAS MÃOS UM GRANDE PAIZ. O BRASIL VOS QUER PARA SEU MONARCHA. COM O VOSSO APOIO OU SEM O VOSSO APOIO ELLE FARA' A SUA SEPARAÇÃO. O pomo está maduro. Colhei-o já, sinão apodréce. AINDA HE TEMPO DE OUVIRDES O CONSELHO DE UM SABIO QUE CONHECEU TODAS AS CÔRTES DA EUROPA, QUE ALEM DE VOSSO MINISTRO FIEL, HE O MAIOR DE VOSSOS AMIGOS. OUVI O CONSELHO DE VOSSO MINISTRO, SI NÃO QUIZERDES OUVIR O DE VOSSA AMIGA. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. JA' DISSESTEIS AQUI O QUE IRIEIS FAZER EM SÃO PAULO. FAZEI POIS. Tereis o apoio do Brasil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portuguezes que aqui estão nada podem fazer.

(a) LEOPOLDINA." (1)

"SENHOR, as Côrtes ordenaram a minha prisão por minha obediencia a Vossa Alteza. E no seu ódio immenso de perseguição attingiram tambem aquelle que se preza em o servir com a lealdade e dedicação do mais fiel amigo e subdito. O momento não compórta mais delongas ou condescendencias. A revolução já está preparada para o dia da sua partida. Si parte, te-

(1) Assis Cintra — "Mentiras históricas" — pag. 135.

mos a revolução do Brasil contra Portugal e Portugal actualmente não tem recursos para subjugar um levante que he preparado occultamente para não dizer quasi visivelmente. Si fica, tem Vossa Alteza contra si o povo de Portugal, e a vingança das Côrtes, que direi?! até a desherdação que dizem já estar combinada. Ministro fiel que arrisquei tudo por minha Patria e pelo meu Principe, servo obedientissimo do Senhor D. João VI, que as Côrtes têm na mais detestavel coacção, eu, como ministro, ACONSELHO A VOSSA ALTEZA QUE FIQUE E FAÇA DO BRASIL UM REINO FELIZ, SEPARADO DE PORTUGAL, que é hoje escravo das Côrtes despóticas. Senhor, ninguem mais do que sua Esposa deseja sua felicidade e ella lhe diz em carta que com esta será entregue, que Vossa Alteza deve ficar e fazer a felicidade do povo brasileiro que o deseja como seu soberano, SEM LIGAÇÕES E OBEDIENCIA ÁS DESPÓTICAS CORTES PORTUGUEZAS QUE QUEREM A ESCRAVIDÃO DO BRASIL E A HUMILHAÇÃO DO SEU ADORADO PRINCIPE REGENTE. Fique, é o que todos pedem ao Magnanimo Principe que é Vossa Alteza, para orgulho e felicidade do Brasil. E si não ficar correrão rios de sangue, nesta grande e nóbre terra, tão querida do seu Real Pae, que já não governa em Portugal pela oppressão das Côrtes; nesta terra que tanto estima a Vossa Alteza e a quem tanto Vossa Alteza estima.

(a) JOSE' BONIFACIO DE ANDRADA." (2)

Estas cartas commoveram a D. Pedro, lembrando-lhe a deliberação tomada antes de vir para São Paulo e mostrando-lhe as cousas tal como estavam. Fundiu-as em seu espirito com as palavras que o Ministro Chamberlain enviára lá de Lisbôa :

"SENHOR. Tudo está perdido, tudo anarchisado. A Rainha é coberta de injurias; o rei verdadeiramente prisioneiro. As suas cartas são lidas nas Côrtes com desprezo e risotas e quando viram o seu juramento de lealdade, disséram que o Principe Regente estava soffrendo do juizo, tanto que escrevera um juramento na carta de 4 de Outubro do anno pretérito ultimo com sangue de gallinha. E todos riram da graçóla. Pa-

(2) Assis Cintra — "Mentiras históricas" — Pag. 135/136.

réce que o Snr. D. Miguel conspira para ficar com a herança de Vossa Alteza. Falla-se abértamente na sua desherdação e o povo de Lisboa o injuria por ficar no Brasil. Já está decidido que o farão vir por bem ou por mal, e destituirão o Brasil de Reino para ficar nóvamente Colonia, como éra dantes. E' o que tenho a informar. Beija a Mão de Vossa Alteza Real o servo fidelissimo — CHAMBERLAIN" (1)

A outra carta entrégue por Bregaro, continha os avisos dos Decretos tyrannicos das Côrtes de Portugal, declarando por sua vez, nullas e irritas todas as medidas tomadas por D. Pedro no Governo do Brasil e chamando-o nóvamente a Portugal com a mesma humilhação anteriormente imposta.

O chóque produzido por toda essa correspondencia em opposição aos despachos da Côrte foi duro demais. D. Pedro não poude resistir á explosão que sentiu dentro do peito, e, o que devia fazer talvez em São Paulo, fez ali mesmo, arrebatadamente, num assômo de dignidade offendida:

— Independencia ou Mórte!

— Camaradas! As Côrtes de Portugal querem mesmo escravisar o Brasil; cumpre declarar já sua Independencia. Laços fóra! D'óra avante traremos todos outro laço de fitas verdes e amarellas; e estas serão as cores brasileiras! (2)

Estas foram as palavras célebres e fulminantes de D. Pedro consagrando a separação, repetidas quasi, na base da collina por occasião do encontro com o grosso da comitiva que seguira adeante; e, em seguida o cortejo seguiu a galópe, rumo a São Paulo.

Estava consagrada a obra andradina, obedecida a vóz da Princeza, e correspondida a revolta de Francisco das Chagas; estava emfim, feita a emancipação politica do Brasil, com a participação directa e indirecta da cidade de Santos.

(1) Assis Cintra — "Mentiras históricas — pag. 136.

(2) Barão de Ramalho — "Revista do Museu Paulista".

A ACCLAMAÇÃO DE D. PEDRO I EM SANTOS

Acta pela qual, em reunião popular realizada na Praça da Matriz (hoje da Republica), se acclamou a S. A. R. O Snr. D. Pedro de Alcantara, primeiro Imperador Constitucional do Império do Brasil.

"Aos doze dias do mez de Outubro, de mil oitocentos e vinte e dois annos, nesta Villa e Praça de Santos, Comarca da Cidade de São Paulo, em a Praça da Igreja Matriz, onde foi elevada huma suficiente e bem dessente varanda, que para objecto de tanto jubilo foi edificada e em que se achão prezentes o Juiz Prezidente pela Lei João Baptista Vieira Barboza, os vereadores o Capitão Antonio José Vianna, o Capitão Antonio Botelho de Carvalho, o Procurador do anno passado Domingos José Rodrigues, no impedimento de molestia do actual governador desta Praça o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barretto de Camargo, e mais Authoridades, Povo e Tropa da guarnição da mesma, foi por todos unanimemente dito que declarão a sua independencia dos Reynos de Portugal e Algarves, e protestão deffendel-a á custa da sua propria vida, e tendo em consideração que as Côrtes de Portugal arrogando a si todos os direitos da soberania contra as Bazes da prometida Constituição que jurárão, e, privando a El Rey Constitucional o Snr. D. João VI do livre exercicio do Poder executivo para melhor conseguirem o fim das suas sinistras intenções contra a cauza do Brazil, só se tem esmerado em o opprimir, calcando aos pés os seus direitos e interesses, contra os votos e protestos dos seus representantes, e ameaçando-o mesmo com emissão de novas Tropas européas para o obrigar a annuir a suas mal fundadas pretençoens, acordarão que quanto antes se deve prevenir os grandes males da Anarchia, e da guerra civil, que forçozamente hão de rezultar de medidas tão indiscretas e injustas, e que o meio mais efficaz para esse effeito he o acclamar-se a S. A. R. o Snr. D. Pedro de Alcantara Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, como tem toda a certeza, por officio da Camara da Côrte e Cidade do Rio de Janeiro, de 17 do mez

passado de que vai lá hoje ser acclamado, e em outras Provincias colligadas, que escolherão para isso o dia anniversario do Seu natalicio; por tanto por vontade unanime acclamão tão bem ao Mesmo Senhor por Primeiro Imperador Constitucional do Brazil com a clauzula de prestar previamente um juramento solenne de jurar guardar, manter e deffender a Constituição Politica, que fizer a Assembléa Geral Contituinte e Legislativa Brazilica, visto que se espera ser appoiada em solidos principios e proveitoza a todo Imperio do Brazil, e de baixo da referida clausula lhe jurão obediencia e fidelidade logo que seu Augusto Pay o Senhor D. João 6.º lhes não pode prestar a protecção que todo o Imperante deve conferir aos seus subditos em qualquer Sociedade Civil, nem preencher para com elles as importantes obrigações inherentes á Sua Alta Dignidade pelo estado de Prisioneiro, em que as Côrtes de Portugal o tem posto, competindo em circumstancias taes ao Povo do Brazil o eleger quem o veja de baixo da Constituição liberal, que se propoem fazer pelos seus representantes, visto ser tão livre e soberano como é o de Portugal e Algarves; dever aproveitar-se dos meios necessarios para conseguir a Sua Salvação e bem Ser. Accordarão mais que se envie logo hua Deputação ao Novo Imperador com carta deste Senado em que se o felicite pela Sua exaltação ao Trono do Imperio do Brasil.

E para a todo o tempo constar o referido, se lavrou esta acta em que todos assignão, e eu, Manoel Marques de Carvalho, Escrivão da Camara que escrevi:

João Baptista Vieira Barboza
Antonio Jozé Vianna
Antonio Botelho de Carvalho
Domingos Jozé Roiz
Joaquim Antonio de Camargo
João de Souza Pereira Bueno
Faustino Jozé Schultz
Januario Maximo de Castro
Antonio Fernandes da Silva
João Baptista de Souza Campos
Jozé Vicente de Oliveira
Patricio Manoel de Andrada e Silva

Antonio Candido Xavier de Carvalho e Souza
Caetano Antonio Pereira Barros
João da Costa
Jozé Antonio Vieira Carvalho
João Alvares Fragozo
Luiz Antonio Vianna
Bento Thomaz Vianna
Bernardino Antonio Barboza
Ignacio Roiz
Jozé Vicente Garces Franco
Venancio Antonio da Roza
Francisco Xavier da Costa e Aguiar Filho
Antonio Martins dos Santos
Antonio Moreira de S. Paes
Joaquim Manoel Prudente
João Teixeira Chaves
Manoel Marques de Carvalho
João Feliciano de Aguiar Silva
Manoel Ribeiro Marques
João Cardozo de Menezes Souza
Francisco Solano Ferreira
Joaquim Maria da Costa Aguiar
Luiz Pereira Machado
Antonio Jozé de Souza Bueno
João Baptista Cerqueira
José do Amaral
Antonio Joaquim de Figueiredo
Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes
João da Silva Oliveira
Padre Francisco Roiz de Assis
João Pedro da Santa Cruz
Ignacio Joaquim de Azevedo
Manoel Ignacio da Silveira
Antonio Januario da Silva Brazil
Jozé Ignacio Correa
Manoel Marques Braga
Manoel A. Guedes de Carvalho
Manoel Antonio de Almeida
Manoel Francisco de Azevedo
Francisco Jozé Barroso
Manoel Jozé Magalhães Vianna
João do Monte Bastos
Jozé Onorio Bueno
Joaquim Jozé do Carmo

Bento Antonio do Carmo
Jesuino Teixeira de Carvalho
André Alves Borges
Frederico Comton d'Elbones
Jozé Joaquim dos Santos Prado, Sargento-mór de infantaria
Antonio José de Oliveira Lima, Capitão de milicias
Luiz Rodrigues da Cunha, Capitão de milicias
Francisco de Albuquerque Rolim, Ten. de milicias
Luiz Silverio de Barros
Joaquim de Almeida Leite
Mathias Teixeira da Silva
Joaquim Antonio Dias
Jozé Olyntho de Carvalho e Silva
Vasco Antonio de Toledo Piza
Jozé Manoel de Arruda
Diniz Jozé dos Santos
Ignacio Borges Chaves
Manoel Pereira dos Santos
Jozé Marianno Carneiro
Manoel José Dias Guimarães
José Manoel da Luz
Athanazio Jozé de Britto
Alexandre Jozé de Oliveira Coito
Jozé Bernardes Marvão
João Pereyra Dutra
Jozé Antonio de Souza
Francisco Pedro de Aguiar
Francisco Glz. Torres
Felippe Jozé de Castro
Joaquim Roiz da Silva
José Carlos da Cruz
Padre Manoel Angelo Figueira de Aguiar
Iginio Francisco do Couto
José Gonçalves Pimenta
Manoel Gonçalves Ferreira
João Antonio Fernandes Gabizo
João Jozé de Almeida Barros
Francisco Manoel do Sacramento
Jozé Antonio da Silva Oliveira Costa
João Roiz Lima
Agostinho Cacemiro
Manoel Jorge
Antonio Alvares de Almeida

Manoel Dias dos Santos
Jozé Antonio
Jozé Pedro de Castro
João Xavier da Costa Aguiar
Manoel Jozé da Silva
Jozé Silvestre da Costa Cardozo
Manoel Antonio A. de Paiva
Manoel das Dores
Antonio Francisco de Oliveira
Lucas Jozé de Oliveira
Domingos Roiz
Antonio Freire Henriques
Domingos Gonçalves Pereira
João Jozé Teixeira
Bento Francisco da Costa Aguiar de Andrada
Jozé Francisco Freire
Cypriano de Souza Proost
Jozé Manoel Roiz
Jozé Antonio Carneiro
Manoel Ignacio de Oliveira
Joaquim Marianno de Lima
Jozé Francisco do Amparo
Jozé do Egypto Costa.

Esta acclamação se effectuava, exactamente 1 mez e 7 dias apóz a estada do Principe em Santos, onde examinára o apparelhamento militar da Praça e as suas fortificações, sob o pretexto de conhecer a familia do seu Primeiro Ministro, José Bonifacio de Andrada.

CAPITULO XXI

Elevação da Villa de Santos á categoria de cidade

(A Lei 122, de 26 de Janeiro de 1839)

Fazia menos de um anno da morte de José Bonifacio de Andrada e Silva, quando cogitaram os paulistanos de elevar a terra natal do sabio desapparecido, á categoria de cidade, como homenagem especial á sua memoria.

Empenhada a Camara Provincial na solução immediata do assumpto, a 11 de janeiro de 1839 era atirado a plenario pelo deputado Amaral Gurgel, um projecto de lei elevando a antiga Villa de Santos á categoria superior, considerando ter sido ella berço do grande brasileiro desapparecido havia um anno; sendo mandado entrar em ordem do dia.

A 14 do mesmo mês entrava em ordem do dia o referido projecto Amaral Gurgel, e, nessa occasião, suggeriu o seu autor a mudança do nome Santos para o de "Cidade Andradina", como realce á homenagem. No dia seguinte, 15, propunha o deputado Carneiro de Campos (depois marquês de Caravéllas) que o novo nome fosse "Cidade Bonifacia", e, afinal, nos debates do dia 16, era o projecto approvado definitivamente, mas com a manutenção do nome primitivo, "Santos", considerado tradicional e intangivel.

A 26 de Janeiro, por fim, consagrava-se a iniciativa de Amaral Gurgel, com a assignatura e promulgação da Lei n. 122, daquelle dia, pelo dr. Venancio José Lisboa, presidente da provincia.

Eis o acto official da elevação:

"Lei n. 122, de 26 de janeiro de 1839.

O dr. Venancio José Lisboa, presidente da Provincia de São Paulo, etc....

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei, a lei seguinte:

Artigo unico — Fica elevada á categoria de Cidade de Santos, a Villa do mesmo nome, patria do conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, revogadas para isso as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de São Paulo, aos 26 dias do mês de janeiro de 1839. — (a) *Venancio José Lisboa*".

Officialmente, porém, taes eram as difficuldades de communicação existentes entre as duas cidades, a Lei n. 122 só foi conhecida em Santos, um mês depois da sua promulgação, a 26 de fevereiro de 1839, como se vê da acta da sessão realizada nesse dia pela Camara Municipal, ás 9 horas da manhã, com a presença dos vereadores Joaquim José Vieira de Carvalho (presidente), João Octavio Nebias, Manoel Pereira dos Santos, João Baptista Rodrigues da Silva e Joaquim Xavier Pinheiro; ausentes, Manoel Ferreira da Silva Bertholdo e Francisco Xavier de Carvalho, que foram substituidos no acto pelo supplente Firmino José Maria Xavier.

Depois da competente leitura da Lei, resolveu a Camara que immediatamente se fizessem publicar, para regosijo de todos os habitantes, os termos da mesma Lei, e para tal fim, officiou-se ao juiz de paz, pedindo-lhe autorização para que saisse um bando com guarda do Batalhão de Guardas Nacionaes, a publicar em todas as praças da cidade a dita Lei, com a possivel pompa. Continua a acta:

"Assim foi immediatamente cumprido, e, estando a Camara ainda em sessão, veio a Guarda determinada até á frente do Paço, procedendo-se ahi á primeira leitura com as solennidades do estilo, acompanhada da musica militar, continuando por todas as praças, na fórma determinada.

"Conseguintemente, resolveu a Camara que, por editaes, se convidassem todas as jerarchias a illuminarem por três noites consecutivas as frentes das proprie-

dades por um motivo de tamanho fausto. Além disto se deliberou rogar a todos os sacerdotes, religiosos, bem como ao reverendo parocho, a reunião dos seus contingentes e bem assim aos mais cidadãos que pudessem prestar-se, afim de ser effectuado no dia 28 do mesmo mês um solenne Te-Deum em acção de graças, com oração analoga. De novo se mandou officiar ao Juiz de Paz, ao de Direito, chefe de Policia, e bem assim ao commandante dos Guardas Nacionaes, para que na mesma occasião do Te-Deum houvesse uma grande parada. Por fim mandou a Camara que se declarasse na acta o regosijo que foi demonstrado por todo o povo, desde que se deu começo á publicação por todos os angulos da cidade, fazendo-se em todos os templos os repiques de jubilo".

E' o que se encontra na citada acta, lavrada pelo então secretario, Manoel Joaquim de Sousa Guerra, por onde se vê a satisfação determinada em Santos pelo acto official de 26 de janeiro daquelle anno de 1839, e pelo qual se fica conhecendo a reunião historica da municipalidade santista, que recebeu officialmente a communicação provincial.

A 28 de fevereiro, encerrando as commemorações do faustoso acontecimento, realizaram-se, por fim, a grande parada, com a participação da guarnição da praça (1) e a Guarda Nacional, e o solenne Te-Deum, resado na matriz, comparecendo grande parte da população e todas as autoridades, verificando-se nas casas mais importantes, illuminação especial, recepção, brindes e danças de pretos em regosijo.

Santos era então um pequeno burgo de 5.000 habitantes, limitado á faixa do porto, de construcções rarepostas além do centro, começando, ao norte, pela chacara onde hoje é o quartel da policia da rua Visconde de São Leopoldo, e terminando ao sul pela chacara do commendador Ferreira da Silva (onde hoje é a rua Eduardo Ferreira) : pequeno burgo, porém, que mentalmente acabava de dar ao Brasil as figuras extraordinarias de José Bonifacio de Andrada e Silva, Martim Francisco de Andrada, Antonio Carlos de Andrada, Conselheiro José Ricardo da Costa Aguiar e Fernandes Pinheiro (visconde de São Leopoldo).

(1) A guarnição da Praça de Santos naquella occasião, compunha-se de 1 batalhão de Infanteria, 5 Companhias com 502 praças e 79 Guardas Nacionáes.

CAPITULO XXII

Legislaturas Municipaes de Santos

Desde a primeira Camara, chamada "dos padres", em 1936.

1829

* José Ignacio Rodrigues de Carvalho, (1) Antonio Manuel da Silva Bueno, Manoel Angelo Figueira de Aguiar, Francisco Xavier da Costa Aguiar, Patricio Manoel de Andrada e Silva, Antonio Martins dos Santos, João da Silva Oliveira, Joaquim José de Carvalho.

Supplentes: João Pedro da Silva Cruz. Tomou posse em 24 de Outubro de 1829. João Teixeira Chaves. Tomou posse em 24 de Outubro. João do Monte Bastos, tomou posse em 22 de Dezembro. José Carvalho da Silva, tomou posse em 19 de Janeiro de 1830.

1834

* Dr. João Pedro da Silva Cruz, Dr. João de Souza Pereira Bueno, José Martins do Monte, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, João Octavio Nébias, João Xavier da Costa Aguir, João Teixeira Chaves.

Supplentes: Manoel Pereira dos Santos. Não consta a posse. Luiz Manoel da Silveira. Não consta a posse. João Baptista da Silva Bueno, não consta a posse.

1835

* Diogo José de Carvalho. Eleito em 23 de Março de 1835, na vaga por fallecimento do Vereador João Xavier

(1) Todos os assignalados por um asteristico, foram Presidentes da Camara nos respectivos periodos.

da Costa Aguiar. José Joaquim Vieira de Carvalho, tomou posse em 20 de Outubro de 1835. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, tomou posse em 18 de Dezembro de 1835.

1836

Supplentes — João do Monte Bastos, posse em 30 de Junho de 1836. Cypriano da Silva Froes, posse em 30 de Junho de 1836.

1837

* Jeremias Luiz da Silva, Francisco Xavier da Costa Aguiar, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Antonio Ferreira da Silva, Joaquim José Vieira de Carvalho, João Octavio Nébias, Francisco Xavier de Carvalho, Manoel Pereira dos Santos.

NOTA: Em 6 de Maio de 1837 e de accordo com a Lei Provincial de 7 de Janeiro de 1837, pediram demissão do cargo de vereadores, os Snrs. Jeremias Luiz da Silva, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Francisco Xavier da Costa Aguiar e Antonio Ferreira da Silva.

Lei n.º 5, de 1837.

Supplentes — Joaquim Xavier Pinheiro, posse em 22 de Maio de 1837, Manoel Ferreira da Silva Bertholdo, posse em 22 de Maio de 1837, João Baptista Rodrigues da Silva, posse em 22 de Maio de 1837. Firmino José Maria Xavier, posse em 31 de Julho de 1837.

1839

* José Pereira de Campos Vergueiro, posse em 11 de Abril de 1839. Firmino José Maria Xavier, posse em 11 de Abril de 1839.

Supplentes — Manoel Ignacio da Silveira, posse em 11 de Abril de 1839. Joaquim José do Carmo, posse em 30 de Outubro de 1839.

1840

* Joaquim José Vieira de Carvalho, João Octavio Nébias, Manoel Ferreira da Silva Bertholdo, Joaquim Xavier Pinheiro, Manoel Ignacio da Silveira. Joaquim José do Carmo. João Baptista Rodrigues da Silva.

1840 (II)

* Manoel Pereira dos Santos, José Pereira de Campos Vergueiro, Firmino José Maria Xavier, Francisco Xavier de Carvalho, José Martins do Monte, Manoel Bento Guedes de Carvalho, Antonio Ferreira da Silva, Jeremias Luiz da Silva, e Antonio Moreira dos Santos.

1841

* João Octavio Nebias, José Martins do Monte, Dr. Manoel Bento Guedes de Carvalho, Joaquim José do Carmo, Antonio Ferreira da Silva, Jeremias Luiz da Silva, José Pereira de Campos Vergueiro, Firmino José Maria Xavier, e Antonio Martins dos Santos.

Supplentes — Antonio de Sá Junior. Posse em 4 de Maio de 1841. Barnabé Francisco Vaz de Carvalháes, posse em 16 de Maio de 1841. José Joaquim Florindo e Silva, posse em 16 de Maio de 1841. Manoel Ferreira da Silva Bertholdo, posse em 27 de Julho de 1841.

1842

* José Martins do Monte, Joaquim José do Carmo, Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes, Antonio Martins dos Santos, Manoel Ferreira da Silva Bertholdo, José: Joaquim Florindo e Silva, Firmino José Maria Xavier e Antonio Ferreira da Silva.

1844

* Antonio Martins dos Santos, Manoel Geraldo de Menezes, Victorino José da Costa, Ildefonso Antonio de Moraes, José Joaquim de Alvarenga, José Antonio de Sá, José Antonio Vieira Barbosa, Domingos José Rodrigues Junior, e Dr. Claudio José da Costa.

1845

Supplentes — José Justiniano Bittencourt, posse em 10 de Janeiro de 1845.

1847

* Victorino José da Costa, Manoel Geraldo de Menezes, João Pedro da Silva Cruz. José Justiniano Bittencourt. José Antonio Vieira Barbosa, José Joaquim de Alvarenga, José

Antonio de Sá, Ildefonso Antonio de Moraes, e Domingos José Rodrigues Junior.

1848

* Victorino José da Costa, José Justiniano Bittencourt, José Joaquim de Alvarenga, José Antonio Barbosa, Ildefonso Antonio de Moraes, Manoel Geraldo de Menezes, Domingos José Rodrigues Junior, José Antonio de Sá e João Pedro da Silva Cruz.

Supplente — Joaquim José Vieira de Carvalho, posse em 3 de Janeiro de 1848.

1849

* Jeremias Luiz da Silva, Hygino José Botelho, José Pereira de Campos Vergueiro, João Antonio de Sá Junior, Theodoro de Menezes Forjaz, Antonio Martins dos Santos, Antonio Marques de Saes, José Joaquim Florindo e Silva e João Pedro da Silva Cruz.

1852

* Victorino José da Costa, José Justiniano Bittencourt, Dr. Agostinho de Oliveira, Machado Junior, José Martins do Monte, Antonio Martins dos Santos, José Antonio de Freitas Caldas (Bueno) (Leite). (1)

1854

* Victorino José da Costa, José Martins do Monte. José Justiniano Bittencourt, Antonio Martins dos Santos, José Antonio Vieira Barbosa, Dr. Agostinho de Oliveira Machado Junior, (Bueno) (Leite), Antonio de Freitas Caldas.

Supplentes — Commendador Antonio Ferreira da Silva, João Octavio Nébias, Dr. Firmino José Maria Xavier.

1855

* Victorino José da Costa, José Martins do Monte, José Justiniano Bittencourt, Antonio de Freitas Caldas, Dr. Agostinho de Oliveira Machado Junior, Dr. Firmino José Maria Xavier, Antonio Martins dos Santos (Bueno) (Leite).

(1) Não sabemos o que signifiquem esses nómes que espársamente se repétem daqui por deante.

1856

* Victorino José da Costa, José Justiniano Bittencourt, José Martins do Monte, Antonio de Freitas Caldas, Antonio Martins dos Santos, Dr. Firmino José Maria Xavier, (Bueno) (Leite), Dr. Agostinho de Oliveira Machado Junior.

1857

José Justiniano Bittencourt, Antonio Marques de Saes, Theodoro de Menezes Forjaz, Antonio José Vianna Junior, Alexandre Jeremias da Silva, José Antonio Pereira dos Santos, José Maria Largacha, Joaquim Xavier Pinheiro Junior, João do Monte Bastos.

Supplentes — Tenente Coronel Bernardino Ferreira da Silva, posse em 6 de Fevereiro de 1857.

1858

* Antonio Marques de Saes, Joaquim Xavier Pinheiro Junior, José Maria Largacha, João do Monte Bastos, Theodoro de Menezes Forjaz, Antonio José Vianna Junior, Bernardino Ferreira da Silva, José Antonio Pereira dos Santos, Alexandre Jeremias da Silva.

1859

* José Justiniano Bittencourt, Theodoro de Menezes Forjaz, Antonio José Vianna Junior, Bernardino Ferreira da Silva, Antonio Marques de Saes, José Maria Largacha, José Antonio Pereira dos Santos, João do Monte Bastos.

1860

* José Justiniano Bittencourt, José Maria Largacha, Antonio José Vianna Junior, Joaquim Xavier Pinheiro Junior, José Antonio Pereira dos Santos, João do Monte Bastos, Theodoro de Menezes Forjaz, Antonio Marques de Sáes, Bernardino Ferreira da Silva.

Supplentes — Joaquim Manoel da Silva, posse em 20 de Outubro de 1860, Francisco Xavier da Silveira, posse em 20 de Outubro de 1860.

1861

* Dr. Henrique da Cunha Moreira, Nicolau Vergueiro, José Antonio Vieira Barbosa, Antonio de Freitas Caldas,

Dr. José Candido de Azevedo Marques, Theodoro de Menezes Forjaz, José Maria Largacha, José Antonio Pereira dos Santos, Antonio José Vianna.

1862

* Nicolau Vergueiro (*Visconde de Vergueiro*), José Antonio Vieira Barbosa, Antonio de Freitas Caldas, Dr. José Candido de Azevedo Marques, Theodoro de Menezes Forjaz, José Maria Largacha, José Antonio Pereira dos Santos, Antonio José Vianna, Antonio Ferreira da Silva Junior, barão e visconde de Embaré, (que substituiu o Dr. Cunha Moreira. *Supplentes* — Jorge Avelino, posse em 30 de Setembro de 1862. José Teixeira Cavalheiros, posse em 24 de Dezembro de 1862.

1863

* Theodoro de Menezes Forjaz, José Antonio Vieira Barbosa, Antonio Ferreira da Silva Junior, José Maria Largacha, Dr. José Candido de Azevedo Marques, José Antonio Pereira dos Santos, Antonio de Freitas Caldas, Antonio José Vianna.

1864

* Theodoro de Menezes Forjaz, João Antonio Ferreira da Silva Junior, José Teixeira Cavalheiros, Antonio de Freitas Caldas, José Maria Largacha, Antonio José Vianna, Dr. José Candido de Azevedo Marques, Nicolau Vergueiro.

1865

* Antonio Ferreira da Silva Junior, Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, João Antonio Pereira dos Santos, Joaquim José Vieira de Carvalho, José Raggio Nobrega, Hygino José Botelho de Carvalho, José Justiniano Bittencourt, Francisco Xavier da Silveira, Manoel Joaquim Ferreira Netto (em substituição ao fallecido vereador José Justiniano Bittencourt), João dos Santos (em substituição ao vereador Dr. J. José Vieira de Carvalho que mudou residencia para o Rio de Janeiro).

1866

* João Antonio Pereira dos Santos, José Raggio Nobrega, Joaquim José dos Santos Cruz, João Octavio dos Santos,

Manoel Joaquim Ferreira Netto, Francisco Xavier da Silveira, Antonio Ferreira da Silva Junior, Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, Hygino José Botelho de Carvalho.

Supplentes — Antonio Martins dos Santos Junior, posse em 16 de Maio de 1876.

1867

* Antonio Ferreira da Silva Junior, João Antonio Pereira dos Santos, Hygino José Botelho de Carvalho, Antonio Martins dos Santos Junior, Manoel Joaquim Ferreira Netto, Joaquim José dos Santos Cruz, Francisco Xavier da Silveira, João Octavio dos Santos, Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane.

1868

* Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, Joaquim José dos Santos Cruz, Francisco Xavier da Silveira, João Octavio dos Santos, Antonio Martins dos Santos Junior, Hygino José Botelho de Carvalho, Antonio Ferreira da Silva Junior, Manoel Joaquim Ferreira Netto, Antonio Eustachio Largacha.

Supplentes — Antonio José da Fonseca Leite, posse em 11 de Julho de 1868.

1869

* Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane, Antonio Ferreira da Silva Junior, José Teixeira da Silva Braga Junior, Francisco de Paula Coelho, Firmino José Maria Xavier, Candido Annunciado Dias de Albuquerque, Joaquim José dos Santos Crũz, José Carneiro da Silva Braga.

1873 a 1876

(1) * José Antonio Pereira dos Santos, Francisco de Paula Coelho, Luiz José Ferreira, José Proost de Souza, José Carneiro da Silva Braga, João Domingues da Costa, Joaquim da Rocha Leite, Theodoro de Menezes Forjaz, Ignacio Wallace da Gama Cochrane.

(1) Lembramos nóvamente que os asteristicos indicam os Presidentes das Camaras.

1877 a 1880

* Dr. Alexandre Augusto Martins Rodrigues, Antonio Ferreira da Silva Sobrinho, Joaquim Xavier Pinheiro, Francisco Antonio Rosas, Henrique Ablas, Francisco Emilio de Sá, João Octavio dos Santos, Augusto da Silva Prates, Dr Antonio Augusto Bittencourt.

Supplentes — Adolpho Augusto Peixoto, posse em 19 de Março de 1877. Carlos Moreira de Sampaio, posse em 11 de Julho de 1879. Manoel Antonio Machado Netto, posse em 7 de Julho de 1879.

1881

* Antonio Franco de Araujo Vianna, José Carlos de Toledo, José Augusto Pereira, João José Teixeira, Carlos Moreira de Sampaio, Francisco Emilio de Sá, Dr. Pedro Augusto Pereira da Cunha.

Supplentes — Francisco de Paula Coelho, posse em 15 de Julho de 1881. José Elias do Amaral Rocha, (que convidado não tomou posse), do Partido Liberal. João Carlos da Silva Carneiro (Conservador) posse em 12 de Julho de 1882. Antonio Militão de Azevedo (conservador), posse em 9 de Agosto de 1882.

1883 a 1886

* João Octavio dos Santos, liberal, Benedicto Narciso do Amparo Sobrinho, conservador, João Antonio Pereira dos Santos, conservador, José Proost de Souza, conservador, Joaquim Manoel Alves de Lima, republicano, Francisco de Paula Ribeiro, republicano, Dr. Manoel Maria Tourinho, liberal, Francisco Martins dos Santos Junior, liberal, e Joaquim Xavier Pinheiro, liberal.

Supplentes — João Nunes de Carvalho, posse em 2 de Janeiro de 1885, Dr. José Lobo Vianna, posse em 2 de Janeiro de 1885. João Xavier da Silveira, posse em 20 de Abril de 1885, na vaga de Francisco Martins dos Santos Junior. Balthazar Olyntho de Carvalho e Silva, posse em 2 de Janeiro de 1885, João Maria das Neves, posse em 9 de Agosto de 1885, e Belisario Soares Caiuby, vereador eleito na vaga de João Antonio Pereira dos Santos, em 12 de Outubro de 1886.

1887 a 1889

* João da Silva Oliveira Pinto, liberal, * Em 1887 e 1888, Felix Bento Vianna, conservador. Guilherme José Alves Souto, republicano. Americo Martins dos Santos, republicano. João Manoel Alfaya Rodrigues Junior, conservador. Lucas Alves Fortunato, conservador. Constancio Vaz Guimarães, conservador, na vaga por fallecimento do Dr. Tito de Souza Rodrigues, (empossado em 6 de Outubro de 1887). Dr. Tito de Souza Rodrigues, liberal, e Julio Conceição, conservador. * em 1889.

Supplentes — Padre Francisco Gonçalves Barroso, republicano, posse em 9 de Julho de 1887. José Torres Rosmann, na vaga de Constancio Vaz Guimarães, com posse em 4 de Junho de 1889. Antonio Carlos da Silva Telles republicano, eleito vereador em 5 de Setembro de 1889, na vaga de João Manoel Alfaya Rodrigues Junior.

Proclamada a Republica a 15 de Novembro de 1889, o povo santista acclamou uma junta governativa para dirigir provisoriamente a cidade, junta essa composta dos seguintes cidadãos : Antonio Lacerda Franco, Antonio Carlos da Silva Telles, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, José Azurem Costa Junior, Ernesto Candido Gomes, Leão Luiz Ribeiro, Walter Wright, Guilherme José Alves Souto, Henrique Porchat, Manoel Franco de Araújo Vianna.

1890

O Governo do Estado, em 1890, achando que a tutella admnistrativa exercida durante mais de meio seculo sobre os municipios não tinha sido proveitosa, entorpecendo a vida economica destes, decretou que o poder municipal fosse exercido por Conselhos de Intendencia Municipal, nomeados pelo Governador.

1.° Conselho de Intendencia creado pelo officio de 19 de Fevereiro de 1890 assignado por Prudente de Moraes: Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça, presidente, Martinho Leal Ferreira, Luiz José dos Santos Dias, Ernesto Candido Gomes, Francisco Emilio de Sá, José Seraphim Cardoso, Bento Teixeira da Silva, que não acceitou o cargo. Dr. José da Silva Vergueiro, em substituição de Bento Teixeira da Silva.

Em 8 de Março de 1890 foi elevado a 9 o numero dos membros do Conselho e nomeados para completal-o os ci-

dadãos: José Azurem Costa Junior e Manoel Franco de Araujo Vianna. Em 9 de Junho foi nomeado o Dr. Lino Cassiano Jardim, para preencher a vaga com o fallecimento do Snr. José Seraphim Cardoso.

1891

Nomeados por acto de 14 de Fevereiro, do Governador do Estado :

Dr. João Galeão Carvalhal, Francisco Corrêa de Almeida Moraes, Francisco Cruz, Antonio Augusto Bastos, Raymundo Gonçalves Corvello, Theophilo de Arruda Mendes. Em 14 de Março de 1891 foram nomeados para formar o Conselho de Intendencia, em substituição, os cidadãos seguintes: Dr. José Cesario da Silva Bastos, Julio Conceição, José Rodrigues Caldeira, José Augusto Pereira, Ricardo Pinto de Oliveira, e Narciso de Andrade.

Em 6 de Junho de 1891, foram empossados nos cargos de intendentes, o Dr. José Maria Tourinho e Francisco Feliciano da Silva.

Em 30 de Junho de 1891, foi nomeado o Dr. Jacob Thomaz Itapura de Miranda, para o cargo de intendente, e declarado em officio do governador do Estado, em 4 de Julho sem effeito a mesma nomeação.

Em 10 de Agosto de 1891, foram nomeados para o cargo de intendentes os Snrs. Elisiario de Arruda Castanho, José de Castro Mendonça Furtado, e Antonio Teixeira da Silva.

Em 26 de Novembro de 1891, foram nomeados para preencher as vagas dos Snrs. Francisco Feliciano da Silva, José de Castro Mendonça Furtado e Elisiario de Arruda Castanho, os Snrs. Dr. Francisco Leopoldo Marinho de Souza, José Caetano Munhoz e Americo Martins dos Santos, tendo este declarado achar-se incompatibilisado com seu parente José Caetano Munhoz.

Em 28 de Dezembro de 1891, foram nomeados para o Conselho de Intendencia, os Snrs. Dr. João Galeão Carvalhal, Dr. Lino Cassiano Jardim, Francisco Cruz, Antonio Augusto Bastos, Antonio José Malheiros Junior, Raymundo Gonçalves Corvello e Theophilo de Arruda Mendes.

1892

Manoel Franco de Araujo Vianna, nomeado na vaga do Dr. João Galeão Carvalhal, em 6 de Abril de 1892, tomou posse em 6 de Abril de 1892.

Ernesto Hess, foi convidado como supplente para o cargo de intendente e tomou posse em 14 de Junho de 1892.

Dr. Pedro Augusto Pereira da Cunha, Raymundo Soter de Araujo, Dr. Antonio Joaquim da Costa Pires, Emilio José Ribeiro, Dr. Julio Alves da Cunha, e Luiz Supplicy, nomeados para os cargos de intendentes em 15 de Julho de 1892.

DE 29 DE SETEMBRO DE 1892 A 7 DE JANEIRO DE 1896

* Dr. José Cesario da Silva Bastos, (Primeiro presidente constitucional da periodo republicano), posse em 29 de Setembro de 1892. Renunciou em 16 de Fevereiro de 1893.

Affonso Francisco Veridiano. Posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 14 de Março de 1893.

* Dr. Manoel Maria Tourinho, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 9 de Julho de 1895.

Narciso de Andrade, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 16 de Fevereiro de 1893.

Dr. João Eboli, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 16 de Fevereiro de 1893.

José Caetano Munhoz, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 9 de Julho de 1895.

Antonio Augusto Bastos, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 27 de Julho de 1894.

Dr. João Nepomuceno Freire Junior, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 14 de Março de 1893.

João Octavio dos Santos, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 14 de Março de 1893.

João da Costa Silveira, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 14 de Março de 1893.

José: Antonio Vieira Barbosa, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 14 de Março de 1893.

Brasilio Monteiro da Silva, posse em 29 de Setembro de 1892, renunciou em 30 de Abril de 1893.

* Francisco Cruz, supplente em exercicio de 7 de Fevereiro de 1893 a 11 de Abril de 1893.

* Americo Martins dos Santos, posse em 11 de Abril de 1893, renunciou em 13 de Outubro do mesmo anno.

Ricardo Pinto de Oliveira, posse em 11 de Abril de 1893, renunciou em 3 de Dezembro de 1893.

Leonardo Antonio de Castro, posse em 11 de Abril de 1893, fallecido em 26 de Março de 1894.

Manoel Franco de Araujo Vianna, posse em 11 de Abril de 1893, renunciou a 1.° de Julho do mesmo anno.

Alexandre José de Mello Junior, posse em 11 de Abril de 1893.

José Domingues Martins, posse em 11 de Abril de 1893, renunciou em 29 de Outubro de 1894.

Dr. Isidoro José Ribeiro de Campos, posse em 11 de Abril de 1893, renunciou em 26 de Março de 1894.

Dr. João Antonio Segadas Vianna, posse em 1.° de Julho de 1893, renunciou a 20 de Novembro de 1894.

Cel. Antonio Martins Fontes, Posse 11-10-1893, renunciou em 27-7-94

João Braz de Azevedo, supplente em exercicio em 26 de Março de 1894.

Joaquim Feliciano da Silva, supplente em exercicio em 26 de Março de 1894.

Hermann Reipert, supplente em exercicio em 14 de maio de 1894.

Ernesto Hess, supplente em exercicio em 7 de Junho de 1894.

Joaquim Marques Leite, supplente em exercicio em 27 de Julho de 1894. (1)

Alberto Veiga, posse em 1.° de Setembro de 1894, renunciou em 7 de Março de 1895.

* Antonio Manoel Fernandes, posse em 19-9-94, terminou o mandato em 7 de Janeiro de 1896.

* José André do Sacramento Macuco, posse em 1 de Setembro de 1894, renunciou em 7 de Março de 1895.

Augusto Filgueiras, posse em 1 de Setembro de 94, renunciou em 11 de Dezembro de 95.

Olympio Lima, posse em 6 de Dezembro de 94, renunciou em 9 de Julho de 95.

Manoel Henrique de Lima, posse em 16 de Janeiro de 95, renunciou em 9 de Julho do mesmo anno.

José Couto, posse em 16 de Janeiro, renunciou em 9 de Julho de 95.

QUINTINO DE LACERDA, posse em 9 de Julho de 1895, terminou o mandato em 7 de Janeiro de 1896. (1)

(1) E' deste anno de 1894 a primeira Constituição Politica republicana do municipio de Santos.

(1) A entrada de Quintino de Lacerda para o legislativo santista marca uma quadra rumorósa da vida politica da cidade. Feita a sua eleição por adversários do Dr. Manoel Maria Tourinho, viu-se

Antonio Vieira de Figueiredo, posse em 9 de Julho de 1895, terminou o mandato em 7 de Janeiro de 1896.

* Antonio Dias Pinna e Mello, posse em 9 de Julho de 1895, terminou o mandato em 7 de Janeiro de 1896.

Leoncio Carneiro, posse em 9 de Julho de 95, terminou o mandato em 7 de Janeiro de 96.

Justino Ferreira Junior, supplente em exercicio de 9 de Julho de 95, a 7 de Janeiro de 1896.

Hygino Carlos Freire, supplente em exercicio de 9 de Julho de 1895 a 7 de Janeiro de 1896.

Trajano Fidelis da Silva, supplente em exercicio de 9 de Julho de 1895, a 7 de Janeiro de 1896.

Jacob Lanceloti, supplente em exercicio de 12 de Setembro de 1895, a 7 de Janeiro de 1896.

DE 7 DE JANEIRO DE 1896 A 7 DE JANEIRO DE 1899

* Francisco Corrêa de Almeida Moraes. Dr. Jacob Thomaz Itapura de Miranda, (Renunciou), João Joaquim de Souza Guerra, João Baptista de Castro Jobim, João Pereira Bueno, José Paulo de Azevedo Sodré. Henrique Porchat (falleceu a 27 de Outubro de 1897.) Adolpho Augusto Bastos. * Antonio Iguatemy Martins, Frederico Junqueira. Narciso de Andrade, Antonio Vieira de Figueiredo, Joaquim Montenegro. Ignacio Mariano de Azevedo Marques, Antonio José Malheiros Junior, José Moreira Sampaio. Neste periodo foi eleito intendente o Dr. Jacob Itapura de Miranda que governou até 7 de Abril de 1896; substituiu-o então o Cel. Narcizo de Andrade até 9 de Julho de 1897 quando assumiu o cargo Antonio Malheiros Junior que por sua vez passou-o a 4 de Maio de 1898 ao intendente eleito Cel. Joaquim Montenegro.

DE 7 DE JANEIRO DE 1899 A 7 DE JANEIRO DE 1902

* José Carneiro Bastos. José Moreira Sampaio. Adolpho Vaz Guimarães, Ascendino da Natividade Moutinho (renun-

este na contingencia de renunciar ao mandato de Presidente da Camara. Ao apresentar-se Quintino para a pósse, esta lhe foi negada por não saber elle nem ler nem escrever. Veio então a revide; aconselhado por alguns republicanos dissidentes, Quintino invadiu a Prefeitura com seus homens, fez retirar toda a Camara e fechou-lhe as pórtas a chave, acabando por ser empossado de accordo com o diploma que apresentava e com o "Accordam" do Tribunal de S. Paulo que trazia.

ciou em 2-1-901), Joaquim Feliciano da Silva, Tancredo Oscar de Azevedo, Dr. João Baptista Martins de Menezes, (renunciou a 7 de Agosto de 1901) Ignacio Mariano de Azevedo Marques, renunciou em 9 de Janeiro de 901, Francisco Correia de Almeida Moraes (não tomou posse), Antonio Iguatemy Martins (não tomou posse) Joaquim Montenegro (não tomou posse), Theophilo de Arruda Mendes (não tomou posse) Affonso Porchat de Assis, renunciou em 19 de Junho de 1900. Americo Martins dos Santos, posse em 17 de Maio de 1899, terminou o mandato em 7 de Janeiro de 1902, Hermenegildo da Silva Ablas, renunciou em 19 de Novembro de 1899, Camilo Borges Ratto, terminou o mandato, Carlos José Pinheiro, Dr. José Adelino Teixeira, Gustavo Goetz. Foi eleito Intendente neste periodo o sr. Coronel José Moreira de Sampaio que occupou o cargo até 10 de Junho de 1899, sendo substituido ahi pelo Cap. Adolpho Vaz Guimarães.

DE 7 DE JANEIRO DE 1902 A 7 DE JANEIRO DE 1905

* Francisco Correia de Almeida Moraes, Narciso de Andrade, Dr. Manoel Galeão Carvalhal, Henrique Porchat de Assis, renunciou em 15-3-903. Hermenegildo da Silva Ablas, Gil de Souza Rodrigues, Theodorico de Almeida (renunciou) Dr. Raymundo Soter de Araujo, Francisco Antonio de Souza Junior, Dr. Francisco Malta Cardoso, Antonio Candido Gomes, (renunciou em 11 de de Novembro de 1903), Joaquim Mariano de Campos Moura, David Victor de Almeida, Cincinato Martins Costa, Benedicto Ernesto Guimarães, (renunciou em 1903), Dr. Heitor Guedes Coelho. Neste periodo foi eleito Intendente o Dr. F. Malta Cardoso que occupou o cargo até 7 de Janeiro de 1904, passando-o então ao seu substituto Dr. Manoel Galeão Carvalhal.

DE 7 DE JANEIRO DE 1905 A 15 DE JANEIRO DE 1908

* Francisco Correa de Almeida Moraes, Narciso de Andrade, David Victor de Almeida, (renunciou em 1906), Dr. João Galeão Carvalhal, Hermenegildo da Silva Ablas, Francisco Antonio de Souza Junior, Augusto Filgueiras, Dr. Raymundo Soter de Araujo, Cincinato Martins Costa, Joaquim Mariano de Campos Moura, (renunciou em 1906.) Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, Dr. Heitor Guedes Coelho, Dr.

José Monteiro, Dr. Estacio Correa, Francisco Hayden, Antonio da Silva Azevedo Junior; Dr. Francisco Salles da Silva Braga. (n/tomou posse e renunciou).

Occupou a Intendencia nesta legislatura o Dr. João Galeão Carvalhal até 31 de Maio de 1905, passando-a ao Capitão Joaquim Mariano de Campos Moura, o qual por sua vez passou-a ao Cel. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares em 7 de Janeiro de 1906.

Foi ésta a ultima Intendencia, visto que daqui por diante os Intendentes passaram a ser Prefeitos.

VEREADORES DE 1908 A 1911

6.ª Legislatura:

José Domingues Martins: Presidente, de 15 de Janeiro dc 1908 a 15 de Janeiro de 1909. Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro.

Antonio da Silva Azevedo Junior: Presidente, de 15 de Janeiro de 1909 a 15 de Janeiro de 1911.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva: Vice-Prefeito, em exercicio, de 4 de Julho de 1910 a 15 de Janeiro de 1911. Terminou o mandato.

Dr. Benedicto de Moura Ribeiro: Renunciou em 23 de Janeiro de 1908. Eleito novamente tomou posse em 4 de Março do mesmo anno, sendo eleito vice-presidente.

Benedicto Pinheiro: Eleito 1.º Secretario. Esteve no exercicio da presidencia diversas vezes.

Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares: Prefeito eleito de accordo com a lei organica, (eleição directa). Posse em 15 de Janeiro. Renunciou em 29 de Julho de 1910.

Carlos Luiz de Affonseca: Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro.

Carlos Arthur Weber: Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro.

Carlos José Pinheiro: Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro.

Camillo Borges Ratto: Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro:

Jacob Guyer: Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro.

Dr. João Galeão Carvalhal: Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro.

Dr. Manoel Maria Tourinho: Inspector literario de 15 de Janeiro de 1908 a 21 de Setembro de 1910. Terminou o mandato, tomando posse em 15 de Janeiro.

VEREADORES DE 1911 A 1914

7.ª Legislatura:

Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho: Vice-Presidente. Terminou o mandato. Posse em 15 de Janeiro de 1911.

Dr. Azarias Martins Ferreira: Vice-Prefeito. Terminou o mandato. Posse em 15 de Janeiro.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva : Prefeito, de 15 de Janeiro de 1911 a 15 de Janeiro de 1914. Posse em 15 de Janeiro.

Benedicto Pinheiro: Terminou o mandato. Posse em 15 de Janeiro.

Carlos Luiz de Affonseca: Presidente durante o triennio. Posse em 15 de Janeiro.

Carlos José Pinheiro: Vice-Presidente e depois Vice-Prefeito. Posse em 15 de Janeiro.

Flavio Soares de Camargo: Terminou o mandato. Posse em 15 de Janeiro.

Gil Alves de Araujo: Terminou o mandato. Posse em 15 de Janeiro.

Genes Alberto da Silva Peres: Falleceu em 23 de Junho de 1912.

Luiz Ayres da Gama Bastos: Renunciou em 9 de Junho de 1913.

Oswaldo Cochrane: Terminou o mandato.

Cincinato Martins Costa: Posse em 21 de Agosto de 1912. Terminou o mandato.

João Gonçalves Moreira: Supplente em exercicio de 23 de Julho de 1913 a 15 de Janeiro de 1914.

Vicente Pires Domingues: Posse em 15 de Janeiro de 1911. Terminou o mandato.

VEREADORES DE 1914 A 1917

8.ª Legislatura:

Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho: Presidente, de 15 de Janeiro de 1914 a 15 de Janeiro de 1917.

Antonio Candido Gomes: Terminou o mandato. 1.° Secretario.

Alvaro Pereira Guimarães: Terminou o mandato.

Benedicto Pinheiro: Terminou o mandato.

Carlos Luiz de Affonseca: Prefeito de 15 de Janeiro de 1914 a 1.° de Fevereiro de 1916. Renunciou em 1.° de 2-1916, por haver sido provido na serventia vitalicia do 5.° Officio da Comarca.

Carlos José Pinheiro: Terminou o mandato.

Dr. Manoel Galeão Carvalhal: Vice-Prefeito. Terminou o mandato.

Comdor. João Manoel Alfaya Rodrigues: Terminou o mandato.

Dr. José Monteiro: Terminou o mandato.

Cel. Joaquim Montenegro: Terminou o mandato.

Oswaldo Cochrane : Vice-Presidente da Camara : Fallecido em 21 de Junho de 1915.

Vicente Pires Domingues: Terminou o mandato.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva: Eleito na vaga de Oswaldo Cochrane tomou posse em 18 de Agosto de 1915.

VEREADORES DE 1917 A 1920

9.ª Legislatura:

Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho: Presidente durante o triennio.

Alfredo Freire: Eleito 2.° Secretario.

Arnaldo Ferreira de Aguiar: Eleito 1.° Secretario.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva: Prefeito durante o triennio.

Dr. Benedicto de Moura Ribeiro: Vice-Presidente durante o triennio.

Benedicto Pinheiro: Terminou o mandato.

Guilherme Aralhe: Terminou o mandato.

Dr. Heitor de Moraes: Terminou o mandato.

Comdor. João Manoel Alfaya Rodrigues: Terminou o mandato.

João Gonçalves Moreira: terminou o mandato.

Dr. Tito Livio Brasil: Terminou o mandato.

VEREADORES DE 1920 A 1923

10.ª Legislatura:

Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho: Posse em 26 de Março de 1920. Fallecido a 20 de Abril de 1921 em Campinas e sepultado em Santos a 21.

Alfredo Freire: Eleito 1.° Secretario, durante o triennio.

Arnaldo Ferreira de Aguiar: Eleito Vice-Prefeito durante o triennio.

Dr. Benedicto de Moura Ribeiro: Presidente durante o triennio.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva: Terminou o mandato.

Benedicto Pinheiro: Terminou o mandato.

Dr. Heitor de Moraes: Posse em 26 de Janeiro de 1920. Terminou o mandato.

Comdor. João Manoel Alfaya Rodrigues: Vice-Presidente durante o triennio.

João Gonçalves Moreira: Terminou o mandato.

Cel. Joaquim Montenegro: Prefeito Municipal durante o triennio.

Dr. José de Souza Dantas: 2.° Secretario durante o triennio.

Alberto Fernandes Leal: Eleito em 22 de Maio de 1921, na vaga de Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho. Tomou posse em 16 de Junho do mesmo anno, terminou o mandato.

VEREADORES DE 1923 A 1926

11.ª Legislatura:

Alfredo Freire: Eleito 1.° Secretario durante o triennio.

Arnaldo Ferreira de Aguiar: Eleito Vice-Prefeito. Em 16 de Dezembro de 1925 foi eleito prefeito, em virtude da renuncia do coronel Joaquim Montenegro.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva: Terminou o mandato.

Alberto Fernandes Leal: Posse em 15 de Janeiro de 1923. Renunciou em 26 de Janeiro de 1924.

Dr. Benedicto de Moura Ribeiro: Posse em 15 de Janeiro de 1923. Eleito presidente da Camara durante o triennio.

Benedicto Pinheiro: Posse em 15 de Janeiro de 1923. Terminou o mandato.

Comdor. João Manoel Alfaya Rodrigues: Posse em 15 de Janeiro. Eleito Vice-Presidente da Camara.

Cel. Joaquim Montenegro: Eleito prefeito para os exercicios de 1923, 1924 e 1925. Renunciou em 29 de Novembro de 1925, por haver sido provido na Serventia vitalicia do 8.° Officio.

Dr. João Carvalhal Filho: Posse em 15 de Janeiro de 1923. Terminou o mandato.

Dr. José de Sousa Dantas: Eleito 2.° Secretario. Eleito Vice-Prefeito em sessão de 16 de Dezembro de 1925, na vaga do sr. Arnaldo F. Aguiar.

Cel. Manoel Ribeiro de Azevedo Sodré: Posse em 15 de Janeiro. Terminou o mandato.

Dr. Samuel Baccarat: Eleito 2.° Secretário em 16 de Dezembro de 1925.

João Gonçalves Moreira: Eleito em 1.° de Março de 1924, na vaga occasionada pela renuncia do sr. Alberto Fernandes Leal. Tomou posse em 19 de Março de 1924. Terminou o mandato.

Nota: — As eleições desta legislatura foram realisadas em 14 de Dezembro de 1922.

VEREADORES DE 1926 A 1929

12.ª Legislatura:

Dr. Albertino Moreira: Eleito em 15 de Janeiro de 1926, para o cargo de 2.° Secretario, que resignou em 7 de Maio de 1928. Terminou o mandato.

Alfredo Freire: Eleito Vice-Presidente da Camara em 16 de Maio de 1927. Terminou o mandato.

Dr. Antonio Ezequiel Feliciano da Silva: Posse em 15 de Janeiro. Terminou o mandato.

Arnaldo Ferreira de Aguiar: Eleito prefeito em 15 de Janeiro de 1926. Resignou o cargo de prefeito em 16 de Novembro de 1926. Falleceu em 25 de Fevereiro de 1928.

Benedicto Pinheiro: Eleito Vice-prefeito em 26 de Novembro de 1926. Terminou o mandato.

Frederico Ernesto de Aguiar Whitaker: Eleito 2.° Secretario em 16 de Agosto de 1928. Terminou o mandato.

Dr. João Carvalhal Filho: Eleito presidente da Camara em 15 de Janeiro de 1926. Renunciou em 6 de Maio de 1927, por haver sido nomeado Secretario do Interior, no Governo do Dr. Dino Bueno.

Comdor. João Manoel Alfaya Rodrigues: Eleito Vice-Presidente da Camara em 15 de Janeiro de 1926. Eleito presidente em 16 de Maio de 1927, na vaga do Dr. João Carvalhal Filho até o fim do mandato.

João Gonçalves Moreira: Posse em 15 de Janeiro de 1926. Fallecido em 11 de Outubro de 1928.

Dr. José de Sousa Dantas: Eleito Vice-Prefeito em 15 de Janeiro de 1926. Eleito prefeito em 26 de Novembro do mesmo anno e reeleito em 1927 a 1928, até o final do mandato.

Cel. Manoel Ribeiro de Azevedo Sodré: Posse em 15 de Janeiro de 1926. Terminou o mandato.

Dr. Samuel Baccarat: Eleito 1.º Secretario em 15 de Janeiro de 1926. Terminou o mandato.

VEREADORES DE 1929 A 1930

13.ª Legislatura:

Adelson Nogueira Barreto: Posse em 15 de Janeiro de 1929. Eleito 2.º Secretario da Mesa e reeleito para o mesmo cargo em 1930.

Dr. Albertino Moreira: Eleito Vice-Presidente em 15 de Janeiro de 1929 e reeleito para o mesmo cargo em 1930.

Dr. Antonio Bruno Barbosa: Posse em 15 de Janeiro de 1929.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva: Eleito presidente da Camara em 15 de Janeiro de 1929 e reeleito em 1930.

Evaristo Machado Netto: Posse em 15 de Janeiro de 1929.

Frederico Ernesto de Aguiar Whitacker Junior: Posse em 15 de Janeiro de 1929.

Dr. Heitor de Moraes: Posse em 15 de Janeiro de 1929. Licenciado pela Camara desde Fevereiro de 1929 até a data de sua renuncia em 16 de Maio de 1930.

Dr. José de Sousa Dantas: Eleito prefeito municipal em 15 de Janeiro de 1929 e reeleito em 1930.

Dr. José Luiz de Jorge: Posse em 15 de Janeiro de 1929.

Martinho Ferreira de Camargo: Eleito Vice-Prefeito em 15 de Janeiro de 1929.

Dr. Sebastião Adelino de Almeida Prado: Eleito 1.° Secretario da Mesa em 15 de Janeiro de 1929.

Dr. Waldemar Leão: Posse em 15 de Janeiro de 1929.

Dr. Ignacio Paschoal Bastos: Eleito na vaga do Dr. Heitor de Moraes, em 30 de Maio de 1930. Posse em 26 de Junho de 1930.

REVOLUÇÃO

Com a organização dos Governos Provisorios Federal e Estadoal, em virtude de haver triumphado a revolução que teve inicio no paiz em 3 de Outubro de 1930, terminando em 24 do mesmo mez e anno, foram dissolvidas as corporações legislativas.

A 28 de Outubro de 1930 assumia o governo da cidade uma Junta Governativa nomeada pelo Governo Provisorio de S. Paulo, composta dos Snrs. Dr. Waldemar Leão, Dr. Antonio Feliciano e Leopoldo de Oliveira Figueiredo, que permaneceu até 30 de Novembro seguinte.

A 1.° de Dezembro passava o governo municipal a ser exercido pelo primeiro Prefeito Provisório — o Dr. Elias Machado de Almeida, que permaneceu no poder até 12 de Abril de 1931.

No dia 13 de Abril de 1931 assumia o governo municipal o novo Prefeito Provisório — Dr. Antenor Maciel Bué, que permaneceu até 1.° de Abril do anno seguinte, de 1932.

A 2 de Abril de 1932, passou a Prefeitura da cidade a ser exercida pelo Dr. Aristides Bastos Machado, que governou durante tres annos, deixando-a somente a 2 de Abril de 1935 por desistencia, afim de desimpedir-se para o logar de Deputado á Constituinte paulista, passando o governo ao seu substituto lógico o Dr. Antonio Gomide Ribeiro dos Santos, que o exerceu até o dia 13 de Agosto de 1936, quando tomou pósse a Camara eleita a 25 de Março do mesmo anno, assumindo a Prefeitura da cidade o novo prefeito Dr. Aristides Bastos Machado, o mesmo que por trez annos já exercera o mesmo cargo em caracter provisório.

A Camara empossada a 13 de Agosto de 1936, realizando a 14.ª Legislatura santista da Republica e 1.ª da nóva phase constitucional do municipio, teve a seguinte organisação :

Dr. João Carlos de Azevedo — Presidente

Dr. Antonio Ezequiel Feliciano da Silva — Vice-Presidente

Dr. Waldemar Carneiro Leão
Mariano de Laet Gomes
Dr. Carlos Pacheco Cyrillo
Dr. Eduardo Victor de Lamare
Da. Zeny de Sá Goulart (a primeira vereadora que a historia santista registou)
Antonio Yguatemy Martins Junior
Dr. Osório de Souza Leite
Professor André Freire
Francisco de Barros Mello
João da Rocha e Silva
Dr. Nicanor Ortiz

A 15 de Outubro de 1936 o Dr. Aristides Bastos Machado renunciava ao cargo de Prefeito afim de assumir a Secretaria do Governo do Estado, assumindo o seu lugar nessa mesma noite o Snr. Antonio Yguatemy Martins Junior e entrando para o logar deste como vereador o supplente Alberto Moráes Barros.

★ *Este livro foi composto e impresso nas officinas da Empreza Graphica da "Revista dos Tribunaes", á Rua Xavier de Toledo, 72, São Paulo, em Junho de 1937.*

JULHO DE 1946

A EXPEDIÇÃO DO BARÃO JORGE HENRIQUE DE LANGSDORF

Uma viagem fluvial do rio Tietê ao Amazonas

14.7.46 1825 - 1829 Estado de S. Paulo

SÁ CARVALHO

A figura de Hercules Florence tornou-se grata e "estimadissima em todo o Brasil; um dos filhos adotivos mais gratos ao nosso País. Natural de Nice, tendo vindo para o Brasil em 1824, foi seu destino entrar logo em contato com o interior mais afastado dos centros civilizados, para isso engajando-se no ano imediato na arrojada expedição do barão de Langsdorf, que deveria varar de S. Paulo até o Amazonas, via Mato Grosso.

Esta expedição, estimulada e patrocinada pelo czar Alexandre I, da Russia, aparelhou-se devidamente no Rio de Janeiro e escolheu membros distintos para cada uma das especialidades a serem estudadas. Compunha-se ela de: Luis Riedel, notavel botanico; Rubsoff, oficial de marinha da Russia e especializado em astronomia; Cristiano Hasse, notavel zoologo de fama mundial, e do celebre desenhista Mauricio Rugendas. Este desistiu da empresa e foi substituido por Adriano Taunay, pintor fidalgo de grande estima na Corte do Rio de Janeiro; e houveram acertadamente de admitir um segundo desenhista, Hercules Florence.

Essa viagem notavel veio consagrar o nome de Hercules Florence e torna-lo "um bom brasileiro". Foi nessa viagem que travou conhecimento com aquela que pouco tempo depois seria sua esposa. Dessa expedição, as melhores narrativas foram as de Florence, esparsas na Revista do Instituto Historico do Rio e mais tarde enfeixadas em livro. Mais recentemente a Companhia Melhoramentos de S. Paulo editou-a novamente de forma distinta e luxuosa, com excelentes gravuras de desenhos do autor. Resumiremos em linhas gerais o que foi essa importante varação de nossos sertões naquele começo do seculo XIX.

Partindo do Rio de Janeiro a 3 de setembro de 1825, pelo navio "Aurora", aportaram a Santos no dia 5; e ali, em pequena embarcação, foram até Cubatão, então um povoado de 30 casas; ali conheceram um curioso dinamarquês de nome Eduardo Smith. Em Cubatão, alugaram uma tropa de 63 animais para conduzi-los e bagagem até Jundiaí, distante 19 leguas. Com dois dias de marcha chegaram a S. Paulo, que então contava apenas uns 12.000 hobitantes e com mais um dia chegaram a Jundiaí, então bifurcação do caminho para Itu e para o sertão de Goiás. Aí, conseguida nova comitiva, partiram até Porto Feliz, que então era o embarcadouro para Mato Grosso. Ali, [...] tos: Lourencinho, Uacorutuba, Bento Pires e outros até Cuiabá, aonde aportaram a 30 de dezembro de 1826, recebidos honrosamente pelo major de engenheiros José Saturnino da Costa Pereira, então governador da Provincia, altas autoridades e elementos sociais. Em Cuiabá, Florence refere-se ao italiano Angelini, que seria o correspondente da expedição.

A cidade do ouro fabuloso encontrava-se então decadente, contando talvez 6.000 habitantes e a provincia toda cerca de 30.000. Até ai, haviam vencido um percurso notavel de 530 leguas, ou sejam 3.180 quilometros e transposto 114 cachoeiras e corredeiras. Deveriam ter demora em Cuiabá, para aparelhar a grande travessia até o Amazonas. Florence acompanhou então as pesquisas e estudos em torno de Cuiabá.

A 28 de abril, partiram para uma excursão ao alto da serra geral divisoria de aguas das bacias platina e amazonica. Atravessaram o rio Coxipó-açu e, com 17 leguas de caminhada, começaram a galgar a serra ingreme, cheia de matações, pedras soltas e zigue-zagues curiosos, tendo cortado cinco vezes um mesmo corrego, encontraram uma queda dagua de grande beleza, de 50 metros de altura. No alto da serra dominava o gigante morro de São Jeronimo, em cima do qual existe um taboleiro plano medindo 400 metros por 200. Constataram na serra penedos enormes esparsos em numero de sete, de cerca de 30 metros de altura cada um, semelhantes a ruinas ciclopicas e a seguir numerosos outros menores, constituindo no seu conjunto, semelhanças de ruinas de uma grande cidade. Nesse dia, foram pousar em casa do sargento-mor Domingos Monteiro, senhor daquela região. A 1.o de maio seguiram para a fazenda Buriti, de dona Antonia. Prosseguiram até a povoação dos Guimarães, na Chapada, a qual se compunha de uma unica rua de casebres e uma igrejinha. Fazia intenso frio e tudo era encoberto por denso nevoeiro. Fizeram ponto nesse arraialzinho cerca de 40 dias, estudando as redondezas. Enquanto os naturalistas pesquisavam, Florence desenhava estupendos aspectos do grande planalto mato-grossense, do que nos dão ideia as gravuras contidas em seu livro. Foram ao Quilombo, então famosa lavra de diamantes, distante 72

vanhandava, Escaramuça, Itupa-ema, Mato Seco, Ondas Grandes e ndas Pequenas, Funil Grande e unil Pequeno, ,Guacurieva, Ara-nguá, Itapeva, Guacur.tuva, Itu-ru, Três Irmãos, Itapura. Na des-da do rio Paraná, menciona suas rincipais ilhas até a foz do rio rdo, o qual subiram até o ponto varação para o Camapoam. Nesse ficil trecho da viagem, anotou os rincipais pontos de referencia: nhandui-guaçu, Orelha de Gato, relha de Onça, Ribeirão dos Pa-s, Capoeiras, Caluru, Quebra proa, rga do Mato, Sirga Preta, Banqui-io, Sirga Comprida, Embiruçu, ente Dobrada, Sirga do Mangual, Juco, Sirga do Jupiá, Taquaral, rês Irmãos, onde anotou as infor-ações de que, naufragara ali um telão das monções, com 80 arrobas ouro de Cuiabá; Tamanduá, on-encontraram a monção de José Costa Rodrigues, que regressa. de Cuiabá para Porto Feliz; Sir-do Campo, Sirga do Manuel Ro-rigues, Pomba, Canoa Velha e San-uessuga, ponto de transbordo, que feudo do Camapoam distava 15 uilometros de boas estradas. O ser-ço de transbordo era então feito los elementos locais, em carros de is e em zorras.

A Fazenda Camapoam possuia sse tempo duas casas de sobrado, n patio com engenho de cana e brico de rapadura; senzalas para escravos, que eram numerosos, uma infinidade de ranchos cober-s de capim, moradas dos negros rros e dos aventureiros dessa rota emoravel das monções. Na oca-ão faltava ai o precioso sal, torna-precioso como ouro.

A viagem prosseguiu rumo ao oxim. A bagagem da expedição oi embarcada no rio Camapoam os elementos da expedição des-eram a cavalo até o rio Coxim, nde embarcaram tambem. Na escida deste rio, anotou Floren-e, os seguintes pontos: Mangabal, edra Branca, Abaré, Culpada, oqueirão, Três irmãos, Itagua-ava, Furnas, Anhumas, Canela e André Alves, Jauru, Embiruçu, nde constataram inumeras e uriosas inscrições nas pedras, al-umas com iniciais e datas, sen-o as mais recentes, de 1790; Cho-adeira, Jequitaia, Ilha do Tacoari. esse ponto, o Coxim desagua no io Tacoari e a navegação é mais acil, tendo como ultimo trope-o a cachoeira do Bellago, lugar ue atingiram rapidamente. No ellago encontraram uma expedi-ão do governo de Mato Grosso, omandada pelo tenente de mili-ias Manuel Dias e tendo como mediato o alferes Pedro Gomes stavam imcumbidos da explora-ão das cabeceiras dos rios Su-uriú e Itiquira, para se estabe-ecer um caminho fluvial mais urto para São Paulo, com o ue, segundo diziam, ganhar-se-am 84 leguas.

Prosseguiram a viagem com enor-e facilidade até o rio Paraguai, a quase planura dos pantanais. s suas referencias principais fo-am sobre o Pouso Alegre os gran-es arrozais nativos proximos do io Paraguai. Neste, de subida fo-am ter á Vila do Albuquerque, dificada na margem direita, nu-a encosta montanhosa, compos-a de um aglomerado de quatro ances de casas, habitadas por ne-ros, mulatos e bugres. Existiam penas uns dez brancos. Foi pre-ursora do atual Corumbá.

Subindo mais o rio Paraguai, notou no lugar Dourados, um ldeiamento dos indios Guatós, do-minadores da região da Gaiba al, seguirem pela direita o gran-e rio S. Lourenço, encontrando ma monção do Coronel Jeroni-o, o qual vinha de Cuiabá. Pas-aram por um porto denominado Bananal, fundado por um tal oão Leme, que ali fizera ater-os contra as inundações e edifi-ara casas e armazens. Achavam-e já no rio Cuiabá, afluente da squerda do rio S. Lourenço, do ual menciona os seguintes pon

RAQUEZA CEREBRAL?

DISPEPSIA NERVOSA?

FALTA DE MEMORIA?

PERDA DE APETITE?

NEUROBIOL

O TONICO DO CEREBRO

lado que dava paar o patio era aberto e guarnecido de parapeito; nesse varandão existia uma mesa de refeições de vinte pés de comprido, cercada de bancos pesados; no primeiro pavimento, as portas abriam-se para o patio de frente: Trabalhavam ali, na azafama diaria, cerca de cem pessoas, entre escravos e forros, na maioria mulheres. Alem da casa grande, havia quarenta casas cobertas de telhas, que cercavam o vasto patio retangular, uma igrejinha, grandes armazens e depositos. Proximo existiam quatro engenhos de cana, dois dos quais movidos a agua e dois movidos a tração animal; uma olaria, varios monjolos. Para movimentação e asseio geral, corria ali um bojudo rego dagua, provindo de uma grande açudagem no ribeirão da fazenda. E' o complemento desse conjunto de industria grande e primitiva. Proximo da sede existia um aglomerado de ranchos, onde um grupo de indios Bororos viviam segundo seus costumes, prestando serviços agricolas ao coronel.

Essa formidavel fazenda, no começo do seculo dezenove, compunha-se de dezenove sesmarias e possuia sessenta mil cabeças de gado vacum, afora sua criação de cavalares, muares, lanigeros e porcos. Havia ali lavouras intensas, garantidoras do abastecimento quase que de toda a provincia. Era o maior feudo do centro da America do Sul. Possuia tambem lavouras incipientes de café e cacau. Sua industria do açucar e da aguardente era volumosa para aquele tempo. Dentro da propriedade, na serra da Criminosa, existia uma jazida de cobre e Florence viu uma barra desse precioso metal. A administração era perfeita e a disciplina observada completa. Mandava e desmandava ali a sogra do coronel João Carlos Pereira Leite, sra. dona Ana Maria da Silva, viuva do coronel Leonardo Soares de Sousa, português de grandes energias, que delineara e estabelecera a Jacobina. Esse casal tivera uma unica filha, Maria Josefa de Jesus, a qual desposara o coronel João Carlos Pereira Leite, o descansado proprietario desse colosso. Era ele tambem português e viera do Pará para Mato Grosso, como alferes de dragões, no ano de 1793. Sua carreira fora muito rapida e seus serviços sempre aplaudidos; possuia varias honrarias militares e tambem a imediata confiança e amizade dos politicos dominantes. Frequentava assiduamente a Jacobina o padre Joaquim José da Silva, irmão de dona Ana e tio da mulher do coronel, o qual tambem era abastado e prestigioso.

Da Fazenda Jacobina, os excursionistas se dirigiram para Vila Maria, então um vilarejo de cerca de trezentos habitantes, na quase totalidade, negros, mulatos e bugres. Hoje é a cidade de Caceres. Prosseguiram até o celebre marco do Jauru, mandado erigir por Fernando IV da Espanha, como fronteira dos dominios espanhois e portugueses. Regressando da Jacobina, foram ter a S. Pedro de Poconé, sede de grandes lavras de ouro e voltaram a Cuiabá.

Finalmente, a 5 de dezembro de 1827, partiram de Cuiabá para a Vila do Diamantino, onde haviam preparado elementos para a varação até as cabeceiras do rio Tapajoz. Adriano Taunay e Luis Riedel haviam partido oito dias antes, com destino ao Guaporé, o qual desceriam, para encontrar a expedição Langsdorf no Amazônas; e nessa trajetoria, fariam estudos complementares. Esse plano bipartido de viagem, haveria de ser modificado, logo a seguir, com o afogamento de Adriano Taunay, em aguas do Guaporé.

Na trajetoria de Cuiabá para Diamantino, anotou Florence os seguintes pontos de referencia: Capela, Coxipó-açu, Passagem, Tombador, Campo dos Veados, Pedra de Amolar, as Sete Lagoas, nas cabeceiras do Rio Paraguai, cheias de lendas regionais.

De Diamantino relata ser uma vila esburacada e decadente, com cerca de três mil habitantes, entre os quais grande numero de vadios e desocupados. Eram senhores do lugar os Pais Leme. No dia 1.º de março de 1728 deixaram Diamantino com destino ao porto do Rio Preto, em aguas da bacia do rio Tapajoz. Antes de partir, tinham tido noticia do afogamento de Taunay, no Guaporé. O pouso da expedição foi no lugar chamado Agua Fria, onde diversos membros da expedição, inclusive o barão d Langsdorf, contraíram a malaria fato de tristes consequencias n decorrer da viagem. Finalment empreenderam a descida rumo a Amazonas, numa frota compost de um batelão grande e três canoas. A tripulação, escolhida po intermedio das autoridades da pro vincia, compunha-se de dois pilotos habeis e 28 tripulantes. As fe bres persistiram e a ruina do pe soal foi gradativamente inutilizan do uns e enfraquecendo todos. A inumeras corredeiras e cachoeira que tinham de ser contornada representaram verdadeira odisseia para todos. Langsdorf começou alucinar-se e, ora ajuizado, or de equilibrado, exigia de todo grande vigilancia. Num dos pousos quando visitados pelos indios, fe questão de exibir o seu fardão d diplomata russo, espetaculo qu impressionou os indios, cujo caci que quis envergar aquela indu mentaria. Langsdorf fez questã de ver o indio fardado de diplo mata. O indio, uma vez assin adornado, precipitou-se no mat com sua gente e não mais regres sou... Numa das corredeiras peri gosas, perderam uma embarcaçã com farta colheita cientifica e ma terial de abastecimento. Começo então o periodo critico de miseri e dificuldades redobradas.

Nessa tragica e memoravel de cida, Florence fornece todas as pe ripecias e as seguintes referencias Arinos, Registro Novo, Registr Velho, Ribeirão dos Patos, riquis simo em ouro e diamantes; Sumi douro, Aldeia Velha, Apiacás, Re bojo, Rio Juruena, Maloca d Apiacás, Salto Augusto, que me receu uma das paiszagens mais in teressantes de Florence, Cachoei S. Simão, Todos os Santos, Mur ducurús, Cachoeira da Montanh Guapus, Guatá-Maranhão, Mara nhãozinho, Indios Maués, Forte d Itaituba e Santarem, no grand Amazonas. Florence revelou-s alem de artista, um estudioso en ciclopedico da natureza. Presto homenagem ás vitimas dessa ex pedição e legou-nos belissimas pa sagens locais. O barão de Lang dorf não conseguiu restabelecer-s posto que fosse imediatament transportado para a Europa, pa ser tratado convenientemente.

Para quem conhece Mato Gro so e seus sertões, as narrativas d Florence são sedutoras, porque si ceras. A Jacobina teve um retrat perfeito do seu apogeu e, assin o conjunto da velha Provincia d Mato Grosso. Existe ainda o velh sobradão centenario da Jacobina em redor dele, os vestigios d uma época prospera.

Herculês Florence regressou p via maritima.